

Sociologia da juventude – olhares interdisciplinares e intertemáticos.

Sílvia Fernandes¹

Resumo: O texto apresenta o dossiê sobre Sociologia da Juventude, além de realizar um breve balanço dos estudos que articulam juventude e religião no país. O objetivo é apresentar a relevância da abordagem sociológica no tema que, longe de considerar a juventude como uma categoria que se esgota em si mesma, busca delinear analiticamente interfaces profícias. O esforço dos autores cujos textos integram o dossiê foi trazer ao debate público resultados de suas pesquisas. Estas assumem a juventude como um lugar de análise fértil nos processos de mutação social em diferentes contextos locais e transnacionais.

Palavras-chave: sociologia da juventude, política, cultura, mudança social, gênero.

Sociology of youth - interdisciplinary and inter-thematic views.

Abstract: *The paper presents the dossier on Sociology of Youth and, in addition, provides a brief review of the studies that articulate youth and religion in the country. The proposal is to present the relevance of sociological approach in the theme that, far from considering youth as a category that exhausts itself, seeks to delineate analytically useful interfaces. The effort of the authors whose papers are part of the dossier was to bring to the public debate outcomes of their researches.*

¹ Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ) – Seropédica/Nova Iguaçu – Brasil - fernandes.silv@gmail.com

Those papers take on youth as an issue of fertile analysis in the processes of social change in different national and transnational contexts.

Key words: *sociology of youth, politics, culture, social change, gender.*

A juventude e seus desafios interpretativos

Assim como toda categoria sociológica, a juventude é polissêmica. Os múltiplos sentidos a ela atribuídos são expressos nas diferentes dimensões da vida social e atravessados pelas transformações conjunturais de uma dada sociedade. Dito de outro modo, os sentidos dados à juventude e os que por ela são incorporados levam em conta os *loci* em que os jovens estão situados e o contexto sociocultural, econômico e político em que estão inseridos, além de suas próprias trajetórias.

Destarte, a realidade global apreendida e compartilhada por eles contribui na formação de suas identidades de gênero, política, religiosa, dentre outras, e nas cosmovisões que compartilham com seus pares geracionais.

Compreendida como um segmento em constante mutação, a juventude é intrinsecamente plural, sendo dispensável, portanto, a agregação do “s” em sua grafia (Fernandes, 2018). Afirmamos que múltiplas lentes de sentido podem ser acopladas a esta categoria tão convocada e disputada nos tempos atuais, o que torna o presente dossiê oportuno, considerando principalmente o cenário de céleres transformações que se espraia na sociedade contemporânea.

Com efeito, no Brasil, mudança e mutação parecem adquirir diferentes conotações. Especialmente a partir do pleito presidencial de 2018, constatou-se que a polarização política e os discursos intransigentes adquiriram características inusitadas, mobilizando a população adulta e os jovens de diferentes estilos sociais em prol de suas crenças, valores e expectativas de sociedade. De um lado e de outro dessa polarização estava em jogo a ideia de mudança que não tem sido suficientemente problematizada. Enquanto sociologicamente o termo *mudança* sugere alteração de um estado de coisas a outro e o ponto de chegada tende a ser visto numa perspectiva positiva, o conceito de mutação reivindica processo, volubilidade, caminho em curvas, recomeços, em que as transformações perpassam *modus vivendi* e mentalidades, mas não podem ser consideradas acabadas.

Parto deste eixo para apresentar o dossiê em tela. As análises com pretensão de longa duração tenderão a fracassar, especialmente no universo juvenil, em que as mutações sinalizam para o que Jesús Martín-Barbero chamou de

“mudança profunda dos modelos de socialização” (Mártin-Barbero, 2006: 41). Para o autor, as ditas mudanças se inscrevem desde o padrão de conduta dos jovens – que deixam de ter os pais como referência mandatária – até a cultura, que dispensa o livro como seu principal mediador, isto é, o acesso à informação e ao conhecimento ultrapassa de modo mais intenso as narrativas escritas.

Pode-se considerar, portanto, que mutações contemporâneas no universo juvenil estão intrinsecamente relacionadas com as distintas formas de acesso à informação – que têm se dado, sobretudo, por meio das novas tecnologias e seus atrativos digitais. Essa nova linguagem se constitui como um elemento desafiador para se desenlear a natureza das transformações ou mutações das sociedades globais e suas consequências no multifacetado universo juvenil.

Até o início dos anos 2000, podemos afirmar que as perspectivas analíticas sobre a juventude oscilaram entre a ênfase no conflito, crises e excessos inerentes à condição juvenil, e a ênfase no caráter narcísico, individualista ou disfuncional dos jovens (Gonçalves, 2005; Sposito; Carrano, 2003). Mas o advento das novas tecnologias e o acesso das populações jovens a esses meios tornou mandatório que se empreenda o que eu chamo de *giro analítico*. Desta forma, qualquer que seja o ângulo sob o qual se estuda a juventude, torna-se necessário sublinhar o quanto os jovens estão mergulhados em teias de sentido capitaneadas pela nova fase da globalização cultural, que traz em seu bojo o avanço das novas tecnologias e mídias digitais como elementos que compõem suas identidades.

Com efeito, o excesso de linguagens, símbolos, imagens e visões de mundo que os jovens produzem, absorvem e/ou reproduzem em ambientes virtuais tem impactos em suas relações sociais e ganham novos contornos na abordagem contemporânea sobre saberes, conhecimento e cognição das novas gerações.

Levando-se em conta o elemento heterogêneo, a juventude pode ser pensada como um ator que (des)orienta a vida social com base no quanto catalisa, rejeita ou contesta os anseios de uma sociedade mais ampla. O segmento passa a ser objeto de olhares interdisciplinares e inter-temáticos por ser exatamente nele que os indivíduos tendem a projetar expectativas de futuro tendo como referência a ideia de progresso, desenvolvimento ou processo civilizatório.

Tomando-se o caso brasileiro, há algumas décadas os jovens deixaram de ser analisados apenas pela ótica geracional ou pelas implicações oriundas de sua passagem para o universo adulto e vêm sendo pesquisados de maneira interdisciplinar, considerando-se sua atuação como atores políticos, religiosos ou dinamizadores da cultura. Além disso, muitos estudos colocaram em destaque a situação de vulnerabilidade juvenil, chamando atenção para o que pode ser visto como um protagonismo negativo (Santos; Yamamoto, 2018). Nessas

abordagens, o foco paira sobre o cenário que produz uma juventude inativa no mercado de trabalho, excluída das salas de aula, violentada em seus direitos, exposta a distintas formas de violência.

Por seu turno, várias pesquisas (Novaes, 2011; 2012; Pais, 2006; Abramo; Branco, 2005; Fernandes, 2010) abordaram as subjetividades e a capacidade dos jovens de transformarem seus espaços de vida com base em iniciativas culturais e ações socioeducativas. Essas dinâmicas os reposicionam na vida social, retirando-os do lugar de receptores de políticas públicas para o de sujeitos, cuja identidade é formada levando-se em conta ingredientes diversos, encontros, invenções, formação de redes que extrapolam seus próprios territórios.

Cumpre, contudo, não romantizar a juventude. A depender de um conjunto de fatores nem sempre mensuráveis, o jovem contemporâneo pode também gerar e/ou reproduzir práticas que corrompem e ameaçam a estrutura social. Como exemplo, menciono os *skinheads* dissidentes do movimento originário na Inglaterra dos anos de 1960. O ódio aos imigrantes e as práticas extremistas fazem dos *skinheads* um grupo que ilustra percursos juvenis socialmente condenáveis. As condutas radicais oriundas de determinados jovens espraiam-se em distintas sociedades e podem alterar a cena pública em direções impensadas.

No Brasil, com as transformações no cenário político da última década e mais acentuadamente com as Jornadas de junho de 2013, a manifestação pública dos segmentos juvenis têm assumido novos contornos. Os jovens têm se mostrado mais ativos na reivindicação de direitos e na contestação do *status quo*, optando pelo esvaziamento da prática política institucional e pela rejeição ao jogo partidário.

Para Esther Solano (2017), o sentimento de negação política das Jornadas de junho se estendeu para os anos subsequentes e resultou em um país cada vez mais polarizado. Note-se, contudo, que no tocante à polarização, a juventude compõe este quadro, mas não o esgota, uma vez que a complexidade do jogo político na atual conjuntura brasileira não resulta apenas na divisão da sociedade, mas, sobretudo, nas nuances discursivas que cada vertente político-ideológica aciona, ainda que haja linhas de ação e pensamento comuns em ambos os lados. Dito de outro modo, no jogo das tendências político-ideológicas há um conjunto de nuances em que meramente a ideia de polarização não permite ampliar os matizes e nem traduz o campo de tensões e disputas que recheiam essas vertentes.

Extrapolando o universo da política e do lugar social da juventude, entendo que o olhar que propõe a ampliação de variáveis capazes de traçar um perfil mais adensado do jovem na atualidade se configura como uma postura analítica

bem-vinda. Isto pressupõe não encerrar o quadro analítico a respeito dos jovens exclusivamente nos eixos até aqui discutidos, mas abrir-se aos campos que os atraem e mobilizam para além daqueles classicamente abordados. A religião se apresenta como um desses campos potencialmente relevantes na compreensão da juventude e suas condutas.

Religião e juventude – o campo em construção

Durante décadas a sociologia da juventude ocupou-se em analisar o jovem como sujeito principal nos processos de mutação da sociedade, articulando, particularmente, as chaves da política e da vulnerabilidade social. A pergunta que se coloca é: haveria, na atualidade, novas esferas sociais a serem agregadas aos eixos interpretativos quando o tema é a juventude? Entendo que a resposta a esta questão é positiva e que a religião vem expandindo sua centralidade no tecido social, ainda que tenha permanecido em um ostracismo analítico nas décadas anteriores. As razões para tal ostracismo precisariam ser pesquisadas. Contudo, poder-se-ia levantar a hipótese de que, como os estudos sobre mudança social tenderam a adotar a perspectiva marxista, a religião figurava como uma realidade liminar, considerada menos relevante na compreensão dos segmentos juvenis. Neste caso, a ideia de protagonismo juvenil como chave para a construção do futuro não comportava o elemento religioso.

Com a consolidação do pluralismo religioso no Brasil e na América Latina a partir dos anos de 1990, não seria recomendável ignorar o impacto das crenças religiosas nas condutas juvenis sob risco de se obliterar uma lente epistemológica profícua.

Considere-se, portanto, que as igrejas e espaços religiosos passaram a atrair os jovens constituindo-se como uma das principais formas de agremiação, uma vez que associações sindicais e partidos políticos estariam atravessando uma perda de credibilidade aguda. Sendo assim, algumas denominações pentecostais, como a Assembleia de Deus, têm estimulado os jovens a concluir os estudos; a buscar alternativas laborais e ainda a produzirem cultura e arte por meio da música, de grupos de teatro amador e outras iniciativas dessa natureza que emergem baseadas nessa comunidade religiosa (Fernandes, 2011).

Destarte, as mutações do campo religioso brasileiro provocaram as ciências sociais a empenhar esforços na compreensão das ofertas de sentido que as instituições religiosas disponibilizavam aos jovens. Do mesmo modo, era importante perceber os sentidos que eles próprios atribuíam à sua adesão ou rejeição religiosa. Nesta direção, cabe destacar os estudos de Cecília Mariz (2005),

Regina Novaes (2012; 2011), Sílvia Fernandes (2018; 2018a; 2011; 2010), Fátima Tavares e Marcelo Camurça (2006), Solange Rodrigues (2012), Flávio Sofiati (2012), dentre outros. Estava em jogo a compreensão das mutações juvenis na atualidade e das possibilidades de pensar a juventude considerando suas escolhas religiosas ou pela formulação crítica que os jovens fazem a esta esfera. Emergia, assim, a possibilidade de articulação entre dois campos profícuos na sociologia: a juventude e a religião.

Esses pesquisadores e pesquisadoras passam a se debruçar sobre as idiossincrasias das escolhas juvenis no terreno da religião, analisando fatores e expressões que alteram a vida dos jovens oriundos de contextos sociais diversos. O mapeamento das expressões religiosas juvenis inclui naturalmente as esferas pública e familiar permitindo um sem número de possibilidades analíticas.

Constatou-se, em alguns desses estudos, que a adesão religiosa reinscrevia determinados jovens nas configurações familiares; impulsionavam suas escolhas no campo profissional (Fernandes, 2011; 2014); dinamizavam seus processos de sociabilidade na medida em que as igrejas funcionavam como espaços de encontro e construção de novos amigos (Magalhães, 2018); alteravam a vida das cidades e periferias urbanas, fomentando a cultura e a dinâmica dos chamados *coletivos urbanos*.

Não obstante, é fato que determinados setores juvenis podem se apropriar de lugares de poder para, com base neles, produzir “efeitos de verdade” (Foucault, 2006:179), ditar comportamentos a toda a sociedade e assumir o fundamentalismo religioso como premissa.

Um caso que merece atenção é o movimento chamado *Radicais Livres*, fundado por Naor Pedroza, no ano de 1997. A frase de abertura no website do movimento expressa a intenção das lideranças: “Queremos a transformação completa da vida e destino de jovens”².

O Movimento *Radicais Livres*, cujo *ethos* religioso é neopentecostal, atrai jovens de diferentes camadas sociais. A ação desses jovens extrapola a dimensão de igreja, espalhando-se em ambientes universitários, tendência presente em outros movimentos revivalistas baseados na emotividade e intimismo (Sofiati, 2012). Os *Radicais Livres* advogam ainda uma ideia de “governo da nação” que os coloca no limiar da política de caráter dominador, no sentido weberiano. Tem-se, então, um tipo de dominação carismática em que os seguidores do líder agem pela relação afetiva, baseada na confiança, na “veneração extracotidiana

² Confira no website do movimento: <<http://radicaislivres.com/movimento-radicais-livres/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (Weber, 1998: 141).

No website dos *Radicais Livres* é descrito o objetivo do líder fundador:

Edificar uma geração de líderes e de pastores, que assumirão o comando, o governo desta nação, a fim de afetar, na prática, os pilares do Brasil. Uma Geração Radical, que hoje anda na contramão do mundo e que fará a diferença quando assumirem lugares importantes no país³.

Cumprindo a proposta de expansão, no ano de 2016, um ano antes de completar 10 anos, o Movimento *Radicais Livres* iniciou o projeto junto a escolas e universidades, espaços de intensa e plural presença juvenil. Sua narrativa pode produzir extremismos de natureza política e religiosa, num discurso cujo teor pode ser autoritário, mas revestir-se de sacralidade. Tais condutas tendem a fragilizar a coesão social na medida em que ameaçam a liberdade individual e produzem coletividades com ações moralmente questionáveis. O discurso dessas lideranças religiosas oscila entre a negação da alteridade e o incremento de condutas religiosas dominadoras. Estas podem pautar as práticas e as relações sociais e políticas dos jovens que a elas aderem.

Ressalta-se, com base no debate circunscrito nesta seção, que a articulação entre religião e juventude pode e deve ser mais explorada pelas ciências sociais. O cenário sociopolítico que o Brasil atravessa tem como fator relevante a presença da religião no espaço público, cuja presença juvenil é premente e tem, de certo modo, rearranjado o jogo democrático no país e na América Latina⁴.

A pluralidade juvenil no dossiê

O conjunto de textos articulados no presente dossiê vem, portanto, somar-se aos vários esforços já empreendidos em busca de se compreender as especificidades da juventude⁵, sobretudo pela configuração do cenário sociopolítico e cultural desafiador que a sociedade brasileira atravessa.

³ Confira no website do movimento: <<http://radicaislivres.com/movimento-radicais-livres/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁴ Para um trabalho interessante sobre a atuação política de jovens evangélicos na política argentina, confira o estudo de Mariela Mosqueira (2015). A autora apresenta a atuação de jovens evangélicos do grupo denominado “valores para meu país” com intensa atuação na esfera pública, especialmente no que se refere aos temas da moral sexual.

⁵ Importa trazer a referência do dossiê sobre Juventude organizado por Martins e Augusto (2005), na Revista Tempo Social, além da resenha sobre a tematização da juventude nas Ciências Sociais que resume os trabalhos de autores de referência nos estudos sobre o tema (Pereira, 2005).

Na esteira de estudos que avaliam a relação de jovens universitários com a política, o artigo de Cristina Satié e Frank Mezzono apresenta resultados de pesquisas qualitativas com jovens estudantes na Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

Os autores traçam uma breve contextualização do cenário político no país e no estado do Paraná para então justificar a escolha do objeto. As narrativas de quatorze jovens são analisadas em busca das representações que constroem sobre a política. Os autores delineiam quadros em que são comparadas as interpretações sobre as categorias sociológicas com os discursos dos jovens. Sublinha-se que a ideia de política associada à corrupção, “espaço de debate”, conhecimento e cotidiano ilustram como tal conceito adquire novos contornos tendo em vista a perspectiva dos jovens universitários.

A abordagem transnacional aparece em dois trabalhos do presente dossier. Antonio Braga se debruça sobre os jovens brasileiros de “segunda geração” residentes nos EUA. Resultado de um investimento antropológico, a pesquisa de Antonio Braga mostra a complexidade do processo de sociabilidade e formação de identidades juvenis em contexto transnacional. O artigo faz uma importante contextualização histórica sobre a presença dos brasileiros nos EUA e mostra como “estar entre dois mundos” faz parte da subjetividade dos jovens filhos de imigrantes brasileiros. Com base em seu texto é possível pensar as tensões inerentes ao ato de pertencer ampliando as possibilidades de interpretação do próprio conceito de nação.

Por sua vez, o artigo de Wanjiru Gitau analisa como a juventude sul-africana potencializa as transformações do continente, seja por meio do ativismo cultural, seja por meio do ativismo político e pelo vigor na inovação de atividades econômicas. A autora traz uma densa explanação histórica sobre o continente africano, revelando ao leitor as tensões e avanços políticos de um cenário pouco explorado e conhecido pelos cientistas sociais. Wanjiru Gitau problematiza a visão corrente da academia que tende a não observar a ascensão da África nas últimas décadas e demonstra – ancorado em dados demográficos e socioeconômicos sólidos –, como vem se dando tal processo de emancipação do continente. A autora mostra como os jovens adultos protagonizam essa emancipação e como o ativismo cultural e político juvenil se constitui, por exemplo, entre os grafiteiros no Quênia, que expõem os rostos dos políticos corruptos nos murais das cidades. Por sua vez, a religião impulsionou o ativismo político na República Centro Africana, com base na ação dos jovens escoteiros que se organizam para levar a educação a outros jovens.

Voltando ao cenário brasileiro, o trabalho de Marcelo Senna possui pontos de contato com o estudo de Gitau, na medida em que trabalha com o protagonismo juvenil na formação de coletivos urbanos aptos na articulação entre cultura e política. O autor utiliza a metodologia de estudo de caso estendido proposta por Michael Burawoy (1998), combinando ciência reflexiva com etnografia. O trabalho traz uma importante contribuição para o entendimento das dinâmicas entre políticas culturais, ações juvenis e periferia urbana e lança uma hipótese madura a respeito do tema. Para o autor, a heteronomia presente no desenvolvimento das políticas públicas e culturais cria empecilhos no processo de formulação de políticas adequadas por parte do Estado. Em muitos casos, ocorre absoluto descompasso entre as necessidades locais e as proposições do Estado. Assim, a cosmovisão que norteia o incremento de políticas para a juventude tende a considerar os jovens em sua situação de vulnerabilidade social, ignorando suas vivências e potenciais.

Em uma perspectiva de valorização do gênero feminino, o artigo de Luiz Rios e Marion Quadros acena para uma temática clássica nos estudos sobre juventude: o dilema do exercício da sexualidade e reprodução entre jovens mulheres adolescentes. Com base nos resultados de pesquisas realizadas ao longo de seis anos, o artigo problematiza a chamada “gravidez na adolescência”, afirmando que os estudiosos do fenômeno tendem a não levar em conta os significados que a iniciação sexual traz para as mulheres. Trata-se de uma valiosa contribuição para a sociologia da juventude por olhar de frente o “pânico moral” presente na sociedade ao se deparar com esse contingente demográfico feminino. A pesquisa traz achados etnográficos preciosos, como o fato de que as mães conversam pouco sobre sexualidade com suas filhas visando a não estimular a prática sexual, por exemplo, o que acaba tendo um efeito reverso. Por fim, os autores ampliam o debate trazendo o “percurso reprodutivo de mulheres adultas”.

Com esse conjunto de textos, temos a expectativa de oferecer uma efetiva contribuição ao debate sobre sociologia da juventude, visto que em todos os trabalhos aqui apresentados há questões instigantes que, certamente, inspirarão pesquisas futuras sobre este clássico tema.

Referências

- ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo, Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2005.

- BURAWOY, Michael. The Extended Case Method. In: *Sociological Theory*, v. 16, n. 1, 1998.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. – Campinas, SP: Tese apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH [s.n.] 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/332688>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- FERNANDES, Silvia Regina Alves. Juventude católica e mudança social: limites e possibilidades. LELLIS, Nelson e PY, Fabio. (Orgs.) *Religião e Política à Brasileira. Ensaios, Interpretações e resistência no país da política e da religião*. São Paulo, Edições Terceira Via, 2018, pp. 63-70.
- _____. Trajetórias religiosas de jovens sem religião – algumas implicações para o debate sobre desinstitucionalização. *Interseções*, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro: UERJ, 2018a, pp. 369-387.
- _____. Religiosidades, trânsitos e permanências no século XXI – particularidades das novas gerações. In: PANASIEWICZ, Roberlei; VITORIO, Jaldemir (orgs). *Espiritualidade e Dinâmicas Sociais – memória – prospectivas*. São Paulo, Paulinas; Belo Horizonte: SOTER, 2014, pp. 81-109.
- _____. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na Baixada Fluminense – algumas proposições a partir de um survey". *Religião & Sociedade* (Impresso), v. 31, 2011, pp. 96-125.
- _____. *Jovens religiosos e o catolicismo – escolhas, desafios e subjetividades*, Quartet/Faperj, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. *Microfísica do poder*. São Paulo, Paz e Terra, 2006, pp. 179-191.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade, *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005, pp. 207-219.
- LEON, Oscar Dávila; SOTO, Felipe Ghiardo. Trayectorias sociales como enfoque para analizar juventudes. *Revista Última década*, n. 50, 2018. Santiago, Universidade de Chile. pp. 23-39. Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/udecada/v26n50/0718-2236-udecada-26-50-00023.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MAGALHÃES, Alexander Soares. Os Jovens e o Pentecostalismo: Considerações sobre a identidade da juventude da igreja Assembleia de Deus a partir um estudo de caso na Baixada Fluminense – RJ. *Interseções*, v. 20, n. 2, 2018, pp. 268-285 Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/39012>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- MARIZ, Cecilia, L. Comunidades de vida no Espírito Santo: juventude e religião. *Tempo Social*, São Paulo, USP. Impresso, v. 17, n. 2, 2005, pp. 253-274.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Projetos de modernidade na América Latina. In: Domingues, José Maurício; Maneiro, María (Orgs.). *América Latina hoje – conceitos*

- e interpretações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, pp. 21-51.
- MARTINS, Heloisa Helena T. Souza; AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Juventude(s) e transições. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, 2005, pp. 1-4.
- MOSQUEIRA, Mariela. “Redimir a política”: experiências de militância de jovens evangélicos da Argentina *Desidados* [online], v. 8, 2015, pp. 9-18 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822015000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2019.
- NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. *Religião e Sociedade*, v. 32, n. 1, 2012, pp.184-208.
- _____. Reciclagens entre heranças e inovações: juventude, religiosidade e cidadania. In: OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; MORI, Geraldo Luiz de (Orgs.). *Religião e educação para a cidadania*. São Paulo, SP, Paulinas; Belo Horizonte, Soter, 2011.
- PAIS, José M. Buscas de si: expressividades e identidades juvenis. In: *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006, pp. 7-21.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, n.1, 30 jul. 2007. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1203>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- RODRIGUES, Solange. Jovens, experiência do sagrado e pertencimento religioso: um olhar sobre a literatura. In: OLIVEIRA, Pedro Ribeiro; DE MORI, Geraldo (orgs.) *Mobilidade religiosa, linguagens, juventude, política*. São Paulo, Paulinas, 2012, pp. 253-287.
- SANTOS, Luana Isabelle Cabral; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o estatuto da juventude. *Revista Latino americana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 16, n. 2, pp. 657-668. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v16n2/2027-7679-rlcs-16-02-00657.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- SOFIATI, Flavio. *Religião e juventude: os novos carismáticos*. 2. ed. São Paulo, Idéias & Letras / FAPESP, v. 2. v. 2, 2012 (280).
- SOLANO, Ester. Em 2013, Avenida Paulista comportou todos, em 2015 foi espaço de polarização. *NEXO* [online], 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.-E-no-que-elas-deram>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- SPOSITO, Marilia Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil, *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, 2003, pp. 16-39.
- TAVARES, Fatima; CAMURÇA, Marcelo. Religião, família e imaginário entre a juventude de Minas Gerais. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, v. 08, n. 08, 2006, pp. 07-179.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia comprensiva*/ Max

Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF, Editora Universidade de Brasília, 1998.

Recebido em: 07/04/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

FERNANDES, Sílvia. Sociologia da juventude – olhares interdisciplinares e intersetoriais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 339-350.

Multiplicidade, dinâmicas e relações: sentidos da política para jovens universitários

Cristina Satiê de Oliveira Pátoro¹

Frank Antonio Mezzomo²

Resumo: Investigamos os sentidos que jovens universitários atribuem à política, problematizando o modo como compreendem e se posicionam acerca dos debates e da participação na vida pública. Os resultados, obtidos a partir da análise de entrevista semiestruturada conduzida junto a 14 estudantes, evidenciam a multiplicidade de sentidos, dinâmicas e relações que permeiam o olhar sobre a política, o que nos leva a questionar uma ideia de linearidade e racionalidade na constituição do sujeito político, e a compreender as relações entre juventude e política para além de noções dicotômicas e essencializadas.

Palavras-chave: Jovens. Política. Universidade.

Multiplicity, dynamics and relations: meanings of politics for youth university students

1 Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), de História Pública (PPGHP) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campo Mourão – Brasil - Bolsista Produtividade pela Fundação Araucária - cristina.pataro@unespar.edu.br

2 Programas de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), de História Pública (PPGHP) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - Campo Mourão – Brasil - frankmezzomo@gmail.com

Abstract: We investigate the meanings that youth university students attribute to politics, problematizing how they understand and position themselves both on debates and participation in public life. The results, obtained from a semi-structured interview conducted with 14 young students, show the multiplicity of meanings, dynamics and relationships that permeate the view on politics, which leads us to question a view of linearity and rationality in the constitution of the political subject, and to understand the relations between youth and politics beyond the dichotomous and essentialized notions.

Keywords: Young people. Politics. University.

Introdução

Na última década, o Brasil tem presenciado uma onda crescente de manifestações políticas em diversos espaços e de diferentes formas, de modo mais ou menos organizado, protagonizadas por jovens, os quais vêm ganhando visibilidade no cenário público ao expressarem suas insatisfações, denunciarem aspectos e estruturas da sociedade, e levantarem bandeiras que abrangem um amplo espectro de pautas de natureza econômica, social, moral e de orientações político-ideológicas bastante distintas.

Diante disso, parece-nos evidente que, na atualidade, os jovens brasileiros estão presentes no cenário das disputas políticas e dos debates acerca do bem comum. Ao mesmo tempo, esta constatação leva-nos à necessária problematização das dicotomias e estereótipos que em geral emergem quando tematizamos as relações entre juventude e política: por um lado, os jovens tidos como apáticos, distanciados e descrentes da vida e das ações políticas; por outro lado, a juventude como grupo social naturalmente voltado para a transformação, a renovação e a militância. Ainda, o que podemos verificar é a ausência do que poderia ser visto como uma cultura política juvenil homogênea e associada, de antemão, a perspectivas de esquerda ou de direita, de emancipação ou de conservadorismo, já que as manifestações recentes abarcam uma multiplicidade de pautas, compreensões e posicionamentos, em que os sujeitos expressam diferentes formas de participação, motivação e graus de engajamento.

Este cenário justifica nossa indagação para o modo como os jovens vêm compreendendo e significando a dimensão política, em busca de investigar, de forma mais aprofundada, quais as dinâmicas e relações implicadas nessa complexa trama que envolve juventude e política. Assim, neste artigo, temos como

objetivo analisar os sentidos que jovens universitários atribuem à política, na intenção de problematizar como esses sujeitos, que vivenciaram uma trajetória formativa no Ensino Superior, vêm compreendendo e se posicionando acerca dos debates e da participação na vida pública.

Entendemos, em nosso texto, que a dimensão política não se restringe às práticas institucionalizadas, hierarquizadas e/ou vinculadas ao Estado, mas abrange diversas manifestações e estratégias – redes sociais, fóruns, participação em coletivos, entre outros – por meio das quais é possível travar os debates acerca dos princípios e valores que devem reger a vida comum, em um movimento no qual as esferas individual e coletiva estão imbricadas e se (re)componem mutuamente (Castro, 2015; 2016; Mayorga, 2017; Müxel, 1997; Boghossian; Minayo, 2009).

Entretanto, cabe destacar que nosso foco recai não propriamente sobre os debates que tratam de uma definição de política, mas sobre o modo como os próprios sujeitos a significam e quais os sentidos que a ela atribuem. Portanto, em conformidade com abordagens defendidas por teóricos como Boltanski (2014, 2017) e Latour (2012), a construção de nossa pesquisa parte do olhar dos indivíduos, dos atores, em vista de compreender a dinâmica dos laços sociais implicados, em nosso caso, na dimensão política, sem deixar de lado os aspectos estruturantes da sociedade que influenciam e se articulam às subjetividades. Ainda de acordo com esta perspectiva, a investigação acerca das ações humanas deve contemplar as incertezas que as caracterizam, o que nos leva a considerar que as trajetórias e compreensões dos jovens pesquisados são constituídas tanto pelas intencionalidades quanto pela imprevisibilidade, pelo devir, tão próprios do mundo humano e social (Boltanski, 2017). Trata-se, assim, de problematizar o modo como os jovens universitários compreendem e lidam com a dimensão pública, a coletividade, bem como com as disputas travadas no processo de definição de princípios e valores que devem ser comuns a todos, em vista de revelar os múltiplos fatores que estão imbricados nessa dinâmica, sem cair na dicotomia entre sujeito e contexto social (Mayorga, 2013).

Metodologia

Participaram da investigação 14 jovens universitários dos cursos de Licenciatura em Geografia e História de diferentes *campi* da Universidade Estadual do Paraná – Unespar (Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória), conforme quadro a seguir:

Tabela 1: Jovens participantes da investigação

Nome	Idade	Cor/etnia	Curso de Graduação	Campus da Unespar
Andréia	26 anos	Branca	História	Paranavaí
Flávio	23 anos	Branco	Geografia	Paranavaí
Beatriz	21 anos	Branca	História	Campo Mourão
Gustavo	22 anos	Branco	Geografia	Campo Mourão
Juliana	25 anos	Branca	Geografia	União da Vitória
Janaína	21 anos	Parda	Geografia	Paranavaí
Luiza	22 anos	Branca	História	União da Vitória
Lauro	21 anos	Pardo	História	Paranavaí
Rodrigo	28 anos	Negro	História	Paranaguá
Rafael	26 anos	Branco	História	Paranaguá
Sabrina	22 anos	Branca	Geografia	Campo Mourão
Vitória	21 anos	Branca	Geografia	União da Vitória
Vivian	21 anos	Branca	História	Campo Mourão
Wagner	22 anos	Branco	História	União da Vitória

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados foram coletados em entrevista semiestruturada conduzida individualmente durante os meses de outubro e novembro de 2017, na ocasião em que os estudantes cursavam o último ano da licenciatura, já tendo vivenciado a maior parte da trajetória formativa no Ensino Superior. O roteiro de entrevista contemplava quatro blocos de questões, abordando temáticas relativas à vida cotidiana do jovem, às compreensões acerca da religião, da política e, por fim, as impressões e experiências relacionadas ao curso de Graduação³. Os estudantes participaram voluntariamente da pesquisa, mediante

³ Os dados aqui analisados foram coletados por ocasião de investigação mais ampla realizada pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, contando com apoio financeiro do CNPq e da Fundação Araucária, com o objetivo de analisar a constituição das identidades de jovens universitários de cursos de Licenciatura, na interface com a política e a religião. Os jovens entrevistados estiveram envolvidos em etapas anteriores da referida investigação em 2014 e em 2016, ocasião em que cursavam, respectivamente, o primeiro e o terceiro anos da Graduação. Os dados coletados nas etapas iniciais, aplicados por meio de questionário *online*, subsidiaram a definição dos estudantes que participaram das entrevistas em 2017. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unespar, *campus* de União da Vitória, sob o Protocolo 72104082014, Parecer n. 19/2014.

assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mantendo-se o sigilo e anonimato das informações, sendo que os nomes mencionados no texto são fictícios.

Todos os participantes eram solteiros e estudantes de período noturno, exercendo algum tipo de atividade remunerada no período diurno, em tempo integral ou parcial – seja em empregos formais, informais, estágio ou recebendo bolsa de algum programa institucional da Universidade (Iniciação Científica ou Iniciação à Docência). Quanto à escolaridade dos familiares, 39% dos pais e mães não possuíam o Ensino Fundamental completo, e apenas 17% tiveram acesso ao Ensino Superior.

Cabe destacar que os *campi* da Unespar aos quais os jovens estiveram vinculados estão localizados em municípios de médio ou grande porte, sendo que o maior deles (Paranaguá) possui cerca de 150 mil habitantes e o menor (União da Vitória) conta com uma população estimada em 57 mil (IBGE Cidades, 2018). No entanto, a maioria dos jovens não residia no mesmo município de instalação do *campus* universitário, tendo que se deslocar diariamente de cidades menores para estudar e/ou trabalhar.

A interpretação dos dados se deu com base na metodologia de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), com a leitura flutuante de todos os protocolos das entrevistas, buscando-se, na exploração do material, identificar as unidades de registro, as recorrências e especificidades nas compreensões dos participantes. Nesse sentido, foram selecionados todos os trechos dos protocolos que traziam indícios acerca dos significados atribuídos pelos sujeitos à política, de modo que a análise não se restringiu apenas a algumas das questões do roteiro, mas à argumentação e impressões dos estudantes ao longo de toda a entrevista. Por meio de tal procedimento, na (re)organização das unidades de registro, foram identificadas cinco categorias temáticas que expressam os sentidos atribuídos à política pelos jovens universitários, as quais aparecem de modo articulado nas narrativas construídas pelos participantes. Assim, as categorias temáticas que subsidiam nossa análise não podem ser vistas de modo estanque e isolado, e nem como linhas de raciocínio que se excluem mutuamente – ainda que abarquem contradições, como veremos –, mas como expressões integradas de um mosaico de sentidos compartilhado entre diferentes sujeitos e, ainda, presente – em parte ou no todo – no raciocínio de um mesmo entrevistado.

Análise dos dados

A trajetória formativa dos jovens participantes da pesquisa foi marcadamente, desde o ingresso na Unespar, por diferentes eventos políticos que movimentaram o cenário nacional e estadual. Desde a disputa eleitoral para a presidência em 2014 – marcada por forte polarização entre os apoiadores dos candidatos do PSDB, Aécio Neves, e do PT, Dilma Rousseff, a qual saiu exitosa no referido pleito –, até o *impeachment*, em 2016, da presidente eleita e a posse de seu vice, Michel Temer, o país vivenciou uma série de protestos e manifestações nas ruas, nas mídias e em outros espaços públicos e privados. Já no Paraná, os anos de 2015 e 2016 foram marcados por greves e paralisações dos servidores, sobretudo dos docentes da Educação Básica e do Ensino Superior, em oposição a uma série de medidas – envolvendo inclusive o plano de previdência dos servidores e a autonomia universitária –, tomadas pelo então governador Beto Richa (PSDB), que em 2015 iniciava seu segundo mandato. Além disso, em 2016, instituições de ensino públicas – escolas de Ensino Médio e universidades – de todo o país foram ocupadas por estudantes, em protestos contra a situação precária da educação no Brasil, em especial as medidas adotadas pelo Governo Federal referentes à Reforma do Ensino Médio e à Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos (Gohn, 2018; Pereira; Allan, 2016; Jinkings; Doria; Cleto, 2016). Vale lembrar, ainda, que há uma particularidade geracional que marca a trajetória de vida destes jovens que, por terem nascido em período posterior à redemocratização do país, puderam vivenciar e ter contato com os espaços e mecanismos de participação que foram possibilitados pela Constituição de 1988 (Corrochano; Dowbor; Jardim, 2018).

Assim, a análise e interpretação dos dados da pesquisa devem ter presentes tais elementos, que permeiam as compreensões dos jovens e influenciam suas vivências, trajetórias e, em última instância, os sentidos que atribuem à política. Cientes de tais considerações, passemos à discussão de cada uma das categorias temáticas construídas.

Política enquanto dimensão pública e coletiva

A categoria temática descrita no quadro a seguir foi identificada nos relatos de 11 dos 14 jovens de nossa pesquisa:

Quadro 1: Política em sua dimensão pública e coletiva – sentidos e narrativas dos jovens

Descrição	Trechos das narrativas
<p>Esta categoria temática associa a política a uma dimensão pública e coletiva, entendendo-a como um elemento que estrutura a sociedade, e que, portanto, está presente em todos os espaços, devendo voltar-se ao bem comum, a toda a população. A política é o espaço de reivindicação de direitos, com vistas à cidadania e à transformação para a melhoria da sociedade. Por estar relacionada a uma dimensão pública e coletiva, permeia todos os espaços e instituições – o município, o bairro, o país, a universidade –, influenciando diretamente a vida e o cotidiano dos jovens. Além disso, deve ter uma perspectiva universalizante, abarcando as necessidades e as demandas de todas as pessoas. Com base nessa compreensão, emerge um desejo expresso por alguns jovens de que a política contribua para a ampliação de direitos e a consequente transformação da sociedade. Assim, por meio da política, é possível o exercício da cidadania e da democracia, em uma perspectiva que alguns dos participantes comprehendem como utópica, na medida em que vislumbram a possibilidade de construção de uma sociedade diferente.</p>	<p>“Política é tudo que é público, então, toda a discussão pública é política. [...] A política é tudo que trata do bem comum, da população em geral, do cidadão, tudo o que envolve todos os cidadãos, todo mundo que tá aí vivendo no Brasil e é cidadão brasileiro está influenciado pela política, querendo ou não, gostando ou não. Ela faz parte de tudo.” (Rodrigo, História, Paranaguá).</p> <p>“Meu bairro é gerado em política, a universidade é política, tudo, eu acho que basicamente tudo é política.” (Luiza, História, União da Vitória).</p> <p>“Política é o que realmente tem a capacidade de transformar o nosso meio, se a gente conseguir se apropriar dela a gente tem uma ferramenta super importante para conseguir mudar nossa realidade.” (Wagner, História, União da Vitória).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao associarem a política à dimensão pública e coletiva, à democracia e ao bem comum, revela-se uma concepção clássica do termo, retomando ideias já presentes nas reflexões de filósofos gregos. Para Aristóteles, por exemplo, a política está para a dimensão coletiva assim como a moral está para a dimensão pessoal, de modo que: “Não entra no plano da Política determinar o que pode convir a cada indivíduo, mas sim o que convém à pluralidade” (Aristóteles, 1998: 59). Em ambos os casos – tanto na dimensão coletiva quanto na dimensão pessoal –, as ações devem ser orientadas pela ética, de modo que política e ética devem atuar conjuntamente para a busca da felicidade dos cidadãos.

Esta perspectiva também serve de base para reflexões contemporâneas acerca da temática, como podemos constatar no trabalho de Hannah Arendt (2002, 2007). Esta autora privilegia o espaço público, comum a todos, como aquele em que se exerce ação política, e que envolve a pluralidade de

opiniões, o diálogo e o debate de ideias. Todos devem ter, assim, a liberdade de atuar no espaço público, o direito de pertencer a uma comunidade politicamente organizada, o que só é possível por meio da ação conjunta. A política é, assim, coletiva, relacionada à busca pelos direitos e igualdade, ao discurso e à ação que se efetivam no encontro entre os seres humanos para compartilhar o mundo.

Esta é a lógica que parece orientar algumas das manifestações apresentadas pelos jovens da pesquisa. Nesta categoria temática, é a política, com base na ação coletiva, que permitiria uma ampliação de direitos e a transformação da sociedade, em vista de atender às necessidades e demandas de todos, indistintamente, concebendo um outro mundo utopicamente desejado. Vejamos:

A política é para ser correta, ela é para dar sustentabilidade para a população.

Eu penso assim, aquela democracia, que o povo um dia ainda vai ter voz nesse mundo, e que quando ele tiver voz ele vai saber o que fazer. (Beatriz, História, Campo Mourão).

É a oportunidade de a gente lutar pelos direitos. (Flávio, Geografia, Paraíba).

Ao mesmo tempo, o que podemos depreender desta mesma categoria é um entendimento de que “tudo é política”, isto é, de que esta se faz presente em todos os espaços e instituições, em todas as relações estabelecidas entre as pessoas – sejam elas públicas ou privadas. Assim, conforme afirmam: “tudo, eu acho que basicamente tudo é política”; “ela é vigente, ela está em todo lugar”. Tal concepção, por um lado, parece-nos apresentar uma ideia ampliada de que a política permeia todas as relações e o cotidiano de todas as pessoas – e não apenas dos políticos que ocupam os cargos representativos –, não estando restrita apenas aos espaços institucionais, a relações hierarquizadas ou às instâncias do Estado. Por outro lado, pode conduzir a uma ideia difusa de política, que venha a incorrer em seu esvaziamento, tendo em vista a dificuldade de identificar especificamente o lócus, as pautas e os processos envolvidos nos debates que envolvem as definições do bem comum, que estariam dispersos no cotidiano (Machado, 2013; Ferreira, 2004).

Política, corrupção e interesses particulares

O Quadro 2 apresenta os sentidos e alguns exemplos que constituem a segunda categoria temática, presente nos relatos de 13 jovens.

Quadro 2: Política associada à corrupção e interesses particulares – sentidos e narrativas dos jovens

Descrição	Trechos das narrativas
Nesta categoria temática, a política é valorada negativamente, sendo associada a interesses pessoais, favorecimento de grupos e corrupção. Segundo esta compreensão, as pessoas que se interessam pela política ou que passam a integrar os organismos do Estado são, em sua maioria, movidas por interesses pessoais, como dinheiro, <i>status</i> e poder, de modo que a política acabaria beneficiando sempre os mesmos grupos, deixando de lado uma parcela da população – em geral os mais vulneráveis. Ainda neste entendimento, mesmo aqueles políticos que inicialmente possuem boas intenções, acabam se corrompendo e sendo absorvidos pelo sistema, afinal, há uma engrenagem em movimento, um funcionamento já estabelecido que impossibilita qualquer ação que destoe desta lógica corrupta e corporativa. Como decorrência desta dinâmica de interesses, a política é associada a uma prática baseada na troca de favores, em uma lógica na qual aqueles que estão no poder beneficiam seus apoiadores e acabam por preterir – inclusive no acesso aos serviços públicos – as pessoas e grupos que a eles não se alinham. Por este motivo, ainda, alguns dos estudantes – sobretudo aqueles que residem em municípios menores – mencionam certo receio na manifestação de ideias que possam a vir a contrariar o <i>establishment</i> , já que esse tipo de comportamento pode gerar represálias.	<p>“As pessoas mais pobres é as que mais acabam sofrendo, enquanto os grandes, que têm dinheiro, detentores do poder, são os que mais são beneficiados com a política.” (Sabrina, Geografia, Campo Mourão).</p> <p>“Todo mundo cansou de ouvir, só ouve corrupção, corrupção, corrupção, preso, delação etc. [...]. As coisas parecem tão corruptíveis, porque mesmo quando a pessoa entra com boas intenções, ela não consegue se manter lá dentro, porque ela não se adapta ao sistema que já está engrenado.” (Beatriz, História, Campo Mourão).</p> <p>“Eu trabalho na prefeitura [...] não importa quem entra ali [para prefeito], você tem que gostar né. E daí às vezes eles pedem para fazer campanha [...] e quem não faz depois eles ferram de algum jeito, é sacanagem sabe [...] O que eu tenho de noção de política no meu dia a dia é isso: puxa-saqueísmo, coisas assim que não é certo de se fazer, porque a gente trabalha certinho e só se fode. [...] eu prefiro não me meter.” (Juliana, Geografia, União da Vitória).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à concepção que associa política aos interesses particulares e à corrupção, é possível perceber que, com base em tal entendimento, os jovens adotam uma postura de afastamento – e até de repulsa – com relação a esta esfera, afinal, há uma percepção de que os organismos do governo estariam estruturados de modo a atender a interesses de pessoas e grupos específicos. Nessa categoria temática, a política a qual se referem os estudantes de nossa investigação está associada à institucionalidade do Estado, ao espaço formal, isto é, aos políticos que ocupam os cargos nas diferentes esferas de poder. A descrença com relação ao Estado manifestada pelos jovens pode ser entendida no encalço de uma desconfiança nas instituições, de um movimento de ocupação do espaço público pelas questões privadas, e, em última instância, da própria instabilidade da democracia na contemporaneidade (Castells, 2018; Bauman, 2000; 2008; Gohn, 2018).

Ao analisar o cenário político dos últimos anos na Europa, Estados Unidos e também na América Latina – inclusive no Brasil –, Castells (2018: 12) verifica um movimento de ruptura na relação entre governantes e governados, que culmina no distanciamento entre a classe política e os cidadãos. A perda da confiança nos políticos, decorrente em parte da publicização dos escândalos e casos de corrupção, acaba por gerar uma descrença para com o próprio sistema. Deste modo, o autor sugere a existência de uma crise da democracia liberal, na qual há um questionamento da legitimidade da política, isto é, “o sentimento majoritário de que os atores do sistema político não nos representam”. Esta é a lógica que parece estar presente nestas narrativas dos jovens, que, ao falarem sobre a política, argumentam que “Todo mundo cansou de ouvir, só ouve corrupção”, uma vez que “Todo mundo que está ali acaba se corrompendo”.

A este entendimento, soma-se, ainda, a perspectiva que os jovens constroem acerca de uma das faces visíveis do Estado, que passa a ser entendido como seletivo e excluente (“os [...] detentores do poder são os que mais são beneficiados com a política”), proporcionando uma distribuição desigual dos direitos, e levando os estudantes a terem receio de se manifestar e de se envolver com questões políticas. Ao que parece, isso fica ainda mais claro tendo em vista que os estudantes da pesquisa residem em municípios de pequeno porte, nos quais há uma relação mais próxima com as instituições e representantes do poder formal:

Eu prefiro não me meter. (Juliana, Geografia, União da Vitória).

Não pode ficar se envolvendo muito [...] na minha cidade, eu acabo sendo um pouco mais oprimida. (Andréia, História, Paranavaí).

A pessoa precisa de saúde e acaba não tendo atendimento: “não vamos te ajudar porque você não me deu seu voto”. (Sabrina, Geografia, Campo Mourão).

Nesse sentido, podemos dizer que a máquina estatal adquire uma conotação próxima à ideia de *pólvica* desenvolvida por Rancière (1996, 2006), entendida como responsável pela organização de poderes, pela distribuição hierárquica de lugares e funções, buscando legitimá-las, naturalizá-las e promovendo relações de opressão e exclusão. Assim, para além da dinâmica de disciplinarização dos corpos, a polícia atua como “uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (Rancière, 1996: 42). Essa noção seria justamente oposta à noção de *política*, a qual, para Rancière, deve ser entendida como a interrupção das distribuições desigualitárias, por meio da revelação dos conflitos, em busca da igualdade (Rancière, 1996; 2006; Machado, 2013; Fair, 2009). Deste modo, segundo as narrativas dos jovens da pesquisa, o Estado, em lugar de atuar na

busca pela igualdade, acaba por reforçar desigualdades e exercer certo poder coercitivo sobre a vida das pessoas, uma vez que está sob o comando de políticos que empreendem práticas corporativas e corruptas, interessados em benefícios pessoais e na manutenção de seus privilégios.

Política como espaço de debate, manifestação de ideias e posicionamentos

Quanto a esta categoria temática, 13 dos 14 jovens manifestaram uma perspectiva de política associada ao espaço de debates, ideias e posicionamentos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 3: Política como espaço de debate, manifestação de ideias e posicionamentos – sentidos e narrativas dos jovens

Descrição	Trechos das narrativas
<p>Nessa compreensão, a política é associada à manifestação pública de posicionamentos e ideias, que expressam diferentes visões de mundo, por vezes consoantes e, em outros casos, contraditórias, conflitivas – e que, portanto, entram em disputa. A política não está limitada à esfera institucional, e está presente até mesmo nas relações cotidianas dos próprios estudantes. Os jovens entendem que a política se efetiva nos discursos, nos argumentos, nos debates, por meio dos quais o sujeito pode influenciar os demais. Ao mencionarem os posicionamentos políticos e as diferentes visões de mundo implicadas, referem-se com grande frequência ao debate/embate que se criou entre aquilo que entendem por <i>direita X esquerda</i>. Nesse sentido, ao narrarem acerca de suas compreensões sobre a política, os participantes acabam também se posicionando e reforçando a polarização construída – embora, em alguns casos, também discordem desta perspectiva dicotômica. Por envolver o debate de ideias e a disputa de posicionamentos, os jovens também manifestam certo incômodo gerado pela política em suas interações em diferentes âmbitos, tanto no familiar quanto em outros espaços. Nessa direção, falar sobre política é muitas vezes tomado como sinônimo de brigas, desentendimentos, conflitos, fazendo com que alguns dos participantes acabem inclusive se distanciando dos debates políticos.</p>	<p>“Tem os atos políticos da vida: de falar, de existir, de questionar, de dar aula, de discutir com os amigos [...]. É existir como ser político, como todo mundo existe, dando minhas opiniões, tentando mover as políticas de estado conforme essa minha visão de mundo, votando e discutindo sempre. [...] Essa ideia de fazer política é mais ou menos por aí: tentar influenciar as pessoas, tanto profissional, como professor, quanto no pessoal.” (Rodrigo, História, Paranaguá).</p> <p>“Eu pude reconhecer a esquerda muito mais próxima ao meu cotidiano do que a direita. Então, sendo o curso voltado ao pensamento crítico, você passa a ter uma visão sobre ações da direita e esquerda, você passa analisar e compreender mesmo as coisas. E, quando você comprehende, você se posiciona.” (Lauro, História, Paranavaí).</p> <p>“Hoje em dia, nessa questão de política e corrupção, parece que o mundo se dividiu entre direita e esquerda. [...] as pessoas deixam de se falar por questões políticas, por posicionamentos políticos [...]. Elas brigam por isso, olham para você de cara feia porque você segue tal movimento, tal pensamento de algum partido.” (Beatriz, História, Campo Mourão).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Na terceira categoria temática revelada, a política é vista como espaço do debate, da manifestação de ideias e de posicionamentos – que, na compreensão dos jovens, pode ocorrer tanto no espaço da política formal e institucional quanto nas relações cotidianas. Dois elementos merecem destaque em nossa análise: em primeiro lugar, a referência bastante recorrente à polarização entre direita e esquerda nos assuntos a respeito da política; em segundo, uma compreensão de que a política conduz ao conflito, às brigas e que, diante disso, muitos dos jovens preferem não apenas se abster, como se distanciar de tais discussões.

Para abordar o primeiro destes elementos – a dicotomia entre direita e esquerda –, entendemos ser adequado contextualizar as disputas políticas ocorridas no Brasil ao longo dos últimos anos. Antes, porém, vale uma ponderação, ainda que breve, acerca da utilização de tais categorias para a compreensão dos embates que hoje estão presentes no país. A despeito da polissemia, das dificuldades e das controvérsias envolvidas na definição dos termos direita e esquerda (Taroco; Madeira, 2013; Cruz, 2015), parece-nos pertinente a ideia de que o projeto da esquerda – em suas diversas manifestações, linguagens e nuances – busca questionar desigualdades que considera injustificadas, mas que são em geral encaradas como sagradas, naturais ou inevitáveis pela direita (Cruz, 2015; Lukes, 2003). Isso posto, acreditamos que, de alguma forma, a diferenciação entre essas linhas de pensamento – que servem de base para as narrativas dos jovens participantes da pesquisa –, podem auxiliar na compreensão do cenário político brasileiro na atualidade.

Ao analisar os diferentes protestos de natureza política ocorridos no país na última década, Tatagiba e outros (Tatagiba, 2018; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015) identificam um movimento crescente que vem sendo protagonizado pela direita desde 2007, e que teve na campanha pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016, uma de suas maiores expressões. Trata-se de grupos e de organizações, sem tradição de militância e ocupação dos espaços públicos em protestos, que passam a se fazer cada vez mais presentes, defendendo pautas cujo núcleo discursivo e simbólico está centrado no regime político – manifesto na luta contra a corrupção e no ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT) – e na autoridade – enfocando, sobretudo, os temas da defesa da família e da ordem, inclusive com apelos ao retorno do regime militar. Pode-se dizer que o mote catalisador desta dinâmica gira em torno da “indignação com a corrupção das instituições da democracia, seletivamente dirigida ao PT, conformando um *antipetismo* com forte apelo nas ruas” (Tatagiba, 2018: 93, grifo da autora). Além da própria campanha em favor do *impeachment*, destacam-se os panelaços e as várias manifestações que traziam como palavras de ordem “Fora PT”, “Fora

Dilma” e “Fora CorruPTos”. Em sua maioria, os organizadores estavam vinculados a movimentos constituídos ao longo deste período, como o “Vem Pra Rua”, “Revoltados On-line” e “Movimento Brasil Livre” – todos com forte atuação nas redes sociais e em grande parte protagonizados por jovens (Gohn, 2018; Tatagiba, 2018; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015).

É fato que tais eventos trouxeram grandes implicações nos debates políticos, acirrando disputas entre diferentes grupos e setores da sociedade, repercutindo não apenas nas composições partidárias e eleitorais, como também nas relações cotidianas das pessoas. São essas implicações que os jovens de nossa pesquisa identificam como sendo a polarização entre direita e esquerda:

A gente vive hoje no Brasil [...] uma polarização de esquerda e direita demobilizada. [...] Não tem como ser neutro. (Rodrigo, História, Paranaguá).

Parece que o mundo se dividiu entre direita e esquerda. (Beatriz, História, Campo Mourão).

[Sobre a relação entre o curso de Graduação e a política] normalmente elas são concentradas mais por um viés de esquerda, e a maioria dos movimentos de esquerda não são coisas que eu concordo. (Wagner, História, União da Vitória).

Importante ressaltar que não há uma unanimidade no posicionamento dos estudantes – ainda que vários deles façam a defesa do viés de esquerda, que também seria, segundo eles próprios, priorizado por seus cursos de Graduação –, havendo participantes que se declaram abertamente em favor do que entendem ser de direita. A propósito, a constatação de tal diversidade de posicionamentos, de certa forma, coloca em análise um entendimento que associa a educação pública – especialmente os conteúdos das Ciências Humanas – a uma possível doutrinação político-ideológica por parte dos professores (Frigotto, 2017; Ação Educativa, 2016).

Outro ponto a ser destacado com relação a esta categoria temática é a ideia de política associada a embates, tensões e conflitos, decorrentes de posicionamentos antagônicos defendidos pelas pessoas. Na visão dos jovens, os desentendimentos implicados no debate político são vistos como indesejados, já que levariam a esgarçar as sociabilidades estabelecidas em seu cotidiano, seja na família, em sala de aula ou no trabalho.

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009), nem toda política implica em confronto, o qual se faria presente apenas diante de reivindicações de grupos cujas

pautas ameaçariam outros grupos. De modo análogo, autores como Jürgen Habermas e John Rawls enaltecem a importância do consenso – obtido com base na racionalidade – como ponto de chegada das interações entre os sujeitos, o que possibilitaria a vida em comum (Miguel, 2014; Lois, 2005; Lima, 1993). Para além deste pensamento que entende a política e a democracia como o exercício racional em busca do consenso (Mendonça; Vieira Jr., 2014; Machado, 2013), há ainda, na literatura, autores que compreendem a política como um campo necessariamente permeado por conflitos, dissensos e disputas. É o caso, por exemplo, de teóricos como Hannah Arendt, Ernesto Laclau e Jacques Rancière, os quais, ainda que fundamentados em perspectivas teóricas divergentes, entendem o conflito como elemento inerente à política, que adquire um caráter reivindicatório e contra-hegemônico, não apenas no plano teórico como também no da práxis (Fair, 2009; Machado, 2013). Nesse sentido, concordamos com Miguel (2014), para quem o conflito é próprio da política e, uma vez que sua intensificação pode trazer entraves à vida em sociedade, faz-se necessária a busca por uma unidade mínima que possibilite a convivência. Ainda assim, segundo o autor, “o reconhecimento da importância dessa preocupação não elimina o antagonismo das disputas políticas, nem o fato de que as regras e procedimentos não são neutros em relação aos grupos e interesses em choque” (Miguel, 2014: 15).

Este entendimento – que vemos como adequado para a compreensão da dinâmica política, em especial no Brasil – parece indicar uma outra direção daquela sugerida pelos jovens da pesquisa, uma vez que, para estes, os debates políticos comprometem a convivência entre as pessoas, pois envolvem brigas e desentendimentos que deveriam ser evitados ou minimizados: “não tem como discutir com ele [...] não há convergência de ideias”; “A gente briga muito e estraga o almoço de todo mundo. [...] Não vai adiantar a gente ficar ali se matando”; “eu fico bem longe desse tipo de coisa, [...] não mostro minha opinião porque daí já começa a brigar”. Como vemos, esta compreensão defendida pelos estudantes – que, em última instância, parecem atuar no sentido de suprimir ou evitar os conflitos na vida coletiva – acaba por trazer implicações para o modo como se posicionam: diante da inevitabilidade da tensão, os jovens optam por se afastar dos embates e dos conflitos, deixando em segundo plano os assuntos que envolvam questões políticas.

Política e formas de participação

Todos os jovens da pesquisa referiram-se, de algum modo, a esta categoria temática, que traz a política associada a diferentes formas de participação na vida pública, como podemos constatar no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4: Política e formas de participação – sentidos e narrativas dos jovens

Descrição	Trechos das narrativas
<p>Nesta categoria temática, o sentido de política refere-se à participação na vida pública, que pode se dar de diferentes formas, abrangendo tanto as instâncias do Estado – partidos políticos, campanhas e eleições nas diferentes esferas de poder – quanto outras vias de ação, como o envolvimento em grupos estudantis, greves e outros movimentos políticos. Os jovens enfatizam distintos modos de participação, que podem se dar por meio da escolha de representantes ou mesmo pelo engajamento do próprio sujeito em manifestações coletivas. Nessa direção, um primeiro sentido que emerge das narrativas é o da política como espaço de representação, de modo que a política aparece diretamente relacionada ao direito de escolha, sobretudo às eleições para as instâncias executivas e legislativas do Estado. O significado da política se expressa pelo envolvimento em campanhas e/ou pelo exercício do voto – que, a propósito, conforme a legislação eleitoral brasileira, é obrigatório. Os mesmos sujeitos reconhecem a existência de outros modos de participação política, embora, em alguns casos, optem por se manter afastados de tais manifestações. Há, ainda, diversos jovens que relacionam a política justamente ao envolvimento direto – isto é, não restrito apenas à escolha de representantes – em movimentos e grupos políticos, como: diretório acadêmico, greves, protestos, ocupações de escolas e universidades, entre outros. Assim, quando refletem acerca da política, de seus significados e de como esta impacta em suas vidas, acabam por mencionar a participação nos eventos citados.</p>	<p>“Expor ideias e ter alguém que represente você, por mais que hoje a gente não veja isso, mas a política serve a isso, uma coletividade e alguém que represente a voz de alguém.” (Rafael, História, Paranaguá).</p> <p>=“A partir do momento em que vou ao lugar de votação e voto, já estou sendo uma pessoa política, votar e eleger candidatos.” (Janaína, Geografia, Paranavaí).</p> <p>“[As vivências na Universidade] Incentivam [a participação política] em movimentos, principalmente quando aconteceram as greves e paralisação aqui, ocupação. [...] Essa coisa da minoria entrar para a faculdade, envolve muita política, e isso faz com que você entre nesse mundo, você participe das passeatas que acontecem contra governadores, contra políticos que querem sucatear a universidade.” (Luiza, História, União da Vitória).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao associarem o sentido da política às formas de participação, podemos perceber dois movimentos que emergem das compreensões dos jovens da pesquisa. No primeiro deles, a política se refere ao âmbito da formalidade do Estado, girando em torno dos calendários eleitorais, e a participação dos jovens fica circunscrita à realização de campanhas e ao exercício do voto, isto é, da escolha dos representantes nas diferentes esferas – local, estadual e nacional.

Palmeira (2002, 1996) sugere, com base em seus trabalhos antropológicos, que os períodos eleitorais se constituem como momentos em torno dos quais a sociedade se mobiliza, envolvendo todas as pessoas e grupos em uma dinâmica de disputas e conflito autorizado. É nesse momento – denominado pelo autor como *tempo da política* – que os cidadãos percebem a política fazendo parte de seu cotidiano, quando vivenciam mais intensamente as disputas implicadas no processo de escolha dos representantes. Fora deste período, isso é, no dia a dia das pessoas comuns, a política é vista como atividade própria e restrita àqueles que exercem seus mandatos no Executivo e no Legislativo. De modo análogo, Cervi (2010) comprehende que, para o eleitor, isto é, para a maioria da população, o tempo da política coincide com o período eleitoral, ainda que as movimentações partidárias, a construção de alianças e as relações de poder entre os políticos se efetivem continuamente. Deste modo, o que se revela é que, de fato, a política é associada, em geral, apenas aos períodos eleitorais, sendo que a participação de grande parte dos indivíduos limita-se ao momento do voto, cabendo aos eleitos, isto é, aos “políticos”, desempenhar sua função de mediadores entre a população e o Estado.

Nesta dinâmica, Castro (2016) afirma que o sistema de democracia representativa acabou por restringir ao voto a participação do cidadão junto à esfera pública, transformando-o, em última instância, em um sujeito político passivo. Nesse sentido, a “ocasional participação política por meio do voto significou o progressivo desinvestimento psíquico da maioria dos cidadãos adultos das disputas e dos embates públicos. [...] A especialistas, gestores e políticos delegou-se a tarefa de exercer o cuidado com o mundo” (Castro, 2016: 83). Com base nessa lógica, ao que sugerem nossos dados, os jovens parecem considerar suficiente exercer a participação política nos períodos eleitorais, afirmindo que, em outros momentos, permanecem afastados dessa dimensão.

Na questão de me posicionar quanto ao voto, por exemplo, sim, porque eu tento também participar, perceber qual candidato seria melhor [...] agora, quanto a participar realmente dentro da política, eu acho que não. (Vivian, História, Campo Mourão).

[Participa de atividade que considera política?] Não, acho que não, é só ali dentro, quando tem campanha, aí vamos pedir voto e fazer campanha, mas fora isso não. (Gustavo, Geografia, Campo Mourão).

O meu pai já se candidatou para vereador aqui na cidade [...] Daí, nesse momento, eu participava, porque eu tinha que ajudar, porque era meu pai. Tinha que dar apoio, né? [...] Mas foi unicamente essa vez. (Beatriz, História, Campo Mourão).

Por outro lado, como um segundo movimento a ser destacado com base nessa categoria temática, encontram-se os jovens que relacionam a política a uma participação engajada em movimentos e grupos, não se limitando ao exercício do voto. Trata-se, neste caso, de uma compreensão mais ampliada de política e participação, implicada no envolvimento direto do sujeito, uma vez que sua atuação não se restringe à escolha de representantes, tampouco de delegar aos mesmos a possibilidade exclusiva de agir junto à esfera pública para atender às demandas da sociedade. Embora metade dos participantes tenham mencionado expressamente que não se consideram sujeitos políticos, ou que não participam de nenhuma atividade política, outros sete apresentaram relatos que revelaram a participação e envolvimento em diferentes movimentos e grupos, como grêmio estudantil, movimento feminista, greves, a ocupação nas universidades, entre outros. Podemos conferir este sentido nos exemplos a seguir:

Eu já participei de coisa assim, tipo quando a gente estava em greve aqui, que fizeram passeata, fizeram coisa aqui na praça pela Unespar, como eu estava me sentido atingida, daí eu participei (Juliana, Geografia, União da Vitória).

Participei das ocupações. [...] Estava próximo do ENEM, então eu me propus a ministrar aula sobre ditadura militar, que é algo que sempre cai nas provas. [...] Se estiver tendo um protesto, alguma coisa, eu sempre estou lá pra falar. Eu participei da greve geral. [...] Eu participei de greve no terminal também, eu fechei o terminal por causa do aumento da tarifa. (Rodrigo, História, Paranaguá).

Cabe ressaltar que, conforme mencionaram os próprios jovens, a participação em movimentos e manifestações nem sempre se deu de modo intenso ou como resultado de uma convicção do próprio sujeito, mas sim por influência de professores e amigos: “por causa dos meus amigos, que já estavam aqui”; “o menino que entrou comigo [na faculdade] já tinha a vivência dos grêmios, então a gente bolou para fazer o diretório”. Ainda, em alguns casos, os sujeitos expressam até mesmo certa discordância para com tais movimentos: “é uma coisa que me incomoda um pouco, mas eu participei só essas vezes que teve coisa de greve”.

Podemos verificar que, desde as Jornadas de Junho de 2013, a participação dos jovens brasileiros em manifestação de protestos nos espaços públicos tem se ampliado (Gohn, 2018; Castro, 2015). A propósito, após as referidas

Jornadas – ocorridas em diferentes municípios do país –, os jovens passaram a ser vistos como o principal grupo representante do “sentimento brasileiro de indignação”. Tais eventos, que se destacaram por sua amplitude, impacto e pela rapidez de sua difusão, trouxeram como características o intenso uso das mídias sociais e a ação direta dos sujeitos, que tomam os espaços públicos como palco privilegiado das manifestações, em busca de expressão e visibilidade (Barreira, 2014).

É preciso ressaltar que tais manifestações por parte da juventude nem sempre se constituem com base em uma homogeneidade nas pautas e nos posicionamentos, sendo possível observar diferentes demandas – que abrangem tanto preocupações políticas quanto sociais e morais – que são orientadas por distintas referências político-ideológicas (Gohn, 2018; Castro, 2015; Tatagiba, 2018). A participação em movimentos e grupos nem sempre decorre de uma intencionalidade lúcida e esclarecida por parte dos jovens, ou mesmo de uma trajetória de militância, mas por vezes se dão ao acaso, na esteira de um evento em curso e/ou mesmo pela influência de pessoas próximas (Castro, 2016). De todo modo, ao participarem de tais movimentos e manifestações políticas, os jovens se organizam de diferentes maneiras, buscando formas nem sempre hierarquizadas ou centralizadas na tomada de decisões, e construindo sociabilidades e laços de solidariedade e responsabilidade que influenciam no modo como passam a se posicionar diante da coletividade (Gohn, 2018; Castro, 2016).

É com este olhar, portanto, que devemos ler as experiências dos jovens de nossa pesquisa junto a movimentos e grupos, bom como às greves e ocupações das escolas e universidades, dos quais vários deles mencionam ter participado, e que passaram a fazer parte de suas compreensões acerca da dimensão política. Tal participação e engajamento não podem ser vistos apenas como resultado de uma ação motivada por valores e ideologias já construídos pelos jovens em suas trajetórias, mas são também – e em grande parte – influenciadas pelas relações interpessoais que estabelecem, assim como pelos próprios eventos ocorridos no Estado e nas universidades públicas ao longo de seu curso de Graduação.

Política, conhecimento e formação universitária

Esta última categoria temática, presente nas narrativas de 12 dos 14 jovens, apresenta um sentido de política associado ao conhecimento e à formação universitária, como podemos conferir no Quadro 5.

Quadro 5: Política relacionada ao conhecimento e à formação universitária – sentidos e narrativas dos jovens

Descrição	Trechos das narrativas
<p>Nesta categoria temática, o sentido de política está relacionado ao conhecimento, ao âmbito da razão. A vivência e compreensão da política exige estudo, visão crítica, informação, embasamento e, nesse aspecto, o curso de Graduação e a trajetória na Universidade assumem um papel importante para esses jovens, na medida em que possibilitam ir além do senso comum e da ingenuidade e, com base na formação recebida, questionar os “discursos comprados” presentes no meio social. Os jovens compreendem o conhecimento como uma condição necessária para a atuação política – de si mesmo, a fim de saber tomar posição, quanto das outras pessoas, em especial dos políticos em geral. Este sentido emerge igualmente quando os jovens comentam acerca de suas interações com os familiares, quando eventualmente conversam sobre temáticas relacionadas à política, sendo que os estudantes associam o grau de conhecimento e informação à capacidade de debater e argumentar a respeito dos assuntos e eventos políticos. Por fim, estão muito presentes as narrativas relacionadas ao curso de Graduação e à Universidade, que aparecem como uma experiência fundamental e condicionante de seus entendimentos, proporcionando conhecimentos, pensamento crítico e embasamentos para que esses jovens comprehendam a política, saibam se posicionar e participar de modo consciente da sociedade.</p>	<p>“é muita pessoa sem conhecimento. Creio que as pessoas estão envolvidas na política deveriam ter mais estudo, ter mais fundamentação sobre aquilo que estão fazendo, buscar observar o que acontece no mundo ou no local onde vivem para fazer algo de benéfico àquela região.” (Janaína, Geografia, Paranavaí).</p> <p>“[Converso sobre política] com o meu irmão, às vezes, só que ele não entende nada. Não sabe nem o que ele está falando, usa aqueles discursos comprados.” (Andréia, História, Paranavaí).</p> <p>“A mãe não tem muito argumento. O pai lê mais, tem mais argumento. Nessa questão de política, ele lê jornal, sabe uma informação que é mais maliciosa e tudo mais.” (Flávio, Geografia, Paranavaí).</p> <p>“O curso também dá esses incentivos, porque você tem essa visão mais crítica, você percebe realmente o que está acontecendo à sua volta, como que está sendo levada essa questão política.” (Vivian, História, Campo Mourão).</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisarmos esta categoria temática, verificamos, em primeiro lugar, que o sentido que os jovens atribuem à política dá destaque às contribuições obtidas com base na formação na universidade, pelo conhecimento e visão crítica adquiridos durante a trajetória na Graduação. Com efeito, em investigação anterior, também com jovens da Unesp, foi possível perceber que o ingresso no Ensino Superior proporcionou, na visão dos estudantes, uma compreensão mais crítica e ampla sobre a política, além de incentivar a participação dos jovens (Souza, 2019).

Conforme já expressamos em outras pesquisas (Pátaro; Mezzomo; Gallardo, 2018), concordamos com alguns autores quando afirmam que é responsabilidade

da Universidade constituir-se como espaço público de produção de conhecimento, discussão crítica, tomada de consciência e engajamento sociopolítico (Santos, 2011; Severino, 2009; Landinelli, 2009). A formação em nível superior certamente promove modificações nas concepções dos sujeitos, podendo figurar como um elemento relevante na constituição de suas identidades, sendo o ingresso em uma Universidade um momento relevante na biografia do sujeito. O ambiente familiar, vivido em geral até a entrada no Ensino Superior, é confrontado com uma nova realidade de mundo proporcionada pelo ambiente universitário, colocando muitas vezes em cheque as compreensões, valores e comportamentos adquiridos junto à família (Oliveira; Panasiewicz, 2014). Neste sentido, entendemos que tais mudanças podem promover também transformações na visão de mundo e nas concepções dos jovens que passam a vivenciar o ambiente universitário.

Nesta direção, é possível entender que a formação em nível superior pode promover diálogos e reflexões que influenciam o modo como os sujeitos lidam com as mensagens políticas e culturais que recebem, e, consequentemente, na forma como passam a intervir. Ainda que suas ações possam ser limitadas por situações estruturais – condição socioeconômica, acesso a bens e serviços, entre outros –, os jovens têm a possibilidade de agir com base em sua interpretação do contexto em que está inserido (Alonso, 2004). De certa forma, esta é a perspectiva que parece permear o sentido que os estudantes da pesquisa atribuem à política nesta categoria temática.

Por outro lado, é preciso considerarmos que a compreensão dos jovens reforça, ao mesmo tempo, a ideia de que a ação política estaria restrita aos sujeitos esclarecidos, detentores do conhecimento, da razão e do pensamento crítico. Esta visão, de alguma forma, remonta ao entendimento dado por Kant (2005) – um dos representantes do Iluminismo europeu – ao alvorecer da modernidade, quando defende que o esclarecimento – que também pode ser compreendido como a racionalidade do indivíduo – seria condição essencial para a autonomia moral e intelectual, isto é, para a superação do estado de menoridade, de tutoria e dependência.

Este é justamente o raciocínio que sustenta a noção do homem público do iluminismo, cuja construção se ancora no princípio universal de regulação institucional e individual, na secularização e na racionalização (Castro, 2016). Ainda segundo Castro, com base nessas premissas, características da modernidade, o espaço público, em contraposição ao mundo privado, passa a ser destinado às discussões acerca do bem comum, e o exercício da cidadania plena implica uma preparação cognitiva, emocional e moral. Tal modelo de constituição do sujeito

público – influenciado pelas práticas europeias oitocentistas e igualmente pelas considerações de teóricos como Durkheim – passou a ser visto como único e universal, orientando a formação de indivíduos livres, racionais e civilizados, que apenas quando adultos se tornariam capazes de atuar na vida pública e nas questões políticas. Como consequência de tal entendimento, às crianças e aos jovens passou a ser reservado um processo de preparação, apartado da vida pública, e amparado por instituições como a família e a escola, nas quais esses sujeitos – ainda em formação e incapazes de participar da esfera pública – deveriam ser protegidos das tensões e conflitos da sociedade. Essa é, inclusive, a defesa de Arendt (2002, 2007), para quem a instituição escolar não deveria se constituir como um espaço público e político, já que os debates e conflitos deveriam ser prerrogativa apenas do mundo adulto. Diante do exposto, é fato que tal perspectiva traz certas dificuldades para pensarmos as relações entre juventude e política, uma vez que aos jovens – ainda imaturos, despreparados e pouco críticos – não caberia a possibilidade de participação política.

Nesse sentido, a perspectiva dos estudantes participantes da pesquisa parece sugerir que o ingresso na Universidade os autoriza e os capacita – com o capital cultural e as regras necessárias – para a atuação no campo político (Bourdieu, 2011), reforçando a ideia de que o conhecimento e a razão devem ser uma condição para a boa política, que não pode ser exercida por todos, senão por aqueles que possuem o esclarecimento. É assim, por exemplo, que a Universidade – também tomada como lócus do conhecimento – parece ser, segundo os jovens, um espaço mais apropriado aos debates políticos do que o âmbito familiar, já que este último é marcado pela convivência com pessoas menos estudadas, sem argumentos e suscetíveis ao senso comum, aos discursos enganosos e à manipulação pelas mídias.

Considerações finais

Ao olharmos para os diferentes sentidos que os jovens atribuem à política, consubstanciados nas cinco categorias temáticas construídas, é possível problematizar de que forma esses sujeitos compreendem e lidam com a dimensão pública, com a coletividade e com os princípios e valores tidos como relevantes e que deveriam ser comuns a toda a sociedade. Para os jovens da pesquisa, a dimensão política aparece relacionada, ao mesmo tempo, ao espaço público para a construção do bem comum; aos interesses particulares e corrupção; ao debate, à manifestação de ideias e aos posicionamentos; à participação; e ao conhecimento. Em cada uma dessas facetas, podemos perceber, simultaneamente,

as influências das condições subjetivas e dos eventos e dinâmicas que marcam o contexto mais amplo.

Deste modo, fica ressaltada uma grande diversidade nas compreensões dos estudantes, seja em relação às concepções acerca da política, às formas de ação e participação na sociedade, ao posicionamento político que expressam, ou mesmo às influências proporcionadas pelo curso de Graduação. Com efeito, o que percebemos é um mosaico de sentidos, que abarcam consensos e contradições, e que são construídos com base em diferentes trajetórias e das múltiplas influências que cada jovem recebe com base em seus espaços de sociabilidade. Não há, portanto, como separar as compreensões dos sujeitos jovens do contexto ao qual estas se articulam e no qual se constituem, de modo que a dicotomia entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade parecem não ser apropriadas para o entendimento das dinâmicas contemporâneas, em especial no que tange à relação entre juventude e política (Mayorga, 2013; Latour, 2012).

Dante disso, há que se questionar os estereótipos construídos – em parte pela própria literatura, reforçada pelo imaginário social – que compreendem os jovens como apáticos ou afastados das discussões da vida pública, ou mesmo que associa o ingresso na Universidade a uma maior participação e engajamento político (Mayorga, 2013; Boghossian; Minayo, 2009). Ainda, os diversos sentidos que os jovens atribuem à política deixam claro que não se pode mais considerar a participação apenas com base nas vias tradicionais ou nas formas institucionais de organização do Estado, mas que há outros espaços, relações e debates que são articulados e compreendidos como sendo parte da dimensão política.

No entendimento dos jovens participantes, as compreensões acerca da política são embasadas pelos significados que atribuem a elementos como a coletividade, a atuação do Estado e de seus representantes, os conflitos presentes nas relações interpessoais, o alcance das ações dos sujeitos nos espaços e debates públicos, o pensamento crítico e as relações de poder, entre outros. Os sentidos atribuídos à política aqui sistematizados trazem implicações que, em alguns casos, favorecem a aproximação do jovem à dimensão pública e coletiva, à discussão e às disputas pelo bem comum e, em outros casos, conduzem a um distanciamento, ou mesmo a certa passividade e aceitação da realidade. De modo análogo, algumas das compreensões reforçam a ideia de que a política se constitui como uma dimensão restrita a determinados indivíduos e a determinados tipos de organização e relação, enquanto outras potencializam o engajamento efetivo de todos, em diferentes formas e espaços, nas decisões coletivas da sociedade. De toda forma, a análise e interpretação de nossos

dados sugerem que não é possível compreender a constituição do sujeito político como um processo linear e contínuo – como apregoava o ideal iluminista do homem público –, isto é, de uma condição de inaptidão e de imaturidade para um estado de maior racionalidade, conhecimento e criticidade, tipo ideal que se pretenderia universal. A multiplicidade que marca os entendimentos dos jovens, bem como os diversos fatores e influências que se configuram na relação entre sujeito e meio social nos levam a ressaltar tal processo como algo muito mais complexo e dinâmico. Além disso, é fato que não se pode associar a participação dos jovens e o engajamento em movimentos e manifestações a ideais transformadores e emancipatórios atribuídos em geral a grupos de esquerda, inclusive pela onda crescente de manifestações em uma perspectiva de direita, como podemos verificar nos últimos anos no Brasil (Tatagiba, 2018; Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Castro, 2015). O que pudemos depreender de nossos dados foi, ao mesmo tempo, a existência de jovens que participam de tais eventos por motivações político-ideológicas – de espectros distintos –, como também daqueles que acabam se envolvendo por razões circunstanciais, em busca de estar com seus pares e com eles compartilhar emoções e vivências (Castro, 2016), levados pelos acontecimentos e relações próprios dos espaços que frequentam, como foi o caso dos movimentos nacionais contra a corrupção de políticos, ou voltados ao *impeachment* da presidente, ou mesmo das greves e ocupações que marcaram o cenário da educação paranaense ao longo da trajetória desses jovens no Ensino Superior.

Assim, ao que parece, o processo de constituição do sujeito político – isto é, do modo como os indivíduos se posicionam diante da dimensão pública e dos valores que devem ser comuns a toda a sociedade – se dá com base em uma multiplicidade de fatores e eventos, de modo nem sempre previsível e ao longo das vivências e das trajetórias dos sujeitos, que vão, nas relações que constroem e que estabelecem em seu cotidiano, (re)dimensionando suas convicções pessoais em vista das demandas e valores compartilhados coletivamente (Castro, 2016; Boltanski, 2014; 2017). Desse modo, os sentidos que atribuem à política, bem como as estratégias de participação na vida pública por parte dos jovens não são decorrentes necessariamente de um conjunto de princípios e pautas previamente construídos e acionados de modo racional, mas representam uma dinâmica complexa de experimentações que o sujeito efetiva no convívio com as demais pessoas e grupos da sociedade.

Por fim, vale termos presente a onda crescente de movimentos e pautas que parecem colocar em cheque algumas das conquistas da democracia no campo dos direitos humanos – e que parecem desestabilizar o papel do Estado e as

noções de democracia e de cidadania –, assim como a visibilidade e protagonismo que os jovens vêm ganhando nas atuais manifestações políticas ocorridas no Brasil, seja em busca de questionar ou de legitimar, de alguma forma, desigualdades e privilégios (Cruz, 2018; Lukes, 2003). Diante disso, argumentamos acerca da necessidade de aprofundar nosso olhar para as vivências, os significados e as relações que os jovens – vistos até pouco tempo como sujeitos “excluídos” da política (Castro, 2016; Arendt, 2002; 2007) – constroem com seus pares no fazer cotidiano, bem como de problematizar os espaços de formação, institucionalizados ou não, junto aos quais esses jovens constituem suas trajetórias, incluindo a própria Universidade.

Referências

- AÇÃO EDUCATIVA (Org.). *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo, Ação Educativa, 2016.
- ALONSO, Osvaldo. La lógica de los actores y el desarrollo local. *Pilquen*, Viedma, n. 6, 2004, pp. 50-65.
- ARENKT, Hannah. *O que é política?* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. *A Política*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 6 ed. Lisboa, Edições 70, 2011 (280).
- BARREIRA, Irlys Alencar F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações. *Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, jan./jun. 2014, pp. 145-164.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2000 (216).
- _____. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2008 (324).
- BOGHOSSIAN, Cyntia; MINAYO, Maria Cecília. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 3, 2009, pp. 411-423.
- BOLTANSKI, Luc. Uma crítica para o presente. Entrevista concedida a Camila Gui Rosatti, Eduardo Vilar Bonaldi e Mariana Toledo Ferreira. *Plural*, São Paulo, v. 21, n. 1, 2014, pp. 217-230.
- _____. Questionando a realidade. *Diálogo Global*, v. 7, n. 1, 2017, pp. 8-10. Disponível em: <<http://isa-global-dialogue.net/wp-content/uploads/2017/03/v7i1-portuguese.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5, jan./jul. 2011, pp. 193-216.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018 (152).

- CASTRO, Lucia Rabello. Reflexões sobre juventude brasileira e engajamento político-social. Entrevista concedida a Thaís Serafim e Lara Grigoletto Bonini. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 7, n. 12, 2015, pp. 11-19.
- _____. Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 21, n. 1, jan./mar. 2016, pp. 80-91.
- CERVI, Emerson Urizzi. O “Tempo da política” e a distribuição de recursos partidários: uma análise do HGPE. *Revista em Debate*, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, 2010, pp. 12-17.
- CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Monika; JARDIM, Fabiana. Juventudes e participação política no Brasil do século XXI: quais horizontes? *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, jan./abr. 2018, pp. 50-66.
- CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!*: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 13-47.
- FAIR, Hernan. Arendt, Laclau, Rancière: tres teorías filosóficas de la política para pensar, comprender y modificar el mundo actual. *Daimon: Revista Internacional de Filosofía*, Murcia, n. 48, 2009, pp. 97-116.
- FERREIRA, Bernardo. *O risco do Político*: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004 (339).
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ, 2017 (144).
- GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, jan./abr. 2018, pp. 117-133.
- IBGE Cidades. Portal eletrônico. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise*. São Paulo, Boitempo, 2016 (176).
- KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento? *Textos Seletos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, pp. 63-71.
- LANDINELLI, Jorge. Las finalidades públicas de la universidad en el contexto de la globalización. In: GENTILI, Pablo. (et al.). *Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina*. Rosário, Homo Sapiens Ed., 2009, pp. 205-224.
- LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, EdUFBA; Bauru, Edusc, 2012.
- LOIS, Cecília Caballero. A filosofia constitucional de John Rawls e Jürgen Habermas: um debate sobre as relações entre sistemas de justiça e sistemas de direitos. *Revista Seqüência*, n. 50, jul. 2005, pp. 121-141.

- LIMA, Luiz Antonio de Oliveira. Alternativas éticas ao neo-liberalismo: as propostas de Rawls e Habermas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993, pp. 335-350.
- LUKES, Steven. Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In: BALL, Terence; BELLAMY, Richard. (Eds.). *The Cambridge history of twentieth-century political thought*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 602-626.
- MACHADO, Frederico Viana. Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 13, n. 27, maio/ago. 2013, pp. 261-280.
- MAYORGA, Claudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – notas metodológicas. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 18, n. 2, abr./jun. 2013, pp. 343-350.
- _____. Por novas instituições, por uma nova política: o protagonismo dos jovens no Brasil. Entrevista concedida a Ada Fontanella e Laiza Campos. *Educação e Linguagens*, Campo Mourão, v. 6, n. 10, jan./jun. 2017, pp. 11-24.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, pp. 11-48.
- MENDONÇA, Daniel; VIEIRA JUNIOR, Roberto. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 13, jan./abr. 2014, pp. 107-136.
- MIGUEL, Luis Felipe. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agone”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 92, 2014, pp. 13-43.
- MÜXEL, Anne. Jovens dos anos noventa: à procura de uma política sem “rótulos”. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5/6, maio/dez. 1997, pp. 151-166.
- OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro; PANASIEWICZ, Roberlei. Tendências religiosas entre a população universitária: um estudo de caso. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, out./dez. 2014, pp. 1160-1186.
- PALMEIRA, Moacir. Política, Facções e Voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (Orgs.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1996, pp. 41-56.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, 2002, pp. 171-178.
- PÁTARO, Cristina Satié de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio; MILANES, Olga Alicia Gallardo. *Política, religião e desenvolvimento: compreensões de jovens universitários do Brasil e de Cuba*. São Paulo, Pimenta Cultural, 2018.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes; ALLAN, Nasser Ahmad (Orgs.). *29 de Abril: repressão e resistência*. Bauru, Canal 6/Projeto Editorial Práxis, 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Editora 34, 1996.
- _____. *Política, policía, democracia*. Santiago, LOM Ed., 2006.

- SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011 (120).
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades. *Avaliação*, São Paulo, v. 14, n. 2, jul. 2009, pp. 253-266.
- SOUZA, Leonardo Carvalho. “Um assunto meio forte”: os sentidos da política para jovens universitários. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento). Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2019.
- TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, mar. 2013, pp. 149-165.
- TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas, Ed. Unicamp, 2018, pp. 87-116.
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 197-212.

Recebido em: 05/04/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira e MEZZOMO, Frank Antonio. Multiplidade, dinâmicas e relações: sentidos da política para jovens universitários. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 351-377.

O “Ser Filho de Imigrante” na Vida Social dos Jovens Imigrantes Brasileiros de Segunda Geração nos Estados Unidos.¹

Antônio Braga²

Resumo: O presente artigo aborda as temáticas do ser filho de imigrantes e ser um jovem imigrante brasileiro de segunda geração nos Estados Unidos. Transitando sobre as questões das identidades, vínculos e pertencimentos étnicos e sociais desses jovens o texto procura refletir sobre como o ser filho de imigrantes e ser imigrante de segunda geração impactam na vida social desses jovens dentro do contexto da sociedade norte-americana contemporânea. O artigo procura mostrar que ser um imigrante brasileiro de segunda geração tanto implica em estar vinculado à sua origem étnica parental, quanto ter uma forte ligação e sentimentos de pertencimento em relação à sociedade na qual eles vivem, os E.U.A.

Palavras-Chaves: Segunda Geração; Imigração; Juventude; Brasil-EUA.

Being “Children of Immigrants” in the Social Life of Young Brazilian Second-Generation Immigrants in the United States of America.

¹ A primeira fase da pesquisa de onde se origina este artigo contou com o financiamento da FAPESP, SP, Brasil, por meio da linha de financiamento “Bolsas no Exterior – Pesquisa” e com o apoio do UF Center for Latin American Studies da Universidade da Florida (FL, EUA).

² Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Araraquara, Brasil - antonio.braga@unesp.br

Abstract: This article deals with the themes of being children of immigrants and being a young Brazilian second-generation immigrant in the United States of America. Transiting on the issues of the identities, bonds and ethnic and social belongings, the paper seeks to reflect on how being children of immigrants and being a Brazilian second-generation immigrant impacts on the social life of these young people within the context of contemporary American society. The article seeks to show that being a second-generation Brazilian immigrant implies being linked to their parental ethnic origin and has a strong connection and feelings of belonging in relation to the society in which they live in, the USA.

Keywords: Second-Generation; Immigration; Youth; Brazil-U.S.A.

Prólogo

O filme Aquaman, baseado no super-herói da DC Comics, foi lançado em dezembro de 2018. Rapidamente, tornou-se um *blockbuster* mundial. O personagem central do filme, como indica o título, é Arthur Curry/Aquaman. Curry é filho de Thomas Curry, um faroleiro, que nasceu e vive na terra, e da Rainha Atlanna, rainha de Atlântida, uma mulher do mar. Arthur Curry/Aquaman é, portanto, um filho da terra e um filho do mar. Curry pertence a esses dois mundos. O arco narrativo do filme se desdobra em torno dessa questão: A qual mundo Curry/Aquaman pertence? À terra ou ao mar? Qual é o seu lugar no mundo? Ele é o herdeiro direto do trono de Atlântida, mas é legítimo que ele seja o Rei de Atlântida sendo filho de um homem da terra?

A jornada do herói (Campbell, 1989) se desdobra em torno desses dilemas. Em um dado trecho do filme, a Rainha Mera, interesse amoroso de Curry e sua parceira na jornada do herói, faz o seguinte comentário a ele: “Você se acha indigno de liderar porque você é de dois mundos diferentes. Mas é exatamente por isso que você é digno”.

Em outro trecho, Curry está em um bar conversando com seu pai. E Thomas Curry fala ao filho: “Sua mãe sempre soube que você era especial!” Para Atlanna, o seu filho Arthur Curry é parte de algo maior, é a ponte entre dois mundos: terra e mar.

Sentir-se como pertencendo a dois mundos – “estar entre”, “*in-between*” – é algo experimentado por muitos jovens nos dias atuais. Os grandes fluxos migratórios internacionais, as diásporas, os refugiados que fugiram de seu país de origem pelos mais diferentes motivos, isto tudo em conjunto forma, há algumas décadas, um dos grandes fenômenos do mundo contemporâneo. E como

parte desse fenômeno nasce outro, não menos importante: a segunda geração de imigrantes, que são os filhos e filhas daqueles que imigraram para um país diferente do seu. Filhos esses que ou nasceram nesse país de acolhimento ou para lá foram ainda muito pequenos (Portes; Rumbaut 2014).

Este artigo é baseado em uma pesquisa que busca compreender, com base nos recursos das Ciências Sociais, a experiência de jovens de segunda geração que, como Curry, têm como parte daquilo que eles são o pertencimento a dois mundos. E que – dado esse duplo pertencimento – fazem escolhas e vivenciam suas vidas e trajetórias de vida com base na condição própria de se sentirem parte de dois mundos.

Esse universo das segundas gerações de imigrantes no mundo contemporâneo é, claramente, muito grande, complexo, diverso, diferente entre si. Não há aqui, portanto, a intenção de abordar a segunda geração em um sentido geral. Na realidade, a pesquisa que sustenta este artigo tem um foco específico: a segunda geração de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos. É esta a segunda geração tratada neste artigo, sendo seu foco. E, dado este objetivo, no tópico a seguir será feito um enquadramento da segunda geração de imigrantes brasileiros nos EUA. Enquadramento este que será seguido das questões específicas que o artigo busca analisar.

1. Migração brasileira nos EUA e segunda geração:

Um bom entendimento da realidade da segunda geração de imigrantes brasileiros nos Estados Unidos exige, num primeiro momento, uma contextualização da imigração brasileira nos EUA. Assim, para essa contextualização devem ser consideradas duas perspectivas: uma é a perspectiva da emigração (que diz respeito ao movimento de os migrantes brasileiros saírem do Brasil e irem “tentar a vida” em um outro país). A outra é a perspectiva da imigração (que diz respeito à realidade de ser imigrantes brasileiros em um outro país).

1.1. A emigração brasileira

O Brasil é um país que entre a última década do século XIX e primeira metade do século XX se caracterizou por um forte movimento imigratório internacional. Isso permitiu ao Brasil ser visto como um país para onde se imigrava, e não um país de onde se emigrava. Na década de 1980, contudo, tornou-se perceptível um forte movimento de brasileiros a emigrar para outros países, de tal forma que o fenômeno contemporâneo da imigração internacional passou a fazer parte da realidade brasileira (Margolis, 2013). Então, o Brasil também

passou a ser visto como um país de emigração, sendo necessário, contudo – como observa Ana Cristina Martes (2011) –, considerar que esse contingente não desprezível de brasileiros emigrando para outros países não tornou o Brasil um país de imigrantes. Afinal, se por um lado ocorreu uma inflexão na tradição de o Brasil ser um “país de imigrantes”, o número de brasileiros morando no exterior sempre girou em torno de 1% e não mais que 2% da população³. Mas isto não elimina o fato de que ser imigrante brasileiro em um outro país passou a ser a realidade de milhares pessoas. Está se falando, portanto, de um número não desprezível de imigrantes brasileiros.

O que teria dado início a esse alto contingente de brasileiros vivendo como imigrantes em outros países? Bem, os motivos e suas explicações são de várias ordens. Na literatura sobre o tema, e que trata do caso dos Estados Unidos, algumas explicações se destacam: atribui-se à crise econômica e à hiperinflação que assolou o Brasil nas décadas de 80 e 90 como uma das motivações para o início do fenômeno (Margolis, 1994), sendo que isto teria ido de encontro às mudanças ocorridas no mercado de trabalho e nas demandas por certo perfil de mão de obra nos EUA (Sales, 1999). Tudo isso interconectado dentro de um contexto de globalização capitalista promotor de uma maior interdependência entre países, somado a uma maior integração e facilidades de deslocamento entre o país de acolhimento e o de origem (Martes, 1999); dentro deste mesmo movimento, teriam se desenvolvido laços familiares e afetivos entre os brasileiros de “lá e aqui” (Assis, 2002) e se desenvolvido redes sociais transnacionais formadas por imigrantes brasileiros (Fazito, 2010). Há, em suma, um conjunto amplo de fatores que fizeram e ainda mantêm a imigração brasileira para os EUA algo significativo.

1.2. A “nova imigração” e a “nova segunda geração”:

Para se compreender a realidade da imigração brasileira nos Estados Unidos, um primeiro movimento é o de posicioná-la dentro daquilo que a literatura denomina de “a nova imigração” (Suárez-Orozco; Suárez-Orozco; Qin-Hillard, 2001). Este termo, amplamente utilizado pela literatura, tem como uma de suas funções diferenciar a “nova imigração” – que teve início entre as décadas de

³ O Ministério das Relações Exteriores brasileiro (MRE), por exemplo, calculava que em 2014 haviam 3.105.922 brasileiros residindo no exterior. Desse total, 1.315.000 residiam nos Estados Unidos (Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-populacionais-brasileiras-mundo-2014/Estimativas-RCN2014.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2019).

60 e 70 e que se estende até hoje – da grande onda imigratória que se estendeu de 1880 até a década de 1930, e que se caracterizou pela chegada de um grande contingente de europeus nos Estados Unidos. E esses são, de fato, dois grandes momentos da imigração internacional nos Estados Unidos e que apresentam características e perfis de imigrantes muito distintos.

Uma das diferenças fundamentais entre esses dois fluxos imigratórios é o de que, enquanto o de 1880-1930 caracterizou-se por uma forte presença de imigrantes europeus, a “nova imigração” é composta em sua maioria por imigrantes vindos da América Latina, Ásia e Caribe. Outra diferença é que enquanto os europeus brancos da primeira onda – e notadamente seus descendentes – foram, em determinado ponto, vistos como “bem assimilados” e tendo desempenhado um papel importante no *melting pot cultural* norte-americano (Alba; Nee, 1997), os imigrantes da “nova imigração” e seus descendentes vêm encontrando uma realidade muito mais adversa. A perspectiva de uma sociedade forjada com base na assimilação e fusão de diferentes culturas e raças deu lugar a uma perspectiva de uma sociedade cada vez mais multiétnica, heterogênea. Sendo que isto, conforme a perspectiva, é visto – e experimentado – “ou para o bem, ou para o mal”. Isto é, ou como expressão de uma sociedade que vai se tornando cada vez mais multiétnica, diversa e tolerante, ou como uma sociedade que corre o risco de perder sua identidade, suas raízes (e que deve se proteger desse risco, deve reagir). Assim, é dentro desta segunda perspectiva que nasce a xenofobia e a visão do imigrante como um problema a ser evitado.

A “nova imigração”, portanto, incorpora novos elementos, novas composições e novas tensões na realidade étnico-racial que atravessa a sociedade norte-americana, sendo essa uma variável importante da realidade vivenciada pelos “novos imigrantes” e seus descendentes.

Outra diferença entre as duas ondas imigratórias – a de 1880-1930 e a atual – é em relação ao mercado de trabalho e a incorporação dos imigrantes e seus descendentes. Os imigrantes de 1880-1930, por exemplo, imigraram para uma América do Norte em franco processo de industrialização. Já os “novos imigrantes” se inserem em contexto de mercado de trabalho pós-industrial, caracterizado por um fosso muito grande entre ocupações que exigem alta qualificação e conhecimento (e que são bem remuneradas) e ocupações que exigem pouco ou mesmo nenhuma qualificação (e que são mal remuneradas).

Outra questão é em relação ao *status* legal de imigrantes. Isto porque no contexto atual dos Estados Unidos os “novos imigrantes” se deparam com uma questão que lhes diz respeito de forma muito direta: um alto contingente de imigrantes vive nos EUA sem autorização legal do Governo Norte-Americano. E isto

tem algumas consequências. Uma é que essa presença de imigrantes tratados como “ilegais” produz várias zonas de desconforto, risco e constrangimentos para eles e para os imigrantes em geral. Outra é que eles enfrentam uma diferenciação importante entre eles, com profundas e impactantes consequências sobre os seus lugares nos Estados Unidos: eles estão divididos entre imigrantes autorizados e não-autorizados pelo governo a estarem nos EUA. E isto faz com que exista nessa sociedade dois tipos de imigrantes, com *status* distintos: os migrantes com documentos e os sem documentos, os legais e os ilegais (Portes; Rumbaut, 2014), sendo que não raro o imigrante documentado e não-documentado pode pertencer à mesma família. Ser, por exemplo, pai e filho, irmão e irmão.

Os imigrantes não autorizados – que são em grande número – tendem a enfrentar vários tipos de adversidades. Eles, por exemplo, tendem com maior frequência a ocuparem postos de trabalho que exigem baixa qualificação e que oferecem baixas remunerações, ou têm as melhores oportunidades restritas aos seus enclaves e vizinhanças étnicas. Ser posicionado como um “imigrante ilegal” é, portanto, ver-se classificado dentro de um termo que costuma sintetizar todo o peso de ser um imigrante visto como “não bem-vindo”. É, não raro, encontrar-se à mercê das políticas governamentais pró e contra imigrantes, é vivenciar o risco de deportação, é enfrentar a ausência de várias garantias e direitos comuns aos outros.

Os imigrantes autorizados – seja temporariamente ou definitivamente – tendem, obviamente, a terem melhor sorte. Têm, por exemplo, maiores possibilidades de realizarem tarefas e funções condizentes com sua qualificação e profissão. Mas também eles podem encontrar obstáculos a serem ultrapassados dada a sua condição de imigrante. É o caso de quanto eles têm de lutar por oportunidades em situações em que estão competindo com cidadãos norte-americanos nativos. Em situações como essa – em uma sociedade altamente competitiva como a norte-americana – ele possivelmente terá de provar, sem tréguas, que realmente tem uma melhor *performance* e qualificação.

Segundo Portes e Rumbaut (2001, 2014), todas essas realidades e contextos distintos enfrentados pelos imigrantes da onda imigratória de 1880-1930 e pelos “novos imigrantes” vão resultar em consequências distintas para aquilo que será vivenciado pela segunda geração de cada uma dessas ondas. A segunda geração de imigrantes europeus, por exemplo, enfrentou suas adversidades, mas realizaram suas trajetórias de vida nos EUA em um contexto de maiores e melhores oportunidades. Tanto que sua história na sociedade norte-americana é vista como um processo de assimilação cultural bem-sucedido, o que pode ser constatado na ideia de que os EUA é um *melting pot* de assimilação cultural formado por diferentes contribuições de diferentes culturas que se integraram.

Outro aspecto salientado pelos estudos desses autores é o acesso e uso da educação formal. Segundo eles, a segunda geração de imigrantes europeus terminou por encontrar melhores oportunidades em um mercado de trabalho que – ainda que muito estratificado e piramidal (com os melhores postos nos estratos mais altos da pirâmide) – era capaz de gerar algum nível de ganho real e de produzir algum tipo de mobilidade social e econômica para esses filhos de imigrantes.

A realidade enfrentada pela “nova segunda geração” vem sendo muito diferente. Se a trajetória de assimilação da segunda geração de imigrantes europeus foi mais uniforme – com maior nível de previsibilidade em termos de trajetória social – a trajetória que vem sendo experimentada pela “nova segunda geração” vem se dando de forma bem menos homogênea e bem menos previsível. Característica essa que faz com que Portes e Rumbaut proponham que o processo de assimilação da “nova segunda geração” seja pensado como um processo de “assimilação segmentada” (Portes; Rumbaut, 2001; Rumbaut; Portes, 2001; Portes; Haller; Fernandez-Kelly, 2008).

Com base em uma pesquisa de folego intitulada *The Children of Immigrants Longitudinal Study*, os autores desenvolvem e aplicam sua teoria e modelo analítico de assimilação segmentada (Portes; Rumbaut; 2001; Rumbaut; Portes, 2001). Ali eles demonstram que a trajetória de assimilação dos filhos dos “novos imigrantes” nos Estados Unidos ocorre de forma segmentada, por meio de percursos distintos. Vão mostrar, por exemplo, que os filhos de imigrantes de determinados grupos étnicos tendem a realizar trajetórias de tipo ascendente, enquanto que a trajetória de outros grupos étnicos tende a ser descendente. E apontam o fato de que essas trajetórias segmentadas não ocorrem por acaso.

As causas dessas trajetórias segmentadas vão estar nas barreiras da adaptação e da integração (assimilação) encontradas pelos jovens de segunda geração nos Estados Unidos atual, e nos recursos sociais, econômicos e culturais que as suas famílias possuem e são capazes de lhes oferecer e por meio dos quais eles vão poder confrontar – e superar ou não – essas barreiras que lhes são impostas. O sucesso ou insucesso na assimilação e integração vai depender, portanto, dos obstáculos encontrados e dos recursos disponíveis para enfrentá-los. Logo, os recursos de suas famílias – ou a falta deles – (o capital humano), a forma como são recebidos nos EUA, a composição de sua família (se é, por exemplo, uma família estável ou fragmentada), todas essas são variáveis que vão se compondo e recompondo e que vão ter influência na realização de uma trajetória ascendente ou descendente.

O fato, por exemplo, de o jovem pertencer a uma família que tem maior capital humano – e, portanto, mais possibilidades de oferecer educação formal e habilidades ocupacionais – termina por favorecer à realização de uma trajetória

ascendente e, subsequentemente, torná-lo mais competitivo no mercado de trabalho. Já o fato de os imigrantes estarem inseridos em contextos em que as autoridades governamentais não são acolhedoras, isso é uma desvantagem. Se a recepção por parte da população nativa é hostil, neutra, acolhedora, isto também vai influenciar. Se o jovem está inserido dentro de uma comunidade co-étnica bem estabelecida e próspera, isto também é outra vantagem. Mas se ele está isolado ou se sua comunidade étnica é fraca ou dispersa, isto também pode ser uma desvantagem. Já se ele tem acesso a redes sociais da sua comunidade co-étnica próspera e bem estabelecida, isto também conta a favor.

Em suma, a “nova segunda geração” tem um conjunto de questões e realidades que lhes são próprias: os obstáculos que eles enfrentam devido a suas condições étnicas e por serem filhos de imigrantes; as oportunidades ou obstáculos que eles enfrentam em decorrência de sua origem; os recursos e oportunidades que suas famílias e comunidades étnicas são ou não capazes de oferecer-lhes; a forma como o entorno – social, econômico, político e governamental – os recebe; a forma como os nativos de seus entornos os recebe. Todas essas são variáveis que irão se compor e recompor e que influenciarão em suas trajetórias sociais e de vida nos EUA. Logo, para compreender a “nova segunda geração” é preciso não perder isto de vista.

1.3. A imigração brasileira nos Estados Unidos

Dentro deste contexto da “nova imigração” nos Estados Unidos, um dos primeiros fatores a se considerar sobre os imigrantes brasileiros nesse país é o tamanho dessa comunidade. Olhando em termos de possíveis números absolutos não é uma quantidade desprezível. Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE-BR), são 1.315.000 brasileiros vivendo nos EUA. Em comparação à população brasileira, contudo, esse número não alcança 2% dela. Já em relação à população dos Estados Unidos (327.167.434 hab.)⁴, o *Census Bureau* (EUA) calcula o número de imigrantes vivendo no país como em algo em torno de 43.700.000 de habitantes⁵, sendo que o número de brasileiros seria na ordem de 409.595 habitantes⁶.

Números como esses oferecem um bom quadro das dimensões da imigração brasileira nos EUA. Revelam, por exemplo, que há uma grande quantidade

⁴ Disponível em: <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/PST045218>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁵ Estimativa do Census Bureau (USA) em de julho de 2016. Disponível em: <<https://cis.org/Report/US-Immigrant-Population-Hit-Record-437-Million-2016>>. Acesso em: 16 set. 2019.

⁶ Há, portanto, uma significativa divergência entre os números do MRE-BR e os do Census Bureau. Essas divergências vêm sendo há tempos explorada pela literatura, que apresenta algumas explicações plausíveis para essa disparidade.

de brasileiros vivendo nos EUA. Mas também revelam que, em termos comparativos, os brasileiros não são uma das maiores comunidades. Esse fator ajuda a compreender o porque de uma certa invisibilidade (Margolis, 1994) da comunidade étnica brasileira dentro da totalidade da população dos Estados Unidos. Os imigrantes mexicanos, por exemplo, seriam 11.573.680 habitantes em 2016, configurando a maior comunidade de imigrantes nos EUA.⁷ Já os brasileiros não estão nem mesmo entre as quinze maiores comunidades étnicas de imigrantes existentes nos EUA.

A isso se agrava outras variáveis, como o fato de os brasileiros serem latinos e lusófonos, enquanto a grande maioria dos latinos nos EUA são hispanofalantes. Esta é uma variável importante porque se por um lado – num país em que a origem étnica é muito relevante (os EUA) – os brasileiros são invariavelmente vistos com latinos, por outro lado o fato de sua língua materna ser o português – e a dos outros latinos ser o espanhol – implica uma série de desdobramentos, sendo o mais significativo as diferenças culturais que se explicitam e produzem um certo distanciamento em termos de identificação entre a comunidade brasileira e as outras comunidades latinas em geral (que são comunidades hispânicas). O resultado disso é que no quadro geral dos “novos imigrantes” vivendo nos EUA os brasileiros são visíveis como latinos e invisíveis como brasileiros.

É preciso frisar que esta invisibilidade ocorre dentro do quadro geral da totalidade de imigrantes vivendo nos EUA e em diferentes contextos e lugares em que a presença de imigrantes brasileiros é bem reduzida ou mesmo quase inexistente. Mas há, contudo, contextos e lugares específicos em que há uma alta concentração de imigrantes brasileiros, formando comunidades com significativa visibilidade e relevância local. Esses são os casos, por exemplo, da região metropolitana de Boston, em Massachusetts (Fleischer, 2002; Martes, 1999; Sales, 1999), do Queens, em Nova York (Margolis, 1994), e do condado de Broward, na Florida (Resende, 2009).

Esta questão da visibilidade ajuda a iluminar um aspecto importante da experiência de ser imigrante – e, mais ainda, ser filho de imigrante – brasileiro nos Estados Unidos. É o fato de que a experiência de ser imigrante num contexto etnicamente isolado é muito distinto de ser um imigrante dentro de um contexto em que há uma forte presença de outros imigrantes da sua própria origem étnica (Trieu, 1996). Os imigrantes brasileiros da cidade de Framingham (MA), do distrito do Queens, na cidade de Nova York (NY), e do condado de Broward, na Florida (FL), por exemplo, encontram ao seu redor não só outros brasileiros,

mas também podem se inserir e mobilizar mais facilmente redes sociais étnicas brasileiras, ter acesso a um comércio com produtos e serviços brasileiros (com proprietários compatriotas e onde se fala português), fazer parte de igrejas étnicas brasileiras (paróquias católicas e Igrejas evangélicas), ter vizinhos brasileiros, seus filhos terem colegas e amigos brasileiros na escola, poder realizar e participar de eventos de celebração étnica (como festas juninas e Sete de Setembro, por exemplo). Em suma, ser circundado por uma comunidade de imigrantes brasileiros implica ter uma experiência de imigração muito distinta daqueles imigrantes que estão em contextos mais isolados, ou em número mais restrito. E mesmo o tempo de existência da comunidade nos EUA, o quanto ela está consolidada, seu tamanho, os tipos e qualidades das redes sociais locais e transnacionais (com o Brasil) ali existentes, essas são variáveis que também fazem diferença.

A questão da existência de comunidades grandes e mais consolidadas tende a ter correlação com o quando começaram a chegar ali imigrantes brasileiros e como isso foi se dando com base no estabelecimento de redes sociais transnacionais – ligando o “aqui e lá” (Assis, 2002) – que no contexto da sociedade de acolhimento foi se transformando em redes solidárias estáveis de ajuda e compensação para encontrar emprego, residência e outros tipos de suportes necessários para garantir um empreendimento imigratório bem sucedido.

O Caso de Framingham (MA) é o mais exemplar. Isto porque este é um dos locais que está diretamente ligado às chegadas dos imigrantes brasileiros nos anos 80 (ou seja, é uma das mais antigas comunidades). Além disso, está ligado a uma das páginas mais importantes da imigração brasileira nos EUA, que é o papel desempenhado pela cidade mineira de Governador Valadares e região (Assis, 2002; Machado, 2014). A conexão Governador Valadares e Massachusetts e Nova York está ligada à primeira onda de imigrantes brasileiros nos EUA ainda na década de oitenta/noventa.

Desde então foram muitas ondas e diferentes perfis de imigrantes (Margolis, 2013). Algumas ondas, por exemplo, eram compostas por brasileiros de classe média. Outras por brasileiros das classes populares. Uma pequena parcela ingressando pela política de *brain drain* do mercado de trabalho de alta qualificação norte-americano (Portes; Rumbaut, 2014). Pode-se considerar até mesmo uma onda de brasileiros de classe média, classe média alta, que migrou para o condado de Miami-Date (FL) em torno da primeira década do século XXI. E há o caso daqueles imigrantes que chegaram numa onda posterior e já encontraram seus compatriotas estabelecidos e se percebendo diferentes daqueles que estavam chegando. Assim como foram surgindo redes de imigrantes de

diferentes lugares (Goiás, São Paulo...), foram surgindo novos focos de concentração de brasileiros (Atlanta (GA), Los Angeles/São Francisco (CA), Dunbury (CT)). Vieram imigrantes com alta ou baixa qualificação profissional. Com mais ou com menos capital econômico, social e cultural. Com ou sem uma rede de suporte mais – ou menos – consolidada. Em suma, o universo imigratório brasileiro nos EUA, quando visto de perto (de dentro), revela que ele foi, e vem se tornando, internamente muito diferenciado, diversificado, complexo. E estudá-lo envolve não perder de vista esta realidade, inclusive – e obrigatoriamente – quando se investiga o objeto de estudo da pesquisa que sustenta este artigo: os jovens imigrantes brasileiros de segunda geração.

Considera-se aqui que todo este arrazoado realizado nesta primeira parte é necessário para uma melhor compreensão do que será abordado na segunda parte do artigo, que trata do seu tema central – os filhos de imigrantes brasileiros e a segunda geração imigrantes brasileiros – e que busca oferecer respostas para as seguintes perguntas:

(1) como a condição de ser filho de imigrantes se faz presente na vida social desses jovens dentro dos contextos específicos da sociedade norte-americana nos quais eles estão inseridos?

(2) como a condição de ser filho de imigrantes de primeira geração impacta na identidade, vínculos e pertencimentos étnicos e sociais de jovens imigrantes brasileiros de segunda geração nos EUA?

2. O ser jovem imigrante brasileiro de segunda geração

2.1 O que é ser segunda geração?

Quando se pergunta o que é ser segunda geração de imigrantes há uma resposta que, ademais da sua obviedade, é muito importante: segunda geração de imigrantes são aqueles que não são imigrantes de primeira geração.

Esta resposta se sustenta em três pontos: (1) identificar alguém como imigrante de segunda geração implica reconhecer que, dentro da sociedade a qual ele pertence, o fato de seus pais serem imigrantes é algo que vai influir na sua identidade; (2) primeira e segunda geração são realidades inseparáveis (a existência da segunda está relacionada à existência da primeira: o imigrante de segunda geração é o filho do imigrante de primeira geração); (3) ainda que sejam realidades inseparáveis e interligadas de forma comunicante, a condição e a experiência de ser um imigrante de primeira e de segunda geração são significativamente diferentes.

No que tange ao fato de ser um imigrante de primeira geração, os estudos do sociólogo franco-argelino Abdelmalek Sayad iluminam muitos aspectos desta

realidade. Um primeiro aspecto, recorrente nos estudos de Sayad, é a preocupação em não perder de vista que a emigração antecede a imigração e que não é possível separar a emigração da imigração. Ou seja, todo imigrante é um emigrante. Outro aspecto importante, que também não pode ser obliterado, é que a imigração produz uma situação que parece condená-la (e, portanto, também condenar o imigrante) a uma dupla contradição (um paradoxo): “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriação. Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato (...)” (1998: 45).

Sendo particularmente pertinente à primeira geração de imigrantes, estes dois aspectos levantados por Sayad possivelmente alcançam uma grande parte daqueles que vivem como imigrantes em um país que não é o seu país de origem. Mas estes dois aspectos, contudo, não se adequam perfeitamente ao caso das segundas gerações de imigrantes. A começar pelo fato de que um imigrante de segunda geração não é – ou não se sente – como um emigrante.

Para o imigrante de segunda geração, o país que para os seus pais é um país de acolhimento – o país para onde eles imigraram – é para ele o país onde ele nasceu ou onde ele vive desde tenra idade. Sua relação com esse país não é, portanto, algo que ele sente como provisória. É uma relação que *a priori* ele sente como duradoura, ou potencialmente duradoura. Mais ainda, é o país que ele sente como seu. É uma sociedade a qual ele sente pertencer. Sendo que este sentimento de pertencimento carrega com ele uma questão fundamental, que é a questão da origem: ele é filho de imigrantes. E ser um imigrante de segunda geração é não poder olvidar, obliterar ou subtrair por completo daquilo que ele é, um dos elementos identitários que o define dentro desta sua sociedade: a condição de ser filho de imigrante.

A condição de ser filho de imigrante – e, subsequentemente, ser segunda geração – não é algo que diz respeito ao imigrante de segunda geração somente em relação à sua própria subjetividade, sentimentos, autopercepções. Como apontam Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz (2014), a condição de ser segunda geração é um *status adscrito* de ser “filho de”. Ser definido, tratado, colocado ou se colocar como segunda geração é algo que é socialmente inscrito (acrescentado, registrado) nele, sobre ele: ser um filho de imigrante, ser de origem imigrante.

Este *status adscrito* (“ser filho de”) não define sozinho o que se entende aqui como um imigrante de segunda geração. Como mostram alguns estudos, existem filhos de imigrantes que migraram com seus pais para os EUA e que se sentem estrangeiros neste país e se percebem exclusivamente como brasileiros (e,

portanto, como imigrantes), sendo que isto tende a ser mais comum entre filhos de imigrantes que migraram para os EUA após a adolescência (Sales; Loureiro, 2004; Assis; Meriz; Iha, 2006).

Carola e Marcelo Suárez-Orozco, em seu livro *Children of Immigration* (2001), propõem uma diferenciação entre *immigrant children* (crianças imigrantes, que nasceram no exterior [*foreign-born children*] e depois migraram para os EUA) e *children of immigrants* (filhos de imigrantes, que tanto são aqueles que nasceram nos EUA [*U.S.-born children*] quanto aqueles filhos que para lá migraram com os seus pais [*foreign-born children*]). Segundo esses autores, ainda que os filhos de imigrantes [*Children of immigrants*] nascidos e não-nascidos nos EUA possam apresentar diferenças em muitos aspectos (como o fato de que os nascidos nos EUA são desde sempre cidadãos norte-americanos e os não-nascidos não são, por exemplo), todos compartilham um denominador comum: seus pais são imigrantes.

Dialogando com essas propostas de Carola e Marcelo Suárez-Orosco, o que se entende aqui como segunda geração de imigrantes são aqueles filhos de imigrantes que – tendo ou não nascido nos EUA – têm vínculos suficientes com este país a ponto de sentirem que sua relação com os Estados Unidos não é uma relação do tipo estrangeira. Ao contrário, seus vínculos [*bonds*] com a sociedade norte-americana são suficientemente fortes a ponto de – tendo nascido ali ou não – sentirem-se membros daquela sociedade e estarem profundamente envolvidos com ela em termos do seu ser, pensar, projetar e agir em relação à sua própria vida e à vida social que o circunda.

Os critérios aqui adotados para definir alguém como um imigrante de segunda geração são, em síntese, os seguintes: (1) ser filho de imigrante. Sendo que esta condição de origem parental incide sobre a construção e definição de sua identidade sociocultural dentro da sua sociedade (que ao mesmo tempo é a sociedade em que ele vive e é o país de acolhimento para onde seus pais migraram); (2) a sua sociedade, do ponto de vista objetivo e factual, é aquela em que ele cresceu, onde ele vive e na qual se deram e se dão seus principais vínculos e experiências sociais (os Estados Unidos); (3) ainda que ele se sinta parte desta sociedade, a sua origem imigrante fará emergir e provocará – em determinados momentos de sua trajetória social e de vida, e em contextos e momentos específicos – percepções e situações que o remetem a um duplo pertencimento: ele é “daqui” (da sociedade a qual de fato ele pertence), mas uma parte dele não é (ele pertence de alguma forma à sociedade de origem de seus pais). E a consequência disto é que ele, em muitos momentos, vê-se “entre” [*in-between*] dois mundos: o dos EUA e o da sua origem étnica.

2.2. O que é ser um imigrante brasileiro de segunda geração?

Ao se abordar a questão do “ser filho de imigrantes” na vida social dos jovens imigrantes brasileiros de segunda geração nos Estados Unidos um ponto a se considerar é que esses jovens são parte da juventude norte-americana e que, portanto, eles vivenciam a realidade social que, *latu sensu*, diz respeito à juventude dessa sociedade como um todo. Mas, ao mesmo tempo, dentro dessa realidade social mais ampla esses jovens vivenciam aspectos que lhe são próprios, específicos. E uma dessas propriedades, especificidades, é justamente o fato de eles serem jovens imigrantes brasileiros de segunda geração nos EUA. Logo, para compreendê-los é necessário tanto levar em conta a realidade social mais ampla vivenciada pela juventude norte-americana contemporânea (da qual eles são parte), quanto identificar e buscar compreender aqueles aspectos de suas vidas que lhes são específicos. Assim, uma dessas especificidades é justamente o fato de eles serem imigrantes brasileiros de segunda geração e, portanto, terem esta identidade étnica.

2.2.1 Juventude norte-americana contemporânea

Quando se busca compreender a realidade social mais ampla da juventude dos Estados Unidos nas últimas décadas, as pesquisas que o *think tank Pew Research Center*⁸ vem desenvolvendo sobre os perfis e características geracionais desta sociedade são muito úteis. Produzindo dados que são referências para o campo dos estudos sobre gerações nos e dos Estados Unidos, as pesquisas do *Pew Research Center* oferecem um retrato bastante amplo e aprofundado das gerações juvenis norte-americanas mais recentes.

Focando em identificar as especificidades das diferentes gerações estadunidenses que se formaram ao longo do século XX e XXI e como isto se configura nos dias de hoje, o *Pew Research Center* utiliza o termo *geração* como um conceito operativo por meio do qual diferentes indivíduos são incorporados dentro de uma mesma categoria geracional (ou seja, em uma mesma geração). Do ponto de vista conceitual e metodológico, uma geração corresponde a uma coorte de indivíduos que, por terem nascido dentro de um intervalo de anos relativamente próximos, vivenciam quase que ao mesmo tempo os diferentes momentos do ciclo de vida (como, por exemplo, a fase da juventude). Para pertencerem a uma mesma geração, também é necessário que essa coorte englobe indivíduos que pertencem à mesma sociedade e que, dada a proximidade etária,

8 Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/>>. Acesso em: 16 set. 2019.

passam por experiências formativas comuns – como eventos mundiais, mudanças tecnológicas, econômicas e sociais – que, por consequência, exercem influência na moldagem de suas visões de mundo, tornando-as em alguma medida semelhantes (Dimock, 2018).

Uma parte importante das pesquisas do *Pew Research Center* vem focando nas gerações norte-americanas mais recentes. Especificamente aquelas gerações denominadas de *Millennials* e *Pós-Millennials* e que, respectivamente, compreendem aquelas pessoas que nasceram entre 1981 e 1996, e que hoje tem entre 23 e 38 anos (os chamados *Millennials*) e aquelas que nasceram a partir de 1997 (os chamados *Pós-Millennials*).

Levando em conta um dos temas deste artigo – os filhos de imigrantes brasileiros nos EUA –, é interessante observar que, do ponto de vista do recorte etário, as gerações *Millennials* e *Pós-Millennials* abarcam de forma quase que sincrônica a totalidade das segundas gerações de imigrantes brasileiros nos EUA desde seu surgimento até os dias atuais. Para tanto, basta considerar que se a imigração brasileira nos Estados Unidos teve início de forma mais consistente nos anos 80, a presença de uma segunda geração de imigrantes brasileiros nos EUA só pode se dar a partir daquela década. E, se essa segunda geração começa a surgir nos anos 80, pode-se considerar que os imigrantes brasileiros de segunda geração são parte daquelas gerações de jovens que o *Pew Research* e outros institutos e autores de referência denominam de *Millennials* e *Pós-Millenials*. O que, subsequentemente, implica que os imigrantes brasileiros de segunda geração – enquanto *Millennials* e *Pós-Millennials* – vêm enfrentando questões e desafios que também dizem respeito aos outros membros da sociedade norte-americana que são parte dessas duas gerações.

Isto vai implicar, por exemplo, que como qualquer *millennial*, muitos imigrantes brasileiros de segunda geração tiveram de enfrentar o auge da grande recessão econômica iniciada em 2008. Uma recessão que diminuiu de forma significativa as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, tanto em termos quantitativos (baixa empregabilidade) quanto qualitativos (por exemplo, menor remuneração). E que também, segundo alguns analistas sociais, contribuiu para um fenômeno muito comum entre os *Millennials*, que é o retardamento da inserção na vida adulta (isto em comparação às gerações anteriores, que antecederam a geração *Millennials*). Ou seja, dentre outros motivos, também em virtude das condições do mercado de trabalho, os *Millenials* têm enfrentado dificuldades em construir uma vida mais autônoma em relação às suas famílias.

Outro exemplo de evento que teve impacto na geração *Millennials* foi o atentado às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, cujos desdobramentos dentro

da sociedade norte-americana foram muito profundos, inclusive em relação às percepções acerca dos estrangeiros, dos imigrantes e de certos grupos étnicos e religiosos em particular. Outro fenômeno mais recente que vem impactando na vida dos *Millennials* e *Pós-Millennials* são as mudanças decorrentes das rápidas transformações no campo das tecnologias da informação e do mundo digital, cujos impactos são sentidos em diferentes esferas da vida social.

Outra realidade comum aos *Millennials* (e que será ainda maior entre *Pós-Millennials*) é que eles são a geração que entra na fase adulta sendo aquela com maior diversidade racial e étnica da história dos Estados Unidos. Fato este que ajuda a dimensionar o quanto as questões da nova imigração, dos novos imigrantes e das segundas gerações de imigrantes são relevantes para a geração *Millennials* e *Pós-Millennials* e o quanto isto impacta em suas vidas, sejam eles nativos, imigrantes, ou segunda geração. Isso corrobora uma das teses deste artigo, que é a de que dentro da grande e complexa realidade da juventude norte-americana nos dias de hoje os jovens imigrantes de segunda geração ocupam um lugar muito importante.

A expressão “lugar” talvez não seja a mais adequada, pois a realidade vivida pelos imigrantes de segunda geração nos Estados Unidos nos dias de hoje não é algo estático. É uma realidade em movimento; são realidades em movimento. Realidades que exigem que esses imigrantes de segunda geração enfrentem desafios e façam travessias: há o atravessar dos processos de assimilação social e cultural; existem os desafios dos sucessos e insucessos dentro do sistema escolar; existem as formas como são acolhidos em diferentes contextos com base em suas condições de serem filhos de imigrantes; há o quanto é possível ou impossível poder contar com o suporte familiar frente aos desafios que a sociedade lhes apresenta; existem os momentos em que são classificados cultural e socialmente em virtude de sua origem étnica. Há, em suma, uma série de experiências e situações que pode se apresentar na vida de um imigrante de segunda geração que diz respeito aos possíveis lugares que eles ocupam e poderão ocupar na sociedade norte-americana.

Muitas dessas situações colocam os imigrantes de segunda geração defronte a suas condições de filhos de imigrantes e em situações em que a sua identidade étnica de origem é uma parte importante daquilo que está em jogo. Logo, ser jovem nos Estados Unidos de hoje implica tanto viver elementos mais amplos da realidade social que atingem a sua juventude como um todo quanto viver realidades particulares, próprias de determinadas condições específicas de ser jovem nesta sociedade. E uma dessas condições específicas é a de ser um jovem imigrante de segunda geração, ser um jovem imigrante brasileiro de segunda geração.

2.2.2. Identidade e vínculo com a origem étnica brasileira

O imigrante de segunda geração se vê muitas vezes colocado em situações nas quais ele parece fazer parte de dois mundos: o da sua sociedade, na qual ele vive (os Estados Unidos), e o mundo da sua origem étnica parental. Isto ocorre porque, como já dito, ele recebe o *status adscrito* de “ser filho de imigrante”, sendo que receber este *status* é ter uma identidade que lhe é atribuída, uma identidade étnica que é herdada dos seus pais.

Mas a possibilidade de se sentir como fazendo parte de dois mundos não é algo que pode se restringir apenas ao ter uma identidade atribuída que decorre do *status adscrito* de “ser filho de imigrante”. Ela também pode ser algo que o próprio imigrante de segunda geração toma como seu, parte daquilo que ele é, sendo isto algo que nasce do tipo de vínculo que ele tem com a sua origem étnica parental, da influência e peso desses vínculos parentais em sua vida e do maior ou menor nível de exposição ao universo étnico de origem conforme ela vai crescendo dentro da sociedade norte-americana. Em relação a isto, os casos analisados pela pesquisa que embasa este artigo apontam que quanto mais forte são os vínculos parentais e quanto maior for a exposição ao universo cultural e social brasileiro, maior tende a ser o sentimento de identificação do imigrante de segunda geração com a sua origem étnica brasileira.

Pais imigrantes tendem, portanto, a desempenhar um papel muito importante em relação a como e a quanto um imigrante de segunda geração assume para si a sua origem e identidade étnica e o quanto ele está disposto a se apropiar da herança étnica de seus pais. Disposição esta que não é um ato completamente voluntário, mas uma disposição que também pode vir a ser fomentada, estimulada pelos próprios pais.

Um exemplo do como essa disposição em assumir sua identidade étnica é estimulada pelos pais está presente nos casos em que, quanto mais um filho de imigrante fica exposto e percebe atitudes de sacrifício e altruísmo de seus pais que são feitas para gerar benefícios ao filho, maior tende a ser a possibilidade de que esse filho assuma e possa vir a ter orgulho de sua identidade étnica. Ou seja, quanto mais o filho do imigrante é uma testemunha ocular dos sacrifícios feitos pelos seus pais, e quanto mais ele percebe que é para ele, o filho, que os pais estão fazendo certos sacrifícios, maior é a probabilidade de que isto produza uma profunda relação de fidelidade, solidariedade e desejo de retribuição do filho para com os pais, e, subsequentemente, de que isso produza e estimule nele o desejo de assumir sua origem étnica.

A disposição em assumir sua identidade étnica também pode ser estimulada pelo quanto e como o imigrante de segunda geração foi exposto a contextos sociais

e culturais brasileiros na infância e adolescência. É o caso daqueles imigrantes brasileiros de segunda geração que crescem em lugares onde há uma grande presença de imigrantes brasileiros, uma forte comunidade brasileira. Nesses lugares são maiores as possibilidades de o imigrante de segunda geração ter contato com Igrejas étnicas brasileiras, associações recreativas ou esportivas (como escolinhas de futebol ou capoeira), comércio étnico local (restaurantes, supermercados e cabeleireiros brasileiros, dentro outros serviços), vizinhança brasileira, festividades brasileiras (como as festas juninas). Também são maiores a possibilidade de que sua família, seus pais, construam círculos de amizades e redes de relacionamento social compostos por brasileiros. E que, portanto, o imigrante de segunda geração também construa uma rede de relações sociais interétnica.

O quanto o imigrante brasileiro de segunda geração está vinculado aos seus familiares no Brasil é algo que também influencia na sua disposição em assumir a sua origem étnica. Laços afetivos com os parentes no Brasil – principalmente os de tipo diádicos (avós-netos; tias/tios-sobrinhos/sobrinhas; primo(a)s/primo(a)s) – tendem a influenciar positivamente nos seus sentimentos de pertencimento e de identificação com a sua origem brasileira. E as facilidades que existem hoje para se estabelecer relações transnacionais – dadas as menores dificuldades de deslocamento e comunicação próprias da contemporaneidade (Levitt; Waters, 2002; Levitt, 2009) – jogam a favor da manutenção dos vínculos familiares transnacionais: grupos de WhatsApp da família, férias no Brasil, redes de amigos e familiares se deslocando lá e cá, são muitas as formas de como esses vínculos podem se manter nos dias de hoje.

A sua casa, o seu lar, é um dos lugares que aparecem como um dos mais importantes lócus de fomento da disposição do imigrante de segunda geração em se identificar com sua origem étnica. Para o imigrante brasileiro de segunda geração, a casa pode ser um espaço fundamental para que ele se sinta vinculado a essa sua origem étnica. Crescer cercado por uma vida familiar cotidiana cercada de elementos da cultura brasileira, como objetos, língua (o português), música, padrões e gostos culturais brasileiros tende a produzir um forte vínculo com sua origem.

Aqui é interessante observar que aqueles jovens de segunda geração que falam português como língua de herança tendem a encarar isso como algo relativamente natural, na medida em que isto faz parte do seu cotidiano intrafamiliar desde a infância. Contudo, quando alguns desses jovens se veem em contextos de maior exposição à diversidade cultural e étnica norte-americana – como certos ambientes universitários – é possível observar que eles realizam como que um movimento de “redescoberta” da língua de herança, da língua que eles

“falavam em casa”. Neste caso, a língua passa a ser encarada tanto como um diferencial – saber uma segunda, uma terceira língua que não é tão comum (o português) –, quanto como um relevante demarcador identitário que o auxilia a afirmar e confirmar sua origem étnica brasileira dentro de contextos nos quais a diversidade étnica é vista como positiva.

Conclusão:

Em resumo, o que se buscou ao longo deste artigo foi discutir como a condição de ser filho de um imigrante brasileiro de primeira geração impacta na sua vida como imigrante de segunda geração. Num contexto como o da sociedade estadunidense contemporânea, no qual a questão identitária tem um peso muito grande, vínculos e pertencimentos étnicos e sociais desempenham um papel relevante dentro da vida social. Pode vir a ser uma desvantagem dentro de uma sociedade como esta, que é muito competitiva, estratificada e atravessada por diferenças socioeconômicas, educacionais, culturais e em relação ao tipo de capital social capaz de ser mobilizado. Mas também pode ser um *handicap*. O suporte de uma comunidade étnica bem estruturada, o empenho do pai imigrante para que se filho tenha sucesso, o conhecimento e orgulho de sua origem étnica em ambientes sociais que provocam dispersões identitárias pessoais, que dificultam o jovem saber quem ele realmente é e qual o seu lugar no mundo, tudo isso pode ser uma vantagem.

No contexto da sociedade norte-americana contemporânea, principalmente entre aqueles que pertencem às gerações *Millennials* e *Pós-Millennials*, a diversidade étnica é um fato. Ela é objetivamente incontornável. Não há como voltar para trás. Logo, a questão é o que fazer com este fato. Como encará-lo, enfrentá-lo. E, frente a isto, no que tange ao imigrante de segunda geração, o quanto ele é capaz de conhecer da sua origem étnica parental pode ser uma vantagem, assim como desconhecer pode ser uma desvantagem. Se ele traz consigo uma inevitável dupla vinculação (dada sua origem étnica) dentro de um universo sociocultural e étnico relativamente plural (ainda que em muitos aspectos contraditório e conflituoso), a capacidade que ele terá de conhecer e reconhecer isto torna-se uma vantagem, pois, “saber quem eu sou, quem sou eu” é uma das perguntas “de um milhão de dólares” de sociedades contemporâneas como os Estados Unidos. E neste ponto reconhecer-se e conhecer-se como “filho de imigrantes” pode vir a ser um movimento importante para a construção da identidade social e cultural dos jovens imigrantes brasileiros de segunda geração nos Estados Unidos. (Re)Conhecimento que pode auxiliá-lo em suas decisões e escolhas ao longo de sua vida, no seu cotidiano, e permitir que ele realize um movimento que

parece ser o desejo de muitos jovens nos dias de hoje: deslocar-se da questão da identidade (*identity*) para a questão do pertencimento (*belonging*). Pertencer a algo, sentir-se parte de algo.

Referências

- ALBA, Richard; NEE, Victor. Rethinking Assimilation Theory for a New Era of Immigration. *International Migration Review (Special Issue: Immigrant Adaptation and Native-Born Responses in the Making of Americans)*, v. 31, n. 4, 1997, pp. 826-874.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Estar Aqui, Estar Lá ... uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, jun., 2002 (170).
- ASSIS, G. O.; MERIZ, Gisele; IHÁ, Natália Cristina. A escolarização de emigrantes brasileiros rumo aos Estados Unidos: problemas e perspectivas. *Percursos* (UDESC), v. 7, 2006, pp. 1-21.
- CAMPBELL, Joseph. *O Herói de Mil Faces*. São Paulo, Editora Pensamento, 1989 (416).
- DIMOCK, Michael. Defining generations: Where Millennials end and post-Millennials begin. *Pew Research*, 2018. Disponível em: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/03/01/defining-generations-where-millennials-end-and-post-millennials-begin/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração: Dois aspectos fundamentais do "retorno". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 72, fevereiro 2010, pp. 89-100.
- FLEISCHER, Soraya Resende. *Passando a América a Limpo*: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts. São Paulo, Ed. Annablume, 2002 (272).
- LEVITT, Peggy; WATERS Mary C. (eds). *The Changing Face of Home: the Transnational Lives of the Second Generation*. New York, Russell Sage Foundation, 2002 (407).
- LEVITT, Peggy. Roots and Routes: Understanding the Lives of the Second Generation Transnationally. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 35, n. 7, 2009, pp. 1225-1242.
- MACHADO, Igor José de Renó (Org.). *Valadares em família: experiências etnográficas e deslocamentos*. Brasília, ABA, 2014 (258).
- MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil: An Ethnography of Brazilian Immigrants in New York City*. Princeton, Princeton University Press, 1994 (329).
- MARGOLIS, Maxine L. *Goodbye, Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo, Contexto, 2013 (358).
- MARTES, Ana Cristina Braga. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1999 (204).
- _____. *New Immigrants, New Land: A Study of Brazilians in Massachusetts*. Gainesville (FL), University Press of Florida, 2011, (303).

- PADILLA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. Construção das identidades de jovens de origem imigrante em Europa: resultados dum projeto europeu. *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*. Brasília, v. 22, n. 42, junho 2014, pp. 133-158.
- PORTESES, Alejandro; HALLER, William; FERNANDEZ-KELLY, Patricia. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, pp. 13-50.
- PORTESES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén B. *Immigrant America: a Portrait*. Oakland (CA), University of California Press, 2014 (496).
- PORTESES, Alejandro; RUMBAUT, Ruben G. *Legacies: The Story of the Immigrant Second Generation*. University of California Press/Russell Sage Foundation, 1. ed., 2001 (406).
- RESENDE, Rosana. Tropical Brazucas: Brazilians in South Florida and the imaginary of national identity. 2009. Thesis (Doctorate in Anthropology) – University of Florida, Gainesville, EUA, 2009 (192).
- RUMBAUT, Rubén G; PORTESES, Alejandro. *Ethnicities: Children of Immigrants in America*. University of California Press/Russell Sage Foundation, 1. ed., 2001 (334).
- SALES, Teresa. *Brasileiros Longe De Casa*. São Paulo, Cortez Editora, 1999 (240).
- SALES, Teresa; LOUREIRO, Marcia. Imigrantes brasileiros adolescentes e de segunda geração em Massachusetts, EUA. *Revista Brasileira de Estudos Popacionais*, Campinas, v. 21, n. 2, jul./dez. 2004, pp. 217-239.
- SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998, (299).
- SUÁREZ-OROZCO, Carola; SUÁREZ-OROZCO, Marcelo. *Children of Immigration (The Developing Child)*. 1. ed. Harvard University Press, 2001 (224).
- SUÁREZ-OROZCO, Marcelo; SUÁREZ-OROZCO, Carola; QIN-HILLARD, Desirée. *Interdisciplinary Perspectives on the New Immigration*. New York, NY, Routledge, 2001 (350).
- TRIEU, Monica M. *The 'isolated ethnics' and 'everyday ethnics': region, identity, and the second-generation Midwest Asian American experience*. National Identities, v. 20, 1996, pp. 1-21. Doi: 10.1080/14608944.2016.1211998.

Recebido em: 16/04/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

BRAGA, Antônio Braga. O “Ser Filho de Imigrante” na Vida Social dos Jovens Imigrantes Brasileiros de Segunda Geração nos Estados Unidos: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 379-399.

The Transformation of a Young Continent: Dimensions of Africa Rising

Wanjiru M Gitau¹

Abstract: *In the past, there has been agreement across board concerning Africa's malaise. Therefore, winds of change that have been occurring over the last two decades are noticeable, and a new narrative has been replacing the earlier jaded perspective. A light is being focused on the new generation of Africans driving technology, culture, education, and entrepreneurship among other areas, shifting the continent from earlier marginalized perspectives, to a new world which other regions are courting for business opportunity. What is the nature of the transformation that has given a boost to the continent? Broadly, this newly reinvigorated perspective is referred to as Africa rising. It is a conversation that is still taking shape. This paper contributes to the discourse by outlining the changes that have occurred. It begins by exploring the continent's jaded historical background, explores change in the political space since the 1990s, which in turn created an environment that intersected with the revolution in information technology to enable an economic turnaround. Lastly, the paper explores the ongoing demographic transition, with a particular emphasis on the continent's young population as the vital driving force into the future of the continent.*

Keywords: *Africa, social change, youth, technology.*

A transformação de um jovem continente: dimensões da África em ascensão

¹ St. Thomas University - Miami-Gardens - EUA - wanjiru.gitau.m@gmail.com

Resumo: No passado, houve um consenso além-fronteiras sobre o mal-estar da África. Portanto, os ventos de mudança que vêm ocorrendo nas duas últimas décadas são perceptíveis, e uma nova narrativa vem substituindo a perspectiva anterior. Uma luz é colocada na nova geração de africanos impulsionando a tecnologia, cultura, educação e empreendedorismo, entre outras áreas, deslocando o continente de perspectivas marginalizadas anteriores, para um novo mundo em que outras regiões estão buscando oportunidades de negócios. Qual é a natureza da transformação que impulsionou o continente? Em linhas gerais, essa nova perspectiva revigorada é chamada de ascensão da África. É uma conversa que ainda está tomando forma. Este artigo contribui para esse discurso na medida em que delineia as mudanças ocorridas. O texto começa por explorar o passado histórico cansado do continente; a mudança no espaço político desde os anos 1990, que por sua vez criou um ambiente que se cruzou com a revolução na tecnologia da informação para permitir uma reviravolta econômica. Por último, o documento explora a transição demográfica em curso, com uma ênfase particular na população jovem do continente como a força motriz vital para o futuro do continente.

Palavras-chave: África, mudança social, juventude, tecnologia.

Introduction

For years, Africa has been synonymous with a variety of challenges. Scholars have highlighted a range of explanations on what is wrong. Paul Gifford writes that in 1960's Africa was seen to be held back, and modernization through democratic and bureaucratic state arrangements was recommended. In 1970s, it was claimed that modernization was not working as nations were being mismanaged by the political post-colonial elite. In 1980s, emphasis on the state as an agent of development was discredited, western financial institutions enforced structural adjustment programs, and markets were tasked to lead the development agenda. In 1990s, the World Bank championed good governance comprising accountability, transparency, and rule of law, facilitated by inclusive multiparty politics.(Gifford, 1998: 10–12) Elias Bongmba ascribes culpability to African leaders in four key phrases: privatization of power, pauperization and prodigalization of the state, and proliferation of violence.(See Bongmba, 2006: 9–39) Emmanuel Katongole uses poignant narratives to show that the dysfunction simply reflects the dark side that is deeply ingrained in the western nations that created the nation-state in Africa. In other words, Africa's dysfunction is not the exception—it is the logical outcome of the activities of the colonial

powers.(Katongole, 2011: 1–49) More recently, an incisive, macro-analytical scrutiny done by African born World Bank economist, Dambisa Moyo, faults the misconstrued aid industry for the crises of post-independent Africa. For 50 years, over US\$1 trillion dollars have been transferred to Africa under the sacrosanct idea that bilateral government aid would fast track economic growth. Yet this has left African people worse off because aid gives African leaders little incentive to develop the economies, yet it burdens future generations with massive debt.(Moyo; Ferguson 2010, xvii–xix; Collier, 2007: 99–123)

So, there is agreement across board concerning Africa's malaise. However, over the last two decades, a new narrative has been emerging. Aubrey Hruby and Jake Bright, senior advisors to Fortune 500 companies, write that in place of the old continent, a cadre of remarkably talented Africans working on technology, fashion, music, film, education, entrepreneurship, and investment is thrusting the continent from the world's margins onto the global mainstream. The freshly reinvigorated class of Africans is intersecting with new technological and global developments to take charge of business, political and development agendas, altogether setting economies on an upward swing and reshaping the fortunes of the continent.(Bright; Hruby, 2015: 9) Broadly, this newly reinvigorated perspective that has been buzzing for a while is referred to as *Africa Rising*. It is a conversation that is still taking shape. This paper contributes to the discourse by outlining the changes that have occurred, and how the continent's young population is taking center-stage in the transformation.

Four dimensions are important to understanding Africa's transformation. First, a retrospective historical preview shows the complex conditions that African has to work through. Once context is understood, three key changes are highlighted. One, the increasingly democratic political space enables other kinds of social changes. Second, recent economic developments are progressively aligned to the global economy. Third, there are clear social indicators of progress, starting with the lowering of child mortality rates, the growth of a youth bulge, higher rates of secondary and tertiary education. These are a work in progress, but viewed altogether, they suggest that Africa is not exactly as marginalized as imagined by non-Africans.

Africa's jaded historical background

There are deep structural and historical reasons for Africa's diminished place in the global economy throughout the 20th century. First, when the rest of the world was looped into the global trade map through improved maritime travel and the industrial revolution, the abhorrent slave trade placed Africa at the

losing end of international trade. An estimated 12 million Africans were shipped through “doors of no return” to the Americas from the west coast, and to the Arabian world from the east coast.(Hanciles, 2009) Soon after slave trade was abolished, western nations carved up the continent at the Berlin Conference of 1884 to 1885. Martin Meredith cynically observes how with little knowledge of the vastness of the continent, European politicians bargained over spheres of interest they intended to establish over the African landmass.(Meredith, 2006: 1–5) By the time the scramble was over, some 10,000 African polities had been amalgamated into forty colonies and protectorates. On the ground European rule was enforced by treaty and conquest. African communities put up spirited struggles against the invaders, but under conditions that tell a sad tale, rebellion was quickly quelled. After expending so much effort in acquiring the empires, colonial powers lost interest because very few parts of Africa offered prospects for immediate wealth. Administration was kept to a minimum, and until later in the colonial timeline, education was left to missionaries. Economic activity was ceded to commercial companies whose goal was exploitative extraction. Railroads were constructed, not to facilitate intra-African trade, but to carry all kinds of African goods to ports and on to Europe, rather than connect the vast continent. The few functions of government, little more than instruments of domination, were limited to maintaining law and order, raising taxation and providing infrastructure of roads and railways.(Mazrui, 1980: 23–45)

The colonial period properly lasted from 1885 to about 1960. Although a relatively short time in world-historical terms, this seventy-five-year period profoundly restructured the continent along three parameters: political, economic, and sociocultural arrangements. Prior to colonization, African societies lived in territorial units that varied greatly in organization and scale, depended on the localized subsistence farming, pastoral keeping and limited intertribal trade. European colonies took no account of existing monarchies, chiefdoms, or territorial spread of tribes. Colonial boundaries cut through culture groups and enclosed hundreds of independent groups with no common history or language.²(Meredith, 2006: 2) Thrown together this way, Africans had to learn to

² For instance, in Kenya, forty-two distinct people groups were combined to create the nation. The Bakongo of central Africa were partitioned between the French Congo, Belgian Congo and Portuguese Angola. Somaliland in north-east was carved up between Britain, Italy and France, and upon independence, Somali people found themselves scattered in Kenya, Ethiopia and Somalia, a factor that has come to haunt all these countries through terrorist groups. Nigeria contained some 250 ethno-linguistic groups. Kingdoms that had historically been enemies such as the Buganda and Bagamoyo in Uganda were linked in the same colony.

expand their ethnic identities and peasant subsistence into national consciousness. Exigencies of the colonial situation were such Africans did not immediately apprehend the gravity of the new social arrangements. Yet ever since independence, one of Africa's enduring problems has been the difficulty of forging loyalty to state over tribe, which explains political opportunism, uneven economic development and neopatrimonialism.³(Gifford, 1998: 5–7; Maathai, 2009).

Economically, colonial occupation changed Africa from basic subsistence facilitated by kinship and communal networks, to organization of life around wage-based labor. Unfortunately, the extractive economy worked for those closest to power and means of production. With a materialist worldview drawn from Europe's rational-scientific perspective, the state was expected to offer social integration through state bureaucracy, socialization through education, and a hurried development agenda. In the immediate post-colonial decade, Africa was highly optimistic about economic progress; the first few decades were a period of intense experimentation to fast-track development.(Hamrell; Nordberg, 1987) However, the attempt to cope with all the exogenous political, economic and social changes introduced continent-wide structural dissonances that limited the continent's inability to streamline political power, to develop its rich resources and secure the social lives of its people. The structural dissonances were compounded by what economists refer to as unfavorable initial conditions, that is, prior natural circumstances that affect policy choices.⁴(Temple, 1998; Collier, 2007: 17–64)intractable disease and volatile climate. Ethnic diversity is another. It affects political stability and undermines investment. The other end of the spectrum are results of prior policies: education, health care. In the middle are variables influenced by policy, but can change slowly: social arrangements, income distribution (inequity The quest for quick progress also accrued costly legacies. African nations embraced foreign aid without the proper economic and

3 Patrimonialism is defined as the kind of authority that has a father has on his children, the lower officials being retainers whose position depends on a leader to whom they owe allegiance. Patrimonialism is held together by loyalty or kinship ties rather than hierarchy of administrative grades. In legal structures, the apparatus of modern nation states looks legitimate, but the officials still exercise their powers as a form of private property. The result of such a state is corruption and clientelism where public office is considered the route to personal wealth and power and support is ensured by a system of exchange in which the superior provides security for an inferior in exchange for political support. This system does little to develop the efficiency, accountability and legitimacy necessary in the modern state.

4 “Initial conditions” are best be seen along a spectrum. At one end are exogenous factors such as geography, intractable disease, volatile climate and ethnic diversity. The other end of the spectrum are results of previous policies: education, health care. In the middle are variables influenced by policy, but can change slowly: social arrangements, income distribution (inequity). Collier names them as traps of conflict, poor natural resources, landlock and bad neighbors and bad governance.

bureaucratic structures to absorb it. Leaders also lost perspective on capacities and limitations of aid. Later interventionist efforts of donor communities such as structural adjustment programs were poorly designed and inadequately executed. Further, promising intellectuals were considered threats to the hegemony of inept political rulers and their constructive critique was curtailed. All these issues accumulated into the precarious state that has seen Africa marginalized as much of the rest of the world has progressed.

Yet as noted in the beginning, the narrative has been changing. We may observe three key developments behind the turn-around: expansion of democratic space, economic realignment to the global economy, facilitated by the revolution in information technology, and a demographic change with a large youth population, in which education is a key factor in their role in the turn around. We will look at each of these in turn.

Political expansion in democratic space

In the late 1980s and early 1990s, a slow and often brutal series of transitions out of one-party, military regimes or the rule of “big men” (Russell, 1999)⁵, began to occur throughout the continent. By June 2003, 44 out of 48 Sub-Saharan Africa’s states had conducted a first round of elections, 33 had gone through a second election cycle, 20 had completed three uninterrupted cycles, 7 had held four more consecutive elections. Majority of these countries had become more democratic with each election cycle.(Lindberg, 2006) Lindberg concludes that elections have notably advanced Africa’s democracy, in at least six areas. One, elections foreground fundamentals of equal citizenship, namely the right to universal suffrage, freedom of association, public debate, choice and the right to form and join civic organizations. Second, once people discover their agency in forming democratic institutions, participation and competition, they learn the values inherent in democratic electoral practices, and vocalize their concerns in other social spheres such as schools and work places, with widening ripple effects of change. Third, the competitive element leads to changes in power distribution within the ruling party, reducing the likelihood of impunity against citizens. Fourth, civic organizations for voter education build social capital and organizational experience. Fifth, state institutions such as courts, police, and

⁵ Presidents Mobutu Sese Seko, General Sani Abacha, Jonas Savimbi, Hastings Banda, Kenneth Kaunda, Jomo Kenyatta, Daniel Moi, Robert Mugambe, Omar El Bashir, Yoweri Museveni are among those who either ruled with an iron hand, tribalized and exploited their countries for power and personal wealth, and, or ruled for unseasonably long terms in the post independent decades.

the military acquire new roles correlated with defense of civil liberties rather than the kind of control exercised by authoritarian governments. Media entrepreneurs and watchdog organizations also gain space to advance civil liberties. Considering the prior eras, this expanded democratic transformation is remarkable. The continent has experienced fewer coup de tats, and overall, a young crop of leaders has emerged to reflect the young demographics of the continent.

While every incremental step is significant, expansion in democratic processes did not mean an all-out end of social volatility. South Sudan, Central African Republic, and the DRC have experienced politically driven conflict in recent years. Kenya have had to forge a hybrid government following violently contested elections in 2008. Uganda and Zimbabwe's long-time presidents held onto power far longer than expected. Somalia though somewhat stabilized by African Union peace-keeping forces remains an unstable breeding ground for the terrorist group al-Shabaab that attacks on high profile targets in neighboring Kenya. Along with reactive ethnic voting in most nations, corrupt leaders and bureaucratic incompetence are lingering problems. Yet despite persistent contradictions, it is not to be underestimated that in the 2000s, Africans enjoy greater political freedoms than they did in the 1980s and 1990s. Democracy, even in the more developed countries is never a fait accompli; the institutional and structural scaffolding is always a work in progress, so there remains more work to be done in African democracies.

The economic realignment to the global economy

Alongside political stabilization, the correlated factor to Africa's changed image has been a markedly improved economic status of many countries. While the political climates begun to shift in the 1990s, the global image of African economies began to change in 2010. Two widely circulated newspaper reports, one by *The Economist* titled: *Africa's Impressive Growth: Africa is one of the World's Fastest Growing Regions* showed that Africa had been having 6 out of 10 fastest growing economies in the world over the decade, from 2000 to 2010. (*The Economist* 2011. Compare this with their article a decade earlier which dubbed the continent as hopeless.) Further, the article forecast that the continent would produce 7 out of 10 top economies leading up to 2015. The report by *The Economist* reflected a longer one known as *The McKinsey Report*, published in 2010.(Roxburgh, et al. 2010)resources, agriculture, and infrastructure together could generate as much as \$2.6 trillion in revenue annually by 2020, or \$1 trillion more than today.” URL:”<https://www.mckinsey.com/featured-insights/middle-east-and-africa/lions-on-the-move>” shortTitle:”Lions on the mo

ve”,”language”：“en”,”author”:[{“family”：“Roxburgh”,”given”：“Charles”},{“family”：“Dörr”,”given”：“Norbert”},{“family”：“Leke”,”given”：“Acha”},{“family”：“Tazi-Riffi”,”given”：“Amine”},{“family”：“Wamelen”,”given”：“Arend”,”dropping-particle”：“van”},{“family”：“Lund”,”given”：“Susan”},{“family”：“Chironga”,”given”：“Mutsa”},{“family”：“Alatovik”,”given”：“Tarik”},{“family”：“Atkins”,”given”：“Charles”},{“family”：“Terfous”,”given”：“Nadia”},{“family”：“Zeino-Mahmalat”,”given”：“Till”}],”issued”:{“date-parts”:[["2010"]]}},”schema”：“<https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json>”} Numerous other reports by global consulting firms quickly cast the continent as a new investment destination for new profit opportunities.(Bright; Hruby, 2015: 22–23)

Why did the world suddenly notice this growth? Africa’s economic recovery begun in the mid-1990s and maintained an upward growth curve through the 2010s.(International Monetary Fund, 2009) One key trigger was the shift in political cross-winds, as detailed above. Yet while the economies had been growing since the 1990s, computation of large amounts of economic activity across the continent was not captured by formal grids of bilateral trade organizations, because it was “the wrong kind of data”.(Bright; Hruby, 2015: 30) Its economic outlook was undervalued by a world accustomed to deep-seated afro-pessimism, based on Africa’s presumed “horsemen of Africa’s apocalypse”(Moyo; Ferguson, 2010: 151): war, poverty, corruption and disease. (Keim, 2013: 3–13) Related to negative stereotypes is what Morten Jerven calls poor numbers, whereby the central measure of accounting for the national income (GDP) has been skewered by the fact that the share of the unrecorded economy is so large, its inclusion in GDP is constrained by unavailability of data.⁶(Jerven, 2013, xi–xii: 4–11) Politicians and international monetary organizations working with Africa used official measures that primarily reflected shaky political outlooks, therefore the status given to markets varied with fluctuating contingencies of the state and politics.⁷(Jerven, 2013: 33) Related

6 Jerven’s “ethnography of national income accounting in Africa” is a study of the production and use of African economic development statistics. He argues that poor numbers—that is, manipulated, deliberately misleading or simply badly computed numbers—have fundamentally shaped what is known about development in sub-Saharan Africa, which in turn shapes how a wide range of decisions having to do with economic growth are made. That picture has been inaccurate for a long time, he argues, and quantitative basis for knowledge about African economic development remained very fragile. Among the development community, it was always known that the data available on Africa were inaccurate, but the degree of inaccuracy cannot easily be judged—itself a sign of underdevelopment of the region. Yet such numbers provide evidence for major decision makers.

7 Other data deficiencies that hamper a proper understanding include old, inconsistent, unharmonized, un-disaggregated, delayed, un-disseminated, unevaluated, and unanalyzed data.

to poor numbers is the tendency of statisticians to report about all kinds of African realities, whether talking about education, incidence of disease, poverty and so on, in a language that primarily highlights the negativities and absences rather than in terms that recognize remarkable achievements. Such phrases as “over one-fifth children are out of school” highlights the absence of one child from school rather than highlighting the 4 out of 5 children who are in school, in a continent that has made remarkable strides to get those 4 children to school.

Following the *Economist* and *Mckinsey* Report, economists began to re-value some of these problems with African data. Once growth was prorated from the mid-1990s, Africa’s economy was seen to have grown comparatively faster than many other parts of the developing world. It has had six of the world’s fastest-growing economies in the decade of the 2010s. It has been branded as the frontier market by World Street and World Bank, as a new investment destination and as a key player in emerging technologies. To show just how remarkable that growth is, the annual average growth rate of real output increased from 1.8% between 1980-1989, then 2.6% between 1990-1999, and 5.33% in 2000-2009. From 2010 it has remained in the range of 4.5 to 5.5% per year.(Newman et al, 2016: 3)

The extended growth spurt was driven by a wide range of factors, including better macroeconomic policies, lower public debt, increased political freedom, less conflict, a highly favorable global environment of extended concessional financing, and higher commodity prices for a wide variety of African goods. Inflation in most African countries reverted to single digits, and foreign exchange rates strengthened.(International Monetary Fund, 2009) As of 2008, African countries that sustained growth avoided major policy failures, stabilized their rates of inflation and achieved debt sustainability, sound economic policies, and reinforced their institutions. Even when IMF began to observe a pattern of slowdown from 2010, the slowdown did not return to the previous era of stalled growth and hardship. In the face of the global meltdown, the regional avoided the major macroeconomic instabilities and remained relatively robust.(International Monetary Fund, 2009)

Since the 2010s, there has been an active push to formalize Africa’s robust informal sectors as part of the GDP, and to enable the sector to attract investment towards growth. Informal economic activity in Africa at its basic consists transactions that are not recorded by official government agencies. It has therefore not been officially taxed by government, although the small vendors typically pay “informal taxes” to local officials or cartels. Because this sector lacks

legally enforceable contracts, it is also overlooked by the growth enabling factors such as availability of financing.

Other factors behind Africa's improved GDP in the decade of 2010s are co-terminous with other changes. Until recently, a telltale sign of Africa's disconnect from the global markets was the comparative lack of capital investment across global companies. Increasing political stability created an attractive environment for Foreign Direct Investment (FDI).⁸(Bright; Hruby, 2015: 47) Since 2000, FDI to Africa increased from US\$12 billion in 2004 to US\$38 billion in 2008, on to US\$55 billion in 2014. Much of this growing share of capital being invested in Africa is a quest for returns in the wake of stagnating growth in developed markets since the 2008 financial crisis.(Bright; Hruby 2015, Moyo; Ferguson, 2010: 99–102) Related to FDI but distinct from it is the foreign portfolio investment. This is investment into the stocks and bonds of a country. Since 2013, African countries have issued US\$11.9 billion dollars as sovereign Eurobonds. African governments are using the bonds to deliver infrastructure to march their economic growth and meet the structural needs such as electricity, seaports, airports and roads for their emerging middle classes.(Bright; Hruby, 2015: 50–51) Following growing critique of dependence on aid, governments are also using the sovereign bonds to wean themselves off foreign aid. A third form of investment in Africa is coming from diaspora remittances, that is, money sent from Africans abroad to relatives or friends in their home countries. Africa has a significant diaspora population living in America and Europe. African immigrants in America are said to be the most highly educated demographic among immigrants.(Simmons, 2018) As at 2015, Africans sent remittances to Africa amounting to US\$34.8 billion, which exceeded the amount given in bilateral aid.(World Bank.)

A very important part of the economic turnaround across Africa, and which generates significant amount of growth is the growth of cities, and with cities also comes consumer retail, local transportation, local and international telecommunications, tour and entertainment industries, and a boom in the middleclass housing construction. Newly reinvigorated cities are increasing featuring gleaming skylines, plush suburbs and a tourism service industry to rival that many western cities. Africans, who also travel quite significantly to global cities, are fast gaining a vast range of consumer options ranging from street and open

⁸ FDI is the investment from a company entity to another company in another country. Ownership of assets is retained by the parent company. One of the most important conclusions of modern growth theory in economics is that capital investment, through FDI is key to economic growth. No country has achieved sustained prosperity without significant participation from the FDI economy.

markets, to supermarkets and specialty groceries, as well as online shopping platforms.(Bright; Hruby, 2015: 87; See also Youtube channel of Caroline Mutoko. She represents this newly reinvigorated world. Her February 2019 series of videos showcase what she calls the Retail Revolution. Mutoko, 2019) The rise of retail, and an African consumer class is related to the subject of the next segment—a change in demographics, particularly the maturing of a youth population into young adults who are driving and with the demographics, accompanying social indicators.

The continent's demographic transformation to a young population

The purpose of a stable political climate, and of steady economic growth is to improve the overall quality of life for all citizens. For a very long time, GDP was used as the primary measure of a country or region's progress. In 1990, the Human Development Index (HDI) was developed to highlight human capabilities, in addition to economic growth.(“Human Development Index),” n.d.) HDI looks at three dimensions of well-being, namely, life expectancy at birth, educational attainment, and real GDP per capita. Demographers have come to talk of “social indicators” to track human development. These include educational attainment, gainful employment, rates of fertility, health conditions, opportunity for career growth and lifestyle improvement and level of income and wealth and inequality. Additional but subjective measures of quality of life include work-life balance, other life skills, social connections, civic engagement, living environment, personal security and spiritual and cultural embeddedness.

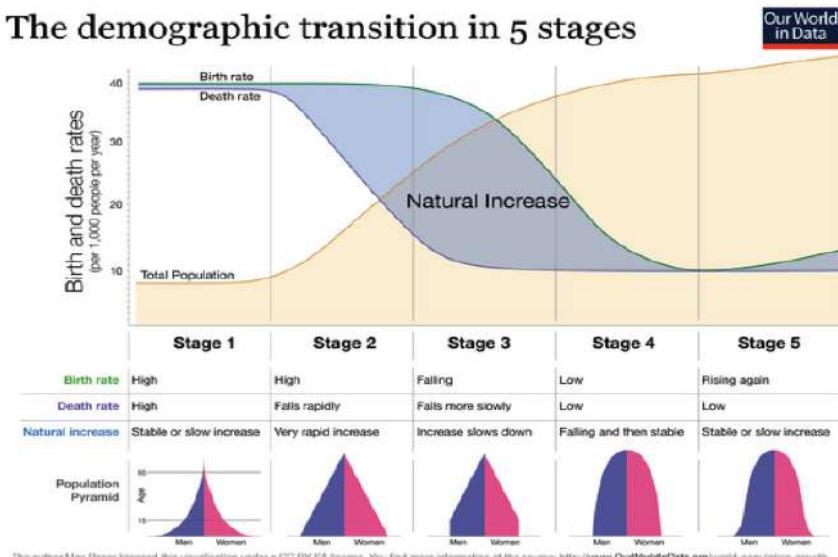
The most practical measures that help track Africa's improved social indicators over the last three decades are the Millennium Development Goals (MDGs). MDGs were an ambitious project by western nations, under the auspices of bilateral development agencies, with some publicity help from pop culture celebrities to reduce global poverty between 1990 and 2015. At the 2000 Millennium Assembly, global leaders committed to “spare no effort to free fellow humanity from the dehumanizing conditions of extreme poverty”. This was translated into a framework of eight goals with wide-ranging practical steps and innovative partnerships. Targets included eradication of extreme poverty and hunger, universal primary education, gender equality, empowering women, improving maternal health and reducing child mortality, combating HIV/AIDS and safeguarding environmental sustainability. (Nations 2016) According the final UN report, MDGs were the most successful anti-poverty movement in history. They helped lift more than one billion

people out of extreme poverty, drastically reduced hunger, sent more girls to school and rehabilitated the environment.

While aimed at the poor all around the world, MDGs had the remarkable impact of coalescing with earlier gains to trigger a demographic transition in Africa, with marked changes in the key social indicators of education, changing rates of fertility and improved health conditions. The most useful way to gauge these indicators is to see the change through the lens of the demographic transition model, a map of how populations are restructured as economic conditions of a country develop.(Lee, 2003; Teller; Hailemariam, 2011)rapid urbanization, dense rural populations and young age structures in the face of drought, poverty, food insecurity, environmental degradation, climate change, instability and the global economic crisis. However, while facile generalizations about the lack of demographic change and lack of progress in meeting the MDGs in sub-Saharan Africa are commonplace, they are often misleading and belie the socio-cultural change that is occurring among a vanguard of more educated youth. Even within Ethiopia, the second largest country at the Crossroads of Africa and the Middle East, different narratives emerge from analysis of longitudinal, micro-level analysis as to how demographic change and responses are occurring, some more rapidly than others. The book compares Ethiopia with other Africa countries, and demonstrates the uniqueness of an African-type demographic transition: a combination of poverty-related negative factors (unemployment, disease, food insecurity.

Figure 1: A demographic transition graph (Wikipedia, 2019)

The demographic transition in 5 stages



The author Max Roser licensed this visualisation under a CC-BY-SA license. You find more information at the source: [http://www OurWorldInData.org/world-population-growth](http://www OurWorldInData org/world-population-growth)

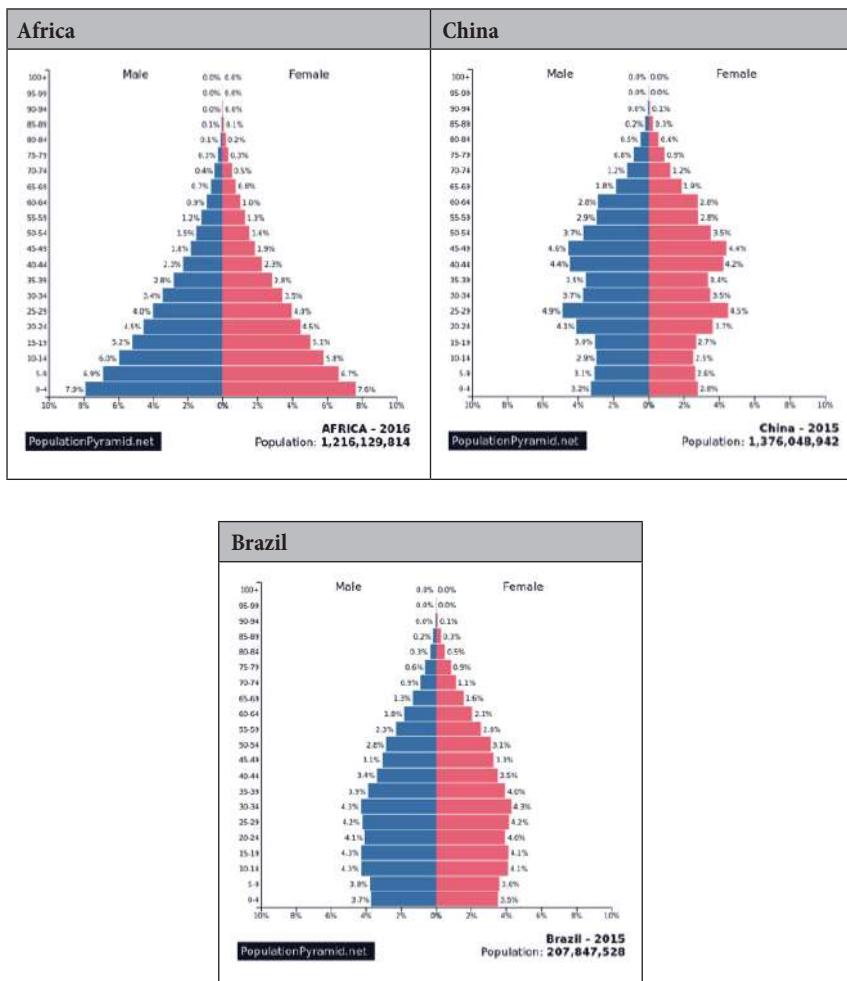
First, the combination of fertility and mortality determines the rate of population growth. Unstable populations are characterized by high birth and correspondingly high death rates. Stable populations begin to balance out with low birth and low death rates, with the middle segments of a population moving towards productivity. In the idealized demographic transition curve, countries move through several stages as they develop, with consequences on the birth and death rates of their populations, thus population size. The first stage is decline in death rates (decline in mortality rate) due to reductions in infectious diseases and access to better nutrition. The second step is fertility transition. When technological progress and better human capital make labor more productive, this step raises the value of time in all activities, which increases the cost of having children and therefore reduces the number of children being born. Children also go to school, ending their participation in family economic activities. Parents devote more resources per child, which means they bear fewer children. With more adults gainfully employed in productive economic activity and having fewer children, there is a shift to the demographic divided. The improved conditions also mean there is improved health, therefore fewer death rates and people live longer.

A demographic curve requires different types of resources at different age stages. (YiFu Lin, 2012) Young children and their mothers need health facilities. On reaching school age, children require educational resources. Older youth need institutions of tertiary education and facilities of life skills development, then jobs with adequate salaries, and as they mature and settle, infrastructure for housing and mobility. If these resources are available, they become economically productive to the country. If working age individuals can be fully employed in productive activities, fertility rates decline, and other things equal, the level of average per capita income in a nation should increase, and the youth bulge will become a demographic dividend, meaning an increase in the productive population—a middleclass. The correlated scenario is where child mortality rates decline, that is, fewer children die. They grow into young adulthood, but a country's economic conditions do not allow for gainful economic activity for adult population. Rather than a demographic divided, a demographic timebomb can be the result, in which a large unemployed young adult population could imply potential breeding ground for crime and antisocial activities, civil disaffection, war, or recruitment into terrorist activities.

This detailed clarification of the demographic transition is significant to understanding Africa's current stage in its population structure, and the place of youth and young adult population. The overall impact of the millennium development goals in Africa is that since the 1990s, child mortality rates have declined drastically. While agency of African mothers and fathers is core to this transformation, the substantial turnaround in reducing senseless deaths on a continental scale required the global goodwill as galvanized by the MDGs together with NEPAD, the New Partnership for Africa's Development, the joint economic project of the African Union.(See Sachs 2005)"plainCitation":(See Sachs 2005 The fight to combat diseases such as TB, HIV/AIDS, malaria as well as availability of healthcare facilities equipped with medicine for basic ailments in both rural and urban Africa enabled a lot of children to survive. The evidence of that success is in Africa's current population pyramid, seen in the *figure 2* below. Africa's population, especially compared to that of China and Brazil is large at the base, meaning Africa has just began the demographic transition curve. The other nations are further ahead in terms of their transition towards a demographic dividend.

In the aggregate, lower mortality rates and better nutrition means that most African children born in the 1980s and 1990s have come to young adulthood beginning the 2000s. Fertility rates remained high for the next decade, therefore more children were born up until the 2000s. UN Data records that the median African age is about 19.9 years, compared to the global median age of 29.9 years. Children under the age of 15 account for 41% of Africa's population in 2015, and young persons aged 15-24 account for a further 19%, meaning that 68% of the entire African population that is under the age of 24.(United Nations 2015; Sivi 2010)

Figure 2: The population pyramids of Africa, China and Brazil, 2015, 2016. Source: Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net>>. Acesso em: 18 set. 2019. (“Population Pyramids of the World 2015 and 2016” 2016)



To follow further on the implications of the transition, below is a table with various datasets for 10 countries that have the highest populations in Africa: Nigeria, Egypt, Ethiopia, Democratic Republic of Congo, South Africa, Kenya, Tanzania and Uganda.

Figure 3: 10 African countries with largest populations; country size, GDP; population size, urbanization, children and youth percentage; internet, youth literacy and number of public universities.⁹

1.	2. Geographical size in sq km (cf. California, 403,882 sq km)	3. Population	4. GDP in US\$, billions 2017	5. Population growth rate (2016/ 2017 %)	6. Urbanization	7. Children and youth (0-24 years)	8. Youth literacy rate (15-24 years)	9. Internet Use (technology)	10. No. of public universities
Nigeria 923,763 (2x size of CA)	181,563,000	375.8	2.54%	50.3 %	62.26%	66%	86,219,965 (46%)	90+	
Ethiopia 1,104,300 3x of CA	103,764,000	80.56	2.83%	20.8%	63.39%	69.5	4,288,023 (15.3%)	34+	
Egypt 1,001,450 (2x size of CA)	89,125,000	235.4	2.38%	42.7%	52.03%	88	30,835,256 (33%)	20	
D R Congo 2,344,858 (6x size of CA)	77,267,000	37.24	2.33%	44.5%	62.71%	85	3,101,210 (4%)	30+	
South Africa 1,219,090 (3x size of CA)	54,957,000	349.4	0.97%	66.4%	45.42%	99	28,580,290 (52%)	26	
Tanzania 947,300 (2x size of CA)	51,046,000	52.09	2.74%	33.8%	63.43%	86	2,895,662 (5.3%)	11	
Kenya 580,367, 1.2x CA	45,533,000	74.94	1.57%	27%	58.64%	87	21,248,977 (45%)	22	
Sudan 1,861,484 (4x size of CA)	40,235,000/	117.5	2.93%	34.6%	63.29%	66	10,886,813 (26.4%)	25+	
Algeria 2,381,741 (6x larger than CA)	39,670,000	170.4	1.63%	72.6%	44.21%	94	7,937,913 (19.7%)	48+	
Uganda 241,038 2x smaller than California	37,102,000	25.89	3.18%	23.8%	68.88%	84	7,645,197 (19%)	11	

⁹ The data in this table has been curated from the following sources: "The World Factbook 2016-2017 - Central Intelligence Agency" 2019; "Free Data, Statistics, Analysis, Visualization & Sharing - Knoema.Com" 2019; "Library | Youthpolicy.Org; "Africa Internet Users, 2018 Population and Facebook Statistics" 2017

This table is intended to make several points. As pointed out earlier, the transition of the African population curve is ascribed to the MDGs. A perception persists, that African birthrates continue to rise exponentially. However, this perception is not correct. While the current high percentages of children and youth, as in column 7 in the table, does in fact mean significantly higher population growth rates are to be expected in the next several decades, 2016-2017 data from CIA Factbook shows that African women fertility rates have been dropping significantly in all but a few countries. Column 4 in the table shows those percentages for ten of the countries with the highest populations. The highest of these is Uganda, with a rate of 3.18% which is not alarmingly high, and several of the other countries have dropped beyond replacement ratio.

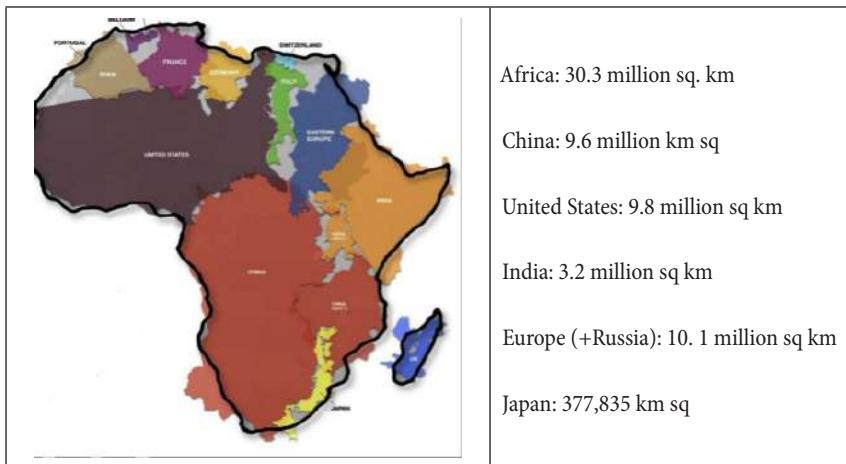
The other correlated and successful goal of the MDGS was to increase the number of children who make it into primary and secondary school, particularly the concerted effort to increase the number of girls in school and therefore reduce the number of young mothers, therefore reduce the number of children per woman. Column 7 shows the number of children and youth, which as just said, are more than half of the population in all countries except South Africa and Algeria. This is explained by the fact that the demographic transition just began, with a lot of children being saved from early death in the 1990s. But correspondingly, column 8 shows a relatively high youth literacy rate, and is continuing to rise each year. Birth rates will continue to decline, and less children will be born in coming decades.

Besides the fact that the rates of population growth are dropping quite rapidly, Africa's geographical size is not even closely correlated with that of other regions. Compared to Africa's population of only 1.2 billion, India and China, whose geographical landmasses are smaller, these regions are far more populated with more than a billion people each. Besides, the world population stands at 7.6 billion because all the other continents experienced exponential population growth in early to middle decades of the twentieth century. That population boom, which excluded Africa at the time led to the publication of a popular book, *The Population Bomb* by Stanford Biologist Paul Ehrlich.(Ehrlich, 1973) Ehrlich inaccurately predicted mass starvation and social upheavals in the 1970s and 1980s due to overpopulation. Ehrlich's predictions did not come true because the world learnt how to feed itself through what became known as the Green Revolution.¹⁰ (Jain 2010)"publisher":"The Green Revolution:

¹⁰ The term green revolution was coined to refer to the record yields of wheat in Pakistan, India and Turkey and rice in the Philippines, made possible with the adoption of a new agricultural technology in the form of high-yielding seed varieties, plant breeding, use of fertilizers, irrigation and pesticides. In subsequent years, improved methods have ensured the production of sufficient food, including in Africa, even as population has continued to grow.

Histor","number-of-pages":4,"source":"Google Books","ISBN":"978-1-933699-63-9","note":"Google-Books-ID: oaC62aMi_ToC","shortTitle":"Green Revolution","language":"en","author":[{"family":"Jain","given":"H. K."}],"issued":{"date-parts":[{"year":2010}]}},"suffix":"The term green revolution was coined to refer to the record yields of wheat in Pakistan, India and Turkey and rice in the Philippines, made possible with the adoption of a new agricultural technology in the form of high-yielding seed varieties, plant breeding, use of fertilizers, irrigation and pesticides. In subsequent years, improved methods have ensured the production of sufficient food, including in Africa, even as population has continued to grow."}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"}.

Figure 4: *The True Size of Africa* (McCandless 2010)



Column 2 in the table is intended to show that while most African countries have a growing youth and young adult populations as a result of the successes discussed above, the physical territories of most African countries are massive. A country like the D R Congo, which is six times the size of California, and which is highly endowed with numerous natural resources, even with 77 million inhabitants is actually underpopulated for its geographical size. Tanzania, Southern Sudan, Angola, Central Africa Republic and Mozambique are some of the other countries whose populations are far less, relative to their geographic size and natural resource endowments. Certainly, all these countries have other substantial challenges, but spurious correlations bundling up all the problems with population growth amounts to intellectual dishonesty. Getting the cause

and effect factors right is critical, especially for countries that are just recently stabilizing out of war, and which, without a significant population base, will not be able to develop sufficient labor force and reliable productivity to grow into a middleclass and turn towards a demographic transition. To continue to claim that Africa is overpopulated on the basis of the big numbers of just one or two countries is equivalent to earlier imperialist and colonialist condescension that Africans have had to endure for centuries.

Today's growing alarmist prognoses concerning Africa's population growth, whose demographic transition is catching up with patterns of other regions in earlier decades, not only echoes Erhlich's flawed fears from the 1970s, the alarms are also flat out wrong because they fail to consider other factors as far as Africa goes. First, on a negative note, current analyses are missing the rise of deadly cancer, which is compounding the deaths caused by malaria and TB that are still prevalent. A variety of cancers that are not correlated with HIV/ AIDS are now the third leading cause of death across Africa. Unlike other diseases, the burden of cancer is striking people at the prime of their productivity in their 30s and 40s, let alone those who are older and might get the disease because of age-related factors.(Ng'anga et al., 2017) Apart from flat generalities about cancer as a lifestyle disease, little research has been done on the epidemic because it is not a disease associated with dependencies that usually attracts donor funds. Unless swift intervention occurs, cancer will skew Africa's demographic transition for the worse.

On to more positive considerations, in earlier decades, the increase in populations in other regions of the world was correlated with the expansion of their economies. Formal education is the equalizing factor. Throughout the decade of 2000, nearly all African countries experienced marked advance not only in primary and secondary enrollments, there was also significant entrepreneurial growth in the technical, tertiary and university education sectors. The presence of a robust higher education sector is often overlooked in most analyses about education in Africa because it is more expedient to highlight what is missing. Yet higher education is not only a major contributor to economic growth, it is also behind the rise of a self-conscious globalizing, technologically and culturally savvy young adult generation. A lot of Africans travel to study in universities in other countries within the region. Kenya, South Africa and Ghana are some of the coveted destinations for private universities. Column 10 in the table above shows the numbers of public universities in those ten countries. These figures which do not include the equally high number of private universities and other tertiary institutions (further research needs to be done on Africa's higher education private sector)

go to show what demographers who only highlight primary education overlook: many Africans are acquiring university education. A college-educated population is not only a resource for productivity and innovation both locally and abroad, it also grows into a consumer middle-class that also serves as a stabilizing influence on the political structures.¹¹(See Brandi; Buge, 2014)

The increase in number of children that acquired primary and high school education also means that this generation came into young adulthoods at a very important juncture: global expansion in information technology. While the mobile phone was invented in 1973, the first consumer friendly phones were released in the late 1990s. Similarly, computer and internet driven information technology came to the mass market in the late 1990s, not just in the world but also all over the world. Because China swiftly produced and marketed affordable laptops and mobile phone handsets to Africans, the revolution in information technology reached the African consumer market at the same time it reached the west, beginning the late 1990s and expanding swiftly in the first half 2000s. This means that in terms of access to basic technologies of communication, information, knowledge, and cultural products, African millennials have largely been at par with western and Asian millennials.

Some of the prognoses of Africa's impending population explosion are treating Africans as perpetual dependents. This is erroneous. The yet to be developed segments of the continent currently represent a mass "market at the bottom of the pyramid", as case studies in Prahalad's *The fortune at the bottom of the pyramid* detail.¹²(Prahalad, 2006) The fast growing cities and urban centers also provide opportunities for booming construction industry, a factor well recognized not only by the Chinese who are docking in Africa's ports,(French 2014)Howard French is uniquely positioned to tell the story of China in Africa. Through meticulous on-the-ground reporting-conducted in Mandarin, French, and Portuguese, among other languages-French crafts a layered investigation of astonishing

11 In the immediate post-war decades, the west went through a similar period of growth as the same that Africa has been going through these last few decades. With expanded education opportunities, the emergence of a middleclass in the west was closely related to the large numbers of young people who graduated out of universities to become lawyers, doctors, lecturers, managers and administrative experts in the growing economies of the post-war west, as well as entrepreneurs, and a supportive blue-collar class that nonetheless had a stable employ. Although circumstances of automation is changing job dynamics, it is foreseeable that growth in higher education will similarly transform Africa.

12 For declining productivity of developed economies, solving the lingering problems among the poor is the key to creating new and fast-growing markets. The poor are not a liability. Providing goods and services to the poorest people in the world creates opportunities for innovation, entrepreneurship and combines fighting poverty and profitability.

depth and breadth as he engages not only with policy-shaping moguls and diplomats, but also with the ordinary men and women navigating the street-level realities of cooperation, prejudice, corruption, and opportunity forged by this seismic geopolitical development. With incisiveness and empathy, French reveals the human face of China's economic, political, and human presence across the African continent-and in doing so reveals what is at stake for everyone involved. We meet a broad spectrum of China's dogged emigrant population, from those singlehandedly reshaping African infrastructure, commerce, and even environment (a self-made tycoon who harnessed Zambia's now-booming copper trade; a timber entrepreneur determined to harvest the entirety of Liberia's old-growth redwoods but also by African investors like Aliko Dangote, said to have a net worth of US\$10 billion. The Dangote Group has interests in oil, banking, construction, agriculture, technology and manufacturing, all structured to harness the needs of Africa's young population as an emergent market. (*Forbes*, 2019; Ogbor, 2009: 275) The rapid rate of urbanization is another significant feature. Column 6 shows the percentages of urbanization. With Africa moving from rural, subsistence agriculture-based economies, and populations resettling into towns and cities, the low rates of urbanization in countries like Uganda, DRC, Sudan, Kenya, Tanzania represent massive opportunities of economic growth.

Besides being absorbed in technology driven opportunities generated in the legacy sectors of urban growth, education and health, African young adults are taking a lead in reshaping the continent in a variety of other ways. Column 9 in the table above shows the percentage of internet use. Mobile phone use is far higher than internet use, yet the percentages of internet user are significantly high. One of the continent's most popular mobile phone services is M-Pesa. Launched in 2007 in Kenya by Safaricom, the service started out a simple medium of sending payments among people considered "unbankable", those with insufficient funds to open bank accounts, particularly women. In Kenya alone, M-Pesa now records upwards of US\$12 billion in annual transactions and has spawned imitations across Africa and around the world. The service has created thousands of jobs for low income earners and facilitated growth in middle-range industries and services. It also facilitates savings schemes that wholly bypass the credit card, and international remittances that drastically reduce operating costs.¹³ ("Safaricom," 2019.) Another electronic financial services platform is Interswitch, founded by Nigerian engineer Mitchell Elegbe. The service allows

¹³ M-pesa is the most easily told story of business success in Kenya, written about by every news outlet. More details can be found through M-pesa parent company, Safaricom.

customers to transact online and process payments between financial providers without increasing costs while minimizing security risks. In the Nigerian context it also came as a bank to the unbanked. (“Interswitch - Electronic Payment and Digital Commerce Solutions.” 2019).

If education is one equalizer, affordable technology is the other because information is easily accessed, and a lot of technology-based skills are self-taught. Relatively inexpensive personal laptops, mobile phones and internet cybercafes have created a budding ecosystem of ideas around innovations, competitions, and regular service delivery across technology platforms. Quartz Africa reported that in 2017 and 2018 alone, about 130 tech hubs were opened around the continent, supported by venture capitalists, government-led youth initiatives and national telecommunication companies looking to harness the youth market. (Dahir, 2018).

The intersection of a college educated demographic with technology at a time when other economic arrangements have no secure jobs is that youth are compelled to tap into the short-term labor market, baptized as the gig economy in the west. The short-term labor market is not new to Africa; it has always existed as casual labor, that is, day jobs in farming, building, factories, popular entertainment, and women’s initiatives in food, cultural artifacts, dress-making, household labor and beauty. Technology has just created better connectivity, which has increased chances to market skills to new constituents and negotiate fairer pay. Youth also offer emergent technology services to older enterprises such as hotels, travel, and tourism, media houses and newspapers. By curating fresh ideas from the internet to suit local cultures, they are also revitalizing entertainment through comedy, music, movies and video. Connections that can be traced on business networking sites like LinkedIn are also indicative of how young people are building new professional relations, and publicizing their knowledge in business coaching, life-skill specialties, design and photography, culinary arts among others. These short-term opportunities are building new forms of social capital for a rapidly changing urban and global world. They are equally helping to navigate global networks; thus they are a cradle space for nurturing of critical versatility to cope with global socioeconomic disruption. Therefore, unlike earlier generations that were overwhelmed by intrusive global forces, this and future generations of Africans will not be blindsided by forces and events from other regions of the world. They are taking their place in the world and will in fact play an important role in shaping its future.

Some of the emergent ideas are revitalizing older arenas of economic activity. One is iROKO, founded by Nigerian Jason Njoku in 2011, a movie and music

subscription service which rides on Nigeria's highly successful Nollywood movie industry. It has helped actors and musicians make their trade profitable. In turn, Nollywood creates a wide variety of movies that are relevant to Africa's village, urban and global demographics. Ghana has tech startup known as MEST, which has opened opportunities to train and link up with investment funds from global entrepreneurs. RLabs, founded in Cape Town, South Africa specializing in customized technology solutions for more than 100,000 young people from marginalized communities. Numerous other startups are growing because they are connecting communities to essential services like access to needs of health, farming, retailing, online education and civic obligations. There is also different breed of youth focused initiatives, originating from a variety of religious communities. With majority of the population in sub-Saharan Africa being Christians, a lot of churches have initiatives rehabilitating, educating and life-skilling children and youth from disadvantaged backgrounds, or those drop out of school.(Priest; Kirimi, 2017). Not to mention that churches play a critical role in inspiring youth to aspire to a better life.

Some young Africans have made news with ingenious ideas that are yet to turn into creative enterprises but indicate the extent of talent across the region. (Beaurain, 2017). WoeLabs in Togo made the first "made in Africa" 3D printer from e-waste. Buni Hub in Tanzania built 3D printers. Ugandan Brian Turyabagy created a biomedical smart jacket that accurately diagnoses pneumonia four times faster than a doctor and sends the information via Bluetooth to a smartphone. Richard Turere of Kenya created a set of lion lights that reduce human-wildlife conflict. Nigerian Kehinde Durojaiye has crudely assembled a floating car-plane out of scrap material, trying to solve his city's traffic gridlocks. South Africa is building the Square Kilometer Array space telescope, which, when completed will be the world's largest telescope—and is driving innovation in data analytics, storage and transport. An adapted form of space technology in Nigeria is collecting climate data to improve agricultural practices. South Africa has created the first Virtual Reality mine, allowing students to train in a simulated mining environment and the all too common avoid mining accidents.

Another arena of change is cultural and sociopolitical activism. While governments often need external pressure to bring structural change, social media, multiple radio and TV channels, and live streaming is enabling youth to expose corruption, challenge police brutality, and shame non-performing public sectors such as power companies, hospitals and road contractors. A younger class of African intellectuals are raising a chorus of dissent with their poorly performing governments, and social activists have become vocal and visible beyond

country boundaries. Boniface Mwangi founder of Pawa254 in Kenya and Ugandan Bobi Wine (Robert Kyagulanyi) both have raised huge followings of youth for their fight against political dysfunction. Mwangi is an award-winning photojournalist for photographic exhibitions that challenged Africans to develop a civic consciousness. (Mwangi, 2016)"publisher":"Boom Twaff","publisher-place":"Nairobi","number-of-pages":340,"source":"Amazon","event-place":"Nairobi","abstract":"In just over a decade, Boniface Mwangi has risen from poverty to prominence in Kenya. He is renowned for his powerful photographs and his courageous protests calling for social justice. However, little is known about the man himself. UnBounded is a collection of engaging personal stories that takes us through some of the people, places and events that have shaped Boniface, easily one of Kenya best known photographers and activists. It is a portrait of the child, the man and some of the human, harrowing and even humorous episodes that he has witnessed and photographed. This book tells of the two remarkable women - his mother and grandmother - who influenced his character and inspired his drive to raise awareness about poverty, inequality and corruption. His work as a photo-activist is grounded in social engagement, collective action and the need for justice. This is the story of a man of determination and warmth, a man who lives his life to make a difference. We cannot change the world as individuals. We can only change the world together."ISBN":978-9966-095-03-9,"language":"English","author":[{"family":"Mwangi","given":"Bon iface"}],"issued":{"date-parts":[[2016,10,1]]}],"schema":"https://github.com/citation-style-language/schema/raw/master/csl-citation.json"} . Kenyan public intellectual Wandia Njoya and a team of other well-educated Africans challenge systematic state abuses through concise writing on their social media platforms. (Njoya, 2019). Blogs award platforms such as South African Blog Awards, Kenya's BAKE Awards, Jamii forums in Tanzania, Uganda blogging community, among others are increasingly acting as platforms for social, cultural and civic awakening. Another is set Youtubers and vloggers, showcasing emergent talent, skill and artistry. Others are producing art using paintings, drawings, stencil, outdoor murals, garish symbolism, videos and photography to address economic sabotage by the corrupt political class. Kudzani Chiurai of Zimbabwe became internationally recognized for producing art challenging Mugambe's brutal grip on power. ("Kudzanai Chiurai - 125 Artworks, Bio & Shows on Artsy," 2019.) In Kenya, graffiti artists painted murals in the city center depicting corrupt leaders as vultures preying on the most vulnerable. They also desecrated parliament grounds with grotesque effigies and the blood of pigs to caricature MPs for awarding themselves hefty salaries. Even in countries where political

repression still limits activism, youth are still at the forefront of rebuilding their nations. For example, in Central African Republic, a country of 4.6 million people recently torn apart by civil war, youth are organizing through religious communities such as the Catholic Scouts Association to get other youth to return to school, get vaccinated, and deescalate conflict.

These are highlights of the energies unleashed by a young population that is maturing at the intersection formal education, expanding technology, and the absence of a solid job market. This demographic faces a major unrealistic expectation, that they will deliver the so-called magic bullet of youth entrepreneurship. Youth will certainly hustle to create opportunities where there are none, but given all the vibrancy and excitement they generate, there is a risk that governments and global bilateral organizations will slack in providing critical infrastructure. Startup initiatives are inadequate for keeping economies revitalized. Governments need to create and implement the right policies to strengthen all levels. They also need provide the medical, housing and technical infrastructure that will facilitate a demographic transition from the youth bulge towards a middle class.

Conclusion

This paper has covered extensive ground, seeking to articulate a fuller narrative of *Africa rising*. This paper is not in itself adequate to articulate all the ways the continent is changing, especially granted the geographic, linguistic and sociopolitical differences. Yet this paper goes to show that continuing conversations among agents in the media, in academia, among demographers, bilateral organizations and governments need to be detailed, nuanced and multifaceted. Better understanding and interpretation of data, proper representation of the continent's achievements, opportunities and challenges is critical to forging the desired future.

References

- AFRICA'S impressive growth - daily chart. *The Economist*, January 6, 2011. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2011/01/06/africas-impressive-growth>>. Acesso em: 30 jan. 2019.
- DANGOTE, Aliko. CEO, Dangote Group. *Forbes*. Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/aliko-dangote/#7cb145ee22fc>>. Acesso em: 17 set. 2019
- BEAURAIN, François; YEMISI, Adegoke. The Nigerian inventor who wants to build a flying jet car. CNN, 2017. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2017/04/07/africa/jet-car-nigerian-inventor-flying/index.html>>. Acesso em: 17 set. 2019.

- BONGMBA, Elias. *The Dialectics of Transformation in Africa*. New York, Palgrave Macmillan US, 2006.
- BRANDI, Clara; BUGE, Max. *A Cartography of the New Middle Classes in Developing and Emerging Countries*. Tulpfenfed, Deutsches Institut Für Entwicklungspolitik, 2014.
- BRIGHT, Jake; HRUBY, Aubrey. *The Next Africa: An Emerging Continent Becomes a Global Powerhouse*. New York, Macmillan, 2015 (304).
- MUTOKO, Caroline. Caroline Mutoko Youtube Channel: My Spotlight. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCXhzyOoaIZtrBdHqyn3VMxg>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- CENTRAL Intelligence Agency. The World Factbook 2016-2017. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 17 set. 2019
- CHARLES, Teller; ASSEFA, Hailemariam. *The Demographic Transition and Development in Africa: The Unique Case of Ethiopia*. Springer Science & Business Media, 2011.
- CHIURAI, Kudzanai. 125 Artworks, Bio & Shows on Artsy," 2019. Disponível em: <<https://www.artsy.net/artist/kudzanai-chiurai>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- COLLIER, Paul. *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done about It*. New York, Oxford University Press, 2007 (272).
- DAHIR, Abdi Latif. *Africa's Newest Startup Hubs Are Expanding beyond Its Legacy Tech Markets*, Quartz Africa, 2019. Disponível em: <<https://qz.com/africa/1234168/africas-newest-tech-hubs-are-in-senegal-ghana-cote-divoire-zimbabwe-uganda/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- DEMOGRAPHIC Transition. *Wikipedia*. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Demographic_transition&oldid=88675563>. Acesso em:
- EDKINS, Adrienne. Cancer: Not an African Problem? *Science in Africa*, S.d. Disponível em: <<http://www.scienceinafrica.com/biotechnology/health/cancer-not-african-problem>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- EHRLICH, Paul R. *The Population Bomb*. New York, Sierra Club/Ballantine, 1973 (201).
- FRENCH, Howard W. *China's Second Continent: How a Million Migrants Are Building a New Empire in Africa*. New York, Knopf, 2014 (285).Howard French is uniquely positioned to tell the story of China in Africa. Through meticulous on-the-ground reporting-conducted in Mandarin, French, and Portuguese, among other languages-French crafts a layered investigation of astonishing depth and breadth as he engages not only with policy-shaping moguls and diplomats, but also with the ordinary men and women navigating the street-level realities of cooperation, prejudice, corruption, and opportunity forged by this seismic geopolitical development. With incisiveness and empathy, French reveals the human face of China's economic, political, and human presence across the African continent-and in doing so reveals what is at stake for everyone involved. We meet a broad spectrum of China's dogged emigrant population, from those

- singlehandedly reshaping African infrastructure, commerce, and even environment (a self-made tycoon who harnessed Zambia's now-booming copper trade; a timber entrepreneur determined to harvest the entirety of Liberia's old-growth redwoods
- GIFFORD, Paul. *African Christianity: Its Public Role*. London, Hurst, 1998 (368).
- HAMRELL, Sven; NORDBERG, Olle. Towards a Second Liberation: Africa and the World Crisis. *Development Dialogue: A Journal of International Development Cooperation*, v. 2, 1987.
- HANCILES, Jehu. *Beyond Christendom: Globalization, African Migration and the Transformation of the West*. Maryknoll, NY, Orbis Books, 2009 (430).
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*. World Economic and Financial Surveys, 0258-7440. Washington, DC, International Monetary Fund Report, 2009.
- INTERNET World Stats: Usage and Population Statistics. *Africa Stats*. Disponível em: <<https://www.internetworldstats.com/stats1.htm>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- JAIN, Hari Krishan. *Green Revolution: History, Impact and Future*. Houston, Studium Press LLC, 2010.2010
- JERVEN, Morten. *Poor Numbers: How We Are Misled by African Development Statistics and What to Do about It*. New York, Cornell University Press, 2013 (208).
- KATONGOLE, Emmanuel. *The Sacrifice of Africa: A Political Theology for Africa*. Grand Rapids, Eerdmans, 2011 (203).
- KEIM, Curtis A. *Mistaking Africa: Curiosities and Inventions of the American Mind*. Philadelphia. Avalon Publishing, 2013 (256).
- RONALD, Lee. The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Change. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, 2003.
- LINDBERG, Staffan I. The Surprising Significance of African Elections. *Journal of Democracy* v. 17, n. 1, February 1, 2006, pp. 139–151.
- MAATHAI, Wangari. *The Challenge for Africa*. New York, Pantheon Books, 2009 (336).
- MAZRUI, Ali A. *The African Condition: A Political Diagnosis*. Cambridge, MS, Cambridge University Press, 1980 (142).
- MCCANDLESS, David. *The True Size of Africa*, 2010. Disponível em: <<http://www.informationisbeautiful.net/2010/the-true-size-of-africa/>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- MEREDITH, Martin. *The State of Africa: A History of Fifty Years of Independence*. New York, London, Free Press, 2006 (608).
- MOYO, Dambisa; FERGUSON, Niall. *Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is a Better Way for Africa*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 2010 (208).
- MWANGI, Boniface. *Boniface Mwangi Unbounded*. Nairobi, Boom Twaff, 2016 (340).
- NEWMAN, Carol. *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*. Washington, DC, Brookings Institution Press, 2016.

- NG'ANG'A Ann. *Africa's Emerging Cancer Crisis: A Call to Action*. Nairobi: African Organization for Research and Training in Cancer and Bio-ventures for Global Health. 2017.
- NJOYA, Wandia. Disponível em: <<https://www.wandianjoya.com/about.html>>. Acesso em:
- OGBOR, John. *Entrepreneurship in Sub-Saharan Africa: A Strategic Management Perspective*. Lagos, AuthorHouse, 2009.
- POPULATION Pyramids of the World 2015 and 2016. Disponível em: <<https://www.populationpyramid.net>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- PRAHALAD, C. K. *The Fortune at the Bottom of the Pyramid*. Pearson Prentice Hall, 2006 (432).
- ROXBURGH, Charles. Lions on the Move: The Progress and Potential of African Economies. McKinsey. 2010, <https://www.mckinsey.com/featured-insights/middle-east-and-africa/lions-on-the-move>. Acesso em: 17 set. 2019.
- RUSSELL, Alec. *Big Men, Little People: The Leaders Who Defined Africa*. New York, NYU Press, 1999 (256).
- SACHS, Jeffrey. *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York, Penguin Press, 2005 (448).{\\"i{}}The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time} (New York\uco\u8239{}: Penguin Press, 2005., 2005
- SAFARICOM. Disponível em: <<https://www.safaricom.co.ke/about/about-safaricom/who-we-are/our-story>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- SIMMONS, Ann M. African immigrants are more educated than most - including people born in the US. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2018/04/24/sub-saharan-african-immigrants-in-the-u-s-are-often-more-educated-than-those-in-top-european-destinations/>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- SIVI, Katindi. *Youth fact book: infinite possibility or definite disaster?* Nairobi, Kenya, Institute of Economic Affairs and Friedrich-Ebert-Stiftung. 2010.
- TEMPLE, Jonathan. *Initial conditions: social capital and growth in Africa*. *Journal of African Economics*, v. 7, n. 3, 1998, pp. 309–47.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. *Human development reports: Human development index*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- UNITED NATIONS. *United Nations millennium development goals report, 2015*. Disponível em: <<http://www.un.org/millenniumgoals/news.shtml>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- UNITED NATIONS. World population prospects: key findings. *Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015. Working Paper*, No. ESA/P/WP.241, 2015.

WORLD BANK. *Migration and remittances factbook 2016, third edition*. World Bank, 2016. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/brief/migration-and-remittances>>. Acesso em:

WORLD DATA ATLAS: *World and regional statistics, national data, maps, rankings*. Disponível em: <<https://knoema.com/atlas>>. Acesso em: 17 set. 2019

YIFU LIN. *Youth bulge: A demographic dividend or a demographic bomb in developing countries? Let's talk development.* 2012. Disponível em: <<http://blogs.worldbank.org/developmenttalk/youth-bulge-a-demographic-dividend-or-a-demographic-bomb-in-developing-countries>>. Acesso em: 17 set. 2019.

YOUTH Policy Labs: African internet users. Disponível em: <<http://www.youthpolicy.org/library/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

Recebido em: 23/04/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

GITAU, Wanjiru M. The Transformation of a Young Continent: Dimensions of Africa Rising. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 401-429.

Políticas culturais e comportamento juvenil na periferia da cidade do Rio de Janeiro¹

Marcello Sena²

Resumo: O objetivo deste trabalho é verificar o comportamento de jovens artistas e produtores culturais de periferia diante das tensões observadas na implementação de políticas culturais nos diferentes níveis governamentais e sua associação com outras políticas públicas a partir de um estudo sobre as associações culturais que atuam no bairro de Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. O método adotado foi o método do caso estendido. Concluiu-se que a dificuldade de articular políticas culturais através de um pacto federativo que amplie e diversifique o acesso dos jovens à produção e ao consumo cultural é devido, sobretudo, a sua natureza heterônoma.

Palavras-chave: Políticas Culturais, Intersetorialidade, Segurança Pública, Heteronomia, Autonomia

Cultural policies and youth behavior in the periphery of Rio de Janeiro city

Abstract: *The aim of this work is to verify the behavior of young artists and cultural producers from the periphery in the face of the tensions observed in the implementation of cultural policies at the different levels of government and their association with other public policies, based on a study of the cultural associations that work in the neighborhood of Realengo, West Zone of the Rio de Janeiro city.*

¹ Trabalho elaborado a partir de dados preliminares coletados para a confecção da tese.

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF - Campos dos Goytacazes, Brasil - polit.publicas@gmail.com

The method adopted was the extended case method. It was concluded that the difficulty of articulating cultural policies through a federative pact that broadens and diversifies young people's access to cultural production and consumption is mainly due to their heteronomous nature.

Keywords: *Cultural Policies, Intersectoriality, Public Security, Heteronomy, Autonomy.*

Introdução

O objetivo deste trabalho é verificar o comportamento de jovens artistas e produtores culturais de periferia diante das tensões observadas na implementação de políticas culturais nos diferentes níveis governamentais e sua associação com outras políticas públicas a partir de um estudo sobre as associações culturais que atuam no bairro de Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A questão que se coloca e que orientará o esforço teórico deste trabalho é a seguinte: como ampliar e diversificar as políticas culturais sem uma articulação favorável com outras políticas públicas, notadamente àquelas relacionadas à segurança pública?

Vê-se, portanto, que se trata de uma questão que por um lado relaciona e reflete as ações de jovens artistas e a coordenação federativa de políticas culturais, e por outro lado relaciona estas mesmas ações e a coordenação governamental em nível regional. No nível regional é possível aferir a existência de um descompasso entre políticas culturais as políticas ligadas ao uso da cidade, especialmente no bairro de Realengo, sobretudo quando se trata de políticas de segurança pública. Dado o escopo deste trabalho abrirei mão de apresentar o referencial teórico relativo ao setor de segurança pública, limitando-me ao referencial teórico que aborda políticas culturais e usos da cidade, assim como um levantamento da legislação existente.

A fundamentação teórica deste trabalho estabeleceu como critério de seleção aquelas análises que se detivessem sobre a coordenação federativa de políticas culturais e que permitissem avaliar com maior precisão o comportamento de jovens artistas e produtores culturais que atuam em regiões periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Associada a estas análises busquei por trabalhos que tratassesem de maneira geral o tema do associativismo e das questões atuais de políticas sociais. Pretendi com isso ser capaz de enfatizar as contradições e ambiguidades das políticas culturais verificadas no âmbito das práticas artísticas realizadas pelos jovens que constituem meu objeto de pesquisa. Assim,

selecionei trabalhos acadêmicos publicados em revistas científicas ou reunidos em coletâneas organizadas por instituições de reconhecido prestígio como a Fundação Casa de Rui Barbosa ou o Itaú Cultural.

Quanto à metodologia optei pela utilização do método do caso estendido elaborado por Michael Burawoy segundo o qual as dinâmicas ocorridas em escala micro expressam arranjos institucionais políticos e econômicos em escala macro. Neste tipo de investigação a participação observante é fundamental, para tanto realizei observações diretas em atividades como espetáculos, fóruns, reuniões e oficinas³.

Associativismo cultural em Realengo:

O ponto de partida de minha análise foi uma atividade ocorrida no Espaço Cultural Viaduto de Realengo, a partir daí pretendo abordar as práticas de outros coletivos e relacioná-las com as políticas culturais em âmbito federal e regional e suas articulações com a organização governamental local. Esta associação de artistas, que passarei a denominar de coletivo cultural⁴, ocupa o vão deste viaduto desde o final de 2013 com o objetivo de realizar intervenções culturais⁵. Seus articuladores são três jovens moradores da região que promovem rodas de samba, batalhas de MC's, projeção de filmes, espetáculos de rock e MPB, graffiti, pichação entre outros eventos. Projetando-se por sobre

3 Estas observações foram realizadas por meio de um Projeto de Extensão intitulado Portas Abertas Para a Cultura que eu coordenei entre os anos de 2015 e 2016. Tratava-se de um esforço da Universidade Castelo Branco em dialogar e apoiar os coletivos culturais da região compreendida pela Área de Planejamento 5, especialmente aqueles sediados nos bairros de Mallet, Realengo, Padre Miguel, Bangu e Senador Camará. A primeira fase do projeto previa apoiar um coletivo cultural da região, a Companhia de Dança InOff, com o objetivo de integrar os demais coletivos da região a ela. Assim, foi oferecida uma sala de dança para a realização dos ensaios, salas de aulas com recursos multimídia para a realização de reuniões, oficinas, encontros e palestras e o Teatro Carlos Wenceslau para a realização de fóruns e congressos. A Cia. InOff é dirigida pelo dançarino Guilherme Oliveira e recebe jovens de ambos os性os a partir dos 16 anos de idade. Esta fase foi satisfatoriamente cumprida proporcionando à Companhia InOff uma ampliação de sua visibilidade através de sua presença em matérias de jornais e televisão como o Jornal Extra e o programa RJ TV, além da formação de jovens dançarinos que puderam ingressar em companhias profissionais de dança. Outrossim, a realização de encontros, oficinas e feiras culturais permitiu estreitar as relações entre os coletivos culturais estimulando-os a se coadunarem em outras iniciativas de organização para fins políticos.

4 A expressão coletivo cultural é largamente utilizada pelos membros de associações de artistas e produtores culturais e já foi bastante empregada por estudiosos deste fenômeno, contudo, não se constituiu como uma categoria sociológica. Ela pode designar um grupo de dançarinos ou de rappers tanto quanto a reunião destes dois grupos numa roda cultural ou um saraú, que passarão a ser designados como coletivo cultural.

5 Uma intervenção cultural pode ser designada como um processo de ressignificação de um espaço ou atividade cuja função não era inicialmente de servir para uma apresentação artística.

a estação de trem de Realengo o viaduto produz um vão que é utilizado como passagem pelos passageiros que embarcam ou desembarcam na estação. Porém, à noite, o local é considerado perigoso e reúne um número significativo de usuários de maconha.

Oberdan, grafiteiro conhecido como Irak e um dos idealizadores deste movimento, se refere a este fato dizendo que a ocupação, por não ser autorizada no início, era uma “ação criminosa”, mas depois da limpeza o “crime ficou organizado”. Ocupações de locais públicos e privados que se encontram abandonados, são comuns entre os coletivos culturais da região. Em geral contam com o apoio da comunidade local, podendo ser legitimados por prêmios e concessões obtidas junto ao poder público e, eventualmente, pela iniciativa privada. A justificativa dada para esta conduta é a de que se trata de um ato de resistência e de enfrentamento da vulnerabilidade social em que se encontram boa parte destes articuladores e dos consumidores de seus serviços artísticos.

Em 2014 o Espaço Cultural recebeu da Secretaria Municipal de Cultura, que passarei a designar como SMC-RJ, o prêmio de Ações Locais no valor de R\$ 40.000,00. Com esta ação, parece lícito supor, que esta Secretaria legitimou uma atividade que, utilizando ilegalmente energia elétrica (através de uma ligação direta com a rede de fornecimento privado de energia elétrica, popularmente conhecido como “gato”), promove pichação (que não é reconhecida como arte pela Lei do Grafite – Decreto Municipal Nº. 38.307 de 18 de fevereiro de 2014), rodas de rima e outras linguagens ligadas ao movimento Hip Hop, cujos elementos (DJ, MC, Bboy, RAP, grafite, Beat Box, entre outros) estão associados às populações marginalizadas.

Contudo, o reconhecimento promovido pela SMC-RJ como parte de suas ações de implementação das políticas culturais previstas pelo PRONAC, sobre o qual falarei na seção dedicada às políticas públicas, expõe hiatos de coordenação federativa e de organização governamental no momento em que leva a cabo as ações intersetoriais de implementação das políticas culturais e revela contradições e conflitos relacionados às desigualdades sociais e políticas.

Além disso, apesar dos articuladores culturais acreditarem que estão realizando intervenções positivas na região o estilo das músicas, o vestuário, os cortes de cabelo ou a falta deles além dos grafites e pichações ainda geram desconforto e sensação de desordem na parcela mais conservadora da população. A origem do hip hop ainda evoca uma identidade marginalizada. Embora procurem organizar suas intervenções de forma a proporcionar alternativas culturais para a região, boa parte das pessoas que seriam virtualmente consumidores destes serviços não tem uma boa impressão sobre o movimento, pois pode gerar

nas mentes mais conservadoras uma sensação de perturbação da ordem. Vejamos o relato de um caso que demonstra as contradições da coordenação federalista de políticas culturais e a organização governamental do Rio de Janeiro nas esferas estadual e municipal.

Arte versus Ordem Social

No dia 07 de junho de 2016, por volta das 19h, encontrava-me no Espaço Cultural Viaduto de Realengo que recebia o Fórum de Cultura da Zona Oeste, uma iniciativa itinerante promovida por um articulador cultural local chamado Ângelo Inácio com o objetivo principal de aproximar os coletivos da região às secretarias de cultura do Estado e do Município principalmente e lhes encaminhar suas demandas.

O Fórum ocorria como de costume, isto é, com informes, apresentação de demandas e encaminhamentos conforme a pauta sugerida para o dia tal como nas outras edições em que estive presente. Subitamente a atividade foi interrompido por um passante, que se identificou como funcionário da Polícia Militar e estudante de direito de uma faculdade que funciona a não mais de cem metros do local. Esta pessoa dirigiu-se à mesa do Fórum e, em tom áspero, afirmou que pela segunda vez solicitava o encerramento das atividades do Espaço Cultural, pois, do seu ponto de vista, havia aumentado a incidência de assaltos e consumo de drogas naquela área em razão da movimentação promovida pela intervenção cultural.

Irak retrucou a assertiva deste passante, argumentando que a presença de pessoas e a iluminação das atividades na verdade proporcionava segurança ao local. Porém, havia um grupo consumindo maconha nas imediações, mas Irak argumentou que estas pessoas não participavam da atividade e não podia evitar que este consumo ocorresse, pois o lugar era público.

Minutos após a partida deste passante, uma viatura da Polícia Militar chegou ao local e parou diante do grupo de usuários de maconha procedendo a dispersão dos mesmos de forma veemente, exceto pela determinação de que uma mulher que se encontrava neste grupo com uma criança num carrinho de bebê permanecesse no local. Um dos policiais dirigiu-se ao Fórum exigindo que a atividade fosse encerrada imediatamente ou, em caso contrário, desmontariam e quebraria os equipamentos.

A justificativa dada para a forma como a abordagem estava sendo conduzida, foi a de que haviam recebido uma denúncia feita por um pedestre (possivelmente o mesmo que abordou o grupo) de que no local estava ocorrendo tráfico

de drogas realizado por uma pessoa cuja descrição dada contemplava com as características do Irak naquele momento. Porém, não procederam qualquer tipo de revista entre os usuários de maconha e os participantes do fórum para verificar a existência de tráfico.

Em seguida o mesmo policial perguntou se o evento possuía autorização para ocorrer no local, mas quando Irak apresentou uma Moção dada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro que legitimava o funcionamento do espaço sob o Viaduto de Realengo este policial lhe tomou o documento, rasgou e jogou no chão.

Um rapaz que participava do fórum aproximou-se do policial para questionar a necessidade de um comportamento tão agressivo ao ponto de rasgar o referido documento, mas ao perceber que o mesmo o estava filmando através de seu celular o policial lhe deu voz de prisão e tentou subtrair-lhe o aparelho, em seguida tomou-o pelo braço e tentou conduzi-lo à viatura, mas foi temporariamente contido pelos demais participantes que puxaram o rapaz para o lado contrário. Neste momento Irak novamente intervaiu e pediu que não houvesse violência física, aludiu ao erro que o policial estava cometendo agindo daquela forma e pediu para que pudessem conversar civilizadamente. Contudo, diante da formação do grupo a sua volta, o policial sacou sua pistola, fez um disparo contra o chão e passou a apontar a arma em direção ao Irak que permaneceu de pé, com os braços abertos em sinal de sujeição e continuou a pedir ao policial que se acalmasse.

Esta cena se manteve por alguns instantes até que o policial desistiu da ofensiva, guardou a arma no coldre, algemou o rapaz que gravara seu comportamento e junto com seu parceiro que assistia a cena colocou-o na viatura. Em seguida o policial tomou Irak pelo braço e tentou levá-lo para a viatura, mas o mesmo continuou pedindo que se acalmasse e afirmou que se fosse necessário iria, mas não daquela forma.⁶

Neste ínterim, a mãe com a criança que estava no outro grupo formado por usuários de maconha foi embora do local. O policial passou a intimidar o

6 A violência da abordagem revela alguns elementos do ethos policial que expressa a mentalidade de que o crime é uma doença e o policiamento ostensivo é a cura. Tal mentalidade sugere a presença do “ethos guerreiro” definido por Norbert Elias (1990) para se referir às formas de expressão de violência frente ao processo civilizatório que pressupõe o autocontrole. Uma frase proferida pelo policial que não participou diretamente das interações mais ásperas afirmava que estava havendo uma inversão de valores, que o certo era errado e o errado era certo. Certamente não havia contexto para aplicar esta frase, pois o que poderia haver de errado num fórum de produtores culturais que discutiam temas relacionados à organização da cena cultural da região? Trata-se de uma frase desprovida de significado, que apenas reforça de forma redundante o uso gratuito da violência.

grupo dizendo que eles não andam só de farda e se continuassem com a atividade no local eles voltariam à paisana, pois moravam na região e não concordava com aquela atividade. Irak retrucou argumentando que as ameaças não eram devidas, pois cuidavam daquele local e eram legitimados pela prefeitura para estar no mesmo.

Os policiais passaram a conversar privadamente, anotaram os documentos do rapaz que estava algemado e o liberaram passando então a conversar brandamente com os participantes do fórum. Neste momento passei a interagir com o policial sem dizer que estava fazendo trabalho de campo e o mesmo revelou que seu destempero resultou do fato de possuir uma filha com a idade aproximada daquela criança que se encontrava junto com a mãe no grupo dos usuários de maconha. Disse que embasado pelas informações do passante, no momento de sua chegada tomou os dois grupos como sendo apenas um. Acrescentou que o disparo era procedimento padrão em casos de tumulto para sua proteção, pois alguém poderia tomar-lhe a arma e que o correto é dispersar a multidão com um tiro para o chão, pois o projétil se estilhaça e não fere ninguém.

Salientei que estas abordagens não são profícias, pois elas revelam e reforçam tanto as percepções comuns às pessoas que moram em áreas de vulnerabilidade social em relação à truculência da polícia, quanto as percepções que policiais têm destes grupos que, supostamente, os vêm como inimigos. O policial demonstrou concordância com esta avaliação, disse novamente ser morador da área e apreciador do ritmo reggae, que voltaria ao local com a família para prestigiar as atividades musicais, passou o endereço completo de sua residência, elogiou a interação amistosa que manteve comigo e com a esposa do Irak que ingressou logo em seguida na conversa. Tendo se desculpado por diversas vezes pelo comportamento fez questão de apertar nossas mãos e junto com o policial que lhe dava apoio se retiraram do local. O fórum foi suspenso devido ao incidente e os equipamentos foram recolhidos.

Este caso revelou a existência de graves e perigosas contradições entre atividades culturais e segurança pública que tocam na questão dos usos da cidade e da falta de coadunação entre as políticas de segurança pública e as políticas culturais. A forma como os coletivos da região da Zona Oeste enfrentam o controle estatal dos lugares públicos para levar a cabo suas intervenções que, via de regra, ocorrem sem as garantias institucionais de acesso à cultura a todos os cidadãos.

Outrossim, o trabalho de campo permitiu perceber através de minha participação em oficinas, fóruns e congressos organizados pelo Projeto Portas Abertas Para a Cultura e executado pela Cia. In Off, que muitos artistas e produtores se ressentem e cobram das secretarias de cultura e do próprio Ministério da Cultura

a ampliação do fomento e do número de áreas e equipamentos culturais na região da AP⁵. Eles consideram que estas medidas de ampliação não são suficientes e adicionam a elas demandas relativas à possibilidade de utilização dos espaços públicos e privados já existentes para desenvolver atividades artísticas. Estas alternativas contornariam a dificuldade de mobilidade para se deslocar às áreas onde a oferta de bens e serviços culturais são oferecidos em maior número e à qualidade dos serviços de segurança pública oferecidos. Porém, isso promoveria uma segmentação que isolaria estas pessoas e dificultaria o intercâmbio com outros coletivos culturais que realizam intervenções em outros pontos da cidade.

Tão impactante para as intervenções culturais destes indivíduos e grupos quanto a falta de familiaridade com as políticas públicas é a desarticulação dos níveis governamentais em ações que afetam as referidas intervenções culturais, tais como segurança, transporte, abastecimento e saneamento. Diante deste quadro parece lícito supor que as condições institucionais que permitem a valorização e visibilidade para os fazedores de cultura que se encontram nas áreas de menor renda em diferentes regiões do país ainda são insuficientes.

Diversos produtores aventaram a possibilidade de suprir a escassez de áreas e equipamentos culturais, utilizando espaços privados com o consentimento dos donos, mas quase que invariavelmente esbarram nas contrapartidas exigidas. Algumas instituições de ensino e clubes da região, por exemplo, dispõem de espaços ociosos para ensaios e apresentações, mas não chegam a um acordo para disponibilizar estes locais aos coletivos culturais. Ocorre, porém, que muitos dentre estes indivíduos vêm as ruas como sua vocação. Acreditam que saraus, festivais musicais e rodas culturais devem ser realizados em áreas abertas onde existe uma elevada circulação de pessoas. Emerge a questão relativa aos ensaios e produção de espetáculos de teatro e dança, por exemplo.

Para responder de forma prática essas questões a alternativa encontrada por alguns destes grupos foi a ocupação pacífica de áreas ou imóveis considerados degradados, mas que se tornaram funcionais a partir de um trabalho inicial de restauração. Não é raro que eventos empreendidos pelos próprios fazedores de cultura que visam tirar o artista ou o artesão do ostracismo, e que em alguns casos contam com incentivos governamentais, ocorram em condições de infração. A desarticulação entre diferentes esferas de governos locais e suas respectivas secretarias pode acabar por conferir a estas intervenções um tom de clandestinidade e ilegalidade.

⁷ A cidade do Rio de Janeiro encontra-se dividida político-administrativamente em 5 Áreas de Planejamento ou AP's.

O vão de um viaduto, por exemplo, é um espaço público. Não há ilegalidade em se transitar ou parar por ali. Porém, quando se instalam equipamentos de áudio e vídeo, e a eletricidade utilizada vem da rede de abastecimento de uma companhia privada que não forneceu esta energia à atividade, o crime de furto de energia fica caracterizado. O grafite em áreas públicas ou privadas é legal desde que consentida pelos órgãos públicos competentes, proprietários ou locatários, mas a pichação não. Então começam a aparecer as contradições: uma intervenção cultural com estas características deve ser regularizada e fomentada com o apoio dos órgãos governamentais pertencentes às diferentes esferas do governo ou não? Deveriam os órgãos fomentadores da cultura articularem-se com outros órgãos da mesma esfera de governo e das outras esferas a fim de fornecer um ponto de luz e estabelecer junto aos coletivos culturais regras para utilização do espaço? Não cabe à ciência ser normativa. Ela não responde como as coisas deveriam ser, mas como elas são. E a investigação realizada por esta pesquisa aferiu a existência de diversas situações semelhantes a esta exemplificada acima⁸. Vejamos dois exemplos.

O coletivo cultural Caixa de Surpresa iniciou suas atividades oferecendo reforço escolar e formação artística na casa dos seus fundadores na Vila Aliança, bairro inserido no Complexo da Coreia, considerado o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro. Atualmente ocupa um edifício pertencente à Prefeitura do Rio e se localiza ao lado do Viaduto de Bangu. Este prédio que abrigava um posto do TRE havia sido desativado e desde então era utilizado por usuários de drogas e mendigos o que ampliavam a já existente sensação de insegurança no local.

O coletivo ocupou o local após um duro trabalho de remoção de entulho e limpeza passando a oferecer aulas de dança, oficinas de graffiti e promover rodas de cultura com apresentações de peças de teatro, batalhas de MC's entre outras atividades artísticas. Embora o objetivo fosse o de revitalizar o local e desfazer a sensação de insegurança, a ocupação ocorreu de forma ilegal até que obtivesse o alvará de cessão do espaço. O coletivo foi reconhecido como Ponto de Cultura pelo então Programa Cultura Viva, hoje instituído como Política Nacional Cultura Viva pela Lei Cultura Viva (Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014)⁹.

8 Os dados utilizados nesta pesquisa são de 2016. Novos dados serão acrescentados a estas informações a partir de pesquisa recente realizada com vistas a confecção de tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF.

9 O Ponto de Cultura Caixa de Surpresa encontra-se interrompido desde 2018 em razão da requisição do prédio onde estava instalado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Outro exemplo a ser citado é o coletivo cultural Maria Realenga cuja fundação ocorreu após o evento do tiroteio contra estudantes e funcionários na Escola Municipal Tasso da Silveira promovido por Wellington Oliveira em abril de 2011. A mídia passou a referir-se a este incidente como O Massacre de Realengo.

O idealizador do Maria Realenga, Sidnei Oliva, visava ajudar a restaurar a reputação do bairro que sempre aparecia na mídia como sendo um lugar violento, mas que possui um elevado número de instituições de ensino público e privado (destacam-se duas faculdades e duas universidades privadas, um Instituto Federal e uma unidade do Colégio Pedro II) e coletivos culturais. Desde então ele passou a organizar saraus em restaurantes, escolas e praças através de parcerias com comerciantes locais. Trata-se, portanto, de um coletivo cultural itinerante que não possui uma sede e, até recentemente, evitava ocupações. As intervenções culturais realizadas pelo Maria Realenga proporcionaram a conquista do Prêmio de Ações Locais em 2014.

A partir do mês de maio de 2016 este coletivo passou a pleitear junto com outros articuladores culturais da região as dependências de uma delegacia de polícia desativada que se encontra bastante depredada e serve ao consumo de crack. Após obter autorização verbal junto ao Comandante do 14º BPM o processo de revitalização do local teve início através da ação dos próprios fazedores de cultura da região, porém o local tornou-se objeto de disputa entre outros órgãos da PMERJ que requisitaram parte do espaço. Atualmente o local permanece abandonado.

Estes exemplos demonstram que as intervenções artísticas na região expressam relações entre cultura, segurança pública e ressignificação dos espaços públicos e privados. A relação entre cultura e política é tema de discussão nas ciências sociais a bastante tempo, não apenas quando se reflete sobre a forma como os agrupamentos sociais equacionam as formas de exercício do poder e a consequente sujeição dos seus membros à titularidade do poder, mas também a respeito da forma como as pessoas interpretam os projetos de governo.

Assim, verificamos que a implantação de políticas culturais mais amplas e diversificadas como as propostas pelos Ministério da Cultura desde a gestão de Gilberto Gil esbarram nas vicissitudes e singularidades locais e expõem suas vulnerabilidades. Por estas razões carecem de uma compreensão mais fina e precisa. Vejamos esta questão mais de perto recorrendo a um caso envolvendo agentes de segurança pública e um coletivo cultural que se enquadra no perfil esboçado anteriormente: moradores de áreas periféricas que se apropriaram de espaço público para realizar suas intervenções culturais. Nesse sentido, dedicarei a próxima seção a uma breve caracterização das políticas culturais no Brasil e às leis que restringem a utilização dos espaços públicos para intervenções culturais.

A Horizontalidade das Políticas Culturais Usos e Sentidos da Cidade

As cidades tendem a apresentar uma distribuição espacial que evidencia uma segregação social. As divisões espaciais se caracterizam por distinguir aglomerados populacionais que se distribuem em função de diferenças socioeconômicas, ou seja, existem áreas de maior e menor renda, mas que não são de modo algum homogêneas, apesar de haver prevalência de certos estratos em cada uma dessas áreas constituindo áreas centrais, onde se localizam os centros produtivos e de controle político, e áreas periféricas, que fornecem sobretudo os recursos humanos para estas áreas centrais (Lefebvre, 1973; Harvey, 2011; Souza, 2015). No entanto, em cada uma dessas áreas é possível verificar zonas centrais e periféricas, ou seja, uma área considerada periférica pode apresentar áreas centrais onde há maior volume de oferta de produtos e serviços públicos e privados (Rufino, 2016a; 2016b).

O bairro de Realengo, localizado na Área de Planejamento número 5 (AP 5) na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, é considerado periferia em relação às Áreas de Planejamento 1 e 2 (Centro e Zona Sul respectivamente) e em relação à Área de Planejamento número 4 também localizada na Zona Oeste da cidade. Todavia, o bairro de Realengo possui sua área central ao longo da Avenida Santa Cruz, local onde se localizam bancos, comércio, escolas e Instituições de Ensino Superior, e suas áreas periféricas, especialmente a favela do Batan.

Estas áreas, contudo, não são livres, pois estão sujeitas a controles privados e públicos. Uma praça ou o vão de um viaduto embora façam parte da coisa pública têm seu uso limitado por uma legislação regulamentadora, conforme vimos anteriormente. Portanto, o acesso à cidade é limitado pelos direitos à propriedade privada, por um lado, e pela burocracia estatal, por outro.

A este respeito Boga e Figueiredo (2016) indicam que

sob a lógica dessa segregação espacial cada vez mais nítida, de um lado tem-se as zonas mais centrais valorizadas para o turismo que abrigam exclusivamente camadas das elites econômicas locais e de outro as extensas periferias pobres cuidadosamente apagadas do olhar dos turistas (Boga; Figueiredo, 2016: 493).

A estruturação e a significação do espaço urbano passa pelas contradições históricas postas pelas relações entre as classes sociais e destas com o Estado (Boga; Figueiredo, 2016). A baixa disponibilidade de equipamentos culturais

destinados à produção, ensaio e apresentação artísticas¹⁰ na região aliada a uma tradição local de apresentar-se na rua leva os artistas e produtores a buscarem alternativas para a realização de suas propostas de intervenção cultural engendrando uma ampliação dos sentidos atribuídos aos espaços públicos. O vão de um viaduto deixa de ser uma local de passagem, soturno diga-se de passagem, para se tornar um local de festa, experimentação artística e reforçamento dos laços sociais. A presença do grupo Coletivo Cultural Viaduto de Realengo passa a ser, na concepção de Irak, um sentinela do local sugerindo que ali não é um vazio social.

Esta percepção de que a região não se apresenta mais como um vazio social em decorrência da intervenção cultural é consistente com a visão geral de que a riqueza cultural existente na região não possuía a visibilidade devida mesmo entre os próprios artistas e produtores que pouco comunicavam-se entre si e deslocavam-se para as áreas centrais da cidade para consumir bens e serviços culturais.

A busca pelo conhecimento e pela valorização, conforme assinala Boga e Figueiredo (2016) em sua pesquisa, “é a dificuldade primeira e central dos artistas e agentes culturais” (*ibidem*, p. 505). Apesar desta tendência à centralização que influencia a distribuição desigual de equipamentos e atividades culturais, estes artistas procuraram pressionar as políticas culturais que visavam ampliar e diversificar o fomento à cultura enfatizando áreas periféricas. Assim, as secretarias municipal e estadual de cultura criaram prêmios e cotas para atender as demandas dos artistas e produtores das regiões periféricas, tais como os prêmios Favela Criativa¹¹ e Ações Locais, promovendo o reconhecimento e propiciando e propiciando visibilidade.

Iniciativas como estas permitiram que os artistas e produtores locais passem mais tempo em suas regiões em vez de se deslocarem para áreas onde a oferta e a demanda de bens e serviços culturais se concentram impedindo que o vazio e o silêncio cultural se consolidassem nas periferias (Boga; Figueiredo, 2016).

¹⁰ O único equipamento cultural existente no bairro de Realengo é a Lona Cultural Gilberto Gil, mas que na verdade situa-se no bairro de Sulacap.

¹¹ O “Favela Criativa” foi implementado em 2014 como um programa da Secretaria de Estado de Cultura coordenado pela Superintendência de Cultura e Sociedade/Coordenadoria de Diversidade Cultural e tem como objetivo operacionalizar ações culturais em territórios populares urbanos do estado do Rio de Janeiro através de ações e projetos inéditos ou já existentes, que visem ampliar a oferta de consultoria, formação, oportunidades e fomento a agentes culturais do estado moradores desses territórios. Foi posteriormente ampliado e substituído pelo Programa Territórios Culturais em 2016 que manteve um sistema de cotas para contemplar projetos originários das favelas.

Articulação de Políticas Culturais pelos Entes Governamentais

As diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Cultura para as políticas públicas na cultura durante a gestão Gil/Jucá pretendiam ser as mais amplas e democráticas possíveis, para tanto, tomaram a noção de cultura em seu sentido antropológico (RUBIM, 2007; CALABRE, 2014). A fim de implementar as diretrizes da Lei Rouanet, estas políticas procuraram estender o fomento para além da arte e da literatura atingindo o maior número possível de expressões culturais e se consolidaram com a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) em julho de 2010. Contudo, vale dizer que esta consolidação já vinha se concretizando nas ações do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) que estabeleceu como mecanismos de apoio o Fundo Nacional da Cultura (FNC), o Incentivo Fiscal (a projetos culturais) e os Fundos de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) que ainda aguarda regulamentação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para ser implementado. O objetivo destes órgãos é operacionalizar com maior amplitude, diversidade e celeridade projetos propostos pela sociedade civil.

Tomando como marco o Artigo 215 da Constituição Federal, é possível verificar que a participação não é estimulada em nenhum dos parágrafos ou incisos¹², a não ser que se compreenda participar como ter acesso, o que corresponde a uma ideia abstrata de democratização que consta no terceiro parágrafo, inciso IV. De qualquer modo, consagrou-se o entendimento de que este acesso implica na fruição e na produção de bens culturais, tangíveis e intangíveis, de tal modo que esses atos engendrem relações de identidade cultural.

Diferentemente de outras políticas públicas, a cultura impõe a participação, não como adereço que possa legitimá-la, mas como fato indissociável da fruição, a qual só é possível na presença sob o aspecto físico do indivíduo

¹² Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (EC no 48/2005)
§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.
§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:
I—defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
II—produção, promoção e difusão de bens culturais;
III—formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
IV—democratização do acesso aos bens de cultura;
V—valorização da diversidade étnica e regional.

produtor do bem e na sua valorização, sob o aspecto subjetivo da relação do indivíduo com aquele bem. (Ferreira; Cabral, 2016: 140)

Existe uma admoestação clara quanto a necessidade de planejamento prévio e participativo para a implementação das políticas culturais, contudo, este planejamento foi concebido nos níveis tecnocráticos a partir de consultas a especialistas. Cabral e Ferreira (2016) indicam que por meio da Lei nº 12.323, de 2 de dezembro de 2010 promoveu-se a “participação e [o] controle social na formulação e [no] acompanhamento das políticas culturais”; Desse modo foi instituído um aspecto fundamental para a implementação de uma política pública: seu planejamento, que no caso das políticas culturais se deu pela regulamentação do Plano Nacional de Cultura (PNC) e da implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Desse modo esperava-se que a participação popular na formulação de políticas culturais em níveis municipais e estaduais se acentue.

Regulamentado pela Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012, apesar de ter sido proposto em 2003, o SNC apresentava em 2016 apenas um pouco mais de 5% de adesão por parte dos municípios brasileiros (Cabral; Ferreira, 2016). Essa baixa adesão revela as dificuldades de gerir as políticas culturais com base num modelo que integre os entes federativos e a sociedade civil com vistas a construir sistemas locais de cultura através dos princípios da democracia participativa. A gestão compartilhada prevista pelo SNC deve se dar mediante a efetivação de conselhos e conferências locais que favorecerão um regime descentralizado e participativo de gestão cultural. Porém, estas instâncias somente poderão funcionar de forma oficial através da adesão dos municípios ao Sistema. Portanto, a efetividade do PNC depende de ampla adesão dos Municípios ao SNC.

Diante das transformações ocorridas no executivo da União após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o PRONAC, principal mecanismo operacional das políticas culturais, passou por ajustes para corrigir as distorções relativas à Lei Rouanet no tocante a concentração de projetos em regiões centrais (eixo Rio-São Paulo)¹³. Estudiosos deste tema (Calabre, 2007:2009; Carvalho, 2009) assinalaram que contemplar a ponta deste processo, os artistas populares, é fundamental para o êxito da Lei Rouanet. Para tanto era preciso conhecer o que foi feito e o que precisa ser feito para que sejam garantidas condições institucionais aos artistas, produtores e coletivos culturais que realizam

¹³ Franco Villalta (2015) demonstra que cerca de 40% dos recursos oriundos da política de renúncia fiscal concentraram-se em São Paulo, pois, do seu ponto de vista, a dinâmica do mecenato orienta-se para a fixação da marca nas regiões mais ricas e não para o fomento à diversidade cultural.

intervenções culturais em regiões periféricas, como é o caso daqueles que nos servem de objeto e que são virtuais beneficiários da Política Nacional Cultura Viva, assim como saber como os articuladores culturais de regiões periféricas se comportam frente a estas políticas.

Este ajustes verificados acima foram apresentados na forma da Instrução Normativa MinC Nº 5 de 26 de dezembro de 2017 que estabelece *procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pro-nac)*. Existe ainda em tramitação na Câmara dos Deputados a PEC 421/2014¹⁴ (que foi apensada à PEC 150/2003), que estabelece um piso constitucional escalonado para a área da cultura nas três esferas de governo¹⁵. Todavia, algumas políticas culturais importantes seguem seus cursos e são as políticas mais significativas para o estudo proposto neste trabalho. São os casos do Programa Cultura Viva¹⁶ criado em 2004, que passou a se chamar Política Nacional Cultura Viva em 2014, e do Programa Mais Cultura¹⁷ criado em 2007. Este programa qualifica a cultura como importante elemento da estratégia de enfrentamento da má distribuição de renda e da desigualdade social uma vez que estabelece que a promoção da cultura deve abarcar desde a dimensão simbólica até a econômica. O Artigo 5º do Decreto que institui este programa tem especial importância para este trabalho, uma vez que propõe ações intersetoriais que exige esforços institucionais de coordenação federativa e organização governamental em todas as esferas do poder: “Fica instituída, no âmbito do Ministério da Cultura, Câmara Técnica com a finalidade de propor e articular ações intersetoriais para o desenvolvimento do Programa Mais Cultura”.

¹⁴ De autoria da Deputada Federal Jandira Feghali do PCdoB/RJ.

¹⁵ O Ministério da Cultura terá direito a 2% da receita de impostos da União, já no caso dos estados será de 1,5% e municípios 1%.

¹⁶ Tem como “objetivo de promover a produção, a pesquisa, o registro e a difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, o Programa Cultura Viva tem como base a parceria da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com a sociedade civil, no campo da cultura” (BRASIL, 2013).

¹⁷ O Programa Mais Cultura foi instituído pelo Decreto Presidencial Nº 6.226 de 2007 com os seguintes objetivos: conforme consta em seu Artigo 1º.

I- ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a auto-estima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
II- qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
III- gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro.

Intersetorialidade entre Políticas Culturais e Políticas de Juventude

Apesar da possibilidade de obter fomento através da participação em editais de chamadas para prêmios, visto que a maior parte não dispõe de meios para buscar fomento através das leis de renúncia fiscal em seus diferentes níveis, estes artistas e produtores percebem que a oferta deste fomento está longe de contemplar as demandas existentes, pois a premiação atinge menos de 10% do número de coletivos nesta região. Boga e Figueiredo (2016) identificam a mesma dificuldade entre os artistas e produtores objetos da pesquisa que resultou neste trabalho ao descreverem a descrença que estas pessoas experimentam no poder público e procuram soluções para suas apresentações e exposições “à revelia das instâncias de decisão e gestão públicas e privadas” (Boga; Figueiredo, 2016: 503).

Tal descrença revela o fato de que as políticas públicas, especialmente as políticas sociais, mas também as culturais, desenvolvem-se de forma heterônoma. Essa verticalidade traduz-se na oferta de serviços, em grande parte dos casos descoladas das reais necessidades de seus beneficiários. A dificuldade de gerar autonomia e horizontalidade no âmbito das políticas públicas cria barreiras para que a agenda formulada pelo Estado seja formada a partir de pautas fornecidas pelos próprios beneficiários, configurando-se antes em políticas de governo do que em políticas públicas.

É preciso ressaltar aqui a existência de intersetorialidade das políticas culturais com aquelas relacionadas à Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013 que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Este sistema, por seu turno, estabeleceu a responsabilidade da União, estado e municípios na implementação da Política Nacional de Juventude. Estas políticas deverão contemplar as diretrizes que constam no artigo terceiro da Lei e que incluem o direito à cultura o qual aparece de forma destacada na Seção VI da Lei que trata dos Direitos à Cultura. A implementação destas políticas deu-se a partir de 15 de março de 2018 por intermédio da assinatura pelo então presidente Michel Temer do decreto que regulamenta o SINAJUVE em cerimônia que contou com a presença do artista WG (Wanderson Geremias), líder do coletivo cultural Cultura na Cesta que faz parte dos coletivos contemplados pela pesquisa e esteve na parceria com o Projeto Portas Abertas Para a Cultura que originou este trabalho. Na ocasião o artista fez uma performance rodando uma bola de basquete sobre a ponta de uma caneta e a entregou em movimento ao presidente que a deixou cair.

No entanto, estas políticas são eivadas pela percepção de que a juventude é sempre um perigo dada sua “natureza transgressor”, portanto, precisam ser controladas a fim de que não instaurem uma instabilidade social. Nesse sentido, as políticas tendem a ser educativas e profissionalizantes a fim de integrar de forma estável o jovem à vida social. Contudo, estas políticas desconsideram que não se é jovem de forma abstrata, descolado de uma vivência social. Ser jovem é experimentar a juventude a partir de uma posição na estratificação social e segundo determinadas coordenadas identitárias que não são contempladas pelas agendas construídas heteronomamente. De acordo com Kerbauy (2005), políticas para a juventude tendem a ser construídas de forma horizontal num duplo sentido: com base nas coordenadas identitárias e na participação deste segmento na apresentação de pautas e formulação de uma agenda de políticas públicas e sociais. a partir das demandas deste segmento. Para tanto, é preciso que a pauta seja construída pela participação ativa das pessoas na identificação de problemas e no encaminhamento de soluções, mas sob a perspectiva da intersetorialidade. Essa mesma necessidade é verificada nas políticas culturais. Contudo, vejamos o tema da intersetorialidade um pouco mais de perto antes de avançar na problemática das políticas culturais.

Potyara Pereira (2014) observa que políticas públicas não se coadunam de forma adequada. De seu ponto de vista, apesar de termos como “unidade” e “síntese” aparecerem na definição do termo intersetorialidade, prevalece o sentido de integração. Esse sentido engendra processos de interdisciplinaridade, mas, uma vez que se encontram eivados por uma perspectiva positivista do mundo, não permite perceber a realidade a ser objeto de intervenção como um complexo de múltiplas determinações, ou como no entendimento de Edgard Morin, um sistema complexo, marcado por contradições e conflitos. Todavia, conforme estabelecido pelas leis do pensamento dialético, esse sistema forma uma unidade de contrários.

Pereira (2014) propõe uma distinção entre os diversos sentidos que outros prefixos podem introduzir ao termo disciplinaridade (entendido como exploração científica especializada) e conclui que o sentido piagetiano atribuído à transdisciplinaridade parece ser o mais adequado para dar conta da complexidade de uma perspectiva de políticas intersetorializadas que tem como base a busca pela constituição de saberes que se entrelaçam sob uma axiomática geral. Desse modo, o objetivo das políticas culturais de fazer evoluir a ampliação e diversificação da cultura de modo que atinja os jovens de periferia implica em reconhecer que a atitude e a prática artísticas ocorrem mediante a existência e interação de diferentes linguagens artísticas e diferentes trajetórias sociais

trazidas pelos artistas e produtores, assim como a intervenção de diferentes setores governamentais,

A perspectiva da intersetorialidade baseada na interdisciplinaridade parece não ser contemplada pelas políticas culturais. Apesar do alarde de que as políticas culturais propostas pela gestão Gil / Jucá tomariam como base a noção antropológica de cultura e que seriam amplas e diversificadas a maior parte dos recursos oriundos das políticas de renúncia fiscal, por exemplo, concentram-se no eixo Rio–São Paulo e são controlados por algumas poucas empresas de entretenimento e produção cultural. O fato é que estas políticas seguem os procedimentos heteronômicos comuns a maior parte das políticas públicas.

Diversos mecanismos de consulta que culminaram com as Conferências Nacionais de Cultura de 2005 e 2010 foram implantados e ajudaram na ampliação e diversificação do escopo das expressões culturais (compreendidas num sentido antropológico) que passaram a ser alvos destas políticas (RUBIM, 2010). Contudo, tornar estas políticas exequíveis requer, antes de tudo, superar as limitações postas pela escassez de recursos, pessoal e capacidade administrativa, obstáculos que ainda se apresentam como burocráticos para a efetivação destas políticas em todas as esferas de governo.

No bojo da articulação governamental ensejada pelas ações citadas acima, a SMC-RJ, através de sua Subsecretaria de Cultura e Diversidade, buscou aplicar recursos próprios e outros provenientes do convênio com o MinC para fomentar projetos culturais relativos às artes e às tradições locais de modo a aprofundar a experiência da diversidade. Além de promover o reconhecimento e implantação de Pontos de Cultura a SMC-RJ tomou para si o propósito de apoiar e diversificar a produção cultural no município, privilegiando as Zonas Norte (AP 3) e Oeste II (AP 5), atendendo aos articuladores culturais que realizam atividades culturais regulares, mas que não se enquadram no perfil de pontos de cultura. Assim, a SMC-RJ lançou o Prêmio de Ações Locais em 2014 e 2015 que pretendeu atender um número maior de coletivos culturais, pois os proponentes poderiam inscrever projetos como pessoas físicas, e concorreriam ao prêmio de R\$ 40.000,00.

Esta iniciativa foi muito bem recebida entre os membros destes coletivos culturais, sobretudo porque esta forma mais simplificada e desburocratizada de política cultural exclui proponentes profissionais altamente especializados que normalmente concorrem aos editais de incentivo à cultura. A maior parte destas pessoas se encontra despreparada para apropiar-se destes fomentos já que estão pouco ou nada familiarizados com a complexidade dos projetos exigidos pelos editais.

O espaço Público é Democrático?

Para tratar daquele episódio envolvendo policiais militares e os participantes do Fórum Cultural da Zona Oeste relatado no início deste trabalho é necessário qualificar a exigência feita em relação às devidas autorizações na forma de Alvará de Autorização Transitória ou de um *nada a opor* conforme regulamentação legal. O Decreto Municipal assinado em 2012 pelo então prefeito Eduardo Paes disponde sobre o Programa de Desenvolvimento Cultural Carioca de Ritmo e Poesia a ser coordenado pela SMC em parceria com a Riotur e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, estabeleceu que as Rodas Culturais seriam fomentadas com vistas a estabelecer a integração entre a música e o público em lugares públicos sem a necessidade de autorização prévia conforme estabelecido posteriormente pelo Decreto Municipal 41.703 de 13 de maio de 2016, três semanas antes do incidente.

Esse processo desenvolveu-se no contexto de tensões relacionadas a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) em algumas favelas da cidade em 2013. Estes destacamentos receberam a incumbência de liberar e fiscalizar a realização de eventos no local onde estavam instalados através da Resolução 013 de 2007 expedida pela Secretaria Estadual de Segurança (SESEG) que regulamentava o Decreto Estadual Nº 39.355 de Maio de 2006¹⁸. Os produtores de bailes funk foram surpreendidos por uma gama de documentos e uma burocracia que nunca tiveram que lidar. Este fato que foi amplamente noticiado pela grande mídia gerou a reação de diversos fazedores de cultura que enxergavam nessa medida uma retomada do processo de criminalização do funk. O Governador à época, Sérgio Cabral, acabou por revogar a resolução.

O mesmo Governador chegou a revogar outra lei que procurava regularizar os bailes funks. Trata-se da Lei Estadual Nº 5268 de junho de 2008, amplamente defendida pelo então Secretário de Segurança Pública Álvaro Lins. Diversos expoentes do movimento funk e do movimento em prol dos direitos humanos posicionaram-se contrariamente a esta lei em razão das exigências inexequíveis feitas por ela para se obter a liberação de um *nada a opor*. Chegou a circular na época comentários de que estas dificuldades aumentavam as chances de se obter “facilidades” mediante o pagamento de propinas. Ao mesmo tempo em que ocorreu essa revogação o já deputado estadual Marcelo Freixo, que a época presidia a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ obteve a

¹⁸ Que dispunha sobre a atuação conjunta dos órgãos de segurança pública, na realização de eventos artísticos, sociais e desportivos, no âmbito do estado do rio de janeiro, e dava outras providências.

aprovação da Lei Estadual Nº 5543 que definia o funk como movimento cultural e musical de caráter popular. Na prática esta lei apenas combatia o preconceito e a discriminação infligida ao movimento, pois não regulamentava os bailes e não dava nenhum outro provimento.

Essa legislação apresentada procura estabelecer uma harmonia entre os setores de cultura e segurança sem que ocorra, conforme prevê Potyara Pereira, uma iterseitorialidade entre eles. O fato é que o Fórum estava ocorrendo amparado pela nova redação dada pelo Decreto Estadual Nº 45.551 de 25 de janeiro de 2016 ao 2º parágrafo do Artigo 1º do Decreto Estadual Nº 44.617 de 20 de fevereiro de 2014¹⁹. O ocorrido demonstra que não há uma relação dialética, ou de unidade entre contrários, na legislação que coaduna arte e segurança pública.

Transcorridas algumas semanas do incidente, em 14 de julho de 2016 o Deputado Estadual Zaqueu Teixeira encaminhou um anteprojeto de lei (IL Nº 182/2016) que dá nova redação ao 2º parágrafo do Artigo 1º do Decreto Estadual Nº 44.617 incluindo as atividades realizadas pelas rodas de rima²⁰. De modo semelhante o Deputado Estadual Marcelo Freixo protocolou em 10 de maio deste ano, um mês antes do incidente, um projeto de lei (PL Nº 2799/2017) que regulamenta as intervenções das rodas de hip hop transformando-as em patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio de Janeiro²¹ sem a necessidade de autorização prévia visto que não impedem o trânsito de pessoas e não precisam de estruturas físicas como palcos ou torres de som e iluminação. Além do Deputado Marcelo Freixo, a Deputada Estadual Zeidan protocolou também neste ano um Projeto de Lei (PL Nº 2901/2017) que institui a Semana Estadual do Circuito de Rodas de Rima e Slams de Poesia, na semana de 25 de março, data do falecimento de MC Jagal em 2007, um dos principais difusores da cultura hip hop na região sudeste.

19 § 2º - As disposições contidas neste Decreto não se aplicam às reuniões públicas para manifestação de pensamento, bem como aos blocos carnavalescos de rua, desde que não haja montagem de estruturas tais como palcos, camarotes, arquibancadas, torres de som e luz ou estruturas assemelhadas.

20 §2º - As disposições contidas neste Decreto não se aplicam às reuniões públicas para manifestação de pensamento, bem como aos blocos carnavalescos de rua e rodas culturais, inclusive de hip-hop, desde que não haja montagem de estruturas tais como palcos, camarotes, arquibancadas, torres de som e luz ou estruturas assemelhadas.

21 **Art. 3º** - Fica assegurada a realização de Rodas Culturais no Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é fomentar a criação das Rodas Culturais para divulgar a cultura Hip Hop, valorizar suas atividades, incentivar seu potencial turístico cultural alternativo, promover capacitações e integração dos seus gestores.

§ 1º - As Rodas Culturais, que englobam rodas de rima, de breaking e de grafite e encontros de DJs e beatmakers, entre outras, são encontros comunitários da cultura Hip Hop que acontecem de maneira periódica em espaços públicos, totalmente gratuitos e sem qualquer restrição a circulação das pessoas.

§ 2º - As Rodas Culturais estão dispensadas da prévia autorização da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ, da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro – PCERJ e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ, desde que não haja montagem de palcos, arquibancadas e camarotes.

No dia 23 de junho de 2017 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro realizou um debate público para discutir o Programa de Desenvolvimento Cultural Carioca de Ritmo e Poesia. Estiveram na seção para compor a mesa o coordenador de Estado Maior Geral, o subsecretário Municipal de Ordem Pública, o comandante do BPTur, o vice-presidente da RioTur, o vice-presidente do Instituto Revelação Pela Arte; o representante da Secretaria Municipal de Cultura e o representante do Circuito Cultural de Rima e Poesia. Diante dos questionamentos dirigidos pelo representante das rodas de rima relativo ao desrespeito ao Decreto Nº 41.703/2016 os representantes dos órgãos públicos de segurança tergiversaram e insistiram na necessidade de emitirem autorizações para garantir a segurança do público. Ao serem questionados sobre a demora da emissão dessas autorizações (40 dias para eventos de pequeno porte – até 2.000 pessoas) o coordenador de Estado Maior Geral afirmou que as autorizações precisam ser periódicas porque as condições de segurança num período irão diferir num período posterior num intervalo de uma semana. Disse ainda que é preciso afinar a interação entre os vários entes envolvidos na autorização de um evento, mas que é possível melhorar a articulação entre as esferas municipal, estadual e federal.

Apresenta-se claramente como contraditório a oferta de apoio financeiro numa situação em que as condições institucionais não se coadunam com as condições operacionais. O apoio financeiro pode permitir a compra de um equipamento para dar maior qualidade ao evento, mas não é suficiente, pois ainda será preciso que a PMERJ e o CBERJ liberem um alvará ou um nada a opor e garanta a segurança dos expectadores, que a Rio Luz providencie um ponto de luz, que a Secretaria de Transportes fiscalize a circulação de ônibus e vans etc.

A falta desta articulação interfere fortemente no processo de implantação das políticas culturais e reflete a visão de Wacquant (2014) a respeito da substituição do Estado de Bem Estar Social, que se caracteriza pela implantação de políticas redistributivas e da garantia mínima dos direitos, pelo Estado Liberal, que se caracteriza pela retração do Estado e pelo combate às distorções sociais provocadas pelo próprio encolhimento do Estado através de sanções penais. O Estado torna-se policialesco em vez de fazer evoluir o processo de democratização da cultura e do uso dos espaços comuns através de políticas baseadas na intersetorialidade. A unidade de contrários que se busca a fim de dar cabo dos conflitos, do meu ponto de vista, está na transformação qualitativa deste confronto através de uma síntese baseada no uso do espaço urbano através da mecanismos que permitam e façam evoluir a autonomia e a horizontalidade.

Tal abordagem, todavia, é limitada pela própria dinâmica das formas de associativismo que cumprem o papel de fazer evoluir as relações sociais em direção a formas mais modernas e democráticas de produção, distribuição e consumo de recursos privados e especialmente públicos que favoreçam uma participação com maior equidade.

Breves considerações sobre associativismo e participação juvenis

Edson Nunes (1997) assinala que as análises dicotômicas sobre a realidade social do Brasil realizadas especialmente por teóricos neomarxistas não capturam de forma sistemática as interações entre os elementos que compõem as esferas tradicionais e modernas que informam as instituições econômicas e políticas do país. Portanto, é necessário uma perspectiva que leve em conta o fato de que novas instituições sociais e políticas emergiram e geram impactos sobre a resolução de conflitos, a mediação de interesses e a própria governabilidade.

Um aspecto crucial suscitado por esta nova perspectiva é a de que a impensoalidade das relações econômicas necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no país, sistema amplamente adotado pela maior parte dos governos, independentemente de sua posição no espectro político, não se desenvolveu em razão do fato de que as instituições políticas que norteiam as relações econômicas ainda guardam traços das relações tradicionais e personalísticas.

Assim, é dentro desta conjuntura político-econômica que os diferentes atores e grupos sociais buscam condições para realizarem seus interesses e fazem evoluir as instituições democráticas no país. De acordo com o modelo de democracia elaborado por Robert Dahl, as instituições democráticas engendram um regime de governo que é melhor definido como sendo uma poliarquia, ou seja, diferentes grupos de interesses competem entre si através de seus representantes procurando opor limites aos outros grupos e aos excessos do Estado. Essas condutas são melhor visualizadas a partir de dois eixos perpendiculares e independentes cujas direções apontam para níveis de participação e competição. Quanto maior os níveis de participação e competição mais ampla é a democracia.

No entanto, essas duas coordenadas não podem se limitar aos aspectos eleitorais. Elas devem ser capazes de evidenciar uma maior participação nas diferentes funções do Estado e da sociedade civil de tal forma que se manifestem nas diferentes dimensões da vida social, tais como a política, a economia ou a arte.

Bronstein, Pontes Filho e Pimenta (2017) argumentam que a participação da sociedade civil nas funções do Estado, especialmente nos níveis de planejamento

do Executivo através dos Conselhos (Municipais), associada a uma estrutura de governança adequada podem favorecer a elevação da confiança desta sociedade civil na administração pública tanto quanto aprimorar a formulação de políticas sociais. Contudo, apesar de ser crescente a formalização destes espaços de participação, sua membresia tende a ser composta por representantes de organizações já existentes e não por pessoas comuns. Outras questões que precisam ser equacionadas para favorecer o desenvolvimento das instâncias de participação da sociedade civil no Estado também são elencadas.

Ao que parece, a governança dos CMs estudados ainda carece de evolução. A partir dos resultados obtidos, o que se observa, do estudo do corpo regulatório dessas instâncias e das práticas informadas por seus presidentes, é que a adoção de boas práticas de governança e operação dos CMs, com regras claras, processos transparentes, democráticos, accountability, controle externo efetivo, equidade de direitos de participação dos membros, capacidade de refletir e discutir os problemas da sociedade (e não de um grupo de atores influentes ou do governo), podem vir a estimular uma maior participação e ampliar a confiança do cidadão na administração pública municipal. Entretanto o modelo atual ainda se mostra muito aquém do necessário para garantir uma participação e uma confiança efetiva. (Bronstein; Pontes Filho; Pimenta, 2017: 99)

Esta conclusão sugere que a participação democrática direta permanece subjugada às ações de movimentos sociais e de suas lideranças. Maria Gohn (2011) assinala que existe uma clivagem entre estas ações e a prática educativa que desenvolva atitudes e comportamentos participativos nos beneficiários das ações impetradas pelos movimentos sociais. A superação desta clivagem é decisiva para os movimentos sociais porque sendo eles “fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes” é mister que a sociedade civil se aproprie destas inovações e saberes com vistas a fazer evoluir seus ganhos de cidadania. Essa apropriação, apesar de parcial, se dá pelas redes de articulações desenvolvidas pelos movimentos e é através delas que se dá a aprendizagem e a apropriação dos valores de uma cultura política que é engendrada pelas interações que ocorrem neste processo. Aludindo ao psicólogo da aprendizagem Lev Vygotsky, Gohn assinala que

o aprendizado ocorre quando as informações fazem sentido para os indivíduos inseridos em um dado contexto social. A aprendizagem no interior de um movimento social, durante e depois de uma luta, são múltiplas, tanto para o grupo como para indivíduos isolados. (Gohn, 2011: 352.)

Dessa maneira, os conselhos gestores, ainda que funcionando mediante práticas pouco democráticas têm muito a se beneficiar e a proporcionar benefícios aos assistidos assumindo um comportamento de fato participativo, pois, diferente dos conselhos comunitários, ele possui assento institucional junto ao poder executivo. Todavia, as possibilidades educativas para promoverem e ampliarem a cidadania sugeridas por Gohn para esta instância são aplicáveis aos conselhos comunitários.

Os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação. Em tese, são dotados de potencial de transformação política.

Se efetivamente representativos, poderão imprimir novo formato às políticas sociais, pois se relacionam com o processo de formação das políticas e tomada de decisões. Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública, pois criam uma nova esfera social-pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, porque viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas. (Gohn, 2011: 352.)

Essas possibilidades abertas pelos conselhos permitem que princípios de intersetorialidade sejam aplicados às políticas públicas a partir das estruturas do Estado, de forma autônoma e horizontal. Para além disso, eles também tendem a propiciar que novas pautas sejam incorporadas às agendas das políticas públicas de tal maneira que expressem as mudanças ocorridas na cultura política verificáveis em diversas cidades. Essa nova cultura política, de acordo com Tonella et al (2015), é definida da seguinte maneira

essa NCP, segundo nossa leitura, associaria valores pós-modernos, com ênfase na defesa dos direitos individuais, na maior tolerância para diferentes padrões de comportamento, na abertura para experimentação no plano individual, no menor grau de subordinação às normas preconizadas pelo Estado, via de regra acompanhadas de certo conservadorismo no nível de políticas econômicas. (Tonella et al, 2015: 223)

Sendo assim, a tendência do associativismo hoje oscila entre dois sentidos e duas direções diferentes. Existem tendências diferentes (direção) verificáveis em áreas de maior ou menor urbanização (sentido). Em áreas de maior urbanização percebe-se a prevalência desta nova cultura política e seus valores identitários ou pós-modernos, em contrapartida, nas áreas de menor desenvolvimento urbano percebe-se valores clássicos de cidadania

associados aos seus aspectos jurídicos, políticos e econômicos e marcados pelas tensões entre os direitos individuais e coletivos.

Apesar de localizarem-se numa área periférica da cidade do Rio de Janeiro, mas considerando as observações de Rufino segundo as quais mesmo as periferias possuem áreas centrais, os artistas e produtores culturais do bairro de realengo apresentam um grau de associativismo com fortes tendências políticas, ao contrário do que acontece com as cidades de Maringá e Campos, que apresentam uma cultura política bastante conservadora e com elevadas taxas de intolerância em relação às pautas sustentadas por movimentos sociais identitários e cuja população apresenta taxas baixas de associativismo, sendo que a prevalência é a de associações religiosas e esportivas (Tonella et al, 2015).

Todas estas tensões percebidas por estes indivíduos os levam a refletirem que mesmo desconfiando das possibilidades abertas pelo Estado, este ente aparece com grande relevância para a ação destes indivíduos, pois ao mesmo tempo que cria impedimentos para o desenvolvimento de atividades artísticas é fomentador destas, apesar das contradições existentes. Todavia, como assinala Maria Gohn, é destas contradições que surgem as sínteses unificadoras e com o intuito de agregar subsídios teóricos para refletir sobre estas possibilidades lançarei uma perspectiva anarquista sobre elas.

Uma perspectiva Anarquista de Uso do Espaço Urbano

Vimos até aqui que as ocupações de locais públicos e privados que se encontram de alguma forma abandonados ou se configuram como não-lugares (Augé, 2005), são comuns entre os coletivos culturais da região. A justificativa dada para esta conduta é a de que se trata de um ato de resistência e de enfrentamento da vulnerabilidade social em que se encontra boa parte destes articuladores e dos consumidores de seus serviços artísticos. Trata-se, de fato, de uma tensão entre possessão e dominação (Lefevbre, 1973). Esta discussão acerca das noções de território, posse e propriedade ficarão apenas indicadas para serem retomadas em trabalhos futuros. Cumpre agora eleger uma alternativa analítica para refinar a análise teórica da dinâmica nas relações entre os coletivos culturais e a gestão das políticas culturais em condições de democracia. Para tanto utilizarei a análise de Marcelo Lopes de Souza (2015) sobre ação direta e lutas institucionais e de David Graeber (2015) sobre Democracia.

Lutas Institucionais e Democracia Direta

Defensor da doutrina libertária²², o geógrafo Marcelo Souza recorre à noção de Estado formulada por Poulantzas segundo a qual, nas suas palavras:

Há que se guardar uma distinção, das mais fundamentais, entre o aparelho de Estado, que é uma estrutura (vale dizer: algo que tem uma permanência na escala temporal da longa duração) e os governos específicos, apreensíveis enquanto conjunturas. Nesse ponto, vale a pena recorrer a um marxista heterodoxo, Nicos Poulantzas, para salientar que o Estado não é nem o “árbitro neutro” da ideologia liberal nem o “comitê executivo da burguesia” do marxismo-leninismo ortodoxo (ou, a rigor, também do anarquismo clássico); ele seria, isso sim, uma “condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe” – ou, mais amplamente, entre grupos sociais. Isso significa que os conteúdos políticos concretos das práticas das instituições estatais derivam largamente das correlações de forças existentes na sociedade. (...) Apenas abre a possibilidade de se poder enxergar melhor que essa estrutura não se manifesta, concretamente, como se ela fosse uma espécie de bloco maciço e sem fissuras, ou de marionete manipulada por uma única pessoa ou um único grupo. (Souza, 2015: 58)

Essa perspectiva afirma que prescindir do Estado para manter uma pureza doutrinária não é uma alternativa razoável. A interação entre grupos e indivíduos com o Estado abre a possibilidade de ampliação das garantias de participação no processo de produção, distribuição e circulação de bens e serviços. Fundada na ideia de autonomia de Cornelius Castoriadis (1983) e de municipalismo libertário de Murray Bookchin (1991), Marcelo Souza (2015) advoga em favor da utilização autônoma²³ de canais institucionais para a criação de assembleias populares cuja eficiência dependeria da amplitude de seu alcance, que deveria sempre local.

²² São chamadas de libertárias as doutrinas de caráter anarquista. Elas diferem tanto na elaboração de alternativas econômicas para alocação de recursos em oposição ao livre mercado, quanto na percepção do Estado, que é o ponto que interessa para os fins deste trabalho. Fica descartada por razões óbvias a posição leninista estadocêntrica que percebe o Estado livre do controle burguês, mas onde o poder é exercido verticalmente por um partido único configurando uma ditadura do proletariado. Trata-se antes de um viés marxista do que anarquista. Fica descartada, dados os propósitos deste trabalho, a posição estadofóbica característica do anarquismo clássico que defende a supressão incondicional do Estado e é definida pela célebre frase de Bakunin: “Submeter-se ao poder degrada. Exercer o poder corrompe”. A posição adotada neste trabalho é “estadocrítica”, ou seja, aquela que defende um Estado apartidário conforme a posição de neoanarquistas como Murray Bookchin.

²³ Marcelo Souza assinala que Castoriadis opõe ao poder heterônomo do Estado o poder autônomo. Enquanto o primeiro deriva das assimetrias estruturais do poder garantida por órgãos coercitivos, o segundo desenvolve-se pela capacidade individual de influenciar, como por contágio, sem a necessidade de intimidação ou chantagem.

Em vez de opor-se ao Estado, ações autônomas podem vir a utilizar-se das margens de manobra propiciadas por ele para influenciar nas leis e nas formas de organização. A despeito das fraquezas contidas nas proposições de Bookchin,²⁴ existe de fato a possibilidade de construir o que ele chamou de “dualidade de poder” através de uma luta institucional prudente, ou seja, utilizando-se as brechas que o próprio Estado proporciona através das instâncias participativas oficiais e dos recursos públicos existentes.

O objetivo do Fórum de Cultura da Zona Oeste era o de articular as demandas locais a fim de encaminhar propostas às secretarias de cultura das esferas municipal e estadual. Um dos principais canais de influência para suas demandas é o Conselho Estadual de Política Cultural do Rio de Janeiro e, de fato, um dos conselheiros representante da sociedade civil, Reinaldo Santana, esteve presente nas primeiras reuniões do Fórum.

Em diversos encontros promovidos pelas referidas secretarias os representantes dos coletivos culturais ressaltaram a necessidade de articular a organização estatal de suas respectivas esferas com o objetivo de dar fluidez e sequência às intervenções culturais que promoviam.

O próprio debate em torno das leis que desfavorecem a realização de rodas culturais e da desarticulação da organização governamental reitera a visão de Marcelo Souza a respeito da relação positiva entre a luta institucional autônoma e apartidária e a ação direta²⁵.

David Graeber, ativista anarquista e professor de antropologia na *London School of Economics*, relata no livro *Um Projeto de Democracia* (2015) sua participação nos movimentos de ocupação ocorridos nos Estados Unidos em 2012. Fica claro em sua narrativa como ação e discurso têm papéis centrais na relação entre liberdade e política.

Quando um grupo de ocupantes começou a dormir na calçada da própria Wall Street, contando com uma decisão judicial que dizia explicitamente que cidadãos tinham o direito de dormir nas ruas de Nova York como forma de protesto político, o município considerou a parte sul de Manhattan “uma

²⁴ “1) exageros quanto às possibilidades da “dualidade de poder”; 2) uma distinção certamente excessiva a propósito da diferença entre a escala local e as demais escalas, no que concerne ao papel do Estado; 3) o fato de que uma estratégia eleitoral que não se proponha a criar e cultivar máquinas partidárias só faz algum sentido em países nos quais a legislação permita lançar candidatos independentes, não filiados a qualquer partido”. (Souza, 2015: 62)

²⁵ Amíúde relacionada com a derrubada do poder através da luta armada, a noção de ação direta adquiriu uma definição mais abrangente, “ela designa o conjunto de práticas de luta que são, basicamente, conduzidas *apesar do Estado ou contra o Estado*, isto é, sem vínculo institucional ou econômico imediato com canais e instâncias estatais.” (Souza, 2015: 55-56)

zona de segurança especial” em que a lei não se aplica. Por fim nos estabelecemos nos degraus do Federal Hall, uma larga escadaria de mármore diante da qual há uma estátua de George Washington guardando a entrada do edifício onde a Declaração de Direitos foi assinada 223 anos antes. (...) Logo os cartazes grandes foram proibidos. Depois, qualquer coisa feita de cartolina. Então, vieram as detenções aleatórias. (...) Naquele dia vi um ativista ser algemado e preso por “poluição sonora” enquanto entoava palavras de ordem e outro, um veterano da guerra do Iraque, acusado de atentado ao pudor por ter usado palavrões ao discursar. (...) O agente encarregado parecia querer deixar claro: mesmo no local de nascimento da Primeira Emenda, ele ainda tinha o poder de nos prender unicamente por causa de nosso discurso político. (Graeber, 2015: 11-13)

A ação e o discurso são capazes de promover a liberação (superar as necessidades vitais), a libertação (superar a opressão) e a liberdade (capacidade de tomar decisões conjuntas sobre a vida). Mas quando elas são tolhidas, mesmo num sistema tido como democrático, a efetivação da justiça resultante de um pacto coletivo para formulação de leis e a criação de novas instituições se enfraquece. Quando a concepção de justiça está ancorada em conceitos metafísicos como o “bem comum”, existe uma forte tendência a se produzir apenas obediência a um líder e fidelidade a um regime totalitário. As leis que deveriam promover a correção das distorções e dos desajustes não são capazes de orientar a livre conduta das pessoas. Nessas condições a igualdade de agir e discursar livremente se desfaz impossibilitando as pessoas de se relacionarem politicamente.

Tal é a situação em que se encontram muitos coletivos culturais que de diferentes maneiras são tolhidos de expressarem suas linguagens artísticas. O discurso de líderes políticos, fortemente influenciado pelo conservadorismo religioso em muitos casos, repercute entre os estratos da população de forma negativa quando se questiona se funk é cultura ou se grafite é arte. Estas parcelas da sociedade são influenciadas a perceberem essas intervenções como perturbações da ordem dados os conteúdos e as formas com que são apresentadas.

Em conversas informais um articulador cultural local chamado Binho Cultura, responsável pela organização de um dos eventos culturais mais importantes da região, a Festa Literária da Zona Oeste (FliZO) relatou que seu vestuário e os *dreadlocks* que usava à época da pesquisa causam estranheza entre os próprios moradores de sua área de atuação que afirmam que ele se “parece com aqueles caras que moram em Santa Tereza”, bairro limítrofe entre as zonas central e sul do Município do Rio de Janeiro conhecido por ser local de boemia e vanguarda

artística. Todavia, seu objetivo é o de demonstrar que existem alternativas para enfrentar a pobreza sem ser pelo caminho do narcotráfico, especialmente explorando a área da cultura. Sua atuação no bairro de Vila Aliança proporcionou a criação de um acervo bibliográfico batizado de Quilombo dos Poetas, a implementação de uma Nave do Conhecimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação e a já citada Festa Literária da Zona Oeste.

Este exemplo remete aos argumentos de Souza e Graeber, pois integra ações autônomas como a criação da biblioteca e a atividade de escritor com a exploração de brechas institucionais, por outro lado, reforça o ponto de vista de que a atuação institucional pela via partidária não implica em garantias para o sucesso de atividades culturais.

Quando ocorrem arranjos comunitários e societários envolvendo especialmente os coletivos culturais que buscam expressar publicamente suas linguagens artísticas através de expedientes como a estratégia “nós por nós” pequenos passos são dados na direção de um arranjo democrático. David Graeber (2004) sustenta a tese de que diversas atividades que fazem parte do cotidiano das pessoas evidenciam que uma vida civilizada está baseada neste tipo de arranjo. Mesmo em ambientes onde as relações são marcadas por forte hierarquia e canais de comando as tarefas e operações ocorrem de forma horizontal. Diz ele que se uma pessoa participa de um grupo constituído livremente como uma reunião de amigos para constituir uma equipe de futebol e que buscam consensualmente estabelecer objetivos, constituir recursos e definir horário e local dos jogos com base na disponibilidade existente já que outras equipes podem ser constituídas e irão disputar os espaços. Conforme dito no livro Débito,

Se quisermos de fato entender os fundamentos morais da vida econômica e, por extensão, da vida humana, creio que devemos começar pelas pequenas coisas: os detalhes cotidianos da existência social, o modo como tratamos nossos amigos, inimigos e crianças – geralmente com gestos tão pequenos (passar o sal, filar um cigarro) que quase nunca paramos para pensar neles. A antropologia tem nos mostrado como os modos de organização dos seres humanos são diferentes e numerosos. Mas ela também revela algumas afinidades notáveis – princípios morais fundamentais que parecem existir em todos os lugares e que sempre tenderão a ser invocados toda vez que as pessoas trocam objetos de lugar ou argumentam sobre o que os outros lhe devem. (Graeber, 2016: 117)

O ponto de vista de Graeber considera que situações que expressam autogestão e consenso geral em grupos pequenos são indícios sugestivos de

princípios democráticos aplicados à vida de forma prosaica, mas que podem vir a constituir uma sociedade totalmente organizada em torno destas linhas. Se considerarmos o ponto de vista de Souza a respeito das lutas institucionais através das brechas governamentais para a atuação da sociedade civil e somarmos a isto as formas de organização e intervenção dos coletivos culturais investigados, então parece ser lícito concluir que as contradições da vida social produzem formas de se estabelecer consenso e não apenas formas de conflito. Nesse sentido, a dinâmica das ações dos coletivos culturais investigados se caracteriza pela busca da utilização dos canais participativos disponibilizados pelo Estado como meio de complementar a ação direta, apesar de não haver critérios claros para que estes movimentos se mantenham independentes do Estado.

Conclusão

Este trabalho estabeleceu como objetivo verificar o comportamento de jovens artistas e produtores culturais de periferia diante das tensões observadas na implementação de políticas culturais nos diferentes níveis governamentais e sua associação com outras políticas públicas a partir de um estudo sobre as associações culturais que atuam no bairro de Realengo, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Verifiquei que a indefinição de uma legislação própria para dar provimento às demandas dos coletivos culturais que se utilizam de espaços públicos ou privados sem prévia autorização recrudescem as situações de vulnerabilidade em que se encontram e que podem vir a ser tipificadas como criminosa. No entanto, é a partir destas intervenções que as redes de coletivos culturais se articulam e se organizam de uma maneira que foi caracterizada neste trabalho como ações performativas e diretas.

As lutas pela descriminalização dos bailes funks e das rodas culturais as quais foram apresentados aqui revelam um hiato nas políticas que não permite que se atinja o objetivo de ampliar e diversificar o fomento à cultura no país. A desarticulação intra e entre as esferas de governo geram distorções na forma de financiar e captar recursos através da Lei Rouanet que concentra na mesma região, entre os mesmos financiadores e captadores e entre as mesmas linguagens os recursos que deveriam ser destinados à ampliação e à diversificação da cultura de modo geral. Trata-se antes de atender a interesses mercantis em detrimento dos interesses dos coletivos culturais notadamente aqueles que se localizam nas áreas periféricas das grandes cidades.

Todas as 15 empresas que mais capitaram recursos utilizando-se da Lei Rouanet no ano de 2015 pertencem a região Sudeste. Destas, 5 estão sediadas no Rio de Janeiro, 2 em Minas Gerais e as restantes em São Paulo, sendo que entre as 5 maiores captadoras de recursos 4 estão sediadas em São Paulo.²⁶ Este fenômeno reproduz a constatação que a socióloga sul-coreana Chin-Tao Wu (2006) fez a respeito do processo da privatização da cultura. Essa privatização, na verdade, é parcial, pois a maior parte do financiamento de espetáculos e exposições é obtida com dinheiro público através das políticas de renúncia fiscal. Entre os 5 principais patrocinadores de projetos culturais, apenas uma empresa fica fora do eixo Rio-São Paulo, mas trata-se de uma estatal, o Banco do Brasil, que junto com o BNDS se responsabilizam por 57% do montante total de investimentos realizados por estas 5 empresas. Mesmo se considerarmos as 10 maiores empresas patrocinadoras, as estatais são responsáveis por cerca de 40% do financiamento de projetos culturais. Parece claro que estas empresas são influenciadas pela localização dos proponentes, utilizam-se majoritariamente de recursos públicos e interessam-se fortemente pela divulgação e fixação de suas marcas e produtos em vez de diversificar a implantação de políticas culturais.²⁷

Conforme dito anteriormente, a obtenção deste tipo de financiamento, que apresenta claros sinais de distorção face às expectativas criadas pelo MinC desde a gestão do Ministro Gilberto Gil até a do Ministro Sérgio Sá Leitão que instituiu a Instrução Normativa MinC nº 5 de 2017 em relação à ampliação e diversificação na implementação de políticas culturais, não é tarefa fácil dadas as exigências e burocracias para se obter uma carta de captação de recursos através da renúncia fiscal ou da utilização do Fundo Nacional de Cultura. As empresas captadoras são altamente profissionalizadas e dedicam-se exclusivamente a esta atividade, enquanto que os jovens artistas e produtores de periferia não dispõem das mesmas qualificações e recursos.

Como consequência desta dificuldade de coordenar e organizar a implantação de políticas culturais, resta aos jovens membros dos coletivos culturais locais sujeitarem-se a obtenção de financiamentos escassos e opor resistência às adversidades postas pelo próprio Estado a fim de prosseguir no desenvolvimento das atividades culturais que produz. Essa continuidade revela uma dinâmica que é pouco influenciada pelas políticas culturais, mas é capaz de gerar um nível de organização que conduz ações em direção às outras brechas deixadas pelo Estado como a participação no Conselho Popular de Cultura, dialogar

26 Dados obtidos junto à Revista Exame de 13 de set. de 2016.

27 Dados obtidos junto ao Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Novo Salic).

diretamente com gestores de políticas culturais ligados às esferas estadual e municipal e com representantes do legislativo.

A utilização do espaço público nas grandes metrópoles implica no reconhecimento de uma ordem social que resulta de projetos elaborados pelas elites com o objetivo de expandir e consolidar suas aspirações políticas e econômicas e, ao mesmo tempo, descharacterizar outros projetos, especialmente aqueles originários das camadas de menor renda. Quando esta ordem é de alguma maneira violada os agentes de segurança pública são acionados para restabelecê-la. Porém, estas formas agressivas de interação seguem lógicas que não são necessariamente previstas pelos formuladores destes projetos, mas cujos resultados parecem reforçar a lógica hierarquizada e excludente das elites nacionais.

Embora as secretarias municipal e estadual de cultura se esforcem para implementar as políticas culturais formuladas pela União, esta implantação depende de articulações que nem sempre se dão em razão das diferenças ideológicas de cada secretaria, da liberação dos recursos destinados a este fomento e da quantidade de pessoal disponível para implementar estas políticas.

Em razão destas dificuldades e mediante a existência de brechas institucionais que permitem aos coletivos culturais influenciarem a legislação e a organização das políticas culturais, o comportamento destes grupos indica que eles seguem a fórmula “com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado”.

Os resultados expostos aqui e a discussão realizada são consistentes com a conclusão de Zanetti (2001) que apontou para a prevalência de atitude revolucionária entre os jovens em comparação com as pessoas maduras denotando uma reação mais expressiva à tendência ao conformismo e conservadorismo que evoca um maior entusiasmo pela transformação social. Contudo, é preciso ter reservas quanto a aceitar integralmente a conclusão de Zanetti apesar de sua tentativa de corrigir possíveis distorções de dados categóricos utilizando cálculo de qui-quadrado, especialmente por deixar de lado uma variável explicativa muito significativa que é a desigualdade social, fator que é muito importante para o desenvolvimento da análise iniciada aqui.

A pesquisa que originou este trabalho gerou dados que permitirão abordar de forma mais precisa e focada as questões ressaltadas aqui assim como poderão adensar a análise que propus realizar. Temas como as percepções dos articuladores culturais em relação à política e economia, o papel de jovens moradores de áreas periféricas de grandes centros urbanos, concepções sobre território, propriedade e dominação entre os articuladores culturais, formação profissional em atividades artísticas e, por fim, a relação entre arte e violência serão tratados em futuros textos.

Referências

- AUGÉ, Marc. *Não Lugares - Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade.* Lisboa: 90 Graus, 2005 (112).
- BARBALHO, Alexandre; BARROS, José, Márcio; CALABRE, Lia. *Federalismo e Políticas Culturais no Brasil.* Salvador: edufba, 2013.
- .BRASIL. Minitério da Cultura. *Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Novo Salic).* Disponível em <<http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salicnet/salicnet.php>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. *Programa Cultura Viva - Documento Base.* São Paulo/Brasília: Ministério da Cultura, 2013.
- BRONSTEIN, Michelle; PONTES FILHO, Joaquim; PIMENTA, Gabriel. Organização dos Conselhos Municipais - Governança e Participação da Sociedade Civil. *Interações*, v. 18, n. 1, pp. 89-102, jan/mar 2017.
- BURAWOY, Michael. The Extended Case Method. In: *Sociological Theory*, v. 16, n. 1, 1998.
- CABRAL, Thais; FERREIRA, Eloisa. Desafios para a Participação da Sociedade Civil na Estruturação da Política Municipal de Cultura em Lavras/MG. *Revista de Cultura e Política*, Salvador, v. 9, n. 1, pp. 134-155, jan/jun 2016.
- CALABRE, Lia. *Política Cultural no Brasil - Balanço e Perspectivas.* 2007. (Mimeo).
_____. *Políticas Culturais no Brasil - dos Anos 1930 ao Século XXI.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CARLOS, Ana Fani. *Espaço-Tempo na Metrópole - a Fragmentação da Vida Cotidiana.* São Paulo: Contexto, 2001.
- CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. O Estado e a Participação Conquistada no Campo das Políticas Públicas para a Cultura no Brasil. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas Culturais - Reflexões e Ações.* São Paulo, Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.
- DANTAS, Aline; MELLO, Marisa; PASSOS, Pâmela. *Política cultural com as Periferias - Práticas e Indagações de uma Problemática.* Rio de Janeiro: IFRJ, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador - Uma História dos Costumes.* V . I e II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, mai/ago, 2011.
- GRAEBER, David. *Fragments of an Anarchist Anthropology.* Chicago: Prickly Paradigm Press, 2004.
_____. *Um Projeto de Democracia.* São Paulo: Paz e Terra, 2015.

- _____. *Dívida: os Primeiros 5.000 anos*. São Paulo: Três Estrelas, 2016 (704).
- KERBAUY, Maria Teresa. Políticas de Juventude - Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 10, n. 18/19, pp. 193-203, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *La Survie du Capitalisme: La Re-production des Rapports de Production*. Paris: Éditions Anthropos, 1973.
- MONNERAT, Giselle; ALMEIDA, Ney Luiz; SOUZA, Rosemary. (Org.). *A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais*. São Paulo: Papel Social, 2014.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- PEREIRA, Potyara. A Intersetorialidade das Políticas Sociais na Perspectiva Dialética. In: MONNERAT, Giselle; ALMEIDA, Ney; SOUZA, Rosimary. *A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais*. Campinas: Papel Social, 2014.
- RUBIM, Antônio. Políticas Culturales en el Gobierno de Lula: Un Análisis Preliminar. *Revista Gestión Cultural*, v. 2, 2010, pp. 74-79.
- _____. Políticas Culturais no Brasil: Tristes Tradições e Enormes Desafios. *OBC*. Publicação Trimestral do Observatório das Actividades Culturais, v. 15, 2007, pp. 10-21.
- SILVA, Marcio Rufino. Metrópole, Cotidiano, Estado e Território - Notas Sobre a (re) Produção das Relações Sociais de Produção e Suas Escalas. *Recôncavo Revista de História da UNIABEU*, v. 6, 2016a, pp. 122-140.
- _____. Produção e Reprodução - Uma Leitura Contemporânea. *Espaço e Economia*, v. 8, p. 7, 2016b.
- SOUZA, Marcelo Lopes. *Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes - Escritos de Divulgação Científica e Análise Política*. Rio de Janeiro: Consequências, 2015.
- TONELA; Celene; SOUZA; Joseane; AZEVEDO, Sérgio. Cultura Política e Polos Regionais - Comparando Campos dos Goytacazes (RJ) com Maringá ampliada (PR). *Ciências Sociais Unisinos*, v. 51, n. 2, pp. 222-236, mai/ago, 2015.
- WACQUANT, Loïc. Marginalidade, Etnicidade e Penalidade na Cidade Neoliberal. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 2, pp. 139-164.
- ZANETTI, Hermes. *Juventude e revolução*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Recebido em: 12/06/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

SENA, Marcello. Políticas culturais e comportamento juvenil na periferia da cidade do Rio de Janeiro: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 431-464.

Gênero, sexualidade e reprodução no curso de vida de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife

Luís Felipe Rios¹

Marion Teodósio de Quadros²

Resumo: Este artigo discute experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens em busca de indicadores sobre dinâmicas de gênero, sexualidade e reprodução, a partir de resultados de três pesquisas. A idade de iniciação sexual localiza-se por volta dos 13 anos e o controle sobre as jovens enfraquece o poder de negociação para prevenção e contracepção. O fenômeno da “gravidez na adolescência” ocorreu em diferentes gerações de mulheres. A gravidez é valorizada como passagem para a “adultez”.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; juventude, mulheres, gênero, sexualidade.

Gender, sexuality and reproduction in the life course of young women from Recife Metropolitan Region

Abstract: This paper discusses sexual and reproductive experiences of young women in search of indicators on the dynamics of gender, sexuality and reproduction

¹ Programa de Pós-graduação em Psicologia e Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil - lfelipe.rios@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Departamento de Antropologia e museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – Brasil - marianteodosio@yahoo.com

based on the results of three different empirical studies. The age of sexual initiation is around the age of 13, and control over young women weakens the bargaining power for prevention and contraception. The phenomenon of “teenage pregnancy” occurred in different generations of women. Pregnancy is valued as a passage to adulthood.

Keywords: *teenage pregnancy; youth; women; gender; sexuality.*

Introdução

Este artigo discute as experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens por meio de três estudos empíricos realizados entre 2008 e 2013 na Região Metropolitana do Recife.³ Embasamo-nos em uma perspectiva teórica de base feminista (Rubin, 1993; Haraway, 1995; Brah, 2006), que conceitua a vida sexual e reprodutiva como decorrentes dos significados socialmente compartilhados sobre sexo, gênero e reprodução, na interface com outros marcadores sociais, com implicações de poder e assume um posicionamento ético-político sobre o olhar do pesquisador(a) e sobre o conhecimento produzido, comprometendo-se com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Nessa perspectiva, investigamos os regimes de produção de diferenças sociais nos corpos-subjetividades (Brah, 2006), para chegar, analiticamente, àquilo que Rubin (1993) denominou sistemas de sexo-gênero: modalidades socioculturais de constituir os sujeitos de maneira a fazer garantir a multiplicação dos indivíduos e a dinâmica da cultura, regulando, em especial, a vida sexual e afetiva e a divisão do trabalho (público e doméstico), entre outras dimensões sociais.

3 O primeiro foi resultado do projeto “*Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE*” (2008 a 2010), desenvolvido com financiamento da FACEPE (processo APQ- 0495-7.03/08) e do CNPq (processo 402947/2008-8), e dos programas de bolsa de iniciação científica da FACEPE e UFPE/CNPq. O segundo foi resultado do projeto “*Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)*” (2011 a 2013), desenvolvido com financiamento da FACEPE/SecMulher (processo APQ- 0142-7.07/10) e dos programas de bolsa de iniciação científica da FACEPE e UFPE/CNPq. O terceiro consistiu em uma pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas (PCAP) (2012 a 2013), integrante do programa “*Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape*” financiado pela Refinaria Abreu e Lima S.A., a Petroquímica Suape, o Consórcio RNEST Conest, a Alusa Engenharia e o Consórcio RNEST O. C. Edificações (EIT/Engevix), e com o apoio institucional do Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde do Brasil, do governo do estado de Pernambuco e das prefeituras de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca. Este artigo também integrou as atividades de estágio pós-doutoral da co-autora Marion Teodósio de Quadros, por meio da bolsa PDE CNPq (processo 204337/2018-6). É importante mencionar que um conjunto grande de professores-pesquisadores, graduandos, mestrandos e doutorandos estiveram envolvidos nos três estudos aqui comentados. Agradecemos a profícua colaboração de todos, em especial às Profas. Dras. Karla Galvão Adrião, Jaileila Araújo de Menezes e Rosineide Cordeiro.

O curso reprodutivo de mulheres jovens tem sido objeto da acalorada discussão no campo amplo das ciências sociais e da saúde, ganhando relevo com base no fenômeno “gravidez na adolescência”. Muito se fala sobre o fenômeno, mas pouco sobre a vida sexual propriamente dita (prazer, eroticidade, parcerias e práticas sexuais) das mulheres nessa fase da vida (Quadros, 2014). Rios *et al.* (2002), em análise sobre as produções acadêmicas sobre saúde sexual e reprodutiva dos jovens da década de 1990, observaram que os estudos sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) tinham como sujeitos privilegiados os homens, e, em geral, estavam mais preocupados com as práticas sexuais de modo a identificar os modos de transmissão. Os estudos que se dedicavam à saúde reprodutiva escutavam as mulheres, com um olhar que sobrecarregava mais os efeitos da gravidez na trajetória feminina e menos nas experiências sexuais anteriores ao evento.

Essas pesquisas buscavam explicações para os dados epidemiológicos, mas, muitas vezes, as abordagens eram marcadas pelas próprias construções de gênero, encobrindo, por exemplo, que homes e mulheres estão envolvidos nas questões reprodutivas (Lyra, 1998; Quadros, 2006) e na disseminação de IST (Paiva, 1994, 2000; Monteiro, 1999). Essas discussões abriram novas linhas de trabalho (como os dos supracitados autores(as)), além de chamar atenção para a importância de se refletir sobre a dupla proteção (às IST e gravidez), no caso das mulheres e homens heterossexuais (Villela, 2003; Berer, 2006; Quadros *et al.*, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

De todo modo, a sexualidade de mulheres menores dos 18 anos ainda permanece como assunto pouco pesquisado nas ciências sociais e da saúde, especialmente no que se refere a aspectos que vão além das idades de iniciação sexual e usos de métodos de prevenção e contracepção dos inquéritos sobre conhecimentos, atitudes e práticas (Brasil, 2011; Paiva *et al.*, 2008; Paiva *et al.*, 2011; Quadros, 2014a; Quadros, 2014b).

Os próprios termos “adolescência” e “juventude” possuem percursos que revelam diferentes abordagens e áreas nas quais um ou outro conceito é mais aplicável, o que estimulou um debate acalorado nas últimas duas décadas do século passado (Rios *et al.*, 2002; Freitas, 2005; Villela; Doreto, 2006). Ambos remetem ao ciclo de vida e à sua dinâmica, no que se refere à passagem da infância para a vida adulta, mas são demarcados e contextualizados de formas diferentes (León, 2005).

A “adolescência” se constitui enquanto conceito chave no campo da psicologia e biociências, enfatizando mudanças em aspectos fisiológicos, biológicos ou do desenvolvimento físico e na estrutura do pensamento, sendo os processos

identitários, individuais ou coletivos uma decorrência dessas mudanças. A juventude, por sua vez, é uma categoria etária dinâmica que se constituiu no seio das ciências sociais e humanidades, uma construção histórica, social, cultural e relacional (León, 2005; Villela; Doreto, 2006).

De modo operacional, e com fortes implicações nas políticas públicas, adolescência e juventude referem faixas etárias diferentes:

Convencionalmente, tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos de idade, dividindo-se por sua vez em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Inclusive para o caso de designar o período juvenil, em determinados contextos e por usos instrumentais associados, este se amplia para baixo e para cima, podendo estender-se entre uma faixa máxima desde os 12 aos 35 anos (León, 2005:13).

A delimitação etária por si é insuficiente para analisar os intervalos de idades, uma vez que é incapaz de homogeneizar as experiências dos sujeitos. As questões de classe, gênero, raça, religião, região são importantes para contextualizar e são ferramentas de análise das diferentes juventudes, na nossa perspectiva (Villela, 2003; Castro; Abramoway, 2004; Freitas, 2005; Heilborn *et al.*, 2005; Quadros, 2007; Quadros, 2014b).

A acepção de adolescência como faixa etária dos 12 aos 18 anos, da classificação apresentada por León (2005), é presente no senso comum, sendo utilizada por profissionais de saúde, de educação e usuárias(os) para significar os cursos de vida. Nessa linha, embora conceitualmente nos aproximemos do campo de investigação das juventudes, manteremos o uso da categoria adolescência/adolescente aspeada, para sinalizar sua utilização enquanto categoria êmica, o que é também uma maneira de dialogar com o campo das políticas públicas em saúde, educação e proteção, em que o termo “adolescente” prospera.

Sobre a “gravidez na adolescência”, pode-se dizer que, na atualidade, duas grandes perspectivas coexistem para ofertar entendimento científico ao fenômeno. A primeira está associada a certo pânico moral⁴ que marcou o olhar dos profissionais de saúde das décadas de 1970 e 1980, e que encontramos operante até hoje. Nela, a gravidez nessa fase da vida é associada à imaturidade física e

4 Fala-se de pânico moral quando um fenômeno é percebido como ameaçando aos valores e interesses sociais, e é apresentado de uma maneira estilizada e estereotípica pela sociedade e mídia de massa, que conclama e imbui a sociedade e os representantes do Estado de prover enfrentamentos moralistas, mesmo que apresentados como fundados em conhecimento científico (Machado, 2004).

psicológica das jovens para a sexualidade, a gestação e a maternidade. Há também o estabelecimento de relações entre taxas de fecundidade e pobreza, o que leva a qualificar o fenômeno, independentemente da complexidade que ele envolve e dos sentidos que a ele são atribuídos em contextos específicos, como algo nefasto a indivíduos e à sociedade. Também são recorrentes as reflexões sobre seu impacto negativo no processo de escolarização e acesso ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, são evocados sentidos sobre projetos e cursos sexuais e reprodutivos, que são os compartilhados pelas camadas médias urbanas, para avaliar os projetos reprodutivos de outros contextos sociais (Arilha; Calazans, 1998; Rios *et al.*, 2002; Rede Feminista de Saúde, 2004; Heilborn *et al.*, 2006).

Assim, quando a gravidez acontece antes dos 19 anos, ela é qualificada como “precoce” e “indesejada” e mulheres jovens e/ou suas famílias são culpabilizadas por um erro na gestão da sexualidade. Belo e Silva (2004: 480) exemplificam essa abordagem:

[...] a gravidez na adolescência tem sido alvo de inúmeros estudos e reflexões por ameaçar o bem-estar e futuro dos adolescentes devido aos riscos físicos, emocionais e sociais que acarreta. [...] A maternidade no início da vida reprodutiva antecipa a maturidade biológica, e precipita momentos socialmente institucionalizados para a reprodução, com claras implicações para a constituição de família e a organização social dominante.

Contextualizando histórica e socialmente o próprio modo como as faixas de idades são constituídas e significadas (Brandão; Heilborn, 2006; Lima, 2006), uma segunda perspectiva entra em cena, em que são valorizados os contextos socioculturais em que significações sobre fases da vida, sexualidade e reprodução são produzidas (Arilha; Calazans, 1998; Leal; Fachel, 1999; Rios *et al.*, 2002; Almeida, 2002; Rede Feminista De Saúde, 2004; Heilborn *et al.*, 2006; Quadros, 2007; Scott; Quadros; Longhi, 2008; Lima, 2012; Menezes *et al.*, 2012).

Leal e Fachel (1999) observam que para homens e mulheres pertencentes às classes populares, a gravidez na adolescência propicia a mudança de *status* social e familiar, referentes aos novos papéis de pais/mães e ao novo estado de conjugalidade. Na mesma linha, Brandão e Heilborn (2006: 1428) apontam que ao formar uma nova família de procriação, “simbolicamente, há nesse contexto uma certa ruptura a partir do evento da gravidez que inaugura novo período de vida, com assunção moral, mas não material, de novas responsabilidades relativas à prole”. Conforme Lima (2006), para as mulheres, a gravidez vem reiterar o que é esperado para uma mulher, destacando-as das demais, uma vez que galgam o lugar de adultas, responsáveis e respeitáveis, mesmo quando tais

conquistas são acompanhadas de maiores expectativas familiares e sociais acerca dos seus desempenhos enquanto mães.

Assumindo a segunda perspectiva, nossa contribuição neste trabalho será a de discutir os resultados de três estudos, que foram constituídos por aportes metodológicos diferentes, mas em que a convergência dos resultados permite, na discussão com a literatura, reforçar e complementar alguns achados, aprofundando o debate sobre as marcações do sistema de sexo-gênero (Rubin, 1993) nas experiências de sexualidade e reprodução de mulheres jovens.

Metodologia

Os dados aqui discutidos foram coletados entre 2008 e 2013, no âmbito de três estudos, os quais serão sinteticamente apresentados nesta seção. Os estudos foram realizados na Região Metropolitana do Recife (RMR), composta, à época, por quatorze municípios, com uma população de cerca de três milhões e meio de habitantes (censo de 2010). Queremos destacar os municípios de Cabo de Santo Agostinho (185.025 habitantes), Recife (1.537.704 habitantes) e Camaragibe (144.466 habitantes), locais de residência das mulheres participantes das pesquisas objeto deste trabalho (IBGE, s/d). A RMR foi considerada área de impacto das obras do PAC relacionadas ao Complexo Industrial e Portuário de Suape⁵, em especial o município de Cabo de Santo Agostinho, que, por sua proximidade aos campos de trabalho no complexo, abrigou muitos dos alojamentos formais e informais para os milhares de homens que migraram para o trabalho na construção civil (Rios; Medrado *et al.*, 2015; Silva, 2015).⁶

O primeiro estudo, denominado “*Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE*”, foi realizado entre dezembro de 2008 e dezembro de 2010, e abordou os conhecimentos e as estratégias contextualmente utilizadas por mulheres jovens para se prevenir do HIV/Aids e outras IST e para realizarem o exercício da anticoncepção. A pesquisa foi realizada por meio de observação participante em três circuitos de sociabilidade de jovens, sendo um em Recife e dois em Caruaru, e entrevistas com 22 mulheres jovens, sendo 12 em Recife e 10 em Caruaru (cf. Quadros *et al.*, 2011; Clementino, 2011; Xavier, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

5 Envolvia a ampliação da estrutura do porto de Suape, a implantação de uma refinaria de petróleo, uma petroquímica e a construção de estaleiros, dentre outros empreendimentos (Brasil, s/d).

6 Os números são imprecisos, mas fala-se da chegada de homens do interior de Pernambuco e de diferentes estados brasileiros para trabalhar nas obras de construção civil. Estima-se que no pico da obra (2010-2012) estiveram trabalhando, só na Refinaria Abreu e Lima, cerca de 45 mil homens (Rios; Lins *et al.*, 2015).

Considerando o território objeto de discussão neste texto, apresentamos, no quadro 1, os dados sociodemográficos das participantes da pesquisa em Recife.

Quadro 1: Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa Mulheres e dupla proteção em diferentes circuitos de sociabilidade – Recife

Nome	Idade	Raça/cor*	Escolaridade	Ocupação	Estado Conjugal
Elma	21	Parda	Fundamental	Bicos	Casada
Flávia	16	Negra	Ensino Médio	Estudante	Namora
Geane	17	Parda	Fundamental	Faxineira	Solteira
Karina	21	Branca	Fundamental	Faxineira/comerciante	Solteira
Fabiana	21	Negra	Fundamental	Não	Noiva
Luana	17	Parda	Ensino Médio	Estudante e trabalha em um salão	Solteira
Tissiane	16	Morena	Ensino Médio	Dona de Casa e Estudante	Casada
Vanessa	22	Negra	Fundamental	Dona de Casa	Casada
Talita	24	Negra	Fundamental	Dona de Casa	Casada
Camila	19	Parda	Ensino Médio	Dona de Casa	Casada
Taiza	18	Negra	Fundamental	Estudante	Solteira
Helena	24	Parda	Ensino Médio	Dona de Casa	Casada

A idade delas varia entre dezesseis e vinte e quatro anos, seis das doze jovens interromperam os estudos no Ensino Fundamental, em geral, por motivo de gravidez; quatro estão estudando no Ensino Fundamental ou Médio e apenas duas concluíram os estudos escolares. Quanto à raça/cor⁷, em sua maioria são negras ou pardas, com exceção de uma branca. A maior parte delas possui como ocupação a função de dona de casa, com poucas exceções para estudantes, faxineiras e aquelas que realizam “bicos”, todas com baixa ou sub-remuneração e sem garantias trabalhistas. Em alguns casos as funções ocorrem simultaneamente. Quanto ao estado conjugal, seis são casadas, quatro solteiras, uma noiva e uma namora, sendo que nenhuma é virgem; cinco não têm filhos e as que são mães possuem de um a três filhos.

O segundo estudo, intitulado “*Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)*”, foi desenvolvido entre outubro de 2011 e agosto de 2013. Ele possibilitou a produção de histórias de gravidezes de jovens sob diferentes olhares, o que incluiu a jovem e integrantes de sua rede de convívio e apoio, de modo a analisar as

7 Esta definição ocorreu com base no discurso das entrevistadas.

diferentes percepções sobre a gravidez, as motivações para engravidar e os efeitos da gravidez nas vidas das jovens.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas. Na primeira foram realizadas entrevistas com jovens, entre 15 e 17 anos, grávidas ou que tinham, no período da entrevista, filhos de até um ano de idade. Buscamos explorar o contexto de vida anterior à gravidez, atual e os planejamentos das jovens para o futuro. Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas com pessoas da rede de convívio e apoio das jovens. De uma forma geral, foram entrevistadas pessoas da família da jovem, da família do pai da criança, o parceiro e ou pai da criança, pessoas da vizinhança, amigos da jovem, e pessoas de referência na escola, no posto de saúde e na igreja. O quadro 2 apresenta os principais dados sociodemográficos das jovens entrevistadas.

Quadro 2: Dados sociodemográficos das participantes da pesquisa “Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência” – Região metropolitana

Nome	Idade (anos)	Idade Pai	Local	Cor	Estado Civil	Trabalho	Religião	Estuda
Juno	18	-	Recife	Parda	Mora com companheiro	Não	Espírita	Não
Magdalena	18	17	Camaragibe	Morena	Mora com companheiro	Não	Evangélica	Não
Clarisse	18	-	Cabo	Branca	Casada	Não	Evangélica	Não
Geni	16	24	Cabo	Negra	Casada	Não	Não tem	Não

O terceiro estudo, realizado entre outubro/2012 e julho/2013, consistiu em uma pesquisa de conhecimentos, atitudes e práticas (PCAP), um inquérito comportamental sobre formas de transmissão de algumas infecções sexualmente transmissíveis (IST), teste de HIV, discriminação e violência, acesso a preservativos, acesso à *internet*, comportamento sexual, saúde reprodutiva, e uso de drogas (Quadros *et al.*, 2015). O estudo integrou o programa “*Diálogos para o Desenvolvimento Social em Suape*”, uma pesquisa-intervenção que buscou compreender e minimizar as perturbações nos campos da saúde sexual e reprodutiva e uso abusivo de álcool e outras drogas nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca, relacionadas à chegada de milhares de homens para o trabalho nas obras do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) (Rios; Lins *et.,* 2015).

Vale destacar que o inquérito, que passaremos a denominar PCAP-Diálogos, foi aplicado no início do projeto para ter uma compreensão mais alargada

dos modos como a população se posiciona frente aos temas objetos da intervenção, e ter elementos para posterior avaliação do programa. Para a execução do estudo foi constituída uma amostragem domiciliar, aleatória em relação à situação conjugal, representativa da população, com margem de erro de 5%, incluindo indivíduos de ambos os sexos, de idades variando entre 15 e 64 anos (Rios; Medrado *et al.*, 2015; Quadros *et al.*, 2015). Para efeitos deste trabalho, concentrar-nos-emos nos dados obtidos com as mulheres de Cabo de Santo Agostinho (198 do total de 384 questionários aplicados no município). A análise dos dados foi realizada por meio do programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*), versão 17.

Tabela 1: Dados sociodemográficos das mulheres participantes da PCAP-Diálogos – Cabo de Santo Agostinho

Característica	n(%)	Característica	n(%)
Faixas de Idade	198 (100)	Escolaridade	198 (100)
15-18	17 (8,9)	Analfabeto	11 (5,6)
19-24	25 (12,6)	Fundamental incompleto	74 (37,4)
25-34	57 (28,8)	Ensino fundamental completo	19 (9,6)
35-49	60 (30,3)	Ensino médio/técnico incompleto	23 (11,6)
50-64	39 (19,7)	Ensino médio/técnico completo	56 (28,2)
Classe	182 (100)	Superior completo	15 (7,6)
A+B	37 (20,3)	Situação conjugal	198 (100)
C	108 (59,3)	Nunca foi casada	40 (20,2)
D+E	37 (20,3)	Casada ou vive com companheiro	132 (66,7)
Raça/cor	192 (100)	Outra (Separada, divorciada, viúva)	26 (13,1)
Branca	40 (20,8)	Situação laboral	183 (100)
Negra	110 (57,3)	Empregado(a) com carteira de trabalho	22 (12,0)
Outra	42 (21,9)	Empregado(a) sem carteira de trabalho	10 (5,5)
Religião (para as que disseram que são religiosas)	162 (100)	Trabalha por conta própria	29 (15,8)
Católica	62 (38,8)	Não trabalha atualmente	122 (66,7)
Evangélica	94 (58,8)		
Outras/sem religiões	4 (2,5)		

Fonte: PCAP-Diálogos, 2012 – Mulheres do Cabo de Santo Agostinho

No que se refere ao perfil sociodemográfico das mulheres entrevistadas neste último estudo, predominou mulheres entre 25 e 49 anos (59,1%), de classe C

(59,3%), com ensino fundamental incompleto (37,4%), evangélicas (58,8%), neográs (57,3%), casadas ou vivendo com companheiro (66,7%). Entre as maiores de 18 anos, a maioria não trabalhava (66,3%) na ocasião da entrevista, como mostra a tabela 1. Por fim, vale dizer que os três estudos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE.

Organizamos a apresentação de nossos resultados e discussões em quatro tópicos. Iniciamos com uma discussão mais ampla sobre a sexualidade das mulheres, abordando as instâncias reguladoras da sexualidade feminina, as primeiras experiências sexuais e, neste bojo, como elas realizam a prevenção das IST e contracepção. Na sequência, aprofundamos a discussão sobre as experiências de engravidar e ser mãe na “adolescência” com base nas narrativas de quatro jovens e integrantes de suas redes de convívio. O terceiro tópico é dedicado a discutir o percurso reprodutivo não apenas de jovens, mas de mulheres em diferentes faixas de idade. Por fim, aprofundamos o debate sobre os marcadores de gênero e suas implicações nos percursos reprodutivos das mulheres jovens.

Sexualidade de mulheres jovens: primeiras experiências no Alto do Paraíso

Na pesquisa “Mulheres jovens e dupla proteção”, acompanhamos mulheres jovens, moradoras do “Alto do Paraíso⁸”, uma localidade de um bairro da região Norte de Recife, composto de pessoas de classe média baixa ou pobre.⁹ No Alto, como em outros contextos, a socialização sexual antecede a “adolescência” (Parker, 1991; Rios, 2008; Queiroz; Rios, 2013; 2014). As mulheres aprendem sobre sexualidade na sociabilidade cotidiana, nas brincadeiras infantis, escutando o que os adultos e a mídia dizem sobre isso, e conversando com amigos e amigas sobre o tema.

Por meio desse processo plural de socialização, elas aprendem que a virginidade é um valor moral. Nesse bojo, uma classificação de mulheres cujos termos mais expressivos são “*folgosas*”, “*putinhas*”, “*piranhas*”, “*gaiolas*”, “*sem futuro*”, “*gatas velhas*¹⁰”, “*caça ratos*¹¹”, que seriam as “*boas para sexo*”, e as “*certinhas*”, “*santas*”, “*com futuro*”, “*mulheres direitas*”, “*de família*”, que seriam as “*boas pra casar*”, como encontramos em outras comunidades de Recife, regula, por meio

8 Nome fictício.

9 O bairro é composto de vários altos e córregos, tem comércio local, escolas públicas e privadas, hospital e postos de saúde. Também possui muitas igrejas católicas e evangélicas.

10 A velhice, aqui, não é sinônimo de idade, mas de experiência sexual.

11 Na denominação “*caça ratos*”, há uma forte ênfase na atividade e no espaço da rua, porque os ratos (homens) são caçados nesse espaço.

da estigmatização, os comportamentos das mulheres e dos homens¹². As primeiras seriam mulheres que se envolvem em relações sexuais casuais, não possuem muitos critérios para escolher seus parceiros nem estão necessariamente interessadas em ter algum tipo de compromisso de namoro ou casamento. As “santas” seriam mulheres que controlam a sexualidade (quando solteiras) e possuem relações íntimas mais estáveis e monogâmicas (quando casadas) (cf. também Scott, Quadros; Longui, 2008; Clementino, 2011; Xavier, 2011; Quadros *et al.*, 2011; Quadros *et al.*, 2012).

É esse último modelo que, idealmente, pauta o comportamento esperado para que a jovem tenha o respeito da comunidade e possam vir a encontrar um bom namorado, idealmente o futuro marido. As jovens que possuem expectativa de “constituir família”, portanto, mesmo quando têm uma vida sexual ativa, acabam encenando a figura da “santa”, *performando* uma certa passividade e ingenuidade em termos sexuais, para não serem identificadas como “gatas velhas”.

Na família, as conversas sobre sexualidade são raras e, quando existem, são de responsabilidade das mães. Analisando dados dessa pesquisa, Clementino (2011:98) observa que “as mães acreditam que quanto menos se falar sobre o assunto, menor será a abertura para a prática, e, inversamente, maior o poder de controlar”. Apenas Fábia, 16 anos, conversou com a mãe: “Minha mãe também me dava conselho, que quando fosse a minha primeira vez tinha que ser de camisinha com qualquer um homem.” Mesmo quando há conversa, ela gira em torno das formas de prevenção e contracepção (Cf. também Quadros, 2007).

Menezes *et al.* (2012), em pesquisa qualitativa com jovens grávidas residentes na periferia do Recife, observam que algumas não se sentiam confortáveis para falar de sexualidade e prevenção com familiares e esperavam que a iniciativa viesse dos mais velhos. Em adição, mencionavam o impedimento em tratar do tema que a própria família fazia à escola. Queiroz e Rios (2013), em etnografia sobre a construção da sexualidade entre crianças, em uma escola pública de ensino fundamental de Cabo de Santo Agostinho, apontam que o tabu sobre a sexualidade infantil tem postergado as iniciativas de educação sexual para os últimos anos do ensino médio, ainda que as crianças dos primeiros anos do ensino fundamental conversem sobre sexualidade e vivenciem as suas primeiras brincadeiras eróticas.

¹² A classificação de mulheres entre as boas para ter relações sexuais e as boas para casar está presente na sociedade brasileira desde a colonização, como significante para valores e práticas (ver Freyre, 1943). Além disso, é importante a referência espacial à casa, como lugar das “santas” e à rua, como local das “gatas velhas”, como itens que compõem a estrutura dessa classificação (Da Mata, 1997).

No nosso estudo, as informações qualificadas sobre sexualidade e prevenção só chegavam para as jovens quando atingiam o Ensino Médio. Mesmo os profissionais dos serviços públicos de saúde silenciavam sobre o tema, a menos que a jovem engravidasse ou se tornasse público que ela não era mais virgem. Só então o tema da “prevenção” da gravidez era tratado. Por outro lado, as próprias jovens que *performavam* a virgindade evitavam tratar dos temas com as profissionais, de modo a não serem percebidas por estas e pela comunidade como “gatas velhas”.

Os veículos mais eficientes para o controle exercido sobre as jovens eram as fofocas da comunidade e o rígido controle das mães em relação à rotina diária e às saídas de casa. Elas procuravam driblar esses controles *performando a “santa”*; enganando as mães acerca de seus paradeiros; indo, quando necessário, consultar-se em unidades de saúde distantes.

Na medida em que as jovens galgavam as idades, elas aumentavam suas possibilidades de trânsito, não só pelos seus municípios de residência, como por outros que fazem a RMR. Essa ampliação era utilizada por algumas como estratégia para escapar dos olhares reguladores dos vizinhos e familiares. Muitas vezes, elas davam preferência em se relacionar afetivo-sexualmente com jovens de locais mais distantes de suas residências.¹³

Assim, o controle não conseguia retardar o início da vida sexual das jovens para o após casamento. Não obstante, enfraquecia o poder de negociação na prevenção e contracepção. A falta de informação qualificada e/ou a impossibilidade de ter consigo métodos preventivos, por medo que a mãe ou integrantes da comunidade ficassem sabendo, vulnerabilizava-as, como ilustra o depoimento de Vanessa:

Usava nada, nem um remédio, nem nada. Porque eu tinha medo de ir pro médico pra mainha não desconfiar e tinha medo de usar camisinha porque diziam que estourava e eu não era experiente em nada, aí eu não usava nada, não me prevenia com nada. Ele botava. Aí quando, pan, tirava. (Vanessa, 22 anos).

13 É importante esclarecer que os municípios que fazem parte da região metropolitana compõem como que um mosaico, onde seus limites territoriais muitas vezes não ficam muito claros para os habitantes. Não é raro haver uma dificuldade de identificar a que município alguns bairros pertencem. Também é comum se dizer que Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe e Olinda são “dormitórios” de Recife, principal centro econômico de Pernambuco, provocando um grande fluxo de pessoas para a “cidade” (como se referem a Recife) pela manhã e um refluxo para os municípios de residência no fim da tarde. Ainda assim, em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no Complexo Industrial e Portuário de Suape, estão estabelecidas as mais importantes indústrias da RMR que, de certo modo, cria um contrafluxo de trabalhadores. Para trafegar as pessoas se utilizam de uma rede formada de terminais integrados de passageiros de ônibus e metrô que liga esses municípios. É por meio dessa rede que as jovens transitam em busca de maior anonimato para suas vivências afetivo-sexuais.

Cinco das nossas interlocutoras tiveram a primeira relação sexual com um “ficante” (parceiro eventual), cinco, no decorrer de relacionamento mais estáveis, com o namorado, uma com o marido antes do casamento e uma com o marido após o casamento. A idade da primeira relação sexual variou de onze a vinte anos, com **média de 12,6 anos**. Sete das jovens usaram o preservativo na primeira relação sexual, quatro não usaram nenhum método preventivo e uma usou a pílula anticoncepcional.

Uma série de estudos têm apontado que a primeira relação sexual das mulheres acontece cada vez mais cedo em suas trajetórias sexuais. Pesquisas nacionais brasileiras mostram que a idade média para a primeira relação sexual era de 16 anos em 1984 (entre mulheres que tinham entre 16 e 19 anos); e 15,3 anos, em 1998, e 15,2 anos em 2005 (Borges, 2007; Paiva *et al.*, 2008; Brasil, 2011). Os resultados da PCAP-Diálogos, que entrevistou mulheres em diferentes faixas de idade sobre idade de inciação sexual também permite tal constatação, uma vez que entre as mulheres mais velhas de nossa amostra, a idade média de inciação sexual foi de 19,21 (35-49 anos) e 17,19 (50-64 anos), enquanto entre as mais jovens foi de 14,33 (15-18 anos) e 15,89 (19-24 anos).

No momento em que nos preparamos para deslocar nossa discussão do percurso sexual para a trajetória reprodutiva, não podemos deixar de lembrar que é na primeira faixa de idade (12-15 anos) que o fenômeno da gravidez é considerado, do ponto de vista fisiológico, mais preocupante para a saúde das mulheres (Rede Feminista de Saúde, 2004). Ainda assim, como apontamos, muitas mulheres iniciam suas vidas性uais sem informações qualificadas sobre métodos contraceptivos e, mais amplamente, saúde sexual e reprodutiva e sem acesso aos insumos necessários para a proteção (Quadros, 2007; Queiroz; Rios, 2013; 2014). Os resultados que apresentamos sugerem que a vivência da sexualidade está presente no cotidiano de crianças (brincadeiras e jogos) e nas experiências de jovens, mas as iniciativas de educação sexual, quando acontecem, são tardias.

“Gravidez na adolescência”

Na Região Metropolitana do Recife, contexto de realização das três pesquisas discutidas, o significante que carreava o pânico moral da “gravidez na adolescência” é a expressão “filhos de Suape”, constantemente objeto de comentários na televisão e na mídia impressa, tema, em 2011, de uma série de matérias no Diário de Pernambuco (2011), um dos principais jornais do estado (cf. também Figueiredo; Santos; Peixoto, 2015). Como uma epidemia de significação

(Treichler, 1987),¹⁴ a expressão se espalhava por toda a RMR, reforçando o estigma em relação à sexualidade na juventude (discutida anteriormente) e a “gravidez na adolescência”.

A expressão “filhos de Suape” remetia a quatro linhas de significação interligadas: à gravidez em uma fase indevida do ciclo vital; à pressuposição de que estaria associada à exploração sexual das adolescentes; os genitores seriam os migrantes, trabalhadores em Suape¹⁵; os filhos não seriam “assumidos” pelos genitores, ironicamente delegando a paternidade ao território.

Para nos deslocar de tais representações rumo a adensar a compreensão do fenômeno “gravidez na adolescência” com base em uma análise de gênero, é importante colocar em perspectiva as várias dimensões que impactam o curso de vida das jovens e a viragem que o evento gravidez provoca. Tomemos, então, os resultados do nosso segundo estudo, apresentando brevemente as biografias das quatro jovens moradoras da RMR.

Juno, 18 anos, residia na periferia do Recife, e já havia abandonado o Ensino Médio antes de engravidar. Sua gravidez não foi planejada, porém, desejava ser mãe. Ela e o marido sabiam que não tinham condições financeiras para garantir sozinhos a chegada do filho. A anunciação da gravidez para os familiares foi muito conturbada, mas o evento também significou um momento positivo para a jovem. Ela não tinha uma relação boa com a família de origem “ora morava com a vó, ora morava com a mãe, ora morava com o pai”, e a não aceitação do fato pela avó a levou a passar a residir com o marido e a família dele. A mudança de residência foi avaliada positivamente, mas também significou que a provisão de bens e recursos para ela e o bebê tornaram-se “obrigação” do novo núcleo. Estimulada pela família do marido, afirma de ter vontade de voltar a estudar, mas sublinha que essa decisão depende da aprovação do cônjuge.

Clarisse, 18 anos, é evangélica e parou o Ensino Médio durante a gravidez. Antes, seus projetos eram estudar e ter um emprego estabilizado, em segundo plano vinha o matrimônio e filhos. Ela teve sua primeira relação sexual com aquele que seria pai do seu filho. Quando a gravidez aconteceu, morava com a mãe e dois irmãos na periferia de Jaboatão dos Guararapes. Foi expulsa de

¹⁴ A autora usa da expressão para se referir ao conjunto de representações estigmatizantes associadas ao HIV, disseminadas socialmente, com efeitos nefastos na prevenção da infecção e no cuidado aos portadores do vírus.

¹⁵ Como já sinalizamos, entre 2007 e 2015, houve um significativo aumento dos postos de trabalho com melhores rendimentos financeiros para os homens locais e a chegada de mais homens advindos de outros municípios de Pernambuco e outros estados, para assumir os postos de trabalhos ociosos. Conforme Silva (2015), muitos destes homens mantêm laços afetivos-sexuais construídos em seus lugares de origem, mas não deixam de se relacionar sexual e afetivamente com as mulheres locais.

casa, passando a residir na casa da sogra, em um bairro pobre do Cabo de Santo Agostinho. Atualmente ela é dona de casa, cuida dos afazeres domésticos e do filho. Seu marido sustenta a casa. Ela comenta que gostaria de voltar trabalhar e estudar, entretanto é impedida pelo marido.

Geni, 16 anos, estudou até o quinto ano do ensino fundamental e diz já ter trabalhado em casa de família. Morava em um bairro pobre no Cabo de Santo Agostinho, num puxadinho da casa da sogra, com companheiro (24 anos) e a enteada (dois anos). Menciona já ter sido casada, mas não teve filhos por usar contraceptivos. A gravidez foi planejada pela jovem e companheiro, que queria companhia para a filha. Bem antes da gravidez já havia abandonado os estudos e levava, em suas palavras, uma “*vida desregrada*”. Avalia que a gravidez trouxe um rumo à sua vida, ganhando responsabilidade, levando-a a assumir uma posição de mãe de família.

Magdalena, 18 anos, é evangélica, morava com o companheiro e a filha, em residência próxima à casa da sogra, na periferia de Camaragibe. Teve uma primeira gravidez com dezesseis anos, que foi espontaneamente abortada. Engravida novamente aos dezessete anos da filha, que tinha três meses quando da entrevista. Relata que tinha vontade de morar sozinha desde antes do atual companheiro. Deixou a escola quando engravidou para não ter que mostrar a “*barriga*” às pessoas. Como Juno, por conflitos com a família, alternou residência entre as casas da mãe a avó. Diz ter trabalhado como babá, antes de engravidar. Conta que antes do namoro com o pai de sua filha “*brincou muito*”, referindo-se a experiências prazerosas de lazer.

Esse breve passeio pelas narrativas das nossas quatro interlocutoras permite constatar a variedade de dimensões que atravessam a emergência e os significados da gravidez e maternidade nas trajetórias das jovens. Para todas elas a gravidez emerge como um evento com grande potencial disruptivo. Suas famílias não desejavam sua ocorrência nessa fase da vida. Todas elas mudaram de residência quando as famílias de origem ficaram sabendo do evento e passaram a se aproximar da família do marido. Apenas Magdalena forma, de pronto, seu próprio núcleo familiar em uma residência própria. Juno e Clárisse passam a morar com os sogros e Geni a habitar num puxadinho, construído no terreno da sogra.

Para todas elas, entretanto, a gravidez é significada como oportunidade para assumir uma nova posição social: “*dona de casa*”. De certo modo, a experiência da maternidade completa e consolida as transformações iniciadas com a gravidez, que se atualizam na consecução de responsabilidade, como assinala Magdalena:

O que eu acho que mudou mais assim foi eu amadureci mais, que antes eu só tinha pensamento pra mim. Só tinha pensamento pra sair. Não tinha, assim, responsabilidade com casa. Né?! (...) Mas, assim, eu sei também que vai ter uns sonhos que eu não vou mais conseguir realizar na minha vida. (Magdalena)

De certo, como sugere Magdalena, as entrevistadas são sabedoras das implicações de se tornarem mãe e dona de casa, abrindo mão de alguns sonhos. Além disso, perdem as suas autonomias para a tomada de decisões pelo fato de passarem a depender financeiramente dos maridos e das famílias deles, uma vez que as que trabalhavam precisaram deixar de o fazer.

Porque eu não estou estudando, então eu não estou fazendo nada. O máximo que eu posso fazer hoje é minha matrícula, né? Na verdade eu vou ter que fazer, que já começou as matrículas pela internet. (...) Por que quem paga todas as contas é ele! (Juno)

A necessidade de trabalho fora de casa antes da gravidez esteve presente em três dos relatos, e todas estavam sem trabalhar fora de casa, quando da ocasião da entrevista. A saída da escola antecede a gravidez de duas das participantes da pesquisa; e nos parece que a expectativa de galgar melhores postos de trabalho, com investimento nos estudos, só figurava explicitamente na narrativa de Clarisse.

Nesse contexto, é importante refletir sobre os atrativos para manter/fazer sair as jovens da escola, e as condições das escolas para acolher uma jovem grávida e uma jovem com filhos (Menezes *et al.*, 2012). Muitas jovens, de classe popular, ouvidas em outras pesquisas, ou já haviam abandonado a escola, ou já tinham como meta a saída da escola e a constituição de família (Leal; Fachel, 1999; Almeida, 2002; Heilborn *et al.*, 2006). Os resultados sugerem que a produção da subjetividade feminina mais ampla, em especial das classes populares, localiza a passagem para a *aduldez* pela ideia de ser mãe e constituir sua própria família nuclear (pai, mãe e filho).

Além das jovens, também escutamos as opiniões de integrantes de suas redes de convívio, indicados por elas próprias. De forma geral, a “gravidez na adolescência” é percebida por eles/as como algo negativo. A categoria “precoce”, que também faz parte do senso comum, sem deixar de estar associada a certos prejuízos da gravidez na trajetória das jovens, toma outros contornos. O sogro de Juno avalia

Justamente pela idade. Pra terem juízo, por que ela é muito nova e ele tava terminando a faculdade, prestes a terminar a faculdade. E alertar justamente pela responsabilidade, se você... se acontecer da gravidez. Ela é muito nova, vai perder a juventude e começar a perder as oportunidades.

Como em outras falas dos integrantes das redes, há como que um desejo ou expectativa de que as/os jovens se dediquem aos estudos (o que nem sempre é possível, dadas as condições econômicas), e, assim, adiem as exigências de maior responsabilidade para a *aduldez*. Parece-nos que, para os familiares das jovens, é menos uma questão de capacidade para cuidar de si mesmo e de filhos (elas já colaboram com os afazeres nas residências e cuidados de irmãos, muitas contribuindo financeiramente, com trabalhos e bicos, para as despesas domésticas). Como sugere o sogro de Juno, as famílias têm expectativa de que suas filhas (e filhos), adiando a formação de sua própria família, tenham mais oportunidades no mercado de trabalho.

Na ocasião das entrevistas, Cláisse e sua mãe relatam sobre seus mútuos conflitos e embates. Eles tinham a ver com as expectativas da mãe, frustadas pela filha. A mãe de Cláisse também passou pela experiência da “gravidez na adolescência”, casou e não pôde estudar ou trabalhar, vivendo a dependência financeira e a falta de autonomia para a tomada de decisões até a morte do marido. De uma hora para outra, sem nenhuma formação, precisou assumir as responsabilidades de chefe de família. Ela se esforçava para que a filha priorizasse a formação escolar e a carreira profissional em detrimento do matrimônio e maternidade. Estava sempre chamando a filha à responsabilidade de jovem, que é chegar cedo em casa, e não ter experiências sexuais que poderiam levá-la à gravidez. Quando soube da gravidez da filha, ficou profundamente pertubada, chegando a expulsá-la de casa.

Paradoxalmente, se, nas classes populares, a rede de convívio percebe na “gravidez na adolescência” um sinal de irresponsabilidade, é a própria gravidez e a maternidade, se a jovem *performa* o que é prescrito para a mulher-mãe, que vai conferir-lhe o *status* de alguém responsável, que também é sinal de que a jovem chegou na *aduldez* com sucesso. Neste sentido, a enfermeira, integrante da rede de convívio de Magdalena, comenta:

Olhe eu não sei se era motivação dela, específica. Eu não tive essa curiosidade de perguntar (...) o que eu observo assim, no geral de uma adolescente é que assim a gravidez pra muitos, assim é um passo pra autonomia de vida. É como se fosse a emancipação dela enquanto mulher. (Enfermeira)

Rios *et al.* (2008), investigando o modo como lideranças religiosas católicas e evangélicas regulavam a sexualidade dos(as) jovens, apontam a emergência da categoria responsabilidade como algo que se deve desenvolver nos(as) jovens. Os autores relacionam responsabilidade aos dispositivos de segurança modernos, descritos por Michel Foucault. Ter responsabilidade era

demonstrar ser capaz de realizar cálculos de risco, mesmo quando se estava longe da comunidade de culto (neste caso, também levando em consideração os preceitos religiosos).

Como pode-se notar pelos fragmentos de narrativas transcritos até aqui, a categoria *responsabilidade* também foi recorrente para descrever as experiências das jovens, tanto por elas próprias como pelos integrantes de suas redes de convívio. As(os) diferentes interlocutores a associam à aceitação pelas jovens das regulações estabelecidas pelas categorias etárias para a realização dos prazeres. Isso inclui, além dos limites na experimentação da sexualidade, a circulação pelos espaços públicos de lazer, os horários de estar na rua e o uso de álcool e outras drogas.

No entanto, os “desvios” podem se transformar em possibilidades de redenção. Quando a jovem muda de *status* por meio da gravidez e aceita as novas regulações de gênero, solicitadas pela maternidade, ela pode se perceber e ser percebida como responsável. Essas mudanças de percepção acontecem com todas as nossas entrevistadas, como comenta uma amiga de Magdalena.

Magdalena, assim, ficou mais madura. Hoje ela chega brincando, conversando. Hoje ela chega mais tranquila. Hoje ela está mais focada (...) no bebezinho dela, né? (...) Até a forma de se vestir (...). Antes era mais jovial e hoje eu percebo ela mais senhora da situação. (...) Ela se impõe respeito, ela é uma adolescente que sabe onde está pisando. (Amiga)

Também é importante frizar que, nos quatro casos, o fato dos homens terem reconhecido a paternidade e passarem a coabituar com as jovens pode significar um elemento importante, tanto para o exercício da maternidade pelas jovens como para a mudança de percepção dos integrantes das redes sobre elas.

Percursos reprodutivos das mulheres e “os filhos de Suape”

A narrativa da mãe de Clarissa, sobre também ter sido mãe “adolescente”, atualiza o questionamento que nos levou a investigar a idade de primeira gravidez na PCAP-Diálogos. Seria a “gravidez na adolescência” um fenômeno novo, como apregoava O diário de pernambuco (2011), com as manchetes sobre os “filhos de Suape”? Para construção dos resultados sobre a primeira gravidez das mulheres da PCAP-Diálogos, agregamos as respondentes por faixas de idade e incluímos no cálculo as mulheres que nunca experimentaram a gravidez, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Faixas de idades de relato de primeira gravidez por faixas de idade das mulheres entrevistadas

Faixa etária das mulheres	Faixa etária de quando ocorreu a primeira gravidez					
	12-15 n (%)	16-18 n (%)	19-25 n (%)	26-36 n (%)	Não engr. n (%)	Total
15-18	3 (17,6)	3 (17,6)	0 (0,0)	0 (0,0)	11 (64,7)	17 (100)
19-24	2 (8,0)	14 (56,0)	3 (12,0)	0 (0,0)	6 (24,0)	25 (100)
25-34	7 (12,3)	17 (29,8)	24 (42,1)	3 (5,3)	6 (10,5)	57 (100)
35-49	9 (15,0)	14 (23,3)	17 (28,3)	10 (16,7)	10 (16,7)	60 (100)
50-64	2 (5,1)	14 (35,9)	14 (35,9)	1 (2,6)	8 (20,5)	39 (100)
Todas as mulheres entrevistadas	23 (11,6)	62 (31,3)	58 (29,3)	14 (7,1)	41 (20,7)	198 (100)

1. Em negrito as gravidezes que ocorreram nos dez anos anteriores à entrevista

Fonte: PCAP-Diálogos – Mulheres do Cabo de Santo Agostinho

Considerando todas as mulheres entrevistadas, as faixas de idade nas quais a primeira gravidez têm maior ocorrência são as de 16-18 (31,3%) e de 19-25 (29,3%). Também há uma constante ocorrência da gravidez entre os 12-15 anos, na ordem dos 11,6%. Do total de mulheres, 20,7% nunca engravidou, entretanto, vale apontar que muitas ainda estão na fase reprodutiva, podendo o evento ainda ocorrer em seus cursos de vida. Embora a “gravidez na adolescência” tenha maior ocorrência na trajetória de vida de mulheres que tinham entre 19 e 24 anos, ela não deixou de ter ocorrido entre mulheres das demais faixas etárias – 42,9% do total de mulheres engravidaram entre 12 e 18 anos. Nossos resultados, portanto, questionam as representações relacionadas à expressão “filhos de Suape”, uma vez que a ocorrência da gravidez esteve fortemente presente nas várias gerações de mulheres entrevistadas.

Também no contexto de Cabo de Santo Agostinho, Xavier (2017) realizou pesquisa qualitativa, entre julho de 2015 e março de 2016, abordando a vida sexual e reprodutiva de dois grupos de mulheres, moradoras de Gaibu.¹⁶ O primeiro grupo foi composto de oito mulheres, de idade variando entre 18 a 24 anos (jovens, na classificação da autora), todas solteiras. O segundo grupo foi formado por oito mulheres, de idade variando entre 26 a 34 anos (adultas jovens, na classificação da autora). As jovens nunca engravidaram. Cinco das oito mulheres adultas jovens engravidaram na “adolescência” e uma, apesar de ter

¹⁶ Gaibu está localizada na costa de Cabo de Santo Agostinho, abrigando duas praias bastante frequentadas por turistas. Por já possuir pousadas e ficar próxima dos principais canteiros de obras foi *locus* de muitos alojamentos informais dos trabalhadores migrantes.

casado na “adolescência” e de afirmar que desejava engravidar naquele período, só o conseguiu mais tardeamente. Essas cinco narrativas vão ao encontro dos resultados da PCAP-Diálogos, mostrando que a “gravidez na adolescência” já estava presente na região antes do início das obras do PAC.

Nosso estudo não investigou, no inquérito, o perfil dos genitores das primeiras gravidezes das entrevistadas – homens locais ou migrantes. Não obstante, os resultados de Xavier (2017) apontam que a maior parte de suas entrevistadas se interessavam pelos homens locais. Inclusive, as representações sobre os migrantes os relacionavam à violência, assédio sexual e uso abusivo de álcool e drogas. Nenhuma das jovens namorou migrantes e, das adultas jovens, apenas uma, das oito entrevistadas, namorou um migrante. Nenhuma (jovens ou adultas jovens) engravidou de trabalhadores “estrangeiros”.

Por outro lado, independentemente de se os homens que interagiam no Cabo de Santo Agostinho eram migrantes ou nativos, o fato é que estavam capitalizados financeiramente, e tinham, simbolicamente, mais chances para se apresentarem como atrativos para as mulheres. Ao longo do trabalho de campo da equipe mais ampla que compõe o projeto Diálogos Suape, foi muito comum se ouvir falar do efeito que o crachá de trabalhador da Petrobras produz sobre as mulheres jovens da região, simbolicamente apontado para o fato de que seu portador era um homem bem empregado, e, portanto, um homem bom para se relacionar afetivo-sexualmente e, quem sabe, casar (Silva, 2015).

Porém, não devemos creditar, simploriamente, o arranjo de gênero que relaciona renda financeira e afetos, ao novo contexto de Suape. Como já apontava Berquó (1998), no Brasil, uma construção cultural de gênero tem atravessado gerações: no mercado de matrimonial (e, mais amplamente, no mercado das trocas sexuais), os homens apresentam como capital simbólico o estabelecimento sócio-econômico, e as mulheres a beleza juvenil. No caso do Cabo de Santo Agostinho, ao que parece, a nova configuração de trabalho e renda reforça esta construção cultural, na medida em que não houve significativo aumento de postos de trabalho para as mulheres, em especial para as mais jovens – como aponta os dados apresentados para caracterização do perfil das entrevistadas, apenas 33,3% das mulheres de 18 anos ou mais relataram estar trabalhando, ao passo que 63% dos homens na mesma faixa de idade relataram estar trabalhando.¹⁷

¹⁷ O inquérito acessou as(os) respondentes em seus domicílios, durante o dia, período em que muitas pessoas estão fora de suas residências. Muitos dos migrantes, trabalhadores do complexo Suape, residiam em alojamentos, formais e informais, em geral hotéis e pousadas que disponibilizaram suas vagas para as empresas da construção civil – e que não foram acessados pela pesquisa. Certamente, a diferença entre população masculina e feminina, que na ocasião da pesquisa estava efetivamente trabalhando, deveria ser muito maior do que o expresso nos números aqui apresentados.

Os resultados apontam que a gravidez entre os 12-18 anos não é um fenômeno novo. Expressivo percentual de mulheres, nas diferentes faixas de idade investigadas, tiveram sua primeira gravidez neste período. Pôr em perspectiva os dados de mulheres de diferentes faixas de idade permitiu melhor dimensionar o fenômeno da “gravidez na adolescência” como atravessando as várias gerações de mulheres entrevistadas. Essa dinâmica está relacionada ao modo como o sistema de sexo-gênero articula trabalho e renda na economia política da sexualidade e dos afetos (Rubin, 1993).

Considerações finais: as relações de gênero e o percurso de vida das mulheres

Este trabalho discutiu resultados de três estudos que abordaram experiências sexuais e reprodutivas de mulheres jovens. Tomamos a problemática da “gravidez na adolescência”, que ainda causa pânico moral no senso comum, entre profissionais e na academia como tema chave para discussão.

As mulheres são objeto de forte regulação de suas sexualidades, por meio de processos de estigmatização, em que a virgindade é tomada como elemento dialógico para que os homens escolham as boas para casar. Não obstante, as jovens aprendem estratégias para se proteger da estigmatização e experimentarem os prazeres性uais. Ainda assim, a impossibilidade de se assumirem enquanto sujeitas de uma vida sexual ativa dificulta o acesso a (profissionais de saúde ou insumos) métodos preventivos e contraceptivos, por medo se serem estigmatizadas. Por um lado, temos a dificuldade no exercício da contraceção e, do outro, temos o desejo de tornarem-se mães e donas de casa.

Sugerimos que o fenômeno “gravidez na adolescência” estaria assentado nas próprias relações de gênero, em suas interrelações com economia, formação da família e, mais amplamente, nas posições que o sistema de sexo-gênero estabelece para homens e mulheres em relação à divisão do trabalho (doméstico e público) e na regulação dos afetos e formações de parcerias sexuais (poder econômico para os homens e beleza juvenil para as mulheres).

Assim, situando a “gravidez da adolescência” como produtos das relações desiguais de sexo-gênero, que criam assimetrias de poder e afetam a vida de mulheres e homens, sugerimos que para enfrentar o problema, criar um pânico moral não é o melhor caminho, na medida em que isso tende a culpabilizar as famílias e as mulheres, por estas não se adequarem à atual norma médica e social sobre o período reprodutivo.

Um conjunto de estudos qualitativos mostra que as mulheres (e também os homens), desde crianças, almejam casar, ter filhos e constituir suas próprias

famílias. Muito antes da gravidez chegar, muitas meninas relatam que já estavam insatisfeitas com a vida escolar, e não tinham pretensão em formação qualificada e entrada no mundo do trabalho fora de casa. Há gerações as mulheres são formadas para serem mães, e os dados obtidos na pesquisa aqui analisada revelam que a faixa reprodutiva ideal é diferente daquela proposta pela ciência e políticas públicas. A maior parte das mulheres de Cabo de Santo Agostinho, nas diferentes faixas de idade investigadas, engravidaram entre os 16 e os 25 anos.

Em adição, as entrevistadas do segundo estudo e suas redes de convívio sugerem que um grande impedimento para que as mulheres retornem aos estudos, ou mesmo busquem emprego fora de casa, são seus companheiros. Os homens assumem uma posição tutelar sobre suas companheiras e esposas e as impedem de voltar para a escola ou a trabalhar fora de suas residências. Além disso, há uma carência de equipamentos sociais que deem apoio para as mulheres, quando querem ou precisam se afastar de suas crianças para ingressar no universo do trabalho dito “produtivo”. Em muitos fóruns de discussão em que integrantes da equipe do Diálogos Suape estiveram presentes, as mulheres clamaram por creches, nas quais pudessem deixar seus filhos para se dedicarem aos estudos e ao trabalho fora de casa (Lyra *et al.*, 2015).¹⁸

O que se quer, quando problematiza-se a “gravidez na adolescência” e o direito das mulheres jovens exercerem sua sexualidade sem serem estigmatizadas desde uma perspectiva feminista, é refletir sobre as condições sociais opressivas que impactam as condições de vidas das mulheres, de modo a fomentar oportunidades para que estas alcem melhores condições de existência, que inclui o respeito aos seus desejos e projetos de vida, mas também oportunidades de formação escolar e acesso a postos de trabalho qualificado, com consequente melhoria de renda.

Neste sentido, tratar a gravidez entre mulheres jovens como inadequado ou suas práticas sexuais como impróprias é pouco producente. O que estamos sugerindo é que uma mudança nesse padrão sociocultural exigirá um maior esforço social e do próprio Estado: solicita mudanças nas relações de gênero, nos seus desdobramentos em termos de educação (formal e informal, que juntas

¹⁸ Além da demanda por creche, o trabalho de pesquisa-intervenção em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, realizado pelo Diálogos Suape, mostrou como os profissionais atuantes nos equipamentos sociais da região (escolas, unidades de saúde e assistência, conselhos tutelares etc.) reconheciam a necessidade e efetivamente se engajavam nas ações propostas sobre as temáticas da sexualidade e reprodução (Santos C. *et al.*, 2015; Rios; Lins *et al.*, 2015). Do mesmo modo, notamos o forte interesse da população, em especial as mulheres adultas (Lyra *et al.*, 2015), os(as) jovens (Menezes; Adrião; Rios, 2015) e as crianças e suas famílias (Silva *et al.*, 2016), em participar das ações de garantia dos direitos sexuais de crianças e jovens, inclusive o direito à educação sexual.

formam sujeitos afeitos à estrutura social em vigor); mudanças nas relações econômicas como impactos nos postos de trabalho e acesso à renda para homens e mulheres, o que também exigirá a reconfiguração do trabalho doméstico, incluindo novas divisões entre homens e mulheres para a realização do cuidado com a prole e a residência.

Referências

- ALMEIDA, Margareth. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. *Revista Brasileira de Estudos de Populações*. Rio de Janeiro, v.1 9, n. 2, jul/dez. 2002, pp. 197-208.
- ARILHA, Margarete; CALAZANS, Gabriela. Sexualidade na adolescência: o que há de novo? In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CPND, 1998.
- BELO, Márcio; SILVA, João. Conhecimento, atitude e prática sobre métodos anticoncepcionais entre adolescentes gestantes. *Revista Saúde Pública*. São Paulo, v. 38, n. 4, 2004, pp. 479-487.
- BERER, Marge. Dual Protection: More Needed than Practised or Understood. *Reproductive health Matters*, v. 14, n. 28. 2006, pp. 162-170.
- BERQUÓ, Elza. Rearranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia (org). *História da vida privada IV: contrastes a intimidade contemporânea*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 411-437.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 26, 2006, pp. 329-376.
- BRANDÃO, Elaine; HEILBORN, Maria Luisa. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 22, n. 7, 2006, pp. 1421-1430.
- BRASIL. PCAP: Pesquisa de Conhecimento Atitudes e Práticas na População Brasileira 2008. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.
- BRASIL. *Programa de Aceleração do Crescimento*. Pernambuco. s/d. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/estado/pe>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Mirian; DA SILVA, Lorena. *Juventudes e sexualidade*. Brasília, UNESCO, 2004.
- CLEMENTINO, Núbia. Sobre “gatas velhas” e “santas”: vínculos afetivos e dupla proteção entre mulheres jovens de uma comunidade da periferia do Recife. Dissertação de Mestrado, Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (164).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Série: *Filhos de Suape*. Caderno Vida Urbana. Recife, 2011.

Disponível em: <<http://www.slideshare.net/jairoblima/filhos-de-suape>>. Acesso em: 16 set. 2019.

FIGUEIREDO, Regina; SANTOS, Alessandro; PEIXOTO, Marcelo. Promoção da saúde sexual e reprodutiva em contextos de grandes obras de infraestrutura e trabalho temporário masculino. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 91-11.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1943.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cad. Pagu*. Campinas, n. 5, 1995, pp. 07-41.

HEILBORN, Maria Luiza et al. (orgs). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

_____. Maria Luiza et al. *O aprendizado da sexualidade: reprodução de trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Garamond e Fiocruz, 2006.

IBGE. *Conheça Cidades e Estados do Brasil*. s/d. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 set. 2019.

LEAL, Ondina; FACHEL, Jandira. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, Maria Luisa; BRANDÃO, Elaine (Orgs). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999, pp. 96-116.

LIMA, IO. As mães adolescentes de comunidades populares: um estudo de casos. Dissertação de Mestrado, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

LYRA, Jorge. Participação masculina na gravidez adolescente. In: VIEIRA, Elisabeth et al. (Org.). *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro, Associação Saúde da Família, 1998.

LYRA, Jorge et al. Mulheres e Educação para Cidadania. In: RIOS, Luís; LINS, Maria et al. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 111-130.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interacções*, n. 7, 2004, pp. 60-80.

MENEZES, Jaileila et al. Gravidez e maternidade na adolescência e suas repercussões no processo de escolarização. *Percursos*, v. 13, n. 2, 2012, pp. 134 – 154.

MENEZES, Jaileila; ADRIÃO, Karla; RIOS, Luís. (Org.). *Jovens, câmera, ação: reflexões sobre os usos dos dispositivos móveis de mídia em um projeto de mobilização social*. Recife: EdUFPE, 2015

- MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: HEILBORN, Maria; BRANDÃO, Elaine (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.
- PAIVA, Vera. Sexualidade e gênero num trabalho com adolescentes para prevenção do hiv/aids. In: PARKER, R. et al. (Org.). *A aids no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- _____. *Fazendo arte com camisinha: sexualidades jovens em tempos de aids*. São Paulo, Summus, 2000.
- PAIVA, Vera; ARANHA, Fernando; BASTOS, Fernando; GEPSAIDS. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, 2008, pp. 54-64.
- PAIVA, Vera; CALAZANS, Gabriela; VENTURI, Gustavo; DIAS, Rita. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, 2008, pp. 45-53.
- PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Best Seller, 1991.
- QUADROS, Marion. Paternidade, trabalho doméstico e envolvimento com os/as filhos/as In: CAMPOS, Roberta; HOFFNAGEL, Judith C. (Orgs.). *Pensando família, gênero e sexualidade*. Recife, EdUFPE, 2006, pp. 59-98.
- QUADROS, Marion. Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais. In: SCOTT, Russell; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion (Orgs.). *Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas*. Recife, EdUFPE, 2007, pp.75-95.
- QUADROS, Marion. Desenvolvimento, Sexualidade de Mulheres Jovens, Políticas de Educação e Práticas Educativas: entre ausências, silenciamentos e invisibilizações. *Revista Anthropológicas*, v.25, 2014a, pp.175 - 206.
- QUADROS, Marion. Sexualidade de mulheres jovens urbanas e rurais: algumas notas sobre autonomia e processos de invisibilização nos serviços de saúde e na família. In: MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica; ARAÚJO, Tatiana. (Org.). *JUBRA: Territórios Interculturais de Juventude*. Recife, EdUFPE, 2014b, pp. 131-154.
- QUADROS, Marion; ADRIÃO, Karla; XAVIER, Anna. Circuitos (des) integrados? Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luis (orgs). *Gênero, saúde e práticas profissionais*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2011, pp. 73-94.
- QUADROS, Marion Teodósio de et al. Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/PE: circuitos (des)integrados? *Revista Anthropológicas*. v.13, n.1, 2012, pp. 137-159.

- QUADROS, Marion et al. Conhecimentos e práticas de prevenção em HIV/Aids em Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PE): refletindo sobre o impacto do Programa Diálogos Suape a partir de uma pesquisa de conhecimento, atitudes e práticas. In: RIOS, Luís; LINS, Maria; QUEIROZ, Tacinara; TEÓFILO, Maria. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. RECIFE, EdUFPE, 2015, pp. 151-173.
- QUEIROZ, Tacinara; RIOS, Luís. Ninguém é de ferro frente aos prazeres da carne: organização da sexualidade entre mulheres jovens de um bairro popular do Recife. In: MENEZES, Jaileila; COSTA, Mônica; ARAÚJO, Tatiana. (Org.). *JUBRA: territórios interculturais da juventude*. Recife, EdUFPE, 2013, pp. 309-324.
- QUEIROZ, Tacinara; RIOS, Luís. Brincando e conversando sobre safadeza: significados e experiências sexuais de crianças e adolescentes da Região Metropolitana do Recife. In: TASSINARI, Antonella; ALMEIDA, José; RESENDÍZ, Nicanor. (Org.). *Diversidade, Educação e Infância: Reflexões antropológicas*. Florianópolis, Editora UFSC, 2014, p. 133-159.
- REDE FEMINISTA DE SAÚDE. *Adolescentes saúde sexual saúde reprodutiva: dossier*. Belo Horizonte, Rede Feminista de Saúde, 2004.
- RIOS, Luís; LINS, Maria et al. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015
- RIOS, Luís; MEDRADO, Benedito et al. Diálogos Suape: pesquisa-intervenção-pesquisa sobre saúde e cidadania de populações afetadas pelas grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Pernambuco. In: RIOS, Luís; LINS, Maria; QUEIROZ, Tacinara; TEÓFILO, Maria. (Org.). *Diálogos para o desenvolvimento social em contextos de grandes obras: a experiência do Programa Diálogos Suape*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 13-35.
- RIOS, Luís et al. Os cuidados com a “carne” na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*. Maringá, vol.13, n.4, out-dez 2008, pp.673-682.
- RIOS, Luis et al. Rumo à adulterez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. *Cad. CEDES*, v.22, n. 57, ago 2002, pp.45-61.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Recife, SOS Corpo, 1993.
- SANTOS, Camila et al. Caravana da Cidadania: a psicologia comunitária mobilizando as comunidades para a promoção à saúde e direitos humanos. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 257-283.
- SANTOS, Dayse et al. Desenvolvimento e reprodução: um estudo comparativo em três polos pernambucanos. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia;

- RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, Ed UFPE, 2015, pp. 16-42.
- SCOTT, Parry; QUADROS, Marion; LONGHI, Márcia. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva In: SCOTT, Parry; QUADROS, Marion. *A diversidade no Ibura: gênero, geração e saúde em um bairro popular do Recife*. Recife, EdUFPE, 2008, p. 133-170.
- SILVA, Bárbara et al. O caderninho azul: reflexões sobre uma ação de enfrentamento à violência sexual envolvendo crianças e seus familiares. In: RIOS, Luís; VIEIRA, Luciana; QUEIROZ, Tacinara (Org.). *Metodologias participativas e mobilização psicosocial: promoção da saúde e enfrentamento da violência sexual e de gênero*. Recife, EdUFPE, 2016, v. 1, pp. 146-167.
- SILVA, Sirley. Trabalho e risco na composição da identidade do “pião trecheiro”. In: QUEIROZ, Tacinara; LINS, Maria; OLIVEIRA, Cinthia; RIOS, Luís. (Org.). *Crescimento econômico, cidadania, saúde: contextos, desafios e possibilidades da pesquisa-intervenção-pesquisa em direitos sexuais e reprodutivos*. Recife, EdUFPE, 2015, pp. 67-80.
- TREICHLER, Paula. AIDS, homophobia and biomedical discourse: an epidemic of significance. *Cult Stud.*, v.1, n. 3, 1987, pp. 263-305.
- VILLELA, Wilza; DORETO, Daniella. Sobre a experiência sexual dos jovens. *Cad. de Saúde Pública*, v. 22, n. 11, nov. 2006, pp. 2467-2472.
- XAVIER, Anna. Mulheres jovens e prática da dupla proteção em uma comunidade popular do Recife. Dissertação de Mestrado, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- XAVIER, Anna. “Por medo de ter que casar”: namoro, virgindade e gravidez nas narrativas sobre trajetórias de vida das jovens e adultas jovens da microrregião de Suape/PE. Tese de Doutorado, Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

RIOS, Luís Felipe Rios e QUADROS, Marion Teodósio de, Frank Antonio. Gênero, sexualidade e reprodução no curso de vida de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 465-491.

Educação ambiental e jovens em escolas de referência no sertão pernambucano: elementos para dimensionar a prática educativa

Tarcísio Augusto Alves da Silva¹

Lara Brito Leite²

Resumo: Como alternativa à crise socioambiental enfrentada atualmente, Silva (2012) propõe uma mudança de postura orientada por uma ação educativa crítica. Isso porque, após a Rio 92, houve grande incentivo do Estado brasileiro para difusão da educação ambiental no âmbito escolar, entretanto, Loureiro e Cossío (2007) verificaram uma tendência biologizante e descontextualizada dessa prática, implicando graves problemas à reflexão das questões que afetam natureza e sociedade. Dentro desse contexto, objetivamos apresentar como a percepção socioambiental de jovens estudantes pode revelar o lugar da educação ambiental em escolas de referência do Ensino Médio dos municípios de Araripina e Salgueiro, localizadas no Sertão pernambucano. Faz parte também desse esforço discorrer sobre como aspectos da percepção ambiental dos estudantes podem subsidiar o estudo da temática e dimensionar a prática educativa com esses jovens. Para isso, foram coletados dados por meio de um questionário do *Google Docs*, com perguntas mistas, a uma amostra de 300 estudantes. Os resultados apontam avanços específicos e a permanência de problemas históricos, já identificados pela literatura especializada sobre o tema.

¹ Departamento de Ciências Sociais - Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Recife – Brasil - deescada@yahoo.com.br

² Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) – Recife - Brasil - Laramirra@outlook.com

Palavras-chave: Educação ambiental; Jovens; Escola; Sertão.

Environmental education and young people in reference schools in the pernambucano backwoods: elements to dimension the educational practice

Abstract: As an alternative to the socio-environmental crisis currently faced, Silva (2012) proposes a change of position guided by a critical educational action. This is because, after Rio 92, there was a great incentive for the brazilian State to disseminate environmental education in the school environment. However, Loureiro and Cósio (2007) verified a biological and decontextualized tendency of this practice, implying serious problems in the reflection of issues that affect nature and society. Within this context, we aim to present how the socioenvironmental perception of young students can reveal the place of environmental education in high school of the town of Araripina and Salgueiro, located in the backwoods of Pernambuco. It is also part of this effort, to discuss how aspects of the students' environmental perception can subsidize the study of the theme and dimension the educational practice with these young people. For this, data was collected through a Google Docs questionnaire, with mixed questions, to a sample of 300 students. The results point out specific advances and the permanence of historical problems, already identified by specialized literature on the subject.

Keywords: Environmental education; Young; School; Backwoods.

1. Introdução

A história da humanidade foi construída ora subordinando-se à natureza, ora dominando-a e extraindo dela os elementos necessários à sua reprodução social. Especialmente no sistema capitalista, depredam-se e esgotam-se os recursos naturais, justificando-se a busca de um determinado padrão de consumo. Dado esse contexto, o cenário socioambiental retrata o perfil das sociedades contemporâneas e explicita que os impactos provocados pelos seres humanos ao meio ambiente estão se tornando cada vez maiores e mais complexos.

Segundo Silva (2012, p. 01), “enfrentamos uma crise societal sem precedente desencadeada por um padrão de desenvolvimento que relegou as dimensões social e ambiental a um segundo plano em detrimento do econômico”. A solução para essa crise socioambiental tem sido indicada por metodologias e práticas sociais orientadas a consolidar uma nova relação entre a sociedade e a natureza por meio de ações educativas.

Nesse contexto, a educação ambiental como ferramenta de transformação social proporciona uma abordagem, de acordo com Mariga (2006), de preservação do meio ambiente e da assunção de uma responsabilidade individual e coletiva em relação aos problemas que ameaçam o futuro do planeta.

A esse respeito, nosso texto objetiva apresentar alguns elementos que representam a dinâmica da educação ambiental em escolas de referência do Ensino Médio dos municípios de Arariipina e Salgueiro, localizados no Sertão pernambucano. Objetivamos, também, discorrer sobre como a percepção ambiental dos estudantes podem subsidiar o estudo da temática ambiental na escola, dimensionando a prática educativa com esses jovens. Os dados aqui analisados foram extraídos da pesquisa³ “Juventude e meio ambiente no contexto dos polos de desenvolvimento de Pernambuco”, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Educação, Sociedade e Meio Ambiente (Nesma), da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no ano de 2016.

A coleta de dados da investigação foi realizada por meio de um questionário misto disponibilizado na plataforma do *Google Docs*, autoaplicado a uma amostra de 300 estudantes de Ensino Médio de escolas de referência, com idade entre 15 e 29 anos.

2. A questão socioambiental e a educação ambiental na escola

Desde o fim da Segunda Grande Guerra, a humanidade sente ampliação das consequências da vasta exploração da natureza. Segundo Bernardes e Prieto (2010), foi nesse momento que os problemas ambientais, em escala mundial, denunciaram a racionalidade de um modelo de ciência e de desenvolvimento dilapidadores dos recursos ambientais. Mesmo com os diversos avanços nas mais distintas áreas do conhecimento, e com o advento de novas tecnologias, o estágio atual da degradação ambiental não apresenta um grau de involução significativo, ao contrário, os avanços sociais e tecnológicos formam uma linha tênue com os mais recentes índices de destruição do meio ambiente. A reflexão posta caracteriza esse momento da história humana como uma crise societal, impactada em escala global.

As evidências desse impacto estão associadas ao padrão de consumo imposto, definitivamente, no século XIX, pelo capitalismo industrial e perpetuado de maneira crescente nos dias atuais. Sua lógica interferiu significativamente na relação do ser humano com o trabalho, com o meio ambiente e com os recursos naturais, além de alterar nossa relação com as coisas, como explicitou Baudrillard (2011) ao identificar, nas sociedades modernas, a propensão natural

³ Nossa agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro à investigação (processo nº 475229/2013-4).

para a felicidade atribuída ao ato de consumir, tornando esse procedimento mais importante que o produto adquirido e sua possível utilidade. Nessas sociedades, a racionalidade econômica passa a dominar a exploração sobre os mais diversos recursos, incluindo os naturais.

Os efeitos do padrão de desenvolvimento instituído impõem uma felicidade convertida em acumulação pelo consumo e se colocam, cada vez mais, em ascensão aritmética e geométrica, convertendo-se, portanto, em consumismo. Isso revela, por outro lado, os descompassos entre o sistema de produção, pois o ato da compra se torna mais relevante que o objeto comprado, e a capacidade finita da qual a natureza dispõe para oferecer os recursos a serem transformados em produtos.

Tem-se, com isso, o anúncio de múltiplas dimensões do problema. Do ponto de vista sociológico, a sociedade de consumo altera nossa relação com as coisas, converte o indivíduo em consumidor, tornando o exercício do consumo um ato padronizado, tendente a moldar as relações entre os indivíduos (Bauman, 1999). É efeito dessa padronização, por exemplo, a busca frenética, empreendida por grandes marcas de roupas, por localidades onde se possam implementar a redução dos custos de produção (ausência de direitos trabalhistas e terceirização) para realização da chamada moda rápida e contínua (*fast-fashion*).

Do ponto de vista ambiental, a insustentabilidade da sociedade de consumo é apresentada como um problema ao impor o aumento da extração de recursos ambientais, a crescente produção de lixo ameaçadora da capacidade de regeneração da natureza e as desigualdades promovidas quando as economias dos países pobres se dedicam a satisfazer o consumo das sociedades mais desenvolvidas.

A insustentabilidade ambiental provocada por esse processo civilizatório vem sendo denunciada há mais de meio século, se tomarmos como referência uma mobilização planetária em torno de conferências, simpósios e dos mais diversos eventos de cunho científico, político e social. Assim, nos anos de 1960, o movimento de contracultura *hippie* afirmou-se contrário aos efeitos degenerativos do estilo de vida da sociedade estadunidense, fundado em um padrão de consumo orientado por mecanismos de obsolescência perceptiva e programada. Para Layrargues (2002: 184): “[...] a obsolescência planejada e a descartabilidade são hoje elementos vitais para o modo de produção capitalista, por isso encontram-se presentes tanto no plano material como no simbólico”.

Na década de 1970, identifica-se uma maior mobilização, visibilidade e problematização dessa temática com o intuito de discutir os principais problemas socioambientais do planeta e procurar alternativas para enfrentá-los. No entanto, mesmo com os avanços alcançados no plano teórico e no estabelecimento de acordos e leis, a dimensão econômica e tecnológica do modo de produção capitalista continuou a

se impor como forma hegemônica de produção. Para Leff (2001), entretanto, a desconstrução da racionalidade capitalista requer a construção de outra racionalidade social definida por ele como ambiental. Com efeito, essa racionalidade produz um saber ambiental capaz de realizar a integração inter e transdisciplinar do conhecimento. Indo para além do enfoque disciplinar, o saber ambiental situa-se no terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais.

Seria, portanto, o saber ambiental uma forma de conhecimento que conseguiria lidar com a complexidade ambiental e os problemas produzidos pela economia e racionalidade técnica do capitalismo. Caberia, nesse ínterim, à educação ambiental educar para superação do capitalismo, e não se tornar um processo de tomada de conscientização de cidadão e/ou capacitação profissional para uma gestão ambiental orientada pela maximização econômica.

No Brasil, a institucionalização pelo Estado da educação ambiental decorre de uma tendência marcada pela repercussão das conferências mundiais sobre meio ambiente (SILVA, 2011). Nesse sentido, ela foi apresentada na conferência Rio 92 como uma alternativa viável e um forte “instrumento de transformação social” (Bernardes; Prieto, 2010: 174). Entretanto, cabe destacar que sua prática nascente está registrada no Brasil, no México e em alguns países da América Latina com a experiência de movimentos sociais (Carvalho, 2002).

O Brasil adotou a educação ambiental segundo as diretrizes do Programa Internacional de Educação Ambiental (Piea), de 1975, e da Conferência de Tbilisi, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1977. Entre as inúmeras recomendações, estabelecidas na conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), na URSS, orientou-se para um processo educativo ambiental articulado com as disciplinas escolares, vinculando a ação educativa à realidade, de maneira interdisciplinar, e de modo a aproveitar os conteúdos próprios de cada matéria.

Considerando o lugar e a importância dos diversos tipos de educação ambiental⁴ (formal, não formal e informal), estes procuram alargar a inserção de sua prática nos mais diversos espaços da vivência humana, permitindo que valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação do meio ambiente sejam construídas em muitas localidades e momentos em que o ato educativo se realiza: dentro da escola, no trabalho e nos meios de comunicação.

Desse modo, na especificidade da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, criada com o intuito de instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, orienta-se uma educação ambiental formal contínua, inter, multi e transdisciplinar, excluindo

4 LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A Educação Ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo, Cortez, 1999. pp. 391-400.

o caráter de exclusividade de uma área de conhecimento na formação básica e dos cursos de graduação no tocante aos seus conteúdos. Essa orientação, por vezes, é desconsiderada no currículo escolar quando se identifica a presença de disciplina específica intitulada de Educação Ambiental. Por outro lado, o descaso e os problemas com os quais a experiência brasileira se deparou até o momento — como a ausência de debates problematizadores da relação sociedade e natureza ou a biologização de conteúdos — nos fazem questionar se a estratégia de pensar a educação ambiental de maneira transdisciplinar e desvinculada de carga horária, conteúdos, metodologias e avaliações específicas na Educação Básica não retirou dela a possibilidade de contribuir para uma inserção mais qualificada de temas e abordagens na formação ambiental e ética das novas gerações (Soffiati, 2016).

Por fim, cabe ressaltar que a educação ambiental não pode tudo, tampouco pode transformar sozinha os atuais padrões de consumo que tanto contribuem para o aprofundamento de problemas ambientais. Isso porque ela não deve ser compreendida isolada do sistema educativo como um todo e das abordagens materializadoras das suas formas, pois sofre, sobretudo, a educação ambiental formal, dos problemas presentes na escola (financiamento, estrutura, formação de professores), que, no caso brasileiro, se acirrarão nos próximos 20 anos com a aprovação, em dezembro de 2016, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) estabelecida para impor um teto aos *gastos* públicos.

Nesse caso, a precariedade da educação ambiental brasileira possui rebatimentos e especificidades sobre o campo ambiental, pois a formação necessária ao enfrentamento dos problemas socioambientais que se colocam neste século ainda está por se construir.

3. A educação ambiental escolar

A Lei nº 9.795/99, em seu artigo 1º, descreve a educação ambiental como sendo: “Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (BRASIL, 1999)

Seguindo a perspectiva da lei, essa prática educativa permite efetuar reflexões e conduzir intervenções em prol da melhoria da relação sociedade e natureza, sendo um processo contínuo e gradativo, não tendo um fim em si mesma e tampouco estando limitada a uma única forma de saber. Por isso, a necessidade da transversalidade na abordagem do tema dentro da escola, com a participação dos professores, aluno e da comunidade do entorno, e fora dela, com o envolvimento de toda a comunidade em um processo de permanente interação.

Para Mariga (2016, p. 142), a educação ambiental “não é só uma prática educativa, ou disciplina, mas uma filosofia de educação presente nas demais áreas do conhecimento, possibilitando uma concepção ainda mais ampla do papel da escola no contexto ecológico planetário”.

Porém, as abordagens interdisciplinar e transversal com as quais a educação ambiental deveria ser realizada nas escolas têm sido substituídas pela vivência de práticas descontextualizadas com a realidade local dos estudantes, além de ser vivenciada sob uma tendência biologizante e ecologizante dos amplos aspectos da problemática ambiental. Esse processo educativo acaba por se tornar reducionista, deixando de fora do debate um imenso leque de conteúdos culturais, econômicos, políticos e sociais que deveriam dialogar com a temática ambiental, pois um dos fins propostos por essa educação é a formação de indivíduos que construam uma sociedade mais justa e mais sustentável (Loureiro; Cossio, 2007).

É relevante destacar que, no decorrer dos anos 2000, em relação à prática pedagógica da educação ambiental, diversos autores (Carvalho, 2006; Loureiro, 2000) apontaram para a importância de sua renovação e ao mesmo tempo criticaram correntes de orientação pedagógica descontextualizadas da realidade social e aparentemente desvinculadas de uma intenção política. Nesse sentido, sustentando e reafirmando a pedagogia de Paulo Freire (2000: 110), para a qual “a educação é uma forma de intervenção no mundo”, faz-se necessário pensarmos nossa passagem pelo planeta em um conjunto de ações educacionais, práticas interligadas ambientalmente e problematizadoras do ponto de vista social. Com esse exercício, seria possível a construção do pensar ecológico desfragmentado e holístico, de abrangência transdisciplinar, de dimensão ambiental em todas as disciplinas do currículo escolar, sem a restrição de áreas específicas e alimentando uma dinâmica de articulação com os temas de urgência socioambiental.

Sobre uma prática educativa voltada à construção de valores sociais e ambientais sustentáveis, a pesquisa coordenada, entre 2001 e 2004, por Trajber e Mendonça (2007) identificou na Região Nordeste as disciplinas de Geografia e Ciências Naturais como as que mais trataram de temas da educação ambiental. Esse dado confirma o caráter biologizante assumido pelo ensino nos últimos anos, o que dificulta o pensar em práticas sociais capazes de amenizar os problemas socioambientais. Ressalta-se assim a falta de compreensão e preparo ao tratar da temática, quando ela não deve ser estudada apenas como mais um conteúdo da Biologia ou da Geografia. Observa-se, contudo, que tais disciplinas se mantêm como guardiãs do saber ambiental na escola quando projetos e atividades voltadas à semana do meio ambiente, por exemplo, são encabeçados apenas pelos professores responsáveis por tais disciplinas.

Por outro lado, um ponto relevante no ensino da educação ambiental é a preocupação que esta deve proporcionar com o diálogo entre as temáticas apresentadas em sala de aula e a realidade, seja ela local, territorial, regional, nacional ou global, pois uma prática descontextualizada não permite ao estudante perceber a interconexão entre os fatos, objetos, localidades, temporalidades e pessoas. Ao mesmo tempo, o olhar sobre o que fazemos requer uma constante análise, como orienta Freire (2002: 12) ao afirmar: “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”.

Nesse caso, os conteúdos socioambientais vivenciados no desenvolvimento da temática em sala de aula ganham respaldo quando de fato se percebem suas aplicabilidades práticas. Todavia, o posicionamento de que a teoria expande a compreensão de nossa realidade e da prática social na educação ambiental não pode, em momento algum, ser negligenciado por aqueles e aquelas que se propõem a atuar como educadores e educadoras ambientais.

Embora se perceba que desde o século passado a educação ambiental escolar tem avançado e ocupado um lugar considerável na Educação Básica e Superior, muito ainda se tem a trilhar para que as práticas de ensino consigam, de fato, contribuir para o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social, descritos nos princípios contidos na Política Nacional de Educação Ambiental. O fato é que parte desses avanços se devem à oferta de uma literatura cada vez mais especializada sobre o tema, da publicação nos finais dos anos 1990 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), da materialização da temática ambiental nos livros didáticos e de uma certa popularização, via meios de comunicação, de problemas de ordem socioambiental⁵.

Atrelados aos elementos citados anteriormente, não se pode deixar de constatar que a oferta de uma bibliografia mais específica pelo mercado editorial e a presença dos PCNs e dos livros didáticos no dia a dia das escolas refletiram também em práticas condicionadas ao receituário desse material pelos professores. Nesse sentido, muitos são os problemas que se encontram no fazer cotidiano das escolas e se faz urgente encontrar alternativas para sua superação. Para torná-los mais evidentes, destacamos:

- a) Práticas que objetivam ações e resoluções de problemas ambientais pontuais, no contexto em que a escola está inserida, sem considerar o processo de enfrentamento socio-histórico da questão (Guimarães, 2004).

5 Ressaltamos as ações do governo federal, por meio dos ministérios da Educação e do Meio Ambiente, da mobilização e participação das escolas na Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, desde 2003, da criação dos Coletivos de Juventude e Meio Ambiente e do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas.

- b) O fato de 40,5% da fundamentação teórica de trabalhos acadêmicos estar baseada em documentos oficiais (Teixeira *et al.*, 2007).
- c) Falta de reflexão sobre o fazer pedagógico e sobre a realidade humana e práticas pautadas, apenas, na transmissão de informação e na mudança de comportamentos pontuais (TOZONI-REIS, 2007).
- d) Fragilidade da formação de professores para atuarem nessa área (Oliveira, 2007).
- e) Discursos que hipervalorizam a prática ou que a consideram como a única dimensão válida no enfrentamento dos problemas ambientais (Loureiro, 2010).
- f) A existência de uma realidade preocupante e contraditória com os princípios gerais e participativos da educação ambiental, pois é negligenciado o envolvimento dos atores que participam do processo e há ausência da percepção da importância da contribuição dos diversos atores e saberes na compreensão do ambiente (Loureiro; Cossio, 2007).

Por fim, ressaltamos ainda que os problemas elencados se caracterizam como desafios presentes da educação ambiental escolar, e a elaboração de estratégias e alternativas capazes de superá-los representa um passo importante para a consolidação de práticas empenhadas em contribuir para o enfrentamento de parte das questões socioambientais de nossa época.

A esse respeito, não cabe apontar a escola e os professores como negligentes ou insensíveis ao contexto da crise socioambiental. Para além disso, é preciso entender o ambiente escolar como um campo de disputas e demandas, a exemplo das pautas de inclusão, combate às drogas, debate de gênero, formação e valorização profissional e tantos outros temas a que essa instituição se vê forçada a dar respostas.

É urgente, portanto, cobrar do Estado as políticas públicas que, subsidiadas por estudos e pesquisas, possam apontar respostas efetivas à melhoria desse quadro, sobretudo em regiões com características ambivalentes, ou seja, castigadas pela seca, estiagem e desmatamento, mas apresentam potenciais humanos e ambientais promotores de sociabilidades e convivências com as condições impostas pelas dinâmicas da natureza.

4. Contextualizando o percurso da investigação, o Sertão pernambucano e os jovens pesquisados

No fim de 2013, motivados pelos fatos de que: a) entre os anos de 2007 e 2014, Pernambuco se desenvolveu economicamente, atingindo índices superiores ao do Brasil (Falcão, 2014); e b) novas oportunidades de formação profissional

foram oferecidas para as juventudes⁶ (Silva, 2016a), iniciamos uma pesquisa em 12 municípios do Estado, representativos por seu contingente populacional, das suas regiões de desenvolvimento de Pernambuco (Metropolitana do Recife, Mata Norte, Mata Sul, Agreste Central, Agreste Meridional, Agreste Setentrional, Sertão Central, Sertão de Itaparica, Sertão do Araripe, Sertão do Moxotó, Sertão do Pajeú e Sertão do São Francisco).

A investigação procurou identificar, em contextos de crescimento econômico, quais os impactos socioambientais produzidos pelo desenvolvimento de sua região eram percebidos pelos jovens. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário disponibilizado no *Google docs*⁷, com questões de múltipla escolha, para estudantes do Ensino Médio. Sua aplicação envolveu a presença da equipe de pesquisa, de modo a auxiliar os estudantes no processo, nos laboratórios de informática das escolas, local onde os jovens eram encaminhados para responder o questionário. O trabalho contou com uma amostra de 1.800 estudantes⁸, com idade entre 15 e 29 anos, matriculados em escolas de referência de Ensino Médio da rede estadual⁹. Apesar de a pesquisa não ter como foco o debate sobre educação ambiental escolar, para nossa surpresa, parte dos resultados do estudo revelou aspectos de sua dinâmica nas escolas. Aqui recortamos dados de dois municípios, Salgueiro (Sertão Central) e Araripina (Sertão do Araripe), onde os estudantes pesquisados (150 jovens de cada região) apresentaram alguns elementos que nos permitiram pensar sobre a importância que essa temática possui para discutirmos o desenvolvimento das duas regiões. Os jovens participantes da pesquisa foram selecionados de forma aleatória, conforme disponibilidade de tempo apresentada pelas escolas e do interesse do estudante em participar da amostra.

Salgueiro e Araripina compõem um conjunto de municípios que fazem parte das regiões de desenvolvimento Sertão Central e Sertão do Araripe (Figura 1), respectivamente. Além de ambas estarem situadas no semiárido

⁶ A palavra *juventudes* está sendo utilizada no plural, pois constata-se ser esse um grupo internamente diferenciado, com realidades sociais diversas, construindo experiências e identidades juvenis também distintas (WEISHEIMER, 2017: 16).

⁷ Essa ferramenta se mostrou mais oportuna às necessidades de sistematização das respostas, uma vez que os dados são automaticamente organizados pelo sistema.

⁸ Em cada região foi selecionada a cidade mais populosa e escolhida 1 escola de referência, levando em conta a sua estrutura e disponibilidade e interesse para participar da investigação. De cada município/escola foi investigado uma amostra de 150 estudantes.

⁹ As escolas de referência de Ensino Médio foram escolhidas como *lócus* da investigação, pois nos interessava compreender se o processo de educação ambiental se fazia presente nestas escolas que funcionavam em tempo integral e semi-integral. Além disso, estas escolas foram criadas com o estímulo ao desenvolvimento que as regiões onde estavam inseridas demandavam.

pernambucano, caracterizam-se por atividades econômicas importantes para geração de empregos, mas impactantes sob o prisma da degradação dos recursos socioambientais, a exemplo da exploração do gesso no Sertão do Araripe, que traz impactos diretos à saúde (exposição à poeira) e contribui para o processo de desertificação realizado com as queimadas e os desmatamentos da caatinga.

Figura 1: Mapa das regiões de desenvolvimento de Pernambuco.



Fonte: Condepe/ Fidem, 2016.

Cabe sinalizar que os dois municípios possuem uma importância econômica e estratégica para suas respectivas regiões por se tratarem de duas localidades com uma ampla oferta de serviços e comércio. A seguir, apresentamos os Quadros 1 e 2, que trazem informações e ilustram alguns aspectos da realidade pesquisada.

Quadro 1: Caracterização da região de desenvolvimento Sertão Central.

Municípios	Município mais populoso	População jovem Salgueiro	Atividades econômicas da região
Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante	Salgueiro	26,75%	Agricultura, caprinovinocultura e pecuária de corte, apicultura, turismo, artesanato de couro, pecuária de corte, comércio e serviços (Salgueiro), Transnordestina.
Principais problemas socioambientais da região			
Desmatamento e queimada da vegetação de caatinga, ausência de controle ambiental de espécies exóticas, elevado índice de desertificação na região, precária fiscalização ambiental, falta de política de tratamento para destino final de resíduos sólidos e líquidos, maior taxa de mortalidade infantil do Estado, violência sexual infantojuvenil.			

Fonte: IBGE, 2010; Silva, 2010; Condepe/Fidem, 2016.

Quadro 2: Caracterização da região de desenvolvimento Sertão do Araripe.

Municípios	Município mais populoso	População jovem Araripina	Atividades econômicas da região
Araripina, Bodocó, Exu, Granito, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena e Trindade	Araripina	28,92%	Polo gesseiro, apicultura, agricultura, caprinovinocultura, comércio e serviços (Araripina), indústria de transformação, bacia leiteira, artesanato de couro
Principais problemas socioambientais da região			
Destinação inadequada do lixo urbano e das águas dos esgotos, comércio ilegal de madeira, contaminação do solo por práticas agropecuárias com defensivos agrícolas, desordenamento urbano, educação ambiental descontextualizada/não condizente com a realidade do semiárido , ausência de administração de recursos florestais, desmatamento e queimada, poluição oriunda da mineração do gesso (poluição ambiental, desmatamento, erosão do solo com criação de minas, poluição sonora resultante de grandes explosões), maior taxa de abandono do Ensino Médio entre as regiões, 4ª maior taxa de homicídios de jovens, maior taxa de distorção idade-série do Estado.			

Fonte: IBGE, 2010; Silva, 2010; Condepe/Fidem, 2016.

No contexto da oferta educativa formal para as duas cidades, temos: em Salgueiro, existem 3 escolas de referência em tempo integral e 1 em tempo semi-integral, 2 instituições de Ensino Superior e 1 escola técnica federal; já Araripina possui: 1 escola técnica federal, 2 instituições de Ensino Superior, 1 escola de referência em tempo integral e 1 em tempo semi-integral. O levantamento verificou que, no tocante ao Ensino Superior, a formação oferecida à população ainda é bastante restrita, fato que promove o deslocamento de estudantes para as cidades de estados vizinhos, como o Ceará (no caso de Salgueiro) e o Piauí (no caso de Araripina).

Quanto ao perfil dos sujeitos pesquisados, este se apresentou bastante semelhante nos dois municípios e em seu conjunto: 23% dos jovens se autodeclararam de cor branca; 12,7%, preta; pardos são a maioria, com 55,6% de autodeclarados; indígenas são 2%; e amarelos, 6,7%. As idades declaradas estão situadas na faixa etária entre 15 e 19 anos, correspondendo a 100% dos estudantes que compuseram a amostra, distribuídos da seguinte forma: 45,7%, no 1º ano; 40%, no 2º ano; e 14,3%, no 3º ano do Ensino Médio. As mulheres corresponderam à maioria dos participantes do estudo, representando 55,6% deles.

Para a análise dos resultados da pesquisa, não utilizamos um tratamento estatístico ou programa de computador que permitisse o cruzamento dos dados coletados, apenas nos interessaram os elementos numéricos que mais se destacavam nas respostas dos pesquisados. Desse modo, a análise ocorreu observando, por meio da estatística descritiva, a moda, ou seja, a medida de posição das respostas às perguntas que ocorreram com maior frequência.

5. A percepção de problemas socioambientais por jovens sertanejos e a educação ambiental nas escolas de referência do Ensino Médio

Recentemente, reforçamos a ideia, anunciada por Novaes *et al.* (2006), de que a “carência de pesquisas e levantamentos de informações sobre o estado da arte no tocante à relação juventude e meio ambiente” (Silva, 2016a: 71) tem contribuído à baixa intervenção no campo das políticas públicas de meio ambiente que tenham como sujeitos os próprios jovens.

Para a escola, considerar os jovens como sujeitos de direito deve significar concebê-los como porta-vozes de demandas e interesses próprios de uma etapa de sua formação humana em que percebem o meio ambiente e interagem com ele por intermédio das condições concretas de sua existência e na qual sua socialização tem se realizado (a família, a religião, o trabalho, a classe social e a comunidade onde se encontram inseridos). Os jovens, assim, devem ser analisados na especificidade derivada das relações sociais nas quais eles se inserem (Weisheimer, 2017).

Desse modo, o ouvir as diversas juventudes presentes na escola, em relação às questões socioambientais, pode revelar dimensões pouco assistidas na prática da educação ambiental escolar, como as categorias de participação e pluralidade. No mínimo, ao ouvi-los, estaríamos tratando de como as várias formas de ser jovem concebem e relacionam-se com os desafios da conservação dos recursos naturais, da justiça social e do desenvolvimento econômico.

Como afirmamos anteriormente, o Estado de Pernambuco vivenciou um período de forte crescimento econômico, resultando no aumento de postos de trabalho, embora tenha-se verificado uma maior concentração de investimentos na Região Metropolitana do Recife e na Zona da Mata pernambucana. Apesar disso, muitos empreendimentos, sejam estaduais (melhorias de estradas, construção de escolas e hospitais), sejam federais (Porto de Suape, Hemobrás, Transnordestina, Canal do Sertão), fizeram esse processo de desenvolvimento se interiorizar e atingir boa parte de todas as regiões do Estado, trazendo vários benefícios sociais, mas também problemas socioambientais ocasionados pela falta de planejamento e desrespeito à legislação ambiental, que afetaram, sobretudo, comunidades mais frágeis (como de pescadores, pequenos agricultores e quilombolas) e os ecossistemas onde viviam¹⁰.

Nesse cenário, para os jovens de Araripe, o principal problema produzido pelo desenvolvimento de Pernambuco foi o aumento do custo de vida,

¹⁰ Em relação a isso, consultar: *Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil*. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

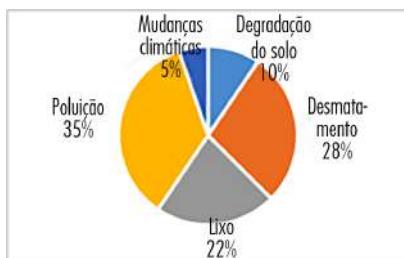
enquanto para os de Salgueiro foi o aumento das drogas e violência. Apesar da resposta apresentada pelos pesquisados de Salgueiro, nenhum dos dois municípios foi listado no mapa da violência de 2016¹¹ como os mais violentos do Estado e tampouco aparecem em âmbito nacional no *ranking* das 150 cidades onde mais ocorrem homicídios por arma de fogo. Entretanto, é fácil verificar a associação entre drogas e violência na realidade atual de muitas comunidades onde vivem esses estudantes, sobretudo quando pensada a situação dos jovens negros no Brasil.

Isso talvez explique porque os problemas de ordem ambiental não aparecem nas primeiras colocações em relação à pergunta que se efetuou: qual é o principal problema produzido pelo atual desenvolvimento de Pernambuco? Acreditamos, portanto, que os problemas sociais se mostram mais urgentes e imediatos quanto à necessidade de resolução, na perspectiva dos jovens (Silva, 2016a).

Nesse sentido, o afunilamento da questão “qual é o principal problema socioambiental produzido pelo desenvolvimento atual de Pernambuco?” nos aproximou do olhar que os jovens têm dos impactos causados à natureza gerados pelos índices de crescimento econômico vivenciados no Estado. Tanto em Salgueiro quanto em Araripina, o lixo foi indicado pelos estudantes como o principal problema socioambiental, seguido da poluição do ar e do desmatamento. Estes últimos, apresentados com mais ênfase em Araripina, possivelmente se associam à exploração das minas de gesso naquele município.

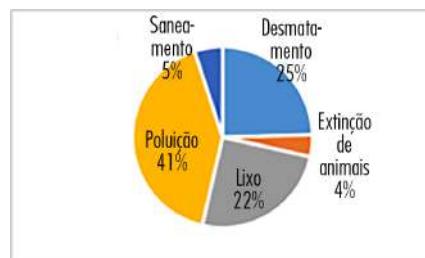
Buscando direcionar o olhar dos pesquisados à realidade regional, o estudo indagou: quais são os principais problemas socioambientais da sua região? Os resultados seguem expressos nos Gráficos 1 e 2, a seguir.

Gráfico 1: Principais problemas socioambientais do Sertão do Araripe.



Fonte: Silva, 2016b.

Gráfico 2: Principais problemas socioambientais do Sertão Central.



Fonte: Silva, 2016b.

¹¹ WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo*. Rio de Janeiro, Flacso, 2016.

Os dados apresentados trazem a poluição como o principal problema para as regiões onde estão situados os dois municípios e indicam pontos em comum com o desmatamento e o lixo. Na lista de problemas mais específicos, porém, menos pontuados de preocupação, os jovens de Araripina apontaram, ainda, a degradação dos solos e as mudanças climáticas, enquanto em Salgueiro aparecem o saneamento e a extinção de animais.

Observados os problemas percebidos pelos estudantes, coube saber se a escola os tem discutido. Para 53,7% dos pesquisados, esses temas têm sido negligenciados pelos estabelecimentos escolares em que estudam. Entretanto, 46,3% dos estudantes têm demonstrado preocupação e problematizado esses aspectos da realidade, e 3 dos principais temas, daqueles apresentados nos Gráficos 1 e 2, aparecem nas respostas dadas pelos jovens nos dois municípios pesquisados, quando indagados quais os problemas socioambientais da região são discutidos na escola (poluição, desmatamento e lixo). Isso nos faz supor uma certa relação e contribuição da escola na constituição da percepção dos problemas socioambientais desses jovens, revelando um aspecto importante da educação ambiental escolar nessas duas regiões, qual seja, a problematização de diferentes aspectos do contexto onde estão inseridas não é totalmente desprezada.

Esse caráter precisa ser ressaltado, ao apontar para um avanço na prática educativa dos locais investigados, pois, no estudo realizado pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (Consema), entre os anos de 2007 e 2009, foi identificado no Sertão do Araripe (Araripina) uma educação ambiental descontextualizada/não condizente com a realidade do semiárido (Silva, 2010).

Claro, não estamos desconsiderando a resposta de mais da metade dos estudantes (53,7%) acenando para o fato de que as escolas não tinham tomado em sua prática o estudo dessas problemáticas do ponto de vista da educação ambiental, mas nos parece interessante observar que a diferença entre quem afirmou o contrário não é tão abissal (7,4%) e expressa, ainda, a coerência entre a percepção dos problemas socioambientais presentes noutras respostas dos estudantes.

Por isso, apresentamos, a seguir, um quadro com informações das disciplinas que, segundo esses estudantes (46,3%), incorporam o estudo dos problemas socioambientais ao ensino. A análise dos dados constantes nessa ilustração diz muito de um retrato já constatado por Trajber e Mendonça (2007), quando as Ciências Naturais e a Geografia foram situadas como as disciplinas específicas “onde está inserida com maior predominância a temática ambiental” (p. 54). Entretanto, para elas, a dificuldade se localiza em uma situação que “pode revelar uma perspectiva naturalista para o tratamento das questões ambientais na ação escolar” (p. 86).

Quadro 3: Disciplinas que discutem os problemas socioambientais.

Ordem	Disciplina	Município	Ordem	Disciplina	Município
1	Geografia	Araripina	1	Geografia	Salgueiro
2	Biologia		2	Biologia	
3	Direitos Humanos		3	Química	
4	Sociologia		4	Empreendedorismo	

Fonte: Silva, 2016b.

No quadro anterior, portanto, encontramos o mesmo cenário descrito por Trajber e Mendonça (2007), embora nos chame a atenção a presença da Sociologia, dos Direitos Humanos, da Química e do Empreendedorismo, apontando para um caráter mais difuso da temática nas escolas¹². Nota-se, no entanto, nesse elenco de disciplinas, que a oferta de Direitos Humanos sofre da mesma dificuldade vivenciada pela educação ambiental, ou seja, deveria também ser oferecida de forma transversal, conforme orientam as Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos (DNEDH)¹³.

Nas escolas pesquisadas, a ausência da educação ambiental pode ser interpretada pelo anúncio de 53,7% de jovens que afirmaram a não problematização de temas e práticas ambientais nessas instituições. Subtraídos os excessos dessa constatação, poderíamos supor que o vazio deixado venha sendo amplamente ocupado pelos meios de comunicação, seja pela celeridade com a qual as informações podem ser acessadas, seja porque a educação formal não tem cumprido seu papel de maneira eficiente. As evidências para isso puderam ser verificadas quando os jovens nos indicaram quais fontes mais utilizavam para se informar quanto aos problemas socioambientais.

Nos dois municípios, os resultados se apresentam na seguinte sequência de importância: 1º – meios de comunicação de massa (TV, jornais, *internet*, rádio); 2º – escola; 3º – família; 4º – amigos; 5º – igreja. Essa ordem se fez presente em todas as 12 regiões de desenvolvimento pesquisadas, comprovando o papel desempenhado pelos meios de comunicação no trato da disseminação de informações atinentes aos problemas socioambientais. Além disso, os meios de comunicação

¹² Na investigação, aparecem outras disciplinas, como: Filosofia, Física, Língua Portuguesa e História, porém, citadas de forma muito tímida por poucos estudantes.

¹³ BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portalf.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 set. 2019.

que mais influenciaram a opinião dos jovens, quando o assunto era o meio ambiente, foram: a TV, a *internet* e o rádio, apresentados nessa ordem de importância.

Um aspecto a ser associado à ausência da tematização da educação ambiental nas escolas são as atitudes verificadas dos pesquisados em relação ao seu fazer cotidiano para solucionar ou reduzir os problemas de ordem socioambiental. A maioria deles respondeu: 1º – joga o lixo no local correto; e 2º – faz economia de água. Nesse sentido, as duas ações mais presentes nas respostas apontam, ao menos superficialmente, para duas linhas de análise. A primeira permite evidenciar uma compreensão de resolução pela tomada de atitudes individuais, o já conhecido “cada um faz a sua parte”. Isso pode ser conclusivo se levarmos em consideração que nenhuma das respostas dadas pelos jovens à pesquisa, nesse quesito, indicava qualquer ação coletiva. Já a segunda nos faz pensar que essa tomada de atitude é resultado da ausência da educação ambiental escolar, sobretudo daquela assumida sob uma perspectiva crítica, pois reflete uma forma de abordagem ingênua e comportamentalista de práticas e conteúdos, quando associada à afirmação dos 46,3% de estudantes: as escolas têm problematizado a questão socioambiental. Portanto, podemos diferenciar esse tipo de prática da abordagem crítica, que, segundo Loureiro (2010: 107), enfatiza a dimensão “institucional e pública, voltada para a construção coletiva do aprimoramento das práticas sociais”.

Ademais, não poderíamos deixar de notar, na segunda atitude desenvolvida pelos jovens, os reflexos da realidade onde estão inseridos e que, portanto, estão incorporados à sua prática cotidiana — como as baixas precipitações pluviométricas e a escassez de recursos hídricos característicos do semiárido pernambucano.

A tendência a um comportamento mais individualista é confirmada ainda entre as ações apontadas pelos jovens em relação às suas disposições a contribuir para proteger o meio ambiente. De todas as alternativas, as mais assinaladas pelos pesquisados estão associadas a essa tomada de posição. São elas: 1º – evitar desperdício de água; 2º – realizar a separação do lixo; 3º – reutilizar e reciclar produtos; 4º – comprar lâmpadas que consumam menos energia; 5º – comprar eletrodomésticos que consumam menos energia. Desse modo, as respostas em relação às atividades que demandam empenho e esforço coletivo foram pouco expressivas no conjunto dos resultados apresentados pelos participantes.

Mais uma vez, Loureiro (2010) nos permite refletir sobre isso ao mostrar como, nas discussões sobre a água, dados alarmantes são apresentados, porém, no momento dos encaminhamentos, as ações restringem-se à dimensão pessoal de “redução de consumo e na defesa de um olhar respeitoso, ético, para com a água (inegavelmente válidas, mas reducionistas se vistas como principais determinantes)” (p. 109).

Por fim, os estudantes dos dois municípios responderam: qual problema socioambiental deve ser priorizado pelos governos e pela sociedade como prioritário a ser enfrentado neste século? A maioria dos respondentes, nos dois municípios, afirmaram que seria o desmatamento. No caso das duas regiões (Sertão Central e Sertão do Araripe) onde se encontram localizadas as cidades de Salgueiro e Araripina, a redução da cobertura vegetal de caatinga, retirada para abastecimento de fogo de lenha e das indústrias de gesso, representa um fator de impacto para o meio ambiente local com sérias consequências, como a ampliação do processo de desertificação.

Os resultados da pesquisa apresentam, assim, um cenário preocupante da educação ambiental nas duas escolas de referência do Ensino Médio dos dois municípios mais populosos do Sertão Central e do Sertão do Araripe de Pernambuco. Se de um lado a investigação mostra as escolas, segundo 53,7% da amostra, ausentes do debate sobre os problemas socioambientais de suas respectivas realidades; de outro, com os 46,3% contrários, observa-se na oferta de disciplinas a ambientalização de seu ensino com a presença de áreas que tradicionalmente têm ocupado esse espaço, como é o caso da Geografia e das Ciências Naturais. Porém, como já afirmamos, isso pode revelar uma dinâmica centrada em aspectos físicos e naturais da problematização sobre questões atinentes aos impactos da ação humana sobre o meio ambiente, em detrimento de aspectos sociais.

Nesse sentido, os resultados da investigação apresentados no presente texto nos conduzem a um exercício de reflexão sobre a educação ambiental escolar. Por meio dele, acreditamos que o papel desempenhado por uma contínua autoavaliação de grandes temas (inclusão, educação ambiental, relações étnico-raciais, questão indígena, sexualidade, gênero etc.) e práticas de ensino desenvolvidas no âmbito das escolas poderão colaborar com as instituições educativas no aprimoramento de ações mais exitosas e no planejamento de estratégias capazes de tornar possível o ensino dessas temáticas.

Assim, por exemplo, as escolas, ao conhecerem qual é a “consciência” socioambiental dos jovens, podem direcionar o ensino das disciplinas e das práticas inter, multi e transdisciplinares como canalizadoras de experiências vivenciadas por eles, de modo que percebam os elos constantes que vinculam “os processos ecológicos aos sociais, na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza” (Loureiro, 2007: 66).

Ao orientar-se por essa estratégia, faz-se a opção por uma abordagem que não considere como únicas as dimensões físicas e naturais no processo de análise da problemática ambiental e incorpore uma perspectiva de ensino em que outros aspectos da vida social (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero,

etnia, nacionalidade etc.) possam ser integrados, pois interferem nos fluxos e dinâmicas produzidos na relação sociedade e natureza e explicam as suas diversas formas de apropriação, sendo fundamentais na busca de soluções concretas para o enorme desafio socioambiental pelo qual passa a humanidade no momento, do qual fazem parte as questões atinentes às regiões aqui consideradas.

6. Considerações finais

Tomando como base a percepção dos estudantes, a pesquisa possibilitou entender parte da dinâmica da educação ambiental em escolas de referência do Ensino Médio dos municípios de Araripina e Salgueiro, no Sertão pernambucano. Como resultado, verificamos nas instituições de ensino investigadas o distanciamento da tematização dos problemas socioambientais de suas respectivas regiões.

A realidade estudada comporta, na verdade, uma situação ambígua, pois, se de um lado 53,7% dos estudantes apresentaram esse posicionamento, de outro lado quase metade deles afirmou haver a problematização da temática ambiental realizada nas práticas de disciplinas escolares, com destaque para Geografia e Ciências Naturais. Podemos suspeitar, na incorporação do ensino de temas ambientais a essas disciplinas, a ausente articulação de projetos e atividades de educação ambiental ancoradas em uma abordagem transdisciplinar, necessária ao entendimento da complexidade dos problemas que afetam a natureza e sua relação com as sociedades. Logo, as vivências das temáticas são experimentadas por um viés exclusivamente disciplinar, afetando a compreensão da interação de processos físicos, naturais, sociais e históricos com os quais a questão socioambiental é produzida.

Com isso, podemos intuir que a presença da educação ambiental, quando ocorre nesses ambientes escolares, faz-se, além de na ausência de diálogo entre disciplinas, fora de um projeto mais amplo em que essas instituições possam mobilizar os sujeitos internos e externos à comunidade educativa.

As consequências possíveis desse contexto estão presentes na percepção socioambiental dos estudantes e na disposição a contribuir para a resolução de problemas socioambientais. Nesse aspecto, uma tendência bastante individualista foi verificada nas respostas dadas, fazendo-nos supor que, quando efetuada, a prática de educação ambiental nesses espaços não tem sido capaz de romper com aspirações e entendimentos isolados sobre ações comportamentalistas e salvacionistas nas formas de pensar e agir ante a crise socioambiental.

Sem relegar as dificuldades identificadas na investigação, relativas aos problemas da educação ambiental escolar, não podemos desconsiderar a utilização dos dados e a análise do contexto estudado como um instrumento para subsidiar o

estudo da temática socioambiental nesses espaços, justificando, portanto, a importância da percepção ambiental dos jovens como um caminho para compreender melhor as suas expectativas e o olhar que eles apresentam quanto aos temas socioambientais. Do ponto de vista da escola, identificar os elementos captados por essa percepção pode auxiliar na avaliação do ensino e subsidiar estratégias didáticas e formativas para os professores, além de pontuar questionamentos aos currículos.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- BERNARDES, Maria Beatriz Junqueira; PRIETO, Élisson Cesar. Educação ambiental: disciplina versus tema transversal. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (Remea)*, v. 24, 2013. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/3891/2321>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.795. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012*. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O “ambiental” como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, Lucie; ORELANA, I.; SATO, M. (orgs.). *Textos escolhidos em Educação Ambiental de uma América à outra*. Tomo I. Montreal: ERE UQAM, 2002a, pp. 85-90.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2006. (Coleção Docência em Formação).
- CONDEPE/FIDEM. *Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco*. Banco de dados do Estado. Regiões de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/conteudo_site2.aspx>. Acesso em: 10 set. 2019.
- FALCÃO, Rosa. Na contramão do país, Pernambuco segue rumo ao crescimento de 3%. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 dez. 2014. Caderno de Economia. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/12/12/internas_economia,548760/na-contramao-do-pais-pernambuco-segue-rumo-ao-crescimento-de-3.shtml>. Acesso em: 19 jan. 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2000; 2002.

- GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2004, pp. 25-34.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a Educação Ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza. de (orgs.) *Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidadania*. São Paulo, Cortez, 2002, pp. 179-220.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental*. Petrópolis, Vozes, 2001.
- LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. A educação ambiental como um dos instrumentos de superação da insustentabilidade da sociedade atual. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo, Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1997, pp. 391-408.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo, Cortez, 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; COSSÍO, Maurício Fernando Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental? In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília, Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Unesco, 2007.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília, Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Unesco, 2007.
- _____. A relação teoria-prática na formação de professores em educação ambiental. In: DALBEN, Ângela. et al. (orgs.) *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente: Educação Ambiental Educação em Ciências Educação em Espaços não-escolares Educação Matemática*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010 (Coleção Didática e Prática de Ensino).
- MARIGA, Jandira Turatto. Educação e meio ambiente. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 5, 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsa-emperspectiva/article/view/1435/1165>>. Acesso em: 10 set. 2019.

- NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernando de Carvalho (orgs.). *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e perspectivas*. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.
- OLIVEIRA, Haydée Torres de. Educação ambiental—ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! Conceitos e práticas em educação ambiental na escola. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (coord.). *Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília, Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental; Unesco, 2007.
- SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *Educação ambiental: Pesquisa e prática educativa no Sertão alagoano*. Recife, UFPE, 2011. v. I. 71p.
- _____. Educação ambiental no semiárido nordestino: apontamento de pesquisa e notas sobre prática educativa. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, n. 1, 2012.
- _____. Políticas públicas de juventude e meio ambiente: o que a percepção socioambiental dos jovens pode dizer? *Ciências Sociais Unisinos*, v. 52, n. 2, pp. 214-222, 2016a. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.08/5481>. Acesso em: 10 set. 2019.
- _____. *Juventude e meio ambiente no contexto dos polos de desenvolvimento de Pernambuco*. Recife, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciências Sociais. Relatório de pesquisa, 2016b.
- SILVA, Josenildo de Souza e (org.). *Pernambucal: construção participativa e regional da legislação ambiental de Pernambuco*. Recife, Gráfica Santa Maria, 2010.
- SOFFIATI, Aristides. Repensando a educação ambiental. *Folha da manhã*. Campo/RJ. 10 set. 2016. Blog Outras palavras. Disponível em: <<http://fmanha.com.br/blogs/outras-palavras/2016/09/10/repensando-a-eduacao-ambiental/>>. Acesso em: 17 jan. 2017.
- WEISHEIMER, Nilson. Prefácio – As juventudes e seus sujeitos: trajetórias de estudos e categorias teórico-operacionais. In: SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *As juventudes e seus diferentes sujeitos*. Recife, UFRPE, 2017.
- TRAJBER, Raquel; MENDONÇA, Patrícia Ramos. (org.) *Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental*. Brasília, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para Todos, Série Avaliação; n. 6, v. 23). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmd-downloads/publicacao5.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2011.
- TEIXEIRA, Lucas André; TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos; TALAMONI, Jandira Líria Biscalquini. A teoria, a prática, o professor e a educação ambiental: algumas reflexões. *Revista Olhar de Professor*, v. 14, n. 2, pp. 227-237, 2011. Disponível em: <<http://177.101.17.124/index.php/olhardeprofessor/article/view/3506/2513>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

- TEIXEIRA, Lucas André *et al.* Referenciais teóricos da pesquisa em educação ambiental em trabalhos acadêmicos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação para a Ciência, 6, 2007, Florianópolis. *Anais...* São Paulo, Abrapec, 2007. 1 CD-ROM.
- TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação.* Rio de Janeiro, Quartet, 2007, pp. 177-221

Recebido em: 27/03/2017

Aprovado em: 30/05/2019

Como citar este artigo:

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da e LEITE, Lara Brito. Educação ambiental e jovens em escolas de referência no sertão pernambucano: elementos para dimensionar a prática educativa. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 495-517.

O lugar da Sociologia escolar nos periódicos de estratos superiores (A1, A2 e B1) da área de Sociologia (1996-2017)

Cristiano das Neves Bodart¹

Caio dos Santos Tavares²

Resumo: O presente artigo busca observar a presença da temática “Sociologia escolar” em periódicos classificados como sendo de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de avaliação “Sociologia”, bem como explorar o que vem sendo publicado sobre essa temática. Tal análise se dá por reconhecer as disputas existentes no campo acadêmico por espaços de distinção. A metodologia consistiu no levantamento de todos os periódicos avaliados pelo CAPES como A1, A2 e B1 em Sociologia, seguido da busca, em seus respectivos sites, pela produção sobre “ensino de Sociologia” ou “Sociologia escolar”. Encontrados os artigos, observamos alguns elementos constitutivos dos perfis dos autores. Dentre os resultados encontrados, destacamos que: i) a publicação de artigos sobre o ensino de Sociologia em periódicos de estratos superiores ainda é reduzida, sobretudo em periódicos classificados como A1; ii) predominam autores doutores em Sociologia, graduados em Ciências Sociais e do sexo feminino; iii) há uma participação expressiva de autores que não atuaram como docente do Ensino Básico e; iv) os temas mais recorrentes voltam-se para a formação docente e a história da institucionalização do ensino de Sociologia.

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (PPGS-ICS-UFAL) - Maceió – Brasil - cristianobodart@hotmail.com

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Maceió – Brasil - Bolsista CAPES - caiotavares_@hotmail.com

Palavras-Chave: Ensino de Sociologia. Sociologia Escolar. Estado da Arte. Periódicos. *Qualis*.

The place of school Sociology in higher grade journals (1996-2017)

Abstract: This article seeks to observe the presence of the theme “School sociology” in periodicals classified as being higher grades (A1, A2 and B1) in the area of the evaluation for “Sociology,” as well as exploring what and who have published works on this subject. The analysis takes place by recognizing the existing disputes in the academic field by spaces of distinction. The methodology consisted of a survey of all the journals evaluated by CAPES as A1, A2 and B1 in Sociology, followed by a search, in their respective sites, for the production of “Sociology teaching” or “School sociology”. Having found the articles, we observed some constituent elements in the profiles of the authors. Among the results found, we noted that: i) the publication of articles on Sociology teaching in periodicals of higher grades is still low, especially in periodicals classified as A1; ii) PhD female graduates in Social Sciences are the predominant authors in Sociology; iii) there is a significant participation of authors who did not work as Primary Education teachers and; iv) the most recurrent themes revolve around teacher training and the history of the institutionalization of the teaching of Sociology.

Keywords: Teaching Sociology. School Sociology. State of the art. Journals. *Qualis*.

INTRODUÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A reintrodução da Sociologia escolar no currículo nacional do Ensino Médio, ocorrida com a aprovação da Lei n. 11.864 de 2008, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, gerou grande demanda de professores para atuar nessa disciplina. Como destacaram Bodart e Silva (2016), enquanto que em 2007 haviam 19.776 professores de Sociologia atuando no Ensino Básico, em 2016 esse número era de 55.658. Com a crescente demanda de professores, houve uma ampliação de cursos de licenciatura em Ciências Sociais (Oliveira, 2015), o que parece ter estimulado diversos pesquisadores a tomar o ensino dessa disciplina por objeto de estudo. Como afirmou Ileizi Luciana Fiorelli Silva (Silva; Bodart, 2016: 235), “seria difícil sustentar uma temática como ‘ensino de Sociologia’ se a disciplina não estivesse sendo ensinada”.

Nos últimos anos, algumas pesquisas (Oliveira, 2015; Ferreira; Oliveira, 2015; Bodart; Cigales, 2017) vêm apontando para uma provável configuração de um subcampo de pesquisa bem específico. Assim, buscando identificar as configurações

desse subcampo de estudo, tem havido um esforço direcionado a mapear a produção de dossiês sobre o ensino de Sociologia (Bodart; Souza, 2017), de teses e dissertações (Handfas, 2011; Handfas; Maçaira, 2015; Bodart; Cigales, 2017), de livros coletâneas sobre a referida temática (Eras; Oliveira, 2015), de Grupos de Pesquisas registrados no CNPq voltados ao ensino de Sociologia (Neuhold, 2015) e Grupos de Trabalhos (GTs) no Congresso Brasileiro de Sociologia (Neuhold, 2016; Oliveira, 2016; RöWer, 2016). Todos esses estudos indicam uma ampliação significativa de publicações e pesquisas em torno da temática. Contudo, há na comunidade acadêmica brasileira o entendimento de que existem espaços mais “nobres” e espaços “menos nobres” para se publicar uma pesquisa: referimo-nos às revistas classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) por meio do sistema de avaliação *Qualis-Periódicos* como sendo de estratos superiores e inferiores, respectivamente. Por estratos superiores entende-se os periódicos classificados como A1, A2 e B1, no caso da Sociologia. Os períodos classificados como B2, B3, B4 e B5 integrariam os estratos inferiores, não computando pontos para a avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

O *Qualis-Periódicos* é um sistema de classificação de periódicos acadêmicos com a finalidade de avaliar a produção do corpo docente dos programas brasileiros de pós-graduação *stricto sensu*, tornando-se, no meio acadêmico, uma prática de estratificação distintiva³ de revistas com base no *Qualis* atribuído ao periódico. Ausência de outros indicadores faz com que seja esse sistema praticamente o único critério considerado pela comunidade acadêmica no julgamento valorativo dos periódicos. Tal julgamento se dá por um conjunto de circunstâncias, dentre elas o fato de que para atuar em programas de pós-graduação quase sempre o critério de credenciamento e descredenciamento é o número de artigos publicados em periódicos de estratos superiores, além de tais publicações geralmente terem maior peso em diversos tipos de concursos (para obtenção de bolsas de pesquisas, inclusão como pesquisador do CNPq, concurso público de carreira de magistério etc.). Tais circunstâncias induz uma “corrida” à publicação nessas revistas, o que as tornam mais seletivas em relação aos artigos a serem publicados.

Baseados na necessidade de compreender as configurações do subcampo de pesquisa “ensino de Sociologia”, buscamos no presente artigo observar a presença dessa temática em periódicos de língua portuguesa avaliados pelo *Qualis-Periódicos* que disponibilizam gratuitamente seu conteúdo na *internet* e estejam classificadas no grupo de revistas de estratos superiores (A1, A2 e B3) na área

3 É rotineiro editais darem peso maior ou menor a um artigo de acordo com o periódico que o publicou. Na pós-graduação, por exemplo, é comum ser considerado como critério de credenciamento e descredenciamento o número de artigos publicados em revistas de alto estrato (A1, A2 e B1).

de Sociologia. É importante não olvidar que os critérios de avaliação *Qualis*-Periódicos são específicos para cada área.

No quadriênio 2013-2016, para um periódico ser classificado como B1 na área de Sociologia, deveria,

- (a) ser publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguintes; (b) Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março do ano seguinte; (c) Disponibilidade em pelo menos um dos indexadores ou bases de dados do tipo SciELO e Redalyc, do tipo SCOPUS, Sociological Abstracts, EBSCO, International Bibliography of the Social Science, Institut d'Information Scientifique et Technique, Current Contents/Social & Behavioral Sciences, Social Science Citation Index (SSCI), Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/Policy & Development Abstracts, Latin American American Periodicals Tables of Contents, MLA International Bibliography, LatinIndex e correspondentes internacionais; (d) Publicar pelo menos 18 artigos (inclusive resenhas, entrevistas) por volume; (e) Publicar pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos quatro instituições diferentes daquela que edita o periódico, por volume; (f) Periodicidade mínima semestral. Quando não estiver nos indexadores Scielo, Redalyc, Lainindex e correspondentes internacionais – apenas para periódicos da área de Sociologia e Ciências Sociais, além do especificado acima, com exceção do item (c): 1 - Cerca de 75% dos artigos no ano devem ser originais resultantes de pesquisa científica e/ou significativas para a área específica do periódico (sociologia e ciências sociais); 2- A revisão e a aprovação das contribuições devem ser realizadas por pares. A revista deve especificar formalmente qual o procedimento seguido para a aprovação de artigos. É obrigatória a indicação das principais datas do processo de arbitragem, incluindo as datas de recepção e de aprovação; 3- A composição do conselho editorial do periódico deve ser pública. Seus integrantes devem ser especialistas reconhecidos, de origem nacional e internacional, devidamente identificados na publicação, evitando a concentração institucional; 4 - Periodicidade, pontualidade e fluxo regular de contribuições publicadas,

com no mínimo 10 artigos publicados por ano, sendo 24 o número desejado; 4 - Ter pelo menos 4 números publicados recentemente (no triênio); 5 - Os artigos devem apresentar título, resumo e palavras-chave em português e em inglês e informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país; 6 - O periódico deve especificar a(s) norma(s) seguida(s) para a apresentação e estruturação dos textos, e para a apresentação de referências bibliográficas e descritores, tal como ABNT, ISO, Vancouver e similares; 7 - A filiação institucional dos autores deve ser diversificada e evitar a concentração institucional (pelo menos 70% de autores externos ao programa que edita a revista em um ano), 8 - É desejável que esteja em formato open access (OA). Para classificação em B1, poderá ser considerado, ainda, o Índice H/Google Acadêmico nos estratos superiores, com ponto de corte equivalente ao segundo quartil superior (QUALIS-PERIÓDICO/SOCIOLOGIA, quadriênio 2013-2016).

Para ser classificado e incluído no estrato B1 na área de Sociologia, deveria

(a) ser publicado por instituição com Pós-Graduação stricto sensu, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área, ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa, ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou financiamento estatal com avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional distinto daqueles especificados nos estratos seguintes; (b) Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março; (c) Disponibilidade em pelo menos dois indexadores e/ou bases de dados como SciELO, Redalyc, SCOPUS, Sociological Abstracts, EBSCO, International Bibliography of the Social Science, Institut d'Information Scientifique et Technique, Current Contents/Social & Behavioral Sciences, Social Science Citation Index (SSCI), Anthropological Index, Linguistics and Behavior Abstracts, Social Planning/Policy & Development Abstracts, Latin American American Periodicals Tables of Contents, MLA International Bibliography, LatinIndex e correspondentes internacionais (d) Periodicidade mínima semestral; (e) Publicar pelo menos 18 artigos (inclusive resenhas, entrevistas) por ano; (f) Publicar pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos cinco instituições diferentes daquela que edita o periódico por volume; (g) Publicar pelo menos um artigo, por volume, com autores ou coautores filiados a instituições estrangeiras. Para classificação em A2, poderá ser considerado, ainda, o Índice H/Google Acadêmico nos estratos superiores, com ponto

de corte equivalente ao terceiro quartil superior (QUALIS-PERIÓDICO/SOCIOLOGIA, quadriênio 2013-2016).

Os periódicos classificados como A1 em Sociologia assim foram descritos pelo documento de avaliação:

Periódicos que atendam todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2 e, somando-se a isso, tenham presença em pelo menos três indexadores internacionais listados para o estrato superior; sendo um deles, obrigatoriamente: SciELO, Redalyc, Scopus, ou Social Science Citation Index (SSCI). Consideramos, ainda, periódicos A1 aqueles que tenham JCR e atendam os critérios já mencionados. Para classificação em A1, poderá ser considerado, ainda, o Índice H/Google Acadêmico nos estratos superiores, com ponto de corte equivalente ao quarto quartil superior (QUALIS-PERIÓDICO/SOCIOLOGIA, quadriênio 2013-2016).

A opção por observar os periódicos avaliados na área de Sociologia se dá pelo tema “ensino de Sociologia” e “Sociologia escolar” ter sido historicamente periférico no interior dessa área (Moares, 2003), sendo necessário averiguar se é uma situação que ainda persiste, mesmo após a introdução da Sociologia como componente curricular obrigatório.

Adotamos aqui algumas contribuições da Teoria do Campo, de Pierre Bourdieu (2011; 2013), a fim de observar as publicações como disputas por capitais simbólicos no interior do campo acadêmico.

O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (Bourdieu, 2003b: 145).

A presença de um tema no interior de espaços prestigiados, como os periódicos de estratos superiores, é sinal de que esse possui distinção e, consequentemente, seus autores prestigiados. Por campo social entendemos as esferas sociais dotadas de regras próprias, relativa autonomia em relação às demais esferas e capitais simbólicos que geralmente só têm valor em seu interior (Bourdieu, 2003a; 2011), sendo “lugares de relação de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas” (Bourdieu, 2004: 27).

Os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento das revistas brasileiras de língua portuguesa disponibilizadas em acesso aberto na *internet* e

avaliadas no quadriênio 2013-2016 pelo sistema *Qualis-Periódicos* como sendo pertencentes aos estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de Sociologia⁴, o que se deu por meio do acesso ao site Sucupira⁵.

Após o levantamento de todos os periódicos disponibilizados em acesso aberto na *internet* e classificados na área de Sociologia como integrantes desses estratos, selecionamos os brasileiros, em português e com acesso aberto. Feita essa triagem, dirigimo-nos a cada um dos *sites* dos periódicos selecionados, tendo por objetivo identificar em quais revistas os artigos sobre “Sociologia escolar”⁶ vêm sendo publicados. Para tanto, utilizamos os seguintes descritores: “ensino de Sociologia”, “aula Sociologia”, “professor Sociologia”, “livro didático Sociologia”, “formação Sociologia”, “ensino Ciências Sociais”, “aula Ciências Sociais” e “Sociologia escolar”. O recorte temporal se deu por termos encontrado a primeira ocorrência em 1996 até o momento da coleta dos dados, entre os dias 01 a 04 de dezembro de 2017. Consideramos apenas os artigos que trataram sobre a Sociologia escolar⁷.

A Tabela 1 demonstra o número de periódicos em cada um dos três estratos, o número de periódicos acadêmicos selecionados para a presente pesquisa e o volume de artigos identificados.

Tabela 1 – Levantamento quantitativo das revistas *online* de estratos superiores (A1, A2 e B1) e delimitação do volume de periódicos analisados (2017).

Estratificação/ QUALIS na área de Sociologia	Ocorrências de periódicos no site dos Sistema Qualis	Número de Periódicos ⁽¹⁾	Número de Periódicos selecionados ⁽²⁾	Nº de artigos sobre “Sociologia escolar”
A1	87	58	29	03
A2	123	97	60	31
B1	197	153	71	31
Total	407	308	159	65

Notas: ⁽¹⁾Desconsideradas as revistas que aparecem repetidas por terem versões *online* e impressa ou que, por razões desconhecidas, aparecem mais de uma vez na avaliação do sistema *Qualis*. ⁽²⁾Foram desconsideradas as revistas estrangeiras.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira (2017).

-
- 4 Consideramos qualquer periódico que estivesse classificado como estrato superior em Sociologia, isso por considerar que ainda que não se tratando de uma revista de Sociologia, esta publica trabalhos dessa área de conhecimento, o que justifica sua avaliação na área de Sociologia.
- 5 Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acessado em: 11 set. 2019.
- 6 Chamamos aqui de “Sociologia escolar” a disciplina de Sociologia ofertada no Ensino Básico brasileiro.
- 7 Denominamos “Sociologia escolar” a disciplina ensinada no Ensino Básico intitulada “Sociologia”, cujos conteúdos envolvem abordagens sociológicas, antropológicas e da Ciência Política.

Com base na Tabela 1, observa-se: i) 51,6% dos periódicos classificados nos estratos superiores em Sociologia possuem acesso aberto, são brasileiros e publicam artigos em português, sendo esses objetos de análise na presente pesquisa e; ii) o número de artigos sobre a Sociologia escolar publicados até o momento é de 65 trabalhos; não consideramos editoriais, entrevistas e resenhas, isso por não possuir o mesmo valor distintivo no interior do campo acadêmico.

Identificadas as revistas e os artigos, debruçamo-nos sobre outros aspectos relacionados aos periódicos, aos artigos e aos autores, como indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Elementos observados das revistas brasileiras de acesso aberto, dos artigos e dos autores em estudo.

	Revista	Autor	Artigo
Elementos observados	Nome e ISSN	Nome completo	Ano de publicação (volume e número)
	Local (cidade e estado)	Graduação/Modalidade	Título do artigo
	Instituição	Titulação no ano que publicou o artigo	Temática abordada no artigo de Sociologia escolar
	Vínculo com programa de pós-graduação	Titulação atual	Número de autores
		Área de maior titulação	
	Qualis em Sociologia no ano no quadriênio 2013-2016	Vínculo com a pós-graduação quando publicou o artigo	
	Número de documentos em geral publicados	Vínculo atual com a pós-graduação	
	Número de artigos publicados sobre Sociologia escolar	Experiência com o ensino de Sociologia no Ensino Básico	

Fonte: Elaboração própria.

Alcançado o levantamento dos dados que julgamos necessários, demonstrando no Quadro 1, realizamos diversas análises no intuito de compreender de que forma a temática “Sociologia escolar” (ou ensino de Sociologia) está inserida nos periódicos de estratos superiores.

1. A “SOCIOLOGIA ESCOLAR” NOS PERIÓDICOS BRASILEIROS DE ESTRATOS SUPERIORES

Na presente seção, buscamos compreender de que forma a temática “ensino de Sociologia” (ou “Sociologia escolar”)⁸ encontra-se presente no conjunto

⁸ O subcampo de pesquisa, embora envolvendo uma ampla abordagem da “Sociologia escolar”, como seu ensino, pesquisas, formação profissional, mercado de trabalho etc., é recorrentemente denominado “ensino de Sociologia”. Por esse motivo, adotamos aqui ambos os termos.

de periódicos dos estratos superiores da área de Sociologia, para, em seguida, observar quais são as temáticas mais presentes, bem como qual o perfil dos autores desses artigos.

1.1 Os periódicos

Como mencionado anteriormente, alguns esforços vêm sendo despendidos no intuito de compreender os espaços que a temática “Sociologia escolar” vem ocupando, sendo isto utilizado como termômetro para a compreensão do valor dado à temática no interior do campo acadêmico.

Nessa direção, buscando identificar o espaço ocupado pela produção acadêmica em torno da Sociologia escolar nos periódicos de estratos superiores na área de Sociologia, realizamos o levantamento dos periódicos que publicaram artigos sobre a temática. A Tabela 2 apresenta alguns dados iniciais.

Tabela 2 – Número de periódicos brasileiros *on-line* do estrato superior que publicaram um ou mais artigos sobre a “sociologia escolar” (ou “ensino de sociologia”), número de edições desses periódicos e volume de artigos publicados, Brasil, 1996-2017

Estratificação/ Qualis em Sociologia	Nº de Periódicos que publicaram artigos sobre a Sociologia escolar	Nº de edições já publicadas pelo periódico	Artigo publicados sobre a Sociologia escolar
A1	3	234	3
A2	6	256	31
B1	8	227	31
Total	17	717	65

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *site* Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

A Tabela 2 nos proporciona uma visão geral do “tamanho do espaço” que foi ocupado, até o momento, pela temática “Sociologia escolar” nos periódicos de classificação A1, A2 e B1 em Sociologia, considerados como pertencentes aos estratos superiores.

Os dezessete periódicos que publicaram artigos sobre a temática “Sociologia escolar” juntos lançaram 717 edições. Se distribuíssemos os artigos pelo volume de edições, 90,9% delas não teriam nenhum artigo que tratasse da Sociologia escolar. Se considerarmos apenas as revistas do estrato A1, essa

ausência seria de 98,7%. Esses dados mostram que o volume de publicações em periódicos de estrato superior ainda é bem reduzido. Não podemos olvidar que existem, nos estratos superiores de Sociologia, 159 periódicos brasileiros *online* e a presença de artigos sobre a Sociologia escolar é reduzida até no interior das 17 revistas que publicaram algum artigo sobre essa temática. Dito isto, podemos inferir, nos termos de Bourdieu (2011), que os artigos sobre o ensino de Sociologia ainda não estão em uma disposição social privilegiada no campo acadêmico, o que reflete também no prestígio social dos pesquisadores dessa temática.

Com relação ao estrato A1, nota-se que apenas 3 artigos foram publicados em 3 periódicos, dos 29 periódicos brasileiros *online* existentes nesse estrato. Considerando que tais revistas publicaram 234 edições, notamos uma quase ausência da temática nesse estrato. Ou seja, observa-se que no conjunto de periódicos A1 a temática praticamente não demonstra ter ocupado espaço de distinção social, e que mesmo no interior dos periódicos que já tenham publicado algum artigo sobre o assunto sua presença é ínfima.

Observando as revistas classificadas como A2, a situação não muda muito, embora o número de trabalhos publicados seja maior, 31 artigos. Contudo, dos 66 periódicos brasileiros *online* existentes nesse estrato, apenas em 6 deles encontramos artigos sobre a Sociologia escolar. Fato esse que demonstra que são poucas revistas que vêm contribuindo para a divulgação do que se produz nesse subcampo de estudo. O mesmo ocorre no estrato B1, porém, a participação de periódicos no conjunto de espaços de publicação foi um pouco maior, 8.

A Tabela 3 destaca os periódicos que publicaram artigos sobre a Sociologia escolar, assim como seu estrato, instituição e número de artigos publicados sobre o tema em questão.

Tabela 3 – Periódicos brasileiros *on-line* do estrato superior que publicaram artigos sobre a Sociologia escolar, Brasil, 1995-2017

Periódico	Qualis em Sociologia	Instituição	Nº de artigos publicados sobre a Sociologia escolar
Revista de Ciências Sociais CIVITAS	A1	PUC-RS	1
Sociedade e Estado		UnB	1
Tempo Social		USP	1

Periódico	Qualis em Sociologia	Instituição	Nº de artigos publicados sobre a Sociologia escolar
Ciências Sociais UNISINOS	A2	UNISINOS	9
Revista Brasileira de Sociologia		SBS	9
Cadernos CEDES		UNICAMP	6
Educação e Realidade		UFRGS	5
Contemporânea		UFSCAR	1
Revista Brasileira de Educação		ANPED	1
Mediações	B1	UEL	13
<i>Política & Sociedade</i>		UFSC	6
Revista de Ciências Sociais		UFC	4
Estudos de Sociologia		UFPE	3
Revista TOMO		UFS	2
<i>Interseções</i>		UFRJ	1
Novos Cadernos NAEA		UFPA	1
Revista Pós Ciências Sociais		UFAM	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros on-line de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Observando a Tabela 3, torna-se evidente que: i) poucas são as revistas que publicaram artigos sobre a Sociologia escolar; ii) na medida que o estrato é mais elevado reduz-se o número de revistas que publicaram artigos sobre a temática em questão e; iii) destacam-se o papel das revistas Mediações (13 artigos), Ciências Sociais UNISINOS (09 artigos) e a Revista Brasileira de Sociologia (09 artigos) na divulgação de pesquisas sobre a Sociologia escolar. É importante destacar que esses artigos publicados nessas revistas são fruto de dossiês sobre o ensino de Sociologia⁹, estratégia adotada pelos atores para disputar espaço de distinção social no interior do campo acadêmico.

⁹ Os dossiês foram os seguintes: Revista Brasileira de Sociologia (v. 2, n. 3, 2014); Ciências Sociais UNISINOS (v. 51, n. 3) e; Mediações (v. 12, n. 1).

Das 17 revistas que publicaram um ou mais artigos sobre a Sociologia escolar, 15 estão vinculadas a programas de pós-graduação *stricto sensu* e duas ligadas a entidades organizadas, mais especificamente à Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Ainda que estando, no presente artigo, em análise apenas artigos classificados nos estratos superiores na área de Sociologia, buscamos observar a vinculação de tais periódicos aos programas dessa área. O que pode, em certa medida, ajudar-nos a compreender o *status* da Sociologia escolar no interior dos programas de Sociologia. A Tabela 4 destaca os dados encontrados.

Tabela 4 – Vínculos dos periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores da área de Sociologia que publicaram um ou mais artigos em torno do tema Sociologia escolar e/ou ensino de Sociologia, Brasil, 1996-2017

Área da pós-graduação na qual o periódico se vincula	Número de periódicos
Sociologia	7
Ciências Sociais	6
Educação	3
Multidisciplinar	1
Total	17

Fonte: Elaborado pelos autores com base no *site* Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Identificamos que, dos 17 periódicos classificados como pertencentes aos estratos superiores da avaliação *Qualis*, 13 estão vinculados a programas de Pós-graduação *stricto sensu* de Sociologia e Ciências Sociais. Ainda que apenas 3 periódicos estivessem vinculados a programas de Educação, esse parece ser um indicador de que, se analisados os periódicos dos estratos superiores da área em Educação, talvez venhamos a constatar que se trata de uma importante área na colaboração na difusão das pesquisas sobre o ensino de Sociologia. Tal hipótese não é aqui testada, mas indicamos ser um levantamento que merece ser realizado em pesquisas futuras. O fato é que o jogo de disputa por capitais simbólicos demanda estratégias diversas, inclusive buscar acessar espaços distintivos por meio de diversos caminhos, como periódicos de áreas afins ou por meio de organização de dossiês.

Buscamos observar a regionalização desses espaços ocupados pela produção do subcampo de pesquisa ensino de Sociologia. A Tabela 5 apresenta a regionalização dos periódicos que publicaram artigos sobre a Sociologia escolar.

Tabela 5 – Regionalização dos periódicos brasileiros *online* classificados nos estratos A1, A2 e B1 no sistema *Qualis*, na área de Sociologia, e suas distribuição por estados e Regiões brasileiras, Brasil, 1996-2017.

Regiões	Estados	Nº de artigos publicados	Total de artigos por Região	% Univ. públicas da Região em relação ao Brasil	Participação do total (%)	Variação proporcional ao percentual de Univ. Públicas do Brasil
SUL	PR	13	34	22,0	52,3	> 30,3
	SC	06				
	RS	15				
CENTRO-OESTE	DF	10	10	08,2	15,3	>7,1
NORTE	PA	01	01	13,7	01,5	<12,2
SUDESTE	RJ	02	10	32,1	15,3	<16,8
	SP	08				
NORDESTE	MA	01	10	27,5	15,3	<12,2
	CE	04				
	PE	03				
	SE	02				
BRASIL		65	65	100	100	

Nota: ainda que se trata de periódicos *online*, consideramos seus vínculos institucionais.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Em um extremo, é notória a participação da Região Sul, do outro, observa-se a pouca participação da Região Norte. Considerando que a revista da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) publicou 10 artigos a partir do Centro-Oeste, deixa-nos claro que em tal Região a contribuição das instituições de ensino e pesquisa foi ínfima. Em relação aos espaços utilizados para a publicação de artigos sobre a Sociologia escolar, destacam-se a participação da Região Sul, com mais da metade do volume total, sobressaindo o Paraná, por meio da revista

Mediações, com 13 artigos publicados, e o Rio Grande do Sul, com a revista Ciências Sociais UNISINOS, com 9 artigos. Diferentemente do que foi observado por Bodart e Cigales (2017), ao analisar a concentração das instituições do Sudeste e do Sul à abertura de espaço para a temática em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, notamos, considerando a localização dos periódicos, uma concentração apenas na Região Sul do Brasil.

Considerando a proporcionalidade de universidades públicas, a participação da Região Sul torna-se ainda mais destacada, ficando proporcionalmente o Sudeste e o Norte, respectivamente, com as maiores e menores participações.

Observamos uma ínfima participação da Região Norte, com apenas um artigo publicado em periódico de estrato superior, o que corrobora com os apontamentos de Bodart e Souza (2017) de que, durante o período de 2007 a 2017, não havia sido publicado nenhum dossiê sobre o ensino de Sociologia em revistas daquela Região, nem autores vinculados academicamente a uma instituição do Norte haviam publicado artigo no conjunto dos 24 dossiês, os quais possuíam ao todo 199 artigos. Nesse mesmo trabalho, Bodart e Souza ressaltaram a maior participação da Região Sul na publicação de dossiês sobre a Sociologia escolar. Eras (2014), ao observar os livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia, também não encontrou a participação de organizadores da Região Norte do Brasil. Röwer (2016), ao analisar os artigos apresentados no GT de ensino de Sociologia do Congresso da SBS, entre 2005 a 2015, observou que a participação de autores das Regiões Norte e Centro-Oeste foi bem reduzida, sendo, respectivamente, 3,9% e 3,2%.

O fato é que ocupar espaços nos periódicos dos estratos superiores é proporcionar, nos termos de Bourdieu (2011), distinção ao tema publicado; isso começa a ser feito apenas recentemente em se tratando de ensino de Sociologia, mais especificamente após a reintrodução da disciplina no Ensino Médio, em 2008.

1.2 Os autores

Observados os espaços de publicação de artigos sobre a Sociologia escolar, passamos agora a desvelar o perfil dos autores que vêm publicando trabalhos sobre essa temática em periódicos de estratos superiores na área de Sociologia. Ao todo, do conjunto de 65 artigos publicados, encontramos a participação de 79 pesquisadores/autores (sendo 96 autorias)¹⁰.

Quanto à graduação dos autores, cinco não indicam a formação. Dentre os demais, 85,1% são formados em Ciências Sociais. Essa predominância também

¹⁰ Para maior detalhamento dos nomes dos autores com trabalhos mais citados em artigos publicados em periódicos de estrato superior e outras variáveis não exploradas neste artigo, ver Bodart e Tavares (2018).

foi destacada por Oliveira (2016) ao examinar o perfil dos autores que apresentaram artigos no Grupo de Trabalho (GT) de ensino de Sociologia do Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), entre 2005 a 2015, em que constatou que 87,9% dos autores tinham formação inicial em Ciências Sociais. No caso desta pesquisa, dos 63 graduados em Ciências Sociais, apenas 44 indicaram no currículo *Lattes* o tipo de graduação (licenciatura ou bacharelado). Desses, 34 são licenciados, sendo 42,5% do total dos autores. Infelizmente, a ausência de informações nos currículos dos autores não nos permite inferir conclusões precisas, apenas desvelando que, como esperávamos, os autores são, em sua grande maioria, formados em Ciências Sociais.

Quanto à participação dos autores por sexo, nota-se que 56,2% são do sexo feminino e 43,7% do sexo masculino. Essa composição é muito próxima daquela identificada por Bodart e Souza (2017), ao observar a composição dos autores que publicaram nos dossiês de ensino de Sociologia entre 2007 e 2017, cuja composição era de 53,65% do sexo feminino e 46,35% do sexo masculino. Essa predominância de autores do sexo feminino também foi apontada por Bodart e Cigales (2017) ao observarem a composição sexual de autores de teses e dissertações defendidas no Brasil sobre a Sociologia escolar. Na referida pesquisa, a presença masculina como autor de dissertações era de 37,2% e nas teses de apenas 15,3% (BODART; CIGALES, 2017). Considerando a presente pesquisa e as demais aqui mencionadas, inferimos que há uma participação maior de mulheres autoras de pesquisas sobre a Sociologia escolar (ou “ensino de Sociologia”), o que pode ser explicado pela histórica desvalorização do tema “educação”, muitas vezes visto pela comunidade acadêmica como menos importante, como destacou Moraes (2003; 2011).

A Tabela 6 apresenta titulação acadêmica dos autores dos artigos publicados nos periódicos de estratos superiores.

Tabela 6 – Titulação acadêmica dos autores na época da publicação dos seus respectivos artigos em periódicos brasileiros *online* classificados em estratos superior, Brasil, 1996-2017.

Titulação/Área	Nº autores
Doutorado em Sociologia	27
Doutorado em Educação	11
Doutorado em Ciências Sociais	6
Doutorado em Ciéncia Política	2
Doutorado outros	8
Total de doutores	54

Titulação/Área	Nº autores
Mestrado em Educação	8
Mestrado em Sociologia	5
Mestrado em Ciência Política	2
Mestrado em Ciências Sociais	2
Mestrado em Sociologia Política	1
Total de mestres	18
Graduados	8
Não identificados	1
Total	81

Nota: Uma autora foi computada duas vezes por ter publicado artigos em período no qual tinha titulações diferentes (mestrado no primeiro artigo publicado e doutorado no segundo). Os demais autores foram contados apenas uma única vez.

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Observamos que 66,6% dos autores tinham, na data de publicação de seus artigos, o título de doutor. 22,2% tinham o título de mestre e apenas 9,8% eram graduados, esses últimos coautores. Bodart e Souza (2017), observando os autores que publicaram artigos nos dossiês sobre ensino de Sociologia entre 2007 a 2017, destacaram algo muito próximo, indicando que 58,7% eram doutores na data de publicação do dossiê, 26,2% eram mestres e 15,3% graduados. A diferença mais substantiva das duas pesquisas está na participação de graduados, o que já esperávamos, sobretudo porque periódicos de estratos superiores são mais procurados por professores doutores que estão vinculados à pós-graduação *stricto sensu*¹¹, alguns chegando a vetar a participação de não doutores como autor. Essa prática parece fazer parte de uma estratégia de manutenção do lugar privilegiado ocupado por esses periódicos no interior do campo acadêmico.

Bodart e Cigales (2017), ao averiguar as teses e dissertações sobre ensino de Sociologia defendidas no Brasil, notaram que 48,1% eram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Educação e 47,8% na área de Ciências Sociais

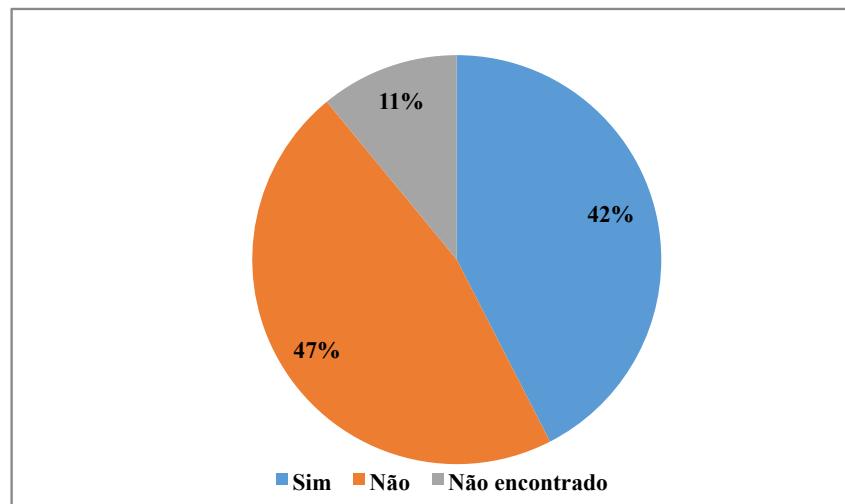
¹¹ Na avaliação quadrienal realizada pela CAPES dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, o volume de artigos publicados em revistas classificadas nos estratos superiores é considerado na atribuição da nota, o que leva os professores vinculados aos programas de pós-graduação a publicar nesses periódicos. Há periódicos que não aceitam artigos produzidos por autores sem a titulação de doutor, ao menos como primeiro autor.

(Programas de Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia Social, Sociologia Política, Sociologia e Antropologia e Ciência Política). A situação identificada por Handfas e Maçaira (2015), de que os trabalhos estavam concentrados, até o ano de 2012, prioritariamente nos programas de pós-graduação em Educação, não ficou clara no levantamento de Bodart e Cigales (2017), o qual envolveu os trabalhos defendidos até o ano de 2017.

Assim como maior parte dos organizadores de livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia tinham doutorado em Sociologia, seguidos de doutores em Educação (ERAS, 2014), maior parte dos autores de artigos publicados em periódicos de estratos superiores são doutores em Sociologia (33,3%), seguidos de doutores em Educação (13,5%). Essa configuração pode, em certa medida, ser explicada pela tendência de doutores em Sociologia estarem mais próximos aos periódicos avaliados na área de Sociologia e por ser mais distintivo para tais doutores ocupar espaços em periódicos de suas áreas.

Buscamos também averiguar o percentual de autores vinculados como docentes de programas de pós-graduação. Os dados encontrados são apresentados no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Vínculo dos autores como docentes de programa de pós-graduação *stricto sensu* na época que publicaram os seus respectivos artigos em periódicos brasileiros online classificados nos estratos superiores na área de Sociologia, Brasil, 1996-2017.



Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros on-line de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Observa-se que 42% dos autores eram professores de programas de pós-graduação *stricto sensu* e 47% não eram. Isso indica que, embora a diferença seja pequena, os pesquisadores ainda não vinculados à pós-graduação tiveram uma participação maior no volume de artigos publicados sobre ensino de Sociologia. Esse dado pode ser, em parte, explicado pela escassez de linhas de pesquisas destinadas a essa temática. A escassez de linhas de pesquisas sobre ensino de Sociologia nos programas de pós-graduação ocorre porque “necessita-se de maturação para que mais programas possam estruturar linhas ou tópicos, ou ementas que deem conta dos fenômenos relativos ao ensino da Sociologia” (Silva; Bodart, 2016: 237).

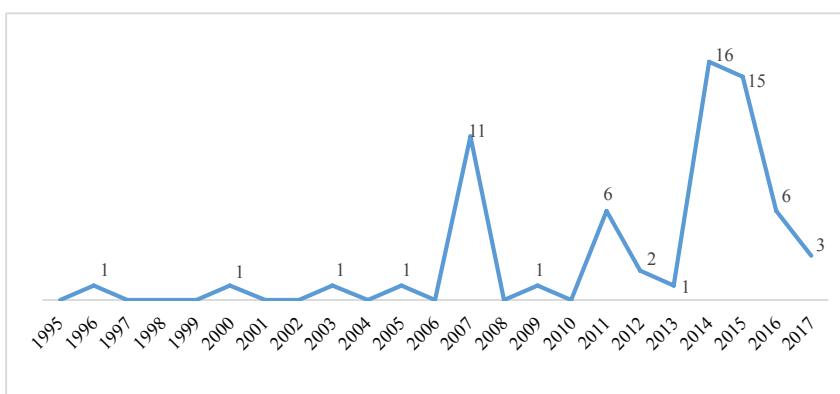
Buscando observar se os autores já tinham, até a data da publicação do artigo, tido experiência como docente do Ensino Básico, identificamos que 63% não havia atuado como docente no Ensino Básico até a data de publicação de seus artigos. Apenas 30% já havia atuado nesse nível de ensino como docente¹². Esses dados mostram uma importante participação, no volume de publicação, de pesquisadores que nunca atuaram como docente no Ensino Básico. Diferentemente da afirmação de Moraes (2003: 6) de que “não é possível separar sujeito e objeto porque são sempre professores envolvidos com o ensino de sociologia”, encontramos na presente pesquisa uma maior participação de pesquisadores que nunca haviam atuado no Ensino Básico, fato que indica uma ampliação do interesse da comunidade científica para além dos pesquisadores que se dedicam ao tema por proximidade profissional do objeto. Porém, não podemos olvidar que ainda que esses autores não tenham atuado na educação básica, são professores, ainda que do Ensino Superior; fato que os aproxima da temática do ensino.

1.3 Os artigos

As diversas pesquisas (Handfas, 2011; Handfas; Maçaira, 2015; Eras; Oliveira, 2015; Bodart; Cigales, 2017; Bodart, Souza, 2017; Neuhold, 2015; Neuhold, 2016) que buscaram compreender parte da configuração do subcampo de pesquisa “ensino de Sociologia” destacaram que os avanços são recentes, sobretudo a partir do ano de 2008. Por esse motivo, buscamos observar a evolução do volume da produção de artigos nas revistas de estratos superiores avaliadas na área da Sociologia. O Gráfico 2 apresenta esses dados:

¹² Destacamos que 7% dos autores não tinham seus currículos disponibilizados na plataforma Lattes no período da coleta de dados para a presente pesquisa.

Gráfico 2 – Evolução do número de artigos publicados em periódicos brasileiros online de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de Sociologia, Brasil, 1996-2017



Fonte: Elaborado pelos autores com base no *site Sucupira* e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

Os dados expostos nesta pesquisa também indicam uma ampliação de publicações de artigos publicados nas revistas de estratos superiores a partir do ano de 2007, embora com algumas oscilações. O primeiro artigo foi publicado em 1995. De 1995 a 2006, observamos a publicação de apenas 4 artigos. Os demais 61 artigos foram publicados nos últimos dez anos, corroborando as indicações das outras pesquisas que objetivaram compreender o comportamento das publicações desse subcampo de pesquisa. Como destacado por outras pesquisas (Handfas; Maçaira, 2015; RöWer, 2016; Bodart; Cigales, 2017; Bodart, Souza, 2017), os recentes ganhos da Sociologia escolar geraram impactos direto e imediato na constituição do subcampo de pesquisa conhecido como “ensino de Sociologia”. Dentre os ganhos recentes, destacamos: i) a reintrodução da Sociologia no Ensino Médio, em 2008; ii) o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), regulamentado em 2010; iii) a inclusão da Sociologia, a partir de 2012, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); iv) existência de eventos nacionais e internacionais com espaços para a discussões do tema ensino de Sociologia; v) a publicação de livros coletâneas (Eras, 2014; Eras; Oliveira, 2015); vi) ampliação de Grupos de Pesquisa registrados no CNPq (Neurol, 2014; Neurol, 2015) e; vii) a organização de diversos dossiês voltados à Sociologia escolar (Cigales, Bodart, 2016; Bodart; Souza, 2017). Esses eventos e programas certamente estimularam a

publicação de pesquisas que se materializaram em artigos publicados em periódicos de estratos superiores na área da Sociologia. Tais eventos também contribuem para promover distinção ao tema e colaborar na sua presença em periódicos de estratos superiores.

Como já demonstrado, três (03) artigos foram publicados em periódicos classificados como A1 e sessenta e dois (62) publicados em periódicos A2 e B1, sendo 31 em cada um desses últimos estratos. É notória a presença ínfima de artigos no estrato A1, o que é um indicador de que o tema não vem marcando presença nesse grupo de periódicos.

Dos 65 artigos, 38% foram resultados de colaborações entre autores, tendo sido 32% publicados por dupla autoria e 6% por tripla autoria. 62% dos artigos foram produzidos individualmente. Esses dados demonstram uma relativa colaboração (37% dos trabalhos) entre autores na produção dos artigos, o que mostra que os sujeitos integrantes no subcampo de ensino de Sociologia, em alguma medida, estão se relacionando no processo produtivo de suas pesquisas.

Passamos, então, a observar os temas abordados nos artigos sobre a Sociologia escolar. A Tabela 8 destaca numericamente essa distribuição.

Tabela 8 – Temas¹³ dos artigos publicados nos periódicos brasileiros *online* de estratos superiores em Sociologia, Brasil, 1996-2017

Temas	Quantidade
Formação docente	19
História e institucionalização da Sociologia escolar	10
Curriculum/legislação curricular	9
Livros didáticos e manuais	8
Prática docente	6
Estado da arte	5
Percepção da prática docente da Sociologia	5
As condições do trabalho docente	3
Total	65

Fonte: Elaborado pelos autores com base no site Sucupira e nos 17 periódicos brasileiros *on-line* de estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de sociologia (quadriênio 2013-2016) que publicaram um ou mais artigos sobre “ensino de sociologia” e/ou “sociologia escolar”.

¹³ Optamos por categorizar os temas da forma como aparece na tabela 5 por possibilitar compará-la com trabalhos anteriores (Bodart; Cigales, 2017; Bodart; Souza, 2017).

Duas temáticas estiveram mais presentes, sendo elas, respectivamente, “Formação docente”, com 19 ocorrências, e “História e institucionalização da Sociologia escolar”, com 10 ocorrências. Outra temática que esteve presente, com 9 ocorrências, sendo esta “Currículo/legislação curricular”, o que pode ser reflexo da falta de clareza no que ensinar na disciplina de Sociologia. Pouco se publicou sobre as condições do trabalho docente. Temas como “uso de recursos didáticos” (para além dos livros didáticos) não apareceram no conjunto de revistas que compõem os estratos superiores na área da Sociologia. Acreditamos que a ampliação de cursos de licenciatura, destacada por Oliveira (2015), tenha relação direta com o maior número de artigos sobre a “formação docente”, assim como a recente reintrodução da Sociologia escolar no currículo nacional tenha influenciado a publicação de artigos sobre a “história e a institucionalização da Sociologia no Ensino Básico”. Bodart e Souza (2017), ao buscar identificar os temas mais recorrentes nos artigos publicados nos dossiês sobre o ensino de Sociologia, entre 2007 a 2017, mostraram as duas mesmas temáticas, porém, o tema “história e institucionalização da Sociologia escolar” teve mais ocorrências do que “formação docente”. Oliveira (2016), buscando identificar os principais temas dos artigos apresentados do Grupo de Trabalho (GT) “Ensino de Sociologia”, da Sociedade Brasileira de Sociologia, entre os anos de 2005 e 2015, também destacou que trabalhos que giram em torno da “história e a institucionalização da Sociologia” foram predominantes.

Como destacaram Bodart e Pereira (2017: 2),

Ainda que tenhamos um crescente volume de pesquisas em torno do ensino de Sociologia, muitas perguntas já formuladas ainda não encontraram respostas satisfatórias, assim como muitas indagações que virão a ser fundamentais à consolidação desse subcampo de pesquisa ainda não foram formuladas.

Nesse sentido, destacamos que, mesmo com a obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, ainda que tenha fomentado o desenvolvimento de um subcampo em construção, são necessários avanços qualitativos e quantitativos, assim como uma maior presença em espaços tidos como privilegiados ou “superiores”, como os periódicos classificados como A1, A2 e B2. Trata-se de uma disputa a ser travada por capitais simbólicos em jogo, e a ampliação de eventos acadêmicos faz parte desse esforço, assim como este presente artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo realizou um mapeamento da inserção da temática “Sociologia escolar” (ou ensino de Sociologia) em periódicos classificado pela CAPES como pertencentes aos estratos superiores (A1, A2 e B1) na área de avaliação «Sociologia». Dentre as principais colaborações da presente pesquisa, está a capacidade de mostrar que o tema “Sociologia escolar” ainda não marca forte presença nos periódicos de estratos superiores. Embora existindo no Brasil 159 periódicos *online*, de acesso aberto e em português, nos estratos superiores de Sociologia, apenas 17 revistas publicaram artigos sobre Sociologia escolar. Isso ainda considerando que a presença de artigos sobre a Sociologia escolar é reduzida até no interior dessas revistas e que na medida que o estrato é mais elevado, reduz-se o número de revistas que publicaram artigos sobre a temática em questão.

Ressaltamos que as revistas “Mediações”, “Ciências Sociais UNISINOS” e a “Revista Brasileira de Sociologia” se destacaram na divulgação de pesquisas sobre a Sociologia escolar. Quanto à espacialização dos periódicos, ficou notório a participação da Região Sul e a pouca participação da Região Norte. Esses dados corroboram as constantes denúncias de abandono das universidades dessa região, o que impacta diretamente no volume de produção acadêmica.

Quanto ao perfil dos autores, podemos afirmar, grosso modo, que em sua composição predomina a presença de autores do sexo feminino, fato que pode ser explicado pela histórica desvalorização do tema, muitas vezes sendo esse tema visto pela comunidade acadêmica como menos importante. Maior parte dos autores possui título de doutorado em Sociologia, seguido de doutorado em Educação. Aqui, observamos a importante colaboração da área da Educação para o subcampo em questão. Por tal valor, julgamos necessário que pesquisas futuras venham a realizar mapeamentos que se volte aos periódicos classificados como pertencentes aos estratos superiores na área de “Educação” e “Ensino”; isso porque: i) muitos pesquisadores estão vinculados a programas de Pós-Graduação em Educação, levando-os a optar em publicar em tais periódicos e; ii) ser uma temática também de interesse direto da Educação.

A pesquisa mostrou que 47% dos autores não eram professores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, indicando que os pesquisadores não vinculados à pós-graduação vêm tendo uma significativa participação no volume de artigos publicados sobre a Sociologia escolar em periódicos de estratos superiores. O fato de maior parte dos autores nunca ter atuado no Ensino Básico indica

que o tema começa a ser visto como importante também por aqueles que não tiveram relação profissional direta com o objeto de estudo, ainda que também sejam professores.

Ficou clara a ampliação de publicações de artigos em revistas de estratos superiores a partir do ano de 2007, embora com oscilações. Se, entre 1995 e 2006, foram publicados apenas 4 artigos, entre 2007 e 2017 foram publicados 61 trabalhos. Ao todo, observamos o envolvimento de 80 autores, sendo que, dos 65 artigos publicados, 38% foram resultados de parcerias entre autores, tendo sido 32% produzido em dupla e 6% por três autores. Notamos que 62% dos artigos foram produzidos individualmente. Esses números indicam que vem havendo aproximações entre pesquisadores, condição fundamental para a consolidação do subcampo de pesquisa e para o fortalecimento de ações que visam ao acúmulo de capitais simbólicos.

Quanto aos temas presentes, observamos que tem havido uma maior preocupação em pensar a “Formação docente” e a “História e institucionalização da Sociologia escolar”. Esses dois temas estão diretamente ligados às condições atuais do ensino dessa disciplina, as quais são: i) necessidade de formar professores e; ii) preocupação em consolidar a presença da disciplina no Ensino Médio.

Embora temos visto uma ampliação de publicações sobre a Sociologia escolar, sua presença em espaços tidos como privilegiados ainda é insípiente, embora crescente. Acreditamos que o pouco tempo de reintrodução da disciplina ainda não foi suficiente para que linhas em programas de pós-graduações em Sociologia fossem criadas, situação que parece afetar o número de publicações de artigos em periódicos de estratos superiores na área de Sociologia e, consequentemente, não lhe proporcionando distinção social no interior do campo acadêmico.

Esta pesquisa, longe de delimitar todos os contornos do subcampo de pesquisa denominado “ensino de Sociologia”, buscou somar aos esforços de compreensão de sua configuração. A sua colaboração está em atentar-se para espaços tidos pela comunidade científica como privilegiados ou “superiores”, buscando mapear o que até aqui se produziu, quem produziu e o que foi produzido nesses espaços.

Referências

- BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Ensino de Sociologia no Brasil (1993-2015): um Estado da Arte na Pós-Graduação. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 256-281, jul./dez., 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/19500>>. Acesso em: 11 set. 2019.

- BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Breve balanço do subcampo “ensino de Ciências Sociais” no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais* (CABECS). v. 1, n.1, p. 01-10, Jan./Jun., 2017. Disponível em: <<https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/40>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio da. Um “Raio-X” do professor de Sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia*. v. 2, n. 22, 2016. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/591>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego. Configurações do ensino de sociologia como um subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. *Revista de Ciências Sociais UNISINOS*, v. 53, n. 3, pp. 543-557, set./dez. 2017.
- BODART, Cristiano das Neves; TAVARES, Caio dos Santos. A produção sobre o ensino de sociologia escolar nos periódicos brasileiros on-line de estrato superiores, 1996-2017. In: MAÇAIRA, Júlia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa. *Saberes e práticas do ensino de Sociologia*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018. pp. 57-102.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas de Sociologia*. Lisboa, Fim de século, 2003a.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003b.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus Editora, 2011.
- CIGALES, Marcelo Pinheiro; BODART, Cristiano das Neves. Debates em torno da História do ensino de Sociologia no Brasil. In: GONÇALVES, Danyelle Nilin; MOCELIN, Daniel Gustavo; MEIRELLES, Mauro. (Org.). *Rumos da Sociologia no Ensino Médio*. 1a ed. Porto Alegre, CirKula, 2016, v. 1, pp. 23-42.
- ERAS, Lígia Wilhelms. Trajetórias, travessias e produtores: sociologias, conhecimentos e os autores dos livros coletâneas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 02, n. 03, Jan./Jun., 2014. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/74>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- ERAS, Wilhelms; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Uma Sociologia dos Livros Coletâneas sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica (2008-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi. (Orgs.). *Ciências Sociais e Educação: um reencontro marcado*. Maceió, Edufal, 2015.
- FERREIRA, Vanessa do Rego; OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de sociologia como um campo (ou subcampo) científico. *Human and Social Sciences*. v. 37, n. 1, 2015.

- Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/25623>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- HANDFAS, Anita. O estado da arte do ensino de Sociologia na Educação Básica: um levantamento preliminar da produção acadêmica. *Revista Inter-legere*, n. 9, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4403/3591>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O Estado da arte da produção científica sobre o ensino de Sociologia na educação básica. In: HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Orgs.). *Conhecimento escolar e ensino de Sociologia: instituições, práticas e percepções*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2015.
- MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, pp. 359-382, set./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, pp. 5-20, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a01.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- NEUHOLD, Roberta. A produção científica sobre o ensino de Sociologia: grupos e linhas de pesquisa no Brasil (2000-2013). In: OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de; OLIVEIRA, Amurabi (org.). *Ciências Sociais e educação: um reencontro marcado*. Maceió: Edufal, 2015. pp. 103- 123.
- OLIVEIRA, Amurabi. O ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira: uma análise da produção do GT ensino de Sociologia na SBS. *Teoria e Cultura*. v. 11 n. 1 jan/jun. 2016. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2902/2265>>. Acesso em: dez. 2017.
- OLIVEIRA, Amurabi. Um balanço sobre o campo do ensino de sociologia no Brasil. *Em Tese*. v. 12, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/41691>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- RÖWER, Joana Elisa. Estado da arte: Dez anos de Grupos de Trabalho (GTs) sobre ensino de Sociologia no Congresso Brasileiro de Sociologia (2005-2015). *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, pp. 126-147, jul./set., 2016. Disponível em: <<http://revisateletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24754>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli; BODART, Cristiano das Neves. O ensino de Sociologia na pesquisa acadêmica: entrevista com Ileizi Luciana Fiorelli Silva. *Revista Café com Sociologia*. v. 5, n. 2, mai./ago., 2016. Disponível em: <<https://revistacafecomsocioologia.com/revista/index.php/revista/article/view/684/pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

Sites eletrônicos consultados

PLATAFORMA LATTES. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br>>. Acesso em: 10 set. 2019.

SUCUPIRA. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

QUALIS-PERIÓDICO/SOCIOLOGIA. Quadriênio 2013-2016. Disponível em: <http://capes.gov.br/images/documentos/Qualis_periodicos_2016/Sociologia_Qualis_Revisto.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

Recebido em: 23/12/2017

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

BODART, Cristiano das Neves e TAVARES, Caio dos Santos. O lugar da Sociologia escolar nos periódicos de estratos superiores (A1, A2 e B1) da área de Sociologia (1996-2017). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 519-544.

A luta pela identidade: uma análise de “Cara Gente Branca”¹ por meio da noção de *interseccionalidade* de Patrícia Hill Collins

Carlos A. Gadea²

Suélen Pinheiro Freire Acosta³

Resumo: O presente artigo traz uma reflexão sobre as denominadas “lutas identitárias” contemporâneas por meio da perspectiva interseccional entre as noções de raça, classe e gênero, proposta pela socióloga norte-americana Patrícia Hill Collins. Valendo-se de uma análise do primeiro capítulo da série “Cara Gente Branca”, exibida pelo serviço de *streaming* Netflix, o objetivo é analisar as diferentes situações de opressão vividas pelos protagonistas. A reflexão proposta está alinhada a uma perspectiva de análise sociocultural que assume a interseção de diferentes âmbitos da vida social como constitutiva às diversas identificações que os indivíduos passam a experimentar como produto da própria fragmentação dos conflitos culturais atuais.

Palavras-chave: Cara gente branca; interseccionalidade; gênero; raça; classe.

¹ “Cara Gente Branca” (“Dear White People”, no original em inglês) é uma série de TV americana baseada no filme de 2014 do mesmo nome. Em 2017, faz sua estreia pelo serviço *streaming* Netflix, resultando em críticas interessantes em torno ao racismo na vida universitária nos Estados Unidos. Série de 10 capítulos com 30 minutos de duração, aproximados, em cada um.

² Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - Bolsista de Produtividade 1C do CNPq - São Leopoldo – Brasil - cgadea@unisinos.br

³ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos/ CAPES PROSUC) - São Leopoldo – Brasil - suelenpfcosta@gmail.com

The fight for identity: an analysis of “Dear White People” through Patrícia Hill Collins’s notion of intersectionality

Abstract: This paper presents a reflection on the so-called contemporary “identity struggles” through the intersectional perspective between the notions of race, class and gender proposed by the american sociologist Patricia Hill Collins. Using an analysis of the first chapter of the series “Dear white people”, shown by the Netflix streaming service, the objective is to analyze the different situations of oppression experienced by the protagonists. The proposed reflection is aligned in a perspective of socio-cultural analysis that assumes the intersection of different spheres of social life as constitutive to the various identifications that individuals begin to experience as a product of the fragmentation of current cultural conflicts.

Keywords: Dear white people; intersectionality; gender; race; class.

Introdução

Em abril de 2017, no serviço *streaming* Netflix, fez a sua estreia a interessante série “Cara Gente Branca” (*Dear White People*, no título original em inglês). Baseada no longa-metragem do mesmo nome, lançado em 2014 e premiado no Festival de Cinema de Sundae, a série obteve, de imediato, um impacto social e midiático importantes, especialmente entre aquelas pessoas “brancas” que consideraram o formato e a temática bastante ofensivos. Poucos dias após a sua estreia, inclusive, grupos que se sentiram ofendidos manifestaram, por meio de seus perfis nas redes sociais, que iriam cancelar a sua assinatura de Netflix, atitude que demonstraria o significativo grau de desconforto suscitado pela série⁴.

Ambientada na Universidade fictícia de Winchester, “Cara Gente Branca” aborda, fundamentalmente, as relações raciais e o racismo existentes no ambiente universitário nos Estados Unidos, temática que será central já no começo da série, no seu primeiro capítulo⁵, objeto das análises deste trabalho. No entanto, importa destacar que outros “sistemas de opressão” social também se tornam sobressalentes, e igualmente dignos de reflexão, claramente ressaltados

4 Ver “Após sofrer boicote nos Estados Unidos, série Cara Gente Branca chega à Netflix”, IN: *Diário de Pernambuco*, 28/04/2017. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/04/28/internas_viver,701595/apos-sofrer-boicote-nos-estados-unidos-serie-cara-gente-branca-chega.shtml>. Acesso em: 13 set. 2019.

5 No primeiro capítulo, a protagonista Samantha White, locutora da rádio universitária, lidera um protesto contra a festa “blackface” no *campus*, mas uma série de situações da sua vida cotidiana leva a questionar a sua posição como ativista pela causa política negra.

em correlação com aquele derivado da composição racial da sociedade e o eventual racismo. Trata-se, aqui, de uma observação que sugere refletir acerca dos diversos mecanismos sociais de exclusão, opressão e, obviamente, de resistência em torno a lutas identitárias que não se podem considerar unívocas ou centralizadas em uma única fonte de expressão.

A série se vale de uma vertiginosa narrativa, carregada de um particular estilo humorístico, de ironias constantes e provocações a cada momento. Contado com base no ponto de vista de cinco personagens principais, o acontecimento central desse primeiro capítulo é a realização de uma festa de Halloween, para a qual os estudantes seriam convidados a “fantasiarem-se de negros”. Com a presença de muitos estudantes “brancos” usando acessórios ligados aos estereótipos associados à cultura negra e à chamada *Blak face*, a festa (e seus desdobramentos, como a ressaca) se constituiria no centro da discussão. Nela, a figura principal, Sam (Samantha Whyte, interpretada por Logan Browning), terá grande importância para os interesses da reflexão que aqui trazemos.

Sam é estudante do terceiro ano do Curso de Estudos Audiovisuais, uma declarada anarquista engajada nas lutas antirracistas. Ela, fundamentalmente, é a apresentadora do programa “Cara Gente Branca”, na rádio comunitária estudantil, tendo uma série de seguidores na *internet*, na qual produz e publica diversos conteúdos ligados à causa racial. O notável é que o conteúdo produzido por Sam em seu programa causa um duplo efeito: por um lado, de identificação entre seus colegas negros da universidade, e, por outro, de grande rechaço, especialmente entre os colegas brancos. Contudo, a série não se furtaria em demonstrar as disputas e conflitos que ocorrem ao interior da universidade, mostrando, também, as desavenças existentes, inclusive, entre os coletivos negros que se formam na universidade.

Mas, Sam não unicamente estaria imersa em relações sociais que a levariam a experimentar a sua negritude sem estar ligada, muito estreitamente, às outras dimensões de opressão e exclusão da vida cotidiana. Sam também era uma mulher jovem, uma mulher jovem e negra que chegaria à universidade com o esforço típico daqueles que, inclusive, advinham de bairros pobres da cidade. Sam era mais do que uma ativista pela causa racial. Por isso, torna-se importante refletir sobre as denominadas lutas identitárias na atualidade, atentando para a complexidade que representa assumir a intersecção social de atributos sobre as diversas identificações que os indivíduos passam a experimentar como produto da própria fragmentação dos conflitos socioculturais. Assim, por meio da perspectiva interseccional entre as categorias de raça, classe e gênero, proposta pela socióloga Patrícia Hill Collins (2015; 2016; 2017), busca-se analisar as diferentes

situações de opressão vividas por Sam nesse primeiro capítulo da série “Cara Gente Branca”. Para tal, serão considerados, como principais acontecimentos de análise, o próprio ambiente universitário, a festa de Halloween (com todas suas repercussões), o programa de rádio apresentado por Sam e, de maneira importante, sua relação amorosa estável com um colega branco.

A *Interseccionalidade* em Patrícia Hill Collins

Com o objetivo de analisar os sistemas de opressão construídos socialmente na interligação entre raça, classe e gênero, a socióloga norte americana Patrícia Hill Collins se converteu em uma das principais referências a utilizar e a desenvolver a noção de *interseccionalidade*. Por meio dessa abordagem, raça, classe e gênero são categorias enquanto se encontram interligadas nas experiências vividas por todos os indivíduos, variando em sua forma conforme as “lógicas situacionais” (Thomas, 2005 [1923]) e necessidades práticas exigidas. Por exemplo, já as contemporâneas perspectivas analíticas construcionistas, conforme Pisciteli (2006: 266), propõem

oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos.

Nesse sentido, a abordagem interseccional se diferencia de análises baseadas no tradicional pensamento por dicotomias, na medida em que um indivíduo é capaz de vivenciar diversas relações de opressão e, estas, em estreita relação na sua apresentação social posterior.

Pensar por dicotomias a realidade social é, para a socióloga Patrícia Hill Collins, uma tarefa ineficiente e equivocada, passível de erros de diagnóstico quando nos confrontamos à diversidade de mecanismos de opressão e exclusão. Este pensamento não parece dar conta dos arranjos pessoais e sociais de marcadores identitários. Conforme Collins (2015), enquanto este método de análise pode ser entendido com base na metáfora “ou/ou”, na construção das identidades cabe muito mais a metáfora “e/ambos”, embarcando na ideia de que, não necessariamente, a constituição das identidades se baseia em anular outros marcadores identitários surgidos de algum outro tipo de relação social. O que está afirmando Collins é muito semelhante a uma das sentenças analíticas mais importantes de Stuart Hall (2000) desde os chamados Estudos Culturais: que,

na contemporaneidade, cada grupo humano adscrito a alguma identificação sociocultural sempre está desafiando a concepção “binária da diferença”. Tal qual Laclau e Mouffe (1987) mencionaram, em cada relação social específica se assumem “posições de sujeito”; ou seja, a relação social mesma é a que estabelece a posição que se assume perante um outro que nos interpela. A Sam, ativista pela causa negra, pode-se lhe interpelar tal qual mulher de periferia, solteira, ou que “namora um jovem branco”, sendo esta capacidade da ação perante o mecanismo de interpelação que se trate o que vai sugerir ativar uma “posição de sujeito” específica. É desta maneira como o binarismo conceitual clássico se deslegitima, por força da própria complexidade nas relações sociais cotidianas.

Por isso, embora se apresente como meio de libertar os oprimidos, o cons-truto da diferença dicotômica por oposição,

(...) pode resultar em efeito contrário. Ao não perceber a possível complementariedade na diferença entre os lados da dicotomia, a diferença de oposição dicotômica invariavelmente implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação (Collins, 2016: 109).

Conforme Collins (2015), as identidades sempre serão produzidas por meio de experiências específicas de raça, classe e gênero, de modo que essas categorias não se apresentam excludentes, mas complementares. O pensamento com base em dicotomias só admite pontos fixos de identificação, como oprimido ou opressor, sentença que não parece ocultar uma leitura meramente estruturalista do mundo social. Se, contrariamente, a opressão social é, antes de tudo, um tipo de relação social (e não mais do que isto), chega-se a considerar, junto com Collins, que toda análise da opressão e exclusão social crítica deve admitir a existência concreta do “opressor que está plantado profundamente em cada um de nós” (Collins, 2015: 17). Dependendo do tipo de relação em questão, um indivíduo pode se localizar em situação de opressor, e em outra, em situação de oprimido.

Desse modo, por exemplo, mulheres estarão sempre em “posição inferior” perante os homens, ocupando o lugar, exclusivo, de oprimidas. Porém, considerando, também, a raça e a classe como componentes de identificação cultural, e tratando-se de uma “mulher branca” de classe média, esta pode, em determinada situação, ser a opressora de uma “mulher negra” pobre. A opressão que essa sofre enquanto mulher branca não seria anulada, entretanto, o que se observa é que os marcadores que constituem sua identidade formam diferentes arranjos de opressão. Em ambos os casos, há o atravessamento de componentes raciais,

de classe e de gênero enquanto categorias interconectadas, produzindo relações e opressões distintas. Além disso, valorizando a “autodefinição das pessoas”, Collins (2015: 17) atenta para o fato de que, apesar da “natureza imbricada das opressões”, estas podem ser lidas e valoradas em níveis distintos pelas pessoas que as vivem.

Esse reconhecimento de que uma categoria pode ter primazia sobre outras por determinado tempo e lugar não minimiza a importância teórica de su- por que raça, classe e gênero são categorias de análise que estruturam todas as relações (Collins, 2015: 19).

A leitura interseccional das múltiplas opressões que atravessam um mesmo sujeito poderia explicar as relações de dominação e subordinação – como se estruturam, como se mantêm e como são moldadas pelo arranjo dos sistemas de opressão de raça, classe e gênero. Com tais provocações, Collins (2015; 2016; 2017) visa não só a avançar no campo das análises acadêmicas, mas também no campo estritamente político, entendido, também estes, como imbricados. Collins traz, então, a ideia de intersecção do pensamento feminista negro norte americano que analisa e denuncia a natureza interligada da opressão. Esse tipo de análise por parte de mulheres negras ocorre justamente por conta de suas experiências que intersectam diferentes sistemas de opressão. Dessa forma, mulheres negras

seriam as primeiras a perceberem que minimizar uma forma de opressão, apesar de essencial, ainda pode deixá-las oprimidas de outras formas desumanizadoras. (Collins, 2016: 107).

Diferente de feministas brancas, por exemplo, feministas negras não entenderiam que homens negros sejam seus inimigos diretos, por compartilharem experiências de opressão ligadas à raça – como a segregação socioespacial nos Estados Unidos, marcadamente racista e classista. Entretanto, diferentes dos homens negros, estas não podem jogar a carta duvidosa da masculinidade com o objetivo de neutralizar o estigma de ser negro. Assim, as experiências vividas por mulheres negras ocorrem na intersecção entre as opressões raça, classe e gênero, possibilitando-lhe análises acerca da natureza e a estrutura das relações de dominação na economia política nos Estados Unidos.

A atenção dispensada por feministas negras à natureza interligada da opressão é significante por duas razões. Em primeiro lugar, esse ponto de vista muda todo o foco da investigação, partindo de uma abordagem que tinha como

objetivo explicar os elementos de raça, gênero ou opressão de classe, para outra que pretende determinar quais são os elos entre esses sistemas. A primeira abordagem prioriza comumente um tipo de opressão como sendo primária e, em seguida, trata de opressões restantes como variáveis que fazem parte do sistema que é visto como o mais importante. (Collins, 2016: 108)

O olhar interseccional, então, é inicialmente utilizado por feministas negras que colocam em pauta as diferentes opressões que sofrem. Paulatinamente, este olhar ganhará espaço no campo acadêmico, sendo utilizado, justamente, por intelectuais ativistas negras. O primeiro registro é da jurista Kimberly Crenshaw, que, conforme Collins (2017), inspirou-se em escritos e registros de feministas negras para desenvolver suas análises, tendo a busca por justiça social como objetivo. Conforme Piscitelli (2006: 267), na abordagem de Kimberly Crenshaw, as interseccionalidades são consideradas como

formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexism, racism, patriarcalism. Essa noção de “interação” entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. Por exemplo, a ideia de que uma mulher negra é duplamente oprimida, à opressão por ser mulher deve ser adicionada a opressão por ser negra. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento.

Com base em uma perspectiva construcionista, com a qual Patricia Hill Collins parece coadunar, Avtar Brah (2006) analisa as problemáticas da “diferença” por meio da articulação de diferentes sistemas de opressão e dos discursos produzidos sobre estes. Nesse sentido, questiona categorias que visam a universalizar opressões e modos de resistência, como patriarcado e *sisterhood*. Segundo a autora,

nossa gênero é constituído e representado de maneira diferente conforme nossa localização dentro das relações de poder. (Brah, 2006: 341)

Assim, desde um olhar que intersecta e articula sistemas de opressão, Brah se utiliza da noção de “relações patriarcais”. A subordinação da categoria gênero à categoria de classe (desigualdade social) é, dessa forma, problematizada. Da mesma forma, questiona-se a centralidade de qualquer das categorias de análise posta como universal.

Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo e gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída e constitutiva dela (Brah, 2006: 351).

Após refletir e justificar a interseccionalidade como método de análise da constante relação entre raça, gênero e classe enquanto sistemas de opressão, Collins propõe o uso de três dimensões de opressão. Tratam-se das dimensões institucional, simbólica e individual, consideradas enquanto lugar em que raça, classe e gênero operam em conjunto. Dessa forma, a autora desenvolve modelos de aplicação da interseccionalidade como categoria de análise, demonstrando a formação dos arranjos de opressão formados em diferentes contextos sociais. O desenvolvimento de tais modelos e sua aplicabilidade aos objetivos da presente análise justificam o foco que segue a abordagem de Collins. A seguir, buscando realizar uma leitura interseccional do nosso objeto de análise, o Capítulo 1 da série “Cara Gente Branca”, faremos uso destas três dimensões de opressão.

A dimensão institucional de opressão: a Universidade Winchester

Para análise interseccional dos sistemas de opressão de gênero, raça e classe na dimensão institucional, Collins (2015) propõe, como modelo, o uso do sistema escravista nos Estados Unidos. Segundo ela, a escravidão foi comumente pensada como um sistema de opressão de raça, e muito raramente vista na intersecção entre o âmbito racial e de classe. Não se teria pensado, por exemplo, na eventual intersecção da raça, da classe e do gênero como âmbitos interligados no sistema de opressão escravista. É que, de fato, os impactos da escravidão foram diferenciados entre as mulheres negras e os homens negros, homens e mulheres brancas trabalhadoras e homens e mulheres brancas da elite. Dessa forma, geraram opressões distintas conforme cada um desses grupos, sendo marcadamente mais grave a sofrida pelos escravos e escravas.

Collins (2015) se vale desse modelo para analisar o quanto as relações de opressão nos Estados Unidos na atualidade têm base nesse período da história. Nesse sentido, enquanto o homem branco de elite no período escravocrata é o senhor que vive do trabalho de homens negros e mulheres negras escravizadas, bem como de brancos da classe trabalhadora, no presente, os donos ou ocupantes de cargos de chefia (diretores, reitores) de universidades seriam os mesmos homens brancos sob um novo contexto. Enquanto espaço legitimado de produção de conhecimento, a universidade não faz mais do que reproduzir, então,

traços das estruturas de poder do sistema escravista, marcando lugares específicos e funções sociais conforme operem os marcadores de raça, classe e gênero.

Valendo-nos, como metáfora, da proposta de Collins (2015) para a análise do contexto da Universidade Winchester, pode-se realizar algumas reflexões. Primeiramente, embora não se dê destaque à condição de classe dos estudantes, a universidade pode ser entendida enquanto um ambiente bastante elitista. Os variados obstáculos postos aos estudantes negros, e mesmo a aparente homogeneidade de classe entre os personagens, coloca em discussão se os estudantes pobres e da classe trabalhadora poderiam (ou não) estar ali. Resulta interessante perceber que o reitor da universidade, por exemplo, é um homem negro, um homem negro em posição de poder, como a série o apresenta, e que não só pode representar uma exceção à regra, mas sim a evidência do cruzamento entre os marcadores sociais que o constituem. Se, enquanto homem negro, o reitor poderia utilizar-se de sua masculinidade para neutralizar o estigma ligado à raça, compreende-se, assim, que ocupando a posição que ocupa passa a ser “atravessado” por um marcador de classe que o situa em um estrato eventualmente superior. No entanto, embora este marcador possa ter maior força para neutralizar aquele ligado ao de raça, a suspensão da festa de Halloween e a investigação que se segue após a sua realização por parte dele apontam para a existência de um olhar sensível quanto a um caso de racismo na universidade, nos limites da ação institucional.

A complexidade dos impactos de um homem negro ocupar uma posição de poder é notável também nas discussões que ocorrem entre os estudantes durante a reunião dos coletivos negros. Enquanto Troy, que é representante estudantil e filho do reitor da universidade, propõe que se busque alguma ação junto à universidade, Sam e outros estudantes não veem essa ação como positiva. Na interpretação de Sam, apesar de o reitor ser negro, o fato de estar em posição superior aos estudantes não pode ser negligenciado, já que não se trataria de uma figura entendida como um membro do grupo ou representante legítimo para a demanda.

Mesmo que a universidade, na ficção televisiva, traga um personagem negro ocupando um cargo de liderança política, e que a sua trajetória não seja explanada nesse primeiro capítulo, pensar a dimensão institucional da opressão em Winchester não se limita à sua atuação. As relações entre os estudantes, por exemplo, também trazem marcas dessa estrutura. O incidente da festa será determinante. Após uma série de estudantes utilizarem de “Black face” e outros adereços para “se fantasiar” de negros, a repercussão crítica que Sam dá aos fatos em seu programa de rádio seria duramente criticada por estudantes

brancos. Primeiramente, o fato de Sam utilizar um meio de “expressão criativa” das opressões sofridas por ela e seus colegas negros e negras em si é causa de incômodo, especialmente pelo tom irônico e provocativo notável no nome do programa. Em meio a críticas, porém, aparece uma série de elogios por parte de estudantes negras e negros que se veem representados pelas “falas” de Sam no programa. Um exemplo marcante no primeiro episódio é de um estudante que liga para a rádio e ouve ao programa manifestando sentir como se estudassem em uma universidade diferente da dos alunos brancos (ainda que no mesmo *campus*), referindo-se ao incômodo destes com relação às críticas feitas à festa. A resposta de Sam é bastante crítica: “Eles estão muito ocupados se cumprimentando por ter nos deixado entrar”.

Nota-se uma diferença significativa nos pontos de vista com relação à festa de Halloween, sua repercussão, e mesmo a experiência de viver a universidade conforme o marcador de raça. A cena que mostra reunião de coletivos de estudantes negros – e a existência mesmo desses coletivos – destaca essas diferenças. Nessa reunião, a pauta central é a festa e o que os coletivos farão a respeito, em sinal de contraponto; no entanto, curiosamente, a reunião acabaria tomando outros desdobramentos. O que chama a atenção nesse ponto é a formação dos coletivos como espaços de resistência na universidade. Somado à narrativa do estudante no programa de Sam, trata-se da denúncia da existência de duas universidades distintas, uma para os negros e outra para os brancos. A coesão de grupo, como todo coletivo, seria, também, bem ensaiada: os estudantes negros organizariam as “quartas-feiras do macarrão com queijo”, cujo objetivo final seria assistir à novela “Defamation”⁶.

Fica claro que, embora seja garantido a jovens negras e jovens negros o direito de acessar à universidade, estes ocupam lugares distintos dos estudantes brancos. Entre estes, parecem se desenhar fronteiras simbólicas, aparentemente intransponíveis. Dessa forma, percebe-se, nesse ambiente, a reprodução do que Collins (2016) conceituou como “racismo interno”. Collins se vale desse conceito para abordar o tratamento recebido por empregadas domésticas negras em famílias brancas, nas quais são consideradas “como se fossem da família”. Em paralelo, pode-se considerar, então, que os estudantes negros em Winchester são “como se fossem estudantes”, ou seja, que o que se entende com a sentença “como

⁶ A série “Defamation” é uma paródia da série “Scandal” (ABC), dirigida e protagonizada por mulheres negras (Shonda Rhimes e Kerry Washington, respectivamente). Entre os personagens de “Cara gente branca” que se reúnem para assistir à série semanalmente, este momento é descrito com o termo “guilt pleasure”, ou seja, um “prazer pecaminoso”. De certa forma, trata-se de momento de “intervalo” na militância diária, dedicado ao entretenimento coletivo.

se fossem” traduzisse a ideia de que eles, de fato, “não chegam” a ser estudantes, questionando, assim, o suposto direito de acessar à universidade. O “racismo interno” funcionaria para manter a hierarquia entre as raças na sociedade, por meio da qual os brancos permanecem em lugar de superioridade enquanto incluem e controlam aos negros aos seus espaços de privilégios. Assim, se os estudantes negros têm o mesmo direito dos brancos de frequentarem a universidade, esse direito não se concretizaria da mesma maneira nos dois casos. A igualdade que seria alcançada por meio do direito cívico é ferida pelo “racismo interno”.

As diferenças de experiências com relação ao marcador de gênero são notáveis também entre os estudantes negros. Troy, filho do reitor, por exemplo, tem um trânsito relativamente fácil entre os grupos de estudantes na universidade. O uso de adereços que remetem ao estereótipo negro não parece atrapalhar nas suas relações. Entre estudantes negras que compõem os coletivos estudantis, no entanto, nota-se que aquelas que têm, ou querem fazer, amigos brancos, optam por utilizar os cabelos alisados, mantendo uma postura menos assertiva com relação a casos de racismo na universidade. Mas, contrariamente, teriam problemas em conseguir estabelecer relações sociais fora desses espaços e grupos de identificação racial imediata. Em consequência, essas estudantes acabam por sofrer certa hostilidade dentro dos coletivos de estudantes negros, mostrando uma associação entre determinado uso do cabelo e componentes estéticos com o posicionamento político e militante. Após esse ponto, podemos observar a dimensão simbólica da opressão.

A dimensão simbólica de opressão: imagens e estereótipos de raça, gênero e classe.

A dimensão simbólica da opressão se refere à constante produção e reprodução de estereótipos que instituem lugares específicos conforme operem os marcadores sociais de raça, gênero e classe. Por exemplo, as mulheres estariam associadas à imagem de “doçura” e “passividade” nas condutas e atitudes, enquanto os homens estariam associados a uma imagem oposta. Contudo, quando se observam os estereótipos produzidos em torno de mulheres negras, “doçura” e “passividade” são caracterizações que parecem não fazer sentido. O eventual poder dessas imagens, que conduzem a estereótipos, residiria no fato de parecerem “inofensivas”, porém, permitem a manutenção intacta de uma série de mecanismos de opressão sutis. De modo quase invisível, essas imagens mantêm a função de controlar e, até, “desumanizar” aqueles indivíduos aos que se dirigem.

O pensamento feminista negro tem tido um importante papel na tarefa de questionar os estereótipos produzidos em torno das imagens criadas sobre as

mulheres negras. Por meio de práticas de autodefinição e autoavaliação, mulheres negras têm escrito a sua própria história, questionando as imagens produzidas pelo sistema de opressão, que visava a controlar e a disciplinar o “corpo negro”. O questionamento e crítica a imagens preconceituosas somam-se a uma autoavaliação que terminaria funcionando como um “exercício de prevenção” à produção e reprodução de novos estereótipos (Collins, 2016).

No entanto, é importante destacar que a dimensão simbólica da opressão torna-se uma questão problemática de combater, por tratar-se de um tipo de opressão invisível aos olhares cotidianos e, em muitas situações, considerada de menor importância, confundida com estilos de brincadeiras e jocosidades que não suporiam mostrar um sistema de opressão *a priori* existente. Entre os estudantes negros de Winchester engajados na militância antirracista, por exemplo, nota-se a reprodução de uma série de imagens estereotipadas que, produzidas para reafirmar positivamente suas identidades com relação ao marcador de raça, acabam substituindo-as por outras, não menos ofensivas. Exemplo marcante, exposto de forma irônica, é a cena, protagonizada por Sam, na qual se dirige, caminhando, para ir à universidade. Sozinha, caminhando, ouve em seu *smartphone* uma música *pop*, animada, não conectada, em certo sentido, com o gosto estético e musical esperado por uma ativista feminista negra radical. Assim, ao cruzar-se com um grupo de estudantes que a conhecem devido à sua militância, Sam, imediatamente, altera a música que está ouvindo, colocando uma música de *Rap* que fala sobre racismo e preconceito racial, “politicamente correta” para uma jovem militante negra, mudando, inclusive, a própria postura corporal e expressão. A forma como é apresentada a cena, a ação instantânea e um pouco incômoda de Sam em mudar a música, indicam que se trata de uma nova “caixa” na qual a estudante se vê presa, um novo estereótipo que precisa cumprir sem exceção: a de uma jovem estudante negra militante.

Algo semelhante ocorre quando ela mesma, a “militante negra Sam”, começa a namorar um jovem colega branco. Primeiramente, pareceria se deslegitimar uma suposta imagem séria que construiu a força de radicalidade política e narrativa engajada, ao se envolver, emocionalmente, com outra pessoa. Certamente, o aspecto emocional dos jovens pode ser interpretado como vulnerabilidade em outros aspectos, e Sam assim o pareceu compreender aos olhos dos seus colegas. Em segundo lugar, tratava-se de um envolvimento emocional com um jovem branco, o que levaria a contradizer muitos dos argumentos políticos na sua luta antirracista. Mas isto só era percebido aos olhos dos outros; para Sam, não havia contradição nenhuma. “A senhorita Black Power namora caras brancos”, diria um colega. Olhares inquisidores dos outros colegas, presentes na sala

em que os coletivos estavam reunidos para discutir encaminhamentos sobre o ocorrido na festa de Halloween. Coloca-se, em definitivo, um conflito racial e pessoal na vida de Sam que não teria planejado, mas que saberia que se poderia produzir em qualquer momento. Ao descrever sua relação com Gabe (seu namorado) a uma amiga, expondo o que mais lhe agrada da relação com ele, por exemplo, o fato de poder rir e fazer coisas “normais” (ou seja, referindo-se a um mundo exterior ao da militância universitária), demonstra quanto a necessidade de cumprir, cotidianamente, o papel de militante pode ser verdadeiramente exaustivo e tedioso, demandando vivenciar as “múltiplas realidades” nas quais estamos inseridos. Sam torna sobressalente, com este episódio, a heterogênea constituição do próprio espaço da negritude e da política antirracista coadjuvante, algo característico de ambientes urbanos de crescente diferenciação social, ao tornar mais diverso e amplo o repertório de símbolos e significados que os indivíduos podem incorporar no processo de identificação pessoal e elaboração dos seus projetos de vida (Gadea, 2013). No entanto, a sua amiga, com a sua reação e resposta, também se lembra de algo, de uma fase escrita por Sam em seu *blog* pessoal: “Não se apaixone pelo seu opressor”, imediatamente lhe recordando que foi nos comentários a essa frase a maneira como se haviam conhecido. E Sam ficaria em silêncio.

Sam, certamente, era uma jovem mulher negra militante que experimentava, em seu cotidiano, aquilo que Thomas (2005 [1923]) denominou “lógicas situacionais”. Situações vividas são advindas de repertórios históricos e culturais de construção de identificações diversas, e Sam estava inserida nesse complexo cenário. Por isso, o esforço posto em contrariar estereótipos associados a ela enquanto mulher negra acabaria, curiosamente, por gerar um novo estereótipo, pesado e difícil de ser mantido, principalmente por não lhe garantir a liberdade pessoal própria de escolhas individuais. Além disso, Sam teria chegado demasiado longe, quando adverte se colocar perante a questão do “colorismo” ao se autoafirmar como “mestiça”, e não como negra, tal qual seria o esperado. Tratou-se, obviamente, de uma oportunidade estratégica para defender seu sentimento por seu namorado Gabe, enquanto homem branco. A repercussão negativa sobre seu namoro com Gabe e a sua apreensão quando ele vai participar da “quarta-feira do macarrão com queijo” mostram a força que as fronteiras simbólicas adquirem no contexto em questão, gerando sofrimento também entre aqueles que se “protegem” no interior delas.

A presença de Gabe na “quarta-feira do macarrão com queijo” também permite pensar o entrelaçamento das noções de raça, de gênero e de classe com relação a homens brancos e negros. Estando em um espaço ao qual “não pertence”,

Gabe seria hostilizado pelos colegas e amigos de Sam, provocando incômodo com as expressões de Regie. Gabe o chamaria para uma briga, e Regie, em resposta, manifestar-se-ia ofendido, supondo que o convite à briga estaria revestido de um ato claramente racista, já que ele, como homem negro, só poderia se defender por meio da força física. Nesse caso, a imagem simbólica construída em torno de ideais de masculinidade atravessados pelo marcador de raça se expõem. Gabe deixa o espaço, abandonando o encontro, sendo seguido, rapidamente, por Sam. Ele reclama de ter se sentido deslocado naquele espaço, mal-tratado pelos amigos de Sam, incompreendido pelo sentimento que tinha por ela. Ela responderia lhe fazendo entender que é dessa mesma forma que todos os dias se sente na universidade, como se “não pertencesse” a esse lugar. Como homem branco, a sensação de não ser bem-vindo era uma experiência nova para Gabe. Gabe “se entenderia branco”, embora já o fosse aos olhos de todos.

A repercussão que o programa “Cara Gente Branca” teria entre os demais estudantes da universidade também resulta representativo da dimensão simbólica da opressão. Ao expor, com seu programa de rádio, suas críticas à festa de Halloween e o racismo ali constatado, Sam, rapidamente, tornar-se-ia objeto de ataques e piadas. Pelos corredores da universidade, por exemplo, a revista de humor “Pastiche” espalharia cartazes com a imagem de seu rosto questionando “onde está a liberdade de expressão”, em clara resposta aos cartazes que ela divulgaria com a seguinte pergunta: “onde está a cultura negra?”. O fato de Sam ser o alvo principal dos ataques poderia ser, justamente, pelo caráter intempestivo que ela apresenta com seu estilo assertivo com relação a seus posicionamentos políticos, inclusive sem deixar esperar pelas reuniões dos coletivos negros e as decisões que ela assumiria. Claramente, isto também manifesta algo importante: o fato de Sam ser uma mulher negra que mostra tal postura e posição não deve ser negligenciado, na medida em que outros colegas homens de militância não iriam receber esse tipo de tratamento hostil. Sam era negra, mas também uma mulher.

Mas um dos principais desdobramentos da festa seria a confissão de Sam, em seu programa, de ter sido, justamente, a principal responsável pela festa. Após a sua suspensão pela universidade, Sam teria invadido o perfil da revista humorística no *Facebook*, reativando o evento na ideia de convertê-lo a um experimento sociológico. Experimento que se basearia no uso de imagens de pessoas negras e artefatos associados à estética destes como “fantasia de Halloween”. O resultado seria o aparecimento de uma série de símbolos racistas, sem o devido questionamento ou reflexão por parte da maior parte dos estudantes brancos, bem como o uso da chamada “Black face”, prática entre

pessoas brancas que pintam seu rosto de marrom ou preto. Interessante recordar que essa prática tinha sido usada (e fortemente associada), por exemplo, em novelas para que atores brancos representassem personagens negros, na medida em que aos atores negros lhes estava vedada a presença nestes espaços da cultura.

A dimensão individual da opressão: a experiência da escolha

Esta dimensão da opressão aborda como as categorias de raça, classe e gênero terminam moldando as biografias individuais e as consequentes visões de mundo. Trata-se da dimensão da ação dos indivíduos frente às estruturas de opressão que desenham suas identidades nas próprias ações que tomam, a fim de contrariar tais estruturas e não pretender reproduzi-las com relação aos outros. Correndo o risco de agir segundo o “opressor que está plantando profundamente em cada um de nós”, as ações individuais, especialmente aquelas que se comprometem com a justiça social, passam a ser um exercício de reflexão constante.

Os casos de reprodução dos estereótipos, ou de “reelaboração” de estereótipos, tem relação direta com essa questão. Por exemplo, durante a reunião entre os coletivos negros, a discussão entre as jovens sobre o uso ou não do cabelo alisado cabe a ambas as dimensões. Desconsiderando os motivos da escolha individual de Coco (Colandrea Conners), Sam utiliza a não autenticidade do seu cabelo alisado como algo que a tornaria menos militante. Com relação a suas próprias práticas, controladas pela imagem de militante que visa a reproduzir, Sam terminaria por internalizar a ação do próprio opressor, com relação a si mesma, e fundamentalmente com as suas colegas. Em sua crítica à colega, que tenta manter amizade com grupo de estudantes brancas “patricinhas”, Sam prefere não considerar experiências de opressão pelas quais Coco teria passado, remetendo-se a questionar a imagem do seu cabelo liso. Coco, posteriormente, em capítulos seguintes da série, mostrará mais uma vez a cultura do “colorismo”, lembrando que ela é uma mulher negra de pele mais escura que a própria Sam, o que a tornaria alvo mais fácil de situações de racismo e preconceito.

Tais ações por parte de Sam também refletem a reprodução de um modelo de ativismo tido como em absoluto flexível e dinâmico, mas que de fato se mostra rígido e poderosamente dogmático. O que se observa, entretanto, conforme Collins menciona (2015), é o quanto a consciência se termina moldando por meio de ações concretas, práticas e racionais, e não tanto por

meio de reflexões abstratas, produzidas no calor de marcos ideológicos. Isto fica claro quando se observa que as ações das jovens participando dos coletivos negros na universidade, e colocando-se em “posição de contestação” aos espaços que lhes foram determinados enquanto mulheres negras, produzem diferentes formas de ativismo e consciência, conforme suas experiências individuais. Nesse sentido, fundamentalmente seria na dimensão individual que se percebe o poder do sistema de opressão de raça, gênero e classe. Por meio dela, nota-se o quanto desse sistema foi internalizado por aqueles que são seus alvos principais. A dimensão individual, então, coloca as ações dos indivíduos frente ao sistema de opressão e seus mecanismos de controle em questão:

Enquanto essas três estruturas [raça, gênero e classe] moldam uma estrutura de oportunidades, eu, enquanto indivíduo, sempre tenho que escolher aceitar as coisas como elas são ou tentar mudá-las. (Collins, 2015: 28).

A dimensão individual da opressão parece estar em sintonia com um processo de individualização e diferenciação social que estes jovens negros universitários protagonizam na tarefa por insurgir-se contra uma situação coletiva em que se encontram e, de alguma maneira, poderem desenvolver estratégias de distanciamento e de saída de uma situação adversa. Por exemplo, o cabelo alisado de Coco não se pode entender como surgido de uma atitude que teria internalizado os dispositivos de segregação e de racismo, “descaracterizando” a maneira de levar o cabelo uma jovem ativista e militante negra. Coco traz um exemplo do significado da experiência individual de “dualidade de contextos” em muitos jovens negros do seu tempo, com base em uma espécie de “jogo de reversão” das identificações sociais atribuídas como dados inegáveis da realidade: se o esperado era ver uma jovem negra militante com cabelo “afro”, Coco fez um exercício de desconstrução muito interessante. Coco encarnou a atitude que procuraria desconstruir essas identificações (ativista negra, jovem e mulher) para transformá-las em um projeto de responsabilidade e autodeterminação, experiência social ancorada, paradoxalmente, na eventual existência de “marcos de referência” individuais. Por tal motivo, a dimensão individual da opressão em Collins (2015) parece associar-se com uma perspectiva sociológica que procura compreender os sentidos dessas atitudes que levam muitos daqueles jovens negros a elaborar e participar de “lógica situacionais” que terminam repercutindo na própria percepção sobre uma pertença racial e social, sobre gênero e classe, que precederia a suas próprias experiências sociais.

Reflexão final

Como obra de ficção, o primeiro capítulo da série “Cara Gente Branca” possibilita visualizar a intersecção entre as categorias raça, gênero e classe enquanto sistemas de opressão no ambiente universitário. Este foi o objetivo das reflexões que precederam. Especialmente pelo retrato irônico da realidade que descreve, e das diferentes formas de reação dos estudantes perante situações diversas, a série permite observar a pertinência das análises de Patrícia Hill Collins quando o assunto é a inter-relação de sistemas de opressão e a estrita relação da ação dos indivíduos em contextos diversos. Com isto, “Cara Gente Branca” oficiou como referência para poder compreender-se, de maneira concreta, as três dimensões da opressão por ela analisadas, possibilitando uma reflexão em que a diversidade de variáveis sobre temas ligados à opressão, ao racismo e ao preconceito é um indicador das complexas relações sociais que se nos apresentam e desafiam para a sua compreensão.

Referências

- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, jan.-jun. de 2006, pp. 329-376.
- CARA gente Branca – Crítica – 1º Temporada. *Observatório do Cinema*, S.d. Disponível em: <<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/artigos/2017/04/cara-gente-branca-critica-1a-temporada>> Acesso em: 13/09/2019.
- CARA Gente Branca. Direção: Justin Simien. Netflix, 2017. Disponível em: <<https://www.netflix.com/br/title/80095698>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*. v. 31, n. 1, jan.–abr. 2016.
- COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. v. 5, n. 1 Jan.–Jun. 2017.
- COLLINS, Patrícia Hills. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (org.) *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF Sempre viva Organização Feminista, 2015, pp. 13-43.
- GADEA, Carlos A. *Negritude e Pós-africanidade*. Crítica das relações raciais contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2013.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Silva, Tomás Tadeu da. *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía e estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedad e Cultura*, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008.

THOMAS, William I. (2005, orig. 1923), “La definición de la situación.” In: *Cuadernos de Información y comunicación*, n. 10, s/l.

Recebido em: 22/01/2018

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

GADEA, Carlos A. e ACOSTA, Suélen Pinheiro Freire. A luta pela identidade: uma análise de “Cara Gente Branca” por meio da noção de *interseccionalidade* de Patrícia Hill Collins. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 545-562.

Neorruralidad en el sudeste bonaerense. Uso del espacio y sociabilidades.

José Muzlera¹²

Resumen: La neo ruralidad es un tipo particular de migración ciudad-campo típica de las últimas décadas del siglo XX. Está motivada por la búsqueda de un cambio en la calidad de vida asociado a una vida más armónica con la naturaleza, a una convivencia más feliz y solidaria con sus vecinos y a la ausencia de inseguridad. O sea a idea de un lugar más feliz. Las siguientes páginas se proponen repasar experiencias de familias neorrurales, desde el uso que hacen de los espacios, de los consumos, de los modos de vincularse con los nativos tanto en la esfera pública como en la privada y la evaluación de la experiencia migratoria.

Palabras claves: Neorruralidades; Territorio; Género; Trabajo; Esferas pública y privada.

Neo-rurality in the southeast of Buenos Aires. Use of space and sociabilities

Abstract: *Neo-rurality is a particular type of city-countryside migration typical of the last decades of the 20th century. They are motivated by the search for a change in the quality of life associated with a life more harmonious with nature, with a happy and solidary coexistence with their neighbors, with the absence of social violence and with the symbolic construction of a happier place. The following pages, from a case study of southeastern Buenos Aires, it is proposed to review*

¹ CONICET y CEAR-UNQ – Bernal – Argentina - jmuzlera@gmail.com

² Deseo agradecer a la Dra. Rocío Pérez Gañan la lectura atenta y las valiosas sugerencias a este artículo.

experiences of neorrural families from the use they make of spaces, consumption, ways of linking with natives in both the public and private spheres. and the evaluation of the migratory experience.

Keywords: Neo-ruralities; territory; gender-work; public and private spheres

1. Introducción

Las transformaciones en materia de política económica de corte neoliberal que ha experimentado la Argentina desde las últimas décadas del pasado siglo XX tuvieron sus orígenes en tiempos del Estado burocrático autoritario durante la presidencia del general Juan Carlos Onganía, con las políticas de Adalbert Krieger Vasena al frente del Ministerio de Economía entre 1967 y 1969. Estas fueron continuadas y profundizadas por los gobiernos militares que asumieron en 1976 y con la gestión de José Alfredo Martínez de Hoz en el lugar que antes había ocupado Krieger Vasena. Pero ya disciplinados por la dictadura militar los actores sociales que se oponían a ellas, estas políticas fueron llevadas a su máxima expresión durante la década menemista, entre 1989 y 1999, esta vez con Domingo Felipe Cavallo al frente de la cartera económica. Entre 1991 y 1994, el gobierno de Carlos Saúl Menem realizó una activa transformación del marco regulatorio de la actividad económica con el fin de generar las condiciones necesarias para el desarrollo de la libre circulación de bienes, servicios y capitales. La valorización de los bienes inmateriales gracias a las modernas tecnologías constituye dinámicas centrales de lo que algunos economistas han denominado nuevo régimen de acumulación dominado por lo financiero, complementados en la producción agropecuaria por saberes y tecnologías. Este neoliberalismo económico ha llegado a tener efectos profundos e irreversibles en la estructura social agraria y en los sujetos que la componen, marcando así una nueva etapa en el desarrollo del capitalismo agrario argentino. Las transformaciones sociales, económicas y productivas asociadas al neoliberalismo plantean desafíos para pensar las dinámicas agropecuarias, el modelo productivo, los procesos por los que han atravesado los diversos agentes directamente vinculados a la actividad y las dinámicas socioeconómicas que se despliegan vinculadas al agro y a los espacios rurales. (Kay, 2008).

Neorruralidades un concepto al que a menudo se lo asocia, a nuestro entender de modo erróneo, con el de nuevas ruralidades. La cuestión de las nuevas ruralidades, también cristalizada a fines de los 90 del siglo pasado y popularizada en Latinoamérica por Norma Giarraca (2001). En Brasil, desde una

perspectiva muy crítica, observando la realidad del país hermano, Graziano da Silva (1987) sosténia que es imposible pensar alternativas tecnológicas que no sean cada vez más dañinas dentro del sistema capitalista agrario. Años después, María José Carneiro (2013) seña, al igual que Giarracay otros autores, la dificultad creciente en esta neorruralidad de distinguir con claridad lo rural de lo urbano. El concepto en cuestión tiene sus orígenes en la sociología rural para dar cuenta de los procesos que ya no pueden ser explicados con los paradigmas existentes que oponían lo rural a lo urbano, lo moderno a lo tradicional y en los que lo agrario y lo rural se superponían. El concepto de nueva ruralidad, que como muchos otros es polisémico y con ciertas ambigüedades, hace referencia a los cambios experimentados por el medio rural latinoamericano a partir de los años ochenta del siglo XX, cuando comenzaron a hacerse más intensos los efectos de la globalización y de las políticas neoliberales. En su sentido analítico, muestra la importancia de los fenómenos alternativos a la ruralidad tradicional y en general aluden a la denominada agrarización y a la penetración del gran capital en la producción agraria. (Giarraca 2001, Hernández González; Meza Huacuja, 2006; Grammont, 2008; Kay, 2008; Pellón, 2015).

En este contexto, de modo simultáneo, pero sin ser exactamente parte del mismo proceso social se da otro denominado neorruralidad que abraza una multidimensionalidad de procesos, pero que de modo *sine qua non* refiere a una migración ciudad campo. Estas movilidades de una u otra manera se vinculan con una revalorización y recuperación de lo que, para sus protagonistas, se supone es el deber ser y el ser tradicional de la vida agraria, con valores vinculados a una producción artesanal rural sustentable y con una vida en armonía con la naturaleza y la comunidad en la que se inserta. La ruralidad tradicional y la vuelta al campo son conceptos que como todas las categorías nativas terminan siendo significantes con significados parcialmente diversos y de ahí las contradicciones que presenta. (Ruiz Rivera, 2009; Ruiz Rivera Delgado Campos, 2008).

Estas dos conceptualizaciones, nuevas ruralidades y neorruralidad, dan cuenta de las transformaciones agrarias producidas por la aplicación de políticas neoliberales. De allí que autores como Hernández González y Meza Huacuja (2006) consideren a la neorruralidad como parte de las nuevas ruralidades. Nosotros, como explicitamos más arriba, los entendemos como dos conceptos independientes. Uno, el de nuevas ruralidades, hace referencia a un proceso que se origina con el avance del gran capital en el agro. El otro, el de neorruralidades, alude a un movimiento sociocultural contestatario a la vida en las grandes urbes.

En línea con la propuesta de Trimano (2015b), este trabajo considera a la “neorruralidad” como una construcción con entidad teórica propia, que da

cuenta de un proceso social que presenta una alternativa de vida, crítica al modelo urbano. La noción de neorruralidad implica un movimiento cultural que se traduce en una migración ciudad-campo protagonizado por actores de clase media urbana³, con iniciativas vitales fundadas en la búsqueda de un cambio de vida y un acercamiento a la naturaleza y la vida en comunidad. Para Castells (2003) El “neorruralismo” se observa en parajes rurales o pueblos pequeños, definidos –por el *urbanita*- como bellos, exóticos y de una temporalidad asociada al “tiempo glacial”.

La migración ciudad-campo es una suerte de rito de pasaje que convierte a un sujeto urbano en neorrural. Esta mudanza geográfica siempre es una decisión ampliamente meditada, que algunas veces se va realizando de a partes y que junto con bienes materiales se mudan valores, expectativas y capitales simbólicos que se pondrán en juego en los nuevos espacios residenciales y las dinámicas sociales con los nativos. Este tipo de migración no es una migración de masas de sectores subalternos que no pueden satisfacer sus condiciones mínimas de subsistencia. Son sectores de una clase media urbana que, crítica a los modos de vida en la urbe, va atrás de un sueño de una vida mejor. Así, indefectiblemente, los espacios en el que los sujetos interactúan se reconfiguran y las estructuras productivas, económicas y sociales de los pueblos rurales argentinos experimentan transformaciones, que no siemprevon armónicas ni en una sola dirección. Este proceso social, denominado neorruralidad, en distinta medida según las localidades, se da en gran parte de los espacios agrarios y rurales argentinos. En algunos, llega a transformar la estructura demográfica local y en otros son sólo algunos casos que no afectan significativamente la vida ni la percepción de los nativos. (Llambí, 2004; Trimano, 2015b).

La neoruralidad, interpelada desde los flujos migratorios, presenta un proceso novedoso, ya que, durante la edad media y la edad moderna, la humanidad occidental fue urbanizándose. (Alcántara Ferrer, 1977; Bourdieu, 2002; Otero, 2007). En este sentido, desde el siglo XX, en el contexto latinoamericano, la Argentina fue un país de avanzada. Según diversos documentos del INDEC, en 1895, el índice de urbanización argentino era de 37,4%. En 1914, 52,7%. En 1947 era de 62,2%. En 1960 la urbanización llegaba al 72%. En 1970 al 78,5%. Ya en 1980, el 83% de los argentinos vivíamos conglomerados de más de 2.000

³ Retomamos la definición de clase media de Ezequiel Adamovsky (2009) que la define como a un grupo de personas directamente observable sino a una imagen mental. La clase media, más que una clase social unificada por sus propias condiciones objetivas de vida, es un conglomerado de grupos diversos, que no son trabajadores manuales ni ricos, que han adoptado una identidad subjetiva de “clase media”, es decir que se piensan a sí mismos como pertenecientes a dicha clase.

habitantes (número de habitantes que se consideran como punto de inflexión entre lo rural y lo urbano). En 1990, la población en zonas urbanas alcanza el 86,9%. En 2001, la urbanización del país alcanza al 89,3% de la población total y en 2010 el 91% de la población argentina era urbana. Estos procesos de urbanización no se explican por la tasa de crecimiento vegetativo sino por las migraciones campo ciudad. Los motivos principales de estas movilidades fueron las posibilidades de actividades rentables que no ofrecían los entornos rurales, el acceso a servicios y la cercanía a la modernidad, entendida críticamente como algo positivo. (Bourdieu, 2002).

Aún las migraciones ciudad-campo producto de la gran crisis económica de alcance mundial iniciada fines de 1929 fueron distintas a la neorruralidad. En ese momento no fueron voluntarias hacia un lugar ideal si no una especie de retirada compelida por la falta de empleo y redes de contención estatales hacia territorios menos mercantilizados que las grandes ciudades y con redes de contención familiar (Castel; Haroche, 2003).

Los neorurales, críticos de la vida urbana, el nivel de consumo y la impersonalidad de la vida en las grandes urbes se construyen con una alternativa nueva y cualitativamente distinta. Invierten el proceso migratorio tradicional campo – ciudad y se trasladan desde la ciudad al campo. (Picciani, 2016; Rivera, 2009) En muchos casos, como el del pueblo en donde realizamos el trabajo de campo, estos flujos migratorios no llegan a transformar significativamente la composición demográfica de la sociedad receptora, pero en otros como en Villa Laguna La Brava, del Partido de Balcarce, o en Las Calles, en la zona de Traslasierra, en la Provincia de Córdoba, presentado por Trimano (2015a; 2015b) el peso demográfico de los nuevos migrados es muy significativo “(...) *inmigrantes residentes (casi la mitad de la población), provenientes de grandes ciudades (Buenos Aires y Córdoba)*.” (Trimano, 2015b: 4).

La neoruralidad, durante las últimas décadas, ha captado el interés del mundo académico. Se reflexiona sobre la reestructuración territorial a partir de la revalorización de los espacios rurales para nuevas actividades y las asociaciones con valores positivos. Así aparecen dos fenómenos que luego son integrados en el de neoruralidad, el de contraurbanización y de renacimiento rural. (Cloke, 1985; Ferrás Sexto, 1997; Linck, 2001; Echeverri; Ribero, 2002; Dirven, 2004; Leveau, 2009; Rivera, 2009; Morillo; Pablos, 2012; Cardoso, 2013). La realidad de los espacios agrarios está volviéndose más compleja, explicando porque es que en la década de 1990 cobran definitivamente entidad propia las nuevas ruralidades, el modelo agronegocios y las neorruralidades. (Gras; Hernández, 2016; Hüter, 2016; Muzlera, 2013; Picciani, 2016).

Los resultados de este artículo surgen del trabajo conneorrurales de una localidad del sureste de la Provincia de Buenos Aires, Argentina, ala cual, para mantener el anonimato de los sujetos entrevistados, renombramos como El Pampero.

El objetivo del mismo es comprender los modos cómo viven la experiencia neorrural estos migrantes ciudad-campo. Para ello hemos construido una tipología de 3 categorías a partir del uso que hacen del territorio en tanto espacio social en el cual se trabaja, se consume y se está y los modos de vincularse con los nativos tanto en la esfera pública como en la privada.

La hipótesis principal es que si bien las categorías poseen poder explicativo que ya se irán desarrollando adaptarse al nuevo lugar es muy difícil y las ilusiones que motivaron la migración suelen desvanecerse con el paso del tiempo.

En 2010, este poblado contaba con 500 habitantes. Esto es un 8% menos que en el 2001 y un 5% menos que en 1991, lo cual sugiere que la crisis de 2001 favoreció a que la localidad -un poco más protegida de la mercantilización de la vida de las grandes urbes y dada la arquitectura de las viviendas- se haya presentado como una suerte de refugio. Está ubicada a 30 km por ruta asfáltica de la ciudad cabecera del partido, de unos 40.000 habitantes y a 450 km de la ciudad de Buenos Aires. Aunque hay establecimientos de producción mixta, por sus particularidades agroecológicas, se la considera una zona de aptitud agrícola. Predominan la producción extensiva de: soja, trigo, maíz y girasol y papa.

El cierre del ramal ferroviario en la década de 1990, el acercamiento relativo (para quienes poseen movilidad propia) de la ciudad cabecera del partido y la percepción de los nativos de la falta de empleo, produce -junto con una merma del número de habitantes- la sensación de que “el pueblo va para atrás” o “el pueblo está muriéndose”. Aunque no existen datos, ya que el CNP 2010 no los desagrega para esta localidad, se percibe una población envejecida. Esta percepción es compartida por la gente del pueblo quien reiteradamente expresa que los jóvenes se van a estudiar y dada la falta de oportunidades ya no regresan.

Como característica común con las pequeñas localidades de la provincia de Buenos Aires, la ausencia del tren a partir de la década de 1990 ha sido un factor determinante para que la actividad económica del pueblo disminuyera. En otros tiempos, durante la primera mitad el siglo XX, el pueblo llegó a tener 2 hoteles, una cooperativa agrícola que sobrevivió hasta la década de 1990, un local de despacho de combustible, 2 talleres mecánicos y 2 chapistas, 2 clubes sociales y deportivos cada uno con su bar, 1 bar, 1 restaurante, 2 colegios primarios, 5 almacenes, 3 carnicerías y 1 tienda de ropa y mercería, entre otras instituciones y comercios. Hoy los dos hoteles están en ruinas, la cooperativa no existe, no

hay ningún taller mecánico ni donde cargar combustible. Hoy, El Pampero no tiene un sólo bar. Carme puede comprarse sólo en un local que también vende verduras y productos de almacén. De los clubes queda uno, ya sin bar, y perdió su personalidad jurídica. Durante la década de 1980, un sacerdote de nacionalidad europeo, en gran medida con dinero que recibía de su familia, construyó -entre otras obras- un centro cultural y recreativo (hoy un galpón donde duermen trabajadores golondrinas) un jardín de infantes (hoy con 15 estudiantes) y un colegio secundario (hoy con 65 estudiantes). De los dos colegios primarios mencionados, sólo queda uno al que concurren 60 estudiantes.

Las descripciones y análisis de estas páginas están hechas desde una perspectiva metodológica cualitativa, en base a observaciones e historias de vida, clásica de los estudios de caso. Estas observaciones se caracterizan por una mirada reflexiva, en la que el acento del análisis está puesto en la comprensión de las categorías nativas y sus autores. (Geertz, 2006). La ventaja de los estudios de caso de estilo, sobre otros de mayor alcance territorial y/o de unidades de análisis, es la minuciosidad de detalle de las dinámicas sociales que posibilitan una comprensión más acabada. En palabras de Norbert Elías:

La selección de una pequeña unidad social como objeto de investigación de problemas que se pueden detectar en una gran variedad de unidades sociales más amplias y diferenciadas posibilita la exploración minuciosa de dichos problemas, por así decirlo, con microscopio. Es factible erigir un modelo explicativo a escala reducida una figuración que se cree universal, esto es, un modelo listo para ser contrastado, expandido o revisado según la necesidad gracias a las indagaciones en figuraciones relacionadas a una escala más amplia. (Elías, 2003: 221).

En El Pampero identificamos 19 neorrurales, personas que nacieron en ciudades grandes (o un caso en el que desarrolló más de la mitad de su vida en grandes centros urbanos) y se mudaron a este pueblo o sus alrededores en busca de una mejor calidad de vida. Las características del pueblo y las dinámicas establecidas con los nativos desde hace varios años, y con los neorrurales para la investigación en curso, permiten suponer que en el poblado no hay más neorrurales que los identificados.

Las entrevistas fueron realizadas en un trabajo de campo que duró un mes durante noviembre de 2016. Esas entrevistas fueron realizadas en lugares que les eran familiares a los entrevistados y a la mayoría de ellos se los entrevistó varias veces. Las entrevistas trataron de tener un tono informal favoreciendo la comodidad del entrevistado y reforzando el vínculo de confianza entre ambos.

Fueron mates, cenas familiares y visitas cortas en espacios y momentos de trabajo. Así y todo, no con todos se alcanzó el mismo nivel de confianza e intimidad. En general con los varones fue más fácil. Tal vez con excepción de Mariela y de Sandra. Mariela la más joven de las adultas, profesional, llegada a El Pampero hace pocos años es socia de su marido. Ambos trabajan por igual. Sandra, también profesional, es soltera. Con el resto de las mujeres, si bien siempre hubo un muy buen trato se las percibía en el rol de esposa de y no logré que tomen un rol protagónico en los encuentros en los que más de una vez no participaban más allá que para ofrecer una bebida y retirarse. Esto se verá reflejado en las selecciones de fragmentos de las entrevistas; hay quienes aparecen citados más veces porque en los encuentros han contado más cosas. La primera vez que se referencia a los entrevistados se hace una breve descripción de quienes son. Al final de trabajo se presenta una tabla con una sistematización de las características los entrevistados.

En las siguientes páginas se podrá leer el Marco de Referencia, Los Resultados con un subapartado por cada categoría construida, las Reflexiones Finales, la Bibliografía y el anexo de las entrevistas.

2. Marco Referencial

El fenómeno neorruel es susceptible de diversos abordajes y perspectivas. Aunque la mayoría aborda el fenómeno considerando a las personas migrantes como unidad de análisis están quienes estudian los vínculos establecidos entre noerruales y nativos (Trimano, 2015a), quienes se centran en el análisis de los flujos de mercancía ciudad-campo (Picciani, 2016) y de perspectivas múltiples como el trabajo editado por Hernández González y Meza Huacujaj (2006).

Dentro del universo de trabajos que, como el nuestro, intentan construir categorías explicativas encontramos el de Luciana Trimano (2015b) y el de María Jesús Rivera (2009). En el primero, Trimano (2015b), se reconstruye tipologías nativas: “*Gringos originales*”, “*Gringos actuales*” y “*Hippies*”. Rivera (2009), por su parte, las construye partir de la *manera de irse a vivir al campo* (Rivera, 2009: 419), resultando las siguientes categorías: “*Distopía pragmática: espacios periurbanos, espacios de adaptación, movilidad y proximidad. El dominio del hogar*”, “*Utopía de refugio: salvación individual, movilidad y flexibilidad espacial. Eldominio de la comunidad*” y “*Utopía de arraigo: cambio de vida, arraigo y distanciamiento. El dominio de lanaturaleza*”.

Las categorías utilizadas por Trimano (2015b) son impensadas para nuestro análisis. En primer lugar, su unidad de análisis es el tipo de vínculo establecido

entre nativos y los distintos neorruales (clasificándolos estos con categorías nativas). En segundo lugar, en el caso considerado para nuestra investigación, el escaso peso demográfico de los neorruales lleva a que los nativos no construyan tipologías acerca de estos ni le dediquen atención en tanto grupo social. Si bien “todo el pueblo” los conoce y no se percibió conflicto de ningún tipo, son “ignorados” en tanto neorruales y como veremos a lo largo del trabajo, en distinta medida, también lo son como habitantes del pueblo.

En el trabajo de María Jesús Rivera (2009), para el caso de Navarra, España, las categorías son condensadas por la autora. Al estar construidas a partir de las compresiones que los entrevistados realizaban sobre el mundo y sus propias biografías, nos brindan elementos de análisis útiles para pensar nuestro campo y construir categorías con poder explicativo para la realidad que nos toca observar.

Aunque nuestra propuesta es cercana a la de María Jesús Rivera (2009) sus categorías fueron desarrolladas para un caso puntual de la Península Ibérica y por más que el modelo agropecuario actual sea global y dominante, tiene diversas traducciones nacionales y locales, y ser este un estudio de caso, es necesario adaptar las herramientas de análisis para el contexto que pretende comprenderse.

Otros dos trabajos que nos ha sido de utilidad para interpelar nuestro campo son el de Morillo y de Pablos (2012) y el de San Agustín (2001). El primero de los dos, también mirando casos españoles, no distinguen entre tipos de neorruales, se centran en los motivos de la migración y las coincidencias ideológicas e identitarias. El de San Agustín (2001) se centra en los cambios acontecidos en las valoraciones culturales de lo rural y en las contradicciones, ambivalencias y paradojas presentes en las relaciones entre lo rural y lo urbano por parte de los neorruales.

3. Resultados. Categorías para acercarse a la inserción en la neoruralidad bonaerense.

Las prácticas productivas y económicas que despliegan los actores sociales del agro implican sostener un particular modo de vida en el plano de la subjetividad y un modelo específico de desarrollo local y global en el plano estructural. Tanto los distintos modelos productivos y las dinámicas (cotidianas y a largo plazo) desarrolladas por los actores, así como los procesos de circulación de capital que ellos ponen en marcha pueden implicar diferentes usos de la tierra, diferentes lógicas de ocupación y valoración de los espacios locales, diferentes

relaciones sociales y por lo tanto diferentes *habitus* con los cuales interpretaran y actuaran en el mundo (Bourdieu, 2007; Hüter, 2016). En este sentido, a partir de la observación de los modos en que estos neorrurales utilizan el espacio, las dinámicas de socialización, el momento del ciclo de vida y el relativo éxito económico hemos construido tres tipos ideales: desencantados, ilusionados y adaptados. Estas categorías pretenden tener un poder explicativo acerca de cómo es la vida de estos neourrariales y su futuro cercano.

3.1. Desencantados

Mudarse de la ciudad al campo no sólo es una importante inversión en lo económico sino también en lo emotivo. Y como toda inversión, los costos pueden llegar a percibirse como más que los beneficios. En estos casos abandonan esa nueva vida neorrural o evalúan abandonarla. De los 18 casos considerados en este trabajo, 4 ya han abandonado El Pampero y 4 más están evaluando hacerlo. Entre quienes ya se marcharon, dos son ex esposas de hombres que aún viven en El Pampero, la de Eugenio y la de Arturo. Ambas habían migrado con ellos y después de la disolución del vínculo de pareja se han vuelto a Buenos Aires de donde eran oriundas. Los otros dos casos son los hijos de Eugenio, que cuando llegó el momento de dejar de hogar paterno lo han hecho trasladándose a grandes ciudades del centro y norte del país. Entre quienes están evaluando irse el principal motivo es para vivir cerca de sus hijos y nietos. Ellos son los dos hombres divorciados, Eugenio y Arturo, que ya están jubilados y Mauro y la esposa. Estos son un matrimonio mayor, con nietos en Buenos Aires. En este caso si bien él sigue en actividad, su trabajo no está anclado físicamente a El Pampero. Revende de modo *online* artículos para explotaciones agropecuarias y se traslada para las entregas. Para este trabajo es lo mismo vivir en El Pampero o en Buenos Aires, según él mismo explicó en la entrevista. El resto de los entrevistados siguen proyectándose en El Pampero.

Vivir en el lugar no significa lo mismo para todos (Elías, 2003; Rivera, 2009). Están quienes duermen, trabajan, consumen y se esparcen en una misma localidad, quienes lo hacen parcialmente y quienes sólo duermen en El Pampero y trabajan en una ciudad o de modo *on line*, estos últimos están físicamente en el pueblo, pero salen poco de su casa y prácticamente no se vinculan con los nativos. Los neorrurales desencantados suelen habitar el pueblo de las últimas dos maneras descriptas “*Yo casi no salgo de acá*[refiriéndose a su casa]. Me gustan la paz y el paisaje.” (Eugenio, 68 años, jubilado, divorciado, ex militante

político y funcionario local, vive en 9 hectáreas a 15 kilómetros de la ciudad cabecera del partido).

“Casi no salgo de casa, me junto con dos o tres a tomar unos vinos de vez en cuando y nada más. Este pueblo está lleno de gente chata, por eso están como están. Cuando vine, hace 12 años intenté hacer un montón de cosas, después me cansé. Son unos dejados de mierda. Yo disfruto mi soledad, mis animales, mis plantas, el paisaje...” (Arturo, 73 años, jubilado, divorciado, vive una casa construida por él, en un terreno de una hectárea en las afueras de El Pampero).

En el caso de Arturo no sólo se ve como está en el pueblo sino también el desencanto con el pueblo, motivo principal de su aislamiento.

“A nosotros nos gusta mucho este lugar, pero casi no nos relacionamos con nadie, de acá. Nos llevamos bien con todo el mundo, pero no hicimos amigos. (...) Plantamos frutales y tenemos un montón de ponedoras y huerta. Nos gusta eso y todo el excedente lo regalamos o hacemos trueque. La gente nos quiere, pero no somos de salir ni de relacionarnos con nadie.” (Mauro, 69 años, se dedica a vender de modo online instalaciones para explotaciones agropecuarias, vive en las afueras del pueblo en una casa rodeada de árboles que no se ve desde la calle).

Para los desencantados, los vínculos sociales que establecen con los locales son escasos y débiles. En el caso de Arturo, inclusive, de franco rechazo. En las entrevistas, dejan ver una valorización del paisaje y su belleza, pero no con los nativos y sus modos de vida. El entorno natural es considerado como un recurso a su disposición, para su uso y disfrute, a través de diferentes prácticas espaciales y experiencias estéticas. (Rivera, 2009) Hay un goce y un uso del entorno, pero no un sentirse parte del mismo. No se integran ni con el medio natural ni con la comunidad. Tres de ellos (Arturo, Mauro y su Sra.) producen alimentos para autoconsumo, no así Eugenio. Ninguno trabaja en El Pampero, ni consume allí más que cosas aisladas, ni se vincula con los nativos. Todos ellos están evaluando irse del pueblo.

El pueblo o el campo (cercano al pueblo) es sólo el lugar para ir a dormir o para refugiarse y aislarse, para contemplar el paisaje, pero no para establecer ningún tipo de vínculos. Trabajan en Buenos Aires, en la ciudad cabecera del partido a 40 kilómetros del pueblo o por Internet. Si bien sólo uno de ellos valora negativamente la calidad de vida local, todos desean dejar la vida en

el pueblo y volverse a la ciudad. Aún aun valorando positivamente la vida en El Pampero, valoran más la cercanía de hijos y nietos que el entorno físico local.

Estas migraciones fueron parte de una planificación y un proceso. Fueron proyectos de vida que, para esta categoría, no acabaron de la manera esperada. “*No sé cuántas veces pasábamos por acá*, camino a la costa, y nos daban ganas de mudarnos. Algunas veces, *antes de seguir camino dábamos una vuelta. Otras, inclusive estábamos en la costa y veníamos a pasar el día*” (Mauro).

“Yo manejaba un transporte y tenía un amigo que se había comprado una casita y siempre me hablaba de lo lindo que era, de la paz que se respiraba y me calentó la cabeza. Yo vivía cerca de Ezeiza y estaba podrido de la inseguridad. Un día que andaba cerca nos vinimos a conocer su casa y comer un asadito y me convenció. (...) Y así fue, de a poquito lo fui edificando y cuando me jubilé me mudé con mi Sra.” (Arturo).

De los de esta categoría Eugenio y su esposa son los únicos que migraron relativamente jóvenes y con hijos en edad escolar. Se mudaron hace aproximadamente 25 años, dejando atrás una vida de bienestar económico como pequeños empresarios del turismo (dueños de un hotel) para dedicarse a la política. Eugenio vivió la actividad política con la convicción que ese era el modo de construir un mundo mejor.

“Era joven, idealista, hoy no lo haría. El mundo sigue igual y yo perdí todo, ni familia me queda. En su momento estaba muy entusiasmado, me metí hasta el cuello, y después no era fácil salir. Iba viendo que la cosa no era como la había pensado, pero ya no era fácil salir y fui perdiendo mi mujer, mis hijos y después mí amigos.” (Eugenio).

Arturo, Mauro y la esposa de Mauro se mudaron ya grandes, después de los 60 años. Arturo ya jubilado. En todos ellos hay un desencanto de la comunidad de destino. Excepto Eugenio todo el resto valoraban negativamente los ritmos de vida de la gran ciudad e imaginaban una vida en el campo, o en un pueblo chico como El Pampero, más armónica e integrada con la comunidad local, menos estresante y más sana.

“Lo veíamos tranquilo... los chicos en la calle, gente en la vereda, las sierras de fondo... Pero ya hace 5 años que estamos y en parte por la nieta que está en Buenos Aires, en parte porque nos aburrimos... Con la gente de acá está todo bien, pero no tenemos un solo amigo. Ya estamos pensando en volvernos, el tema es que esta casa no se la vendés a nadie” (Mauro).

A pesar de que la mudanza ciudad-campo fue un proceso que llevó años, la evaluación del destino, lo que se imaginaron respecto a cómo sería la vida en El Pampero, no se correspondió con la experiencia de vida posterior. Altas exceptivas respecto a la participación en actividades colectivas para mejorar el hábitat han frustrado la ilusión de esa comunidad imaginada, armónica, pequeña y con altos niveles de integración y cooperación. Esaimagen de arcadia pastoral, en palabras de Trimano (2015b), resultó no sólo errónea sino contraproducente. La desilusión los llevó a un estado de frustración y desencanto que volvió insostenible la vida neorural. Este desencanto, como veremos con las mujeres de la próxima categoría, parece ser más fuerte para ellas que para ellos. Los varones, en líneas generales, parecen poder vincularse mejor por vía del trabajo y tener menos expectativa respecto a la profundidad o calidad de los vínculos afectivos.

Una característica común entre casi todos los neorrurales es la noción de solidaridad y el compromiso social. Eugenio, por ejemplo, dejó su vida familiar por un proyecto de militancia política. Mauro migró a Francia para vivir y participar de los acontecimientos del 68, años después volvió a la Argentina y ayudó alojando a refugiados políticos latinoamericanos; sabiéndose perseguido deja su casa y el trabajo y se muda a Salta para ser entrenado en el ERP⁴. Con la vuelta de la democracia realizó trabajo social en villas. En El Pampero, produce huevos y fruta orgánica y la regala a gente de bajos recursos.

Arturo, al poco tiempo de llegar, y a raíz de una intoxicación por agro tóxicos que dejó a su esposa internada 3 meses en Buenos Aires y con secuelas durante 2 años más, organizó una pequeña ONG que logró prohibir las fumigaciones aéreas cerca del pueblo.

“Ya me cansé, son una manga de pelotudos, el glifosato les quemó la cabeza a todos. No hacen nada, viven para la mierda y no se mueven. Los albañiles no trabajan bien, los pintores son horribles, electricistas no hay, como ciudadanos se dejan avasallar en sus derechos, es un pueblo de mierda. ¡Hice un esfuerzo muy grande para parar las fumigaciones y conseguir la adhesión de la gente de acá! (...) Yo no participé más y nadie hizo nada. (...) Por mí que se jodan. En Buenos Aires capaz que te mata un motochorro, pero acá te

⁴ El Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) fue una organización guerrillera argentina, que constituyó la estructura militar del Partido Revolucionario de los Trabajadores, de orientación marxista, liderado por Mario Roberto Santucho durante la década del 70. Hacia principios de 1977 fue desarticulado por las Fuerzas Armadas como consecuencia del Operativo Independencia (1975) y de la dictadura autodenominada Proceso de Reorganización Nacional que mató a su líder en 1976.

envenenan los sojeros y nadie se mueve. Allá de última tengo a mi hijo y mi nieto. No creo bancármela mucho más acá.” (Arturo).

Estos neorruales, a los que llamamos desencantados, no tienen una inserción marcada ni en la esfera pública ni en la privada. Su uso del espacio rural es dormitorio o refugio, disfrutan de la contemplación del paisaje y en alguna medida los recursos naturales, pero no logran integrarse con la comunidad local ni al ambiente natural. La concepción de la naturaleza es la de algo externo a ellos. Esta desintegración los frustra, y esta frustración se agrava porque El Pampero, en tanto comunidad imaginada en los momentos previos a la migración, era una comunidad con fuertes niveles de integración y solidaridad.

3.2. Ilusionados

Los ilusionados son una categoría de neorruales con otros modos de ser y estar en pueblo respecto a los desencantados. Poseen un mayor nivel de inserción en el terreno de lo laboral, trabajan y consumen en él. Las actividades productivas de los ilusionados son espacialmente situadas, a diferencias de los neorruales desencantados cuyas actividades productivas eran situadas en una ciudad a la que se trasladaban o de modo *online*. De los 7 casos de nuestro trabajo de campo que se ubican en esta categoría, sólo 2 trabajan en relación de dependencia, Carlos y Clara. Élde 35 años y ella de 32 están casados, tienen dos hijos de 10 y 7 años. Carlos trabaja en un centro informático de una gran empresa que tiene el centro de cómputos en Buenos Aires. Está entre 3 y 5 días por semana en Buenos Aires y el resto en El Pampero. Estos tiempos dependen de las exigencias y necesidades de la empresa. Cuando está en el pueblo trabaja bajo la modalidad *home office*. Clara es maestra en la escuela local y voluntaria en la Sociedad de Fomento. Su trabajo, los hijos escolarizados y la Sociedad de Fomento son determinantes para la inserción de Clara en la vida local. Carlos se suma a ella cuando está a través de la su familia. Pero esta inserción no es “natural” suele ser consciente y como todo lo vinculado a la neorruralidad producto de un esfuerzo del que se espera ver frutos en un futuro no muy lejano. Veamos el ejemplo de Sandra. Ella Nació en una ciudad del sudeste de la provincia de Buenos Aires, de muy pequeña se fue a vivir a la ciudad cabecera del partido y cuando llegó el momento de cursar sus estudios universitarios se fue. Estuvo algunos años en Buenos Aires y 15 en Europa. Hace 6 decidió volverse y volverse al campo. Al momento de las entrevistas tenía 54 años,

era ex CEO de una multinacional y ahora tiene un vivero y está armando un pequeño emprendimiento turístico. Vive en un campo de 27 hectáreas a 8 kilómetros de El Pampero.

“(...) trato de comprar todo acá, pero hay cosas que no hay y esas las compro en Mar del Plata. Me gusta integrarme con la gente de acá, las cosas de comida las compro todas en el pueblo. (...) la gente de acá es difícil, no valoran lo que tienen, yo les vendo una planta de la misma calidad y más barata y son capaces de ir a comprar a Mar del Plata más caro. Pero eso no me pasa sólo a mí, eh. Eso le pasa a todo el mundo. La gente de acá no tienen conciencia de comunidad, son muy yo-yo, muy egoístas si querés... es como si se avergonzaran y para darse status consumen en otro lado” (Sandra).

A diferencia de los desencantados, los ilusionados establecen una mayor integración con el lugar sobre todo en lo que es parte de la esfera pública, el trabajo, el comercio y acciones de trabajo social solidario, pero no logran desarrollar vínculos afectivos profundos. Suelen establecer buenos vínculos, pero siempre son percibidos como extranjeros. Esta última particularidad se da en varones y mujeres, pero son las mujeres quienes más lo padecen o al menos quienes más reflexionan sobre esto.

“Con la gente de acá nos llevamos genial. (...) Yo tengo una personalidad especial, yo vine con un perfil bajo, barro el piso y no le decía a nadie que era arquitecta. (...) Acá no tengo ninguna amiga, pero no por problemas, sino porque nos pasamos trabajando todo el día. Ni siquiera puedo ver a mis amigas de toda la vida. (...) yo respeto las diferencias, puedo llevarme bien siendo distintos. Acá hay mujeres de mi edad que ya son abuelas o a la tarde ven la novela, yo jamás miro tele.” (Mariela, 35 años, comparte el tambo, la producción de quesos y la fábrica de plásticos con su marido, desde que llegó ha ejercido de arquitecta, pero no le ha cobrado a quien no podía pagarle, vive en 7 hectáreas propias en las afueras de El Pampero).

Este sentirse de otro lado también le sucede a Sandra.

“Tanto El Pampero como la [acá refiere a la cabecera de partido]son lugares muy cerrados, de lo más cerrado en los que me tocó vivir. (...) Tengo amigas de toda la vida, pero hay como una barrera que es muy difícil pasar. Está todo bien, nos tomamos unos mates, pero hay algún lugar de la intimidad a

la que no me es fácil llegar. Y si aún están casadas, peor. Siento como si a los maridos no les gustara que se juntase con una loca, solterona que anduvo por el mundo. (Sandra).

Milton Santos (1996) sostiene que las acciones vinculadas al trabajo, son cada vez más ajena a los fines propios del hombre y del lugar porque suelen obedecer a un proyecto ajeno a quienes las ejecutan. Esta reflexión no pareciera describir a esta categoría de neorrurales. Los ilusionados se identifican con su trabajo, se realizan en él.

“Mis amigas se la pasan viajando por el mundo y nosotros, ni por plata ni por tiempo, podemos irnos de acá más de unas cuantas horas. Igual, no me quejo, vinimos por elección propia, no por necesidad. Queríamos un lugar de campo, cerca del mar. Además, necesitábamos buenas rutas por el plástico y eso lo logramos” (Mariela).

“A mí me da mucha satisfacción tener un buen trato con el cliente. Acá dejamos todo abierto y la gente pasa y charlamos. Es la simpleza de tener la voluntad de ponerse al servicio del que quiere comprar algo, de escuchar al otro. No es sólo por plata, sino también por el respeto a lo que hago y por el que vienen a comprar” (Hernán).

“El vivero no está yendo bien, pero habrá que buscarle la vuelta. Ahora estoy acondicionando la casa para el turismo. Irme de acá no es una opción. Amo el lugar y trabajar para mí. Ser la empresaria de uno mismo y vivir en comunicación con el lugar produce una sensación de plenitud” (Sandra).

Los ilusionados, están en una franja etaria intermedia entre los desencantados y los adaptados, tienen entre 30 y 55 años y parecieran ser los de mayor poder de consumo de las 3 categorías presentadas. Al igual que los desencantados hay una valoración negativa de la calidad y el ritmo de vida en las grandes urbes y la mayoría de ellos, como los desencantados, poseen una marcada tendencia a la solidaridad.

Martina es católica y de chica participaba activamente de la catequesis y demás actividades parroquiales. Le gustaba la abogacía y defender a la gente de las injusticias. En 1982, cuando debió comenzar sus estudios universitarios, el miedo de sus padres por la situación política del país⁵ provocó que en lugar de

⁵ Entre el 24 de marzo de 1976 y el 10 de diciembre de 1983 la Argentina padeció una violenta dictadura militar que según estimaciones de organismos internacionales de derechos humanos dejó como saldo 30

mudarse a La Plata se mudase a Tandil y como allí no existía la carrera de derecho comenzó a estudiar ingeniería en sistemas. En Tandil, mientras estudiaba, comenzó a militar y conoció a Juan Carlos Pugliese (entonces intendente) que con el regreso de la democracia fue presidente de la Honorable Cámara de Diputados. 1984 no fue sólo un año vertiginoso para el país, también lo fue para Martina. Comenzó a trabajar en el Congreso de la Nación, buscando leyes para que los diputados pudiesen ver los antecedentes de las que se debatían. Fue becada para comenzar a estudiar abogacía en la UCA y comenzó a hacer trabajo social en villas miseria de la Ciudad de Buenos Aires. Comienza así el primer episodio de una dinámica que volverá a repetirse: compromiso, fascinación, colapso y comienzo de una nueva etapa, casi una nueva vida.

“Ir a la villa y ver el perro muerto en el charco, los nenes descalzos y desnudados, a mí me superó. Tuve que tomar distancia porque eso a mí me superó. No lo aguanté. La verdad es que se hacían cosas, había logros, pero no pude valorarlos.” (Sandra)

Más o menos al mismo tiempo deja el trabajo en la legislatura y comienza a trabajar para UNICEF Argentina (Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia - Argentina) en barrios del Gran Buenos Aires. *“No me banqué trabajar en la legislatura.... Era muy joven y me faltaba madurez para separar la política de los políticos”*

En 1994, comenzó a trabajar en una AFJP (Administradora de Fondos de Jubilaciones y Pensiones). Diez meses después, se organizan las ART (Aseguradora de Riesgo de Trabajo) y se entrenó para cómo -desde lo privado- trabajar desde “*el servicio hacia los otros*”. *“Me tocó ser la jefa de un equipo y fue una experiencia fantástica. Interactuaban con los directores de recursos humanos de las empresas y las necesidades del personal. Pero me cargaba todo encima, no soportaba una necesidad pendiente de alguien y no paraba. Una madrugada me sacaron en una ambulancia. Había colapsado y después de 15 días de internación, ya con el alta renuncié.”*

Haciendo referencia a El Pampero, dice: “Quise hacer algo social en el pueblo pero nadie participa. Es muy frustrante.”(Sandra).

También Hernán y Mariela tienen un pasado de militancia social.

“En Altamirano educamos a la gente para reciclar. Les explicábamos... habíamos puesto por todo el pueblo bolsones, con plata de nuestro bolsillo,

compramos bolsones de arena y pusimos carteles en todo el pueblo. Reciclábamos envases de tetra, vidrio, cartón, plástico. (...) Cuando se llenaban, se vendían en público y esa plata se invertía en materiales para la escuela. Se publicaban las facturas en todos lados. Se compraron los equipos de básquet y beisbol para todo el colegio, se armó la cancha de básquet. Y eso la gente lo veía y lo agradecía. (...) Acá no nos involucramos tanto en ese sentido. (Hernán).

La relación con la naturaleza de los ilusionados no supera el lugar del observador que construye paisaje que usufructúa dinámicas de integración y explotación respetuosa. (Williams, 2001).

“Vivir en este campo... no sé cómo explicarlo... es mágico. Levantarte a la mañana y ver las sierras, las heladas, la vida misma. Me llena de vida, después de tanto peregrinar encontré mi lugar en el mundo y no me voy más” (Sandra).

“(...) Vivir en el campo, para mí, es hermoso! ¿Si de algo no me arrepiento es haberme venido a vivir al campo.

(...) Sí, claro, a las terneras la dejamos para el tambo y los novillos por ahora los dejamos disfrutar de la vida (risas). No es que estemos en contra de que los maten y los coman, pero nos da pena. Son seres vivos y los vimos nacer. Algún día los venderemos, mientras podamos seguir manteniéndolos los tendremos comiendo pasto en el fondo” (Mariela).

Del mismo modo que los desencantados la conversión a la neorruralidad no fue una decisión puntual ni algo que se diera de un día para el otro.

“A veces siento que todo lo que hice en mi vida era un camino para llegar a acá. Esta casa era de mi abuelo y siempre fue especial. Un día sentí que había llegado el momento, pero fue como la concreción de un proceso de años... de siempre. Tomé la decisión en marzo de 2010 y comencé a preparar mi ausencia durante 6 meses. En octubre de ese año, me volví para instalarse acá, a 25 km de la ciudad” (Sandra).

También para Hernán y Mariela la neorruralidad fue un proceso. Ellos vivían en Buenos Aires y mientras Mariela estudiaba Arquitectura Hernán trabajaba en su propia fábrica de plásticos. Los fines de semana salían a andar en bicicleta por la zona de la ruta y se les ocurrió comenzar a plantar zapallos. Así fue como los fines de semana se los dedicaban al ciclismo y a los zapallos.

Cuando ella terminó de cursar se mudaron a una localidad de 2.500 habitantes a 80 km de Buenos Aires. Alquilaron una casa en el pueblo, no en el campo, y la fábrica de plásticos la mantenían en un galpón en Quilmes. En 2008, se mudaron a un pueblito de 250 habitantes a 10 km del anterior en donde compraron una quinta de 1 hectárea. Mudaron la fábrica de plástico y tuvieron la primera vaca lechera. A partir de ese momento se propusieron no sólo vivir en el campo sino también vivir de él.

Las críticas al modelo de vida urbana no sólo alcanzan a la inseguridad, el tráfico y el estrés cuestionan también la falta de independencia laboral y los altos niveles de mercantilización. El pueblo es un refugio físico y simbólico. El menor número de habitantes y su entorno hacen de él el espacio ideal para establecer relaciones vecinales basadas en la espontaneidad, el conocimiento y la confianza mutua, por oposición al tipo de relaciones impuestas por el propio ritmo y dinámica de la ciudad (Rivera, 2009).

“No somos grandes consumidores. Tratamos de hacernos la verdura y todo lo que podemos. También hacemos mucho trueque (queso por chorizos, por huevos, por pollos, por fruta, por algo de quinta que no llegamos) y la gente se pone muy contenta, porque acá no están acostumbrados al trueque. También lo hacemos con el plástico, inclusive hasta por maíz. El trueque es fantástico, sobre todo con gente honesta, te hace sentir que haces las cosas bien. (Hernán).

A diferencia de los desencantados, los ilusionados perciben que “el precio” de la migración fue una “buena inversión” el desarrollo de lazos afectivos más sólidos y el alejamiento de su familia y amigos de origen son elementos negativos que esperan solucionar en el futuro, pero que no invierten el resultado positivo del balance personal.

3.3. Adaptados

Habrá una tercera categoría de neorrurales, la de quienes no sólo se insertan en la esfera pública trabajando y consumiendo en El Pampero, sino que también logran un nivel de inserción en la esfera de la vida privada. Sólo hemos encontrado 2 casos de estos entre los 18 considerados para este artículo, Ramón de 37 años y Miguel de 34. Estos hermanos han tenido contacto con el pueblo desde pequeños, porque su abuelo paterno vivía ahí y ambos se casaron con una nativa. De las tres categorías consideradas, los adaptados parecieran ser las de menor poder adquisitivo. Son cuentapropistas del rubro construcción, changas

de campo y doman caballos. Ninguno tiene vehículo a motor propio (sí caballos y bicicletas). Trabajan en el pueblo o por la zona y todo el consumo cotidiano lo realizan en El Pampero. Uno de los dos se presentó con una lista independiente para ser delegado municipal con una plataforma inspirada en el ecologismo inglés (vivieron 12 años en Londres) y perdió por 3 votos. El eje de su campaña estuvo centrado en la contaminación y la destrucción del medio ambiente provocada por la agricultura extensiva.

Vivir en El Pampero y hacer lo que hacen fue una elección. El pasaporte europeo obtenido por línea materna les permitió a los 6 hermanos, madre y padre vivir 12 años en Londres. 2 siguen viviendo allá, 1 en Buenos Aires, 1 en Alemania y 2 en el Pampero. El consumismo, el estrés, el anonimato y la falta de solidaridad, es una crítica que le hacen los 4 hermanos a los que pudimos entrevistar tanto a Londres como a Buenos Aires.

Ramón, de 37 años, está en pareja y sin hijos propios, pero hace de padre de una hija adolescente de su compañera. Doma caballos y hace “changas” de albañilería y pintura, eventualmente trabaja como jornalero.

“Este lugar lo quise desde chico. No es fácil de explicar, pero, aunque me mudé recién a los 20 es como si siempre hubiese sido de acá. Nací en Buenos Aires, a los diez años nos fuimos a Londres, pero siempre me sentí de acá. (...) Con la guitarra nos la vamos rebuscando. Es una elección vivir en paz o malgastar la vida ganando plata... acá hacemos de todo. Lo que más me gusta son los caballos, pero el resto no me molesta” (Ramón).

En una entrevista, una de las dos hermanas (no considerada neorrural para este trabajo) nos decía *“A nosotras[refiriéndose a ella y la otra hermana mujer]también nos encanta El Pampero, pero acá una mujer no tiene muchas opciones. Vivimos más o menos mitad del año en Londres trabajando de camareras, tal vez un poco más, y el resto venimos acá de vacaciones.”* (Ximena, 30 años).

Miguel de 34 años, 2 hijos de 6 y 4, doma caballos y hace “changas” de albañilería y pintura, eventualmente trabaja como jornalero y tiene una visión muy similar a la de Ramón.

“Yo priorizo vivir acá, almorzar en casa, cenar en casa, salir a la calle tranquilo. No tenemos ni auto ni moto, pero acá no hacen falta. Nos gusta que los chicos crezcan acá. (...) Uno no se lleva bien con todo el mundo, el pueblo es como cualquier lado, hay gente buena e hijos de puta... pero te conocés. Viste lo que dicen ‘Pueblo chico, infierno grande’ y es así.” (Miguel).

El vínculo con la naturaleza revista un carácter más integrado, la posición menos de observadores externos y de mayor integración.

“Una de las cosas que más me molesta de acá son los productores agropecuarios. Riegan con millones de litros de agua y las napas bajan y bajan, el agua ya no se puede tomar (está contaminada con arsénico y agroquímicos), a la biodiversidad la hacen mierda y a nosotros nos matan de cáncer. (...) Como son los que tienen la plata mueven la economía del pueblo, pero visto desde ahí la calidad de vida acá es una mierda. (...) Me da bronca porque nosotros nos conformamos con poco y somos felices. Si los ricos se conformasen con menos, todos seríamos más felices. En general la gente del pueblo no es consciente de esto.” (Ramón).

Los adaptados, no parecen tan felices como los ilusionados, pero el balance entre vivir en una gran ciudad y en el pueblo parece ser |positivo. Su nivel de consumo es el menor de las tres categorías analizadas. Están claramente insertos tanto en la esfera pública como en la privada. De las tres categorías son los que presentan un vínculo más armónico con la naturaleza.

Hay un último caso, el de Federica. Ella es la madre de Ramón y Miguel, es viuda y vive en el pueblo. Le gusta el lugar, consume allí, pero no tienen prácticamente vínculo con nadie más allá de sus hijos. Al no estar arrepentida de la elección ni planear irse, no encajaría con los desencantados, pero tienen un uso del pueblo más como refugio. Tiene un bajo nivel de consumo y producción de verduras y hortalizas propias con lo cuál no hemos podido categorizarla.

4. Reflexiones finales

Los neorrurales son sujetos de origen clase media urbana que abandonan la vida en la ciudad para buscar, en espacios rurales, una mejor calidad de vida. El momento de la migración ciudad campo, que en algunos casos se entiende como un proceso y en otros se da en un día puntual, aunque en todos los casos son decisiones largamente meditadas. Estos cambios en las dinámicas de vida suelen darse en la juventud (donde suelen estar solteros o en pareja sin hijos o hijos chicos) o en la adultez. La mudanza ciudad-campo, que dará como resultado la transformación en un neorrural, implica una inversión de riesgo multidimensional (económica, identitaria, cultural y afectiva); es por esto que la decisión suele ser sumamente meditada y se toma en los momentos del ciclo de vida en que correr riesgos menos peligroso.

Durante la juventud, cuando aún no se tienen hijos, al no haber carga familiar el margen de libertad es más grande y las consecuencias negativas, si existiesen, sólo recaerían el protagonista. Por otra parte, está la sensación de “aún se puede volver a empezar”. En la adultez, el otro momento en que se producen estas migraciones, es la etapa del “nido vacío” cuando los hijos ya se han emancipado del hogar paterno y existe una ventaja respecto los migrantes jóvenes sin hijos, no se pone en riesgo los medios de subsistencia (unos vivían de la jubilación y otros mantenían su actividad principal anterior y por lo tanto su medio de ingresos).

Aunque los miembros de las tres subcategorías de neorrurales valoran negativamente la vida en las grandes urbes, de modo inverso a la sensación de soledad, el rechazo hacia ellas iría demenor a mayor comenzando por los desencantados, siguiendo por los ilusionados hasta llegar a los adaptados.

Como parte de la crítica ideológica a la vida de las grandes urbes, sobre todo entre los ilusionados y los adaptados, se observa una dinámica de consumo moderada (ropa, autos, electrodomésticos, celulares, etc.). Esto, al menos entre los ilusionados se explica más por una elección ideológica y estética que por la imposibilidad material de acceder a mercancías. Para el caso de los adaptados, si bien exponen una crítica a la sociedad de consumo y presentan la austерidad como un valor, un mayor nivel de consumo –al menos en lo inmediato- parecería no ser una opción.

Los integrantes de las tres subcategorías propuestas, presentan lógicas productivas y dinámicas culturales opuestas a las del *agribusiness*. Todos se manifiestan en contra de la acumulación de riquezas como un fin, de no practicar actividades productivas sustentables y de los altos niveles de mercantilización (que asocian a la vida urbana moderna y rural del *agribusiness*).

El compromiso social, la generación de prácticas colectivas en pos de una sociedad mejor, es una característica de casi todos los casos considerados. La conciencia social y solidaria es un elemento común, en particular entre los desencantados y los ilusionados.

El desarrollo de vínculos afectivos profundos es difícil. En las comunidades rurales observadas estos vínculos parecieran desarrollarse en la infancia o por medio de lazos de parentesco, siendo casi imposible que esto suceda después. Entre la primera versión de este trabajo y ésta, Miguel se separó, pero no parece haber perdido el grado de intimidad con sus amigos locales.

El trabajo de campo lleva a la construcción de tres categorías de neorrurales: desencantados, ilusionados y adaptados. Las dimensiones consideradas fueron principalmente el uso que hacen de los espacios y su vínculo con el medio

ambiente, los consumos, los modos de vincularse con los nativos tanto en la esfera pública como en la privada y la autoevaluación de la experiencia migratoria. Es difícil, por el momento, establecer si esta última dimensión es una variable dependiente de las otras. Creemos que sí, pero sólo en alguna medida. La adaptación a la nueva vida no es fácil y -al menos en nuestro caso de estudio- sólo quienes han construido una familia con una nativa han podido lograrlo plenamente. Una vez logrado el “status” de adaptado es independiente del cónyuge. La sensación de soledad producida por sentirse distinto y no integrado a la gente del pueblo, que se acrecienta cuando hijos y nietos están lejos, es determinante para la sensación de frustración frente a la opción de vida neorrural y está íntimamente vinculada a la categoría de neorrurales (inexistente en los adaptados, moderada en los ilusionados y fuerte en los desencantados) y esta -casi ontológicamente- al nivel de inserción. Los desencantados tienen un muy bajo nivel de inserción, usan el campo y el pueblo como un lugar donde estar en soledad. Los ilusionados han logrado una marcada inserción en lo laboral, en el consumo local, en la vida pública en general, pero no han logrado un desarrollo de vínculos profundos en el plano afectivo. Los adaptados han logrado el desarrollo de vínculos afectivos y en lo que a intercambios mercantiles se refiere también son los más integrados de las tres categorías de neorruralidad propuestas.

Los neorrurales, junto con los marcados niveles de compromiso social, presentan altos niveles de individuación, entendida esta característica como la posibilidad de los sujetos de ser hacedores responsables de sus propias biografías. Todos ellos han tenido un considerable nivel de autonomía para decidir dónde y cómo querían vivir. Son sujetos a los que no les tienta el riesgo económico o empresarial. La adrenalina asociada a las inversiones les produce más aversión que afición. La elección por convertirse en pequeños empresarios, generalmente sin mano de obra asalariada, se explica más por un anhelo de independencia (asociada a la calidad de vida) que por el afán de lucro derivado de evitar la apropiación de la plusvalía por parte de un otro. Son austeros en sus inversiones y en sus consumos. Hay en sus prácticas empresariales, que buscan más seguridad que éxito, cierta crítica a la condición de incertidumbre típica de esta modernidad.

Referencias

- ALCÁNTARA FERRER, Sergio. Civilización, urbanización y megalopolización ¿Etapas de un mismo proceso? *Diálogos: Artes, Letras, Ciencias humanas*. El Colegio de México v. 13, n. 3, mayo - junio 77, pp. 16-22. Disponible em: <<http://www.jstor.org/stable/27933562>>. Acesso em: 10 set. 2019.

- BOURDIEU, Pierre. *El baile de los solteros*. Barcelona, Anagrama, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *El sentido práctico*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2007.
- CARDOSO, María Mercedes. *Contraurbanización en el sistema urbano argentino. El rol de los pueblos grandes en el Área Metropolitana de Santa Fe*. En Programa Nacional. Olimpíada de Geografía de la República Argentina 2013. pp. 121-128. Santa Fe, Universidad Nacional del Litoral, 2013.
- CARNEIRO, María José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 6, n. 2, 1998, pp. 53-75.
- CASTEL, Robert; HAROCHE, Claudine. *Propiedad privada, propiedad social, propiedad de sí mismo. Conversaciones sobre la construcción del individuo moderno*. Rosario, Argentina, Ed. Homo Sapiens. 2003.
- CASTELLS, Manuel. El reverdecimiento del yo: el movimiento ecologista. *La factoría*, v. 5, Febrero – Mayo 1998, pp. 1-20.
- CLOKE, Paul. Counterurbanisation: a Rural Perspective. *Geography*, v. 70, n 1, January 1985, pp. 13-23
- DIRVEN, Martine. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural. *Revista de la CEPAL*, n. 83, Agosto 2004, pp. 49-69.
- ECHEVERRÍA, Rafael; RIBERO, María del Pilar. *Nueva ruralidad. Visión del territorio en América Latina y el Caribe*. San José, IICA, 2002.
- ELIAS, Norbert; CASQUETE, Jesús. Ensayo teórico acerca de las relaciones entre establecidos y forastero. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, Centro de Investigaciones Sociológicas. Madrid, España, n. 104, Oct.–Dec., 2003, pp. 219-251
- FERRÁS SEXTO, Carlos. Los fundamentos teóricos del renacimiento rural en la sociedad postindustrial. *Polygonos: Revista de geografía*, n. 7, 1997, pp. 133-146.
- GEERTZ, Clifford. *La interpretación de las culturas*. Barcelona, Gedisa, 1993.
- GIARRACCA, Norma. (comp.) ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires, CLACSO, 2001.
- GÓMEZ PELLÓN, Eloy. Aspectos teóricos de las nuevas ruralidades latinoamericanas. *Gazeta de Antropología*, v. 31, n. 1, 2015, artículo 11.
- GRAMMONT, Hubert C. El concepto de nueva ruralidad. En PEREZ, Edelmira (y otros) (eds.) *La nueva ruralidad en América Latina*. Bogotá, Universidad Javeriana, pp. 23-43.
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. Modelos de desarrollo e innovación tecnológica: una revolución conservadora. *Mundo Agrario*. v. 17, n. 36, eo28, diciembre 2016, pp. 1-27.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Perspectivas da Agricultura Alternativa. *Caderno de Ciéncia & Tecnologia*. v. 04, n. 2, maio./ago. 1987, pp. 117-128.
- HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Mario; MEZA HUACUJA, Ivonne (Coords.) *Nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina*. CEDERSSA. México, 2006.

- HÜTER, Estefanía. Dinámicas socio-económicas del agro pampeano actual y espacios locales: una propuesta de análisis. *Revista Huellas*, Instituto de Geografía, EdUNLPam: Santa Rosa. v. 20, 1996, pp. 187- 208.
- KAY, Cristobal. Reflections on Latin American rural studies in the neoliberal globalization period: a new rurality? *Documento inédito presentado en la University of East Anglia*, Norwich, Reino Unido, el 16 de abril de 2008.
- LEVEAU, Carlos. ¿Contraurbanización en Argentina? Una aproximación a varias escalas con base a datos censales del período 1991 y 2001. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía*. México, UNAM, n. 69, 2009, pp. 85-95.
- LINCK, Thierry. El campo en la ciudad: reflexiones en torno a las ruralidades emergentes. *Relaciones*, v. XXII, n. 85, 2001, pp. 85-104.
- LLAMBÍ, Luis. Nueva ruralidad, multifuncionalidad de los espacios rurales y desarrollo local endógeno. En Pérez, Edelmira y Farah, M. (Eds.), *Desarrollo rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea*. Bogotá, PUJ, 2004.
- MORILLO, María Jos; DE PABLOS, Juan Carlos. *Neorrurales, la construcción de un estilo de vida*. Paperpresentado VI Congreso Andaluz de Sociología. Cádiz (CD), 2012.
- MUZLERA, Jose. *La modernidad tardía en el agro pampeano. Sujetos agrarios y estructura productiva*. Bernal, UNQ, 2013.
- OTERO, Hernán. El crecimiento de la población y la transición demográfica. En Torrado, Susana (Coomp) *Población y Bienestar en la Argentina del Primero al segundo Centenario*. Buenos Aires, edhasa, 2007.
- PICCIANI, Ana Laura. Discusiones Teóricas Sobre la Dinámica Funcional en el Vínculo Espacial Urbano y Rural. *Pampa*. n. 14, 2016, pp. 161-180.
- RIVERA, María Jesús. La Neorruralidad y sus Significados. El Caso de Navarra. *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, v. 67, n. 2, Mayo Agosto, 2009, pp. 413-433.
- RUIZ RIVERA, Naxhelli; DELGADO CAMPOS, Javier. Territorio y nuevas ruralidades: un recorrido sobre las transformaciones de la relación campo-ciudad. *Revista Eure*, v. XXXIV, n. 102, agosto, 2008, pp. 77-95.
- SAN AGUSTÍN, María Victoria. Paradojas Del Desarrollo: Ruralidad Versus Ciudadanía. Una Apuesta Social De Futuro ponencia presentada. *XIV Simposio de Cooperativismo y Desarrollo Rural*. Universidad de Zaragoza, 2001.
- SANTOS, Milton. *De la Totalidad al Lugar*. Barcelona, Olikostan, 1996.
- TRIMANO, Luciana. La Neorruralidad desde un Enfoque Antroposociocomunicacional. *Miguel Hernández Communication Journal*, v. 6, 2015a, pp. 195-217.
- TRIMANO, Luciana. Nuevas Corrientes migratorias: desplazamiento residencial y transformación social en la ruralidad. *Trabajo presentado en las XI Jornadas de Sociología de la UBA Coordenadas contemporáneas de la sociología: tiempos, cuerpos, saberes*, Buenos Aires, 2015b.

WILLIAMS, Raymond. *El campo y la ciudad*. Buenos Aires, Paidós, 2001.

Recebido em: 02/11/2017

Aprovado em: 30/05/2019

Como citar este artigo:

MUZLERA, José. Neorruralidad en el sudeste bonaerense. Uso del espacio y sociabilidades. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 563-588.

Anexo

Sistematización de entrevistas

		Piensan en volverse o se volvieron	Uso del pueblo	Actividad	Relación con la naturaleza	Categoría
1	Mariela	No	Esf. Publ.	Tambo, Fca. Plásticos y arq.	Armónica	Ilusionado
2	Hernán	No	Esf. Publ.	Tambo y Fca de plásticos	Armónica	Ilusionado
3	Sandra	No	Esf. Publ.	Vivero y alojamiento rural	Armónica	Ilusionado
4	Ramón	No	Pública y privada	Changas (construcción y campo)	Integrada	Adaptado
5	Eugenio	Sí	Dormitorio o Refugio	Jubilado	Contemplativa	Desencantado
6	Julia (ex de Eugenio)	Sí	NC	NS	NS	Desencantado
7	Pablo (h. Eugenio)	Sí	NC	NS	NS	Desencantado
8	Soledad (h. Eugenio)	Sí	NC	Música y empresaria	NS	Desencantado
9	Miguel	No	Pública y privada	Changas (construcción y campo)	Integrada	Adaptado
10	Clara	No	Esf. Publ.	Docente	NS	Ilusionado
11	Carlos	No	Esf. Publ.	Sitemas	NS	Ilusionado
12	Mauro	Sí	Dormitorio o refugio	Empresario		Desencantado
13	Marcela (Sra. Mauro)	Sí	Dormitorio o refugio	Ama de casa		Desencantado
14	Antonia	No	Esf. Publ.	Ama de casa	Contemplativa	Ilusionado
15	Roberto	No	Esf. Publ.	Ing. Agr.	Contemplativa	Ilusionado
16	Arturo	Sí	Dormitorio o refugio	Jubilado	Contemplativa	Desencantado
17	Teresa (Sra. Arturo)	Sí	Dormitorio o refugio	NS	NS	Desencantado
18	Federica	No	Dormitorio o refugio	Jubilada	Integrada	***

Reminiscência e Registro: um estudo da produção memorialística dos jornalistas da revista *Realidade*¹

Vaniucha de Moraes²

Resumo: Este artigo aborda a produção memorialística de jornalistas que comiseram a primeira equipe da extinta revista *Realidade* (1966/1968). Tais jornalistas tiveram seus relatos biográficos registrados em pesquisas científicas a partir dos anos 1990 e obtiveram prestígio no meio intelectual nos anos 2000, década em que começaram a publicar autobiografias e livros de memórias. A motivação para a presente discussão consiste em investigar a relação entre o registro dessas narrativas e o contexto social e histórico em que foram produzidas.

Palavras-Chave: Elite Jornalística, História do Jornalismo, Sociologia da Cultura.

Reminiscence and record: a study of memoirs productions of the Realidade magazine's journalists

Abstract: This work discusses the memoirs of the journalists who composed the first team of the extinct *Realidade* magazine (1966/1968). Those journalists had their biographical accounts recorded in scientific researches from the 90s and gained prestige in intellectual circles in the 2000s, the decade that they began to publish

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.
² Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis - Brasil - ucha8@outlook.com

autobiographies and memoirs. The motivation for this discussion is to investigate the relationship between the recording of these narratives and socio-historical context in which they were produced.

Keywords: *Journalistic elite; Journalism History; Sociology of Culture.*

A primeira década do século XXI foi, para muitos jornalistas, um período de recebimento de homenagens às experiências profissionais realizadas há 40 anos. Após quatro décadas, os jornalistas que integraram a redação da revista *Realidade* começaram a lançar no mercado editorial suas biografias e memórias. O saudosismo dos últimos anos foi antecedido por uma série de trabalhos acadêmicos produzidos uma década antes, nos anos 90. Tais trabalhos saudavam a publicação, posicionando-a no panteão das principais experiências da história da imprensa nacional – um marco da *reportagem* brasileira – e de certa maneira ensejaram a produção memorialística.

A investigação da produção memorialística e biográfica dos jornalistas da extinta revista *Realidade* foi motivada por aspectos relacionados às seguintes questões: a relação entre as condições de produção dos livros de memórias e biografias e o momento de mudanças no mercado profissional jornalístico nos anos de 1960 a 2010 e o contexto social e histórico brasileiro; a interação entre as origens e trajetórias sociais dos jornalistas memorialistas e as transformações no âmbito da produção cultural, especialmente no jornalismo; e, por fim, o papel desempenhado pelo gênero textual da *reportagem* na configuração de um modelo de jornalista a ser consagrado. Essas questões impulsionaram o presente estudo a investigar as inter-relações entre as reminiscências e os registros jornalísticos.

Preliminarmente, pode-se destacar que a especificidade da produção memorialística dos jornalistas em questão consiste no estilo textual empregado e no prestígio do posicionamento dos autores na hierarquia do jornalismo. São obras que se caracterizam pela abordagem de trajetórias de vida em congruência com a história da imprensa brasileira e do país. Elas contam a história de indivíduos que vivenciaram uma série de acontecimentos significativos, como as transformações no mercado profissional e os embates com a censura imposta pelo regime militar nos anos 1960 e 1970. Em muitas dessas publicações, pode-se encontrar a reprodução de reportagens publicadas primeiramente na revista *Realidade* (1966-1968) e também nos jornais da imprensa alternativa (1970), produções que conquistaram prestígio ao serem revisitadas por pesquisas acadêmicas a partir dos anos 1990. Outra particularidade da

produção memorialística está vinculada à posição consagrada de seus autores, ex-repórteres da revista *Realidade* e autores de livros-reportagens. A referência à *reportagem* não é gratuita. Texto apoiado em pesquisa de profundidade, mais extenso que os demais textos noticiosos, escrito em estilo testemunhal e literário, a *reportagem* é o gênero jornalístico por excelência dentro da historiografia da profissão.

A produção biográfica e memorialística dos jornalistas consagrados se define pelas marcas autorais que explicitam e pela remissão ao gênero da *reportagem*. Portanto, trata-se de um estilo que se diferencia do padrão noticioso de outro gênero textual: a *notícia*, essa caracterizada pela objetividade e pela imparcialidade. Cumpre esclarecer que a *notícia* se caracteriza também pela concisão e ausência de marcas autorais e se contrapõe à *reportagem*, plena de marcadores de autoria e referências literárias. Por sua vez, a distinção entre o texto noticioso – a *notícia* – e o texto autoral – a *reportagem* – remonta ao conflito geracional instaurado no meio profissional com a entrada de uma nova geração de jornalistas egressos da universidade após a exigência do diploma para o exercício da profissão em 1969. Esse novo requisito desencadeou um conflito entre “antigos” e “novos” jornalistas, cujo auge se deu nos anos 1980 e 1990. Em outras palavras, gerou o embate entre os autodidatas – formados pela vivência nas redações e pela luta contra a censura durante o regime ditatorial – e os diplomados, jovens profissionais que ingressaram na profissão trazendo consigo uma visão técnica e menos ideológica acerca do ofício. Em meio à disputa por posições de maior autoridade e autonomia, os neófitos na profissão logo foram rotulados como acríticos e burocratas pelos veteranos. Esse é o cenário no qual surgiram as distinções textuais anteriormente apontadas e no qual a linguagem tornou-se o campo de batalha. A redação da *notícia* era destinada aos recém-chegados enquanto a *reportagem* era reservada aos detentores de maior prestígio, pois a posição de autor destinava-se aos notáveis. Isto é, a desigualdade estrutural entre as posições na hierarquia profissional se equipara às desigualdades entre os textos produzidos por eles, suas designações de autoria, os valores documentais de seus registros e também a desigualdade presente nas memórias da profissão (Bergamo, 2014: 227).

Nas biografias e memórias, reportagens que haviam sido publicadas primeiramente em jornais e revistas foram recorrentemente reproduzidas na íntegra. A remissão a essas reportagens pode ser compreendida ao se considerar o valor que possuem no âmbito profissional. A *reportagem* é considerada a essência do jornalismo, uma vez que nela se encerram as características fundamentais do modelo profissional consagrado pela vivência em contraposição à formação

universitária. As características da *reportagem*, como a presença de marcas autorais, a fusão entre a memória individual e a memória coletiva (do mundo, do país ou da imprensa), estabelecem uma relação intrínseca com a identidade clássica da profissão. A *reportagem*, autoral e literária, contrapõe-se à *notícia*, texto conciso produzido em linguagem referencial e destituído de marcas de autoria. A produção e assinatura de uma *reportagem* são reservadas à elite profissional enquanto a *notícia* é destinada aos denominados “focas” ou calouros da redação. Por isso, a *reportagem* e sua reprodução em livros de memórias e biografias de jornalistas veteranos pode ser situada no conflito em torno da definição da história e da memória profissional. Pode-se considerar, ainda, que enquanto a *notícia* é considerada parte de uma produção em série, feita para ser consumida e logo descartada, a *reportagem* é feita para ser lida mais de uma vez (Bergamo, 2014), o que corrobora para sua republicação em livro décadas depois da primeira publicação em jornais e revistas.

No artigo, busco contemplar a visão de que a produção memorialística é um elemento privilegiado para a compreensão de estratégias e princípios de afirmação e hierarquização, bem como está envolvida diretamente na busca pelo monopólio da representação legítima e induz à compreensão do funcionamento de determinado âmbito da produção cultural, nesse caso, o mercado profissional jornalístico. Aqui também considero o valor da produção autobiográfica para profissionais da escrita, como os jornalistas, para quem a transformação da trajetória pessoal e profissional em capital simbólico representa muito em termos de possibilidade de consagração e legitimação (Miceli, 2001; Pontes, 2003; Grill, 2012b).

O percurso da análise começa pela abordagem dos trabalhos acadêmicos a respeito da revista *Realidade* e de seus protagonistas, seguido pelo despertar do interesse pela produção de memórias por parte dos jornalistas; na sequência, trato da relação indistinta entre memória individual e memória coletiva; em seguida, analiso as origens e trajetórias sociais para exemplificação das mudanças no mercado profissional jornalístico; e, por fim, concentro-me nos elementos que foram silenciados no processo de edificação da produção memorialística no que se refere à formação intelectual refletida no repertório e no estilo de escrita.

1. Interesse acadêmico: a revista *Realidade* nos dias atuais

A produção científica realizada a partir dos anos 1990 a respeito dos jornais e revistas que se destacaram nas décadas de 1960 e 1970 contou com a colaboração de vários jornalistas que concederam entrevistas a pesquisadores

de diversas áreas do conhecimento. Uma parcela dessas pesquisas tinha como objeto e fonte a revista *Realidade* (1966-1968) e os periódicos da chamada *imprensa alternativa* dos anos 1970³.

A revista *Realidade*, primeira experiência da Editora Abril em publicações de informação geral, existiu por dez anos consecutivos, de 1966 a 1976. Seu auge, porém, foram os primeiros anos, de 1966 a 1968, período em que chamou atenção pela ousadia na linguagem e na temática. Em sintonia com a efervescência cultural daquele momento, a revista abordou toda sorte de polêmicas que agitavam os anos 1960. Era essencialmente uma revista de reportagens. Grande parte delas redigidas em primeira pessoa e resultantes de pesquisas de imersão. Pleenias de marcas autorais, as reportagens de *Realidade* remontam às impressões pessoais do repórter e ao intercurso vivido nas suas produções.

Realidade se beneficiou dos estertores do intervalo democrático para contestar a moral vigente e o Estado autoritário em gradativo recrudescimento do golpe militar. Isto é, no auge da revista, o Ato Institucional n. 5 ainda não havia sido promulgado. A partir da segunda metade do ano de 1968, entretanto, a equipe responsável pela linha editorial adotada já se encontrava fragmentada em função do contexto de pressão política. Após 1968, *Realidade* sofreu um gradativo processo de descaracterização de seu projeto inicial. Teve reduzido o número de tiragens até finalmente parar de ser impressa em 1976. Porém, os momentos áureos de *Realidade*, de 1966 a 1968, permaneceram na memória dos profissionais de imprensa, dos leitores e, sobretudo, nas mentes daqueles que se encarregaram de fixá-la nos registros da história da imprensa brasileira por meio de autobiografias e trabalhos científicos.

A revista *Realidade* motivou muitos trabalhos acadêmicos⁴. A lista de pesquisas que direta ou indiretamente abordaram a referida publicação inclui trabalhos realizados, sobretudo, por pesquisadores que tiveram formação inicial em jornalismo, atuaram como jornalistas ou são professores na área de Comunicação Social e Jornalismo, como Maria Terezinha Tagé, Edvaldo Pereira Lima,

3 Neste trabalho analiso depoimentos de jornalistas que integraram a primeira equipe da revista *Realidade* (1966/1968) e fizeram parte dos jornais alternativos *Bondinho* (1970), *Jornalivro* (1971), *Grilo* (1971), *Fotochoq* (1973), *Ex* (1973), *Movimento* (1975) e *Extra-Realidade Brasileira* (1976).

4 Jorge Andrade, *Repórter Asmodeu: leitura do discurso jornalístico de autor na revista Realidade*, de Maria Terezinha Tagé Dias Fernandes (tese de doutorado, ECA-USP, 1988). *O livro-reportagem como uma extensão do jornalismo impresso: realidade e potencialidade*, de Edvaldo Pereira Lima (tese de doutorado, ECA-USP, 1993). *Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*, de José Salvador Faro (tese de doutorado, ECA-USP, 1999). *A dança efêmera dos leitores missivistas na revista Realidade*, de Letícia Nunes Goés (dissertação de mestrado, FFLCH-USP, 2001). *Entre o sonho e a realidade: pioneirismo, ascensão e decadência da revista Realidade (1966-1976)*, de Adalberto Leister Filho (dissertação de mestrado, FFCH-USP, 2003).

José Salvador Faro, Letícia Nunes Goés e Adalberto Leiter Filho, por exemplo. Ao compulsar as biografias e memórias pude perceber que quanto *Realidade* conquistava cada vez mais prestígio como objeto de pesquisa no âmbito acadêmico, os jornalistas que fizeram *Realidade* também redigiam seus livros de memórias. Assim, o que o conjunto das obras mostra é a convergência entre os interesses de pesquisa dos acadêmicos e a vontade de testemunhar dos sujeitos históricos.

No que concerne aos livros de biografias e memórias, cumpre destacar na presente análise que esses registros exerceram a função de difundir um modelo profissional de jornalista a ser considerado legítimo. Tendo em vista que o moderno jornalismo concede outro tratamento à autoria, posso inferir que os jornalistas remanescentes de *Realidade* se dedicaram a redigir suas memórias em outros suportes (livros-reportagens ao invés de periódicos), possivelmente tendo em mente outros públicos-alvos, por exemplo, o público universitário. Nesta produção memorialística é evidente a remissão a um modelo de profissional a ser seguido. As biografias e memórias procuram responder à questão sobre o que é ser jornalista e terminam por esculpir em palavras um modelo de profissional consagrado⁵. Faz sentido se considerarmos que esse padrão de atuação foi internalizado pelos memorialistas no início de suas prestigiadas carreiras nos anos 1960. Nas décadas seguintes, embora afastados de altos cargos, alguns dos remanescentes de *Realidade* souberam canalizar talento para a imprensa alternativa e outras produções que atendiam a nichos de mercado. Em revistas, jornais ou livros-reportagens e memorialísticos, empreenderam a edificação da legitimidade de um tipo de profissional de imprensa. Esse padrão de consagração identificado com a identidade do jornalista engajado e escritor de livros-reportagens ainda que estivesse em contradição com o moderno jornalismo, fez com que esses memorialistas conquistassem o reconhecimento por parte dos intelectuais, escritores e pesquisadores. Fato esse que lhes garantiu a condição de autores e intelectuais prestigiados no campo da produção cultural brasileira.

2. Memória e história de *Realidade*: a individual e a coletiva

No que concerne à historiografia da imprensa, era comum até a época em que *Realidade* circulava como publicação mensal da Editora Abril, que a história do país, documentada em jornais e revistas, estivesse de certa forma atrelada à

⁵ O modelo profissional que conjuga o trabalho na imprensa, o engajamento político e o “flerte” com a literatura pode ser identificado no livro *A notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*, de Cremilda Medina, e *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*, de Cláudio Abramo, ambos datados de 1988.

história de suas testemunhas oculares, os repórteres. A linguagem jornalística padronizada ainda não havia sido adotada em veículos de periodicidade estendida e, por isso, na revista *Realidade*, várias reportagens vinham registradas com a marca autoral. Era recorrente o emprego de recursos literários, como a primeira pessoa do singular e as figuras de linguagem. A publicação chegou a veicular o gênero *reportagem-conto* que consistia em matérias nas quais um personagem real era selecionado para protagonizar determinado assunto, mostrando a dimensão épica da vida de pessoas comuns por meio de recursos literários. Entretanto, após o momento em que a atividade jornalística tornou-se mais técnica, a *reportagem* literária tornou-se cada vez mais restrita aos livros-reportagens e revistas especializadas. A mudança no mercado profissional e o efeito da própria conjuntura política e social resultaram na migração de muitos profissionais para a imprensa alternativa durante a década de 1970. Os livros-reportagens se tornaram uma forma de fugir da censura que imperava nos meios de comunicação.

Nesse contexto, muitos jornalistas exploraram o formato para realizar narrativas de não-ficção destinadas a públicos específicos e intelectualizados. Atualmente, entre os entrevistados dessa pesquisa, muitos ainda participam de projetos alternativos. Além de publicarem livros de grandes reportagens e obras sobre suas memórias profissionais, tais produções se integram às principais fontes da presente pesquisa.

João Antônio, escritor e jornalista de *Realidade*, já havia publicado na coletânea de contos *Malhação do Judas Carioca*, de 1975, uma *reportagem-conto* sobre o cotidiano do cais de Santos, intitulado *Cais* e originalmente publicado sob o título *Um dia no cais*, na edição de novembro de 1968 de *Realidade*. Em 2005, João Antônio foi biografado por Mylton Severiano, amigo e companheiro dos tempos de *Realidade*, em *Paixão de João Antônio*. Os exemplos mostram a simbiose entre produção jornalística e literária e a permeabilidade entre seus agentes. Antes, porém, em 1998, José Hamilton Ribeiro publicou o livro *Jornalistas: 1937 a 1997 – história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*, livro que marcava o aniversário de 60 anos do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, no qual consta uma sucinta referência à *Realidade*.

Após o ano de 2005, ano da publicação da biografia sobre João Antônio, Mylton Severiano e os remanescentes receberam ainda mais pesquisadores e *Realidade* consolidou seu prestígio com a contribuição dos trabalhos acadêmicos que a revisitaram. Diante da profusão dos trabalhos científicos publicados e dos constantes contatos para entrevistas, vários remanescentes da publicação tomaram a iniciativa de contar suas próprias histórias. Os livros que tratam das

memórias e biografias, assim como os relatos biográficos obtidos em entrevistas, apresentam uma perspectiva de fusão entre vida pessoal, profissional e do grupo formado em *Realidade* e que prosseguiu relativamente unido durante o período da imprensa alternativa.

Tais obras consistem na narrativa de um indivíduo inserido em seu grupo, entremeada com a história da imprensa e do país. Destaco ainda que *Realidade* e alguns de seus protagonistas também fundaram projetos de comunicação, como a *Caros Amigos*, em 1997. A revista publicou, em maio de 2008, uma edição especial em memória a Sérgio de Souza, falecido naquele ano. Sérgio havia sido editor de texto de *Realidade* e, na década de 1970, capitaneou várias produções da imprensa alternativa, sendo uma referência para os amigos e motivo para a dedicação de uma edição integral a ele.

Outra característica dos relatos memorialísticos dos profissionais consiste na fusão entre as histórias pessoais, profissionais e a história do país. Há a referência ao declínio da revista diante da escalada do golpe militar e da censura, pois tiveram repercussão direta nas vidas pessoais e profissionais desses jornalistas, uma vez que os orientaram para outra opção de imprensa que posteriormente foi adequadamente intitulada como “alternativa”. O momento de efervescência cultural e política da década de 1960 é também sempre relembrado como gatilho para forma de expressão jornalística que gerou *Realidade*. É o caso de Carlos Azevedo, que assim menciona o período de aglutinação de jornalistas para formação da equipe:

Enfim, era uma turma que não tinha tempo a perder, sentia a urgência de participar daquele mundo em transformação, que, achávamos, seria dos jovens e nunca mais seria o mesmo, que haveria de ser melhor, de mais igualdade, e aí morava o nosso engano (...) viemos por caminhos diversos até *Realidade*, e essa riqueza de experiências resultou num produto surpreendente, maior que todos (Azevedo, 2007a: 105).

A narrativa de Azevedo, semelhante à dos demais memorialistas, enfatiza um modelo profissional de jornalista. Nessas narrativas, evidencia-se a imagem do jornalista combativo diante da história do mundo que se desdobra diante de si e da qual faz parte. Desses relatos também emerge a ideia de que a revista e o grupo são indistintos e, por serem tratados como uma coisa só, ao se reiterar o prestígio da publicação, consagra-se tanto o grupo como o profissional que narra suas experiências após o transcorrer de quatro décadas, período em que a mística em torno da revista *Realidade* foi sendo paulatinamente construída por pesquisadores.

Nota-se que os livros mencionados possuem outras características em comum: seus autores são escritores profissionais que atuaram na imprensa e que já publicaram livros; os jornalistas relatam suas memórias e nelas incluem suas passagens pela revista *Realidade* e pela imprensa alternativa; há uma recorrente menção à história individual como história vivida em conjunto e assim é frequente o uso do pronome “nós”. Essa memória coletiva aparece associada à história da imprensa e também à história nacional, o que justifica que um amigo biografe o outro ou escreva sobre a revista. Cabe sublinhar que tais características remontam às especificidades do gênero *reportagem*, a saber, a exploração de marcas autorais e o registro indistinto da história vivenciada pelo repórter e a história coletiva.

O livro de Mylton Severiano exemplifica essa característica. Em *Realidade – a revista que virou lenda*, o fio condutor dos capítulos é a trajetória do grupo e das pessoas que estavam nos bastidores da revista enquanto ela conquistava alcance nacional. Mylton entrevistou seus colegas e teve acesso ao arquivo pessoal do redator-chefe Paulo Patarra. Na redação do livro de Severiano a respeito da revista *Realidade*, o autor lançou luz sobre os produtores da publicação ao abordar suas origens, formação intelectual, laços familiares, sociais e profissionais. Severiano, por repetidas vezes, classifica os colegas como indivíduos que no transcorrer nos anos marcaram suas trajetórias pelo exercício profissional da escrita no jornalismo e em muitos casos na literatura.

Quanto aos relatos autobiográficos, é preciso acrescentar que para apreciá-los em sua integridade faz-se necessário o reconhecimento da função exercida pela autoria. Ao narrarem suas reminiscências, esses profissionais estão ao mesmo tempo remetendo-se a outros discursos memorialísticos e demarcando suas identidades por meio da edificação de um “nome próprio” (Chartier, 2012a: 27)⁶. Tais narrativas devem ser igualmente coerentes tanto com a singularidade do nome próprio que pretendem demarcar como em relação ao discurso do jornalista intelectual e escritor. Dessa maneira, quando um amigo biografa o outro com a autoridade de um companheiro de viagem, falando em nome de uma geração – tal como Mylton Severiano em sua biografia sobre o escritor e amigo João Antônio –, temos aí uma consonância de narrativas: a do biógrafo, do biografado e do grupo. A coerência deixa entrever a “voz do grupo” que reivindica sua história e as incongruências descortinam até mesmo possíveis conflitos

6 A denominada “função autor” é resultado de estratégias textuais que vinculam a unidade e coerência de alguns discursos – como, por exemplo, o discurso jornalístico da grande *reportagem* – e um dado sujeito, nesse caso, intelectuais que na condição de jornalistas redigem obras híbridas que fundem realidade histórica e vida pessoal (Chartier, 2012a).

internos e externos. As contingências da produção da memória estão implícitas nas características das obras biográficas e memorialísticas dos precursores da revista *Realidade*. O olhar retrospectivo do jornalista que conta sua história é capaz de demonstrar a remissão à identidade consagrada. As obras em questão reverenciam e reproduzem esse padrão.

Ao contrastar o percurso profissional e intelectual dos jornalistas referidos com as mudanças ocorridas na produção cultural posso inferir que as mudanças no mercado profissional dos jornalistas possuem relação intrínseca com a crescente onda de publicações de memórias de antigos jornalistas. É possível inferir os vínculos entre as concepções de identidade e memória jornalística. O crescimento do número de produções históricas a respeito dos nomes e veículos da imprensa indica as mudanças ocorridas no campo, com o envolvimento da crise de identidade profissional, e as mudanças no mercado profissional. Elas demarcam um entendimento e uma forma de legitimação que estão em vias de desaparecimento por estarem em confronto direto com as novas formas de recrutamento e ascensão às posições de proeminência no mercado profissional jornalístico. Tal situação pressupõe uma mudança na modalidade de registro da história do jornalismo, uma vez que a articulação entre memória individual e memória coletiva deixou de ser algo restrito ao gênero da *reportagem*. Nas últimas décadas, os registros das experiências e trajetórias dos jornalistas considerados exemplares tem se confundido com a própria narrativa da história da imprensa (Bergamo, 2011: 257). O que se mostra é o conflito entre duas formas de registro da memória, o primeiro por meio das reportagens e o segundo pelo registro histórico dos casos consagrados. A transformação da memória em história encerra a forma como os jornalistas se veem e intencionam serem vistos. É preciso considerar as descontinuidades dos registros da história da imprensa. Se antes as reportagens publicadas em jornais e revistas eram acervos de registro histórico, atualmente o destino desse tipo de produção são os livros-reportagens e de memórias.

Finalmente, um último traço característico dessa produção memorialística trata-se do resgate das trajetórias dos integrantes da equipe original e dos laços de sociabilidade constituídos ao longo das carreiras e que mantiveram os participantes relativamente unidos. Tais narrativas são encontradas nos livros *Realidade Re-vista*, de José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão, e *Realidade – a revista que virou lenda*, de Mylton Severiano. No livro memorialístico de Severiano, em especial, a origem social de cada um é retomada de modo a ressaltar que a maioria dos integrantes do grupo é constituída por indivíduos oriundos da região Sudeste, em geral do Estado de São Paulo, especialmente de

municípios do interior. Embora haja casos de indivíduos que vieram de Minas Gerais (Frei Betto) e também da região Nordeste (Eurico Andrade). Entre eles, dois vieram da mesma cidade e começaram a vida profissional juntos em auxílio mútuo na conquista de oportunidades de trabalho, como Mylton Severiano e Woile Guimarães. Em geral, tiveram boa educação e acesso a livros e outros produtos culturais. Há casos de trajetórias pessoais em que o indivíduo possui parte da família na capital e parte da família no interior (Carlos Azevedo), ou seja, pode-se dizer que a equipe inicial da revista *Realidade* era formada, em geral, por indivíduos que tinham alguma familiaridade com as produções culturais dos centros urbanos e as referências à cultura popular brasileira podem ser conferidas tanto nas reportagens da revista *Realidade* quanto na produção biográfica e memorialística de seus jornalistas.

3. Origens e trajetórias sociais heterogêneas

A formação cultural dos jornalistas em questão e os primeiros contatos com a cultura escrita não foram homogêneos. Com base nas origens geográficas, é possível dividir o grupo em interioranos e citadinos. Os interioranos são aqueles que foram escolarizados e viveram até a adolescência em municípios do interior; os citadinos são aqueles que receberam formação escolar nas grandes capitais.

Citadinos como Roberto Freire, João Antônio e Frei Betto apresentam em comum o fato de terem tido acesso às informações culturais e artísticas desde a infância no ambiente familiar. O ambiente urbano lhes propiciou o contato com a produção cultural, com escritores, músicos, artistas e intelectuais.

O médico, psicanalista, escritor e jornalista Roberto Freire nasceu e foi educado em uma família de classe média da capital paulista. Ele relata em sua biografia a importância de um amigo próximo no estímulo à sua formação intelectual e artística. Por meio desse amigo, cujo pai era membro da Academia Paulista de Letras, pôde conhecer pessoalmente escritores e artistas, como Monteiro Lobato, Mário de Andrade e Oswald de Andrade. As conversas com esses autores ainda na adolescência motivaram o gosto pela produção cultural, pela política e também a vontade de se tornar escritor. No entanto, por exigência da família, formou-se em medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No curso, foi aluno do professor Carlos Chagas, que o introduziu na pesquisa científica e o auxiliou a realizar a primeira viagem internacional. Por meio de uma bolsa de estudos concedida pela Unesco, ficou por um ano no *Collège de France*, período em que apurou sua inclinação para a literatura e começou seus estudos sobre psicologia. De volta ao Brasil, Roberto Freire se envolveu inicialmente com trabalhos

na área de psicoterapia e em seguida iniciou a carreira multifacetada, que foi o seu traço característico. É reconhecido como escritor, ex-jurado de festivais musicais, dramaturgo, jornalista e fundador da Soma Terapia (Freire, 2002b).

Tal como Roberto Freire, Frei Betto acumulou, ao longo da vida, diferentes inclinações vocacionais. Além de ter atuado como jornalista nas décadas de 1960 e 1970, é vinculado à ordem dominicana. Como religioso – junto com Leonardo Boff –, é um dos expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, sendo militante em vários movimentos sociais e pastorais. Frei Betto nasceu e viveu até a adolescência em Belo Horizonte, Minas Gerais, e estudou nos colégios Marista e Aplicação. Aos 13 anos, o futuro escritor ingressou na Ação Católica e ao final da adolescência foi para o Rio de Janeiro indicado para a direção da Juventude Estudantil Católica, período em que ingressou no curso de jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua mudança para São Paulo aconteceu quando foi admitido na Ordem Dominicana para fazer o noviciado, momento em que abandonou o curso de jornalismo e começou sua colaboração para jornal *Brasil Urgente*, dirigido pelo Frei Carlos Josaphat. O jornal *Brasil Urgente* uniu Frei Betto e Roberto Freire. A amizade com Freire favoreceria pouco tempo depois a passagem do então noviço Carlos Alberto Libânia, o Frei Betto, pela mais prestigiada revista brasileira da década de 1960, a revista *Realidade* (Betto apud Moraes, 2010: 194).

Ao fim dos anos 60, a revista reuniu outros aspirantes à profissão de escritor e escritores já reconhecidos, como João Antônio. Após o período de *Realidade*, o escritor trocou correspondências durante décadas com o colega Mylton Severiano que, após a morte de João Antônio, publicou uma biografia sobre o amigo. Nela, consta que João Antônio nasceu em uma região entre a capital paulista e Osasco, “filho de mãe carioca emigrada para São Paulo e um pai português (...) João Antônio pai, crescido e alfabetizado na França, gostava de ler e João Antônio Filho tornou-se leitor voraz” (Severiano, 2013e: 233).

Mylton relata que o precoce João Antônio publicou um conto aos 13 anos no jornal *O crisol*, no qual debutou no jornalismo. Aos 18 anos já trabalhava em agências de publicidade e, após atuar como repórter do caderno de cultura do *Jornal do Brasil*, foi para a redação da revista *Realidade*. Nesse momento, tinha 30 anos e já era um escritor laureado com o prêmio Fábio Prado por original inédito e dois prêmios Jabuti nas categorias de autor revelação e de melhor livro de contos (Severiano, 2013e: 233). João Antônio, posteriormente, desenvolveria em *Realidade* o gênero conto-reportagem. Foi um escritor que obteve reconhecimento imediato da crítica literária logo após a estreia com *Malagueta, Perus e Bacanaço*, em 1963. Enaltecido pelo emprego da linguagem coloquial e por dar

protagonismo aos párias sociais em seus contos, tinha fixação por outro jornalista e escritor que exercia forte influência sobre o seu trabalho. Ao escritor Lima Barreto dedicou vários livros, a começar por *Malagueta, Perus e Bacanaço*, no qual se pode ler a dedicatória: “Para Afonso Henrique de Lima Barreto, pioneiro, Paulo Ronáí, Mário da Silva Brito e Daniel Pedro de Andrade Ferreira – meu filho”. A dedicatória lembra seu filho, os padrinhos, Ronáí e Brito, escritores e jornalistas que o ajudaram no início da carreira literária e o escritor Lima Barreto, a quem qualifica como “pioneiro”. Tendo em mente que Lima Barreto foi um escritor que abordava de forma irônica a elite política e cultural de seu tempo e dava visibilidade às figuras socialmente marginalizadas, pode-se conjecturar que João Antônio creditava a si mesmo o papel de herdeiro do legado de Lima Barreto. A afeição pelo escritor carioca o levou inclusive a produzir um romance histórico, *Calvário e Porres do Pingente Afonso Henrique de Lima Barreto*, lançado em 1974, pela Editora Civilização Brasileira. Em comum, Lima Barreto e João Antônio compartilhavam a posição de escritores malditos em suas respectivas épocas. Ao redigir um romance biográfico sobre Lima Barreto, João Antônio realiza ao mesmo tempo dois feitos importantes: reitera o prestígio do seu ídolo literário e enlaça sua trajetória intelectual à do escritor carioca (Miceli, 2009). Posteriormente, a construção da história desse grupo de jornalistas da revista *Realidade* foi levada adiante pelo amigo Mylton Severiano, que produziu a biografia intitulada *Paixão de João Antônio*. A biografia do escritor paulistano também consagra o nome de Severiano à medida que conjuga as duas trajetórias intelectuais no registro histórico da produção cultural nacional.

É em *Paixão de João Antônio* que Mylton começa a tecer o registro histórico do grupo de jornalistas junto ao nome da revista *Realidade* e a publicá-lo em livros. Ainda na mesma biografia descreve a impressão de João Antônio sobre o período da revista:

A revista que nos transformou em “grifes”, no dizer de Paulo Patarra, e que ainda em 2005 levava estudiosos a procurar os “sobreviventes” para compor suas teses em cursos de comunicação, cobrou preço alto a JA [...] Para ele, não havia nada de ‘anos loucos’, a não ser ‘o tamanho da grana que os patrões ganhavam com o nosso talento, sacrifício, noites sem dormir, serões na redação e frustração geral’ (Severiano, 2005: 59).

João Antônio manteve um contato estreito com a imprensa desde o início da carreira. Foi em um jornal infanto-juvenil que publicou seus primeiros textos (Severiano, 2013e: 233) e foi por meio dos jornais que difundiu grande parte de sua obra literária anos mais tarde. Ao longo de sua carreira, o escritor se

dedicou obstinadamente a manter uma rede de contatos com escritores, intelectuais e editores. Extensas cartas enviadas a jornalistas garantiram a difusão de sua obra no círculo artístico e também o ingresso como repórter especial do segundo caderno do *Jornal do Brasil* no início dos anos 60, na época um dos mais importantes do Brasil a aglutinar escritores e intelectuais (Lacerda, 2006).

A entrada precoce no ofício jornalístico e a publicação de textos em pequenos jornais ainda na infância ou na adolescência não é algo restrito a João Antônio, embora seja o único caso entre os citadinos. A menção à publicação precoce em pequenos jornais está vinculada à ideia de que o jornalismo é algo inato a esses profissionais da escrita. Os jornalistas aqui considerados segundo a origem e trajetória social como interioranos mencionaram essa passagem em suas memórias, como José Hamilton Ribeiro e Mylton Severiano.

José Hamilton Ribeiro é natural de Santa Rosa do Viterbo, nordeste paulista. José Hamilton conta que uma tia, dona da única livraria da cidade, havia lhe apresentado na infância obras do Monteiro Lobato e o estimulara a publicar um texto em um jornal produzido em um colégio de padres na cidade de Manhumirim chamado *O Lutador* (Hamilton apud Moraes, 2010: 166). Nos anos seguintes, José Hamilton fez o curso ginásial em São Simão e Ribeirão Preto e foi para São Paulo cursar jornalismo e trabalhar (Severiano, 2013e: 254). Destino semelhante teve o colega de *Realidade*, Mylton Severiano.

Mylton nasceu em Marília, município do interior de São Paulo, onde foi escolarizado primeiramente com a ajuda da família e amigos próximos antes de ingressar no sistema educacional para concluir o ensino médio e um curso de música em um conservatório da região. Assim como José Hamilton, Mylton também se recorda de ter “debutado” ainda jovem nos jornais por influência de uma figura familiar. O pai de Severiano enviou uma redação do filho para que fosse publicada no jornal *Terra Livre*, vinculado ao Partido Comunista.

No que diz respeito às trajetórias profissionais, é notável a diferença entre as origens e os percursos entre citadinos e interioranos. Frei Betto, João Antônio e Roberto Freire, os citadinos, deixaram entrever em suas narrativas um índice relevante de capital cultural incorporado via ambiente familiar (Bourdieu, 1999: 72). Os pais de Frei Betto exerciam profissões intelectuais. Os de Roberto Freire pertenciam à classe média e mantinham hábitos culturais internalizados pelo filho aspirante a escritor. A família de João Antônio, embora não tivesse condições econômicas e culturais para provê-lo em sua carreira intelectual, tinha como diferencial a figura paterna. O pai do escritor fora educado na França e da educação no continente europeu lhe restou a inclinação para as artes que se manifestavam no apreço pela leitura e pela música. Era violonista, participava

de grupos de Choro e em suas viagens para reencontrar parceiros sempre levava o filho mais velho, João Antônio. Certamente essa ascendência influenciou na vocação artística do escritor paulista.

Experiência diferente teve o jornalista Carlos Azevedo. Leitor de Monteiro Lobato e de histórias em quadrinhos na infância, Carlos Azevedo nasceu em São Paulo, capital, mas foi criado no Pontal do Paranapanema. Em sua biografia, o jornalista conta que viveu a infância entre o campo e a cidade: “assim me criei, um híbrido, longe de ser um cosmopolita, mas com algumas influências da cultura da capital, e nem um rapaz do campo autêntico, em que pese a vivência da roça. Meio caipira, meio urbano” (Azevedo, 2007a: 328).

José Carlos Marão, Woile Guimarães, José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo e Mylton Severiano foram para a capital estudar a fim de se ingressarem em uma universidade. Como não tinham condições para se sustentarem, começaram a trabalhar como jornalistas. Ao fim, a maioria ingressou na universidade, porém, não concluíram o curso superior, pois o trabalho como jornalistas parece ter suprido a necessidade de ascensão profissional e até de formação intelectual (Azevedo *apud* Moraes, 2010: 174). Este grupo personifica a trajetória dos jornalistas que aqui chamo de *interioranos*, aqueles que nasceram ou viveram a infância em municípios do interior do país, foram escolarizados em escolas municipais ou rurais e receberam a influência de algum parente em sua educação. Em suas trajetórias, a ida para a capital simbolizava a oportunidade de ingressar em uma carreira intelectual, o que ocorreu ao se dirigirem para o jornalismo.

Para os jornalistas nascidos no interior não havia a chance de circularem em ambientes que favorecessem o desenvolvimento na carreira intelectual, embora houvesse o incentivo ao consumo cultural no meio familiar. A chance de progresso profissional vinculava-se à conquista de um título universitário. Nos depoimentos, a justificativa para a mudança para a capital era com a finalidade de estudar para ingressar em um curso superior. O jornalismo se tornou uma forma de remuneração inicial e de entrada no mercado de trabalho intelectual. Para os jornalistas que haviam ingressado em grandes veículos, como o jornal *O Estado de São Paulo* ou nas publicações da Editora Abril, por meio de suas redes de relação (indicação de algum amigo próximo à família, por exemplo), o jornalismo parecia ser suficiente para a ascensão em uma função intelectual especializada, já que na época não havia a exigência do diploma para exercício do jornalismo.

É necessário destacar que muitos dos citados se beneficiaram de um momento em que várias empresas de comunicação eram incipientes ou estavam em fase de ascensão, como a Abril, editora de *Realidade*, por exemplo. Nessas empresas os jornalistas mencionados constituíram laços apoiados no coleguismo

e nas afinidades político-ideológicas. Outros, porém, eram amigos de infância, como Mylton Severiano e Woile Guimarães.

Woile foi amigo de infância. Tinha eu três anos e ele cinco quando as famílias ficaram vizinhas em Marília, eles de Guararapes, no Noroeste do Brasil, ligação com Mato Grosso. Brincamos no quintal, fomos colegas de estudos, jogamos – eu ponta esquerda, ele goleiro da União Infantil de Vila Barbosa. Cuidamos do *Urapuru*, jornal do Grêmio. Seguimos para a capital, para uma faculdade que nenhum dos dois concluiria. Ele em 1959, com a carta do pai para o amigo que trabalhava na *Folha*. Woile me abriu a porta da *Folha* em 1960, eu lhe abri a porta da Abril em 1965 (Severiano, 2013e: 292).

Com exceção de Severiano, a maior parte dos entrevistados iniciou na profissão em jornais menores do interior, em geral, a convite de um amigo. Então, assim começaram a expandir suas redes de contatos. As afinidades ideológicas em um momento de acirramento do debate político, na primeira metade da década de 1960, pode ter contribuído para a aproximação de vários desses profissionais. Vale acrescentar que a greve dos jornalistas ocorrida em 1961 é recordada como marco de um momento de união corporativa para muitos deles. Cumpre salientar que o acionamento do capital social da rede de relacionamentos é silenciado e interpretado como camaradagem pela maioria.

A experiência na revista *Realidade* e na imprensa alternativa aparece como marco temporal em muitos dos relatos. As datas das publicações dos livros de memórias e das biografias coincidem com um momento de crise e de redefinição da identidade jornalística. A questão da exigência de diploma para exercer a profissão transparece como marco temporal escamoteado, embora presente na defesa do autodidatismo no depoimento de Severiano.

Eis um flagrante da turma: andar de ônibus devorando letras. Autodidatas [...] Não havia exigência do diploma para exercer o jornalismo. *Realidade* não teria sido possível se já existisse essa invencionice, gestada no auge da escalada fascistoide da ditadura. Quase todos éramos filhos de classe média baixa ou da pobreza. Havia filho de ferroviário, telefonista desquitada, professor, sapateiro, comerciante, barbeiro, chofer de praça, contador, funcionário público. Vários trabalhavam em banco e, no fim do expediente partiam para a vocação (Severiano, 2013e: 26).

Dos registros biográficos dos jornalistas da extinta revista *Realidade* emergem referências a um passado extraordinário no qual integraram a equipe fundadora de um projeto editorial que estava em sintonia com um tempo de

efervescência revolucionária. Contudo, é necessário considerar primeiramente o fato de que tais biografias e memórias foram publicadas a partir dos anos 2000, uma década em que *Realidade* já detinha o título de publicação “emblemática da história da imprensa brasileira”⁷. Em segundo lugar, as transformações no mercado profissional aparecem de forma latente como as mudanças ocorridas nas formas de recrutamento e ascensão no jornalismo, por exemplo. Essas transformações foram marcadas pela exigência do diploma a partir de 1969, fator que possivelmente interveio nas estratégias tradicionais de acesso à carreira jornalística que estão associadas aos recursos da origem social e geográfica, o peso das redes de relações pessoais e a militância política (*Petrarca, 2007b*). Essas transformações foram a motivação para o surgimento de um conflito entre duas gerações de jornalistas, aqueles que conquistaram o seu espaço nas redações pela experiência vivida durante as décadas de 1960 e 1970 e aqueles que se formaram nas universidades a partir dos anos 1980 e 1990. A marca da segunda geração seria o diploma e a *expertise* técnica e a marca da primeira geração seria o posicionamento crítico.

4. Repertório e estilo de escrita: uma formação impressa nas páginas de livros e revistas

A referência a um modelo de jornalista associado à literatura e à militância política que se fazem presentes na produção memorialística dos jornalistas também pode ser identificada por meio do exame da produção jornalística desses autores. Nela se sobressaem a formação literária e política dos jornalistas que compuseram a primeira redação de *Realidade*. Tal formação repercutiu na forma de cobertura dos assuntos pautados pela publicação. Jorge Amado, por exemplo, é considerado por muitos como leitura obrigatória. O escritor baiano é autor de *O cavaleiro da esperança*, biografia de Luís Carlos Prestes publicada pela Editorial Vitória, em 1956. Amado também dirigiu a coleção *Romances do Povo* (1954-1956), publicada pela referida editora. As obras de Jorge Amado serviram de inspiração para produção de muitas das reportagens de *Realidade*, tanto na temática quanto no que se refere à linguagem, como se verificou nas reportagens *Um despacho de amor*, de Narciso Kalili (publicada em abril de 1966), e *Meninos do Recife*, de Roberto Freire (agosto de 1967), *reportagem* que

⁷ A memória é seletiva, pois nem tudo fica gravado ou registrado. Ela sofre flutuações em função do momento em que é articulada. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso vale tanto para memória individual como para a coletiva, tal como a memória nacional que constituiu um objeto de disputa constante. Em suma, a memória é uma construção que sofre influência das preocupações pessoais e políticas do momento (*Pollak, 1992: 4*).

remetia à história do romance *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, e que rendeu o prêmio Esso de *reportagem a Freire*.

É possível inferir que muitos dos títulos de reportagens publicadas na revista *Realidade* foram inspirados por essa leitura de matiz política⁸. Artigos traduzidos e publicados pela revista *Vanguarda Socialista*, da Gráfica-Editora Unitas, em 1946, como *A revolução russa*, de Rosa Luxemburgo, e a *A revolução chinesa* (Karepovs, 2013b: 116), assemelham-se à matéria de Mylton Severiano feita para a edição de março de 1967, também intitulada *A revolução russa*; assim como as matérias *A dor do parto não existe*, de janeiro de 1967, assinada por Carlos Azevedo, e *Os dez dias da criação*, com fotos que acompanhavam o desenvolvimento de um feto antes do nascimento. Todas são matérias que parafrasearam títulos de livros lançados em 1956 pela Editorial Vitória: *O parto sem dor* e *A origem da vida* (Maués, 2013c: 142). Isto é, apesar de não se exibir de forma clara nas páginas da revista *Realidade*, o imaginário militante que circulava entre os integrantes do grupo, o conjunto de leituras provenientes das publicações políticas estava presente como influência na publicação.

Também foram publicados assuntos que estavam na ordem do dia nas discussões dos intelectuais de esquerda na época, como a descoberta do Brasil “continental” e interiorano e as principais mazelas do povo brasileiro. A *reportagem* feita por José Hamilton Ribeiro *De que morre o Brasil?* (janeiro de 1968) é uma paráphrase empregada pelo possível leitor de *Cadernos do Povo Brasileiro* – o jornalista Paulo Patarra, editor-chefe da revista – que no volume 16, de 1963, publicava *De que morre o nosso povo?* de autoria de Aguinaldo Nepomuceno Marques (Lovatto, 2013d, p. 156).

Provavelmente, a equipe que lançou *Realidade* era leitora dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, uma das publicações mais combativas até 1964. Editado pela Civilização Brasileira sob a coordenação do jornalista e intelectual Énio da Silveira, os *Cadernos do Povo Brasileiro* tratavam de temas nacionais e polêmicos para a época, porém, de uma forma simples a fim de facilitar a difusão do material a um amplo espectro de público. As edições eram encabeçadas por títulos explosivos e na forma de interrogação, como *Quem é o povo brasileiro?* (1962), *Quem faz as leis no Brasil?* (1962), *Quem dará o golpe no Brasil?* (1962), *O que é o*

⁸ Entre a década de 1930 até o período pré-1964, estabelecimentos como a Gráfico-Editora Unitas (1930-1934), a Editorial Vitória (1944-1964) e a Editora Civilização Brasileira (1962-1964) publicaram obras literárias e políticas que eram diretamente ou indiretamente vinculadas aos autores marxistas. Tal estratégia era tributada às deliberações do Partido Comunista, cujas ramificações se expandiam por várias partes do mundo no começo do século XX, orientadas pela agitprop, estratégia de agitação e propaganda gestada por jornalistas, intelectuais e artistas do Partido Comunista (Deaecto; Mollier, 2013a: 15).

imperialismo? (1963), *O que é a constituição?* (1964), *Desde quando somos nacionalistas?* (1963) (Lovatto, 2013d: 153). Esses títulos poderiam estar em *Realidade* sem destoar da linha editorial da publicação, uma vez que nela se encontram indagações e títulos tão explosivos quanto as enquetes seguintes: *Existe racismo no Brasil?* (junho de 1967), *Você é contra ou a favor da educação sexual?* (julho de 1968) e *É verdade que o Brasil está nas mãos dos militares?* (janeiro de 1968). Em grandes reportagens, o modelo também era empregado como nos títulos: *Quanto custa o Brasil?*, de Eurico da Andrade, publicada em abril de 1968; *Como o congresso pensa (e como pensaria se votasse)?*, de Carlos Castelo Branco (dezembro de 1968); e *Revolução na Igreja*, de autoria de Narciso Kalili (outubro de 1966). Nesse caso, a *reportagem* parece responder a uma pergunta feita na edição de 1963, de *Cadernos do Povo Brasileiro*, *A igreja está com o povo?* Na revista *Realidade* são mostrados muitos noviços (incluindo Frei Betto) que diziam estar ao lado do povo. Como é possível notar, a literatura de esquerda era parte significativa de uma formação autodidata no jornalismo exercido pelos profissionais da revista *Realidade*.

Tanto na produção memorialística e autobiográfica como na produção jornalística é reiterado o modelo do jornalista escritor e cronista social, o profissional jornalista que além de escritor não se isenta de pensar a realidade nacional. Deduzo que a motivação em desvelar os problemas e trazer à tona as questões nacionais remonta a um autor citado como referência pelos entrevistados, Monteiro Lobato. O escritor e jornalista Roberto Freire relata em sua autobiografia a sua formação intelectual e o encontro com Lobato durante a infância na casa de um amigo:

...à noite, em sua casa, pude conhecer alguns dos principais intelectuais de São Paulo naquela época, como Mário de Andrade, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato. O encontro com Monteiro Lobato foi algo fundamental e inesquecível. Impressionava-me muito ver de perto o escritor que mais admirava e de quem havia lido toda a obra publicada até aquela época. Seus livros complementavam meus conhecimentos rudimentares sobre humanidades ensinadas na escola e, sobretudo, agradava-me demais seu estilo bem humorado e crítico... (Freire, 2002b: 26)

Freire, conjuntamente com Paulo Patarra, foi considerado um dos mentores das grandes ideias que surgiram em *Realidade* e exercia forte influência sobre os demais. Não coincidentemente, sua admiração pela obra de Monteiro Lobato é citada como referência na formação intelectual em todas as entrevistas concedidas e constam nas memórias publicadas em livro. Mylton Severiano fez

uma série de entrevistas com os amigos para redigir o livro lançado em 2013 sob o título *Realidade – a revista que virou lenda*. Quando perguntado a respeito de sua formação intelectual, Mylton cita Lobato como uma referência comum a todos: “Monteiro Lobato é recorrente. Entrevistei todos os sobreviventes, praticamente, por causa do livro. Invariavelmente, na infância, Monteiro Lobato. Bom texto, mordaz. A Emília era o Lobato. Havia o espírito questionador” (Severiano *apud* Moraes, 2010: 144). O depoimento de Carlos Azevedo corrobora o do colega.

Carlos Azevedo relatou em entrevista que por meio da obra de Lobato começou verdadeiramente sua formação intelectual, já iniciada com a leitura de histórias em quadrinhos, revistas como *O Cruzeiro* e idas ao cinema. Nos anos 50, a Editora Ebal publicava uma edição mensal chamada *Edições Maravilhosas*, que reproduzia em quadrinhos a história de algum romance consagrado. Assim, teve acesso a obras como: *O corcunda de Notre Dame*, de Victor Hugo, e *O conde de Monte Cristo*, de Alexandre Dumas. A descoberta dos clássicos da literatura, como Hemingway, Maupassant, Émile Zola, Guimarães Rosa, aconteceu após os 20 anos, depois da mudança para São Paulo. Para Azevedo, a vivência proporcionada pelo jornalismo auxiliou em sua formação, enquanto o autodidatismo fez dele alguém “com conhecimento de mundo” (Azevedo *apud* Moraes, 2010: 174).

É curioso notar que apesar da ênfase dada à formação intelectual autônoma, alguns já haviam passado pelos bancos universitários, Roberto Freire era formado em medicina; João Antônio concluiu o curso de jornalismo na Cásper Líbero antes de ingressar no *Jornal do Brasil*; José Hamilton Riberio, Paulo Patrarrá e Frei Betto haviam passado pelo curso de jornalismo sem concluirrem-no, o primeiro inclusive é formado em Direito; e o próprio Mylton Severiano havia cursado dois anos de Direito, tendo ao final optado pelo jornalismo.

No caso dos jornalistas entrevistados, é recorrente a transmutação do fracasso em carreiras cuja ascensão se faz tradicionalmente via diploma em sucesso profissional, o que explica o discurso de sagrada do autodidatismo. A defesa do autodidatismo em contraposição à titulação escolar para admissão e formação profissional aparece escamoteada na defesa de Mylton Severiano a respeito da vocação inata ao jornalismo:

Todos gostavam de ler. Eram autodidatas. Graças a Deus não havia a exigência do diploma. A revista não seria possível. Hamilton Almeida Filho, por exemplo, um dos melhores repórteres que eu já vi na minha vida, começou a trabalhar aos quinze anos, no jornal carioca *A noite*, hoje extinto.

Se houvesse a exigência do diploma, como um cara como esse faria? (...) Jornalista é vocação, é como ser pintor, escritor, poeta... Como você pode pedir a um poeta: deixe-me ver seu diploma de poeta? (Severiano *apud* Moraes, 2010: 144)

Há no comentário de Severiano explicitação de uma ideia que se assemelha ao posicionamento de Frei Betto sobre o tema: “Um bom jornalista não se faz com diploma, e sim com talento, sobretudo o investigativo, e com ética, não vender a alma ao diabo em função de promoções e salários. Jornalismo é uma arte e artista não precisa de diploma”. Destaca-se que essa afirmação se associa à ideia de jornalismo como algo inato e funciona como outras expressões correlatas do imaginário jornalístico, como “faro” jornalístico para designar que um profissional sabe instintivamente o que é notícia.

O estudo dos registros memorialísticos torna perceptível também as transformações no mercado profissional que originou novas formas de recrutamento e ascensão na carreira. Percebe-se que o jornalismo se tornou progressivamente mais técnico. Uma linguagem específica se consolidou, distingindo-se da literatura e do discurso político. A entrada na profissão se tornou dependente do diploma ao mesmo tempo em que a militância enfraqueceu como valor que pudesse ser associado ao jornalismo praticado, fazendo com que os novos jornalistas fossem considerados desprovidos de crítica pelos antigos jornalistas. Os jornalistas de *Realidade* se contrapõem a essa nova concepção de jornalismo e essas transformações no contexto da produção dos registros biográficos são aqui analisadas. Foi estabelecido o conflito entre duas concepções de jornalismo que passaram a conviver simultaneamente e com duas formas distintas de ingresso e conquista de prestígio na carreira. Uma delas, associada ao acionamento do capital social relacionado à rede de relações, à militância política e à origem social e, a outra, associada ao título universitário e à formação técnica.

Portanto, poder-se-ia dizer que os relatos memorialísticos de jornalistas em questão retratam o contexto social e histórico em que foram escritos, a saber, um momento de conflito entre duas identidades profissionais contrapostas. Tais registros corroboraram para a edificação e o fortalecimento de um modelo de profissional em vias de extinção. Este modelo profissional traduz a ideia do jornalista que conjuga o trabalho na imprensa com outras formas de atuação, seja na literatura, seja no engajamento político. A imagem do jornalista combativo, cronista social e aspirante a escritor, ainda que esteja cristalizada na historiografia da imprensa brasileira por meio de nomes como Machado de Assis e Lima Barreto, tornou-se mais incisiva nas décadas de 1990 e 2000, período marcado por intensas

transformações e conflitos no mercado profissional jornalístico. Sendo assim, as produções culturais – memorialísticas, biográficas, jornalísticas e científicas –, ancoradas no modelo aqui referido, são resultado do momento histórico em que vieram à tona e por isso trazem consigo as marcas dos conflitos de seu tempo.

Referências

- ANTÔNIO, João. *Malagueta, Perus e Bacanaço*. São Paulo, Cosac Naify, 2004 (222).
- AZEVEDO, Carlos. *Cicatriz da reportagem: 13 histórias que fizeram um repórter*. São Paulo, Editora Papagaio, 2007 (404).
- BERGAMO. A escrita do presente: mudanças no status cultural do jornalismo. In: MICELI, Sérgio;
- PONTES, Heloísa (Org.). *Cultura e Sociedade*. São Paulo, Ed. Edusp. 2014, pp. 214-239.
- _____. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. *Mana* [online], 2011, v.17, n.2, pp. 233-269. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200001>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: CATANI, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999. pp. 71-79.
- CHARTIER, Roger. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Paulo, EdUFSCar, 2002 (90).
- DEAECTO, Marisa Midori. A batalha do livro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Minas Gerais, Editora UFMG, 2013, pp. 13-25.
- FREIRE, Roberto. *Eu é um outro: autobiografia de Roberto Freire*. Salvador, Maianga, 2002 (452).
- GRILL, Igor Gastal. “Memórias” de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e “teorizações” nativas do jogo político. *Política e Sociedade*. Florianópolis, v. 11, n. 22, 2012, pp. 11-40.
- KAREPOVS, Dainis, A Gráfico-Editora Unitas e seu projeto Editorial de Difusão do Marxismo no Brasil dos Anos 1930. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Minas Gerais, Editora UFMG, 2013, pp. 65-119.
- LACERDA, Rodrigo. João Antônio: uma biografia literária. Tese de Doutorado, Teoria Literária e Literatura Comparada, USP, 2006.
- LOVATTO, Angélica. Um projeto de Revolução Brasileira no Pré-1964: Os Cadernos do Povo Brasileiro. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Minas Gerais, Editora UFMG, 2013, pp. 121-152.

- MAUÉS, Flamaron. A Editorial Vitória e a Divulgação das Ideias Comunistas no Brasil (1944-1964). In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves. *Edição e Revolução – leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Minas Gerais, Editora UFMG, 2013, pp. 121-152.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- MORAES, Vaniucha de. *Realidade* (Re) vista: o papel do intelectual na concepção de um projeto revolucionário. Dissertação de Mestrado, Jornalismo, UFSC, 2010.
- PETRARCA, Fernanda. O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul. Tese de doutorado, Sociologia, UFRGS, 2007.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos. 1992, v. 5, n. 10, pp. 200-212.
- PONTES, Heloisa. Cidades e intelectuais: os “nova-iorquinos” da *Partisan Review* e os “paulistas” de *Clima entre 1930 e 1950*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 53, outubro 2003, pp. 33-52.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1998 (243).
- SEVERIANO, Mylton. *Realidade – história da revista que virou lenda*. Florianópolis, Insular, 2013 (318).
- _____. *Paixão de João Antônio*. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2005 (330).

Reportagens da Revista Realidade

- ANDRADE, Eurico. Quanto custa o Brasil? *Realidade*. São Paulo, ano III, n. 32, Novembro 1967, pp. 74-81.
- ANTÔNIO, João. Um dia no cais. *Realidade*. São Paulo, ano III, n. 30, Novembro 1968, pp. 98-112.
- AZEVEDO, Carlos. A dor do parto não existe. *Realidade*. São Paulo, ano II, n. 15, Junho 1967, pp. 150- 157.
- CASTELO BRANCO, Carlos. Como pensa o congresso (e como votaria se pudesse?). *Realidade*. São Paulo, Dezembro 1967, pp. 26-32.
- FREIRE, Roberto. Os meninos do Recife. *Realidade*. São Paulo, ano II, n. 17, Agosto 1967, pp. 24-30.
- KALILI, Narciso. Um despacho de amor. *Realidade*. São Paulo, ano I, n. 1, Abril 1966, pp. 37- 43.
- _____. Revolução na Igreja. *Realidade*. São Paulo, ano I, n. 7, Outubro 1966, pp. 34-43.

RIBEIRO, José Hamilton. De que morre o Brasil? *Realidade*. São Paulo, ano II, n. 22, Janeiro 1968, pp. 104-110.

SEVERIANO, Mylton. A revolução russa. *Realidade*. São Paulo, ano II, n. 11, Março 1967, pp. 131-141.

É VERDADE que o Brasil está nas mãos dos militares? *Realidade*. São Paulo, ano I, n. 3, Junho 1966, pp. 22.

EXISTE racismo no Brasil? *Realidade*. São Paulo, ano II, n. 15, Junho 1967, p. 162.

VOCÊ É contra ou a favor da educação sexual? *Realidade*. São Paulo, ano III, n. 28, jul. 1968, p. 48.

Recebido em: 27/03/2017

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

MORAES, Vaniucha de. Reminiscência e Registro: um estudo da produção memorialística dos jornalistas da revista *Realidade*. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 589-612.

As novas realidades do trabalho^{1 2}

Huw Beynon³

Resumo: O escrito traz um panorama geral sobre as novas formas de trabalho, transformadas especialmente pela tecnologia, sobretudo pela produção de máquinas cada vez mais sofisticadas e pela extensão dos princípios que regem esta era ao escritório e a uma ampla gama de indústrias de serviços, aceleradas pelas TIC e pela revolução digital. Para isso, é desenhado um percurso no qual se parte dos estudos iniciais da sociologia do trabalho, passando pelo neofordismo e pós-fordismo, pelo trabalho estatal até os dias de hoje. Assim, discute-se sobre como tais tendências globais, se pensadas em escala mundial, serão o novo foco da sociologia do trabalho, visto que os gestores se esforçam para imaginar e criar um mundo no qual se diminuam ineficiências na produção, enfatizando as maneiras pelas quais as novas tecnologias facilitam as estratégias *off-shoring* a fim de manter as margens de lucro com base em trabalhos flexíveis de baixa qualificação.

Palavras-chave: Sociologia do trabalho; realidade do trabalho; transformações trabalhistas; revolução digital.

The new realities of work

¹ Capítulo do livro: Beynon, H. (2015). 'Beyond Fordism', in Egdell S., Gottfried H. and Granter E., (Eds.), *The Sage Handbook of the Sociology of Work and Employment*, Sage, London, 306-328. Tradução de Breilla Zanon (bzaanon@gmail.com), com revisão técnica de Fernando Ramalho Martins.

² Ao concluir este capítulo, sou muito grato à ajuda de meu amigo Theo Nichols e à correspondência que tive com Mark Vidal. Os comentários de Bob Carter e os de Steve Davies e Helen Sampson foram muito bem-vindos.

³ School of Social Sciences – Cardiff University – Cardiff – UK - beynonh@cardiff.ac.uk

Abstract: This writing provides an overview of new ways of working, transformed especially by technology, especially the production of increasingly sophisticated machines and the extension of the principles governing the office age and a wide range of service industries, accelerated by ICT and the digital revolution. For this, it is designed a path that starts from the initial studies of the sociology of work, going through neofordismo and post-Fordism, by the state work until the present day. Thus, it is discussed how such global trends, if considered on a world scale, will be the new focus of labor sociology, as managers strive to imagine and create a world in which production inefficiencies are diminished, emphasizing the ways in which they work. which new technologies facilitate off-shoring strategies to maintain profit margins based on flexible low-skilled jobs.

Keywords: Sociology of work; reality of work; labor transformations; Digital revolution.

A promessa

A ideia de que os trabalhadores necessitam de mais controle sobre o trabalho, e de que os espaços de trabalho deveriam ser mais democráticos foi uma temática que se inseriu dentro dos movimentos trabalhistas nos Estados Unidos e na Europa durante o século XX (Coates; Topham, 1968). Nos anos de 1980, essas ideias tomaram um lugar central dentro da sociologia do trabalho. Embora partindo de uma perspectiva diferente, Piore e Sabel, em *The Second Industrial Divide*, apontaram para o desenvolvimento de crises no então estabelecido sistema de empregos e o potencial para mudanças positivas no mundo do trabalho possibilitadas pelas novas tecnologias. Com base nas experiências presentes na indústria de vestuário na Itália, eles anteciparam o renascimento de um novo sistema de produção artesanal – algo que eles chamaram de especialização flexível – que substituiria a linha de montagem e criaria empregos mais significativos.

Piore e Sabel associaram a crise social aos choques e pressões externas trazidas à tona pelas instabilidades do mercado global de mercadorias. Outros, teóricos da regulação, identificaram a crise como relacionada às contradições e pressões presentes dentro do sistema de produção classificado como Fordismo. Para esses autores, o ajuste entre capital e trabalho que ocorreu no pós-guerra, alcançado pelo estado de bem-estar social e as possibilidades produtivas da fabricação de linhas de montagem, atingiu seus limites na década de 1970. O que o pensamento desses teóricos da regulamentação compartilhava com Piore e Sabel, era a possibilidade de um novo tipo de formação capitalista emergindo

das cinzas, com altas taxas de crescimento e processos de trabalho menos traumáticos, um arranjo que eles denominaram de “pós-fordismo”⁴.

Aqui então estaria a promessa: com a cooperação do trabalho, um novo tipo de ajuste poderia ser alcançado, que poderia não só estabilizar o emprego, mas produzir trabalhos criativos e satisfatórios. Essa foi uma promessa que não se cumpriu e a história sobre como esse futuro se perdeu é reveladora.

Capitalismo em crise, transformações no trabalho e no emprego

Nos anos de 1970, a Sociologia do Trabalho era dominada por debates em torno da tese desenvolvida por Braverman (1974), no sentido de que havia uma tendência embutida no próprio capitalismo de desqualificar a atividade laboral e promover a “degradação do trabalho”. Essa tese foi baseada na análise da tentativa de Frederik Winslow Taylor em estabelecer os princípios de uma “gestão científica” que partia da observação e do cálculo das atividades dos trabalhadores nos Estados Unidos no final do século XIX. (F. W. Taylor, 1998). Esses princípios ficaram conhecidos como “taylorismo” e foram desenvolvidos duas décadas mais tarde por Henry Ford em sua fábrica de automóveis em Dearborn, onde veículos eram produzidos por meio da operação de uma linha de montagem em movimento. Esse sistema foi facilitado pela produção de peças padronizadas, e uma corporação verticalmente integrada. Tal sistema ficou reconhecido como Fordismo e foi descrito por Doray da seguinte forma:

A fábrica foi desenvolvida para produzir um objeto padronizado... com uma maquinaria padronizada e métodos padronizados. Era uma estrutura coerente que poderia ser reproduzida e sob a qual o trabalho humano era padronizado e considerado uma extensão do sistema de máquinas. (Doray, 1988: 70)

Naquele tempo esse sistema foi visto como revolucionário e a epítome do modernismo, admirado por Lenin e pelo comunista italiano Gramsci (1971), que viam no sistema, com sua construção eficiente em torno de uma maquinaria elaborada, os ingredientes de um novo e moderno ser humano. Em meio a tudo isso, as características potencialmente opressoras do Fordismo eram esquecidas. Contudo, assim que o Fordismo se tornou um “ideal regulatório da gestão Ocidental”, a atenção se voltou para a forma pela qual “as hierarquias da gestão sistematicamente despiram o trabalhador de sua autonomia e conhecimento por meio de uma divisão do trabalho altamente integrada” (McKinlay; Starkey, 1994: 190). O seu sucesso como sistema de produção eficiente, capaz de

⁴ Essa formulação e seu fundamento histórico foram fortemente contestados. Ver Brenner; Glick (1991), Clarke (1992); Sayer; Walker (1992).

aumentar as taxas de produtividade e os lucros foram questionados. Sendo assim, o período pós-guerra (para Brenner (2006), o “grande boom”, para Marglin e Shor (1992), a “éra de ouro do capitalismo”) foi identificado pelos escritores regulacionistas como o ponto mais alto do “Fordismo”, um termo que para eles conectava a macroeconomia e os fatores institucionais ao sistema de trabalho e a organização da vida dentro dos ambientes de trabalho (Lipietz, 1987). Foi o colapso desses arranjos mais amplos associados a um “compromisso de classe” entre capital e trabalho, junto com a ascensão da nova tecnologia da informação, que levou à mudança de ênfase dentro do estudo sociológico sobre o trabalho; afastando-se da “desqualificação” e se aproximando de uma ideia mais otimista a respeito do “pós-fordismo” e da “especialização flexível”.

O Fordismo era mais claramente identificado com a montagem de carros e qualquer debate sobre a transformação do trabalho precisa começar por aí, e pela *Ford Motor Company*. No período pós-guerra, a Ford expandiu suas atividades além mar e consolidou sua presença no Oeste atlântico por meio da Ford europeia. Ao fazer isso, fortaleceu seu poderoso sistema de engenharia de produção e marketing, aliado com uma aproximação vigorosa e direta às relações de trabalho. Esse “Fordismo” permaneceu ascendente e inalterado até o fim dos anos de 1970 quando, nos Estados Unidos e na Europa, a Ford e outras companhias automobilísticas passaram a sofrer pressão dentro de suas próprias fábricas e também de forças externas, mercadológicas, a partir da importação de carros produzidos no Japão. Esses elementos trouxeram os ingredientes de uma crise econômica, com excesso de capacidade nos dois maiores mercados e um evidente estreitamento dos lucros (Glyn e Sutcliffe, 1972)⁵. Dentro das fábricas, o aumento ano-a-ano da produtividade associado às décadas de crescimento começou a se estabilizar, e as companhias entraram em conflitos trabalhistas à medida em que os trabalhadores reagiam contra as pressões do trabalho e a falta de autonomia. Greves, absenteísmo e outras formas de não-cooperação se tornaram endêmicas. Algumas dessas pressões foram capturadas por relatos de fábricas mundo a fora: nos Estados Unidos (Hamper, 1986; Pfeffer, 1979), no Reino Unido (Beynon, 1973), Itália (Bastrani, 2016, primeiramente publicado em 1971; Partridge, 1986), Alemanha (Wallraff, 1977) e França (Linhart, 1981). Esses problemas de gestão encorajaram discussões sobre a reforma da linha de montagem, e isso foi particularmente evidenciado na Suécia (Palm, 1977) onde

⁵ Mais recentemente, Michael Roberts documentou essa tendência na taxa de lucro, desenvolvendo a estrutura delineada por Marx em: Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2013/12/16/us-rate-of-profit-up-slightly-in-2012-flat-in-2013-down-in-2014/>>. Acesso em: 11 set. 2019. Disponível em: <[the-](https://thenextrecession.wordpress.com/2011/11/20/)

a rotação de cargos foi introduzida como forma de lidar com a monotonia do trabalho e também como forma de democratizar o ambiente laboral. Foi na França que a resposta foi mais complexa e onde um dos fundadores da Escola da Regulamentação, Lipietz, escreveu de uma forma mais revolucionária. Para ele, a crise no ambiente de trabalho era parte de uma crise generalizada que prefigurava o colapso de um consenso estabelecido sob o qual o progresso técnico e social estaria ligado e baseado em um “empobrecimento do trabalho”, e onde o estado burocrático dominado pelos tecnocratas “havia imposto sua concepção de bom e belo” sobre as pessoas (Lipietz, 1992: 343).

Produção enxuta, neofordismo e pós-fordismo

Essa sensação de crise na indústria automobilística aumentou devido ao crescente número de carros japoneses importados vendidos mais do que os produzidos pelos mercados do Reino Unido e dos EUA. Logo, essas importações foram substituídas pela concorrência direta das filiais japonesas (chamadas de “transplantes” nos EUA). Em resposta, a Ford introduziu um novo programa de produção chamado “AJ”⁶ visando mudar as relações de trabalho com a adoção de um estilo de gestão mais participativo combinado com a persistente ameaça de fechamento das fábricas e (sob o projeto Erika) com a crescente automação (Starkey e McKinlay, 1994). Isso foi traduzido nas suas fábricas do Reino Unido sob slogans de parede que informavam números da produção de diferentes fábricas da Ford visando incentivar a conclusão rápida e eficiente de todos os carros, com um aviso adicional: “se vê uma lacuna - há um Japonês”⁷ (Beynon, 1985). Esta estratégia de “japonização” espalhou-se pelas grandes montadoras (Elger; Smith, 1994) e ficou conhecida como “produção enxuta” (Womak et al., 1990). Foi isso que, na visão de Vidal, tornou-se o “processo de trabalho manufatureiro pós-fordista por excelência” (Vidal, 2012).

A produção enxuta foi um avanço do sistema desenvolvido pela Toyota e baseado nas observações da empresa sobre o sistema Ford nos EUA na década de 1950. De maneira famosa, envolve o sistema de luzes Andon – verde, âmbar e vermelho – sinalizando o estado de produção através das seções. Esse sistema foi construído em torno de três elementos separados que foram codificados e copiados: uma ênfase na *melhoria contínua* (*kaizen*), apoiada por um estilo *mais participativo de gestão* e, mais notavelmente, um sistema *just-in-time* de produção de controle de estoque como parte de um programa de redução de desperdício.

6 Nota: Abreviação para *After Japan* (depois do Japão).

7 No original: “see a gap – there’s a Jap”

A implementação desses processos enxutos em toda a manufatura foi desenvolvida por meio do *Total Quality Management* (TQM) – Gestão da Qualidade Total, e envolveu uma revolução na organização dos ambientes de trabalho, especialmente ao enfatizar o trabalho em equipe e os líderes de equipe em vez de supervisores. Se inicialmente reagiu-se positivamente às mudanças (Florida e Kenny, 1991), relatórios de pesquisa mais detalhados, baseados na experiência de pessoas que trabalhavam sob o novo sistema, mostravam-se mais desanimadores. Nos EUA, Laurie Graham (1994a e b) forneceu uma “visão da linha de montagem” que enfatizava as maneiras pelas quais o “trabalho em equipe” produzia intensos e diferentes tipos de estresse, de modo a associar a produção enxuta ao “gerenciamento por estresse” (Barker, 1993; Parker e Slaughter, 1988). No Reino Unido, Wood (1987) passou um turno nas linhas de montagem da Nissan em Sunderland e descobriu que ele tinha “pouca ideia de quanto duro era o trabalho, ou que, aos 36 anos, era realmente velho demais para isso”. Delbridge (1997) teve uma experiência semelhante, se bem que mais longa, como estudante de doutorado e descreveu o trabalho como mais difícil e mais destrutivo para a alma do que ele previra. Outros estudos vieram apoiar uma visão da produção enxuta como envolvendo mudanças, mas não satisfazendo nenhuma das esperanças de maior autonomia de trabalho e satisfação no trabalho (Lewchuk; Robertson, 1997; Milkman, 1997). Em um estudo de acompanhamento da fábrica da Ford em Broadmeadows, na Austrália, Constance Lever-Tracy (1990) concluiu que a produção enxuta e seu estilo de gestão participativo não “envolviam nenhuma mudança fundamental na natureza básica do fordismo, ou constituíam qualquer passo importante no caminho para a democracia no trabalho”. Conti e Warner (1993) chegaram a uma conclusão semelhante, vendo o “trabalho em equipe” como algo envolvendo algumas pessoas que se juntavam no começo de um turno que era então dominado pelas mesmas tarefas árduas e repetitivas.

No entanto, demandas por mudanças e melhorias continuaram. No Canadá, uma aliança comercial entre a General Motors e a Suzuki pretendia desenvolver um processo de trabalho que “traria poucos ou nenhum traço do fordismo”. Um estudo longitudinal do projeto (Rienhart et al., 1997) concluiu que, apesar da grande esperança, a visão geral dos trabalhadores era de “apenas uma outra fábrica de automóveis”. Naquele mesmo ano, uma pesquisa com trabalhadores da indústria automobilística conduzida pela McMaster University e pelo sindicato canadense de trabalhadores automotivos constatou, entre outras coisas, que mais da metade dos funcionários (80% da GM) sentiam que precisavam trabalhar o mais rápido possível por pelo menos 50% do tempo para evitar ficar

para trás. Na mesma pesquisa, apenas 13% dos trabalhadores da GM e 26% e 32% da Chrysler e da Ford (respectivamente) sentiram que poderiam trabalhar nesse mesmo ritmo até os 60 anos (Lewchuk et al., 2001). Uma pesquisa posterior sobre trabalhadores da indústria automobilística no Reino Unido concluiu que o novo sistema era caracterizado por uma “pressão constante para reduzir os custos” (Stewart et al., 2009). Na visão desses autores, a ênfase nos custos era tão forte que anulou os elementos participativos e, “em vez de estabelecer um novo regime de democracia industrial em um setor manufatureiro próspero, a produção enxuta exige subordinação do trabalho” (p. X). Na visão deles, o Fordismo clássico estava sendo substituído por um fordismo sem sindicatos ou provocações por parte dos subordinados, ecoando um relato da fábrica da Ford de Liverpool, realizado vinte anos antes (Beynon, 1985).

Esses e outros estudos desafiaram as vozes utópicas associadas à promessa de regimes de trabalho menos severos e pós-fordistas. Mas eles também confirmaram que mudanças estavam ocorrendo na organização e na experiência de trabalho na Europa e nos EUA, associadas à influência dos métodos de produção japoneses. A modificação e o ajuste nos sistemas de produção, juntamente com a experimentação em novos locais, tornaram-se familiares para a maior parte da indústria manufatureira. Embora isso tenha produzido uma variedade de combinações de formas, foram poucos os exemplos de melhorias significativas nos níveis de autonomia dos trabalhadores. Essa conclusão foi confirmada por um estudo na Bélgica que documentou essas mudanças em quatro setores, mas concluiu que as descobertas sugeriam um conceito de “neo” em lugar de “pós” taylorismo ou fordismo (Huys et al., 1999).

Vidal está de acordo, mas ainda acha útil usar a noção de “pós”, que, desrido de todos os seus elementos utópicos, é simplesmente indicativa de uma nova e diferente forma de extração de excedente com uma série de elementos que estão intimamente associados à mudança para o neoliberalismo. Neste, a subcontratação é talvez o desenvolvimento mais significativo, juntamente com as mudanças relacionadas que ocorreram no contrato de trabalho. Aqui se vê o surgimento de trabalhadores *terceirizados temporários* e de empregados *temporários*.

Uma característica central do fordismo era a integração vertical da corporação e, com ela, a incorporação da força de trabalho corporativa em acordos de negociação coletiva. Dentro de uma fábrica de automóveis havia uma gama de trabalhos não diretamente associados à produção – a limpeza da fábrica seria um exemplo. Sob o clássico regime fordista esses empregos seriam incluídos na negociação coletiva, eles também estariam abertos a empregados da linha

de produção seniores que passaram a achar fisicamente difícil a intensidade da linha de produção. Sob a produção enxuta, muitos desses empregos foram desmembrados e terceirizados para empresas especializadas, com impacto direto nos salários (Bernhardt et al., 2001; Vidal, 2013b), ao mesmo tempo em que as montadoras, enfatizando sua necessidade de se concentrar em “capacidades essenciais”, exerceriam pressão sobre a cadeia de fornecimento no que diz respeito às operações de seus fornecedores. É aqui que há a ruptura mais clara com o fordismo, e que deixa o trabalho empobrecido.

Essa visão distópica é compartilhada por Vidal, que, por meio de uma linha diferente de argumentos, vê esse novo modo de acumulação como profundamente “disfuncional” e qualquer coisa menos transicional (Vidal, 2013a). É “o novo normal”. Aqui, a capacidade das montadoras automotivas de “externar” seus custos de mão-de-obra para outras empresas especializadas, forçadas a concorrer pelo subcontrato, tornou-se uma característica geral do novo sistema de emprego, distribuído entre a industrialização e os serviços das indústrias emergentes⁸. As consequências desses desenvolvimentos foram significativas. A terceirização tem sido a principal causa da crescente disparidade de renda de norte a sul do Reino Unido e dos EUA. A redução de salários e condições nas empresas terceirizadas também tem sido um fator importante na sustentação da reprodução de empregos de baixa remuneração e baixa autonomia nessas duas economias (Bernhardt et al., 2001; Goos e Manning, 2007; Vidal, 2013b).

Novas regras do varejo

Na primeira década do século XXI, mais de 80% dos empregos no Reino Unido e nos EUA envolviam a prestação de *serviços*, seja diretamente ao consumidor (como em um restaurante) ou a outra empresa (como os limpadores terceirizados em uma fábrica de automóveis). A maioria desses trabalhadores eram mulheres, especialmente aquelas nos “trabalhos de serviço de rotina” eloquentemente descritos por Reich (1991)⁹. Apesar de muitas mulheres terem trabalhado na manufatura durante o período de alto fordismo, elas eram minoria e a maioria das principais indústrias era dominada por homens. Aqui talvez

8 Um estudo sobre a terceirização de serviços do setor de refeições, TI, gerenciamento de instalações, serviços de emprego, suporte de escritório, consultoria técnica e outros serviços estimou que em 2010 eles empregavam 3,3 milhões de pessoas, representando 12,25% de todos os funcionários no Reino Unido (Oxford Economics, 2012).

9 Dada essa mudança, é surpreendente que grande parte da discussão sobre o fordismo e o pós-fordismo tenha se preocupado apenas com a manufatura e com setores em que a força de trabalho é predominantemente masculina (Herouvim, 1989: 589).

seja a ilustração mais dramática do modo como a organização do trabalho e do emprego mudou. Nas décadas de 1950 e de 1960, os maiores empregadores eram corporações privadas ou públicas que operavam na indústria e na manufatura pesadas. Não é assim hoje, quando os dois maiores empregadores privados do mundo são o Walmart (2,1 milhões de funcionários em todo o mundo) e as franquias de fast food do McDonald's (1,9 milhão). Tão significativos foram esses desenvolvimentos, que sociólogos enxergaram como sendo emblemáticos de um novo sistema - *Waltonism* em Vidal (2012) e McDonaldização em Ritzer (1993). Ritzer, de fato, viu o desenvolvimento da indústria de *fast food* com hambúrgueres sendo “montados e, às vezes, cozinhados em uma linha de montagem” (193: 484) como um “desenvolvimento verdadeiramente revolucionário”. A revolução, no entanto, não se encaixa na promessa e nas primeiras visões utópicas do pós-fordismo. Ao contrário, ela relaciona-se à extensão do processo de trabalho fordista, com a ajuda de princípios enxutos, no campo de restaurantes e refeições. Aqui, no entanto, e diferentemente da manufatura, os empregos (embora igualmente repetitivos e com baixa qualificação e pouca discrição) são de baixa remuneração, e muitas vezes em período parcial e sem sindicalização.

Vidal seleciona um padrão similar e mais amplo de mudança relacionados aos supermercados e ao varejo de maneira mais geral. No Walmart (que domina o varejo nos EUA e tem uma forte presença no Reino Unido, sendo proprietário da Asda), ele vê o desenvolvimento mais radical do novo modelo de subcontratação com os grandes varejistas exercendo seu poder econômico sobre seus inúmeros fornecedores, reduzindo as médias salariais e aumentando o rigor sobre o controle do trabalho (Vidal, 2012)¹⁰. Aqui, nós temos um círculo, de natureza menos virtuosa, com um setor de varejo enxuto fornecendo alimentos baratos, refeições prontas e bens para famílias com pouco tempo, cujos salários reais estavam sendo arrochados (Lichtenstein, 2006; Parker, 2013).

Com uma alta proporção de seus custos atrelados ao trabalho, o “supermercado” revolucionou o comércio de alimentos. Deslocado para locais de baixo custo, longe dos centros das cidades, o novo shopping *self-service* surgiu como uma forma de reduzir os custos de mão de obra e racionalizar o relacionamento com o cliente. O vendedor se tornou o operador que apenas confere e a “desqualificação da força de trabalho facilitou, acentuou e reforçou outro

¹⁰ Essa identificação do varejo com o lado mais sombrio do mundo além-fordismo é irônica, dada a salinência do setor dentro de visões utópicas anteriores, nas quais a Benetton foi a figura central. Como disse Robin Murray: “a base para o novo sistema não estava na fabricação, mas no varejo ... a revolução do varejo reflete novos princípios de produtividade, um novo pluralismo de produção e uma nova importância da inovação. Como tal, marca a mudança para a era pós-fordista” (Murray, 1988: 11).

desenvolvimento importante – o crescimento do trabalho feminino em tempo parcial” (Du Gay, 1993: 572). Aqui o *Waltonism* reproduziu o outro elemento-chave do mundo pós ou neo-fordista, com a hierarquia estendida da corporação fordista sendo substituída por uma estrutura achatada onde a maioria se localiza na base sem escada para levá-los para cima (Grimshaw et al., 2002). Aqui muitos trabalham como empilhadores de prateleiras, e Barbara Ehrenreich compartilhou sua experiência quando ela conseguiu um emprego na loja Walmart em Minneapolis (Ehrenreich, 2001). Lá, ela foi surpreendida com uma prática administrativa que seria muito familiar ao próprio Henry Ford. Ford, assim como Taylor, achou o “desperdício” intolerável e a perda de tempo, imperdoável. Em sua opinião, era de responsabilidade da gerência garantir que o trabalhador tivesse “todos os segundos necessários, mas nenhum segundo desnecessário”. Os trabalhadores eram pagos para trabalhar, não para falar ou para sorrir (Beynon, 1973). Assim era também no Walmart, onde a gerência e seus “espiões” patrulhavam a loja, procurando trabalhadores que estivessem falando de algo que não fosse trabalho. Novos recrutas são alertados sobre o “roubo de tempo”, definido como “fazer qualquer outra coisa além de trabalhar no tempo da empresa: qualquer coisa mesmo” (Ehrenreich, 2001: 146).

As compras são coordenadas eletronicamente no supermercado *self-service*. O leitor de código de barras posicionado na área de *check-out* oferece um nexo permanente com a central de pedidos por meio de um sistema conhecido como EPOS (*Electronic Point of Sale*). O trabalhador desliza o produto sobre o leitor, que elabora a fatura do cliente e permite que a alta administração analise detalhadamente os números das vendas (ver Harvey et al., 2002). Dessa forma, técnicas de produção enxuta foram aplicadas aqui e em várias indústrias de serviços. Na Tesco, por exemplo, a área gerencial estrutura-se em um desenho circular, onde cada área operacional da loja é avaliada diariamente com símbolos de cor vermelha, âmbar ou verde – como no sistema de luzes Andon (Beynon et al., 2001).

As entregas para as lojas são organizadas por meio de uma série de centros de distribuição regionais (RDCs) que racionalizam e mecanizam o complexo processo logístico associado à proteção e distribuição de uma ampla variedade de produtos. Alguns desses RDCs são de propriedade da própria cadeia de supermercados, sendo principalmente terceirizados para grandes empresas de logística independentes, como Exel e Wincanton. Um RDC de tamanho médio irá lidar com entre 500.000 e 1 milhão de caixas de produto por semana, com algo entre 1.000 e 2.000 caminhões sendo carregados e retirados a cada dia. Esse carregamento é realizado por trabalhadores (“catadores”) que viajam pelo

armazém em empilhadeiras, localizando e escolhendo as caixas necessárias; tudo conforme as exigências do relógio. Como um gerente explicou:

As coordenadas de cada ponto de carregamento são medidas. Então, [o escâner] sabe o quanto você se deslocou em cada tarefa. Um catador irá junto e coletará um conjunto de etiquetas em um palete, e ele saberá que tem onze minutos e meio para fazer aquele produto, fazer aquele palete. (Harvey et al., 2002: 222)

A revolução no varejo descrita aqui foi levada um passo adiante com a aplicação dos princípios enxutos e da digitalização no mercado de encomendas pelos correios (antes convencional). Aqui, a *Amazon* tem sido o principal impulsionador, com seus armazéns semelhantes a hangares de aeronaves, agora superando muitos RDCs. Carol Cadwalladr (2013) esteve em um deles, em South Wales, como funcionária de uma agência, e ouviu esse local sendo descrito como um “centro de realização”, dentro do qual ela era uma “associada”. Ela explica que em seu segundo dia “o gerente nos contou que só nós havíamos apanhado 155.000 itens nas últimas 24 horas. Amanhã... esse número ficará mais próximo de 450.000”. Para isso, ele acrescenta “não selecionamos e embalamos ... selecionamos e embalamos os itens certos e os enviamos para os clientes certos”. Na semana seguinte, eles aprenderam que as horas seriam mais longas, com horas extras obrigatórias a cada dia, além de um turno adicional.

A *Amazon* se descreve como “a empresa mais centrada no cliente da face da Terra”. Seus trabalhadores, em contraste, parecem ser menos prioritários. Durante um turno, os catadores caminham 15 milhas¹¹, muitas vezes iniciando suas pausas para refeição a cinco minutos da cantina e do banheiro, sempre “colelando” – minuto a minuto. A falta de remorso envolvida nesses relatos é uma reminiscência da linha de montagem que nunca para. Aqui, a linha é substituída pelos escâneres que os catadores transportam, que permitem que sua atividade seja rastreada e que a empresa produza “relatórios de inatividade” (Scholz, 2015). Aqui também as pessoas aprendem maneiras de sobreviver. Como um trabalhador de armazém em Jefferson Indiana explica:

para permitir tempos de intervalo mais longos e impedir que eles tomem o tempo do almoço, [catadores] pegam o último item que pretendem digitalizar, cerca de três minutos antes do início do intervalo, aproximam-se o máximo possível da frente do piso em que estão trabalhando, então digitalizam

¹¹ O que equivale a cerca de 24 quilômetros.

exatamente um minuto antes de começar a pausa. Isso dá um pouco mais de tempo para guardar o carrinho e descer até a área de descanso, sem que a gerência os rastreie e indague por que pararam de coletar três minutos antes do intervalo. (Nolan, 2014a)

Comentários como esses são profundamente familiares aos primeiros tempos das fábricas, assim como as experiências dos gerentes de linha de frente responsáveis pelo funcionamento eficiente do sistema. Tendo saído da *Amazon*, um deles explica como:

eu deveria trabalhar como gerente de contas, mas acabei com um trabalho completamente diferente na equipe de qualidade (a *Amazon* é tão vasta em gerenciamento enxuto e eu trabalhei como especialista em Kaizen). ... Mudanças repentinas das funções de trabalho são muito comuns na *Amazon*. Eu trabalhei para um gerente que dormia em seu carro aos domingos para que ele pudesse estar bem cedo no escritório para a revisão semanal da empresa com a alta gerência. (Nolan, 2014c)

Outro gerente, que trabalhou no escritório de Seattle, chamou a atenção para uma prática de RH estabelecida pela empresa onde

Você literalmente é re-entrevistado para o seu cargo, constantemente, enquanto o ocupa. Isso ocorre pelo menos a cada três meses. E você continua recebendo lembretes de que as pessoas de fora cobiçam o seu trabalho! Trata-se de um ambiente de trabalho muito estressante. (Nolan, 2014b)

O escritório de Seattle apareceu na investigação do *New York Times*, que teve como foco o fato de que a empresa estava “realizando um experimento pouco conhecido sobre até onde poderia pressionar os trabalhadores de colarinho branco” (Kantor e Steitfeld, 2015). Em seus cuidadosos apontamentos sobre as operações da *Amazon* na UE e nos EUA, Simon Head concluiu que estas se caracterizavam por uma “mistura venenosa de taylorismo e stakhanovismo¹², entremeada com a TI do século XXI e com uma cultura difundida de mesquinhez e desconfiança” (2014: 42).

Apesar desses excessos, a *Amazon* é vista como um negócio extremamente bem-sucedido e, como aponta Head, seu fundador, Jeff Bezos, ficou em segundo lugar no ranking mundial dos diretores executivos mais admirados, realizado

¹² Esta é outra referência à União Soviética dos anos entre guerras, quando trabalhadores altamente produtivos (como Stakanov) foram identificados como heróis nacionais.

pela Harvard Business Review em 2012 e a própria empresa ficou em terceiro lugar na lista mundial da CNN (Head, 2014: 36). Na visão do Financial Times (2015):

Os trabalhadores da *Amazon* não são escravos ... O Sr. Bezos está no mais obstinado limite do empreendedorismo dos EUA. Mas até que haja mais evidências de que sua abordagem esteja impedindo a equipe principal de integrar a *Amazon*, ou afastando os clientes, é improvável que ele mude – e parece haver pouca razão para que ele deva mudar.

Parece que o varejo, com seu sofisticado uso da tecnologia da informação como ferramenta de planejamento executivo e controle do trabalho, emergiu como uma força protagonista na administração, especialmente nas indústrias de serviços, afetando tanto o setor privado quanto o público.

Trabalho estatal

Apesar das privatizações em larga escala e da subcontratação, uma grande parte do setor de serviços permanece no setor estatal, onde encontramos alguns dos maiores empregadores¹³ da UE e dos EUA. A natureza das relações de trabalho e emprego neste setor estatal é, portanto, interessante. Embora nunca tenha sido o centro da Sociologia do trabalho, o setor estatal, com seus altos índices de empregos sindicalizados e profissionalizados, continha exemplos em que o trabalho era organizado com um certo grau de liberdade do controle gerencial, muitas vezes ligado a uma ética do serviço público. Essa memória de trabalhar como carteiro nos anos 1970 no Reino Unido revela elementos de tudo isso:

Eu *gostava* de ser carteiro. Sempre que me perguntavam sobre meu emprego, tinha orgulho de fazer essa declaração. Eu sentia que havia um certo prestígio. Gostava do trabalho e da camaradagem com meus colegas. Sim, a remuneração básica era baixa, mas poderia ser complementada e eu gostava da sensação de segurança e de pertencer a uma instituição histórica. (Johnson, 2014: 125, ênfase no original)

Há muitos relatos semelhantes, todos apontando para o fato de que, ironicamente, foi o período pós-fordista que levou a forma de processo de trabalho fordista ao setor estatal sob os pretextos da produção enxuta e das novas formas

¹³ Quando a BBC tentou estabelecer uma lista dos maiores empregadores do mundo, sete dos dez principais eram de propriedade estatal! Nesta lista, o Walmart foi ofuscado pelo Departamento de Defesa dos EUA, com 3,2 milhões de empregados. O NHS britânico, com 1,7 milhão de funcionários, ficou em quinto lugar (BBC, 2012).

de gestão do setor público, em grande parte tomadas de empréstimo de práticas das corporações privadas¹⁴. Parece que esse processo afetou tanto o serviço de rotina quanto as atividades profissionais de médicos, professores e afins. Geralmente a experiência é de maior pressão e coação.

No Reino Unido, o estudo de Foster e Hoggett (1999) de uma agência de segurança social revelou como os trabalhadores ficavam angustiados ao se deparem dia após dia com pressões dos clientes, bem como com suas necessidades muitas vezes urgentes. Em vez de um processo de trabalho flexível, descreveram um “processo de trabalho exaustivo”, mantido pelo compromisso com o serviço público. Essa extensão das técnicas de produção enxuta para o setor estatal foi demonstrada de forma mais nítida pelas investigações sobre as mudanças introduzidas nos escritórios de tributação do Departamento de Receitas e Alfândega do Reino Unido. Aqui, a maioria dos funcionários identificou a produção enxuta com uma mudança para um ambiente de trabalho com muita pressão. Um oficial administrativo do sexo feminino explica que:

Depois de vinte e sete anos na Receita Federal, acompanhando a introdução do trabalho enxuto, agora estou desqualificada, desmotivada, estressada durante mais dias, com medo de estar doente, sentir-me desvalorizada, prestar um serviço ruim para os clientes, não tenho permissão para expressar minha opinião, aguardo ansiosamente o dia em que eu possa deixar este lugar de uma vez por todas. (Carter et al., 2013: 762)

Tudo isso foi aliado a novos sistemas de informações gerenciais que se baseiam em sua capacidade de gerar grandes quantidades de dados comparativos de desempenho. Enquanto a Ford comparava a produção de suas diversas plantas fabris, bem como destas com os seus concorrentes, na década de 1980, hoje os hospitais e as universidades do Reino Unido veem-se regularmente inseridos em várias tabelas de classificação de desempenho e colocados em oposição uns aos outros através de vários arranjos de mercado (Beynon, 2016, McGgettigan, 2013). Comentando essas questões de maneira mais geral, Monbiot (2014) observou que:

O local de trabalho tem sido sobrecarregado por uma infraestrutura kafkiana louca de avaliações, monitoramento, medição, vigilância e auditorias, direcionada centralmente e rigidamente planejada, cujo objetivo é premiar os vencedores e punir os perdedores. Destroi a autonomia, a empresa, a

¹⁴ A ironia adicional, é claro, é que Johnson se tornou um membro do governo que ajudou a impulsionar e estender essas mudanças.

inovação e a lealdade e gera frustração, inveja e medo. Através de um magnífico paradoxo, levou ao renascimento de uma grande tradição soviética ... conhecida como *tufta*. Significa falsificação de estatísticas para satisfazer os ditames do poder inimputável.

A referência soviética se relaciona a visão inicialmente positiva de Lenin sobre o fordismo e sua capacidade de transformar a economia soviética. Também foi observado por Ron Amman, que descobriu que seu conhecimento das operações da antiga União Soviética, “longe de ser uma perda de tempo, tinha me proporcionado uma qualificação única” para uma compreensão das reformas do setor público no Reino Unido. Com alguma ironia, ele escreveu que “as crescentes pressões gerenciais sobre o setor público na Grã-Bretanha, que causaram consternação e incompreensão a muitos colegas, foram instantaneamente reconhecidas por uma antiga mão soviética” (Amman, 2003: 468).

Tornando-se global

O emprego estatal também está mudando de outras formas. Em 2011, o Gabinete do Governo do Reino Unido produziu uma Nota de Orientação que se concentrava em “situações em que os fornecedores de um serviço contratado desejariam usar a capacidade *offshore* para entregar alguns ou todos os serviços em questão” (www.sourcingfocus.com/site/_newsitem/3829/,) revelando até que ponto o estado havia emergido como coordenador da terceirização internacional. Essa mudança estava claramente ligada ao desenvolvimento de uma economia globalizada e teve um impacto direto sobre a organização e natureza do trabalho em relação à promessa.

Historicamente, a crise do fordismo se refletia em empresas crescentemente transferindo o trabalho para locais com baixos salários. Cowie, em seu principal estudo da RCA, viu isso como uma mudança radical em um padrão estabelecido na “luta contínua do capital industrial para manter as condições sociais necessárias para a lucratividade” (Cowie, 1999: 2). Isso foi facilitado, em grande parte, pelo advento do microprocessador e da internet que, junto com a comunicação via satélite, permitiram que máquinas e escritórios, em locais espacialmente separados, fossem interligados, e que equipes separadas de projeto e fabricação estivessem trabalhando em sistemas de produção distribuída. Desse modo, uma nova divisão internacional do trabalho começou a emergir, primeiro no vestuário, mas depois de forma mais geral (Barnet e Mueller, 1974; Froebel et al., 1981). Isso foi fortemente associado com os desenvolvimentos na indústria eletrônica, enquanto ocorria uma reestruturação indiscriminada na

organização do emprego em todo o planeta. Na virada do século, a mudança incremental havia sido substituída pela ampla transferência de indústrias inteiras.

Isso pode ser visto como o surgimento de um fordismo global (Lipietz, 1982). Na Europa e nos Estados Unidos, isso foi associado a amplos fechamentos de fábricas, à medida que grandes centros de produção foram desmantelados (Bluestone et al., 1981; Massey; Megan, 1982) e novos foram abertos, inicialmente mais ao sul (na Espanha e no México), mas depois por todo o mundo, sendo que o principal impacto viria da China e da Índia. A indústria de diamantes é um exemplo. Por um século, o corte e o polimento dos diamantes do mundo foram baseados na Bélgica. Não mais: agora, 93% desse trabalho é feito na Índia por 1,3 milhão de trabalhadores, embora esse processo de trabalho alterou-se de uma tal maneira que poderia ter saído das páginas do livro de Braverman. Cross (2014: 93), em seu estudo sobre o papel do gigante subcontratante *Worldwide Diamonds*, descreve isso como “a clássica história do nivelamento por baixo promovido pela globalização”.

Em 2014, três empresas chinesas apareceram entre as dez principais empresas globais da Fortune, quando classificadas por receita (<http://fortune.com/global500/>) e as 500 principais da Financial Times incluíram 23 empresas chinesas e 12 indianas¹⁵. Uma consequência disso foi vista na indústria automotiva do Reino Unido. Quando a MG Rover entrou em processo de insolvência em 2005, seus principais ativos foram adquiridos pelo Nanjing Automobile Group, que foi adquirido pela estatal Shanghai Automotive Industry Corporation (SAIC). A SAIC é a maior dentre as “quatro maiores” montadoras de automóveis chinesa e estabeleceu um empreendimento conjunto com a Volkswagen e a General Motors, produzindo 4,5 milhões de carros por ano. O surgimento da indústria (e o uso extensivo de *joint ventures*) tem sido emblemático da transformação do país em um grande fabricante. Em 1990, a indústria automobilística estava operando em um nível baixo de desenvolvimento tecnológico, com 1,57 milhão de trabalhadores produzindo meio milhão de veículos. Em 2010, no entanto, mais de 18 milhões de veículos estavam sendo produzidos, mas com apenas um leve aumento da força de trabalho que passou para 2,2 milhões. Esses números oficiais, como Zhang (2014) explica, ocultam os empregados em contrato temporário. Na China, as empresas automobilísticas estabeleceram elementos fortes de um regime fordista, repleto de TQM e técnicas de produção enxuta, e com o apoio dos sindicatos ligados ao Estado. No entanto, os benefícios do sistema não foram distribuídos uniformemente para toda a força de trabalho. No momento em que o sistema de *joint ventures* se estabeleceu, Zhang explica que houve um movimento em direção a

¹⁵ Também inclui dez do Brasil, oito da Rússia e cinco do México (ft.com/indepth/ft500).

um local de trabalho mais enxuto e flexível, incluindo a substituição de trabalhadores permanentes e de longo prazo por trabalhadores formais contratados, bem como o uso de uma força de trabalho dual e de um grande número de trabalhadores temporários. No início dos anos 2000, o regime trabalhista no setor de montagem de automóveis havia mudado para um regime de trabalho dual. (Zhang, 2014: 48)

O tratamento desigual dessas diferentes categorias de trabalhadores, combinado com o ritmo e a organização do trabalho, emergiu como uma fonte de tensão e conflito aberto, com os relatos em primeira mão de Zhang, ampliando nossa compreensão da crescente agitação trabalhista (Mitchell e Sebastopulo, 2014). Um padrão semelhante foi observado na Índia, onde a indústria automobilística, embora menos avançada do que sua equivalente na China, revela uma dependência similar de trabalhadores temporários cujos salários equivalem a pouco mais que um terço dos salários ganhos pelos funcionários permanentes (Annavajhula; Pratap, 2012; Cross, 2014). Um estudo de uma localidade em Uttar Pradesh, o estado com o mais alto nível de investimento estrangeiro direto em manufatura no país, descobriu que, embora a mistura de práticas variasse:

Os temas dominantes que surgiram foram empresas controlando trabalhadores por meio do uso de múltiplos contratos de trabalho, alta rotatividade de mão-de-obra, diferenças salariais, controle crescente sobre os regimes de trabalho, carga de trabalho intensa, desqualificação, contenção de sindicatos, uma atmosfera de medo em muitas empresas e controle através do uso de suportes institucionais. (Trivedi, 2007: 12)

Geralmente havia “um clima de medo em muitas empresas” (Trivedi, 2007: 12). Condições como estas foram identificadas como motivadoras de tumultos nas fábricas de automóveis da Índia ano a ano, com vários deles resultando em assassinato de pessoal das equipes administrativas (Sarkar, 2015).

A indústria automobilística é apenas uma parte da imagem complexa do alcance global do capital. De fato, as raízes dessa expansão estão além do automóvel, no enorme desenvolvimento da comunicação eletrônica e das tecnologias digitais. Frequentemente associado pela opinião pública ao “Vale do Silício” na Califórnia, esse setor tem sua base produtiva em outros lugares. Os principais minerais (tântalo, estanho e ouro) são extraídos na República Democrática do Congo, muitas vezes sob condições de trabalho forçado (Fuchs, 2014), enquanto os *laptops*, *tablets* e telefones celulares são montados na China e no Pacífico. Aqui, a empresa taiwanesa *Hon Hai Precision Industry* (Foxconn) desempenha

um papel de liderança. A maior empresa de manufatura privada do mundo, a Foxconn emprega 1,2 milhão de pessoas e, de suas fábricas na China, abastece a Apple, a Dell e a Hewlett Packard. Aqui o trabalho é organizado em regimes que beiram o “taylorismo sangrento” (Lipietz 1987, 1995, Jessop e Sum, 2006), com o uso extensivo do trabalho feminino migrante¹⁶. A principal instalação da empresa em Longhua emprega 400.000 trabalhadores, sendo a maioria jovens migrantes do interior. A fábrica opera 24 horas por dia, produzindo um quarto de milhão de *iPhones* nos 365 dias do ano. Os trabalhadores têm um dia de folga a cada quinzena. Nos outros dias eles passam 12 horas na fábrica. Uma jovem empregada como funcionária geral da linha de montagem (número funcional F9347140) descreveu seus dias desta maneira:

Eu era responsável pelas inspeções das telas de vidro para ver se elas estavam arranhadas. Eu me apresentava aos líderes da linha de 15 a 20 minutos antes da chamada. Os líderes nos davam palestras sobre como manter a alta produtividade, de modo a atingir metas diárias de produção e manter a disciplina. ... As pausas de toalete durante o horário de trabalho também são restritas. Eu tinha que pedir permissão aos assistentes dos líderes da linha para deixar o meu lugar. ... Verificar as telas dos produtos fazia com que eu sentisse intensa dor nos olhos. (Chan, 2013)

Outra trabalhadora explicou como em seu trabalho:

Pego uma placa-mãe da linha, digitalizo o logotipo, coloco em uma bolsa anti-estática, coloco uma etiqueta e coloco na linha. Cada uma dessas tarefas leva dois segundos. A cada dez segundos, termino cinco tarefas. (Chan, 2013)

De modo a refletir os relatos das fábricas de Henry Ford do Rio Rouge, aprendemos que:

O bate-papo amigável entre colegas de trabalho não é muito comum mesmo durante o intervalo; todos correm para fazer fila para o almoço e comem

¹⁶ Lipietz (1995) vê o “taylorismo sanguinário” como tendo dois componentes: “primeiro, as atividades são primariamente tayloristas, mas relativamente pouco mecanizadas. A composição técnica do capital nessas empresas é particularmente baixa. Desta forma, essa estratégia de industrialização evita um dos inconvenientes da substituição de importações: o custo de importar grandes quantidades de equipamentos. Além disso, dado que esta estratégia mobiliza uma força de trabalho feminina, ela incorpora todas as tradições da exploração patriarcal doméstica. Em segundo lugar, essa estratégia é “sangrenta” no sentido de que Marx falou de “legislação sangrenta” no início do capitalismo inglês. Para a opressão tradicional das mulheres, esta estratégia acrescenta todas as armas modernas da repressão anti-trabalho (sindicatos oficiais, ausência de direitos civis, prisão e tortura de opositores).

rapidamente. A empresa proíbe conversas na oficina. Na área da fábrica, câmeras de CFTV estão instaladas praticamente em todos os lugares para fins de vigilância. Milhares de agentes de segurança estão de plantão, patrulhando todos os edifícios e dormitórios da fábrica da Foxconn. (Chan, 2013)

Também por outras vias os trabalhadores da linha de montagem da Foxconn estão predispostos a dizer que, “do lado de fora, todo mundo quer trabalhar aqui; do lado de dentro, todo mundo quer sair daqui”. Em 2014, a Foxconn anunciou a abertura de novas fábricas na Turquia e na Eslováquia.

Essa mudança global para longe dos estados capitalistas avançados é fundamental para uma compreensão do estado de mudança do trabalho e de como as indústrias de serviço, especialmente na esfera das telecomunicações, foram afetadas de maneira igualmente radical. Nos estados da OCDE, especialmente no Reino Unido, os *call centers* passaram a ser vistos como uma fonte importante de inovação técnica, proporcionando o crescimento do emprego e compensando a perda de empregos na indústria. Esses locais se tornaram a principal fonte de comunicação rotineira do consumidor com as grandes corporações. Localizados principalmente nas antigas regiões desindustrializadas, eram frequentemente usados para simbolizar um novo amanhecer; um novo modo de vida e de trabalho. Em 2003, a indústria empregava quase 400.000 pessoas e as esperanças de uma expansão significativa chegavam a quase um milhão de empregados até o final da década. O futuro, no entanto, mostrou-se menos previsível e o crescimento mais instável. No entanto, ainda em 2013, a indústria do Reino Unido empregou 650,5 mil “agentes” em mais de 5 mil estabelecimentos. Muitos deles eram pequenos, mas mais da metade da força de trabalho era empregada nos 400 maiores deles. Nessa época, a indústria havia mudado de nomenclatura para *call* para *contact centers*, mais comumente associada a grandes corporações globais especializadas, trabalhando principalmente para os setores de varejo e finanças, sendo este (bancos, empresas de cartão de crédito, seguradoras, sociedades de crédito imobiliário, agências de cobrança e agências de referência de crédito) responsável por até 40 por cento do total das receitas¹⁷.

Os primeiros estudos do trabalho nesses centros se baseavam em outros paralelos com a manufatura, apontando para a natureza repetitiva do trabalho,

¹⁷ Esse desenvolvimento foi associado a uma reestruturação do sistema bancário da década de 1990 que transferiu a “agência bancária” do centro de operações. Escritórios especializados lidavam com a liquidação de contas enquanto as relações com os clientes e a comercialização de novos produtos eram tratadas através de *call centers*. Com esta divisão de trabalho mais especializada, podemos ver uma mudança radical no sistema de recrutamento, onde a nomeação de alunos que abandonaram a escola para uma “carreira com o banco” foi substituída por políticas de recrutamento multicamadas.

bem como para as inerentes pressão e a vigilância gerencial. Os trabalhadores se referiam a isso como uma característica fundamental do trabalho, mencionando como “cada minuto era monitorado” e como “se recebiam dados estatísticos diários”. Eles sabiam que suas conversas eram gravadas e que (cada vez mais) eram obrigados a manter um roteiro preparado:

Costumava ser mais um guia geral em vez de um roteiro. Tornou-se mais roteirizado agora. Agora eles estão dizendo “você precisa vender esses produtos neste pedido”. (Beynon et al., 2001: 287)

Muitos pesquisadores (tendo como referência Hochschild) chegaram a ver isso como uma forma de trabalho emocional – conversando e lidando com as pessoas ao telefone; seguindo artificialmente um roteiro, embora parecesse “natural” e “genuíno” – e observou que as mulheres estavam sendo cada vez mais usadas nesses papéis (Belt et al., 2002; S. Taylor, 1998). Vários estudos têm apontado para as tensões associadas a essa forma altamente racionalizada de trabalho de comunicação (Deery et al., 2002; Holman, 2003) e de como explosões organizadas de “diversão” têm sido usadas para “liberar a pressão” nessas situações (Kinnie et al., 2000). Pois aqui as chamadas entram repetitivamente, assim que uma termina, a próxima começa, de um modo que traz à tona a metáfora da linha de montagem – “a linha de montagem na cabeça” é a frase sugerida por Taylor e Bain (1999). Assim como na manufatura, esse trabalho não era seguro nem imune ao crescente fenômeno do *offshoring*. Como a indústria britânica observou:

Esse setor mostrou a maior inclinação para se deslocar para o exterior, com muitas seguradoras (a Prudential e a Aviva são talvez as mais proeminentes) e bancos (Grupo Santander, Lloyds HBoS, Barclays e Barclaycard) aproveitando diferenciais de custos trabalhistas, embora outros bancos tal como o RBS não tenham feito o mesmo. Houve também um abalo, impulsionado pela crise de crédito, que colocou uma pressão maior sobre as empresas financeiras para reduzir ainda mais os custos. (Contato Babel, 2011)

Essas empresas receberam considerável apoio e incentivo de publicações como *Off Shore Insights* (2006), que explicava que:

Hoje, os benefícios das fontes globais incluem a capacidade de melhorar os níveis de serviço, novas oportunidades de crescimento e maior vantagem competitiva. Mas, mesmo que outros fatores de consideração se tornem determinantes para o sucesso de um país, na globalização a economia de custos continua sendo um elemento chave. E, embora vários fatores afetem o

potencial de redução de custos de qualquer acordo de fornecimento global, o custo da mão de obra está entre os mais importantes.

Este artigo inclui um mapa do mundo destacando possíveis centros de atendimento com detalhes sobre as médias salariais. Aqui, a Índia emergia como um local onde recrutas com alto-padrão educacional e bom inglês poderiam ser empregados para responder a consultas e vender produtos a clientes a cinco mil milhas de distância no Reino Unido e nos EUA. Isto foi apoiado pelo marketing forte do setor. O site <https://www.outsource2india.com/> oferecia aconselhamento sobre a terceirização de serviços de hipotecas, edição de fotos, pesquisa e análise, desenvolvimento de software, serviços de engenharia, serviços de saúde, serviços financeiros e *call centers*. Tanto é que em 2012:

Existem mais de 265.000 empregos de BPO¹⁸ [Business Process Outsourcing] apenas em Bangalore, dos quais as posições de *call center* representam uma proporção considerável. O BPO é a palavra de ordem para a terceirização de processos de negócios – a tendência de empresas multinacionais como a Microsoft de alocar serviços ou departamentos inteiros na Índia. (Walker; Hatley, 2012)

A política de acolhimento da Índia para investimentos internos foi construída com base na fluência geral do inglês pela população, no elevado número de diplomados universitários e na no seu fuso horário. O trabalho noturno na Índia permitiu que os agentes entrassem em contato com cidadãos do Reino Unido e dos EUA ao longo do dia. Esse processo – trabalhando durante a noite e conversando com pessoas de uma cultura diferente em suas cozinhas e salas de estar, às vezes em um dia diferente do seu – adicionou uma nova dimensão ao trabalho emocional de se trabalhar em uma BPO (*Bussiness Process Outsourcing*). Também exigiu treinamento adicional, fornecido (a uma taxa de cerca de US \$ 900) por empresas como a Prion Edutech, que tem mais de cem campi de treinamento na Índia. Aqui, o objetivo principal é mudar a maneira como os agentes falam. Por exemplo, a erradicação da Influência da Língua Materna (ou abreviadamente MTI) é o foco do curso de ‘Neutralização de Sotaque’ de Prion. Aqui ‘os alunos repetem sílabas como’ pa pa pa pa ‘por 30 minutos de cada vez até começarem a perder seu sotaque indiano’ (Walker e Hatley, 2012). Uma vez empregado em um ambiente de BPO, falar Hindi é uma ofensa, para você trabalhar aqui, você precisa mudar quem você é.

¹⁸ BPO, em linhas gerais, trata-se de uma subdivisão de uma terceirização, onde um fornecedor de serviços terceirizados se responsabiliza por uma parte das tarefas que foi terceirizada à empresa contratante do serviço.

Tanto em Delhi como em Bangalore todo mundo parecia ter histórias de seus antigos empregos, que eles chamavam de “processos” – “processos de cobrança”, “processos de entrada” (atender chamadas), “processos de saída” (fazer ligações), – e todos eles se lembravam das ligações ruins.

Lembro-me muito bem desse cara que acabou de me ligar e disse do nada: “Seu Paki filho de uma p***”, não levamos essas coisas para o lado pessoal; faz parte do trabalho. Então eu disse calmamente: “Sim, senhor, se eu sou um paquistanês, então este pakí poderia lhe ajudar a consertar seu computador”. (Marantz, 2011)

Geralmente, eles simplesmente passam por cima disso e seguem em frente. Como Sonam:

das 1h as 11h todos os dias, ela se senta no chão com um fone de ouvido preso firmemente em torno de sua cabeça, o microfone preso na frente da boca com um arame rígido. Até 100 vezes por dia, um bipe soa em seu ouvido para avisá-la de que outro canadense precisa de ajuda com o seu banco. Ela não precisa aceitar ativamente a ligação; ele simplesmente entra em operação e as informações da conta aparecem na tela à sua frente.

“Olá, Sr. Smith, obrigado por ligar para o *TD Canada Trust Bank*, como posso ajudá-lo hoje?”

Quando o problema é resolvido ou a venda é finalizada ... outro bipe ressoa em seus fones de ouvido em menos de cinco segundos. ... Ela tem o poder de adiar o sinal sonoro, apertando um botão marcado como “AEW” no monitor, mas ela ri: ‘Se eu suspender os telefonemas por mais de quinze segundos, eles [seus gerentes] virão atrás de mim.’ (Walker; Hatley, 2012)

No entanto, houve problemas na Índia. As taxas de crescimento no emprego começaram a desacelerar, pois havia relatos de elevadas taxas de rotatividade girando em torno de 30% a 35% em locais estabelecidos (Vaidyanathan, 2011). Estes localizavam-se em grande parte nas cidades “de nível 1”, e a transferência para longe dessas áreas mais prósperas tornou-se uma prioridade para as empresas. Cidades de nível 3, como Ahmedabad e Jaipur, ofereciam locais que eram visados, assim como estados vizinhos, como as Filipinas.

Várias empresas indianas iniciaram consideráveis operações nas Filipinas, que tem um grande grupo de graduados bem-educados, falantes de inglês, talentosos e empregáveis. Quase 30% dos diplomados nas Filipinas são

empregáveis, ao contrário dos 10% da Índia, onde o treinamento consome uma quantidade considerável de tempo, de acordo com o relatório. (Press Trust of India, 2014)

O secretário-geral da Assocham (Associação de Câmaras de Comércio e Indústria da Índia) falou dos temores de que o país possa perder até US \$ 30 bilhões em ganhos cambiais para as Filipinas e que “há uma necessidade de reduzir custos e fazer operações mais enxutas na indústria de BPO” (Press Trust of India, 2014).

Ao mesmo tempo, há uma pressão competitiva da Europa Oriental, à medida que as empresas britânicas começaram a terceirizar partes de seus serviços ao consumidor para empresas sediadas na Bulgária. A 60K é uma dessas empresas, empregando 650 funcionários que falam 27 línguas diferentes entre eles. A 60K foi eleita a “terceirizada do ano” na cerimônia do *European Call Center e Customer Service Awards* em 2013 e seu CEO, Jonathan Gladwish, explicou como se economiza de 40 a 50 por cento se mudando do Reino Unido, onde trabalhar em um *call center* é muitas vezes visto como meramente um “paliativo” para os graduados (Merrill, 2013). Embora tenha havido rumores acerca do retorno dos trabalhos de *call center* ao Reino Unido (ContactBabel, 2011; Arvato, 2015), esse processo ainda é incerto. O que está claro é que essa indústria, assim como a manufatura, “se tornou global” – com sua falta de raízes em conjunção a uma forte lógica de redução de custos: como Marantz, (2011) observou com precisão, até mesmo os vencedores são perdedores em algum grau porque:

Os agentes sabem que seus empregos só existem por causa do baixo valor que o mercado mundial atribui ao (seu) trabalho. Quanto mais eles adotam a lógica do capitalismo global, mais eles precisam confrontar a noção de que valem menos.

Tempos digitais: o ciberproletariado, o precariado e o povo

Ao refletir sobre as mudanças ocorridas nos últimos quarenta anos, sociólogos do trabalho tiveram que adotar uma visão mais ampla e reflexiva, que fosse além do próprio local de trabalho, à medida que os mercados nacionais se fragmentaram, os sistemas de produção e comunicação se tornaram globais e as políticas econômicas keynesianas foram substituídas por políticas neoliberais. Dentro de tudo isso, uma revolução tecnológica ocorreu associada ao desenvolvimentos extraordinários na computação. Esta revolução viu o cumprimento da “Lei de Moore” que dizia que o poder de computação

dobraria a cada dois anos. O Playstation 3 da Sony fornece um bom exemplo disso. Lançado em 2006, ele tinha o poder de computação do poderoso computador ASCI Red, que custou US \$ 55 milhões ao governo americano em 1996 e ocupou 100 gabinetes de mais de 1.600 metros quadrados de espaço. Brynjolfsson e McAfee (2014) usam esse exemplo para destacar as implicações do crescimento exponencial à medida que nos aproximamos da “Segunda Era da Máquina” associada à “digitalização de praticamente tudo”. Aqui e em outros lugares (2011) sua admiração pela capacidade das novas máquinas é acompanhada por preocupações sobre seu impacto social, sobretudo no tocante aos empregos, com o ressurgimento do interesse na noção de “desemprego tecnológico” de Keynes. Uma análise abrangente em um workshop sobre Máquinas e Emprego na Universidade de Oxford concluiu que esses desenvolvimentos, diretamente ou por meio de *offshoring*, “colocarão uma parte substancial do emprego, numa vasta gama de ocupações, em risco num futuro próximo” (Frey; Osborne, 2013).

O ritmo dessas mudanças levou Huws (2013) e outros a verem as primeiras décadas do século XXI como representando um novo ponto de partida na escala da divisão internacional do trabalho. Standing (2009) concorda e, assim como Munck (2002), traçou paralelos com as mudanças do século XIX descritas por Polanyi em *The Great Transformation* (1944), quando a mercantilização do trabalho foi levada ao extremo e o trabalho se desligou das instituições sociais. Nessa visão, a segunda grande transformação é um fenômeno global, com 1,5 bilhão de pessoas competindo por empregos altamente flexíveis, muitos deles como “trabalhadores contingentes e temporários de diversos gêneros”, compondo um grupo que Standing descreve como “o precariado” (ILO, 2014, Standing, 2009, 2011: 110). Vimos exemplos desse processo na China e na Índia, com trabalhadores rurais migrando para centros urbanos, competindo por trabalho.

Este tema foi desenvolvido por Roberts (2004) quando escreveu sobre “serviços na linha de montagem”, e Huws (2003, 2014) também escreveu extensivamente sobre as maneiras pelas quais a vida dos “trabalhadores do teclado” foram afetadas pelas mudanças na computação e no processamento de texto. Ela argumenta que o “taylorismo digital” ultrapassou o relato de Braverman sobre a mudança no trabalho de escritório, e vê o surgimento de um *cyberproletariado* no centro das mudanças contemporâneas no trabalho. Essa ideia decorre em parte das maneiras pelas quais as plataformas digitais permitiram que poderosas corporações transnacionais estendessem suas estratégias de terceirização para trabalhadores individuais localizados em todo o mundo. Os expoentes

bem conhecidos deste chamado *crowd work*¹⁹ seriam CrowdFlower, Clickworker e CloudCrowd. A CloudFlower anuncia sua “mão-de-obra sob demanda” como solução, fornecida por mais de 500.000 funcionários em mais de 70 países:

Os clientes da CrowdFlower concluem rapidamente volumes maciços de trabalhos simples, sem nenhum tempo de espera e custos indiretos associados à contratação e à terceirização tradicionais. (Disponível em: <<http://www.crowdsourcing.org/site/crowdflower/crowdflowercom/1572>>. Acesso em: 11 set. 2019.)

Mais uma vez, foi a *Amazon*, por meio de sua operação conhecida como *Mechanical Turk*, que ampliou os horizontes. O *mechanical turk* tem sua própria linguagem mistificadora na qual os empregadores são chamados de “Solicitantes”; os trabalhos, “Tarefas de Inteligência Humana” ou “HITs”; e os trabalhadores, “Provedores” ou “Turkers”. Na realidade, a forma como o trabalho é organizado equivale a uma reencarnação do sistema doméstico de trabalho, em que os trabalhadores executam parcelas do processo de trabalho delineadas pelos empregadores (ou por programas de computador preparados para extrair trabalho em favor dos empregadores), pelas quais são pagos por peça, oferecidas na plataforma da *Amazon*, com a *Amazon* cobrando do empregador 10% de comissão. O site *Mechanical Turk* da *Amazon* promete uma “força de trabalho sob demanda e flexível na nuvem” e a capacidade de “acessar milhares de trabalhadores sob demanda de alta qualidade e baixo custo” (*Amazon Mechanical Turk*, 2015). O trabalho assume a forma de micro tarefas, que os computadores não podem fazer ou não executam tão bem quanto os humanos. Exemplos que a própria *Amazon* fornece incluem, entre outros: processamento de foto e vídeo (por exemplo, marcação de objetos encontrados em uma imagem para facilitar a busca, encontrar a melhor imagem para representar um produto); verificação de dados (eliminação de entradas duplicadas nas páginas amarelas); coleta de informações (encontrar campos específicos ou elementos de dados em grandes documentos legais ou governamentais); e processamento de dados (tradução, avaliação da precisão dos resultados de um mecanismo de pesquisa). A tarefa pode ter valor em si mesma. Por exemplo, quando usado em conjunto com um *iPhone*, os trabalhadores da *Mechanical Turk* podem ajudar pessoas cegas a

¹⁹ Nota do tradutor: Crowd work ou crowdsourcing envolve um grande número de pessoas, geralmente conectadas a plataformas digitais, que trabalham na resolução de algum problema. Vale destacar o processo de trabalho aqui é realizado de modo compartilhado por pessoas localizadas em diferentes lugares. Para mais informações vide: <http://infograficos.estadao.com.br/focas-economicos-13/crowdsourcing.shtml>

encontrar objetos específicos, sejam eles frascos de marmelada, chaves de casa ou qualquer outra coisa, e ‘ler’, digamos, nomes de ruas (Jabr, 2011). Esses tipos de trabalho são excepcionais, no entanto. Normalmente, as tarefas taylorizadas são fragmentos de um processo maior que, muitas vezes, têm que ser concluídas de uma maneira altamente repetitiva (Bergvall-Kareborn e Howcroft, 2014).

O pagamento pelo crowd work é geralmente baixo, estimado em US \$ 2 por hora (Marvit, 2014) e podendo ser altamente estressante. Neste trabalho, um fluxo constante de HITs não podem confiar em seus contratos, nem contar com preços constantes, nem mesmo ter a certeza de que os empregadores, que têm o chicote, pagarão pelo trabalho realizado. Tudo isso contribui para os níveis de estresse que se tornam ainda mais agudos se o “turking” for uma fonte primária de renda. Esses trabalhadores, que passam horas realizando pequenas tarefas e procurando trabalhos adicionais para executar, o fazem separados uns dos outros, existindo em um limbo legal. É uma força de trabalho cada vez mais dispersa, com uma proporção crescente composta de trabalhadores indianos, mais propensos a ter menos instrução e forçados a depender do trabalho on-line como principal fonte de renda (Ipeirotis, 2010; Ross et al., 2010). Seu tamanho é difícil de estimar com precisão, mas Kaganer et al. (2012) descrevem um “crescimento anual vertiginoso” na receita global de plataformas de *crowdsourcing*, que aumentaram 53% em 2010 e 74% em 2011. Em uma pesquisa geral, Mandl (2015) indicou que há um potencial significativo de crescimento desta forma de emprego em toda a Europa.

Este novo sistema de pagamento por produção digitalizada é muitas vezes apresentado como um sistema no qual os talhadores realizam “escolhas”. A principal atração para os empregadores desse novo taylorismo é que ele é uma fonte de força de trabalho barata e altamente explorável. O *crowd work* oferece um sistema barato, cada vez mais global e de “zero hora”, que, como tal, sintetiza o subemprego que caracteriza grande parte do mundo do trabalho atualmente.

O *crowdsourcing* não se restringiu ao registro de dados e ao trabalho rotineiro de escritório. Foi estendido aos trabalhos inovadores que eram para constituir o próprio cerne da revolução criativa do trabalho trazida pela tecnologia da informação. Ao olhar para o desenvolvimento e criação de software, por exemplo, Baldry e Marks (2009) passaram a ver esse tipo de trabalho de conhecimento como “manufatura de colarinho branco”. Na área de aplicativos móveis, a Apple e o Google, líderes de mercado, conseguiram, por meio do *crowdsourcing*, terceirizar essa atividade de desenvolvimento, aproveitando a criatividade de desenvolvedores individuais em todo o mundo. Ocupando uma posição entre empregado casual e empreendedor, esses designers têm uma vida profissional

com base no domicílio, o que acentua as tendências atuais na nova economia além do fordismo. No entanto, também “aumenta ainda mais a precariedade e a incerteza” (Bergvall-Kareborn e Howcroft, 2013: 978).

Ao considerar esses desenvolvimentos, somos lembrados por Robert McChesney, autor de *Digital Disconnect*, que, a Internet começou como uma função do setor público, foi assistida por subsídios do governo e não foi comercial. A visão era “de um setor igualitário e sem fins lucrativos, onde as pessoas se reuniam e compartilhavam” (McChesney, 2014). Foi com esse espírito que o Linux foi iniciado no início dos anos de 1990 por Linus Torvalds, um estudante de pós-graduação em ciência da computação de 20 anos da Universidade de Helsinque. Esse sistema operacional livre e de código aberto foi desenvolvido sob uma licença que permitia o uso do software e possibilitava que os usuários o alterassem, compartilhassem e desenvolvessem como uma alternativa aos sistemas operacionais das grandes potências capitalistas, *Microsoft* e *Apple*. Como tal, o *Linux* representa o potencial para um estilo de vida sem fins lucrativos. Existem outros exemplos – a *Wikipedia*, uma plataforma colaborativa de escrita e informação de código aberto, o *OpenStreetMaps*, um projeto não comercial e colaborativo para criar e utilizar dados de mapas em todo o mundo; *WordPress*, software web gratuito para criação de sites e blogs; *Drupal*, uma estrutura de gerenciamento de conteúdo de código aberto com muitos acréscimos gratuitos à comunidade; *GoTeo*, uma rede social para *crowdfunding*²⁰ e colaboração; e *P2PU*, uma universidade *peer to peer*, resumida pelo convite “Aprenda tudo com seus colegas. Está on-line e totalmente livre”.

Estes são desenvolvimentos importantes e que sugerem o potencial de uma forma paralela e colaborativa de trabalho que emerge ao lado do mundo corporativo do neo-fordismo. Os trabalhadores do *crowd work* podem trabalhar coletivamente apesar da tecnologia digital. *Turkoptican*, é um complemento da plataforma da *Mechanical Turk* que permite aos trabalhadores divulgar e avaliar suas relações com os empregadores, classificando sua experiência, incluindo casos de não pagamento por parte dos empregadores pelo trabalho realizado. Existem fóruns on-line onde o trabalho pode ser discutido. Nos Estados Unidos, os trabalhadores do *crowd work* estão tentando fortalecer sua frágil posição em relação ao mercado de trabalho ao serem legalmente reconhecidos como empregados ao invés de empreiteiros, uma categoria que os exclui dos benefícios e provisões para os quais apenas empregados são elegíveis. Aqui também os

²⁰ Trata-se de um financiamento coletivo, que muitas vezes é viabilizado por meio de plataformas colaborativas.

estudiosos, comprometidos com as ideias originais da internet, consideraram maneiras pelas quais o mundo *turk* da *Amazon* poderia ser democratizado, com o desenvolvimento criativo e o empoderamento dos trabalhadores do crowd work. Após uma conferência sobre “crowd work”, eles se reuniram para produzir um relatório que tentava planejar com antecedência, explicando que:

O crowdwork pode acontecer na escala de minutos, mas o impacto do crowdwork pode ser sentido por gerações. Perguntamos: o que será necessário para nós, as partes interessadas no crowdwork - incluindo solicitantes, trabalhadores, pesquisadores – sentirmo-nos orgulhosos de nossos próprios filhos quando estes passarem a compor tal força de trabalho? Responder a esta questão levou a uma discussão sobre o crowd work a partir de uma perspectiva de longo prazo. (Kittur et al.)

De um modo mais geral, os estudiosos apontam para o surgimento do trabalho colaborativo via internet e como isso estimulou o crescimento de uma nova compreensão do “povo”. Bauwens (2013) identificou o surgimento de uma nova “classe trabalhadora cognitiva”, cuja localização estrutural no trabalho de serviço ou cognitivo os inclina para os valores de abertura associados aos arranjos par-a-par (p2p). Tomando emprestado o relato de Marx sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, ele vê o p2p como um proto-modo de produção:

em que o valor é criado por públicos produtivos ou “produtores” de inovações compartilhadas, sejam elas de conhecimento, código ou design. Isso ocorre onde as pessoas podem se ligar horizontalmente e sem necessidade de permissão a fim de criar valor comum conjuntamente. (Bauwern, 2012)

Apesar dos óbvios problemas colocados pelo poder das grandes plataformas corporativas, dos sistemas de segurança do estado e das formas como o *Linux* foi incorporado, Bauwens é otimista sobre o futuro dessa revolução silenciosa e a capacidade dessa nova classe trabalhadora de criar um espaço decisivo de atividade do povo dentro do mundo capitalista, assumindo o controle de seu trabalho.

Conclusão: a visão a longo prazo

A racionalização dos processos de produção e a extensão das divisões de trabalho possibilitadas pela produção de máquinas cada vez mais sofisticadas são claramente visíveis nas fábricas manufatureiras em todo o mundo. Mais significativo talvez fora a extensão desses princípios ao escritório e a uma ampla

gama de indústrias de serviços, aceleradas pelas TIC e pela revolução digital. Ao avaliar as implicações desses desenvolvimentos, é difícil encontrar amplo apoio para as visões otimistas expressas nos anos de 1980. Embora ocorrerá uma mudança significativa no estilo de gestão, notadamente com a ênfase no trabalho em equipe, a evidência para uma grande mudança nos sistemas de valores das grandes corporações, como sugerido por Boltanski e Chiapello (2002), é incipiente na melhor das hipóteses. Pelo contrário, as revisões mais recentes sobre as mudanças do mundo do trabalho e do emprego (Brown et al., 2012; Head, 2014; Urry, 2014) enfatizam as maneiras pelas quais as novas tecnologias facilitam as estratégias *off-shoring* a fim de manter as margens de lucro com base em trabalhos flexíveis de baixa qualificação. Na verdade, Urry comece seu relato com uma citação de Warren Buffett, o bem-sucedido investidor norte-americano, afirmando que: “há uma guerra de classes, mas é minha classe, a classe rica, que está fazendo guerra e estamos vencendo”²¹. (Urry, 2014: 1).

Ficamos com a questão de quanto longe nos afastamos daquelas primeiras ideias de regimes de trabalho mais democráticos e satisfatórios. Certamente, se observadas do ponto de vista da autonomia do trabalhador e da proeminência de uma vida profissional baseada em tarefas de trabalho tensas e repetitivas, a resposta deve ser “não muito longe”. Aqui é a extensão das práticas fordistas além da manufatura e além dos EUA e da Europa o que torna isso mais notável, lembrando-nos que o fordismo, mesmo sob Henry Ford, era mais adaptável do que se compreendeu recentemente (ver Clarke, 1992; Williams et al., 1992). Olhando para além do processo de trabalho, no entanto, houve mudanças significativas, principalmente na prática corporativa de terceirizar o trabalho anteriormente realizado “em casa”. Essa ressurreição do subcontrato como parte central dos negócios aliou-se ao enfraquecimento dos contratos de trabalho por meio de diversos sistemas de agência, tornando muitos empregos temporários e tornando mais inseguro o trabalho. Essas tendências foram exacerbadas pelo uso de uma tecnologia da informação cada vez mais poderosa.

Essas são tendências globais e quando pensadas em escala mundial serão o novo foco da sociologia do trabalho, visto que os gestores se esforçam para imaginar e criar um mundo no qual “todas as inefficiências na produção sejam eliminadas” (Cross, 2014: 101) e os trabalhadores continuam buscando maior justiça e autonomia a partir de conversas sobre outros tipos de utopias reais (Wright, 2010).

²¹ Em outro momento, Buffett apontou a injustiça do fato de que ele, um bilionário, pagou menos impostos do que sua equipe de escritório rotineira.

Referências

- AMAZON MECHANICAL TURK. 2015. Disponível em: <<https://www.mturk.com/mturk/help?helpPage=overview>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- AMMAN, Ron. 'A Sociological View of Modern Britain'. *The Political Quarterly*, 2003, pp. 468–480.
- ANNAVAJHULA, J. C. Bose; PRATAP, Surendra. 'Worker Voices in an Auto Production Chain: Notes from the Pits of a Low Road – I and II', *Economic and Political Weekly*, 2012, XLVII.
- ARVATO. *Outsourcing Index*. 2015. Disponível em: <<http://www.arvato.co.uk/outsourcing-index>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BADRINATH, M. N.; SANTOSH KUMAR, Alakunta V.; DINESH, Nandan. 'Labor Dissonance at Maruti Suzuki India Limited: A Case Study on Industrial Relations', *Global Research Analysis*, v. 1, n. 5, 2012, pp. 72–74.
- BALDRY, C.; MARKS, Abigail. 'Stuck in the Middle with Who? The Class Identity of Knowledge Workers', *Work, Employment and Society*, v. 23, n. 1, 2009, pp. 49–65.
- BARKER, J. 'Tightening the Iron Cage: Concertive Control in Self-managing Teams', *Administrative Science Quarterly*, 38: 1993, pp. 408–437.
- BARNET, Ronald J.; MUELLER, Richard E. *Global Reach*. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BASTRANI, N. (2016) *We Want Everything*, London, Verso, first published 1971.
- BAUWENS, M. (2009) 'Class and Capital in Peer Production' *Capital and Class*, v. 33, n. 1, pp. 121–141.
- BAUWENS, Michel. 'Peer-to-Peer Production and the Coming of the Commons', *Red Pepper*, July, 2012.
- BAUWENS, Michel. 'Thesis on Digital Labour in an Emerging P2P Economy'. 2013. In: T. Scholz (ed.) *Digital Labor: The Internet as Playground and Factory*. London: Routledge.
- BBC. 'Which is the World's Biggest Employer?', 20 March, 2012. Disponível em: www.bbc.co.uk/news/magazine-17429786. Acesso em: 12 set. 2019.
- BELT, Vicki; RICHARDSON, Ranald; WEBSTER, Juliet. 'Women, Social Skill and Interactive Service Work, 2002. In: Telephone Call Centres', *New Technology, Work and Employment*, v. 17, n. 1, pp. 20–34.
- BERGVALL-KÅREBORN, Birgitta; HOWCROFT, Debra. 'The Apple Business Model: Crowdsourcing Mobile Applications', *Accounting Forum*, v. 37, n. 4, 2013, pp. 280-289.
- BERGVALL-KÅREBORN, Birgitta; HOWCROFT, Debra. 'Amazon Mechanical Turk and the Commodification of Labour' *New Technology, Work and Employment*, v. 29, n. 3, 2014, pp. 213-223.

- BERNHARDT, Arnette; MORRIS, Martina; HANDCOCK, Mark S.; SCOTT, Marc A. Divergent Paths: Economic Mobility, 2001. In: *The New American Labor Market*. New York: Russell Sage Foundation. BEYNON, Huw. *Working For Ford*. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- BEYNON, Huw. *Working For Ford*, 2nd edition. Harmondsworth: Penguin, 1985. Disponível em: <<http://huwbeynon.com/publications/>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BEYNON, Huw. 'The End of the Industrial Worker'. 1992. In: ABERCROMBIE, Nicholas; WARDE, Alan. (eds) *Social Change in Contemporary Britain*. Cambridge: Polity Press. Disponível em: <<http://huwbeynon.com/research-themes/>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BEYNON, Huw. 'Globalisation, Trade Union Organisation and Workers' Rights', 2003. In: FAIRBROTHER, Peter; YATES, Charlotte (eds) *Trade Unions in Renewal: A Comparative Study*. London: Continuum, pp. 263–281. Disponível em: <<http://huwbeynon.com/research-themes/>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BEYNON, Huw. "The Rise of the Corporate University in the UK" *Global Dialogue: Magazine of the International Sociological Association*, v. 6, n. 3, 2016.
- BEYNON, Huw; GRIMSHAW, Damian; RUBERY, Jill; WARD, Kevin. *Managing Employment Change*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- BLUESTONE, B.; HARRISON, B.; BARKER, L. *Corporate Flight: The Causes and Consequences of Economic Dislocation*. New York: The Progressive Alliance, 1981.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *The New Spirit of Capitalism*. London: Verso, 2002.
- BRAVERMAN, Harry. *Labour and Monopoly Capitalism: The Degradation of Work in the Twentieth Century*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- BRENNER, Robert. *The Economics of Global Turbulence: The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn*. London and New York: Verso, 2006.
- BRENNER, Robert; GLICK, Mark. 'The Regulationist Approach: Theory and History', *New Left Review*, v. 1, n. 188, July–August, 1991.
- BROWN, Phillip; LAUDER, Hugh; ASHTON, David. *The Global Auction: The Broken Promises of Education, Jobs and Incomes*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BRYNJOLFSSON, Erick; MCAFEE, Andrew. *Race Against the Machine*. Lexington, MA: Digital Frontier Press, 2011.
- BRYNJOLFSSON, Erick; MCAFEE, Andrew. *The Second Machine Age: Work, Progress and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. New York: W.W. Norton & Company Inc, 2014.
- BURAWOY, Michael. 'Public Sociology: Populist Fad or Path to Renewal?', *British Journal of Sociology*, v. 56, n. 3, 2005, pp. 417–432.
- CADWALLADR, Carole. 'My Week as an Amazon Insider'. *The Observer*: Review, 1 December, 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/technology/2013/>>

- dec/01/week-amazon-insider-feature-treatment-employees-work>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CARTER, Bob. 'Restructuring State Employment: Labour and Non-Labour in the Capitalists State', *Capital and Class*, 63, 1997, pp. 65–84.
- CARTER, Bob; DANFORD, Andy; HOWCROFT, Debra; RICHARDSON, Helen; SMITH, Andrew; TAYLOR, Phill. "All They Lack is a Chain": Lean and the New Performance Management in the British Civil Service', *New Technology, Work and Employment*, v. 26, n. 2, 2011, pp. 83–97.
- CARTER, Bob; DANFORD, Andy; HOWCROFT, Debra; RICHARDSON, Helen; SMITH, Andrew; TAYLOR, Phill. 2013. "Stressed Out of My Box": Employee Experience of Lean Working and Occupational Ill Health in Clerical Work. In: The UK Public Sector', *Work Employment and Society*, v. 27, n. 5, pp. 747–768.
- CHAN, J. 'A Suicide Survivor: The Life of a Chinese Migrant Worker at Foxconn', *Asia Pacific Journal*, v. 11, n. 31, n. 1, August 12, 2013.
- CLARKE Simon. 'What in the Name of F*** is Fordism' 1992. In: GILBERT, Nigel; BURROWS, Roger; POLLERT, Anna. (eds) *Fordism and Flexibility*. London: Macmillan Press.
- COATES, Ken; TOPHAM, Tony. (eds). *Workers' Control*. London, McKibbon and Key, 1968.
- CONTACTBABEL. *UK Contact Centres in 2012: The State of the Industry*. 2011. Disponível em: <http://www.contactbabel.com/pdfs/dec2011/Marketing_UK_Contact_Centres_in_2012_The_State_of_the_Industry.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- CONTI, Robert; WARNER, Malcolm. 'Taylorism, New Technology and Just'. 1993. In: Time Systems in Japanese Manufacturing', *New Technology, Work and Employment*, v. 5, n. 1, pp. 31–42.
- COWIE, Jefferson. *Capital Moves: RCA's Seventy Year Quest for Cheap Labor*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- CROSS, Jamie. *Dream Zones: Anticipating Capitalism and Development in India*. London: Pluto Press, 2014.
- DEERY, Stephen; IVERSON, Roderick; WALSH, Janet. 'Work Relationships in Telephone Call Centres: Understanding Emotional Exhaustion and Employee Withdrawal', *Journal of Management Studies*, v. 39, n. 4, 2002, pp. 471–496.
- DELBRIDGE, Rick. *Life on the Line in Contemporary Manufacturing: The Workplace Experience of Lean Production and the 'Japanese Model'*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- DORAY, Bernard. *From Taylorism to Fordism: A Rational Madness*. London: Free Association Books, 1988.
- DU GAY, Paul. "Numbers and Souls": Retailing and De-Differentiation of Economy and Culture', *British Journal of Sociology*, v. 44, n. 4, 1993, pp. 563–587.

- EDWARDS, Richards. *Contested Terrain: The Transformation of the Workplace in the Twentieth Century*. London: Heinemann, 1979 (276).
- EHRENREICH, Barbara. *Nickel and Dimed: On (Not) Getting By in the USA*. New York: Metropolitan Books, 2001 (256).
- ELGER, Tony; SMITH, Chris. (eds) *Global Japanization? The Transnational Transformation of the Labour Process*. London and New York: Routledge, 1994.
- FINANCIAL TIMES. “Noone is forced to work in the Amazon jungle”, 17 August, 2015.
Disponível em: <<http://www.ft.com/cms>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- FLORIDA, Richard; KENNY, Martin. ‘Transplanted Organisations: the transfer of Japanese industrial organisation to the US’ *American Sociological Review* 56, 1991, pp. 381-398
- FOSTER, Deborah Jane; HOGGETT, Paul. ‘Changes in the Benefits Agency: Empowering the Exhausted Worker?’, *Work Employment and Society*, v. 13, n. 1, 1999, pp. 19–39.
- FREY, Carl Benedikt; OSBORNE, Michael A. ‘The Future of Employment: How Susceptible are Jobs to Computerisation?’, 2013. Disponível em: <http://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/The_Future_of_Employment.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.
- FRIEDMAN, Thomas L. *The Lexus and the Olive Tree*. New York: Anchor Books, 2000.
- FROBEL, Folker; HEINRICHS, Jurgen; KREYE, Otto. *The New International Division of Labour: Structural Unemployment in Industrialised Countries and Industrialisation in Developing Countries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FUCHS, Christian. *Digital Labour and Karl Marx*. New York: Routledge, 2014.
- GALLIE, Duncan, WHITE, Michael, CHENY, Yuan; TOMLINSON, Mark. *Restructuring the Employment Relationship*, Oxford: Clarendon Press, 1998.
- GLYN, Andrew. ‘Productivity and the Crisis of Fordism’, *International Review of Applied Economics*, 4, 1990, pp. 28–44.
- GLYN, Andrew; SUTCLIFFE, Robert. *British Capitalism, Workers and the Profits Squeeze*. London: Penguin, 1972.
- GOOS, Maarten; MANNING, Alan. ‘Lousy and Lovely Jobs: The Rising Polarization of Work in Britain’, *Review of Economics and Statistics*, v. 89, n. 1, 2007, pp. 118–133.
- GRAHAM, Laurie. *On the Line at Subaru-Isuzu: The Japanese Model and the American Worker*, Ithaca: Cornell University Press, 1994a.
- GRAHAM, L. ‘How Does the Japanese Model Transfer to the United States? A View from the Line’. 1994b. In: ELGER, Tony; SMITH, Chris. (eds) *Global Japanisation? The Transnational Transformation of the Labour Process*. London: Routledge.
- GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks*. London: Lawrence and Wishart, 1971.
- GRIMSHAW, D., BEYNON, H., RUBERY, J.; WARD, K. ‘The Restructuring of Career Paths in Large Service-Sector Organisations: “Delayerting”, Upskilling and Polarisation’, *Sociological Review*, v. 50, n. 1, 2002, pp. 89–116.

- HAMPER, B. *Rivethead*. New York: Warner Books, 1986.
- HARVEY, Mark; QUILLEY, Stephen; BEYNON, Huw. *Exploring the Tomato: Transformations of Nature, Society and Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.
- HEAD, Simon. *Mindless: Why Smarter Machines Are Making Dumber Humans*. New York: Basic Books, 2014.
- HEROUVIM, J. 'Post Fordism and Pragmatic Politics', *Meanjin*, v. 48, n. 3, 1989, pp. 583–590.
- HOLMAN, David. 'Phoning In Sick? An Overview of Employee Stress in Call Centres', *Leadership and Organization Development Journal*, v. 24, n. 3, 2003, pp. 123–130.
- HUDSON, R. 'Labour Market Changes and New Forms of Work in Old Industrial Regions: Maybe Flexibility for Some but Not Flexible Accumulation', *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 7, n. 1, 1989, pp. 5–30.
- HUWS, Ursula. *The Making of a Cybertariat: Virtual Work in a Real World*. New York: Monthly Review Press, 2003.
- HUWS, Ursula. 'The Underpinnings of Class in the Digital Age, Living, Labour and Value' 2013. In: PANICH, Leo; ALBO, Greg; CHIBBER, Vivek. (eds) *Registering Class, Socialist Register 2014*. London: The Merlin Press, pp. 80–107.
- HUWS, Ursula. *Labour in the Global Digital Economy: The Cybertariat Comes of Age*. New York: Monthly Review Press, 2014.
- HUYSEN, Rik; SELS, Luc; VAN HOOTEGEM, Geert; BUNDERVOET, Jan; HENDERICKX, Erick. 'Toward Less Division of Labor? New Production Concepts in the Automotive, Chemical, Clothing and Machine Tool Industries', *Human Relations*, v. 52, n. 1, 1999, pp. 67–93.
- ILO. *World Work Report*. Geneva: International Labour Organization, 2014.
- IPEIROTIS, P.G. (2010) 'Demographics of Mechanical Turk', CeDER Working Papers, Stern School of Business. Available at <https://archive.nyu.edu/handle/2451/29585> (accessed 15 September 2014).
- JABR, F. (2011) 'Phone App Lets Blind See Through Crowd's Eyes'. Available at <https://www.newscientist.com/blogs/onepercent/2011/05/smartphone-app-lets-the-blind.html>
- JESSOP, Bob. *State Theory: Placing the Capitalist State in Its Place*. London: Polity, 1991.
- JESSOP, Bob; SUM, Ngai-Ling. *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in their Place*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.
- JOHNSON, Alan. *Please, Mister Postman: A Memoir*. London: Bantam Press, 2014.
- KAGANER, Evgeny; CARMEL, Erran; HIRSCHHEIM, Rudy; OLSEN, Timothy. 'Managing the Human Cloud', *MIT Sloan Management Review*, Winter, 2012.
- KANTOR, Jodi; STEITFELD, David. "Inside Amazon: Wrestling Big Ideas in a Bruising Workplace", *The New York Times*, 15 August, 2015

- KINNIE, N., HUTCHINSON, S.; PURCELL, J. "Fun and Surveillance": The Paradox of High Commitment Management in Call Centres, *International Journal of Human Resource Management*, v. 11, n. 5, 2000, pp. 964–985.
- KITTUR, Aniket NICKERSON, Jeffrey V.; BERNSTEIN, Michael S.; GERBER, Elizabeth; SHAW, A., ZIMMERMAN, J., LEASE, M.; HORTON, J.J. 'The Future of Crowd Work'. 2013. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2190946>. Acesso em: 13 set. 2019.
- LEVER-TRACY, Constance. 'Fordism Transformed? Employee Involvement and Workplace Industrial Relations at Ford', *Journal of Industrial Relations*, v. 32, n. 2, 1990, pp. 179–196.
- LEWCHUK, W.; ROBERTSON, David. 'Production Without Empowerment: Work Reorganization from the Perspective of Motor Vehicle Workers', *Capital and Class*, 63, 1997, pp. 37–65.
- LEWCHUK, Wayne; STEWART, Paul; YATES, Charlotte. 'Quality of Working Life in the Automobile Industry: A Canada-UK Comparative Study', *New Technology, Work and Employment*, v. 16, n. 2, 2001, pp. 72–87.
- LICHTENSTEIN, Nelson. *Wal-Mart: The Face of Twenty-First Century Capitalism*. New York: New Press, 2006.
- LINHART, Robert. *The Assembly Line*. London: John Calder, 1981.
- LIPIETZ, Alain. 'Towards Global Fordism?', *New Left Review*, v. I, n. 132, 1982, pp. 31–47.
- LIPIETZ, Alain. *Mirages and Miracles: Crisis in Global Fordism*. London: Verso, 1987.
- LIPIETZ, Alain. *Towards a New Economic Order: Post-Fordism, Ecology and Democracy*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- LIPIETZ, Alain. "The Post- Fordist World: Labour relations, international hierarchy and global ecology" *Review of International Political Economy*, v. 4, n. 1, 1995, pp. 1-41
- MANDL, I. *New Forms of Employment*, Office of the European Union, 2015.
- MARANTZ, Andrew. 'My Summer in an Indian Call Centre', *Mother Jones*, July/August, 2011.
- MARGLIN, S.S; SHOR, J.B. *The Global Age of Capitalism: Reinterpreting the Post-war Experience*, Oxford: Oxford University Press, 1992.
- MARVIT, Moshe Z. 'How Crowdworkers Became the Ghosts in the Digital Machine', *The Nation*, February 4, 2014.
- MASSEY, Doreen; MEGAN, Richard. *The Anatomy of Job Loss*. London: Methuen, 1982.
- MCCHESNEY, Robert. *Digital Disconnect: How Capitalism is Turning the Internet Against Democracy*. New York: The New Press, 2013 (320).
- MCCHESNEY, Robert. (2014) 'Interview with Sally Birch "How Can the Internet be De-Monopolised?"', 16 April. Available at <http://twn.my/title2/resurgence/2014/287-288/cover05.htm> (accessed 23 April 2014).

- MCGETTIGAN. *The Great University Gamble: Money, Markets and the Future of Higher Education*. London, Pluto Press, 2013.
- MCKINLAY, Alan; STARKEY, Ken. 'After Henry: Continuity and Change in Ford Motor Company', *Business History*, v. 36, n. 1, 1994, pp. 184–205.
- MERRILL, J. "Forget India...call centres are moving to Bulgaria" *The Independent* 14 November, 2013. Accessed at <http://www.independent.co.uk/news/world/europe>.
- MILKMAN, Ruth. *Farewell to the Factory: Auto Workers in the Late Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- MITCHELL, Tom; SEBASTOPULO, Demetri. 'China Labour Activism: Crossing the Line', *Financial Times*, 14 May, 2014.
- MONBIOT, George. 'Sick of This Market-Driven World? You Should Be.' *The Guardian*, 6 August, 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentis-free/2014/aug/05/neoliberalism-mental-health-rich-poverty-economy>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- MUNCK, Ronaldo. *Globalisation and Labour: The New Great Transformation*. London: Zed Books, 2002.
- MURRAY, Robin. 'Life After Henry Ford', *Marxism Today*. October, 1988, pp. 8–13.
- MURRAY, Robin. 'The State After Henry', *Marxism Today*. May, 1991, pp. 22–27.
- NICHOLS, Theo; CAM, Surhan. *Labour in a Global World*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- NOLAN, H. (2014a) 'Amazon is a Time Thief, by an Amazon Employee', Gawker, 30 April 2014, gawker.com/amazon-is-a-time-thief-by-an-amazon-employee
- NOLAN, H. (2014b) 'Inside Amazon's Bizarre Corporate Culture' Gawker, 1 May, 2014, gawker.com/inside-amazons-bizarre-corporate-culture
- NOLAN, H. 'Working at Amazon is "a soul crushing experience"', Gawker, 5 August 2014, gawker.com/working-at-amazon-is-a-soul-crushing-experience
- Offshore Insights (2006) 'Off Shore and Near Shore ITO and BPO Salary Report', Market Report Series, v. 4, n. 4, 2014c, June.
- OXFORD ECONOMICS. *UK Out-Sourcing Across Public and Private Sectors*, Oxford: 2012.
- PALM, Goran. *The Flight From Work*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977 (204).
- PARKER, George. *The Unwinding: The Inner History of the New America*. London: Faber and Faber, 2013 (434).
- PARKER, M.; SLAUGHTER, J. *Management by Stress: The Team Concept in US Auto*. Detroit: Labor Notes, 1988.
- PARTRIDGE, H. *Italy's Fiat in Turin: Labour Struggles and Capital's Response*. Doctoral thesis, Durham University, 1986.

- PFEFFER, Richard. *Working For Capitalism*. New York: Columbia University Press, 1979.
- PIORE, Michael J.; SABEL, CharlesE. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- POLANYI, Karl. *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time*, Boston. Beacon Press, 1994.
- PRESS Trust of India, (2014) "India losing 70% voice and call centre business to Philippines: report", 6 April accessed at <http://www.profit.ndtv.com/news/industries/-article-india-losing-70-voice-and-call-centre-business-to-phillipinesreport-384804>
- REICH, Robert. *The Work of Nations*. New York: Vintage Books, 1991.
- RINEHART, James; HUXLEY, Christopher; ROBERTS, David. *Just Another Car Factory? Lean Production and its Discontents*. Ithaca, NY: ILR Press, 1997.
- RITZER, George. *The McDonaldization of Society*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 1993.
- ROBERTS, D. 'Services on the Assembly Line: New Technology Brings the Methods of Henry Ford to Offices Around the Globe', *Financial Times*, 15 April, 2004, p. 11.
- ROSS, Joel; IRANI, Lilly; SIX SILBERMAN, M.; ZALDIVAR, Andrew; TOMLISNSON, Bill. 'Who Are the Crowdworkers? Shifting Demographics in Mechanical Turk', in *Extended Abstracts of Proceedings of CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. New York: ACM, 2010, pp. 2863–2872.
- SARKAR, Santanu. 'Murder at Work: Extended Conflict and Aggression in Indian Factories', *Work Organisation, Labour and Globalisation*, v. 9, n. 1, 2015.
- SAYER, Andrew; WALKER, Richard. *The New Social Economy*. Cambridge, MA: Blackwell, 1992.
- SCHOLZ, T. (2015) "Think outside the Boss: Cooperative alternatives to the sharing economy", 8th Annual Eric N. Schocket Memorial Lecture on Class and Culture. www.publicseminar.org/2015/04/think-outside-the-boss
- SEIDLER, Edouard. *Let's Call it Fiesta: The Autobiography of Ford's Project Bobcat*. London: Patrick Stevens, 1976.
- SEWELL, Graham. 'The Discipline of Teams: The Control of Team-based Industrial Work through Electronic and Peer Surveillance', *Administrative Science Quarterly*, v. 43, n. 2, 1998, pp. 397–429.
- SEWELL, Graham; WILKINSON, Barry. 'Someone to Watch Over Me: Surveillance, Discipline and the JIT Labour Process', *Sociology*, v. 26, n. 2, 1992, pp. 271–289.
- SPRIGG, Christine Ann; JACKSON, Paul Russel. 'Call Centres as Lean Service Environments: Job Related Strain and the Mediating Role of Work Design', *Journal of Occupational Health Psychology*, v. 11, n. 2, 2006, pp. 197–212.
- STANDING, Guy. *Work after Globalisation: Building Occupational Citizenship*, Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

- STANDING, Guy. *The Precariat: A New Dangerous Class*. London: Bloomsbury, 2011.
- STARKEY, Ken; MCKINLAY, Alan. 'Managing For Ford', *Sociology*, v. 28, n. 4, 1994, pp. 957–990.
- STEWART, Paul; RICHARDSON, Mike; DANFORD, Andy; MURPHY, Ken; RICHARDSON, Tony; WASS, Vicki. *We Sell Our Time No More: Workers' Struggles Against Lean Production in the British Car Industry*. London: Pluto Press, 2009.
- STRANGE, Susan. *Casino Capitalism*: Manchester: Manchester University Press, 1986.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *The Principles of Scientific Management*. Mineola, NY: Dover, 1998.
- TAYLOR, Phil; BAIN, Peter. "An Assembly Line in the Head": Work and Employee Relations in the Call Centre', *Industrial Relations Journal*, v. 30, n. 2, 1999, pp. 101–117.
- TAYLOR, Phil; HYMAN, Jeff; MULVEY, Gareth; BAIN, Peter. 'Work Organization, Control and the Experience of Work in Call Centres', *Work, Employment and Society*, v. 16, n. 1, 2002, pp. 133–150.
- TAYLOR, Steve. 'Emotional Labour and the New Workplace'. In: THOMPSON Paul; WARHURST, Chris. (eds.) *Workplaces of the Future*. Basingstoke: Macmillan, 1998.
- TRIVEDI, Anita. 'Global Capitalism, Workers' Spaces and Processes of Selective Inclusion/Exclusion: Findings from a Newly Industrializing Area in India', Occasional Paper n. 80, 2007, De Montfort University.
- URRY, John. *Offshoring*. Cambridge: Polity Press, 2014.
- VAIDYANATHAN, Rajini. 'India's Call Centre Growth Stalls', BBC News Mumbai, 27 September, 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/magazine-15060641>>. Acesso em: 11 set. 2019.
- VIDAL, M. 'Manufacturing Empowerment? "Employee Involvement". In: The Labour Process and Fordism', *Socio-Economic Review*, 5, 2007, pp. 197–232.
- VIDAL, M. (2011) 'Reworking Postfordism – Labour Process Versus Employment Relations', *Sociology Compass*, 5, 273–286.
- VIDAL, M. 'On the Persistence of Labour Market Insecurity and Slow Growth. In: the USA: Reckoning with the Waltonist Growth Regime', *New Political Economy*, v. 17, n. 5, 2012, pp. 543–564.
- VIDAL, M. 'Postfordism as a Dysfunctional Accumulation Regime: A Comparative Analysis of USA, the UK and Germany', *Work, Employment and Society*, 27, 2013a, pp. 451–471.
- VIDAL, M. 'Low-Autonomy Work and Bad Jobs in Post-Fordist Capitalism', *Human Relations*, 66, 2013b, pp. 587–616.
- WALKER, Chris; HATLEY, Morgan. 'The Cultured Shock of India's Call Centers'. 2012. Disponível em: <<http://www.forbes.com/sites/morganhartley/2012/12/16/the-culture-shock-of-indias-call-centers/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

- WALLRAFF, Gunter. *The Undesirable Journalist*. London: Pluto Press, 1977.
- WILLIAMS, K. HASLAM, H; WILLIAMS, J. 'Ford versus "Fordism": The Beginning of Mass Production?', *Work Employment and Society*, v. 6, n. 4, 1992, pp. 517-515.
- WILSON, Tom. 'The Proletarianisation of Academic Labour', *Industrial Relations Journal*, v. 22, n. 4, 1991, pp. 250-262.
- WOMACK, James P.; JONES, Daniel T.; ROOS, Daniel. (1990) *The Machine that Changed the World*. New York: Macmillan.
- WOOD, S. 'On the Line', *Car*, July, 1987, pp. 140-147.
- WRIGHT, Erik Olin. *Envisaging Real Utopias*, London: Verso, 2010.
- ZHANG, Lu. *Inside China's Automobile Factories: The Politics of Labor and Worker Resistance*, Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Recebido em: 16/07/2019

Aprovado em: 25/11/2019

Como citar este artigo:

BEYNON, Huw. As novas realidades do trabalho. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 613-651.

O trabalho de teleatendimento no Brasil: um estado da arte¹

Márcia de Paula Leite²

Liliane Bordignon³

Resumo: O artigo apresenta uma análise do trabalho no setor de *telemarketing* no Brasil, realizada com base na produção do conhecimento sobre o tema. O objetivo é fundamentar o debate sobre as características do setor, com especial destaque para a questão da sua organização internacional, bem como da relocalização das empresas no território nacional. Com base nessa configuração do setor, será analisado o tipo de trabalho nele desenvolvido, buscando mostrar também as formas de organização e resistência dos trabalhadores e trabalhadoras inseridos(as) no teleatendimento.

Palavras-chave: teleatendimento, terceirização, relocalização

Call-center work in Brazil: a state of the art

Abstract: *The paper presents an analysis of the work in the telemarketing sector in Brazil, based on the production of knowledge about the subject. The objective is to support the debate on the characteristics of the sector, with special emphasis on*

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projeto Temático FAPESP (2013-2018) – *Contradições do trabalho no Brasil atual: formalização, precariedade, terceirização e regulação*, coordenado por Márcia de Paula Leite.

² Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp) – Campinas – Brasil - mpleite48@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/Unicamp) – Campinas – Brasil - lilianebordignon@yahoo.com.br

the question of its international organization, as well as the relocation of companies in the national territory. Based on this configuration of the sector, the type of work developed in it will be analyzed, seeking also to demonstrate the forms of organization and resistance of the workers included in the telemarketing.

Keywords: *telemarketing, outsourcing, relocation*

Introdução

Acompanhando o debate internacional, a sociologia do trabalho brasileira tem se debruçado ultimamente sobre o estudo do trabalho em *call centers*. Nesse sentido, este texto se propõe a retomar a discussão sobre o tema com base nos estudos já realizados no Brasil⁴, inserindo a análise do setor e do trabalho que nele se desenvolve na discussão sobre os processos de globalização e terceirização ou do que Miriam Glucksmann (2009) tem chamado de *processos globais de provisão e consumo*.

Considerando que o trabalho realizado nos *call centers* só podem ser entendidos como parte de um amplo processo produtivo, que implica a produção, distribuição, venda e consumo, a autora propõe que se pense esse trabalho com base nas relações que as empresas desenvolvem com a produção e distribuição, por um lado, e com a venda e o consumo, por outro. Isso tem permitido compreender os processos de terceirização e deslocamento que marcam a formação do setor e que continuam se desencadeando, assim como a dinâmica de organização das empresas e os tipos de atividade que nelas se desenvolvem. De acordo com a autora, isso significa considerar a divisão do trabalho que ocorre no setor não só em termos de gênero e etnici-dade, mas também de acordo com sua distribuição entre diferentes países e localidades (Glucksmann, 2009: 883).

4 Evidentemente, os textos discutidos não contemplam o conjunto dos estudos já realizados sobre o setor, o que seria impossível em um trabalho desta dimensão. Dessa forma, selecionamos aqui apenas aqueles mais conhecidos e divulgados sobre o tema.

Para além dos estudos selecionados e citados na elaboração deste artigo, encontramos, com base em levantamento bibliográfico pela busca com a palavra-chave *telemarketing*: 44 artigos no banco de dados do Scielo (Disponível em: <<https://search.scielo.org/>>. Acesso em: 10 set. 2019), a maioria publicada em 2006; 84 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado no banco de teses e dissertações da Capes (Disponível em: <<http://catalogodetes.capes.gov.br/catalogo-teses/>>. Acesso em: 10 set. 2019); destacamos que em 2017 foram publicados 27 trabalhos. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDDBT – Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>. Acesso em: 10 set. 2019), que está associada ao banco da Capes, encontramos 85 trabalhos, sendo 66 dissertações de mestrado e 19 teses de doutorado. Dentro as teses encontradas estão aquelas que foram selecionadas como referências neste artigo, como Tais Viudes (2010), Mônica Cavagnac (2010), Cláudia Nogueira (2006) e Selma Venco (2003).

Vale lembrar que, embora haja já uma vasta bibliografia sobre os *call centers* e seus trabalhadores(as) no Brasil, poucos são os estudos que analisam o trabalho no setor com base nessa perspectiva⁵.

Baseia-se do pressuposto de que o teleatendimento consiste em um tipo de trabalho do setor de serviços relativamente novo no que concerne à sua configuração, tendo em vista que quase não existia até quatro décadas atrás ou, quando existia, era realizado no interior de grandes empresas comerciais, industriais ou financeiras. Seu surgimento enquanto um setor específico da atividade econômica se dá com a difusão do processo de terceirização que toma conta da economia internacional a partir dos anos 1970, quando as empresas começam a externalizar suas atividades de contato com os clientes e de *marketing*, e se difunde rapidamente a partir de então, acompanhando a evolução das tecnologias de informação e comunicação.

Conforme explicita Jordy Micheli (2012: 151), no início, as empresas iniciaram sua incursão nos distintos mercados com centros de chamada integrados à sua própria estrutura, adaptando-os como centros operativos novos; outras os transformaram em empresas voltadas a oferecer o serviço para empresas diferentes; e um terceiro grupo surgiu como *outsourcing* desde o início. Segundo o autor,

na atualidade, é este terceiro grupo que marca o dinamismo internacional da indústria⁶, conformando um setor multinacional que promove investimentos, emprego e estândares em diversos países. A terceirização aparece fortemente relacionada com o dinamismo do mercado e sua segmentação/proteção, posto que se trata de mercados internacionais em grande medida e as empresas da indústria de call center os podem abarcar mediante políticas de relocalização (Micheli, 2012: 151).

A terceirização é, portanto, constitutiva do setor, assim como os processos de relocalização das empresas, na busca de vantagens comparativas⁷. Estes ocorrem tanto pelas políticas de *offshoring*, que as grandes empresas internacionais do setor têm implementado na tentativa de encontrar trabalho mais barato

⁵ Destaque-se, nesse sentido, alguns estudos mais recentes que têm se detido sobre os processos de deslocamento das empresas no interior do país, como os de Braga (2012); Almeida (2013 e 2014) e Moraes (2017).

⁶ O autor considera que o setor configura uma indústria em função de sua “expansão como empresas de outsourcing que se transladam como multinacionais a qualquer parte do mundo, gerando emprego e transformando cadeias de valor” (Micheli, 2012: 148).

⁷ O conceito de vantagens comparativas vem da economia clássica e designa a possibilidade de que um país ou região seja capaz de produzir alguma mercadoria ou serviço a um menor custo absoluto em relação aos/as demais.

em outros países⁸, como na relocalização das empresas no interior dos países, como vem ocorrendo atualmente com o deslocamento de empresas multinacionais no Brasil para cidades do interior de São Paulo e para o Nordeste. Embora o *offshoring* não ocorra no caso do Brasil, tendo em vista que as multinacionais de *call center* aqui instaladas operam apenas no mercado interno, essa prática foi bastante comum na Argentina entre 2002 e 2008 (Del Bono; Leite, 2016), assim como é bastante frequente no México e em alguns países da América Central (Micheli, 2014).

A pesquisa de Renata Dutra (2017: 99-101) ressalta que, no caso de Salvador, capital que recebeu diferentes empresas de teleatendimento oriundas da região Sudeste, a atual gestão (2013-2010)⁹ da prefeitura da cidade concedeu isenção fiscal com objetivo de facilitar a instalação da empresa Atento, que prometia a criação imediata de 3.000 postos de trabalho. Isto significou a redução de 3% do Imposto Sobre Serviços (ISS) e 50% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) durante 4 anos. A autora aponta ainda que o número de teleatendentes na região, segundo os dados da RAIS, variou entre 1.795 operadores e 18.605 entre os anos de 2003-2015, representando um crescimento significativo do setor na região. A relocalização no interior do país vem sendo bastante intensa, especialmente a partir de 2010, provocando uma nova onda de migração de empresas para o Nordeste (Braga, 2012; Almeida, 2013; 2014; Moraes, 2017; Dutra, 2017), tal como ocorreu nos anos 1990, em que fábricas de calçado e confecção migraram para a região em busca de mão de obra barata, trabalhadores sem organização sindical e incentivos locais (Lima, 1997: 141-142).

A expansão do setor de *telemarketing* no país se insere, dessa forma, no processo de reestruturação das empresas que marcou a crise do fordismo e no intenso processo de terceirização que caracterizou a nova forma de organização empresarial. Ela se insere também no processo de globalização da economia e de formação de cadeias globais de valor¹⁰, por meio dos quais, buscando baixar seus custos de produção, as empresas detentoras de grandes marcas do setor industrial e de serviços foram concentrando o trabalho de planejamento, concepção e administração dos fornecedores. Ao mesmo tempo, elas

8 Acompanhando o processo de globalização e terceirização da economia, os processos de *offshoring* no setor de *call center* consistem na exportação de serviços voltados para um determinado mercado, os quais passam a ser feitos por subsidiárias situadas em outros países.

9 Gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2020).

10 Cadeias globais de valor consistem em aglomerações de empresas situadas em diferentes países do mundo, envolvidas na produção e distribuição de um mesmo produto. Para mais detalhes, ver Gereffi e Korzeniewicz (1993). Para mais detalhes sobre cadeias globais de valor no setor de *call center* ver Del Bono e Leite (2016).

terceirizaram seus processos de produção e de oferta de serviços menos complexos para empresas situadas em outros países do mundo, especialmente aqueles em que o custo do trabalho é mais baixo, como o Brasil.

A expansão se insere, igualmente, no processo de privatização das empresas de telecomunicações, que começou a ocorrer sobretudo a partir dos anos 1980, quando o neoliberalismo se fortaleceu em nível mundial. Trata-se, portanto, de um setor que nasce sob a égide dos processos de terceirização e de privatização das telecomunicações e cuja expansão, bem como as características do trabalho nele desenvolvido não podem ser compreendidas fora desse contexto. Vale destacar que a tendência à terceirização não é responsável apenas pelo surgimento do setor, mas também pela terceirização de muitas atividades das empresas de *telemarketing*, assim como de trabalhadores que são contratados por empresas de subcontratação de força de trabalho para prestar serviços em empresas de *telemarketing*, em um processo de terceirização em cascata.

É essa conformação global do setor e o processo de terceirização que o marca desde seu surgimento que nos permite afirmar, por exemplo, que as atividades nele desenvolvidas são pouco complexas. Como explicita Miriam Glucksmann (2009: 880), “apesar de frequentemente subsumida ao processo de trabalho, a divisão do trabalho possui uma acepção mais ampla e sua análise tem o potencial para aperfeiçoar a compreensão de uma nova dinâmica de interdependência em novas escalas espaciais”.

Nesse sentido, valeria ressaltar que as atividades desenvolvidas pelas empresas de *call center* que operam no país se concentram em provimento de informações (atenção ao cliente), bem como na venda de produtos. Em ambos os casos, as atividades seguem um modelo de interação bastante simples, “no qual a chamada é o último ponto da operação; as outras operações da cadeia de provisão de informações ocorrem previamente” (Del Bono; Leite, 2016: 31).

Por outro lado, a conformação do setor no país, com a migração de empresas para cidades menores do interior dos estados do Sudeste ou para cidades do Nordeste, significa uma divisão espacial entre o trabalho mais complexo, concentrado nas maiores e economicamente mais importantes cidades do país, e o trabalho mais simples, que imigrava para o interior dos estados e para a região Nordeste. Conforme assinala Marina Almeida (2014: 2358), “a integração remota entre as unidades das empresas tem redefinido a hierarquia entre os lugares e áreas desvalorizadas têm sido (re)incorporadas à produção”.

Inserindo a discussão sobre o trabalho no setor de *telemarketing* nesse processo mais global de produção e terceirização dos serviços, este texto debruça-se sobre esse setor no Brasil com base em uma análise da produção

do conhecimento já desenvolvida sobre o tema. Por meio dele, pretendemos debater as características do setor, bem como do trabalho nele desenvolvido, buscando elucidar também as formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras nele inseridos(as).

1. O teleatendimento no Brasil

As empresas de *telemarketing* são as principais desenvolvedoras do teleatendimento, prestando serviços de atendimento a clientes de outras empresas, como as de telecomunicações, grandes lojas, empresas de logística, bancos etc. É um dos ramos do setor de serviços que mais emprega no Brasil. As pesquisas de Hermes Costa e Elizardo Costa (2018), Ruy Braga (2012), Jessé Souza (2012), Ruy Braga e Ricardo Antunes (2009), Cláudia Nogueira (2006), e Selma Venco (2003) demonstram que os trabalhadores do setor são jovens, a maioria mulher, escolarizados, recebem em média 1,5 salários mínimos¹¹ e possuem uma organização sindical frágil.

O trabalho no teleatendimento pode ser definido como “atividade remota realizada por meio de tecnologias da informação e comunicação (TICs), permitindo a obtenção de resultados num lugar diferente daquele ocupado pela pessoa que o realiza” (Rosenfield; Alves, 2011). O Ministério do Trabalho (MTE), por sua vez, na Norma Regulamentadora nº 17 (NR – 17), apresenta a seguinte definição de trabalho de teleatendimento/ *telemarketing*:

Entende-se como trabalho de teleatendimento/telemarketing aquele cuja comunicação com interlocutores clientes e usuários é realizada à distância (sic) por intermédio da voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados.

Na análise que ora apresentamos, consideraremos estas duas definições quando nos referirmos ao teletrabalho, teleatendimento ou trabalho no *telemarketing*. Ponderamos que se trata de um emprego que envolve necessariamente tecnologias de comunicação, como computadores, *internet*, rede telefônica etc., assim como passa necessariamente pela escuta e pela fala dos trabalhadores empregados. Tecnologia e força de trabalho agem juntas para a execução do serviço.

Observamos que muitas empresas terceirizam o serviço de apoio ao cliente (SAC) e a venda de produtos por telefone, que são entregues para outras

¹¹ Esse salário parece, contudo, ter baixado nos últimos tempos. Voltaremos ao assunto mais adiante.

empresas especializadas no teleatendimento, como forma de otimizar e baratear a relação com o cliente. Nesse sentido, o teleatendimento é dividido em ativo e receptivo, como forma de otimizar a organização do trabalho. O receptivo “caracteriza-se pela recepção das ligações que não foram solucionadas no atendimento eletrônico e pelo encaminhamento de soluções aos clientes (Venco, 2003: 45). Já o *telemarketing* ativo caracteriza-se pela venda de produtos e serviços oferecidos pelas empresas, na qual o trabalhador age como promotor direto da venda por meio do telefone. Segundo Selma Venco (2003), o *telemarketing* ativo é um dos ramos mais facilmente terceirizados pelas grandes empresas, principalmente por não possuir uma vinculação mais direta com os problemas decorrentes de produtos e serviços por elas oferecidos.

Os estudos consultados indicam que foi em especial a partir da década de 1980 que as empresas de crédito, editoras, operadoras de telefonia etc., passaram a utilizar o *telemarketing* no Brasil como meio de vendas e atendimento aos clientes (Nogueira, 2006). Transferindo esses serviços que antes desenvolviam em seu interior ou simplesmente inaugurando-os com a oferta das empresas terceirizadas de *telemarketing*, as empresas começaram a se utilizar da prestação de serviços de vendas e apoio ao consumidor por empresas especializadas no serviço de teleatendimento, que iniciavam a operação no país, especialmente a partir de 1990, com a chegada das grandes multinacionais do setor. Renata Dutra (2016) adverte para o fato de que a prevalência da terceirização no setor consistiu em uma infração legislativa, devido à proibição da terceirização em atividades fim das empresas até o início de 2017¹². Segundo a autora, de acordo com os dados do DIEESE para 2014,

Neste setor, no qual prevalecem contratações terceirizadas, vem-se observando, desde a década de 1990, a prática desenfreada de terceirização de atividades fim, seja por instituições bancárias (responsáveis por 31% das contratações de empresas de teleatendimento), seja por empresas do setor de telecomunicações (responsáveis por 50% das contratações de empresas de teleatendimento (Dutra, 2016: 72).

Na década de 1990, o desenvolvimento de uma política econômica baseada na ampla abertura da economia nacional para a entrada de empresas e capital internacional, quando da adoção de pressupostos políticos e econômicos neoliberais, produziu um ciclo de privatizações de empresas estatais. Nesse processo,

¹² A legislação em vigor até março de 2017 só permitia a terceirização em atividades meio das empresas (Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho).

a telecomunicação passou de serviço público, organizado exclusivamente pelo Estado, para um serviço privado oferecido de acordo com as condições de compra dos indivíduos e corporações.

Além das consequências da abertura econômica, as empresas de telecomunicações brasileiras, como a Telebrás¹³, suportavam pressões decorrentes do processo de reestruturação produtiva de empresas estadunidenses, europeias e japonesas, que estavam operando amplas transformações tecnológicas e de gestão do trabalho em suas cadeias de produção. Comparativamente, as empresas estatais brasileiras estavam pouco desenvolvidas devido à falta de investimentos públicos, o que as tornava incapazes de produzir e oferecer os serviços demandados pela população. Este fato também contribuiu para sustentar ideologicamente o projeto de privatização das empresas estatais (Cavalcante, 2009).

Após essa nova base proporcionada pelas empresas de telecomunicações – que ampliaram o atendimento da telefonia fixa e móvel –, as empresas de teleatendimento ampliaram seus serviços. Elas assumiram, inclusive, setores terceirizados de atendimento receptivos e ativos dos novos grupos privados de telecomunicações, como demonstra Sávio Cavalcante (2014). Um total de 76% das empresas de teleatendimento foram criadas após 1998, ano de conclusão da privatização do sistema Telebrás.

Como adverte Marina Almeida, “após as privatizações, as novas controladoras do sistema telefônico brasileiro criaram empresas especializadas nos serviços de teleatendimento (*Contact Center*)¹⁴ com o objetivo de reduzir seus custos de produção. A criação dos *Contact Centers*, ao mesmo tempo em que desobrigou as teles das despesas com a mão de obra, impulsionou também o surgimento de novos serviços: atendimento ao consumidor, suporte técnico, televendas, cobrança e recuperação de crédito” (Almeida, 2014: 2358).

A reestruturação das empresas de telecomunicações no Brasil promoveu a transformação do setor, alterou as bases tecnológicas da telefonia, duplicou o atendimento da telefonia fixa, o crescimento da telefonia celular e, em especial, proporcionou um enorme lucro para as empresas privatizadas (Cavalcante, 2009: 163-166). Com a ampliação da rede de telefonia, o teletrabalho se ampliou e foram organizadas empresas cada vez mais especializadas no teleatendimento, a maior parte delas sustentada por capital internacional, as quais passaram a

¹³ O Sistema Telebrás foi privatizado em 1998; após um processo de quebra do monopólio da empresa e um amplo investimento do Estado, as empresas foram concedidas a grupos privados nacionais e internacionais, que receberam as estruturas físicas, trabalhadores, seus recursos e estoques. Ver Sávio Cavalcante (2009).

¹⁴ De acordo com a autora, o termo *Contact Center* é usado para identificar as novas características que as centrais de atendimento adquiriram a partir dos anos 2000, quando, com o uso de mídias diversas, elas passaram a agregar vários outros serviços, além dos tradicionais serviços de vendas (Almeida, 2014: 2358).

prestar serviços para outras empresas de diferentes setores da economia. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), este setor cresceu a uma taxa de 15% ao ano e no governo Lula da Silva (2003-2010) registrou uma taxa anual de 20% (Braga, 2012: 187-188). Segundo Cláudia Nogueira (2006: 36), “nos 3 anos iniciais da década de 2000, o setor alcançou 235% de crescimento; mesmo em um período de forte recessão na criação de postos de trabalho e com profundo índice de desemprego (...) esse segmento torna-se um dos maiores empregadores do país”.

Este crescimento exponencial favoreceu um amplo processo de terceirização de serviços e vendas realizados por meio da telefonia. O caso da terceirização do teleatendimento nos bancos e nas próprias empresas de telecomunicações é emblemático (Venco, 2003; Filgueiras; Cavalcante, 2015). Analisando o processo de terceirização no teleatendimento ocorrido nas empresas de telecomunicações, no Brasil, Sávio Cavalcante (2014) ressalta que:

As operadoras de telecomunicações empregam diretamente um núcleo cada vez mais reduzido, principalmente em áreas técnicas de desenvolvimento de produtos e gestão central. O grosso dos trabalhadores está espalhado por centenas de empresas, de instaladores¹⁵ a operadores de *call center*, e há subcontratação até mesmo em áreas de projetos e sistemas de informação – daí o trabalho terceirizado ter graus distintos de especialização técnica. Da terceirização surgem formas mais diferenciadas, como as empresas “quarteirizadas”, que intermediam as relações de subcontratação ou prestam serviços às terceirizadas (p. 211).

Em um primeiro momento, o crescimento do setor ocorreu de forma concentrada nas metrópoles da região Sudeste do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Todavia, a partir da segunda metade dos anos 2000, as empresas começaram um processo de dispersão para cidades de menor porte e para a região Nordeste, na procura de uma força de trabalho mais barata e menos organizada sindicalmente, além dos incentivos oferecidos pelos municípios como forma de atrai-las.

Embora esse processo não signifique o abandono das atividades nas grandes metrópoles do Sudeste, que continuam mantendo nesses locais a centralização do controle e os núcleos decisórios, a dispersão das atividades entre cidades menores tem provocado um aumento dos trabalhadores de teleatendimento nesses

¹⁵ Instaladores são aqueles trabalhadores responsáveis por instalar os equipamentos de telefonia nas residências e demais locais privados e públicos.

locais. Isto significa mais uma divisão do trabalho no serviço prestado, agora no interior do território nacional. Esse arranjo denota uma reconfiguração espacial dos serviços que as empresas mantêm, como demonstra Marina Almeida:

As unidades que prestam serviços mais complexos [ficam] em áreas com maior “densidade informacional” (Santos, 1996: 205), isto é, em pontos facilmente conectados com as demais partes do globo. Já as centrais de atendimento (unidades de operação) normalmente se localizam em áreas desvalorizadas, onde os salários pagos aos operadores são menores, as oportunidades de emprego são escassas e um grande contingente de trabalhadores, sobretudo jovens, se submete às condições precárias de trabalho (...) (Almeida, 2014: 2360).

2. A expansão do trabalho de teleatendimento no Brasil

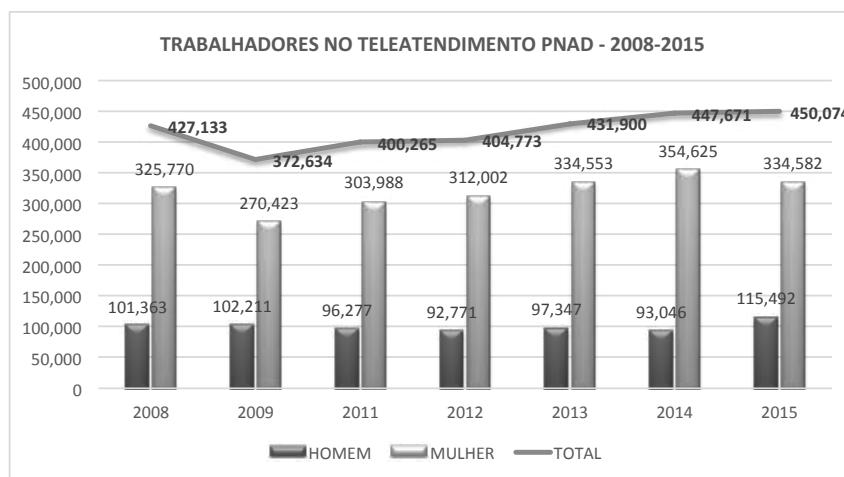
O crescimento do número de trabalhadores empregados no teleatendimento é um fenômeno encontrado em diferentes países. No Brasil, a partir da década de 1990, ocorreu uma rápida generalização da utilização de tecnologias, como a informática e a *internet*; com isso, este tipo de emprego aumentou significativamente. Segundo a Relação Anual de Informações (RAIS)¹⁶, em 2003, havia 125.154 empregados formais no teleatendimento terceirizado no Brasil; já em 2009, este número chegou a 353.304, perfazendo um crescimento de aproximadamente 190%. Se considerarmos todos os trabalhadores do setor, terceirizados ou contratados diretos, este número é ainda maior.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD)¹⁷ apresentam um cenário um pouco diferente daquele demonstrado pela RAIS para o ano de 2009. De acordo com eles, havia 372.634 trabalhadores nesse ano. Esses dados (Gráfico 1) demonstram que o emprego no teleatendimento diminuiu em 2009, mas voltou a crescer nos anos seguintes, recuperando-se em 2013, quando atinge 431.900 trabalhadores.

Quando separamos o número de trabalhadores por sexo, observamos que após a diminuição dos empregados no setor, em 2009, a maior parte dos recontratados é mulher, tendo diminuído o número e a proporção de homens no setor até 2014, embora eles voltem a crescer em 2015, quando o número de trabalhadores atinge o total de 450.074.

¹⁶ A RAIS é elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

¹⁷ A PNAD é uma pesquisa amostral, realizada por meio da declaração do trabalhador; já a RAIS é uma declaração obrigatória, prevista em lei, realizada pelos empregadores por meio do sistema do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Fonte: PNAD 2008-2015. Elaboração própria.

Ocupação: *telemarketing*. CBO: 4223

No ano de 2010 a PNAD não foi realizada devido à ocorrência do Censo Demográfico 2010.

Concentrando a análise nos anos mais recentes, observamos que o *Ranking* das empresas de *call center*¹⁸ estima que 527.288 funcionários formais estavam empregados em empresas de teleatendimento terceirizadas em 2016. Já a estimativa do Sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul era de que havia 2 milhões de empregados terceirizados e contratados diretos nos mais diferentes setores do *telemarketing*, em 2017¹⁹.

A enorme diferença entre esses dados coletados entre 2015 e 2017 se deve, provavelmente, não só ao ano da coleta, às distintas metodologias utilizadas na coleta e tratamento dos dados, mas também ao fato de que a PNAD, o *Ranking* das empresas de *call center*, bem como o Sindicato devem levar em conta diferentes contratos de trabalho. É possível supor que a grande diferença entre os números encontrados pela PNAD e o *Ranking* das empresas de *call center*, por um lado, e o Sindicato dos telefônicos do Rio Grande do Sul, por outro, deva-se ao fato de este último ter acesso a trabalhadores terceirizados e não registrados, mais difíceis de serem captados pela metodologia aplicada pelas outras duas pesquisas. Nesse sentido, a diferença nos dados apresentados pode ser tomada como um indício de uma prática vigorosa de terceirização no setor.

18 Disponível em: <<http://ranking.callcenter.inf.br/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

19 Disponível em: <<http://www.extraclasse.org.br/edicoes/2014/07/call-center-trabalhadores-por-um-fio/>>. Acesso em: 10 set. 2019. Ver: <<http://www.sinttelrs.org.br/index.php?Itemid=202>>. Acesso em: 20 out. 2016. Ver também: <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/10/telemarketing-emprega-14-milhao-no-pais-veja-como-e-o-trabalho-no-setor.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

As estatísticas indicam que ocorreu um crescimento significativo do emprego no setor, mesmo em momentos de aumento do desemprego e diminuição do Produto Interno Bruto (PIB), o que pode demonstrar a capacidade de sustentação econômica das empresas. Considerando esse expressivo crescimento, procuramos verificar como as pesquisas demonstram as condições de trabalho neste setor em um contexto de expansão das empresas e de terceirização do teleatendimento em empresas públicas e privadas.

3. As condições de trabalho no teleatendimento

Aqui, chegamos às questões centrais deste texto: quais são as condições de trabalho a que são submetidos os empregados no teleatendimento? Como as tecnologias de comunicação (o computador, a *internet* de alta velocidade, os *softwares* de controle do atendimento etc.) determinam os ritmos de trabalho e aumentam os índices de produção? Quais são as exigências contratuais e tácitas do emprego no *telemarketing*? Que implicações pode ter o processo de relocação das empresas sobre as condições e remuneração do trabalho?

No teleatendimento, os trabalhadores são empregados em tempo parcial, são submetidos a um ritmo intenso de trabalho e a um controle mediado pelas tecnologias da informação e comunicação. As empresas contratam sobretudo jovens e mulheres, que enfrentam cotidianamente condições extenuantes de trabalho, ainda que possuam uma jornada parcial, com 6 horas e 20 minutos, em média. Estas jovens trabalham seis dias por semana, com uma folga; sofrem constante pressão para aumentar o número de chamadas atendidas/ realizadas por período; estão sob o controle estrito realizado por *softwares* sobre os quais não possuem qualquer controle; além de receberem baixíssimos salários, os quais as levam, muitas vezes, a acumularem dois empregos e o trabalho doméstico (Venco, 2003; Nogueira, 2006; Braga, 2012; Costa; Costa, 2018).

No Brasil, a indústria do *call center* possui uma configuração oligopolista²⁰, as duas maiores empresas do setor possuem 47% do total de trabalhadores de teleatendimento, 89% da força de trabalho está alocada em empresas de grande porte e sete grandes empresas dominam o mercado (Dutra, 2016: 73). As empresas brasileiras são seis vezes mais concentradas que as dos Estados Unidos e catorze vezes mais que as francesas. Estas empresas também oferecem salários muito inferiores quando comparadas a suas congêneres internacionais.

²⁰ As cinco maiores empresas de teleatendimento no Brasil são: Atento, Liq (antiga Contax), Almaviva do Brasil, AeC e Neobpo (*Ranking Call Center*. Disponível em: <<http://ranking.callcenter.inf.br/pesquisa/detalhe/?empId=100>>. Acesso em: 10 set. 2019).

O oligopólio por elas estabelecido facilita o baixo assalariamento, ainda que o montante de capital movimentado seja enorme.

Com efeito, os salários no teleatendimento no Brasil são dez vezes menores que aqueles pagos nos Estados Unidos e três vezes menor que na África do Sul (Braga, 2012: 192). Ao compararmos Brasil e Argentina, dois países da América Latina, observamos que em 2006, o salário médio de um operador de *telemarketing* estava em U\$240,02²¹ no Brasil e U\$700²² na Argentina, pela mesma jornada de trabalho. Trata-se de uma comparação arbitrária, pois os valores variam de acordo com o posto de trabalho e as condições de vida, além da diferente configuração do setor em cada país. Por exemplo, o fato de que na Argentina uma parte importante do trabalho em *telemarketing* nesse momento era realizado *offshoring*, ou seja, por empresas que prestavam serviços para consumidores de empresas localizadas em outros países, enquanto que aqui o serviço de *telemarketing* esteve sempre voltado ao mercado interno, pode significar a concentração de atividades mais complexas no serviço argentino. De todas as formas, a comparação pode contribuir para a compreensão do assalariamento do setor no país.

É preciso considerar também que os salários possuem uma parte importante que é variável, cujo alcance, vinculado ao atendimento de metas, via de regra, excessivas, é bastante difícil. Como explicita Renata Dutra, condicionadas ao cumprimento de uma rígida disciplina, essas metas “são alcançadas por um número mínimo de trabalhadores” (Dutra, 2016: 79).

Haveria que assinalar ainda que, de acordo com os dados da PNAD, a média salarial vem decrescendo quando comparada ao salário mínimo: enquanto, em 2004, a média salarial do país (R\$ 556,00) era de pouco mais de 2 salários mínimos (R\$ 260,00), a média salarial de 2016 (R\$ 1.152,63) se encontra pouco acima do mínimo (R\$937,00), aproximadamente 1,3 vezes seu valor. Obviamente, é preciso levar em conta que esse período corresponde a um esforço do governo federal no sentido de recuperar o valor do salário mínimo, o que resultou em um aumento importante. De todas as formas, o comportamento dos salários do setor estaria indicando que ele não acompanhou a recuperação do salário mínimo, aproximando-se cada vez mais do seu valor.

Por outro lado, os dados dos dois últimos anos indicam uma perda do valor real dos salários do setor, que passam de R\$ 1.189,08, em 2014, a R\$ 1.152,63, em

²¹ Piso salarial da categoria retirado do site: <<http://www.pisosalarial.com.br/geral/tabela-salarial-maio-de-2006/>>. Acesso em: 20 dez. 2018. Cotação do dólar extraída de <<https://www.portalbrasil.net/2006/indices/dolar/maio.htm>>. Acesso em: 10 set. 2019.

²² DEL BONO (2006: 25). Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/ceil-delbono06.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.

2016²³. Se considerarmos a diferença salarial entre as empresas situadas no Sudeste e no Nordeste e interior do país e o grande aumento do número de trabalhadores nessas últimas regiões nos últimos anos²⁴, é bastante provável que a diminuição da média salarial da categoria esteja relacionada ao atual processo de relocalização das empresas. Alguns achados mais recentes sobre os salários indicam nesse sentido, conforme se pode observar pela pesquisa de Almeida (2014: 2366):

(...) a redução dos custos do trabalho é o fator mais relevante para a instalação das empresas. Nos estados da região Sul do Brasil, a remuneração dos operadores, em dezembro de 2011, estava entre os mais altos do país, ao variar de R\$ 828,78 no Rio Grande do Sul a R\$ 898,32 no Paraná. Já os estados da região Nordeste detinham as menores remunerações. Na Bahia, estado com maior número de operadores da região, o salário era de R\$ 687,81, diminuindo para R\$ 638,41, em Pernambuco, menor remuneração dentre os estados brasileiros (MTE/CAGED, 2013).

No mesmo sentido apontam os dados a seguir, registrados na mesma pesquisa de Marina Almeida (2014: 2361):

O salário médio de um operador na cidade de São Paulo, em 2011, foi de R\$ 849,72, enquanto na cidade de Ourinhos (SP), no interior do estado foi de R\$ 679,15 e em Caruaru, no agreste pernambucano, de apenas R\$ 581,27 (MTE/CAGED, 2013).

Esses dados indicam um processo em curso de diminuição dos salários da categoria, provocado pela imigração das empresas para cidades não metropolitanas e para o Nordeste, ocorrido sobretudo nos últimos anos. Os salários dos trabalhadores terceirizados pelas empresas de *call center* são ainda mais baixos, como mostra a pesquisa de Guilherme Stein, Eduardo Zylberstajn e Hélio Zylberstajn (2017), analisando os dados da RAIS (2007-2014) dos trabalhadores do setor.

Vale observar também que, além dos salários baixos, os trabalhadores enfrentam problemas com a autorização de férias anuais, banco de horas e erros de pagamento dos salários (Freitas, 2010: 46-47).

A jornada de trabalho diária contempla o horário de serviço e pausas para banheiro, alimentação e descanso. No momento em que estão realizando o atendimento, o controle alcançado pelo *software* é múltiplo:

²³ Valores de 2014 deflacionados de acordo com os dados para 2016.

²⁴ De acordo com Ana Carmen Moraes (2017: 6), o atual processo de reterritorialização do setor indica um forte “aumento da participação da região Nordeste, que se consolida na segunda posição, concentrando, em 2015, 23,4% do total de operadores de telemarketing do país”.

(...) registro de cada atendimento pelos próprios operadores no sistema eletrônico específico e escutas telefônicas dos atendimentos em tempo real pelos trabalhadores da “monitoria”. Semanalmente são emitidas avaliações individuais que indicam a qualidade do atendimento de acordo com os parâmetros das empresas: rapidez na identificação da demanda do cliente, dicção, empatia, tom de voz, atenção/interesse, tempo médio de atendimento (TMA), adequação ao script, entre outros (Oliveira; Rezende; Brito, 2006).

As pausas, autorizadas pelos supervisores com base no controle digital do horário dos operadores, são curtas e insuficientes para as atividades previstas. Muitos trabalhadores utilizam o tempo das pausas para manter o nível de produção e cumprir as metas estabelecidas. As pesquisas não relatam a realização sistemática de exercícios (ginástica laboral) e outras técnicas para a prevenção de problemas de saúde.

Os baixos salários favorecem a rotatividade entre os trabalhadores. Os operadores de *telemarketing* aparecem entre as dez ocupações que mais desligaram trabalhadores entre 2011 e 2012 (DIEESE, 2014), em um contexto de forte expansão do setor, como observamos no item anterior. O estudo do DIEESE aponta ainda que as taxas de rotatividade do setor mantiveram-se acima de 90% de 2007 a 2013, tendo alcançado 109,5% nesse último ano, um valor que mostra “sua grandeza quando comparado ao setor de serviços, cuja taxa de rotatividade fica em média em 50%, ou ao mercado de trabalho formal de uma forma geral, cuja média global foi de 63,7% em 2013” (Dutra, 2016: 79). Os altos índices de rotatividade no emprego são favorecidos pelo tipo de trabalho realizado. A temática possibilitou uma maior mecanização do trabalho do atendente, que segue as determinações de *softwares* desenvolvidos especificamente para padronizar o atendimento e controlar o conteúdo do trabalho. Os *softwares* diminuem as margens de ação autônoma dos trabalhadores ao reduzir o conteúdo do trabalho à interação com suas orientações. Com isso, a empresa de teletendimento torna-se menos dependente do conhecimento técnico do operador, que recebe treinamentos antes de assumir sua Posição de Atendimento (PA) e depois que estão empregados, conforme a mudança nas operações de atendimento (Braga, 2012; Venco, 2003).

As empresas exigem, em geral, o Ensino Médio como pré-requisito para os operadores, mas não há nenhuma qualificação específica para a admissão. A qualificação do trabalhador no teletendimento ocorre em serviço, nos treinamentos e na aprendizagem com os companheiros de trabalho mais experientes. Hermes Costa e Elizardo Costa (2018: 121) realizaram uma pesquisa quantitativa

com 155 teleoperadores de uma mesma empresa, na qual constataram que apenas 20% dos consultados tinha alguma frequência universitária (Ensino Superior incompleto ou completo), o restante chegava ao Ensino Médio completo. São oferecidos *scripts* pré-definidos aos trabalhadores, sem espaço para criações, reduzindo, com isso, “a livre atuação dos trabalhadores no espaço ‘existente’ entre o trabalho prescrito e o realizado” (Venco, 2003: 21). Os treinamentos fornecidos pelas empresas são, em geral, voltados aos procedimentos do atendimento e ao desenvolvimento da expressão pela voz.

Os trabalhadores ocupam uma Posição de Atendimento reduzida a um computador, fones de ouvido, microfone, mesa e cadeira. O teletrabalho ocorre neste espaço-tempo, no qual o operador permanece sentado e limitado ao *script*, o que favorece o controle do seu trabalho (Souza, 2012). O fluxo de ligações é ininterrupto, os espaços “vagos” são preenchidos rapidamente por novas ligações, constantemente supervisionadas.

Além do controle exercido pelo *software*, que emite informações sobre o número de atendimentos, há o controle realizado por um supervisor direto, que vigia e emula constantemente os operadores para garantir o cumprimento de metas estabelecidas.

O *software* expõe em tempo real os horários, os resultados, as ações de cada trabalhador, possibilitando o estabelecimento de metas precisas, e o supervisor garante corporalmente seu cumprimento. Os trabalhadores são incentivados a competir entre si, bem como são formadas equipes que disputam os *rankings* internos, por meio dos quais as empresas concedem pequenos prêmios e homenagens (Braga, 2012; Freitas, 2010).

Os teleoperadores recebem bonificações de acordo com o cumprimento dessas metas. Além do salário básico, recebem pela realização de metas individuais, metas da equipe e metas da operação como um todo. É estabelecido um ambiente de intensa competição, que favorece a solidariedade entre membros de uma mesma equipe ao mesmo tempo em que incentiva a competição individual (Braga, 2012: 194).

Esse ambiente de extrema competitividade se baseia na contratação de jovens mulheres sem experiência anterior de trabalho ou no primeiro emprego, bem como na alta rotatividade dos trabalhadores. Ruy Braga (2012) sugere que o ciclo de emprego do teleoperador – contratação/ inexperiência; proficiência/ satisfação residual; produtividade; rotinização/ adoecimento; demissão; seguro-desemprego – mantém-se pela entrada recorrente de novos trabalhadores. Segundo o autor, o ciclo tem a duração média de 20 a 24 meses. “É comum observar [que], em um intervalo de seis a oito meses, a base da central

de atendimento é toda renovada” (Barreto, citado por Braga, 2012: 196). Lailah Vilela e Ada Assunção apontam que na empresa de *telemarketing* na qual realizaram pesquisa, em 2003, 96% do efetivo de trabalhadores era substituído a cada dois anos, uma média de substituição do efetivo de 2% ao mês (Vilela; Assunção, 2004: 1071).

Renata Dutra (2016: 80-81) refere-se a um padrão específico de gestão, “generalizado no setor, que se pauta em rigor disciplinar e excessivo número de advertências e suspensões que são sucessivamente aplicadas pelas empresas, inclusive por razões banais”, levando muitos trabalhadores a optar por demissão, como forma de evitar a justa causa.

Vale lembrar ainda que, em virtude do fato de que as empresas são terceirizadas, os trabalhadores do setor são submetidos também ao controle exercido pela empresa tomadora de serviços, para a qual trabalha a empresa que os contratam, a qual só exigir rígidos critérios de produtividade e qualidade e acompanha os atendimentos oferecidos em tempo real (Venco, 2009).

Essas difíceis condições de trabalho levam comumente os trabalhadores ao adoecimento. Com base na aplicação de questionários com trabalhadores do setor, Ruy Braga (2012) aponta que o adoecimento no teletrabalho está relacionado às seguintes situações, relatadas recorrentemente pelos operadores:

(...) treinamento inadequado, estresse decorrente das metas, negligência com a ergonomia e temperatura do ambiente de trabalho, exíguos intervalos durante a jornada, folgas insuficientes, forte (...) enquadramento do teleoperador²⁵ e intensificação dos ritmos de trabalho proporcionados pelo permanente processo de renovação tecnológica (p.191).

As doenças mais comuns enfrentadas pelos trabalhadores são: lesão por esforço repetitivo (LER), calos nas cordas vocais, depressão, infecções urinárias²⁶, vertigens, zumbidos nos ouvidos e surdez (Venco, 2003; Nogueira, 2006; Braga, 2012; Bomfim, 2016). Na pesquisa realizada por Ruy Braga, 62% dos operadores consultados indicaram comprometimento da saúde (Braga, 2012: 190). Tais Freitas (2010) apresenta registros de trabalhadores que depois de um quadro de esgotamento físico e mental tentaram suicídio (Freitas, 2010: 49-50).

Os problemas psicológicos decorrentes do ritmo e intensidade do trabalho são bastante relatados pelos teleatendentes, como constatado pela pesquisa de

²⁵ Os denominados tempos mortos no trabalho diminuem muito com o estrito controle sobre o trabalhador, que o autor denomina “enquadramento do trabalhador”.

²⁶ Os trabalhadores possuem, em média, duas pausas de cinco minutos para utilizar o banheiro. Para cumprir as metas, muitos deixam de utilizá-las, o que favorece o desenvolvimento de sérios problemas de saúde.

Lailah Vilela e Ada Assunção (2004). A recente pesquisa de Laís di Bella Rabbelo *et al.* (2018) relata o caso de uma teleatendente que passou por perícia na justiça do trabalho no decorrer de um processo judicial contra a empresa na qual trabalhava por assédio moral e negligência de doenças psicossomáticas decorrentes das condições de trabalho. O estudo revela uma relação causal entre adoecimento psicossomático e a organização do trabalho, demonstrando como cefaleia, náuseas, tonturas, intolerância a ruídos podem evoluir para doenças mais graves que comprometem as capacidades físicas dos trabalhadores.

A barreira que separa o teleatendente do cliente é virtual, basta pulsar o botão e desligar para que o diálogo seja interrompido. No entanto, o teleatendente não pode desligar, deve seguir rigorosamente o *script* e continuar atendendo um cliente que, muitas vezes, sente-se à vontade para reagir de forma desrespeitosa, protegido pela impessoalidade do telefone. As pesquisas de Vilela e Assunção (2004) mostram que “a empresa depende do esforço mental dos teleatendentes para diminuir os efeitos da impossibilidade de garantir a satisfação do cliente nos tempos previstos por suas metas” (p. 1076). Ana Bomfim (2016) constata em sua pesquisa que o teleatendente está situado entre a exigência de uma “saúde perfeita”, em especial no que diz respeito à voz e à execução de um trabalho permeado por forte controle disciplinar e emocional. Impedido de cumprir o prescrito e obrigado a suportar o cliente insatisfeito com os serviços da empresa, o teleatendente pode ser levado ao esgotamento mental.

4. Relações de gênero

De acordo com os dados coletados por nós, aproximadamente 70% de todo contingente de empregados é composto por mulheres²⁷. A ampliação do emprego formal no Brasil, na década de 2000, possibilitou que muitas mulheres que trabalhavam na informalidade, parte delas como empregadas domésticas, fossem empregadas no teleatendimento. Esta passou a ser uma possibilidade viável para as jovens trabalhadoras que buscavam inserção no trabalho formal.

Seguindo a tendência da maioria dos países, a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro aumentou consideravelmente a partir dos anos 1980. Segundo a PNAD, o número de mulheres inseridas na estrutura ocupacional vem aumentando progressivamente desde então: em 2001, a participação feminina na População Economicamente Ativa era de 41%; em 2015, esse

²⁷ Ver <<http://www.callcenter.inf.br/online/24094/mulheres-sao-maioria-no-telemarketing/imprimir.aspx>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

percentual não se alterou substancialmente, atingindo aproximadamente 42%, ainda que em anos anteriores, como 2013, tenha alcançado 45%²⁸.

Muitas profissões e ocupações foram transformadas buscando incorporar a força de trabalho das mulheres; a maior parte delas são ocupações subordinadas a níveis hierárquicos masculinos, relacionadas a estereótipos femininos como a afetividade, o cuidado, a flexibilidade. No caso do teleatendimento, as mulheres são valorizadas pela paciência, pela voz suave, pelo “jeitinho” no trato com os clientes (Venco, 2003; Nogueira, 2006). Trata-se de um fator de discriminação das mulheres e aquelas que não se enquadram neste perfil são rapidamente substituídas.

O trabalho em tempo parcial é considerado estratégico para as mulheres devido às necessidades decorrentes do trabalho doméstico e com os filhos. De acordo com o Censo Demográfico IBGE 2010, 37,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Ainda que a maior parte das famílias não seja monoparental, elas são geralmente responsabilizadas pelo trabalho doméstico. Para muitas, o trabalho no teleatendimento garante uma certa estabilidade e os horários permitem conciliar os dois tipos de trabalho ou mesmo dois tipos de vínculo empregatício.

O fato de o teleatendimento ocorrer mediado pelo telefone e prescindir das características corporais dos trabalhadores favorece também a contratação de grupos sociais que não se enquadram em perfis sociais privilegiados pela maior parte do setor de serviços que pressupõem contato direto com o cliente. Desse forma, além das mulheres, outros grupos sociais mais discriminados, como homossexuais (lésbicas, gays), transexuais, negras, obesas, deficientes físicos, punks etc., são mais facilmente incorporados pelo teleatendimento (Venco, 2009; Freitas, 2010). São trabalhadores que geralmente encontram dificuldades para se inserir em termos ocupacionais, devido ao preconceito a que estão sujeitos. No entanto, isto não significa que estejam livres de preconceitos e da discriminação no interior das empresas, como pudemos observar na pesquisa de Tais Freitas (2010: 43).

Acolher os grupos sociais mais marginalizados, como as mulheres negras, homossexuais, deficientes etc., faz dessas empresas lugares “menos” discriminatórios no momento da contratação. Contudo, empregar grupos tradicionalmente excluídos do mercado formal de trabalho também significa praticar menores salários e submeter os trabalhadores a maiores exigências. A alta produtividade dos empregados associada ao baixo custo da força de trabalho torna

²⁸ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2019.

o teleatendimento um dos serviços mais rentáveis do setor, sendo aquele que oferece os menores salários. As saídas mais comuns para enfrentar essas condições de trabalho parecem ser individuais, por meio de licenças prolongadas do trabalho, que podem significar um não retorno; busca por tratamentos físicos e mentais; ingresso em uma faculdade etc. No entanto, como esses trabalhadores enfrentam coletivamente os problemas decorrentes das condições de trabalho?

6. Sindicalismo

A organização coletiva dos trabalhadores do *telemarketing* parece ser bastante dificultada pelo rígido controle exercido sobre o trabalho. Ruy Braga (2012) afirma que as entrevistas realizadas com sindicalistas do setor em São Paulo mostram que há uma perseguição sistemática dos trabalhadores que começam a se aproximar do sindicato e exercer alguma influência sobre os colegas. Este tipo de ação das empresas fragiliza a organização sindical, pois o trabalhador é muito pressionado e a base sindical não acumula experiências de organização coletiva.

O autor aponta também que a privatização das empresas de telecomunicações desorganizou os sindicatos tradicionais desta categoria, como ocorreu com o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sinttel-SP):

(...) a representação dos teleoperadores passou a ser disputada com outro sindicato, surgido em 1992, o Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo), que reivindicou a representação dos trabalhadores em telemarketing do município de São Paulo e de sua região metropolitana, e por isso está em permanente litígio judicial com o Sinttel, que representa os trabalhadores do setor de telecomunicações de todo o estado de São Paulo (Braga, 2012: 201).

Situação semelhante é assinalada pelo estudo de Mônica Cavaignac (2013), o qual relata que, a partir de 2005, no Ceará, também ocorreu uma disputa entre o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SINTTEL) e o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (SINTRATEL) pela base composta pelos trabalhadores do *telemarketing*.

Segundo Ruy Braga (2012), as transformações ocorridas na reorganização do sindicalismo das telecomunicações promoveram também transformações na estratégia sindical do setor, que passou de uma atuação mais combativa para outra mais defensiva dos empregos e salários e mais assentada no oferecimento de serviços aos associados, como convênios médicos, educação profissionalizante, festas etc.

Os estudos demonstram uma vigorosa ação das empresas no sentido de desmobilizar os trabalhadores. De acordo com Marina Almeida (2014), além das iniciativas claramente antissindicais, como as perseguições aos trabalhadores mais organizados, elas se utilizam também da flexibilidade da tecnologia, que permite a transferência de chamadas de uma unidade a outra em caso de greves e mobilizações (Almeida, 2014).

Apesar das dificuldades da organização sindical, a pesquisa realizada por Ruy Braga (2012: 208-2010) mostra que as greves no setor aumentaram após 2005. Antes desse período, o autor registrou apenas uma greve em 2000, na empresa Quatro/A, em que os trabalhadores reivindicavam o retorno do vale alimentação, substituído por um lanche fornecido pela empresa. A partir de 2005, as greves foram além e passaram a reivindicar participação nos lucros e resultados (PLR), creche, reajuste salarial, redução da jornada de trabalho, reajuste do vale alimentação etc. Dentre elas, estão: greve na Atento, na região do ABC, em 2005 (mais de nove dias); greve na CSU *Card System*, na unidade Santo André e São Paulo, em 2008 (dois dias de greve); greve na Atento, unidade Marechal Deodoro, em 2006 (quarenta dias).

Na mesma direção, Mônica Cavaignac (2013) relata uma importante greve dos trabalhadores do *telemarketing* de uma grande empresa do ramo na cidade de Fortaleza (CE), em 2007, que se estendeu por um mês. As principais reivindicações eram salariais e por melhores condições de trabalho, denunciando a pressão para o cumprimento de metas e as restrições de paradas para o uso do banheiro.

A autora relata que muitos dos empregados da empresa não aderiram à greve, pois haviam entrado recentemente no emprego e caso fossem demitidos não poderiam solicitar o seguro desemprego. Além disso, a empresa reagiu de maneira muito violenta: utilizou-se de policiamento ostensivo, permitindo que a polícia entrasse no local de trabalho; fez ameaças de demissões por meio de telegramas; e contratou outros trabalhadores para substituir os grevistas durante o movimento reivindicatório.

Nos últimos anos, outras greves ocorreram no setor, como a dos teleoperadores da Atento e Contax, no Rio de Janeiro, em 2014, que mobilizou cerca de quinze mil trabalhadores²⁹; a dos trabalhadores da Contax, em Recife, em 2013, e em Belo Horizonte e Porto Alegre, em 2014³⁰; a dos teleoperadores de Forta-

29 Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/economia/operadores-de-telemarketing-entram-em-greve-no-rio-de-janeiro-14854608.html>>. Acesso em: 20 out. 2017 [página retirada da internet em 2018]. Os trabalhadores reivindicavam aumento do piso salarial, redução das jornadas, fim das metas abusivas, etc.

30 Disponível em: <<http://averdade.org.br/2013/09/operadores-contax-recife-greve/>>. Acesso em: 10 set. 2019. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21083>>. Acesso em: 20 out. 2017. Disponível em: <<http://vamosaluta.com.br/2014/10/11/greve-dos-operadores-de-telemarketing-da-contaxbh-conquista-vitorias/>>. Acesso em: 10 set. 2019.

leza, em 2011³¹; dentre outras. Para Ruy Braga (2012: 2012), a despeito das dificuldades impostas à organização coletiva dos trabalhadores, há um movimento em marcha, ainda que não seja forte o suficiente para garantir muitas de suas reivindicações.

As pesquisas de Ruy Braga (2012) e Mônica Cavaignac (2013) demonstram que, apesar dos muitos obstáculos que dificultam a organização dos trabalhadores – como o medo de perder o emprego; as pressões exercidas por supervisores; o assédio moral por parte da empresa; a divisão entre os sindicatos; a rotatividade de empregados –, os trabalhadores se organizaram a ponto de promover greves e negociar as reivindicações, o que é fundamental para a garantia de direitos conquistados e para a conquista de novos.

Além disso, vários estudos (Venco, 2009; Braga, 2009; Moraes, 2017; Dutra, 2017) apontam para uma resistência cotidiana menos explícita realizada pelos trabalhadores, seja nos locais de trabalho seja em outros locais, como pontos de ônibus, grupos virtuais, grupos de lazer etc. No primeiro caso, predominam o desrespeito às regras; burlas ao sistema, como derrubadas intencionais; uso de pausas seguidas; conversas com colegas na hora do almoço e de troca de turnos. Já no segundo caso, observam-se denúncias judiciais contra as empresas; reclamações aos sindicatos de erros nas verbas rescisórias; desabafos nas paradas de ônibus e redes virtuais.

Considerações finais

As pesquisas consultadas mostram que ocorreu uma expansão significativa do teleatendimento após as privatizações das telecomunicações no Brasil. O setor de *call center* cresceu juntamente com as terceirizações do atendimento de clientes de grandes empresas, como as de telefonia fixa e móvel, os bancos, lojas de departamento etc., acompanhando o processo de formação de cadeias globais de valor.

A organização deste setor está fortemente relacionada com as transformações operadas pela reestruturação produtiva e pela inserção da tecnologia da informação e comunicação no processo de trabalho. Trata-se de um trabalho completamente racionalizado, controlado por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Selma Venco (2009) e Ruy Braga (2012) destacam que as TICs possibilitaram a ampliação da “taylorização” do processo de

³¹ Disponível em: <http://site.sintratelceara.com.br/?option=com_content&view=article&id=8:trabalhadores-de-telemarketing-da-sitelcoelce-realizam-greve-nesta-3-feira&catid=11:noticias&Itemid=313>. Acesso em: 20 dez. 2018.

trabalho, o que significa que os trabalhadores são submetidos a múltiplos controles precisos. O controle permite o estabelecimento de metas, assim como a verificação de lacunas e tempos ociosos no atendimento, que podem diminuir a produtividade do trabalho e o rendimento das empresas.

O setor de *call centers* nasce de um processo radical de desverticalização das empresas³², em que a terceirização dá lugar ao surgimento de um novo setor. Referimo-nos ao fato de que, nesse processo de desverticalização, as empresas terceirizam atividades antes realizadas em seu âmbito, que passam a ser desenvolvidas por outras empresas, as quais acabam conformando um novo setor de atividade. Esse processo, além de promover desqualificação da força de trabalho, submete os trabalhadores a um duplo controle.

A desqualificação ocorre porque, no processo de terceirização, as atividades que se deslocam são, em geral, as menos sofisticadas em termos tecnológicos, que exigem, portanto, menor qualificação para serem realizadas. No caso do setor de *call center*, valeria observar ainda o alerta de Miriam Glucksmann (2004), por exemplo, para as atividades de venda de produtos. De acordo com a autora, a terceirização da atividade vem acompanhada de uma desqualificação do serviço prestado, na medida em que quando a atividade se realiza em um *call center* localizado no interior da empresa que oferece o produto, os teleoperadores se vinculam com outras etapas do processo produtivo, à jusante, com a produção, o *marketing* e a publicidade, e à vazante, com a distribuição, a entrega e o cliente final. Todavia, quando o *call center* é tercerizado, a densidade e extensão das conexões variam completamente, com consequências sobre a qualidade do trabalho (Del Bono; Leite, 2016).

Já o duplo controle ocorre porque, além do forte controle exercido pela supervisão da empresa empregadora, os trabalhadores estão sujeitos ao controle da empresa tomadora dos serviços que, conforme alertado anteriormente, consegue acompanhar os atendimentos em tempo real, pressionando sempre por mais qualidade e produtividade dos serviços prestados.

Nesse contexto, os trabalhadores são submetidos a forte pressão para superar constantemente sua produtividade. O trabalho é realizado em frente a um computador conectado ao sistema da empresa, que fornece todas as informações necessárias para a realização da operação. O sistema da empresa controla o envio das chamadas, que chegam ao operador ininterruptamente. Iniciada a chamada,

³² O processo de desverticalização das empresas consiste na externalização de atividades para fora da empresa e na concentração do processo produtivo naquelas atividades que são centrais na produção de uma determinada mercadoria ou serviço. Esse processo, que impacta todas as áreas de atividade das empresas, é uma tendência generalizada nos dias atuais.

o operador tem um tempo médio para realizar o atendimento e se manter dentro da meta da empresa. O trabalhador é controlado durante todo o tempo em que está dentro da empresa, quando chega, utiliza o banheiro, faz uma refeição. O sistema calcula os minutos que cada trabalhador utiliza, pode escutar cada atendimento realizado e sugere metas sempre maiores a serem atendidas [Freitas (2010); Nogueira; Bastos (2009); Oliveira (2009); Souza (2012)].

As condições de trabalho têm levado muitos teleoperadores ao adoecimento. As pesquisas mostram que são recorrentes os relatos de doenças ocasionadas pelo excesso de trabalho, como lesão por esforço repetitivo, calos nas cordas vocais, problemas na coluna, dores de cabeça decorrentes da pressão dos fones de ouvido, depressão, infecções urinárias, vertigens, zumbidos nos ouvidos e surdez. A rápida aparição destes problemas é considerada nas pesquisas como elemento que pode ajudar a compreender a alta rotatividade de trabalhadores no setor (Venco, 2003; Vilela; Assunção, 2004; Nogueira, 2006; Oliveira, 2009; Braga, 2012).

É nesse contexto que se pode compreender que nem mesmo o trabalho com carteira assinada – exercido sob várias estratégias empresariais para diminuir a rotatividade, como bônus, premiações, financiamento – se apresenta como alternativa interessante de inserção para essa parcela da classe trabalhadora. Em função dos baixos salários e das difíceis condições de trabalho, o emprego é quase sempre encarado como temporário, muitas vezes associado a um período de estudos em nível superior ou à maternidade. Para muitos, ele é um emprego provisório, em especial para as mulheres estudantes (Venco, 2003 e 2009), ou simplesmente uma transição a formas mais atrativas de inserção, ainda que muitos trabalhadores retornem a ele depois de um período de desemprego em que outras alternativas se mostram pouco viáveis (Moraes, 2017).

A falta de perspectiva de continuidade também é um dos fatores que permite entender a frágil organização sindical do setor. Além disso, as pesquisas consultadas mostram uma forte perseguição das empresas aos trabalhadores que se aproximam dos sindicatos e uma intensa disputa entre os sindicatos pela base dos trabalhadores do teleatendimento. Ainda assim, os trabalhadores têm demonstrado resistir de forma organizada às condições de trabalho por meio de greves e paralisações.

Os estudos discutidos demonstram que a análise do trabalho no teleatendimento pode contribuir para a compreensão da organização do trabalho na contemporaneidade após a generalização da reestruturação da produção em função das crises cíclicas do capitalismo e das mudanças na base tecnológica da produção de mercadorias. Nesse processo, o teleatendimento adquiriu uma importância no setor de serviços, no mercado de trabalho brasileiro e no amplo processo de terceirização de atividades operado pelas grandes empresas e pelo Estado. Por

outro lado, o esforço de analisar o setor na sua relação com o território e o movimento de relocalização das empresas nos permite compreender o movimento do capital na busca de vantagens comparativas, especialmente aquelas relacionadas ao baixo custo do trabalho, ao lugar que o país vem ocupando na nova divisão internacional do trabalho, bem como ao lugar ocupado pelas diferentes regiões e cidades do país na configuração que o setor vem adquirindo em nível nacional.

Referências

- ALMEIDA, Marina. Das centrais de atendimento aos Contact Centers: uso e reprodução do desenvolvimento geográfico desigual brasileiro. *Anais do VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales*, São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2014, pp. 2355- 2377.
- _____. Redes corporativas e incentivos territoriais: a dispersão dos contact centers para as cidades médias brasileiras. In: *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 3, n. 3, 2013, pp. 430-448.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 2012.
- BOMFIM, Ana Soraya Vilasboas. Entre a voz e o ouvido: o trabalho emocional e os impactos para a saúde dos trabalhadores do teleatendimento, o telemarketing, em Salvador. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia. UFBA – Salvador, 2016.
- CAVAIGNAC, Mônica Duarte. As estratégias de resistência dos operadores de telemarketing frente às ofensivas do capital. *Katályses*, Florianópolis, v. 16, n. 2, jul./dez. 2013, pp. 155-164.
- _____. Relações de trabalho e relações no trabalho na lógica capitalista contemporânea: um olhar sobre atendentes do call center de uma empresa de telecomunicações. Tese de Doutorado, Sociologia, Universidade Federal do Ceará. UFC - Fortaleza, 2010.
- CAVALCANTE, Sávio. O setor de telecomunicações no Brasil: tendências da prestação de serviços e da situação do trabalho na década de 2000. ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- _____. *Sindicalismo e privatização das telecomunicações no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- COSTA, Hermes Augusto; COSTA, Elizardo Scarpati. Trabalho em call centers em Portugal e no Brasil: a precarização vista pelos operadores. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, pp. 105-127, 2018.

- DEL BONO, Andrea; LEITE, Marcia. El impacto de la tercerización y la deslocalización em el trabajo del telemarketing. Uma comparación entre Argentina y Brasil. *Cuadernos del Cendes*, Venezuela, año 11, n. 93, 2016, pp. 15-34.
- _____. Deslocalización extraterritorial de empleos del sector servicios. Sentidos y transformaciones del trabajo. *Sociología del Trabajo, nueva época*, España, n. 56, invierno de 2006, pp. 3-32.
- DIEESE. *Rotatividade e políticas públicas para o mercado de trabalho*. Departamento Intersindical de Estatística Estudos Socioeconômicos. São Paulo, DIEESE, 2014.
- DUTRA, Renata Queiroz. Trabalho, regulação e cidadania: a dialética da regulação social do trabalho em call centers na Região Metropolitana de Salvador. Tese de doutorado, Direito, Universidade de Brasília. Direito - UnB, 2017.
- DUTRA, Renata. Call Centers no Brasil: uma vitrine do mundo do trabalho após eventual aprovação do PLC nº. 30/2015. In: TEXEIRA, Marilane Oliveira; ANDRADE, Hélio Rodrigues; COELHO, Elaine D'Ávila (orgs.). *Precarização e terceirização. Faces da mesma realidade*. São Paulo, Sindicato dos Químicos-SP, 2016, pp. 69-90.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo; CAVALCANTE, Sávio Machado. Terceirização: debate conceitual e conjuntura política. *Revista da ABET*, Paraíba, v. 14, n. 1, 2015.
- FREITAS, Gabriela Oliveira; GODÖI-DE-SOUZA, Edileusa. Recrutamento, seleção, desenvolvimento e motivação: uma análise a partir da percepção do profissional operador de telemarketing. *Revista Tecer*, v. 11, n. 20, 2018.
- FREITAS, Tais Viudes. Entre o tempo da produção e o da reprodução social: a vida das teleoperadoras. Dissertação Mestrado, Sociologia, Universidade Estadual de Campinas. IFCH – Unicamp, 2010.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. *Commodity chains and global capitalism*. Westport Connecticut, London: Praeger Paperback, 1993.
- GLUCKSMANN, Miriam. Call configuration: varieties of call centre and divisions of labour. *Work, employment and society*, v. 18, n. 4, 2004, pp.795-811.
- _____. Formations, Connections and Divisions of Labour. *Sociology*, v. 43, n. 5, 2009, pp. 878–895.
- HONORATO, Antônio Edson Oliveira; DE OLIVEIRA, Agostinha Mafalda Barra. Estudo de satisfação no trabalho de atendentes de telemarketing. *Administração de Empresas em Revista*, Curitiba/PR, v. 18, n. 19, 2018, pp. 49-72.
- KREIN, José Dari; GONÇALVES, José Ricardo. O impacto das mudanças tecnológicas do setor terciário sobre as relações de trabalho no Brasil, na década de 90. Trabalho completo em anais. *Anais da ANPOCS*, 2004. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3871&Itemid=318>. Acesso em: 20 de out. 2017.

- LIMA, Jacob. Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 49, 1997, pp. 141-58.
- MARCELINO, Paula; CAVALCANTE, Sávio. Por uma definição de terceirização. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, 2012, pp. 331-346. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a10.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- MICHELI, Jordy. Call centers: la relación dinámica entre TIC y sociedad de la información. *Proceedings of the 8th CPR LATAM CONFERENCE*, Bogotá, May 30- 31st, 2014, pp. 1-7.
- MICHELI, Jordy. El sector de call centers: estructura y tendencias. Apuntes sobre la situación de México. *Frontera Norte*, v. 24, n. 47, enero-junio de 2012, pp. 156-160.
- MORAES, Ana Carmen. De telefonista a atendente de telemarketing: resistências e ação sindical na Paraíba. *Anais do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia*, 26 a 29 de julho de 2017, Brasília, DF.
- NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei; BASTOS, Fabrício Cesar. O desenho do trabalho assalariado em empresas fidelizadoras da indústria de call centers no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo, Expressão Popular, 2006.
- NORAT, Rafael Câmara. O assédio moral e a precarização do trabalho: repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing. Dissertação de mestrado, Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba. UFPB – João Pessoa, 2018.
- OLIVEIRA, Simone; REZENDE, Marcello Santos; BRITO, Jussara. Saberes e estratégias dos operadores de telemarketing frente às adversidades do trabalho. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 31, n. 114, 2006, pp. 125-134.
- OLIVEIRA, Sirlei M. Os trabalhadores das centrais de teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- RABELO, Laís Di Bella Castro; SILVA, Julie Micheline Amaral; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. Trabalho e adoecimento psicosomático: reflexões sobre o problema do nexo causal. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 1, 2018, pp. 116-128.
- ROSENFIELD, Cinara; ALVES, Daniela. Teletrabalho. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário Crítico Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre, Zouk, 2011.
- SILVA, Bárbara Suellen Santos. Nas linhas do telemarketing: uma “chamada” à precarização e flexibilização da força de trabalho em Maceió. Dissertação de mestrado, Sociologia, Universidade Federal de Alagoas. UFAL – Maceió, 2017.
- SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

- STEIN, Guilherme; ZYLBERSTAJN, Eduardo; ZYLBERSTAJN, Hélio. Diferencial de salários da mão de obra terceirizada no Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 47, n. 3, 2017, pp. 587-612.
- VILELA, Lailah; ASSUNÇÃO, Ada. Os mecanismos de controle da atividade do setor de teleatendimento e as queixas de cansaço e esgotamento dos trabalhadores. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2004, pp. 1069-1078.
- VENCO, Selma Borghi. *Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega*. Campinas, UNICAMP, 2003.
- _____. Centrais de teleatendimento: o surgimento dos colarinhos fura-cores? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletarios: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo, 2009.

Recebido em: 08/11/2017

Aprovado em: 04/07/2019

Como citar este artigo:

- LEITE, Márcia de Paula e BORDIGNON, Liliane. O trabalho de teleatendimento no Brasil: um estado da arte. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 653-680.

Em busca do novo proletariado periférico: trabalhadores dos serviços e a “nova morfologia do trabalho”¹

Tiago Magaldi²

Resenha do livro:

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Introdução

Os recentes escritos do sociólogo marxista Ricardo Antunes possuem dois eixos analíticos principais: a crítica severa de teorias que afirmam a mitigação, ou mesmo o fim, do trabalho como elemento central da sociedade na sociedade capitalista contemporânea³ e a reafirmação da relevância explicativa da teoria do valor-trabalho marxiana para a análise das transformações sociais, sobretudo as relativas à política dos trabalhadores. *O privilégio da servidão* não foge à regra. Concebido como uma coletânea de artigos publicados no intervalo entre os anos de 2010 e 2018 (apenas dois de seus vinte capítulos são inéditos), em vários deles – como é típico de artigos – o autor indica no início os pressupostos que guiarão a análise, o que pode dar ao leitor a sensação de estar, a cada capítulo, recomeçando a leitura,

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS-UFGSCar) – São Carlos – Brasil - tmgranato@gmail.com

3 Da qual o exemplo mais bem acabado é o seu já clássico *Adeus ao trabalho?* (2015).

sobretudo nas duas primeiras partes. No entanto, mais que um repisar de temas e teses caros ao autor, a obra oferece *insights* de interesse para o estudioso do trabalho, em especial àquele identificado com a tradição marxista, mas não somente a ele.

O livro possui quatro partes, cada uma composta por vários capítulos. Embora o fio da meada quase se rompa na terceira parte – que enfeixa avaliações de conjuntura quase estritamente políticas que não se conectam diretamente com a apresentação inicial da “nova morfologia do trabalho” –, é possível notar ao fundo o arco geral do argumento do autor, que se estende da explicitação de uma nova composição da “classe-que-vive-do-trabalho” – com o “novo proletariado de serviços” servindo como o seu emblema –, até a inadequação do movimento sindical e do próprio governo produzido pelo “novo sindicalismo” para lidar com os desafios políticos que esta nova composição exige, passando pela “devastação” da regulação trabalhista sob a hegemonia neoliberal das últimas décadas.

Trabalho produtivo, proletarização e a “devastação do trabalho”

Na primeira parte do livro, o leitor encontra o capítulo que o próprio autor classifica como seu “fio condutor” (“A explosão do novo proletariado de serviços”, o segundo), no qual apresenta a principal proposição analítica da obra. Detenhamo-nos aqui, portanto. Neste capítulo, lemos que a partir da década de 1970 o capitalismo mundial, em crise, começa um processo de reestruturação produtiva que continua até os dias de hoje, visando ao aumento tanto da produtividade do trabalho quanto da extração de mais valor, por meio das novas tecnologias informacionais. Desde então, o setor de serviços, sobretudo os digitais, vem ganhando relevância, bem como vem aumentando o contingente de trabalhadores que emprega – embora, frisa sempre o autor, isso não signifique absolutamente o fim do trabalho material, que ganha imensos novos contingentes em países como China e Índia. O autor então se pergunta em que medida seria possível considerar, em termos marxistas, os serviços como *produtivos*, isto é, como geradores de mais-valor para o capital. Como é frequente na obra de Antunes, a busca do avanço teórico decorre de uma exegese dos escritos marxianos. Voltando ao Livro II e III de *O Capital*, o autor traz a análise de Marx sobre a indústria dos transportes – um “serviço” – enquanto um *processo de produção dentro do processo de circulação*. Uma vez tomado o movimento espacial de mercadorias como extensão do próprio processo de produção, fica claro o efeito útil do trabalho de transporte sobre o

produto, e, portanto, sua participação na adição de valor a ele. Tratar-se-ia de um trabalho que acrescenta mais-valor ao produto, mais-valor este extraído de seus trabalhadores.

O debate sobre trabalho “produtivo” e “improdutivo” na literatura marxista é vasto⁴, e supera os propósitos desta resenha alocar as hipóteses de Antunes em seu quadro. O importante aqui é destacar que o autor pretende aplicar analogicamente as análises de Marx sobre a indústria de transportes ao setor de serviços na era digital com o propósito explícito de afirmar o caráter produtivo do trabalho imaterial que encontramos neste setor. Por outro lado – segue o autor –, se é manifestação da mesma lógica capitalista já delineada por Marx, o setor de serviços contemporâneo é também diferente: as novas tecnologias da informação e comunicação (“TICs”) permitem uma redução sem precedentes do tempo de não trabalho, bem como facilitam uma extrema flexibilização do trabalhador (da qual o melhor exemplo seria “contrato de zero horas” britânico). Trata-se de uma ampliação da extração do mais-valor, que avança *sobre* o trabalho imaterial e *por meio* dele. Avança *sobre* o trabalho imaterial por ter este se tornado produtivo e, portanto, fonte de extração de mais-valor; avança *pelo* trabalho imaterial porque este, em função da natureza de sua atividade, reduz o tempo de não-trabalho, acelerando o giro do capital e, consequentemente, seu processo de valorização. Assim, contrariamente às teses que defendiam o fim do trabalho na era digital, estaríamos vivenciando um crescimento exponencial de um novo *proletariado de serviços*, superexplorado enquanto trabalho vivo e precarizado em função da redução do tempo de não-trabalho⁵.

Essa chave analítica, exposta logo no início do livro, fundamenta o desenvolvimento explicativo dos capítulos diretamente seguintes. A segunda parte do livro apresenta três estudos de caso que ilustram o que Antunes chama de “nova morfologia do trabalho”: o setor metalúrgico (trabalhadores de uma unidade da General Motors instalada em São José dos Campos-SP), a agroindústria (trabalhadores canavieiros de uma usina em Cosmópolis, interior de São Paulo) e o setor de serviços de telecomunicação (trabalhadores de *telemarketing* e *call-center* de uma grande empresa de Campinas). A análise desses setores nos conduz à conclusão de uma precarização geral do trabalho, que avança sob o signo da terceirização (“a terceirização é o fio condutor da precarização

4 Para um tratamento de fôlego do tema, remetemos o leitor interessado à obra de Cristina Dias (2006).

5 Apesar do aparente caráter taxonômico do debate acerca da natureza “produtiva” ou “improdutiva” de determinados trabalhos, o leitor iniciado saberá notar que subjaz a ela uma afirmação do potencial político dos explorados, base frequente das sociologias políticas marxistas.

do trabalho no Brasil” [2018: 163]), e que tem sua expressão mais dolorosa em um novo mapa de acidentes e doenças profissionais: a exigência de metas que crescem à medida que são cumpridas; a experiência de uma intensa solidão, em meio à frenética concorrência interna promovida pelo próprio capital dentro de suas empresas; o apagar das fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho em função da flexibilização de horários e das novas tecnologias digitais, o aumento da intensidade do trabalho; e mesmo o aumento dos acidentes de trabalho são as diferentes facetas que compõem o calvário do “novo” trabalhador. Em suma, a atual fase do capitalismo exigiria a “devastação do trabalho”, isto é, a suspensão de toda e qualquer proteção legal ao trabalhador, deixando-o “livre” para ser explorado ao limite de suas forças, tal e qual o proletariado descrito classicamente por Marx, à exceção de que o atual estaria sujeito a determinadas tecnologias que acelerariam ainda mais o tempo de trabalho e diminuiriam o tempo livre. Chega-se à “nova morfologia do trabalho”, em formação desde a década de 1970, por meio do processo de precarização das relações trabalhistas (“pejotização”, contratos intermitentes, remuneração variável, terceirizações) e de precarização do próprio trabalho (aumento da intensidade, redução do tempo livre, aumento de acidentes, adoecimento psíquico). É este vigoroso processo em curso que dá conteúdo à afirmação, em si um tanto prosaica, de que a classe trabalhadora hoje é mais “complexa e fragmentada do que o proletariado industrial do século XIX e do início do XX” (2018: 89).

A “rota surpreendente” gestada pelo “novo sindicalismo” – e seu colapso

Antunes então se pergunta como os trabalhadores organizados vêm enfrentando tais ataques. Para elaborar a resposta, o livro se torna mais descriptivo e menos analítico, deslocando seu eixo temático do mundo do (ambiente de) trabalho para o da política propriamente dita. Sindicatos, centrais, governos e partidos entram em cena. O autor esboça uma história do “novo sindicalismo” e das oposições sindicais, ambos em suas manifestações estritamente paulistas, e nos conduz da “fase heroica” do movimento que desaguaria na formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), tida como classista e impulsionada por uma postura de confronto, até sua degeneração em um “sindicalismo negocial” na década de 1990, sob a difícil conjuntura do triunfo da hegemonia neoliberal no Brasil e no mundo. A fusão entre neoliberalismo e reestruturação produtiva, ao incentivar a flexibilização, a terceirização e a informalidade teria deixado pouca margem de ação ao sindicalismo classista; a *negociação* passa a ser a

tônica da organização sindical. Em função da nova postura, durante a década de 1990 a CUT teria deixado de acentuar o componente de classe em seu movimento, passando gradualmente a uma defesa abstrata da “cidadania”.

Se a CUT passou por uma metamorfose para adaptar-se à nova hegemonia neoliberal, a Força Sindical já teria nascido sob o seu signo. Fundada em 1991 e autodeclarada como a central da “modernização” das relações trabalhistas, Antunes é taxativo ao ver nela “a pragmática neoliberal no interior do sindicalismo” (2018: 204). A nova central objetivava uma verdadeira transformação da sociedade brasileira por meio da transformação de sua cultura sindical. Crítica tanto do “radicalismo” cutista quanto do “conformismo” pelego, seu discurso era o de que os trabalhadores não deveriam opor-se à “modernização” capitalista, mas sim participar ativamente dela. Ironicamente, ambas as centrais – adversárias ferozes durante a década de 1990 – uniram forças sob o governo Lula da Silva (2003-2010).

Aqui já entramos no arco descendente do livro, caminhando para seu desfecho. A análise da experiência do Partido dos Trabalhadores (PT), a “rota surpreendente” do “social-liberalismo” – como Antunes caracteriza tanto o período petista quanto o do Labour Party inglês –, é feita sob o signo da “conciliação”. Lula, um “gênio político”, teria, com o seu partido, conseguido tornar-se um confiável gestor do capitalismo brasileiro, à semelhança de Tony Blair na Inglaterra. Com o apoio das maiores centrais sindicais, favorecendo as classes dominantes, e com uma relação “direta” com as massas mais empobrecidas do país por meio de políticas “puramente assistencialistas” (das quais o Bolsa-Família seria o melhor exemplo), Lula teria encarnado “uma espécie de semi-Bonaparte” (2018: 225) cordial e extremamente hábil no manuseio de sua base social. Mas, ao não enfrentar os pilares estruturais da desigualdade brasileira, seu projeto de conciliação estava com os dias contados. A rebelião da juventude em 2013, já durante o governo de Dilma Rousseff, teria marcado definitivamente o fim do projeto conciliatório petista. Terminava a “era das conciliações” e abria-se a “era das rebeliões”.

Por fim – prossegue o autor –, o descontentamento geral, especialmente o dos jovens, por conta das difíceis condições de vida nas metrópoles, da privatização de serviços, sobretudo saúde e educação, da publicização de imensos esquemas de corrupção e da aproximação de um período econômico recessivo; bem como o ódio ao PT cultivado pelas classes médias em função das melhorias pontuais das condições de vida dos mais excluídos e a disposição dos agentes políticos em torpedear o governo petista deixaram claro que a crise brasileira era profunda, atingindo os planos social, político, econômico e institucional.

Quando a crise econômica finalmente chega ao Brasil, em finais de 2014, as classes dominantes passam a ter de decidir sobre quem recairá seu ônus. A partir de então, um governo de conciliação deixa de ser necessário, e a intenção golpista se torna real, consumando-se com o *impeachment* de Dilma Rousseff e com a ascensão de Michel Temer à presidência do Brasil. Temer era o representante da contrarrevolução brasileira e se propôs a terminar o trabalho neoliberal da década de 1990 de varrer definitivamente a proteção ao trabalho.

O título da última parte do livro é autoexplicativo (“Há alguma luz no fim do túnel?”), bem como os dos dois capítulos que a compõem (“Há futuro para os sindicatos?” e “Há futuro para o socialismo?”). Trata-se da parte explicitamente normativa do livro, no sentido prescritivo. Se o autor argumenta que temos hoje uma “nova morfologia do trabalho”, decorrente de décadas de hegemonia neoliberal, é natural que vislumbre a necessidade de um novo desenho das formas de representação do trabalho. Para tanto, apresenta uma verdadeira agenda para a revitalização dos organismos sindicais de classe. Correndo o risco de simplificação, podemos dizer que toda ela se resume em uma defesa da ampliação e do fortalecimento de sua representação. Para Antunes, os sindicatos são verticalizados, corporativos, indiferentes às questões de gênero, de raça e étnica; são burocratizados, conciliatórios e pouco internacionalizados, bem como reféns de estratégias meramente parlamentares. Em suma, os sindicatos devem ampliar a sua atuação para os setores desprotegidos – terceirizados, precarizados, informais e mesmo desempregados –, aumentando a sua cobertura, bem como ampliar suas táticas, deixando para trás aquelas apenas viáveis sob contextos históricos de conciliação de classe, hoje – segundo o autor – inúteis. Agindo assim os sindicatos estariam recuperando a dimensão classista da luta política, e trazendo para si os novos trabalhadores. A defesa do socialismo segue o mesmo apelo. O autor critica o privilégio das lutas parlamentares e reforça a necessidade de organizar a luta do trabalho de forma extraparlamentar para conseguir superar o tripé “capital, trabalho e Estado” que conformaria o capitalismo. Para tanto, é fundamental recuperar o sentido de pertencimento de classe, bem como formas de atuação autônoma frente ao capital, pois o processo de emancipação dar-se-á “simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho e *pelo* trabalho” (2018: 304, grifos do autor). Apenas assim seria possível superar o capitalismo e construir um “novo modo de vida”, baseado na rejeição do trabalho assalariado, fetichizado e estranhado, pois “uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho” (2018: 305, grifo do autor).

Uma crítica

Exposta a linha central do argumento, gostaríamos de examinar mais de perto o método sobre o qual o livro se apoia. Ele é fortemente dedutivo, muito afeito a recorrer a “exemplos emblemáticos” para ilustrar seu argumento teórico. Embora recorra, em apenas um dos capítulos de todo o livro, a estudos de caso sobre categorias específicas, é comum que faça uma afirmação teórica e, em seguida, apresente exemplos para *ilustrar* – a palavra é exatamente essa – o argumento. A meu juízo, o que este procedimento ganha em abrangência explicativa perde em densidade. A experiência de operários chineses do setor de montagem de celulares, de trabalhadores digitais sem teto japoneses, motoristas de Uber norte-americanos ou trabalhadores intermitentes italianos pode mesmo ser diretamente reduzida a um denominador comum, sem maior densidade contextual? As causas que determinam concretamente o suicídio coletivo em empresas chinesas seriam as mesmas que levam à greve o trabalhador italiano? Não se questiona aqui a explicitação de linhas de força transnacionais do capitalismo contemporâneo, nem mesmo seu caráter precarizador, onipresentes na literatura sobre o trabalho, mas a grande perda empírica que uma dedução de longuíssimo alcance – no limite, de alcance planetário – exige. Detendo-nos no denominador comum desses fenômenos corremos o risco de perder aquilo que os diferencia concretamente: *qual* flexibilidade? *Que tipo* de gestão por metas? *Como ocorre* concretamente a remuneração variável? Terceirização de *quem* e em *quais setores*? Quais as especificidades nacionais? Em suma: a qual contexto concreto ligam-se as diferentes iniciativas precarizadoras dos diferentes capitais particulares e como elas interagem com os diferentes contextos para os quais são designadas? Atribuir um protagonismo esmagador à “lógica do capital na era digital” reduz a muito pouco os agentes que concretamente a tornam realidade; em especial, ignoram os complexos processos por meio dos quais os próprios trabalhadores – organizados ou não – pensam e agem criticamente sobre tais iniciativas. Não por acaso, o capítulo que trata sobre a “subjetividade operária” é, relativamente à caracterização do trabalho nos serviços, pouco desenvolvido.

Talvez uma comparação ajude a esclarecer o ponto. Ao descrever o toyotismo (ou, como prefere chamar, o “ohnismo”), Benjamin Coriat (1994) não apenas considera a “lógica” que emana da produção intelectual de seu fundador, Ohno, mas ressalta particularmente as condições concretas bastante específicas (mercado interno reduzido, restrições financeiras e sindicato “de empresa”) que permitiram o surgimento do toyotismo como padrão de produção da

indústria automotiva japonesa. Ele não surge como expressão de uma “lógica do capital” que paira acima das condições concretas; ele não *ilustra* a “lógica do capital” de sua época, ele *era* a própria “lógica” em ato, resultado necessário de determinadas interações. Isto porque foram necessidades e interesses específicos, particulares, que fizeram surgir o toyotismo e, na medida em que possuía afinidade com outros interesses e necessidades particulares alheios ao contexto no qual surgiu, universalizou-se enquanto “lógica”. Na presente obra a complexa passagem do particular ao universal parece ausente, ou, ao menos, em franco desequilíbrio em relação ao movimento oposto. Por outro lado, é legítimo perguntar-se se seria possível, dado o alcance explicativo intentado pelo autor – expor um movimento de cobertura planetária –, proceder de maneira diferente.

Conclusão

Evidentemente, a crítica apresentada não pretende minimizar a importância das reflexões expostas na obra; tão somente aponta para a necessidade – nunca plenamente satisfeita no trabalho científico – de dar “carne e osso” àquilo que chegamos por meio da teoria, por mais cristalina que esta seja apresentada. A analogia do setor de transportes com o de serviços digitais é perspicaz e abre novas perspectivas teóricas e empíricas; a denúncia da “devastação do trabalho”, embora hiperbólica nos termos utilizados – o que revela claramente a posição normativa do autor, mas tende a esconder a dos atores sobre os quais a “devastação” se abate –, exibe fartos indícios de realidade; por fim, a reconstrução da trajetória de contínuo solapamento da proteção ao trabalho, inclusive por intermédio de centrais sindicais e mesmo durante os governos petistas, embora polêmica – ou justamente por isso –, oferece uma rica avaliação sobre os caminhos e descaminhos pelos quais os trabalhadores brasileiros e seus representantes passaram nas últimas três décadas. Esses pontos, destacados como principais dentre muitos outros que nos são apresentados na obra, fazem do livro um trabalho relevante para pensar um Brasil que se reconfigura, e cujo horizonte parece ser sombrio para os trabalhadores.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 2015 (288).
- _____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, Boitempo, 2018 (328).

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro, Revan, UFRJ, 1994.

DIAS, Cristina Maria Nogueira Parahyba. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: de Marx à polêmica marxista (Napoleoni, Rubin e Mandel). Tese de doutorado, Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

Recebido em: 02/04/2019

Aprovado em: 10/05/2019

Como citar esta resenha:

MAGALDI, Tiago. Em busca do novo proletariado periférico: trabalhadores dos serviços e a “nova morfologia do trabalho”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 683-691.

Gestão da Diversidade, Identidade e Racialização: Duas Gerações de Profissionais Negros(as) no Mundo Empresarial

Hasani Elioterio dos Santos¹

Resenha do Livro:

JAIME, Pedro. *Executivos Negros: Racismo e Diversidade no Mundo Empresarial*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2016.

Ao nos depararmos com o texto de Pedro Jaime, encontramos um trabalho polifônico, que adotou a estratégia etnográfica de coletar narrativas de diversos sujeitos, imersos no mundo empresarial, associada a um exercício intelectual e teórico que faz uma síntese de grandes questões que dominam o campo das relações raciais e das ciências sociais.

O debate proposto por Jaime em “Executivos Negros” atualiza uma das questões mais clássicas do campo das relações raciais no Brasil, que é a inclusão e a integração do negro na sociedade brasileira. A novidade é que Jaime traz o debate por horizontes e vias ainda pouco exploradas: o campo empresarial e executivo.

O livro é desdobramento da tese de doutorado de Jaime, que foi realizada na USP, sob a orientação do professor Kabenguele Munanga, que também assina o prefácio do livro. Logo no prefácio, Munanga aponta para o objeto da discussão do livro de Jaime, “trata-se da questão racial no mundo empresarial brasileiro a partir da experiência da cidade de São Paulo, “capital” econômica do país” (Jaime 2016: 11).

¹ Programa de pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS / UFSCar) – São Carlos – Brasil - hasanisantos@gmail.com.

Para Jaime, a construção do pertencimento identitário dos executivos negros não pode ser analisada empiricamente de maneira isolada e separada das mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas no Brasil, e no mundo de maneira geral. Muito pelo contrário, a tese defendida no livro é a de que a construção identitária dos(as) executivos(as) negros(as) reflete as transformações e avanços no discurso do movimento negro, assim como os debates públicos em torno da questão racial na sociedade brasileira e mundial.

A primeira parte do livro consiste em uma seção expositiva em que Jaime apresenta ao leitor as categorias, conceitos e as afiliações teóricas mobilizadas por ele para a formulação do seu modelo interpretativo sobre o objeto de discussão central do livro: a questão racial no mundo empresarial.

Uma ideia central para o modelo interpretativo e para a forma de Jaime colher os dados da pesquisa é a ideia de *trajetória*, especificamente a *trajetória profissional*. Com essa ideia, Jaime observa uma autonomia dos indivíduos dentro das estruturas organizacionais. Para Jaime, Crozier e Friedberg (1992) ao trabalharem com a noção de *trajetória* “reconhecem que esta autonomia é relativa, contudo insistem que é possível contornar situações adversas [...] Este postulado se liga ao conceito de estratégia dos atores” (Jaime, 2016: 61).

Outro conceito que Jaime faz questão de apresentar ao leitor é o conceito de *contexto societal*, que segundo ele vem “[...] para fazer referência ao quadro amplo da sociedade”, de tal sorte que a noção de *contexto societal* serve para pensar a sociedade e as dinâmicas específicas de cada sociedade. Ao trabalhar nesta chave, Jaime se apoia nas convicções de François Dubet (2009), que faz questão de superar a noção de sociedade integrada e estabilizada (ou estável), mas não a noção de Estado-Nação e suas formações sociais específicas.

O livro de Jaime também nos convida para a discussão a respeito da *Produção da Sociedade*, noção que Jaime extrai de Alain Touraine (1973) para pensar que a sociedade não se explica por nenhum princípio de ordem transcendente; na realidade, a sociedade tem a capacidade de se autoproduzir, e essa autoprodução se realiza graças às interações dos *atores sociais* e suas *ações* cotidianas, de tal sorte que para Touraine (1973) o *conflito* é central para pensar a *produção da sociedade*. Nesse sentido, há uma potência analítica de se ver a capacidade dos movimentos sociais e das lutas sociais² de produzir e construir a sociedade por meio do *conflito* e das *ações coletivas*.

² Touraine (1973) faz uma diferenciação entre *movimentos sociais* e as *lutas sociais*, as lutas modificam as tomadas de decisões políticas e os movimentos seriam os responsáveis pelas ações coletivas que mobilizam o conflito e sua capacidade de produzir sociedade.

Outra noção trabalhada por Jaime em seu livro é o *espaço público* para dialogar com Habermas (2003) e Fraser (2005) a respeito do lugar onde ocorrem as discussões e tomadas de decisões políticas na sociedade. Assim, as mudanças que ocorreram na sociedade civil com base nas mobilizações do movimento negro, como a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial e as políticas de ações afirmativas, por exemplo, refletem para Jaime a influência dos movimentos sociais nas tomadas de decisão na *esfera pública*.

No livro, a articulação entre as concepções de *espaço público* e de *globalização* lança luz a uma nova forma de administração da circulação e do fluxo de capitais, pessoas, informações e ideias a um nível global que transcende o espaço local. Para Jaime, os anos de 1990 são centrais para a intensificação desse fluxo graças ao desenvolvimento das tecnologias da informação. Ao articular as noções de *espaço público* e *globalização*, Jaime pensa em uma rede transnacional de pautas que passam a ser adotadas pelos movimentos sociais de maneira global e local; é o caso do *advocacy antirracista* que, para o autor, é o que leva as empresas a trabalharem com a questão da diversidade.

A última discussão conceitual importante para a construção do seu modelo interpretativo de como se opera a questão racial no ambiente empresarial e corporativo são as noções de *sujeito* e *identidade*. A noção de *sujeito* que Jaime utiliza tenta pensar em como os sujeitos são transpassados pelas suas experiências e se tornam agentes, principalmente quando estes mobilizam a noção de *identidade*. A *identidade* nesse caso se aproxima muito mais do que os sujeitos pretendem ser, querem ser e se tornar, do que com o que eles são ou de onde vieram. Desse modo, Jaime analisa o mundo empresarial e sua relação com a questão racial de uma maneira que os fenômenos sociológicos que lhe interessam são, na realidade, as ações e estratégias de sobrevivência e resistência dos executivos negros no mundo dos negócios.

O autor, portanto, faz uma brilhante discussão teórica a respeito das noções de *contexto societal*, *trajetória profissional* e *construção do sujeito* para poder comparar duas gerações diferentes de executivos(as) negros(as). Ele recorre a um dos exercícios mais clássicos das ciências sociais, que é o método comparativo, e compara o que ele caracteriza como a primeira geração de executivo(as) negros(as), aquela que ingressou no mercado de trabalho no fim dos anos 1970, com a segunda geração, a que ingressou no início do Século XXI. A diferença entre as duas gerações é determinada pela agenda política do movimento e das organizações negras.

A principal discussão presente no livro, e que considero como o eixo analítico central para a comparação das duas gerações de executivos negros, é a forma e o

modelo de organização política dos movimentos negros. No início dos anos 1930 havia uma forte presença das lutas e mobilizações da Frente Negra Brasileira que perdurou até o fim da década de 1970, com a formulação do Movimento Negro Unificado, que por sua vez incorporou pautas políticas de viés trotskista em que havia uma crítica ao modelo capitalista de estruturação da sociedade e esse enquadramento capitalista não contribuía com a vida da maioria da população negra no Brasil. É esse momento que marca a primeira geração de executivos negros e todo o debate sobre a questão racial e a recepção do tema pela sociedade brasileira.

Jaime faz uma excelente síntese histórica do movimento negro dentro do processo de produção de sociedade brasileira. O autor coloca de maneira analítica uma centralidade nas lutas antirracistas no Brasil e no protagonismo das organizações e movimentos negros a partir do contexto pós-abolição até o início do Século XXI, de modo que há para ele quatro marcos históricos fundamentais para a análise, que são:

- a) a emergência de uma imprensa negra nos anos 1920, que resultou na formação da Frente Negra Brasileira (FNB) em 1931; b) a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944; c) a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978; d) o surgimento de diversas ONG's oriundas do movimento negro a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990." (Jaime, 2016: 106)

Nesse sentido, a luta antirracista dos anos 1920 fica marcada pelos jornais da imprensa negra, como *O Clarim da Alvorada*, por exemplo, jornal que era responsável pelo incentivo à escolarização da população negra. Nesse contexto, a Frente Negra Brasileira (FNB) e o *slogan* "elevação da raça" chamava atenção para o debate da inserção do negro no espaço público e em postos de destaque na sociedade brasileira. Outro periódico, intitulado *A Voz da Raça* era um material de divulgação das iniciativas da FNB que viveu ativamente até o golpe que instituiu o Estado Novo e até o momento em que Getúlio Vargas decreta o fechamento de todos os partidos políticos.

Já nos anos 1970 há um momento em que a sociedade civil está mobilizada e unida em volta da reconquista da reabertura democrática. É nesse momento que diversas entidades vinculadas aos direitos da população negra se reúnem e se organizam em uma frente ampla de combate ao racismo. Interessante no livro é que esse momento é analisado por Jaime levando em consideração o contexto internacional das lutas por direitos civis e por reconhecimento nos Estados Unidos, assim como as lutas de descolonização no continente africano, de tal sorte que esses eventos internacionais serviram de fontes de potência para a criação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Brasil.

Diversas conquistas e alterações nas dinâmicas sociais foram alcançadas pelas lutas antirracistas como o combate ao racismo no campo econômico. No plano político-institucional, o MNU esteve à frente de uma campanha para propor o nome de Zumbi dos Palmares como figura simbólica da liberdade negra no Brasil, em contraponto com a figura da Princesa Isabel, que foi falsamente forjada. Desse modo, a data de 20 de Novembro foi proposta pelo MNU como o Dia da Consciência Negra, em oposição ao dia 13 de maio, que é a data oficial da Abolição da Escravatura no Brasil.

No contexto de luta e protagonismo político do MNU havia uma confluência e uma articulação entre o discurso de combate às discriminações raciais e as desigualdades de classe. Isso foi algo que mudou radicalmente as experiências de lutas antirracistas que existiam anteriormente, nos anos 1930 e 1940. Jaime dá destaque para a relação do MNU com a Convergência Socialista, uma organização clandestina de viés marxista trotskista que ofereceu treinamento para diversos intelectuais do MNU³. Além disso, os anos 1970 contavam com a Guerra Fria como grande acontecimento nas dinâmicas geopolíticas que determinava o tom da polarização mundial em capitalismo/socialismo.

Já a partir dos anos 1990 houve a ocorrência do fenômeno que a literatura caracteriza como a *onguização* do movimento negro. Esse momento representa o modo de o movimento negro passar a adotar a forma de um grande número de organizações não governamentais. Esse fenômeno representa muito menos o enfraquecimento do movimento negro senão a adaptação do próprio movimento a um novo contexto de sociedade civil. Para Jaime, esse momento se caracteriza também pelo aumento da capacidade de interlocução (ou diálogo) com os governos e, nesse sentido, aumentou-se a possibilidade de implementação de políticas públicas.

As conclusões de sua análise sobre as duas gerações de executivos negros é uma das discussões mais interessantes que podemos encontrar ao decorrer da leitura do livro. Jaime relaciona as mudanças ocorridas na construção das trajetórias profissionais dos executivos negros em São Paulo da primeira geração e da segunda geração com as mudanças produzidas na sociedade em relação à questão racial, e como essas mudanças na sociedade favoreceram ou inibiram a *construção de si* dos executivos negros dentro do ambiente corporativo e empresarial.

Nesse sentido, a passagem de uma geração para a outra é caracterizada pelos marcos temporais e históricos do fim dos anos 1970 e o início do Século XXI e

³ HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o Movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

as formas de ação e de estratégia de combate à discriminação racial que eram possíveis para os entrevistados de Jaime. Portanto, a construção das trajetórias profissionais dos executivos negros na cidade de São Paulo é caracterizada por Jaime pela transição de *estratégias individuais* para uma *ação coletiva*.

Os indivíduos entrevistados que compõem os executivos da primeira geração narraram suas experiências no ambiente empresarial a partir do fim dos anos 1970. Segundo Jaime, o *contexto societal* era desfavorável a uma discussão franca e a um suporte contra as discriminações raciais dentro do ambiente de trabalho. Nesse momento, o Brasil não havia implementado de maneira efetiva políticas públicas voltadas ao combate à discriminação racial e à diminuição das desigualdades raciais. O Brasil estava sob o governo da ditadura militar e o MNU estava se formando em 1978, mesmo assim a afiliação aos princípios marxistas afastavam muitos dos que aspiravam a ter uma carreira executiva a participar do movimento negro organizado naquele momento.

Neste período, as estratégias de enfrentamento e combate às discriminações diárias desses indivíduos no espaço de trabalho foram *estratégias individuais* que lhes permitiram atingir os objetivos de carreira profissional e ignorar e “esquecer” os casos de racismo e discriminação. Esses executivos se blindavam e tinham condutas defensivas frente aos atos discriminatórios racistas e sexistas dentro do ambiente de trabalho; muitas vezes, eles e elas evitaram o conflito direto.

Nesse sentido, o autor argumenta que isso não significa que uma atitude defensiva significa um processo de embranquecimento⁴, pois esses indivíduos, ao ignorar e resolver “esquecer” o racismo, não puderam passar ilesos às discriminações. Muitos narraram a Jaime o custo emocional que a *somatização* do racismo com a tentativa de blindar a discriminação diária e atingir os objetivos no trabalho teve em suas vidas.

A segunda geração é forjada pela construção de políticas públicas para o enfrentamento direto com a discriminação racial na sociedade civil que ocorreu desde meados dos anos 1980. Para o autor, no fim do Século XX “houve uma maior politização dos debates sobre a questão racial travados no espaço público brasileiro” (Jaime, 2016: 395). É na transição entre o fim do Século XX e o início do Século XXI que diversas ações, que visavam combater o racismo estrutural e a discriminação racial, surgiram na sociedade brasileira. Foi nesse contexto que as universidades públicas implementaram a política de ações afirmativas para a inclusão do negro no Ensino Superior.

4 Nesse sentido, Jaime avança e faz uma interessante crítica à tese defendida por Florestan Fernandes em seu notório trabalho *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* sobre o negro de alma branca. Ver mais em: FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Globo, 2008, 2 vols.

O movimento negro institucionalizado na forma de ONGs pressionou não só o Estado brasileiro, mas também empresas privadas para que se responsabilizassem socialmente com a diminuição das desigualdades raciais. Jaime destaca que em 2003 houve uma representação ao Ministério Público do Trabalho de Brasília (MPT) e o MTP respondeu às cobranças das ONGs lançando o Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para Todos (PPIOT). Nesse mesmo ano, alguns inquéritos civis públicos foram instaurados nos cinco maiores bancos que operavam no Brasil.

Em 2004, o MPT propôs o estabelecimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para ajuizar ações civis públicas contra as empresas que não trabalhavam na chave das diminuições de desigualdade. No ano de 2006, a Faculdade Zumbi dos Palmares, chamada de Unipalmares na época, fez parcerias com diversos bancos para implementar programas de *trainees* destinados a jovens negros; em 2007, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) realizou um recenseamento dos funcionários para averiguar a composição racial do setor bancário.

Para Jaime, esse contexto marca a porta de entrada da segunda geração de executivos negros no mundo corporativo, favorecendo a construção positivada de suas trajetórias profissionais, de modo que a essa geração não se molda pelo conjunto de trajetórias *individuais* e isoladas de executivos negros, como a primeira geração, mas são trajetórias *coletivas*, fruto das pressões exercidas pelo movimento negro nas empresas e companhias.

Mas há uma contrapartida na conclusão de Jaime que assevera que, mesmo os bancos e as empresas privadas respondendo com certa rapidez às pressões das organizações negras, a consistência dessa resposta pode e deve ser questionada e interpelada. Para o autor, “os bancos encontraram uma metodologia administrativa que lhes permitiu traduzir essa pressão numa linguagem empresarial: a gestão da diversidade” (Jaime, 2016: 396). Nesse sentido, a *gestão da diversidade* é utilizada pelas empresas para gerenciar e para responder aos conflitos existentes na sociedade.

Dessa maneira, há uma conclusão crítica de Jaime em relação ao modo com que as empresas estão trabalhando com a *diversidade* e a questão racial no ambiente corporativo, de modo que o processo de racialização ainda ocorre no mundo corporativo. Segundo Jaime, os executivos negros da segunda geração, ao contrário da primeira, “[...] são racializados no mundo corporativo como sujeitos (eu sou um negro!) e não mais como objetos (olha lá um negro!). Isso porque, por trás de cada um deles como sujeitos, com “s” minúsculo, há um Sujeito, com “s” maiúsculo: o movimento negro” (Jaime, 2016: 397).

Referências

- DUBET, François. *Le travail des sociétés*. Paris, Seuil, 2009.
- FRASER, Nancy. *Qu'est-ce que la justice sociale? Reconnaissance et Redistribution*. Paris, La Découverte, 2005.
- HABERMAS, Jurgen. O Papel da Sociedade Civil e da Esfera Pública Política. In: _____. *Direito e Democracia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, v. 2, 2003.
- JAIME, Pedro. *Executivos Negros: Racismo e Diversidade no Mundo Empresarial*. São Paulo, Edusp, Fapesp, 2016.
- TOURRAINE, Alain. *Production de La société*. Paris, Seuil, 1973 (542).

Recebido em: 01/04/2019

Aprovado em: 12/05/2019

Como citar esta resenha:

SANTOS, Hasani Elioterio dos. Gestão da Diversidade, Identidade e Racialização: Duas Gerações de Profissionais Negros(as) no Mundo Empresarial. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto. 2019, pp. 693-700.

Narrativas policiais, crenças jurídicas e a construção da verdade sobre o crime de tráfico de drogas

Eduardo Casteluci¹

Resenha do livro:

JESUS, Maria Gorete Marques de. *A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas*. Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2018.

Editado com base em sua tese de doutoramento, o livro de Maria Gorete de Jesus identifica que, nos casos de tráfico de drogas, as narrativas criadas pelos policiais militares em seus autos de prisão em flagrante possuem papel determinante no processo de produção da verdade jurídica. Mais precisamente, a pesquisadora relata a cadeia de transposições das narrativas policiais aos autos dos inquéritos policiais e, em seguida, dos processos penais, em cujo desenrolar seu regime de verdade é incorporado e validado pelos operadores do sistema de justiça criminal. Na antessala desse regime de funcionamento do sistema de justiça criminal está – conclui a pesquisadora – um sistema de crenças compartilhado por todos os seus operadores cuja razão fundante é uma determinada compreensão sobre a função punitiva da justiça criminal, bem como um determinado entendimento sobre os critérios que medem a sua eficácia.

Em sua tese, portanto, a autora congrega pelo menos três segmentos distintos desse campo. O primeiro diz respeito às análises do combate ao tráfico de

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP) – São Paulo – Brasil - eduardo.casteluci@gmail.com

drogas no Brasil, bem como da seletividade estatal em relação a quais setores e territórios da economia da droga exercer com maior vigor sua capacidade repressiva (cf. Rui, 2012). O segundo, aos estudos sobre as formas de policiamento, à segurança pública e às práticas policiais em geral, segmento em que se consagrou o estudo da discricionariedade e da arbitrariedade dos policiais militares brasileiros na consumação de seus mandatos legais (cf. Teixeira, 2012). Finalmente, o terceiro se refere às investigações sobre os regimes de verdade e sobre o processo de construção da verdade jurídica no sistema de justiça criminal (cf. Foucault, 2005), bloco fundamentalmente marcado pelo exame dos inquéritos policiais e da forma como são recebidos e incorporados no processo penal (cf. Lima 1989; 1994; Misse, 2010).

A contribuição específica deste livro é justamente identificar, e se propor a preencher, uma importante lacuna que é produzida na intersecção entre esses ramos de pesquisa. Isto é, de que maneira a comprovada centralidade do policiamento ostensivo na definição sobre como a política estatal de combate ao tráfico de drogas é efetivamente implementada nas avenidas e vielas das cidades brasileiras se combina com o tipo de resposta oferecida pelo sistema de justiça criminal, e seus operadores, à demanda punitiva que lhe é resultado.

Em suas escolhas metodológicas (ver o capítulo 2), a pesquisadora novamente busca combinar os principais recursos empíricos dessas perspectivas. Empreende, em primeiro lugar, a análise da legislação que regulamenta o combate ao tráfico de drogas no Brasil, de modo a distinguir a natureza formal de suas implicações práticas. Conduz, em seguida, o exame do fluxo no sistema de justiça criminal de um grupo de casos de tráfico de drogas ocorridos na cidade de São Paulo, o que a permite descrever precisamente que tipo de filtros e critérios são aplicados pelos operadores do direito e quais, entre eles, são os mais importantes para a predição de um desfecho processual condenatório. Assim, complementa essa operação com a pesquisa etnográfica dos autos das prisões em flagrante, dos inquéritos policiais e dos autos processuais estrito senso. Com isso, consegue acessar indícios de processos sociais mais gerais transcritos nos documentos oficiais e, posteriormente, cotejá-los com as falas dos próprios operadores do direito que entrevistou. Finalmente, ainda observa diretamente as audiências de custódia, instrução e julgamento de um conjunto de casos, captando as dinâmicas da interação entre os agentes do Estado e os réus e seus defensores.

Passemos, agora, ao exame mais detido dos argumentos. A Lei n. 11.343/2006, que cria Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, estabelece tratamentos distintos a “usuários” e “traficantes de drogas”, conformando um

dispositivo médico e criminal, respectivamente. Entretanto, a norma deixa de definir critérios objetivos para que os agentes do Estado operem os mecanismos de distinção. Mais propriamente, atribui a eles a prerrogativa de avaliar as circunstâncias de cada caso e de cada suspeito de modo a discernir uma conduta da outra (Jesus, 2018: 46). Uma mesma quantidade de drogas apreendida pode ser considerada como possivelmente destinada ao consumo ou ao tráfico, dependendo, por exemplo, do local em que foi apreendida e das características pessoais e socioeconômicas de seu portador, bem como do tipo de atitude que exibiu diante da abordagem policial. Nesse momento, não existem impedimentos formais à utilização de categorias vinculadas a marcadores sociais discriminatórios, tal como a associação entre raça, pobreza, território e criminalidade. Na prática, os critérios mobilizados pelos policiais são aqueles cujo sentido é determinado com base em um “saber” – um modo de ver e interpretar o mundo – que compartilham entre si (cf. Muniz, 2012).

No momento da transcrição do mundo social lido por meio do “saber” policial ao mundo dos autos das prisões em flagrante, os policiais militares, então, passam a mobilizar um tipo de “vocabulário de motivos” (cf. Mills, 1940) cuja principal capacidade é sublimar suas condutas e motivações extralegais em categorias judicialmente conhecidas e, sobretudo, aceitáveis. Na narrativa dos acusados, por exemplo, são frequentes as denúncias de algum tipo de tortura policial como forma de obter uma confissão sobre a intenção de venda das drogas. Ainda que o acusado acabe por confirmar a presunção policial, o método utilizado é absolutamente incompatível com os regulamentos da atividade policial. Contudo, nos autos essa ação é simplesmente registrada como uma “confissão informal”, e é por meio desse termo que o “indício” de autoria do crime será conhecido, em primeiro lugar, pelo delegado de polícia (Jesus, 2018: 110).

Quando a polícia militar apresenta um acusado, preso em flagrante por suspeita de tráfico de drogas, ao delegado de polícia, este instaura o inquérito policial, em que devem ser conduzidos os procedimentos investigativos para a verificação da possível conduta criminosa. No entanto, o produto final do trabalho do delegado consiste, nesses casos, apenas na reprodução – ajustada à forma do inquérito – da “verdade dos fatos” conforme havia sido narrada pelos policiais militares. Em outros termos, o que é produzido por meio do “saber” policial é assumido enquanto “verdade” pelos delegados. Esse é o primeiro estágio daquilo que a pesquisadora chama de *regime de validação das narrativas policiais* (Jesus, 2018: 117). Já o segundo se inicia nas audiências de custódia, em que entram em cena os demais membros do sistema, isto é, promotores e juízes, além dos defensores.

O contato dos promotores com o caso ocorre por meio do inquérito policial, que é, em geral, apenas reproduzido agora na forma de uma denúncia criminal. O juiz, por sua vez, deve necessariamente ponderar, na sua decisão sobre a manutenção da prisão, também as informações prestadas pelo acusado e por seu defensor. Nesse momento, ocorre o embate entre a “verdade dos fatos” produzida pelos policiais e a narrada pelo acusado. E, com isso, passa a ser notável um repertório de crenças compartilhado pelos operadores do direito. Por um lado, creem na retidão do trabalho policial e na necessidade de sua função para a manutenção da ordem pública – este que é o objetivo primordial da justiça criminal. Por outro, creem que o acusado fará o que puder para evadir da justa punição, isto é, pressupõe-se que ele convenientemente mentirá. No confronto entre fatos, o “saber” policial é novamente validado.

Outra expressão presente nas manifestações de promotores e decisões de juízes para justificar a adesão às narrativas policiais consiste na “presunção de veracidade”, a qual atribuem aos agentes policiais. Este enunciado equivale ao sentido da “fé”, ambos ligados ao “universo da crença” [...] Ao serem utilizadas como expressões que justificam a recepção das narrativas policiais, os operadores do direito dispensam a necessidade de conhecer, de compreender a fundo, de questionar os casos (Jesus, 2018: 198).

Juízes e promotores perguntam aos acusados: se é verdade que o policial te torturou, se é verdade que ele tentou lhe extorquir, por qual razão teria feito isso? Não se admite que as más condutas policiais – fartamente documentadas – sejam atributos da organização, e sim de maus policiais cujas motivações pela ilegalidade devem, de algum modo, ser conhecidas pelas suas vítimas para se tornarem críveis (Jesus, 2018: 152). As narrativas policiais são relativizadas, relata a pesquisadora, apenas quando se verifica a proximidade social do acusado em relação aos operadores do direito. Nesses casos, a quantidade de drogas, por exemplo, pode ser considerada insuficiente para denotar a possibilidade de venda, bem como concluir-se que o acusado não representa, de fato, uma ameaça à ordem pública, recebendo o direito de responder ao processo em liberdade (Jesus, 2018: 173).

Esse regime de verdade segue em plena eficácia nos momentos posteriores do processo, ou seja, nas audiências de instrução e julgamento (ver capítulo 6). Neles, o trabalho dos promotores serve para transformar os “indícios” levantados pela polícia em provas judicialmente válidas, já que são reproduzidas em juízo e, agora, com a garantia do contraditório. Para a determinação do valor das provas quase sempre utilizam apenas o depoimento

dos próprios policiais militares envolvidos na prisão. Diferentemente de quaisquer outras testemunhas, sobretudo as da defesa, a credibilidade do testemunho policial é dada também pela aceitação da sua qualidade de perito no combate ao tráfico de drogas. Por óbvio, o “saber” policial é o recurso mobilizado. Os juízes, em sua maioria, partilham do repertório de crenças e, por isso, costumam apoiar-se na presunção de veracidade dos fatos conforme narrados pelos policiais e reforçados pelos promotores para sustentar suas decisões condenatórias.

Diante do repertório de crenças, o trabalho da defesa é difícil. As tentativas de garantir a absolvição por meio da denúncia de má conduta policial são as primeiras a serem notadas, contestadas e descartadas por juízes e promotores. Nesse ponto, o que o réu afirma diante do juiz é desacreditado como mentira. Sua fala válida é aquela narrada pelo policial, sobretudo quando se trata de uma “confissão informal”. Resta, então, tentar obter a desclassificação da acusação de “tráfico” para “porte para uso”. Para isso, revela a pesquisadora, os defensores lançam de argumentos cujo regime de verdade é o mesmo que os das narrativas policiais. Mais precisamente, mobilizam informações, por exemplo, sobre as condições pessoais e socioeconômicas dos réus, a quantidade e o tipo de droga apreendida com ele e o local da apreensão de forma a adequar os fatos ao que o “saber” policial considera constituir um caso típico de “porte para uso”. A despeito de considerações sobre a eficiência dessa tática de defesa, importa que ela acaba por contribuir para o regime de validação das práticas inicialmente denunciadas (Jesus, 2018: 219).

Das entrevistas com os operadores do sistema, a pesquisadora obtém a informação de que, na verdade, eles conhecem, embora não reconheçam formalmente, os desvios policiais. Juízes e promotores deixam de exercer seus mandatos para o controle da legalidade da atividade policial; suas narrativas pertencem a uma espécie de campo de imunidade. Também é parte de suas atribuições a verificação do lastro no mundo empírico das narrativas que lhes são oferecidas, porém, também não atuam desse modo. Por qual razão? Ou, melhor, por qual razão esses espaços são preenchidos e, assim, precluídos de eficácia por um sistema de crenças? Isso porque, argumenta a pesquisadora, é por meio da realização do intento punitivo que o sistema de justiça criminal mede a própria eficácia. Isto é, a prisão de “traficantes” denota seu bom funcionamento e, em última instância, autoriza a reprodução de suas formas. Dispensada a crença, certamente um número muito menor de prisões seria computado; a impunidade aumentaria e o sistema seria afetado – embora o que se entende por impunidade ali ignora, em primeiro lugar, a própria

justeza da punição. Em síntese, trata-se de uma resposta a uma necessidade que o sistema impôs a si próprio e que, então, passou a definir de que modo ele deveria funcionar (Jesus, 2018: 203).

Ao final, a análise se traduz na crítica ao encarceramento em massa, processo fundamentalmente relacionado às prisões relacionadas ao tráfico de drogas. Contudo, para que fosse possível enfrentar esse problema, restaria ainda identificar e analisar os mecanismos que definiram, em primeiro lugar, o sentido desse modo de operação do sistema de justiça criminal. Em outros termos, os pressupostos do sistema devem ser questionados de modo que seja possível colocar em movimento um processo de transformação de suas práticas em cujo centro está uma justiça criminal mais democrática e igualitária e menos encarceradora. Da mesma forma, a modificação da política de combate ao tráfico de drogas depende também da desnaturalização e crítica de suas premissas e dos estigmas que elas produzem. Se o texto não avança nesses pontos, todavia faz bem o trabalho de indicá-los aos demais pesquisadores do campo.

Referências

- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro, NAU Editora, 2005 (160).
- JESUS, Maria Gorete Marques de. *A verdade jurídica nos processos de tráfico de drogas*. 1. ed. Belo Horizonte, Editora D'Plácido, 2018 (294).
- LIMA, Roberto Kant de. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, 1989, pp. 65–84.
- _____. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994 (266).
- MILLS, Charles Wright. Situated actions and vocabularies of motives. *American Sociological Review*, Chicago, v. 5, n. 6, 1940, pp. 904-913.
- MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 79, pp. 15–38, 2010.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Fim da inocência: um ensaio sobre os atributos do saber policial de rua. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco De; MAGALHÃES, Boris Ribeiro De; SABATINE, Thiago Teixeira (Eds.). *Desafios à segurança pública: controle social, democracia e gênero*. São Paulo, Cultura Acadêmica, 2012, pp. 13–41.
- RUI, Taniele. Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese (doutorado em antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

TEIXEIRA, Alessandra. Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. Tese (doutorado em sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Recebido em: 05/11/2018

Aprovado em: 10/05/2019

Como citar esta resenha:

CASTELUCI, Eduardo. Narrativas policiais, crenças jurídicas e a construção da verdade sobre o crime de tráfico de drogas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 699-707.